

DECISÕES DO GOVERNO

DA

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

1917

**1904**



RIO DE JANEIRO  
IMPrensa NACIONAL

1908

# INDICE DAS DECISÕES

DO

## MINISTERIO DA JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES

	Pags.
N. 1 — Autoridades perante as quaes podem os commandantes de corpos da Guarda Nacional assignar termo de compromisso e tomar posse . . . . .	1
N. 2 — Sobre o processo de habilitação para o casamento civil e respectivo pagamento de sellos . . . . .	2
N. 3 — Solicita expedição de ordens ás autoridades policiais nos Estados para que seja observada a decisão constante do aviso de 15 de julho de 1901 referente ás honras e regalias dos officiaes da Guarda Nacional. . . . .	2
N. 4 — Manda censurar em ordem do dia alguns officiaes da Guarda Nacional por transgressão disciplinar. . . . .	3
N. 5 — Declara a quem o commandante effectivo ou interino de uma brigada ou corpo pôde passar o respectivo commando, quando adoece r ou tiver outro qualquer impedimento não prolongado, e as portarias de licença que estão sujeitas ao sellos . . . . .	4
N. 6 — Solicita expedição de ordens afim de serem recebidos nos estados-maiores e menores dos corpos do Exército os officiaes e inferiores da Guarda Nacional, quando presos disciplinarmente ou por ordem de autoridade civil. . . . .	4
N. 7 — Declara que o official da Guarda Nacional preso não pôde ser acompanhado por guarda civil. . . . .	5
N. 8 — Communica haver providenciado para ser permitido aos commandos superiores da Guarda Nacional o uso official do telegrapho em assumpto relativo á mesma milicia. . . . .	5
N. 9 — Manda cancellar a licença de seis mezes concedida pelo respectivo commandante superior a um official da Guarda Nacional, por ser contrario ao dispositivo do art. 28 do decreto n. 1354, de 6 de abril de 1854 . . . . .	6
N. 10 — Modo por que se devem fazer reconhecer os officiaes da Guarda Nacional, quando á paizana tenham de ser presos. . . . .	6
N. 11 — O art. 55 da Consolidação das leis municipaes deve ser entendido de accordo com o art. 18 do decreto que regulamentou a lei n. 939, de 29 de dezembro de 1902. . . . .	7

	Págs.
N. 12 — Declara como deve ser dada a posse a um official da Guarda Nacional na falta do commandante effectivo ou interino da brigada ou do corpo a que pertencer.	8
N. 13 — Mantém a decisão constante do aviso de 21 de julho.	8
N. 14 — Sobre celebração de casamentos no Consulado da Suecia.	9
N. 15 — Declara que aos lentes que se acham no desempenho de comissões alheias a este Ministerio não assiste direito a vencimento algum, mesmo no periodo das ferias.	9
N. 16 — Declara que a collação de grão aos alumnos que concluem os cursos superiores não depende do pagamento previo da taxa do respectivo diploma.	10
N. 17 — Declara que, de accordo com o Código de Ensino vigente, não podem ser admitidos nos concursos para o provimento dos logares de lentes individuos do sexo feminino; e que, tratando-se de estabelecimentos equiparados não pôle o Governo intervir na organização dos respectivos corpos docentes.	10
N. 18 — Declara que os exames parcelados do preparatorios não são validos para a matricula nos institutos equiparados ao Gymnasio Nacional; que as certidões dos mesmos exames não dispensam os alumnos que as apresentarem do estudo das disciplinas do curso gymnasial a que taes documentos se referirem; e presta outras informações.	12
N. 19 — Regulariza o pagamento de vencimentos a docentes das escolas superiores federaes que se ausentarem para tomar parte em congressos scientificos.	13
N. 20 — Declara que as disposições do Código de Ensino approvedo pelo decreto n. 3390, de 1 de janeiro de 1901 são applicaveis aos estabelecimentos equiparados aos congeneres federaes antes da data do citado decreto, reservando-se o Governo, como poder concedente, o pleno direito de alterar os modos e funcionamento do privilegio concedido.	13
N. 21 — Declara que ao Governo falta competencia para autorizar a dispensa de cidadãos eleitos para as comissões seccionaes de alistamento eleitoral.	15
N. 22 — Declara que o effecto do julgamento das provas de exame parcelado sómente poderá ser suspenso quando o mesmo julgamento não corresponder ás notas dadas pelos membros da commissão examinadora, observado o preceito do art. 53 das Instruções approvedas pelo decreto n. 4247, de 23 de novembro de 1901.	15
N. 23 — Declara que ao Governo fallece competencia para resolver si as comissões seccionaes podem ou não funcionar, por se tratar de assumpto da alçada do Poder Judiciario; bem assim que, si a legitimidade de taes comissões for contestada, o Governo da União guardará a decisão do Poder competente.	

	Pags.
para resolver sobre o pagamento de despesa eleitoral . . . . .	16
N. 24 — Declara que um lente não pôde ser nomeado para exercer interinamente as funções de substituto . . . . .	17
N. 25 — Declara que a matricula em estabelecimentos equiparados aos federaes não pôde ser feita mediante apresentação de certificado do exame de promoção feito em outro estabelecimento, mas mediante guia de transferecia . . . . .	18
N. 26 — Declara que ao docente que, além do exercicio do seu cargo, reger cadeira ou aula por impedimento do respectivo funcionario cabe um acrescimo de vencimentos igual á gratificação deste no caso de conservar o funcionario impellido o seu ordenado; e que, quando este nada perceber, cabem ao que for designado para substitui-lo os vencimentos integraes. . . . .	18
N. 27 — Declara que ao lente interino cabe uma gratificação igual ao ordenado desse cargo . . . . .	19
N. 28 — Declara que o alumno que não quizer bacharelar-se não pôde ser coagido a deixar de frequentar tolas as materias facultativas a que se refere o art. 52 do Regulamento em vigor do Gymnasio Nacional . . . . .	20
N. 29 — Declara que os livros e demais papeis relativos aos trabalhos do alistamento eleitoral e das respectivas revisões, enviados á secretaria do Tribunal Civil e Criminal, em virtude da lei n. 939, de 29 de dezembro de 1902 e do decreto n. 5160, de 8 de março de 1904, devem ficar á disposição do presidente da junta de revisão. . . . .	20
N. 30 — Declara que não ha incompatibilidade entre as funções de lente e membro do Senado estadual, só devendo ser designado substituto quando o lente que tomar assento naquella Senado communicar achar-se impedido para o exercicio de suas funções . . . . .	2
N. 31 — Declara que o art. 63 do decreto municipal n. 973, de 31 de dezembro de 1903, se refere unicamente a concertos em theatros publicos ou em salas e sociedades particulares. . . . .	21
N. 32 — Declara que o art. 7º do decreto legislativo n. 1432, de 22 de dezembro de 1903, reproduzido no art. 172 do regulamento da Assistencia a Alienados annexo ao decreto n. 5125, de 1 de fevereiro de 1904, só pôde referir-se á autoridade judiciaria . . . . .	22
N. 33 — Trata da forma pela qual os prefeitos do Territorio do Acre devem se corresponder com o Ministerio da Justiça e Negocios Interiores e da ausencia dos mesmos das respectivas Prefeituras. . . . .	22
N. 34 — Declara que tem direito ao augmento de vencimentos de accordo com a tabella os empregados da Assistencia a Alienados. . . . .	23



## MINISTERIO DA JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES

---

N. 1 — EM 16 DE MARÇO DE 1904

Autoridades perante as quaes podem os commandantes de corpos da Guarda Nacional assignar termo de compromisso e tomar posse.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores—Directoria da Justiça — 2ª Secção — Rio de Janeiro, 16 de março de 1904.

O coronel commandante da 3ª brigada de infantaria da Guarda Nacional da capital desse Estado, em officio n. 21, de 2 de dezembro do anno passado, acompanhado de quatro documentos, representou contra o facto de haver o major João Villena de Aquino, promovido ao posto de tenente-coronel commandante do 9º batalhão de infantaria, que pertence áquella brigada, assignado o necessario termo de promessa e tomado posse do seu posto perante esse Commando Superior, quando entende que taes formalidades deveriam ser preenchidas junto ao commandante da respectiva brigada, e pede que este Ministerio providencie para que taes factos, já repetidos, não se reproduzam.

Em referencia a este assumpto, declaro-vos, para os devidos effeitos e para que o façais constar ao reclamante, que, de accordo com a primeira *alinea* do art. 81 do decreto n. 722, de 25 de outubro de 1850, os commandantes dos corpos deverão assignar o termo de compromisso e tomar posse perante os commandantes superiores, maxime si os corpos tiverem sua sede na capital do Estado.

Aos commandantes de brigada compete, por analogia, deferir o termo de promessa, unicamente aos officiaes do seu estado-maior, só o fazendo tambem aos commandantes dos corpos nas comarcas do interior do Estado, quando para isso autorizados pelos commandantes superiores, nos termos do aviso de 15 de abril de 1899.

Assim bem procedestes no caso que fez o assumpto da alludida reclamação, que não tem fundamento legal.

Saúde e fraternidade.— Dr. J. J. Seabra.— Sr. Coronel Commandante Superior interino da Guarda Nacional no Estado do Amazonas.

---

## N. 2 — EM 21 DE MARÇO DE 1904

Sobre o processo de habilitação para o casamento civil e respectivo pagamento de sello.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores—Directoria da Justiça — 1ª Secção — Rio de Janeiro, 21 de março de 1904.

Sr. Presidente do Estado de S. Paulo — Em resposta ao officio n. 177, de 2 de fevereiro findo, declaro, para os fins convenientes que o art. 72, § 4º, da Constituição só se refere á celebração do casamento civil e não ao processo de habilitação, no qual o escriptão tem direito aos emolumentos taxados no art. 123 do decreto n. 181, de 21 de janeiro de 1890, excepto quando os nubentes forem reconhecidamente pobres, como prescreve o art. 124, bem assim que, na conformidade do art. 13 da lei n. 813, de 23 de dezembro de 1901, todos os papeis para o casamento civil estão isentos do pagamento de sello.

Saúde e fraternidade.— *J. J. Seabra.*

## N. 3 — EM 11 DE ABRIL DE 1904

Solicita expedição de ordens ás autoridades policiaes nos Estados para que seja observada a decisão constante do aviso de 15 de julho de 1901 referente ás honras e regalias dos officiaes da Guarda Nacional.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª Secção — Rio de Janeiro, 11 de abril de 1904.

Sr. Governador do Estado d... — Os officiaes da Guarda Nacional da União gozandasmesmas honras e regalias que competem aos do Exército e Armada, conforme estatue o art. 60 da lei n. 602, de 19 de setembro de 1850, e não podem, portanto, ser recolhidos á prisão commun, senão depois de condemnados e a sentença passada em julgado por qualquer dos crimes previstos no art. 64, § 1º da citada lei, em que tinham de perder os postos.

Reproduzindo-se, porém, com frequencia, reclamações contra algumas autoridades policiaes dos Estados que, não obstante as garantias acima referidas e a declaração feita pelos mesmos officiaes do posto que occupam, os fazem prender e acompanhar por praças de policia local, quando commettem qualquer delicto, o que é contrario á disciplina e attentatorio das regalias de que gozam os alludidos officiaes, já reconhecidas na resolução tomada sobre consulta do extincto Conselho do Estado, de 20 de novembro de 1861, e confirmadas em decisões posteriores deste Ministerio,

rogo-vos a expedição das necessarias ordens ás autoridades por iuicias desse Estado para que, quando tenham de effectuar e mandar effectuar a prisão de qualquer official da Guarda Nacional, quer se trate de flagrante delicto, quer de execução de mandado judicial expedido em virtude de pronuncia em ordem inafiançavel, se observe a decisão constante do aviso deste Ministerio, de 15 de julho de 1901, que determina não poder o official, embora á paizana, ser revistado por praças de policia, ou de qualquer outra corporação militar e muito menos conduzido preso pelas alludidas praças, desde que se faça reconhecer.

Si na localidade não houver quartel de algum corpo militar, a cujo estado-maior deverá ser recolhido, de preferencia, sel-o-ha então á sala livre da Camara ou Intendencia Municipal, ainda quando preso o official em flagrante delicto do crime inafiançavel, e nunca aos corpos da guarda ou prisão common, cabendo-lhe, em todo o caso, o direito de exigir que o acompanhe autoridade de natureza inteiramente civil, na falta de official superior ou de igual patente que o possa conduzir, como, aliás, se acha explicado em diversos avisos deste Ministerio.

Saúde e fraternidade. -- Dr. J. J. Seabra.

---

#### N. 4 — EM 19 DE ABRIL DE 1904

Manda censurar em ordem do dia alguns officiaes da Guarda Nacional por transgressão disciplinar.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª Secção — Rio de Janeiro, 19 de abril de 1904.

Sendo expressamente vedado aos officiaes da Guarda Nacional, ou de qualquer outra corporação militar, representarem collectivamente aos seus superiores hierarchicos, por ser esse procedimento considerado attentatorio da disciplina, transmitto-vos a inclusa representação, dirigida ao Ministerio a meu cargo por officiaes da milicia civil desse Estado, afim de que, em ordem do dia desse commando, censureis taes signatarios pela falta commettida.

Saúde e fraternidade. — Dr. J. J. Seabra. — Sr. Coronel Com-mandante Superior interino da Guarda Nacional no Estado do Ceará.

---

## N. 5 — EM 30 DE ABRIL DE 1904

Declara a quem o commandante effectivo ou interino de uma brigada ou corpo pôde passar o respectivo commando, quando adoecer ou tiver outro qualquer impedimento não prolongado, e as portarias de licença que estão sujeitas ao sello.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª Secção — Rio de Janeiro, 30 de abril de 1904.

Em resposta á consulta constante do officio n. 8, de 27 do fevereiro ultimo, declaro, para vosso conhecimento, que o commandante effectivo ou interino de uma brigada ou corpo pôde passar o respectivo commando ao seu substituto legal, si adoecer ou tiver outro qualquer impedimento, dando logo sciencia ao seu superior hierarchico, para os fins convenientes, devendo, porém, no caso da molestia ou do impedimento se prolongar, requerer licença, depois de submettido á inspecção de saude, na primeira hypothese; e quo as licenças concedidas pelos commandantes superiores, de brigadas o de corpos, em conformidade do art. 24 do decreto n. 1354, de 6 de abril de 1854, estão sujeitos ao pagamento do sello e só podem ter o «cumpra-se» da autoridade competente depois do satisfeito aquelle imposto, que é pago na repartição arrecadadora das rendas federaes, na localidade.

Saúde e fraternidade. — Dr. J. J. Seabra. — Sr. General Commandante Superior da Guarda Nacional no Estado do Rio de Janeiro.

## N. 6 — EM 27 DE MAIO DE 1904

Solicita expedição de ordens, afim de serem recebidos nos estados-maiores e menores dos corpos do Exército os officiaes e inferiores da Guarda Nacional, quando presos disciplinarmente ou por ordem de autoridade civil.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª Secção — Rio de Janeiro, 27 de maio de 1904.

Sr. Ministro do Estado dos Negocios da Guerra — Rogo-vos digneis expedir as necessarias ordens aos commandantes dos districtos militares afim de que estes autorizem os commandantes dos respectivos corpos a receberem nos estados maiores e menores os officiaes e inferiores da Guarda Nacional presos, quer disciplinarmente, quer por ordem de autoridade civil, correndo as despesas da alimentação dos primeiros por sua propria conta e as dos segundos por conta da caixa dos corpos a que pertencerem, quando se tratar de prisão disciplinar.

Saúde e fraternidade. — Dr. J. J. Seabra.

## N. 7 — EM 9 DE JUNHO DE 1904

Declara que o official da Guarda Nacional preso não pode ser acompanhado por guarda civil.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª Secção — Rio de Janeiro, 9 de junho de 1904.

Em solução á consulta constante dos papeis que acompanharam vosso officio n. 126, de 12 de março ultimo, e de accôrdo com o parecer emitido pelo consultor geral da Republica, declaro-vos, para os fins convenientes, que, sendo apenas considerados autoridades policiaes de caracter inteiramente civil os chefes de policia, delegados e seus supplentes e os inspectores seccionaes ou de quartelrão, aos guardas civis, que não estão incluídos neste numero, são extensivas as decisões contidas nos avisos de 15 de julho de 1901 e de 11 de abril do corrente anno.

Assim, praticado um delicto por um official da Guarda Nacional ou de qualquer outra corporação armada da União, que se faça reconhecer, quando á paizana, ao guarda civil só é lícito dar-lhe voz de prisão em flagrante á ordem da autoridade competente, e solicitar a presença de uma autoridade civil ou de official de patente igual ou superior á do delinquente, para acompanhá-lo ao seu destino.

Saúde e fraternidade.— Dr. J. J. Seabra.— Sr. Marechal Commandante Superior da Guarda Nacional nesta Capital.

---

## N. 8 — EM 20 DE JUNHO DE 1904

Communica haver providenciado para ser permittido aos commandos superiores da Guarda Nacional o uso official do telegrapho em assumpto relativo á mesma milicia.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª Secção — Rio de Janeiro, 20 de junho de 1904.

Declaro-vos, para os fins convenientes, que, attendendo á solicitação deste Ministerio, o da Industria, Vição e Obras Publicas já providenciou afim de ser permittido á esse commando superior o uso official do telegrapho, em assumpto relativo á Guarda Nacional.

Saúde e fraternidade.— Dr. J. J. Seabra — Sr. Commandante Superior interino da Guarda Nacional no Estado de ...

---

## N. 9 — EM 21 DE JULHO DE 1904

Mando cancelar a licença de seis mezes concedida pelo respectivo commandante superior a um official da Guarda Nacional, por ser contrario ao dispositivo do art. 28 do decreto n. 1.354 de 6 de abril de 1854.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª Secção — Rio de Janeiro, 21 de julho de 1904.

Tendo o capitão-cirurgião do 1º batalhão de artilharia de posição da Guarda Nacional da capital desse Estado Julio Carlos de Miranda, se apresentada ao coronel commandante superior interino da mesma milicia no Estado do Amazonas com uma guia de seis mezes de licença, expedida por esse commando, e sendo isso contrario ao disposto no art. 28 do decreto n. 1.354, de 6 de abril de 1854, que só permite aos commandantes superiores conceder licença por tempo não excedente de quatro mezes para ser usada dentro do territorio do respectivo Estado, resolvi annullar aquelle acto e chamar a vossa attenção para o alludido artigo, o que vos communico para os fins convenientes.

Saúde e fraternidade.— Dr. J. J. Seabra — Sr. Coronel Commandante Superior interino da Guarda Nacional no Estado do Ceará.

## N. 10 — EM 28 DE SETEMBRO DE 1904

Mando por que se devam fazer reconhecer os officiaes da Guarda Nacional, quando á paizana, tenham de ser presos.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª Secção — Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1904.

Sr. Presidente do Estado de Minas Geraes — Em resposta á consulta constante do vosso officio n. 4, de 5 do cadente mez, relativo ao modo por que se devem fazer reconhecer os officiaes da Guarda Nacional, quando á paizana, tenham de ser presos, quer em flagrante delicto, quer por ordem da autoridade competente, declaro-vos que basta a allegação feita pelo detido de ser official, com especificação da companhia, bateria, ou esquadrão do corpo a que pertencer, ou brigada se for do estado maior, para que lhe sejam respeitadas as regalias que o posto lhe confere.

E, immediatamente, si o official não trouxer em seu poder a respectiva patente e a autoridade que effectuar a prisão tiver duvida sobre a veracidade de suas allegações, marcar-lhe-á um prazo razoavel para provar a sua qualidade de official e requisitari do commando superior da Guarda Nacional do Estado, ou do commandante do corpo a que pertencer, as necessarias informações.

Prozada a falsidade da allegação, que deve ser testemunhada, á autoridade compete processar o delinquente como incurso nas penas do art. 379 do Código Penal, cessando desde logo as regalias de que estiver gozando e que em qualquer outra hypothese só lhe seriam cassadas si se verificar que foi privado do posto ou annullada a sua nomeação.

Saúde e fraternidade. — Dr. J. J. Seabra.

---

N. II — EM 28 DE SETEMBRO DE 1904

O art. 55 da Consolidação das leis municipaes deve ser entendido de accordo com o art. 18 do decreto que regulamentou a lei n. 939 de 29 de dezembro de 1902.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 1ª Secção — Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1904.

Em resposta ao officio de 4 do mez findo, declaro-vos que, segundo já foi resolvido em aviso de 19 de outubro do anno passado, deve ser exigido o conhecimento a que se refere o art. 18 do regulamento n. 4.769, de 9 de fevereiro de 1903, e tambem mencionado no art. 1º do decreto municipal n. 408, de 27 de março do mesmo anno. O art. 55 da Consolidação das leis municipaes, reproducção do art. 27 da lei n. 939, de 29 de dezembro de 1902, preestituindo que nenhuma escriptura, desde que se refira a pessoas, negocios ou bens, deve ser lavrada sem que sejam apresentados ao tabellião os conhecimentos dos respectivos impostos municipaes, ou certidão, não creou direito novo e deve ser entendido de accordo com o art. 18 do decreto que regulamentou a citada lei n. 939, o qual nada mais fez do que esclarecer e tornar exequivel aquelle dispositivo.

Querer, porém, que, além dos conhecimentos que provam o pagamento dos impostos, as partes apresentem certidão, passada pela Intendencia, de se acharem quites, é uma exigencia descabida, que o legislador não podia ter em mente, e que só visa sobrecarregar os interessados com um augmento de despesa de que não cogitou a lei; sendo que aos mesmos interessados, para sua garantia, si assim julgarem necessario, cabe exigir, como se dá com relação ao registro de hypothecas, certidão negativa concernente aos impostos municipaes.

E desde que as partes apresentem no acto da escriptura os alludidos conhecimentos, estão dispensadas da certidão, que só pôde ser exigida na falta daquelles.

O que convem facéis constar ao 2º tabellião de notas desta Capital, em resposta á consulta que acompanhou vosso citado officio.

Saúde e fraternidade. — Dr. J. J. Seabra. — Sr. Presidente do Tribunal Civil e Criminal.

---

**N. 12 — EM 28 DE SETEMBRO DE 1904**

Declara como deve ser dada a posse a um official da Guarda Nacional na falta do commandante effectivo ou interino da brigada ou do corpo a que pertencer.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª Secção — Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1904.

Tendo o capitão do 42º batalhão de infantaria da Guarda Nacional da comarca do Rio Branco, nesse Estado, Alcides Rodrigues Pinto, solicitado dispensa do lapso de tempo decorrido para tomar posse de seu posto e entrar em exercicio, allegando não o ter feito no prazo legal, por se haver ausentado temporariamente da sede da respectiva brigada, o seu commandante coronel Dr. Francisco Carlos de Araujo Moreira, resolvi conceder-lhe a dispensa pedida, convindo que façais constar ao requerente que, na falta do commandante effectivo ou interino da brigada ou do corpo a que pertencer o official, poderá este tomar posse perante o commandante de qualquer outro corpo ou brigada da mesma comarca ou de outra mais proxima, conforme já foi resolvido em diversas consultas feitas a este Ministerio.

Saúde e fraternidade.— Dr. J. J. Seabra.— Sr. Coronel Commandante Superior interino da Guarda Nacional no Estado de Minas Geraes.

---

**N. 13 — EM 30 DE SETEMBRO DE 1904**

Mantem a decisão constante do aviso de 21 de julho

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª Secção — Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1904.

Em resposta ao vosso officio de 22 de agosto ultimo, no qual procurastes justificar a licença de seis mezes concedida por esse commando superior ao capitão cirurgião do 1º batalhão de artilheria de posição da Guarda Nacional desse Estado, Julio Carlos de Miranda, para tratar de negocios de seu interesse fóra do Estado, declaro-vos que este Ministerio não pôde considerar válido aquelle acto, por transgredir o dispositivo do art. 28, ultima parte, do decreto n. 1.255, de 6 de abril de 1854, e assim mantém a decisão constante do aviso de 21 de julho do corrente anno, que mandou cancellar a mesma licença.

Saúde e fraternidade.— Dr. J. J. Seabra.— Sr. Coronel Commandante Superior interino da Guarda Nacional no Estado de Ceará.



## N. 14 — EM 21 DE DEZEMBRO DE 1904

Sobre celebração de casamentos no Consulado da Suecia

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 1ª Secção — Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1904.

Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores — Tenho a honra de declarar-vos, em resposta ao aviso n. 109, de 6 do corrente mez, que a lei n. 181, de 24 de janeiro de 1890, que estabeleceu o casamento civil, não se oppõe a que os agentes diplomaticos e consulares da Suecia celebrem no Brazil casamento entre subditos daquelle paiz ou entre um sueco e um subdito de outra nação, exceptuados os brasileiros, de accordo com a lei de 8 de julho do corrente anno.

Saúde e fraternidade. — Dr. J. J. Seabra.

---

## N. 15 — EM 11 DE JANEIRO DE 1904

Declara que aos lentes que se acham no desempenho de commissões alheias a este Ministerio não assiste direito a vencimento algum, mesmo no periodo das férias.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 2ª Secção — Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1904.

No officio n. 401, de 31 de dezembro ultimo, consultaes tendo em vista o art. 360 doCodigo de Ensino, quanto ao pagamento dos vencimentos, durante o periodo das férias, aos lentes que se acham no desempenho de Commissões a cargo do Ministerio da Industria, Viação, e Obras Publicas, e dos quaes tratam os avisos ns. 1844 e 1853, de 28 e 30 daquelle mez.

Em resposta, declaro-vos que não precede a duvida suscitada por essa Directoria.

Aos lentes em questão, de accordo com o disposto no art. 8º do decreto n. 1995, de 14 de outubro da 1857, que regula os vencimentos dos empregados de Fazenda e foi mandado tornar extensivo aos deste Ministerio pelo de n. 2523, de 30 de janeiro de 1860, não assiste direito a vencimento algum por essa Escola, mesmo no periodo das férias.

Além disso, o determinado nos citados Avisos teve em vista o preceito constitucional que prohibe as accumulações remuneradas, o que se dará tanto no tempo de férias, como no periodo dos trabalhos escolares.

Saúde e fraternidade. — Dr. J. J. Seabra.

Sr. Director da Escola Polytechnica do Rio de Janeiro.

---

## N. 16 — EM 30 DE JANEIRO DE 1904

Declara que a collação do grão aos alumnos que concluem os cursos superiores não depende do pagamento previo da taxa do respectivo diploma.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 2ª Secção — Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1904.

Com o officio de 19 do corrente mez, transmittistes o requerimento em que Lafayette de Carvalho e Silva e outros, alumnos da Faculdade sob vossa fiscalização, allegando terem concluido o curso de Sciencias Juridicas e Sociaes pedem ser investidos do grão a que se julgam com direito na fórma do art. 42 do Regulamento approved polo decreto n. 3903, de 12 de janeiro de 1901, o qual lhes foi negado em virtude de resolução da Congregação mandando que antes da collação do grão se effectue o pagamento da taxa da respectiva carta.

Em resposta, declaro-vos que, de accôrdo com a disposição citada, a collação do grão não depende do pagamento previo da taxa do diploma, não tendo applicação ao caso, como diz o director da Faculdade, os actos desse Ministerio tendentes a acautelar os direitos fiscaes. Taes actos tornaram dependentes da apresentação dos respectivos diplomas o exercicio da advocacia e de funcções em que se exija que os serventuarios sejam bachareis em direito, e não a collação do grão que é acto complementar quanto aos alumnos que concluem o curso.

Entretanto, tratando-se de assumpto que interessa a economia interna da Faculdade, falta ao Governo competencia para resolver sobre o assumpto.

Saúde e fraternidade. — Dr. J. J. Seabra.

Sr. Delegado Fiscal do Governo junto á Faculdade Livre do Direito do Rio de Janeiro.

## N. 17 — EM 13 DE FEVEREIRO DE 1904

Declara que, de accôrdo com o Código de Ensino vigente, não podem ser admittidos nos concursos para o provimento dos lugares de lentes individuos do sexo feminino; e que, tratando-se de estabelecimentos equiparados não pôde o Governo intervir na organização dos respectivos corpos docentes.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 2ª Secção — Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 1904.

Sr. Presidente do Estado de Minas Geracs — Nos officios, ns. 203, de 21 de dezembro ultimo e 30, de 9 de fevereiro corrente

referindo-vos ao facto de haver uma pessoa do sexo feminino requerido inscripção ao concurso a que se vae proceder no Internato do Gymnasio desse Estado para provimento da cadeira de francez, solicitaes do Ministerio a meu cargo, visto ser omissa a tal respeito o Codigo de Ensino, a solução do assumpto de modo a firmar doutrina para casos futuros.

Em resposta, cabe-me declarar-vos que, attenta a legislação federal, tal inscripção não encontra fundamento na lei.

Só por excepção se tem facultado ás mulheres o exercicio de funcções remuneradas pelo Estado e compatíveis com o sexo, por quanto não lhes é applicavel o disposto no art. 73 da Constituição da Republica que aliás negou-lhes os direitos politicos, e porque o direito de exercer cargos publicos conta-se entre aquellas faculdades, forçoso é reconhecer que unicamente ao Poder Legislativo cabe restringir essa regra, precisando quaes as funcções que podem ser desempenhadas por pessoas do sexo feminino, sem invasão da esphera do poder politico, nem inconveniente para o serviço publico.

A alludida concessão tem sido feita em regulamentos de algumas repartições, de modo taxativo, attendendo-se sempre a natureza do serviço ou do estabelecimento.

Si o intuito do legislador, portanto, fosse estender a excepção ao professorado dos institutos regidos pelo Codigo, entre os quaes estão tambem comprehendidas as Faculdades de Direito e Medicina e as Escolas Polytechnica e de Minas, tel-o-hia feito em termos positivos como o fez no art. 121, que permite a matricula de individuos do sexo feminino.

Ao contrario disso, todo o contexto dos respectivos regulamentos, especificadamente o art. 57 do Codigo citado, indica a vontade de manter o regimen anterior.

Na parte relativa ao provimento de logares de lentes e professores, os institutos equiparados não estão, porém, subordinados ao caso estabelecido no Codigo de Ensino. Assim, além os congeneres estaduais votar leis mandando provel-os como julgarem mais acertado.

Saúde e fraternidade.— Dr. J. J. Seabra.

## N. 18 — EM 17 DE FEVEREIRO DE 1904

Declara que os exames parcellados de preparatorios não são validos para a matricula nos institutos equiparados ao Gymnasio Nacional: que as certidões dos mesmos exames não dispensam os alumnos que as apresentarem do estudo das disciplinas do curso gymnasial a que taes documentos se referirem; e presta outras informações.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 2ª Secção — Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1904.

Em solução ás consultas constantes do officio de 1 do corrente mez declaro-vos que:

1.º Os exames parcellados de preparatorios não são validos para a matricula nos institutos equiparados, conforme se decidiu por aviso de 31 de dezembro de 1902, pelo que estão os candidatos que apresentarem as respectivas certidões obrigados a estudar, no curso gymnasial, as disciplinas a que esses documentos se referirem;

2.º O certificado de habilitação no curso primario não dispensa, á vista do disposto nos arts. 34, n. IV, e 35 do regulamento approved pelo decreto n. 3914, de 26 de janeiro de 1901, o exame de admissão no 1º anno;

3.º A prova de idade, na conformidade do art. 34, n. 1, do supracitado regulamento, deve ser feita pela respectiva certidão ou documento equivalente;

4.º As certidões de exames finais, como determina a circular de 30 de abril de 1901, estão sujeitas ao pagamento de sello adhesivo na importancia de 5\$500;

5.º Finalmente, as certidões de exames de sufficiencia e os requerimentos para prestação destes exames e para a matricula estão sujeitos ao pagamento de sello adhesivo a que se refere a tabella B, § 1º, n. 6, e § 10 n. 2 do regulamento approved pelo decreto n. 3564, de 22 de janeiro de 1900.

Saúde e fraternidade. — Dr. J. J. Seabra.

Sr. Delegado Fiscal do Governo junto ao Gymnasio N. S. do Carmo, em S. Paulo.

## N. 19 — EM 28 DE MARÇO DE 1904

Regulariza o pagamento de vencimentos a docentes das escolas superiores federaes que se ausentarem para tomar parte em congressos scientificos.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 2ª Secção — Rio de Janeiro, 28 de março de 1904.

Com o officio n. 87, de 7 do corrente mez, transmittistes o requerimento em que os substitutos dessa Faculdade Drs. Gonçalo Muniz Sodré de Aragão e João Americo Garcez Fróes e o preparador Dr. Alfredo Antonio de Andrade pedem lhes sejam facultados os meios de comparecer ao Congresso Medico Latino Americano, para cujos trabalhos se acham inscriptos.

Em resposta declaro-vos que aos requerentes é permittido tomar parte, si quizerem, nos alludidos trabalhos percebendo apenas os vencimentos integraes de seus cargos, visto não ser possível ao Governo Federal arbitrar-lhes qualquer auxilio, por não comportal-o o credito concedido pelo Congresso Nacional para representação do Brazil naquelle certamen.

Outrosim, vos declaro que o abono de taes vencimentos deve ser feito somente durante o tempo da viagem e das sessões do Congresso, sendo o excedente reputado como licença, para os effeitos legais.

Saúde e fraternidade. — Dr. J. J. Seabra.

Sr. Director da Faculdade de Medicina da Bahia.

## N. 20 — EM 4 DE ABRIL DE 1904

Declara que as disposições do Código de Ensino approvedo pelo decreto n. 3890, de 1 de janeiro de 1901, são applicaveis aos estabelecimentos equiparados aos congeneres federaes ante a data do citado decreto, reservando-se ao Governo, como poder concedente, o pleno direito de alterar os modos e funcionamento do privilegio concedido.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 2ª Secção — Rio de Janeiro, 4 de abril de 1904.

Com officio de 7 de março ultimo remettestes ao Ministerio a meu cargo o em que o director do Collegio Paula Freitas vos communica :

Que o dito collegio, quando foi equiparado ao Gymnasio Nacional, não estava sujeito ao onus de admitir alumnos gratuitos.

onus esso incluído no Código de Ensino de 1901, e ao qual, como aos demais no mesmo Código estabelecidos, não se pôde sujeitar.

Que, ainda no caso de estar o collegio legalmente sujeito aquelle onus, a respectiva disposição seria inapplicavel ao menor Alfredo Hermenrodes de Moraes, porquanto não é provavelmente pobre.

Em referencia ao assumpto declaro-vos que o novo dispositivo do Código de Ensino, approvado pelo decreto n. 3890 de 1 de janeiro de 1901, não fore a substancia do privilegio da equiparação nem os direitos adquiridos, que na especie se circumscrevem á faculdade de habilitar o instituto equiparado estudantes para a matricula nos cursos superiores ou conferir-lhes diplomas de bacharel em sciencias e letras.

Acresce que a concessão da equiparação dos institutos de ensino não se funda em um contracto propriamente dito, mas provém de um acto unilateral do Governo, e este, não estando adstricto a estipulações, clausulas e condições, que nos contractos dão a regra e a medida dos direitos dos contractantes, já quanto á concessão em si, já quanto aos diversos actos, relações e consequencias delles resultantes, se reserva, como poder concedente, o pleno direito de alterar os modos e funcionamento do privilegio concedido, como o reclamarem os interesses da communhão.

E' certo que o citado Código de Ensino preceitua no art. 382, n. VII, a observancia das condições estabelecidas no actual Regulamento do Gymnasio Nacional para admissão dos alumnos gratuitos nos estabelecimentos equiparados. Mas cumpre advertir que ao Ministerio a meu cargo e que compete apreciar o preenchimento das alludidas condições. Esta simples consideração é sufficiente para derimir a questão suscitada em segundo logar pelo director do Collegio Paula Freitas no falso supposto de poder conhecer o modo por que é executado o preceito do art. 382, n. VII.

Entretanto acrescentarei que o pai do menor de quem se trata não occupa na Brigada Policial o cargo de commandante de um dos respectivos corpos, nem qualquer outro.

Fosse, porém, exacta a referencia feita a esta circumstancia e dahi não seria lícito inferir que o menor não se achava, *ipso facto*, em condições de ser matriculado como alumno gratuito por faltar-lhe a de pobreza.

O reconhecimento desta, além de competir a quem determina a admissão, não depende exclusivamente da natureza do cargo que o funcionario exerça.

E' intuitivo que cumpre attender a outros elementos dignos de ponderação.

A vista do exposto, mantenho a resolução constante do aviso de 25 de fevereiro proximo passado.

Saúde e fraternidade.— Dr. J. J. Seabra.— Sr. Delegado Fiscal do Governo junto ao Collegio Paula Freitas.

## N. 21 — EM 18 DE ABRIL DE 1904

Declara que ao Governo falta competencia para autorizar a dispensa de cidadãos eleitos para as commissões seccionaes de alistamento eleitoral.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 1ª Secção — Rio de Janeiro, 18 de abril de 1904.

Sr. Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas — Por faltar ao Governo competencia para autorizar a dispensa dos cidadãos eleitos para fazerem parte das commissões seccionaes de alistamento, *ex-vi* do art. 30 da lei n. 35, de 26 de janeiro de 1892, além de que o serviço eleitoral prefere a qualquer outro, nos termos do art. 57 da mesma lei, communico-vos não ser possível attender á dispensa que solicitaes em aviso de 14 do corrente mez, para 14 empregados da Administração dos Correios da Parahyba.

Saúde e fraternidade.— Dr. J. J. Seabra.

## N. 22 — EM 23 DE ABRIL DE 1904

Declara que o effeito do julgamento das provas de exame parcelado somente poderá ser suspenso quando o mesmo julgamento não corresponder ás notas dadas pelos membros da comissão examinadora observado o preceito do art. 53 das Instruções approvadas pelo decreto n. 4247 de 23 de novembro de 1901.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 2ª Secção — Rio de Janeiro, 23 de abril de 1904.

Com os officios de 3 e 11 de março ultimo remettestes as provas escriptas dos exames cujos offeitos suspondestes, usando da attribuição conferida pelo art. 4º n. IV das Instruções approvadas pelo decreto n. 4247 de 23 de novembro de 1901.

De accordo com a interpretação que deve ter a mencionada disposição o effeito do julgamento das provas somente poderá ser suspenso quando o mesmo julgamento não corresponder ás notas lançadas pelos membros da comissão examinadora observado o preceito do art. 53 das ditas Instruções, sendo que, no caso de verinear-se o facto de conceder qualquer com-

missão notas graciosas, cabe ao commissario fiscal providenciar no sentido de ser immediatamente substituída.

Nestas condições e attenta a resolução constante do tele-gramma junto, em copia, declaro-vos que mantenho a approvação dos estudantes Oswaldo Benjamin Allioni, Apuleo de Castro Magalhães, Manoel Pinto Rodrigues Costa Junior, Francisco Antonio dos Santos Souza, Lindolpho Pinheiro dos Santos, Eugenio Teixeira Leal e Edgard Ferreira Barros.

Relativamente aos estudantes Arthur Pereira de Mello, Arthur Rodrigues do Lago e José Julio de Campos, não constando das provas escriptas dos dous primeiros, quaes as notas da prova oral e da do ultimo, qual a nota lançada pelo terceiro membro da commissão examinadora, recomendo-vos presteis informações a tal respeito.

Incluso vos restituo as provas escriptas que acompanharam os mencionados officios, dos sete estudantes de que trata a primeira parte deste Aviso.

Saúde e fraternidade. — Dr. J. J. Seabra. — Sr. Commissario Fiscal dos exames preparatorios no Estado da Bahia.

---

#### N. 23 — EM 30 DE ABRIL DE 1904

Declara que ao Governo fallece competencia para resolver si as commissões seccionaes podem ou não funcionar, por se tratar de assumpto da alçada do Poder Judiciario; bem assim que, si a legitimidade de taes commissões fôr contestada, o Governo da União aguardará a decisão do Poder competente para resolver sobre o pagamento da despesa eleitoral.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 1ª Secção — Rio de Janeiro, 30 de abril de 1904.

Tenho presente o officio de 25 de abril corrente, no qual communicastes que, por não ter sido assignada a acta das installações das commissões seccionaes de alistamento federal, como determina o art. 62, § 2º da lei n. 35, de 26 de janeiro de 1892, deixou de ser affixado o necessario edital e não se fizeram as communicações dos eleitos; bem assim consultastes si as commissões podem funcionar e si o Governo da União é responsavel pelas despesas do art. 64.

Em resposta, declaro-vos que, ao Governo fallece competencia para resolver si as commissões podem ou não funcionar, porquanto o reconhecimento da legitimidade do seu exercicio é assumpto da alçada do Poder Judiciario.

Outrosim, declaro que, si a legitimidade de taes commissões fôr contestada, o Governo da União aguardará a decisão do



poder competente para resolver sobre o pagamento da despesa que este anno se houver effectuado com o serviço do alistamento nesse municipio.

Saúde e fraternidade.— Dr. J. J. Seabra.— Sr. Agente Executivo Municipal de Além Parahyba, Estado de Minas Geraes.

---

N. 24 — EM 30 DE ABRIL DE 1904

Declara que um lente não pôde ser nomeado para exercer interinamente as funções de substituto.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores— Directoria do Interior — 2ª Secção — Rio de Janeiro, 30 de abril de 1904.

Em referencia aos officios ns. 66 e 71, datados de 18 e 22 do corrente mez, e nos quates submettestes á approvação do Ministerio a meu cargo a proposta para provimento dos logares cujos lentes e substitutos estão desempenhando commissões extranhas a essa escola, declaro-vos que á respectiva Directoria cabe resolver sobre o provimento interino das cadeiras, observado o disposto no art. 335 do Código de ensino.

De accordo com a vossa proposta, por portaria desta data foi nomeado substituto interino da 6ª secção o professor Engenheiro civil José Pereira da Graça Couto.

Quanto á proposta relativa ao lente Dr. Luiz Carlos Barbosa de Oliveira, declaro-vos outrossim que não é possível realizar se a sua nomeação para servir interinamente de substituto da 1ª secção, porquanto, á vista da doutrina firmada pelos avisos de 22 de maio e 30 de julho de 1902, as funções do cargo de substituto não podem ser exercidas pelos lentes sem quebra do principio de hierarchia estabelecido pelo citado Código de ensino.

Finalmente convém que presteis esclarecimentos sobre o provimento do dito logar de substituto da 1ª secção, para o qual propuzeste no officio n. 66 o Dr. Luiz Valdetaro de Lossio e Seibnitz, e no de n. 71 o Dr. Luiz Carlos Barbosa de Oliveira.

Saúde e fraternidade.— Dr. J. J. Seabra.— Sr. Director da Escola Polytechnica do Rio de Janeiro.

---

## N. 25 — EM 11 DE MAIO DE 1904

Declara que a matricula em estabelecimento equiparados aos Federaes não pôde ser feita mediante apresentação de certificado de exame de promoção feito em outro estabelecimento, mas mediante guia de transferencia.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores— Directoria do Interior — 2ª Secção — Rio de Janeiro, 11 de maio de 1904.

Em referencia ao officio n. 67 de 28 de abril ultimo, no qual consultaes si pôde ser admittido á matricula no estabelecimento sob vossa fiscalização um alumno do Externato do Gymnasio Mineiro que apresentou certificado de exame de promoção differente do modelo approved pela portaria de 13 de novembro de 1901, declaro-vos que, ainda mesmo que o referido certificado estivesse de accordo com o modelo estabelecido, tal documento não poderia servir para a matricula, por isso que esta somente deve effectuar-se mediante a guia de transferencia.

Saúde e fraternidade.— Dr. J. J. Seabra.— Sr. Delegado Fiscal do Governo junto ao Collegio Anchieta em Nova Friburgo.

## N. 26 — EM 3 DE JUNHO DE 1904

Declara que ao docente que, além do exercicio do seu cargo, reger cadeira ou aula por impedimento do respectivo funcionario cabe um acrescimo de vencimentos equal á gratificação deste no caso de conservar o funcionario impedido o seu ordenado ; e que, quando este nada perceber, cabem ao que for designado para substitui-lo os vencimentos integaes.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores— Directoria do Interior — 2ª Secção — Rio de Janeiro, 3 de junho de 1904.

Sr. Ministro de Estado da Fazenda — O art. 30 do Codigo dos Institutos officiaes de ensino superior e secundario, approved pelo decreto n. 3890 de 1 de janeiro de 1901, quando determina que o lente, substituto ou professor que além do desempenho de seu cargo reger cadeira ou aula, por impedimento ou falta do respectivo funcionario, terá direito a um acrescimo de vencimentos equal á gratificação deste, refere-se ao caso de conservar o funcionario impedido ou que falta ao serviço o respectivo ordenado, visto que manda pagar ao substituto a gratificação

do substituído, isto é, a parte do vencimento descontada a este ultimo funcionario.

Outra não pôde ser no meu conceito a intelligencia do dispositivo contido no citado artigo, pois na hypothese de nada perceber o funcionario impedido, não se verifica apenas o desconto da gratificação, mas, cessa o pagamento de todo o vencimento e si o logar está vago, não existe quem soffra o desconto.

A' vista do exposto resolvi, por aviso de 16 de abril proximo findo, autorizar o director da Escola Polytechnica do Rio de Janeiro a mandar abonar aos lentes designados para substituir os que nada perceberem pela referida Escola, os vencimentos integraes dos logares destes, e somente a gratificação quando o lente impedido estiver no gozo do respectivo ordenado. Fazendo esta communicação, rogo-vos a expedição das necessarias ordens affirm de que, de accordo com a folha do pessoal docente do dito estabelecimento, sejam pagos, na indicada conformidade, os vencimentos dos lentes naquellas condições.

Saúde e fraternidade.— Dr. J. J. Seabra.

---

#### N. 27 — EM 27 DE JUNHO DE 1904

Declara que ao lente interino cabe uma gratificação igual ao ordenado desse cargo.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores— Directoria do Interior — 2ª Secção — Rio de Janeiro, 27 de junho de 1904.

Em referencia ao officio n. 81, datado de 18 do corrente mez, no qual consultastes sobre os vencimentos que devem ser abonados ao Dr. João Frederico de Almeida Fagundes, nomeado para reger a cadeira de historia natural desse Externato, durante o impedimento do respectivo lente que se acha no gozo de oito mezes de licença com todos os vencimentos, concedida em virtude do decreto legislativo n. 1142 de 28 de dezembro de 1903, declaro-vos que ao referido lente interino, de accordo com o precedente estabelecido em relação ao assumpto, cabe uma gratificação igual ao ordenado do cargo de que se trata.

Saúde e fraternidade.— Dr. J. J. Seabra.— Sr. Director de Externato do Gymnasio Nacional.

---

## N. 28 — EM 21 DE JULHO DE 1904

Declara que o alumno que não quizer bacharelar-se não pôde ser coagido a deixar de frequentar todas as materias facultativas a que se refere o art. 32 do Regulamento em vigor do Gymnasio Nacional.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores—Directoria do Interior — 2ª Secção — Rio de Janeiro, 21 de julho de 1904.

Em officio de 13 do corrente mez communicaes que o lente de allemão dessa estabelecimento se recusa a admittir em sua aula o alumno João Baptista de Mello Souza por ter este deixado de frequentar a de grego, o consultaes si tal facto é ou não contrario ao art. 32 do Regulamento em vigor.

Em resposta declaro-vos que dispoendo o citado artigo que para o alumno que não quizer bacharelar-se em sciencias e lettras será facultativo o estudo da mecanica e astronomia, do inglez ou do allemão, do grego e da litteratura, não deve nesta hypothese o alumno ser coagido a deixar de frequentar todas as materias facultativas. Assim não pôde prevalecer o acto do lente de allemão.

Saúde e fraternidade.—Dr. J. J. Seabra.—Sr. Director do Internato do Gymnasio Nacional.

## N. 29 — EM 5 DE AGOSTO DE 1904

Declara que os livros e demais papeis relativos aos trabalhos do alistamento eleitoral e das respectivas revisões, enviados á secretaria do Tribunal Civil e Criminal, em virtude da lei n. 939, de 29 de dezembro de 1902 e do decreto n. 5160, de 8 de março de 1904, devem ficar á disposição do presidente da junta de revisão.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 1ª Secção — Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1904.

Declaro-vos que os livros, requerimentos e mais papeis relativos aos trabalhos do alistamento eleitoral e das respectivas revisões e enviados á Secretaria do Tribunal Civil e Criminal, na conformidade dos arts. 37 da lei n. 939, de 29 de dezembro de 1902, e 67 do decreto n. 5160, de 8 de março do corrente anno, devem ficar á disposição do presidente da junta de revisão que, de dois em dois annos, se reunir para os fins constantes do citado decreto.

Saúde e fraternidade.—Dr. J. J. Seabra.—Sr. Presidente do Tribunal Civil e Criminal.

N. 30 — EM 23 DE AGOSTO DE 1904

Declara que não ha incompatibilidade entre as funcções de lente e membro do Senado estadual, só devendo ser designado substituto quando o lente que tomar assento naquelle Senado communicar achar-se impedido para o exercicio de suas funcções.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores—Directoria do Interior — 2ª Secção — Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1904.

No officio n. 1336 de 8 do corrente mez trouxestes ao conhecimento do Ministerio a meu cargo que, havendo o lente dessa Escola, Dr. Francisco de Paula Rocha Lagôa, tomado assento no Senado mineiro a 18 de junho ultimo, chamastes para exercer suas funcções, o substituto da secção Dr. Julio Jacob, de accordo com o disposto no aviso de 10 de julho de 1900.

Em resposta declaro-vos que, á vista da doutrina firmada pelo aviso dirigido ao Ministerio da Fazenda em 12 de agosto de 1902, não havendo incompatibilidade entre as funcções de lente e de membro do Senado desse Estado, somente deverieis designar o substituto da secção, afim de reger a cadeira do mesmo lente, si este houvesse communicado achar-se impedido para o exercicio de suas funcções.

Saúde e fraternidade.— Dr. J. J. Seabra.— Sr. Director da Escola de Minas.

N. 31 — EM 27 DE SETEMBRO DE 1904

Declara que o art. 63 do decreto municipal n. 976, de 31 de dezembro de 1903, se refere unicamente a concertos em theatros publicos ou em salas e sociedades particulares.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 1ª Secção — Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1904.

Em resposta ao officio n. 700, de 30 de agosto ultimo, a que acompanhou, em cópia, o que vos dirigiu o fiscal dos theatros sobre a cobrança de taxa municipal pelos concertos que se effectuarem no respectivo salão desse Instituto, e de accordo com o parecer do Consultor Geral da Republica, de 24 de outubro corrente, com o qual me conformo, declaro-vos que o art. 63 do decreto municipal n. 976, de 31 de dezembro de 1903, se refere unicamente a concertos que se realizarem em theatros publicos

ou em salas de sociedades particulares, e não em estabelecimentos federaes ; não devendo, portanto, essa Directoria acquiescer á solicitação do funcionario da Prefeitura.

Saúde e fraternidade.— Dr. J. J. Seabra.— Sr. Director do Instituto Nacional de Musica.

---

#### N. 32 — EM 25 DE OUTUBRO DE 1904

Declara que o art. 7º do decreto legislativo n. 1132, de 22 de dezembro de 1903, reproduzido no art. 172 do regulamento da Assistencia a Alienados annexo ao decreto n. 5125, de 1 de fevereiro de 1904, só pôde referir-se a autoridade judiciaria.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 1ª Secção — Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1904.

Em resposta ao officio de 10 deste mez, declaro-vos que, visto tratar-se, na especie, de questão que interessa á liberdade individual, o art. 7º do decreto legislativo n. 1132, de 22 de dezembro de 1903, reproduzido no art. 172 do regulamento da Assistencia a Alienados annexo ao decreto n. 5125, de 1 de fevereiro do corrente anno, não pôde referir-se sinão a autoridade judiciaria.

Saúde e fraternidade.— Dr. J. J. Seabra.— Srs. Membros da Commissão inspectora dos estabelecimentos de alienados, publicos e particulares, no Districto Federal.

---

#### N. 33 — EM 22 DE DEZEMBRO DE 1904

Trata da forma pela qual os Prefeitos do Territorio do Acre devem se corresponder com o Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o da ausencia dos mesmos das respectivas Prefeituras.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — 1ª Secção — Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1904.

Accusando recebido o officio que, sob o n. 20, me dirigiu o Prefeito do Alto Juruá em 18 de outubro ultimo, declaro-vos, para o fazerdes constar ao mesmo Prefeito, não só que deverá ter em vista o disposto no art. 4º, § 1º, do decreto n. 5188, de 7 de abril do corrente anno, acerca da correspondencia com o Mi-

nisterio a meu cargo, mas tambem que não é possivel admittir como objecto de consulta o caso que figura naquelle officio, porquanto, conforme preceitua o art. 3º do citado decreto, os Prefeitos não poderão ausentar-se das respectivas sédes sem licença do Governo.

Saúde e fraternidade.— Dr. J. J. Seabra.— Sr. Delegado do Governo Federal no Territorio do Acre.

---

N. 34 — EM 16 DE AGOSTO DE 1904

Declara que tem direito ao augmento de vencimentos de accordo com a tabella os empregados da Assistencia a Alienados.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria de Contabilidade — 1ª Secção — Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1904.

Sr. Ministro de Estado da Fazenda — Communico-vos que os empregados da Assistencia, a Alienados, que já se achavam em exercicio por occasião de reorganização da mesma Assistencia, de que trata o decreto n. 5125 de 1 de fevereiro ultimo, tem direito ao augmento de vencimentos, de accordo com a tabella que acompanha o mesmo decreto, a contar de 4 de fevereiro do corrente anno.

Saúde e fraternidade.— Dr. J. J. Seabra.

---

# INDICE DAS DECISÕES

DO

## MINISTERIO DA MARINHA

Pags.

Aviso de 9 de janeiro de 1904 — Manda entregar ao Hospital de Marinha as boticas dos cirurgiões e pharmaceuticos que desembarcam sem ter substitutos . . . . .	1
Aviso de 16 de janeiro de 1904 — Manda computar no tempo de serviço de um secretario de Capitania o periodo de exercicio interino do mesmo cargo . . . . .	1
Aviso de 18 de janeiro de 1904 — Autorisa a Associação da Praticagem do Paraná a collocar e custear uma luz na ponta do Cassual, na ilha do Mel. . . . .	2
Aviso de 25 de janeiro de 1904 — Declara que a Companhia Docas de Santos não está isenta do pagamento de sellos nos documentos expedidos pela Capitania . . . . .	2
Aviso circular de 25 de janeiro de 1904 — Declara que as taxas de praticagem devem ser cobradas pela tonelagem do registro das embarcações e o seu calado na occasião. . . . .	3
Aviso de 26 de janeiro de 1904 — Nomea um fiscal do Governo junto a Escola livre de Pilotagem. . . . .	3
Aviso circular de 28 de janeiro de 1904 — Manda uniformisar o serviço e o feitto dos documentos expedidos pelas Capitancias . . . . .	3
Aviso de 28 de janeiro de 1904 — Explica que as associações de praticagem não podem conceder isenções de pagamentos exigidos pelos regulamentos. . . . .	4
Aviso de 10 de fevereiro de 1904 — Declara quaes os vencimentos que competem aos sorteados marinhheiros nacionaes. . . . .	5
Aviso de 10 de fevereiro de 1904 — Declara que com a expedição do decreto n. 4317, de 8 de abril de 1903, cessaram todos os onus inherentes as licenças para construcção de cercadas. . . . .	7
Aviso de 13 de fevereiro de 1904 — Declara que os secretarios das Capitancias dos portos são competentes para inutilisar o sello das certidões que passam . . . . .	7



	Pags.
Aviso de 13 de fevereiro de 1904 — A um commissario, que acumulou as funcções de commissario de uma escola que funcionava em um navio de guerra as de commissario de navio, deve ser contado esse tempo como de embarque. . . . .	8
Aviso de 15 de fevereiro de 1904 — Declara que as embarcações de cabotagem podem empregar-se no serviço de trafego do porto. . . . .	9
Aviso de 22 de fevereiro de 1904 — Declara que o disposto no aviso n.º 323, de 13 de abril de 1901 é applicavel ao Arsenal de Matto Grosso. . . . .	9
Aviso de 22 de fevereiro de 1904 — Explica qual é o abono que compete aos operários do Arsenal de Matto Grosso que acompanham a commissão de vistoria. . . . .	9
Aviso de 29 de fevereiro de 1904 — Manda que os funcionarios da Marinha commissiõnados no estrangeiro só façam saques contra a Delegacia do Thesouro em Londres á proporção das necessidades do serviço. . . . .	10
Aviso de 2 de março de 1904 — Approva certas medidas de tolerancia em consequencia da seca no Estado do Rio Grande do Norte. . . . .	10
Aviso de 19 de março de 1904 — Declara que os serviços prestados ao Estado por contracto com vantagens especiaes e boas remuneracoes não isentam do serviço militar obrigatorio. . . . .	11
Aviso de 11 de março de 1904 — Explica que só os vapores de companhias subvencionadas tem o abalimento de 10 % . . . . .	11
Aviso de 16 de março de 1904 — Manda observar rigorosamente o que dispõe o regulamento das capitánias acerca da marcha das embarcações. . . . .	12
Aviso de 16 de março de 1904 — Explica que a pensão do operario fica extincta pelo collocamento do pensionado. . . . .	12
Aviso de 18 de março de 1904 — Indica como se deve proceder a respeito dos volumes trazidos por officiaes nos navios da Armada em regresso do estrangeiro. . . . .	13
Aviso de 19 de março de 1904 — Permite que os officiaes usem o uniforme mescla em viagem e nos portos. . . . .	13
Aviso de 19 de março de 1904 — Declara que um foguista contractado, que foi sorteado, deve ser alistado na Companhia de Marinheiros Nacionais e transferido para uma das companhias de foguistas. . . . .	14
Aviso de 22 de março de 1904 — Declara que as embarcações empregadas nas obras do porto podem sair ou entrar a qualquer hora do dia ou da noite. . . . .	14
Aviso de 23 de março de 1904 — Prohibe que sejam matriculados foguistas ou pessoal da taifa que não estejam matriculados nos Capitánias. . . . .	15
Aviso de 31 de março de 1904 — Nega aos sub-ajudantes e praticantes-machinistas a certificação especial de paiz	

estrangeiro por não estar consignada na tabella A do decreto n. 4417, de 28 de maio de 1902 . . . . .	15
Circular de 11 de abril de 1904 — Reitera diversas ordens á respeito da expedição de telegrammas, só permittida em casos urgentes. . . . .	16
Aviso de 12 de abril de 1904 — Firma regras pelas quaes as repartições de Marinha nos Estados devem providenciar sobre a concessão de novos creditos . . . . .	16
Aviso de 12 de abril de 1904 — Manda que as delegacias fiscaes do Thesouro Federal nos Estados enviem directamente á Contadoria da Marinha os documentos justificativos da despesa com as respectivas demonstrações mensaes. . . .	17
Aviso de 15 de abril de 1904 — Declara que o aviso n. 467, de 7 de abril de 1903, explica sômente que a lei n. 732, de 20 de dezembro de 1904 derogou o § 1º do art. 4º do regulamento da Carta Marítima . . . . .	17
Aviso de 15 de abril de 1904 — Providencia no sentido de facilitar os trabalhos de dragagem das obras do porto. . . .	18
Aviso de 20 de abril de 1904. — Manda pôr em liberdade um sorteado em conselho de investigação, visto ter sido julgado incapaz. . . . .	18
Aviso de 25 de abril de 1904 — Acerca das cartas de piloto expedidas pela Escola Livre de Nautica e Machinas. . . .	19
Aviso de 27 de abril de 1904 — Explica que a Capitania do porto deve sempre ser ouvida acerca de quaisquer obras sobre o mar. . . . .	19
Aviso de 27 de abril de 1904 — Manda providenciar para que os navios promptos saiam quinzenalmente. . . . .	20
Aviso de 30 de abril de 1904 — Define a natureza das despesas de transporte por conta do Estado, a que tem direito os officiaes da Armada em commissão na Europa. . . . .	20
Aviso de 27 de maio de 1904 — Declara que o concurso para admissão no Corpo de Officiaes Inferiores e as inspecções de saude são validas por seis mezes. . . . .	20
Aviso de 16 de junho de 1904 — Providencia sobre a remessa mensal, para a Contadoria da Marinha, dos documentos da despesa realizada pelas delegacias fiscaes do Thesouro Federal nos Estados. . . . .	21
Aviso de 20 de junho de 1904 — Nega a [menagem requerida por um sorteado insubmisso . . . . .	21
Aviso de 20 de junho de 1904 — Presta informações á Camara dos Deputados acerca do projecto sobre mudança do Arsenal. . . . .	22
Aviso de 4 de julho de 1904 — Manda dispensar operarios em numero sufficiente para ser restabelecido o equilibrio da verba propria. . . . .	23
Aviso de 7 julho de 1904 — Indefere o pedido de um ex-marinheiro para ser internado no Asylo de Invalidos, por ser demais tardio o mesmo pedido . . . . .	24

	Pags.
Aviso de 11 de julho de 1904 — Torna extensivo á Repartição da Carta Marítima o aviso n. 776, de 18 de maio de 1880 que estabeleceu o processo de despeza aos commissários das escolas de aprendizes, e dá outras providencias. . .	24
Aviso e circular de 15 de julho de 1904 — Determina que nos mappas comparativos das concorrências figure uma columna com os preços das propostas preferidas na concorrência anterior . . . . .	25
Aviso de 23 de julho de 1904 — Manda annular a praca de um menor que se alistou sem consentimento de seu tutor e providenciar para que em occasião de alistamento se proceda á verificação de idade. . . . .	25
Aviso de 23 de julho de 1904 — Manda observar em todas as forças navaes em que houver chefes de fazenda o disposto no aviso de 30 de novembro de 1890 . . . . .	25
Aviso de 29 de julho de 1904 — Declara que os alumnos do curso de machinas em licença perdem as diarias. . .	25
Aviso de 11 de agosto de 1904 — Um enfermeiro desertor não pôde ser punido com a pena de eliminação, mas deve ser submettido a conselho de guerra . . . . .	27
Aviso de 11 de agosto de 1904 — Declara que não podem ser abonados quantitativos para enterramento de praticos. . .	27
Aviso de 11 de agosto de 1904 — Revoga o aviso n. 1532, de 3 de agosto de 1893 que autorizou a Directoria da Praticagem de Pernambuco a attender ás despesas com o enterramento do pessoal da Associação. . . . .	28
Circular de 18 agosto de 1904 — Prohibe que sejam concedidas passagens a invalidos que obtem licença para residir fóra do asylo. . . . .	28
Aviso de 25 de agosto de 1904 — Declara que os officiaes reformados antes de 11 de junho de 1890 com gradação no posto immediato, em consequencia de annos de serviço, podem instituir montepio correspondente á gradação. . . . .	28
Aviso de 29 de agosto de 1904 — Adopta instrucções para o recebimento de tubos de caldeiras. . . . .	29
Aviso de 9 de setembro de 1904 — Manda a Delegacia em S. João da Barra auxiliar a Collectoria na guarda das arcias monazíticas . . . . .	33
Aviso de 15 de setembro de 1904 — Manda communicar sem demora ás capitancias de portos as avarias que soffrerem as embarcações da marinha de guerra . . . . .	33
Aviso de 16 de setembro de 1904 — Manda que no grupo de concorrências para o fornecimento de fazendas sejam sempre indicadas as larguras dos tecidos destinados aos uniformes das praças da Armada . . . . .	34
Circular de 19 de setembro de 1904 — Recommenda ás repartições de marinha nos Estados que enviem sempre á contadoria cópias de todos os contractos que celebrarem. . .	34

Aviso de 21 de setembro de 1904 — Indetere o requerimento de um official, pedindo que se lhe conte de todo o seu tirocinio na marinha mercante o periodo de dous annos como de embarque para a promoção . . . . .	35
Aviso de 24 de setembro de 1904 — Manda computar como exercicio do magisterio o periodo de serviço de um lente como instructor de hydrographia. . . . .	35
Aviso de 24 de setembro de 1904 — Declara que os lentes que dirigem laboratorios e gabinetes, devem ser os responsaveis pelos respectivosapparehos, instrumentos, etc. . .	36
Aviso de 27 de setembro de 1904 — Declara qual é o sello que devem pagar as matriculas das embarcações de cabotagem . . . . .	36
Aviso de 28 de setembro de 1904 — Declara validos para a matricula na Escola Naval os exames prestados no Lyceu Nacional e Central de Lisboa . . . . .	37
Aviso de 30 de setembro de 1904 — Requisita providencias para que as estações semaphoricas prestem melhores serviços. .	37
Aviso de 8 de outubro de 1904 — Declara que nas contas dos pharoleiros a despeza de inuteis não deve ser dada por meio de termos, mas sim nos respectivos livros diarios. .	38
Aviso de 21 de outubro de 1904 — Explica que os pilotos nacionaes não tem sido prejudicados em seus direitos . .	38
Aviso de 5 de novembro de 1904 — Declara que as embarcações a vapor empregadas na navegação fluvial estão sujeitas a despacho . . . . .	39
Aviso de 11 de novembro de 1904 — Declara que as delegacias das capitancias somente podem vistoriar embarcações do trafego do porto. . . . .	39
Aviso de 12 de novembro de 1904 — Estabelece regras para o levantamento das cauções dos fieis da Armada . . . .	40
Aviso de 12 de novembro de 1904 — Prohibe a venda de apolices de uma associação de praticagem para o fim de pagar vencimentos do pessoal, e dá outras providencias . . .	41
Aviso de 24 de novembro de 1904 — Não attende o pedido de um enfermeiro do hospital para contribuir para o asylo, por ser funcionario civil . . . . .	41
Aviso de 30 de novembro de 1904 — Manda continuar o desconto de uma etapa a um official embarcado e destacado na Repartição da Carta Maritima. . . . .	42
Aviso de 2 de dezembro de 1904 — Autoriza o fornecimento de 1.000 grammas de carvão por praça para a cozinha dos navios cujo effectivo for diminuto. . . . .	42
Aviso de 5 de dezembro de 1904 — Explica que só na matricula inicial na Escola Naval aproveitam os grãos de approvação obtidos em exames em outros institutos de ensino. .	43
Aviso de 9 de dezembro de 1904 — Approva as instrucções para o concurso dos officiaes do Corpo da Armada que desejarem completar seus estudos na Europa ou nos Estados Unidos . . . . .	43

	Pags.
Aviso de 15 de dezembro de 1901 — Permite que seja completada a joia para o montepio que, por ter fallecido, deixou de fazer um guarda-marinha confirmado . . .	45
Aviso de 16 de dezembro de 1904 — Indica até quando devem ser pagos em ouro os officiaes que regressam de commissões no estrangeiro . . . . .	46
Aviso de 22 de dezembro de 1904 — Dá conhecimento da adopção de salvas navaes proposta pelos lords commissarios do Almirantado Inglez. . . . .	46
Aviso de 27 de dezembro de 1904 — Declara valido por seis mezes o concurso para cirurgião de 5ª classe . . . . .	47
Aviso de 28 de dezembro de 1901 — Torna extensivas aos foguistas contractados e aos criados as disposições referentes aos espolios das praças da Armada, e dá outras providencias . . . . .	47

## MINISTERIO DA MARINHA

---

### AVISO DE 9 DE JANEIRO DE 1904

Manda entregar ao Hospital de Marinha as boticas dos cirurgiões e pharmaceuticos que desbarcaram sem ter substitutos.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 20 Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1904.

Sr. Chefe do Estado-Ma. do General da Armada— Tendo resolvido que as boticas de bordo sejam entregues ao Hospital de Marinha desta Capital, sempre que os cirurgiões e pharmaceuticos que desbarcaram não tiverem substitutos, assim vos declaro para os devidos effeitos e em solução a vosso officio n. 1294 1ª Secção de 17 de outubro ultimo.

Saude e fraternidade. — *Julio Cesar de Noronha.*

---

### AVISO DE 16 DE JANEIRO DE 1904

Manda computar no tempo de serviço de um secretario de Capitania o período de exercício interino da mesma cargo.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 73 — Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1904.

Sr. Capitão do Porto do Estado de Sergipe— Em resposta ao vosso officio n. 29, de 7 de outubro do anno passado com que enviastes informado o requerimento do secretario dessa Capitania Tito Rodrigues Sandes, pedindo contagem, para aposentadoria, do tempo em que serviu interinamente o referido cargo, de 5 de outubro de 1885 a 18 de janeiro de 1890; declaro-vos, para os devidos effeitos, que, conformando-nos com o parecer do Conselho Naval emitido em consulta n. 9080, de 3 de novembro ultimo, resolvi deferir o alludido requerimento, cumprindo, entretanto, notar que toda contagem antecipada de tempo em favor de funcionarios civis, está sujeita á revisão definitiva pelo Tribunal de Contas quando tiver de julgar a aposentadoria.

Saude e fraternidade. — *Julio Cesar de Noronha.*

---

## AVISO DE 18 DE JANEIRO DE 1904

Autorisa a Associação da Praticagem do Paraná a collocar e custear uma luz na ponta do Cassual, na ilha do Mel.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 76 — Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1904.

Sr. Chefe da Repartição da Carta Maritima — Em solução ao vosso offício n. 990, de 21 de dezembro do anno passado, em que vos occupastes da collocação de uma luz no mirante que serve de alojamento do pessoal e abrigo de embarcações da Associação da Praticagem do Paraná, na ponta do Cassual, na ilha do Mel, destinada a indicar a posição do mesmo aos navegantes que demandarem a barra, autorizo a collocação da referida luz á custa da praticagem, que fará tambem as despesas de conservação e consumo, cumprindo, porém, que a repartição a vosso cargo annuncie a inauguração dessa luz e fiscalise o seu funcionamento.

Saude e fraternidade. — *Julio Cesar de Noronha.*

---

## AVISO DE 25 DE JANEIRO DE 1904

Declaro que a Companhia Docas de Santos não está isenta do pagamento de sellos nos documentos expedidos pela Capitania.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 114 — Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1904.

Sr. capitão do Porto de S. Paulo — Declaro-vos, para os devidos effeitos e em resposta ao vosso telegramma de 16 do corrente mez, que a Companhia Docas de Santos não deve ser dispensada do pagamento de sellos nos termos de vistorias e outros documentos passados por esta repartição, á vista do regulamento anexo ao decreto n. 3564, de 22 de janeiro de 1900 e do aviso n. 1554, de 2 de agosto de 1896, dirigido á essa Capitania.

Saude e fraternidade. — *Julio Cesar de Noronha.*

---

## AVISO CIRCULAR DE 25 JANEIRO DE 1904

Declara que as taxas de praticagem devem ser cobradas pela tonelagem de registro das embarcações e o seu calado na occasião.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 115 — Rio de Janeiro e 25 de janeiro de 1904.

Srs. Capitães de Portos, Directores de Associações de Praticagem — Declaro-vos, para os devidos effeitos, que as taxas de praticagem a que se refere o regulamento geral annexo ao decreto n. 79, de 23 de dezembro de 1889 e os regulamentos parciaes promulgados de accordo com o mesmo, devem ser cobradas pela tonelagem de registro das embarcações e o calado destas na occasião.

Saude e fraternidade. — *Julio Cesar de Noronha.*

## AVISO DE 26 DE JANEIRO DE 1904

Nomêa um fiscal do Governo junto a Escola Livre de Pilotagem

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 124 — Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1904.

Sr. Capitão-Tenente Selasício Guillobel — Tendo resolvido designar-vos para exercerdes o cargo de fiscal do Governo junto á Escola Livre de Pilotagem assim vos declaro, para os devidos effeitos.

Saude e fraternidade. — *Julio Cesar de Noronha.*

## AVISO CIRCULAR DE 28 JANEIRO DE 1904

Manda uniformar em o sistema e o feitto dos documentos expedidos pelas Capitancias.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 100 — Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1904.

Srs. Capitães de Portos da Republica — Convinho que haja completa uniformidade no feitto dos documentos que o regulamento annexo ao decreto n. 3929, de 20 de fevereiro de 1901 estabeleceu para o serviço das Capitancias de portos, remetto-vos os inclusos exemplares dos que são usados na Capitania do



Porto do Rio de Janeiro, afim de servirem de modelo aos que tiver do expedir a repartição a vosso cargo.

O livro de registro de embarcações não pôde nem deve ser em fôrma de talão, porquanto, após o registro ou inscrição civil de propriedade de embarcações, não se destaca o documento, como algumas capitánias tem feito para o entregar ás partes, as quaes só devem receber o título provisório de nacionalisação ou propriedade.

O mesmo occorre com relação ás matriculas de embarcações nacionaes.

Saude e fraternidade. — *Julio Cesar de Noronha.*

---

#### AVISO DE 28 DE JANEIRO DE 1904

Explica que as associações de praticagem não podem conceder isenções de pagamentos exigidos pelos regulamentos.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 141 — Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1904.

Sr. Director da Associação de Praticagem do Porto e Barra da Victoria, Estado do Espirito-Santo — Tenho presente o officio n. 28, de 28 de dezembro do anno passado com que me enviastes a cópia da acta lavrada nessa associação dispensando a Empreza Navegação Rio de Janeiro do pagamento da taxa de atracação e desatracação dos seus vapores e pedistes approvação da mesma.

Em resposta declaro-vos que não pôde ser tomada em consideração semelhante resolução pois o regulamento geral annexo ao decreto n. 79, de 23 de dezembro de 1889 e o dessa praticagem, que acompanhou o aviso n. 612, 3ª secção, de 13 de março de 1897, não permittem ao director e menos ao pessoal dessa associação, pretendendo constituir uma assembléa do que os citados regulamentos não cogitam, conceder qualquer isenção ou dispensa de cobranças por serviços a cargo da mesma associação, cujas importancias tem destino discriminado.

Saude e fraternidade. — *Julio Cesar de Noronha.*

---

AVISO DE 10 DE FEVEREIRO DE 1904

Declara quaes os vencimentos que competem aos sorteados marinhos nacionaes.

Ministerio dos Negocios da Marinha.—2ª Secção — N. 191 — Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1904.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — Conformando-me com o parecer do Conselho Naval emitto em consulta n. 9151, de 5 de janeiro ultimo, publicado no *Diario Official* de 26 do mesmo mez, declaro-vos, para os devidos effeitos, que os sorteados, promptos para o serviço da marinha de guerra, isto é que se apresentarem expontaneamente no prazo fixado pelas capitancias, terão os vencimentos consignados nas leis n. 144 B, de 8 de julho de 1893 e n. 478, de 9 de dezembro de 1897, a saber:

	SOLDOS
1º sargento . . . . .	65\$000
2º » . . . . .	60\$000
Cabo . . . . .	50\$000
Marinheiro de 1ª classe . . . .	40\$000
» » 2ª » . . . . .	30\$000

Em paiz estrangeiro — Em ouro:

	SOLDOS
1º sargento . . . . .	77\$250
2º » . . . . .	75\$000
Cabo . . . . .	62\$000
Marinheiro de 1ª classe . . . .	50\$000
» » 2ª » . . . . .	37\$000

Si forem foguistas, em navios em movimento, terão, além do soldo, as seguintes gratificações diarias:

Cabo foguista . . . . .	2\$800
Marinheiro foguista de 1ª classe .	2\$000
» » » 2ª » . . . . .	1\$600

Estas gratificações serão augmentadas si os marinhos foguistas, findo o seu tempo, se engajarem por mais um anno ( decreto n. 8666, de 16 de setembro de 1882).

Os marinhos foguistas perceberão estas gratificações, durante todos os dias do mez, nos termos da lei n. 579, de 19 de julho de 1899 e decreto n. 3564, de 21 de fevereiro de 1900.

Si os marinheiros nacionaes forem artilheiros, torpedistas, chefes de peça, patrões de lancha-torpedo, gageiros ou sotas, mestres de armas, timoneiros e signaleiros terão, além do soldo, a gratificação mensal de \$3000; os que forem carpinteiros ou pedreiros perceberão, além do soldo, a gratificação diaria de 500 réis em 25 dias do mez e os mergulhadores a de \$3, quando em trabalho de sua especialidade (art. 3º do decreto n. 74 A, de 20 de dezembro de 1889 e decreto n. 673, de 21 de agosto de 1890).

Além desses vencimentos terão, em dinheiro, o valor do fardamento de recruta si, findo o tempo legal, se engajarem por mais tres annos (lei n. 1061, de 30 de setembro de 1903, art. 3º).

Quanto a vantagens, competem-lhes as seguintes:

I — Fardamento completo, renovavel nos prazos regulamentares;

II — Tratamento em hospital e enfermarias da marinha;

III — Enterro á custa do Estado, quer na actividade quer como reformado;

IV — Asylo com soldo integral no caso de invalidez no acto de serviço, ou proporcional durante o tempo de serviço. Si fôr licenciado para residir fóra do Asylo, terá, além do soldo, a diaria em dinheiro de \$1000;

V — Reforma com o soldo integral no fim de 20 annos, ainda valido (decreto n. 673, de 1890, art. 6º);

VI — Reforma com o soldo integral, si, seja qual fôr o tempo, se inutilisar em acto de serviço por desastre ou combate (decreto n. 1594 C, de 7 de novembro de 1893;

VII — Legado de seu soldo integral á familia si fallecer em combate ou em consequencia de ferimento recebido em combate (decreto n. 1594 A, de 4 de novembro de 1893 e lei n. 214, de 23 de outubro de 1894);

VIII — Seu tempo de serviço será computado para aposentadoria do emprego civil (lei n. 2556, de 26 de setembro de 1874, art. 9º, § 1º);

IX — Preferencia para empregos do Estado para que tenha habilitação (lei n. 2556, de 1874, art. 9º, §§ 1º e 2º);

X — Preferencia para o Sub-corpo de Officiaes Marinheiros e para o Corpo de Officiaes Inferiores (decreto n. 3234, de 17 de março de 1899, art. 31);

XI — Contagem pelo dobro, para reforma e montepio, si official inferior, do tempo passado em campanhas, em guerra externa ou interna (lei n. 2665, de 29 de setembro de 1875);

XII — Percepção do soldo integral durante o tratamento no hospital por accidente em acto de serviço (lei n. 51, de 13 de julho de 1893);

XIII — Obtenção de medalha de merito, de bronze, prata e ouro, segundo os annos de serviço, nos termos do decreto n. 4238, de 15 de novembro de 1901;

XIV — Matricula gratuita no curso de torpedos creado pelo

decreto n. 3894, de 9 de janeiro de 1901, modificado pelo decreto n. 4587, de 8 de outubro de 1902;

XV — Passagem por conta do Estado para seus domicílios, quando obtiverem baixa (decreto n. 673, de 1890, art. 62);

XVI — Permissão para embarcarem em navios mercantes (decreto citado art. 86);

XVII — Consignação de parte de seus vencimentos á familia (decreto citado, art. 85);

XVIII — Permissão para praticarem nas praticagens officiaes em portos ou rios.

Saude e fraternidade. — *Julio Cesar de Noronha.*

---

#### AVISO DE 10 DE FEVEREIRO DE 1904

Declara que com a expellição do decreto n. 4817, de 8 de abril de 1903, cessaram todos os onus inherentes ás licenças para construção de cercadas.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 209 — Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1904.

Sr. Capitão do Porto do Estado da Parahyba — Accuso o recebimento de vosso officio n. 10, de 11 do mez proximo passado, em que consultaes si deveis ou não cobrar novas licenças pelos curraes de peixe ali existentes, visto haver sido prorogado até 31 de março vindouro o prazo para extincção dos mesmos.

Em resposta declaro-vos que com a publicação do decreto n. 4817, de 8 de abril do anno passado, cessaram todos os onus inherentes ás licenças para a construção das cercadas de peixe, não obstante a prorrogação concedida.

Saude e fraternidade. — *Julio Cesar de Noronha.*

---

#### AVISO DE 13 DE FEVEREIRO DE 1904

Declara que os secretarios das Capitánias dos portos são competentes para inutilisar o sello das certidões que passam.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 195 — Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 1904.

Sr. Capitão do Porto do Estado do Rio Grande do Norte — Competindo ao secretario dessa capitania pelo art. 43, § 3º, n. 3 do regulamento, passar certidões e consequentemente

inutilisar o respectivo sello, conforme o art. 19, § 1º, n. 15, do regulamento annexo ao decreto n. 3564, de 22 de janeiro de 1900, declaro-vos, para os fins convenientes, que são improcedentes as reclamações que vos tem sido apresentadas por alguns interessados, conforme vosso officio n. 20, de 16 do mez passado.

Saude e fraternidade. — *Julio Cesar de Noronha.*

---

#### AVISO DE 13 DE FEVEREIRO DE 1904

A um commissario, que accumulou as funções de commissario de uma escola que funcionava em um navio de guerra as de commissario de navio, deve ser contado esse tempo como de embarque.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 217 — Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 1904.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — Tenho presente o officio n. 534, de 6 de novembro ultimo, em que a 4ª Secção desse Quartel General consulta si devem ser computados ao commissario de 4ª classe, 2º tenente Carlos Augusto de Almeida, como de embarque, para o effeito do art. 23, do regulamento annexo ao decreto n. 703, de 30 de agosto de 1890, o periodo de 31 de dezembro de 1897 a 21 de abril de 1898, em que accumulou as funções de commissario da Escola de Aprendizes Marinheiros desta Capital, quando esta esteve provisoriamente funcionando a bordo do ex-cruzador *Nichteroy*, ás de commissario deste navio, e de 22 de abril até 16 de setembro do mesmo anno, em que, tendo sido a escola transferida, tambem provisoriamente, por motivo de desarmamento do referido cruzador, para bordo do vapor de guerra *Carlos Gomes*, esteve alli encarregado apenas do serviço do material do estabelecimento e do pessoal correspondente, por isso que o navio tinha commissario proprio.

De accordo com a informação que prestastes á margem do citado officio e tendo em vista que o serviço de bordo é insuprivel por outro de qualquer natureza, declaro-vos, para os devidos effeitos, que ao alludido commissario deve ser contado, como de embarque, unicamente o primeiro dos dous periodos citados.

Saude e fraternidade. — *Julio Cesar de Noronha.*

---

## AVISO DE 15 DE FEVEREIRO DE 1904

Declara que as embarcações de cabotagem podem empregar-se no serviço de tráfego do porto.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 215 — Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1904.

Sr. Capitão do Porto do Estado do Rio Grande do Norte — Em solução á consulta que, para responder ao juiz seccional desse Estado, fizestes em officio n. 5, de 16 de janeiro ultimo, sobre si as embarcações de cabotagem podem fazer o serviço de baldeação de carga de uma embarcação para outra dentro do ancoradouro, não estando arreladas, declaro-vos que, não ha inconveniente no emprego de embarcações de cabotagem no serviço do tráfego do porto.

Saude e fraternidade. — *Julio Cesar de Noronha.*

---

## AVISO DE 22 DE FEVEREIRO DE 1904

Declara que o disposto no aviso n. 423, de 13 de abril de 1901 é applicavel ao arsenal de Matto Grosso.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 243 — Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1904.

Sr. Inspector do Arsenal de Marinha do Estado de Matto Grosso — Declaro-vos, para os devidos effeitos, que são applicaveis a esse arsenal as disposições contidas no aviso n. 423, de 13 de abril de 1901, publicado na integra no relatorio deste ministerio, de 1902, que determina que sejam desapontados os operarios do Arsenal de Marinha desta Capital que auxiliarem á commissão de vistorias, afim de não perceberem pelo mesmo o salario do dia em que estiverem nesse serviço.

Saude e fraternidade. — *Julio Cesar de Noronha.*

---

## AVISO DE 22 DE FEVEREIRO DE 1904

Explica qual é o abono que compete aos operarios do Arsenal de Matto Grosso que acompanham a commissão de vistorias.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 244 — Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1904,

Sr. Capitão do Porto do Estado de Matto Grosso — Resolvendo a consulta que fizestes, em officio n. 46, de 9 de dezembro ultimo, declaro-vos, para os devidos effeitos, que os operarios

do Arsenal de Marinha desse Estado, que acompanharem a comissão de vistorias dessa capitania, tem direito ao abono de que trata o paragrapho unico do art. 306 do regulamento annexo ao decreto n. 3.929, de 20 de fevereiro de 1901, conforme já foi resolvido com relação ao do arsenal desta Capital, pelos avisos ns. 423, de 13 de abril e 716, de 8 de julho do mesmo anno, publicados na íntegra no relatorio deste Ministerio do anno de 1902.

Saude e fraternidade.— *Julio Cesar de Noronha.*

---

#### AVISO DE 29 DE FEVEREIRO DE 1904

Manda que os funcionarios da Marinha commissionados no estrangeiro só façam saques contra a Delegacia do Thesouro em Londres á proporção das necessidades do serviço.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 260 — Rio de Janeiro, 29 de fevereiro de 1904.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — Sendo inconveniente para a Delegacia Fiscal do Thesouro em Londres que sejam levantadas de uma só vez por funcionarios commissionados no estrangeiro sommas avultadas postas á sua disposição, quando, em geral, as mesmas sommas são dispendidas por parcellas, autoriso-vos a providenciar para que, pelos commissarios deste Ministerio, sómente sejam feitos os saques contra aquella delegacia á proporção das necessidades do serviço.

Saude e fraternidade.— *Julio Cesar de Noronha.*

---

#### AVISO DE 2 DE MARÇO DE 1904

Approva certas medidas de tolerancia em consequencia da secca no Estado do Rio Grande do Norte.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 293 — Rio de Janeiro, 2 de março de 1904.

Sr. Capitão do Porto do Estado do Rio Grande do Norte — Em solução ao vosso officio n. 21, de 27 de janeiro ultimo, no qual communicastes haver accedido ao pedido feito por proprietarios e consignatarios de embarcações calando mais de um metro, porém com menos de 50 toneladas, para pagarem a

praticagem por entrada e saída e não como determina o aviso n. 1216, de 29 de julho de 1899; declaro-vos que approvo o vosso acto attendendo a que, em telegramma de 8 de agosto do anno proximo findo, recommendei-vos tolerancia afim de não aggravar as circumstancias precarias do commercio do Estado, devidas á secca que ali perdura.

Entretanto, deveis em casos futuros consultar a esta Secretaria, antes de tomardes qualquer resolução relativa á cobrança de taxas de praticagem.

Saude e fraternidade.— *Julio Cesar de Noronha.*

---

#### AVISO DE 10 DE MARÇO DE 1904

Declara que os serviços prestados ao Estado por contracto com vantagens especiaes e boas remunerações não isentam do serviço militar obrigatorio.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 336 — Rio de Janeiro, 10 de março de 1904.

Sr. Capitão do Porto do Estado do Rio Grande do Sul — Tenho presente o vosso officio n. 4, de 23 de janeiro ultimo, com o qual enviastes cópia do n. 12, do Commando da Praticagem da Barra desso Estado, de 20 do mesmo mez, consultando si o marinheiro foguista-extranumerario João Francisco Martins, embarcado no vapor *Lima Duarte* e que conta cerca de 10 annos de serviço effectivo, está ou não isento do serviço militar.

Em resposta, declaro-vos para os devidos effeitos, que os serviços prestados ao Estado, em virtude de contractos, com vantagens especiaes e boas remunerações, não podem isentar o referido marinheiro do serviço militar obrigatorio imposto pela Constituição.

Saude e fraternidade.— *Julio Cesar de Noronha.*

---

#### AVISO DE 14 DE MARÇO DE 1904

Explica que só os vapores de companhias subvencionadas tem o abatimento de 10 %.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 358 — Rio de Janeiro, 14 de março de 1904.

Sr. Director da Praticagem do Estado do Rio Grande do Norte — Não existindo subvencionadas pela União companhias de navegação á vela, mas sómente de navegação a vapor,



declaro-vos que o abatimento de 10 % de que trata o art. 36 do regulamento dessa associação, só é applicavel aos vapores que não gozam de taes favores.

Fica assim resolvida a consulta que fizestes em officio n. 20, de 25 de janeiro ultimo.

Saude e fraternidade. — *Julio Cesar de Noronha.*

#### AVISO DE 16 DE MARÇO DE 1904

Manda obrigar rigorosamente o que dispõe o regulamento das capitães acerca da marcha das embarcações.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 363 — Rio de Janeiro, 16 de março de 1904.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — Attendendo ao que me expoz a Capitania do Porto desta Capital, em officio n. 43, de 4 do corrente mez, sobre a navegação á toda força de embarcações que tratégam no canal entre o Arsenal de Marinha e a Ilha das Cobras, recomendo-vos que providencias no sentido de ser rigorosamente observada, pelas embarcações pertencentes aos navios da Armada, a disposição contida no art. 167 do regulamento annexo ao decreto n. 3929, de 20 de fevereiro de 1901, que manda moderar a marcha das embarcações nas passagens estreitas e frequentadas ou de muita agglomeração, para não pôr em risco as embarcações menores.

Saude e fraternidade. — *Julio Cesar de Noronha.*

#### AVISO DE 16 DE MARÇO DE 1904

Explica que a pensão do operario fica extincta pelo fallecimento do pensionista.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 372 — Rio de Janeiro, 16 de março de 1904.

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro Federal no Estado de Pernambuco — Tendo o operario pensionista do montepio dos operarios do extincto Arsenal de Marinha desse Estado, José Francisco das Chagas Ribeiro, fruido durante dous annos e 10 mezes a pensão de 4\$928, cuja reversão, em seu beneficio, requereu

D. Joanna Baptista dos Santos Ribeiro, viuva do mesmo operario, não ha, á vista do disposto no art. 20 do regulamento que baixou com o decreto n. 2819, de 23 de fevereiro de 1898, mais translação da pensão, que fica extinta pelo fallecimento do pensionado.

O que vos declaro, para os devidos effeitos, de accôrdo com o parecer do Conselho Naval exarado em consulta n. 9181, de 15 de fevereiro ultimo e em solução ao vosso officio n. 11, de 14 de dezembro do anno proximo passado.

Saude e fraternidade. — *Julio Cesar de Noronha.*

---

#### AVISO DE 18 DE MARÇO DE 1904

Indica como se deve proceder a respeito dos volumes trazidos por officiaes nos navios da Armada em regresso do estrangeiro.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 372 — Rio de Janeiro, 18 de março de 1904.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada. — Recommen-do-vos expedição de ordem para que, sempre que entrar neste porto algum navio da Armada procedente do estrangeiro, se observe o disposto no aviso n. 2.323, de 3 de novembro de 1898, relativamente aos volumes de uso particular trazidos pelos officiaes de bordo.

Saude e fraternidade. — *Julio Cesar de Noronha.*

---

#### AVISO DE 19 DE MARÇO DE 1904

Permitte que os officiaes usen o uniforme mescla em viagem e nos portos.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 393 — Rio de Janeiro, 19 de março de 1904.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada. — Declaro-vos, para os devidos fins e em solução a vosso officio n. 74, de 19 de janeiro ultimo, ter resolvido permitir que os officiaes usem o uniforme de mescla em viagem e nos portos, sempre depois do arriar da bandeira até ás 7 horas e 30 minutos da manhã, sem prejuizo, porém, do que está estabelecido no plano de uniformes.

Saude e fraternidade. — *Julio Cesar de Noronha.*

---

## AVISO DE 19 DE MARÇO DE 1904

Declara que um foguista contractado, que foi sorteado, deve ser alistado na Companhia de Marinheiros Nacionais e transferido para uma das companhias de foguistas.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 394 — Rio de Janeiro, 19 de março de 1904.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — Em officio n. 666, de 16 do mez passado, que transmittistes com o de n. 202, de 18 do mesmo mez, consultou o commandante do Corpo de Marinheiros Nacionais si, pelo facto de já servir como foguista-extranumerario o sorteado Manoel Vicente Ferreira, deve alistalo como praça daquelle Corpo ou permittir que continue na qualidade em que se acha e na qual já effectuou tres contractos.

Em solução, declaro-vos que o referido sorteado deve ser alistado como marinheiro nacional e transferido para uma das companhias de foguistas, onde será classificado de accordo com as suas habilitações.

Saude e fraternidade. — *Julio Cesar de Noronha.*

## AVISO DE 22 DE MARÇO DE 1904

Declara que as embarcações empregadas nas obras do porto podem sair ou entrar a qualquer hora do dia ou da noite.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 396 — Rio de Janeiro, 22 de março de 1904.

Sr. Capitão do Porto do Rio de Janeiro — Com referencia ao assumpto de vosso officio n. 47, de 11 do corrente mez, declaro-vos, para os devidos effeitos, que resolvi permittir a entrada e saída das embarcações de C. H. Walker & Comp., contractantes das obras do porto desta capital, não só durante o dia como ainda á noite, após o fechamento do porto.

Para que possam ser reconhecidas essas embarcações á noite, ora providencio no sentido de ser combinado um signal entre a direcção das mesmas obras e a fortaleza de Villegaignon.

Saude e fraternidade. — *Julio Cesar de Noronha.*

## AVISO DE 26 DE MARÇO DE 1904

Prohibe que sejam matriculados foguistas ou pessoal da taífa que não estejam matriculados nas Capitánias.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 421 — Rio de Janeiro, 26 de março de 1904.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — De accordo com o que expendeu a Capitania do Porto desta Capital em officio n. 12, de 21 de janeiro ultimo, determino-vos que providencias affm de não serem contractados foguistas, nem admittido o pessoal da taífa sem que provejantes acharem-se matriculados nas capitánias e, bem assim, que sejam obrigados a satisfazer essa formalidade, exigida pelo art. 240 do regulamento approvedo pelo decreto n. 3029, de 20 de fevereiro de 1901, os que já se acham ao serviço da Armada e não possuem documento comprobatorio da matricula de que se trata.

Saude e fraternidade. — *Julio Cesar de Noronha.*

## AVISO DE 31 DE MARÇO DE 1904

Nega aos sub-ajudantes e praticantes-machinistas a gratificação especial de paz estrangeiro por não estar consignada na tabella A do decreto n. 4417, de 29 de maio de 1902.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 486 — Rio de Janeiro, 31 de março de 1904.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — Em solução ao vosso officio n. 212, 3ª Secção, de 21 de março do anno passado, com o qual me enviastes o requerimento do sub-ajudante-machinista Eduardo Pereira de Mello, pedindo que lhe fosse abonada, em commissão no estrangeiro, a gratificação especial de oitenta e um mil seiscentos e sessenta e seis réis (81\$668) mensaes, que compete aos mestres do Corpo de Officiaes Inferiores, declaro-vos que, não consignando a tabella A do regulamento que baixou com o decreto n. 4417, de 29 de maio de 1902, gratificação para os sub-ajudantes e praticantes-machinistas quando em paz estrangeiro, indefiro a pretensão do requerente.

Saude e fraternidade. — *Julio Cesar de Noronha.*

## CIRCULAR DE 11 DE ABRIL DE 1904

Reitera diversas ordens a respeito da expedição de telegrammas, só permitida em casos urgentes.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 478 — Rio de Janeiro, 11 de abril de 1904.

Srs. Capitães dos Portos — Tendo-se tornado frequente o recebimento de telegrammas passados pelos capitães dos portos acerca de assumptos que não são de character inadiavel, e que podem ser tratados em officio, reitero as diversas ordens a respeito e especialmente as contidas na circular n. 546, de 28 de fevereiro de 1890, que prohibe a expedição de telegrammas, a não ser em questões de urgencia, que exijam providencias de momento, quando a demora possa causar serio transtorno ao serviço; ficando, na fórma do aviso n. 906, de 20 de junho de 1882, o expeditor de telegrammas, fóra das condições indicadas, obrigado ao pagamento dos mesmos.

Saude e fraternidade. — *Julio Cesar de Noronha.*

---

## AVISO DE 12 DE ABRIL DE 1904

Firma regras pelas quais as repartições da Marinha nos Estados devem proceder em relação a concessão de novos creditos.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 546 — Rio de Janeiro, 12 de abril de 1904.

Sr. Capitão do Porto do Estado do Amazonas — Transmittindo-vos os inclusos exemplares da tabella de distribuição de creditos para despezas da Marinha nesse Estado, durante o actual exercicio, reitero a ordem expedida na circular n. 461, de 13 de fevereiro de 1894, em virtude da qual, sempre que houver necessidade de novos creditos para aquellas despezas, deve a repartição a vossa cargo entender-se com a Delegacia Fiscal do Thesouro Federal ali estabelecida, afim de que sejam enviadas a esta Secretaria as competentes demonstrações indicando, discriminadamente, as quantias necessarias, as verbas orçamentarias, suas consignações e sub-consignações.

Saude e fraternidade. — *Julio Cesar de Noronha.*

---

## AVISO DE 12 DE ABRIL DE 1904

Manda que as delegacias fiscaes do Thesouro Federal nos Estados enviem directamente á contadoria da Marinha os documentos justificativos da despesa com as respectivas demonstrações mensaes.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 547 — Rio de Janeiro, 12 de abril de 1904.

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro Federal no Estado do Amazonas— Transmittindo-vos os inclusos exemplares da tabella de distribuição de creditos para despesas da Marinha nesse Estado, durante o actual exercicio, reitero a determinação constante da circular n. 434, de 23 de março de 1903, no sentido de serem directamente enviados á Contadoria deste Ministerio os documentos justificativos das mesmas despesas, juntamente com as respectivas demonstrações mensaes.

Saude e fraternidade. — *Julio Cesar de Noronha.*

## AVISO DE 15 DE ABRIL DE 1904

Declara que o aviso n. 467, de 7 de abril de 1903, explica sómente que a lei n. 732, de 20 de dezembro de 1900 derogou o § 1º do art. 4º do regulamento da Carta Maritima.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 500 — Rio de Janeiro, 15 de abril de 1904.

Sr. Chefe da Repartição da Carta Maritima — Providenciando, na presente data, ácerca da nomeação do commandante para o vapor de guerra *Freitas*, ao serviço da Directoria de Pharóes dessa Repartição, declaro-vos, para os fins convenientes, que o aviso deste Ministerio n. 467, de 7 de abril do anno proximo passado, a que alludistes em vosso officio n. 197, de 21 de março ultimo, expedido de accordo com o parecer do Conselho Naval, na consulta n. 8907, de 24 de março daquelle anno, não revogou, como parece, um artigo do regulamento da Repartição que dirigis, nem esse seria o meio regular de fazel-o; explicou, apenas, que a lei n. 732, de 20 de dezembro de 1900, posterior ao referido regulamento, estabelecendo que os commandantes de navios sejam nomeados por decreto, derogou a disposição do art. 24 § 1º desse regulamento, que permittia ao chefe da Repartição da Carta Maritima designar os commandantes dos navios ao serviço da mesma.

Saude e fraternidade. — *Julio Cesar de Noronha.*

## AVISO DE 15 DE ABRIL DE 1904

Providencia ao sentido de facilitar os trabalhos de dragagem das obras do porto.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 504 — Rio de Janeiro, 15 de abril de 1904.

Sr. Capitão do Porto do Rio de Janeiro — Autoriso-vos a mandar publicar os editaes de que tratastes em officio n. 60, de 6 do corrente, mez necessarios para que fique livre e desembaraçado de saveiros e outras embarcações o ancoradouro comprehendido entre a estação da Companhia *City Improvements*, na Gambôa e o começo da praia de S. Christovão, em frente á rua do mesmo nome, de modo que não seja prejudicado o serviço de dragagem proximo ao littoral, no alinhamento do novo eâes que vae ser construido.

Fica assim atendida a solicitação que vos fez a commissão fiscal e administrativa das obras do porto do Rio de Janeiro, em officio n. 119, de 5 do mesmo mez.

Sendo o fraternidale, — *Julio Cesar de Noronha*.

---

## AVISO DE 20 DE ABRIL DE 1904

dando pôr a liberdade a sorteado em conselho de investigação, visto ter sido julgado incapaz.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 554 — Rio de Janeiro, 20 de abril de 1904.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — Em solução a vosso officio n. 389, de 2 do corrente, em que consultaes si, não obstante ter sido julgado incapaz para o serviço da Armada o sorteado insubmisso Antonio de Souza Machado, deveis submettel-o a conselho de investigação, declaro-vos, de accordo com o parecer do Conselho Naval enunciado em consulta n. 9210, de 12 do mesmo mez, que o referido sorteado, estando isento do serviço militar, em vista da invalidez verificada, deve ser restituído á liberdade, independente do processo de investigação.

Sendo o fraternidale, — *Julio Cesar de Noronha*.

---

## AVISO DE 25 DE ABRIL DE 1904

Acerca das cartas de piloto expedidas pela Escola Livre de Nautica e Machinas.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 544 — Rio de Janeiro, 25 de abril de 1904.

Sr. Prefeito do Districto Federal — Respondendo ao vosso officio n. 503, de 8 do corrente mez, em que consultaes sobre o valor que por lei possam ter as cartas passadas pela Escola Livre de Nautica e Machinistas, declaro-vos que, segundo informa a Capitania do Porto desta Capital, em officio n. 65, de 13 tambem do corrente, não estando ainda legalizado esse instituto do ensino por não ter sido approvedo pelo Poder Executivo, nenhum valor teem as cartas por elle passadas, tanto assim que não são as mesmas cartas registradas naquella repartição, nem os portadores matriculados para exercerem taes profissões.

Assim, em 13 de outubro do anno passado, foi indeferido, de accordo com o parecer, cópia inclusa, do membro togado do Conselho Naval, datado de 24 de outubro de 1902, o requerimento em que Estevão Lopes Marinho pediu registro de uma carta de 2º piloto passada a seu favor pela referida escola.

Saude e fraternidade. — *Julio Cesar de Noronha.*

## AVISO DE 27 DE ABRIL DE 1904

Explica que a Capitania do porto deve sempre ser ouvida acerca de quaesquer obras sobre o mar.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 556 — Rio de Janeiro, 27 de abril de 1904.

Sr. Prefeito do Districto Federal — Tendo sido augmentada de largura e comprimento a ponte de madeira existente nos fundos do predio occupado pela secção maritima da Inspectoria de Mattas, Jardins, Arborisação, Caça e Pesca, na praia do Retiro Saudoso, sem ser ouvida a Capitania do porto desta Capital, o que contraria o disposto no art. 113 do regulamento annexo ao decreto n. 3929, de 20 de fevereiro de 1901, solicito-vos providencias no sentido de não ser effectuada obra alguma sobre o mar naquellas condições, para que a referida capitania não tenha que pôr em execução a 2ª parte do art. 130 do citado regulamento.

Saude e fraternidade. — *Julio Cesar de Noronha.*



## AVISO DE 29 DE ABRIL DE 1904

Manda providenciar para que os navios promptos saiam quinzenalmente.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 591 — Rio de Janeiro, 29 de abril de 1904.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — Providencie para que os navios promptos saiam quinzenalmente, em dias differentes, afim de fazerem exercicios de artilharia fóra da barra.

Saude e fraternidade. — *Julio Cesar de Noronha.*

---

## AVISO DE 30 DE ABRIL DE 1904

Define a natureza das despesas de transporte por conta do Estado, a que tem direito os officiaes da Armada em commissão na Europa.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 654 — Rio de Janeiro, 30 de abril de 1904.

Sr. Delegado do Thesouro Federal em Londres — Em resposta ao officio n. 6, de 30 de março ultimo, no qual trataes do augmento consideravel que tem tido as despesas de conducção de bagagens dos officiaes da Armada em commissão na Europa e lembraes a conveniencia do estabelecer-se doutrina sobre o assumpto, declaro-vos que o aviso n. 1129, de 25 de julho de 1900, já resolveu a questão determinando que as despesas de transporte dos mesmos officiaes só podem se referir ás passagens propriamente nos paquetes e trens de ferro.

Cumprindo, pois, o que se acha litteralmente disposto nesse aviso, deveis providenciar para que da taes despesas seja excluida toda importancia que não se refira a passagens propriamente, devendo correr exclusivamente por conta dos officiaes o que disser respeito ás bagagens.

Saude e fraternidade. — *Julio Cesar de Noronha.*

---

## AVISO DE 27 DE MAIO DE 1904

Declara que o concurso para admissão no Corpo de Officiaes Inferiores e as inspecções de saude são validas por seis mezes.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 697 — Rio de Janeiro, 27 de maio de 1904.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — Não sendo conveniente deixar-se de proceder a concurso quando vaga, no Corpo de Officiaes Inferiores da Armada, um lugar, emquanto houver candidatos classificados por prazo ás vezes superior a um anno, como tem acontecido, visto que essa praxe estabelece um privilegio prejudicial ao direito que tem todo o cidadão de concorrer aos cargos publicos, resolvi que, d'ora em diante, a classificação em concurso e o resultado da inspecção de saude julgando promptos os candidatos sejam sômente validos pelo prazo de seis mezes.

O que vos declaro para os devidos effeitos.

Saude e fraternidade. — *Julio Cesar de Noronha.*

---

## AVISO DE 16 DE JUNHO DE 1904

Providencia sobre a remessa mensal para a Contadoria da Marinha dos documentos da despesa realizada pelas delegacias fiscaes do Thesouro Federal nos Estados.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 1.035 — Rio de Janeiro, 16 de junho de 1904.

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro Federal no Estado do Amazonas — Sendo indispensaveis á escripturação de creditos da Contadoria deste Ministerio os documentos das despesas ali realizadas por conta da Marinha, comprehendendo as entregas de dinheiro a responsaveis em virtude de saques, cumpre que envieis mensalmente os alludidos documentos á mesma Contadoria, e que lhe deis conhecimento das mencionadas entregas, sempre que ellas se realizarem.

Saude e fraternidade. — *Julio Cesar de Noronha.*

---

## AVISO DE 20 DE JUNHO DE 1904

Nega a managem requerida por um sorteado insubmisso

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 829 — Rio de Janeiro, 20 de junho de 1904.

Sr. Chefe de Estado-Maior General da Armada — Tenho presente vosso officio n. 581, de 24 de maio ultimo, com o qual transmitistis o requerimento em que o sorteado insubmisso João Martins do Nascimento, preso na Escola de Aprendizizes Marinheiros do Ceará para responder a conselho de guerra, pede, baseado no art. 130, § 1º, do Regulamento Processual Criminal Militar, que lhe seja concedida managem em sua residencia, na cidade de Fortaleza.

De accordo com a informação prestada pela Auditoria da Marinha, declaro-vos que, si o supplicante não pôde ainda ser considerado praça de pret por falta de formalidade a preencher, é incontestavelmente assenelhado a essa qualidade, e, como tal, a sua pretensão não está no caso de ser attendida, por contrariar o disposto no § 2º, do art. 1º do citado regulamento.

Saude e fraternidade. — *Julio César de Noronha.*

## AVISO DE 20 DE JUNHO DE 1904

Presta informações á Camara dos Deputados acerca do projecto sobre a mudança do Arsenal.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção. — N. 767 — Rio de Janeiro, 20 de junho de 1904.

Sr. 1º Secretario da Camara dos Deputados — Prestando a informação requisitada pela Commissão de Marinha e Guerra sobre o projecto n. 18, que acompanhou o vosso officio de 6 do corrente, cabe-me dizer que, embora esteja de inteiro accordo com o mesmo projecto na parte attinente á mudança do Arsenal para sitio mais apropriado e á construcção do porto militar, todavia dissinto no tocante ao modo de levar a effecto semelhante idéa.

Assim é que, no meu conceito, a alienação do actual arsenal, cuja area, de dia para dia, se valoriza com as obras do melhoramento do porto, só deverá ser realizada depois que as officinas do novo Arsenal estiverem em condições de funcionar.

O producto da alienação não só da facha ora occupada junto ao morro de São Bento com o material disponivel, como tambem dos terrenos da Armação, onde estão estabelecidas as directorias

de artilharia e torpedos, permittirá amortizar a despesa feita com o novo Arsenal.

E si a esse producto se addicionar o resultante do arrendamento de uma grande parte da ilha das Cobras, que vae adquirir enorme valor, ainda mais se reduzirá aquella despesa.

Tenho para mim que nesse arrendamento não devem ser comprehendidos os diques, que, além de necesarios á reparação dos nossos navios, constituem uma boa fonte de renda.

Posta assim a questão, é fora de duvida que não estou de accordo com o dispositivo do art. 3.<sup>o</sup>, cuja approvação, releve-se-me dizer, não se me afigura acertada.

Dahi decorre que julgo prejudicados os dispositivos que se relacionam com o do art. 3.<sup>o</sup>.

Entretanto desejo deixar bem clara a minha opinião sobre a necessidade inilludivel da construcção do novo Arsenal parallelamente á reconstituição do nosso material fluctuante, maxime si adquirirmos, como julgo conveniente, os couraçados e cruzadores constantes do programma ora em discussão na Camara dos Deputados, navios cujas dimensões são superiores as do maior dos nossos diques.

Não porei termo a estas observações sem patentear o meu pesar por divergir da opinião do illustre signatario do projecto, que incontestavelmente é um profissional emérito.

Saude e fraternidade. — *Julio Cesar de Noronha.*

---

#### AVISO DE 4 DE JULHO DE 1904

Manda dispensar operarios em numero sufficiente para ser restabelecido o equilibrio da verba propria.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3.<sup>a</sup> Secção — N. 806 — Rio de Janeiro, 4 de julho de 1904.

Sr. Inspector do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro — Em solução ao vosso officio n. 418, de 20 de junho ultimo, em que fizestes ponderações acerca do estado da verba destinada ao pagamento do pessoal artistico desse estabelecimento, declaro-vos, para os devidos effeitos, que deveis providenciar no sentido de ser restabelecido o equilibrio da mesma verba, dispensando o numero de operarios que for necessario para esse fim.

Saude e fraternidade. — *Julio Cesar de Noronha.*

---

## AVISO DE 7 DE JULHO DE 1904

Indefere o pedido de um ex-marinheiro para ser internado no Asylo de Invalidos, por ser de mais tardio o mesmo pedido.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 926 — Rio de Janeiro, 7 de junho de 1904.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — Em solução ao officio n. 351, de 24 de março proximo preterito, com o qual enviastes o requerimento em que o ex-imperial marinheiro de 3ª classe, reformado por decreto de 8 de novembro de 1867, Germino João Marques pedio inclusão no Asylo de Invalidos, com permissão para residir no Estado de Pernambuco, declaro-vos, para os devidos effeitos, que, de accordo com a 1ª parte do parecer do Conselho Naval, exarado em consulta n. 9.209, de 15 de abril do corrente anno, resolvi indeferir a dita pretensão, visto ser por demais tardio o seu pedido.

Saude e fraternidade. — *Julio Cesar de Noronha.*

## AVISO DE 11 DE JULHO DE 1904

Torna extensivo á Repartição da Carta Maritima o aviso n. 776, de 18 de maio de 1880 que estabelecem o processo de despeza aos commissarios das escolas de aprendizes, e dá outras providencias.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 1210 — Rio de Janeiro, 11 de julho de 1904.

Sr. Chefe da Repartição da Carta Maritima — Tendo resolvido tornar extensivo a essa repartição o aviso n. 776, de 18 de maio de 1880, afim de regular o modo de dar-se despeza ao respectivo commissario dos objectos a seu cargo, que forem julgados inuteis, assim vos declaro para os devidos effeitos; cumprindo que, uma vez autorizada a despeza por esta Secretaria do Estado, sejam os objectos em taes condições entregues ao Commissario Geral da Armada, observando-se o disposto nos artigos de ns. 78 a 81 do regulamento de 30 de junho de 1870.

Quanto á despeza de objectos em bom estado que porventura tenham de passar á guarda de outro responsavel, será dada tambem nos termos do dito regulamento, precedendo autorização desta Secretaria, que ao mesmo tempo ordenará a carga a quem competir.

Saude e fraternidade. — *Julio Cesar de Noronha.*

## AVISO CIRCULAR DE 15 DE JULHO DE 1904

Determina que nos mappas comparativos das concorrências figure uma columna com os preços das propostas preferidas na concorrência anterior.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 1251 — Rio de Janeiro, 15 de julho de 1904.

Sr. . . ( Commissariado, Carta Maritima, Arsenalos e Capitánias ) — Convindo estabelecer-se confronto entre os preços dos diversos artigos que, mediante concorrência, tiverem de ser contractados por este Ministerio para os fornecimentos ás dependências da Marinha em cada anno, com os preços dos mesmos artigos no anno anterior, determino que providências affim de que nos mappas comparativos das propostas apresentadas de ora em diante a essa repartição, se introduza uma columna em que venham mencionados os preços por que foram preferidos, na concorrência anteriormente approvada, os artigos comprehendidos nos alludidos mappas.

Saude e fraternidade. — *Julio Cesar de Noronha.*

---

## AVISO DE 23 DE JULHO DE 1904

Manda annular a praça de um menor que se alistou sem consentimento de seu tutor e providenciar para que em occasião de alistamento se proceda á verificação de idade.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 1010 — Rio de Janeiro, 23 de julho de 1904.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — Attendendo ao que requerem José Maria Beaurepaire Pinto Peixoto, de claro-vos, para os devidos effeitos e em solução ao vosso officio n. 685, de 14 do mez findo, que, conformando-me com o parecer do Conselho Naval emittido em consulta n. 9.263, de 1 do corrente, resolvi mandar annular a praça que voluntariamente verificou o soldado do Corpo de Infantaria de Marinha Pedro Mathous Nunes, menor e tutelado do requerente, por não haver precedido a respectiva autorização.

No intuito de evitar que de futuro occorram casos semelhantes, tão prejudiciaes aos interesses do Estado, cumpre que providências para que, antes do assentamento de praça, se proceda a uma verificação da idade do individuo que quizer alistar-se, pelos meios que a lei faculta.

Saude e fraternidade. — *Julio Cesar de Noronha.*

---

## AVISO DE 23 DE JULHO DE 1904

Manda observar em todas as forças navaes em que houver chefes de fazenda o disposto no aviso de 30 de novembro de 1890.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 1029 — Rio de Janeiro, 23 de julho de 1904.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — Não convindo quebrar a uniformidade do processo da conferencia das folhas de pagamento das guarnições dos navios, de que trata o aviso n. 2526, de 30 de novembro de 1894, e attendendo a que o chefe de fazenda da força naval tem, pelas instrucções que acompanham o aviso n. 3287, de 6 de novembro de 1890, attribuição para inspecionar a o-cripturação e, portanto, certificar-se de que os vencimentos abonados aos officiaes e praças são ou não os fixados em lei, declaro-vos, para os devidos effeitos, que resolvi, de accordo com a informação prestada pela 4ª Secção da repartição a vosso cargo, em officio n. 616, de 21 de julho ultimo, mandar observar o referido processo em todas as forças navaes em que houver chefes de fazenda, sem prejuizo das demais obrigações que lhes incumbem pelo regulamento de 30 de agosto de 1890 e instrucções supracitadas, que deste modo ficam alteradas na parte relativa ao pagamento das guarnições.

Saude e fraternidade. — *Julio Cesar de Noronha.*

## AVISO DE 29 DE JULHO DE 1904

Declara que os alumnos do curso de machinas em licença perdem as diarias.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 924 — Rio de Janeiro, 29 de julho de 1904.

Sr. Director da Escola Naval — Em resposta ao vosso officio n. 194, de 6 de junho proximo findo, que acompanhou o requerimento em que o alumno do curso de machinas dessa escola José Franco de Castro Carvalho pediu 30 dias de licença, para tratamento de saude, com abono das diarias, declaro-vos, para os devidos effeitos, que, de accordo com as informações, resolvi indeferir essa pretensão, á vista das disposições dos arts. 84 e 85 do regulamento anexo ao decreto n. 3652, de 2 de maio de 1900, que consideram esses alumnos addidos ás officinas de montagem do Arsenal de Marinha desta Capital para porcoborem vencimentos, obrigando-os á frequencia das mesmas.

Os alumnos licenciados deixarão de comparecer ás officinas e assim não poderão fazer jus ás diarias, como acontece com os operarios que faltam ao serviço ou estão licenciados, aos quaes são esses alumnos equiparados.

Saude e fraternidade. — *Julio Cesar de Noronha.*

## AVISO DE 11 DE AGOSTO DE 1904

Um enfermeiro desertor não pôde ser punido com a pena de eliminação, mas deve ser submittido a conselho de guerra.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 1118 — Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1904.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — Em officio n. 702, de 15 de julho do corrente anno, submittendo á consideração desta Secretaria de Estado o termo de verificação e deserção do enfermeiro naval de 2ª classe João Thomaz de Oliveira, propondo a sua eliminação do quadro, de conformidade com o disposto no art. 78. lettra a), § 7º do regulamento anexo ao decreto n. 3231, de 17 de março de 1899;

Tendo ouvido a Auditoria e conformando-me com a informação constante de seu officio n. 48, de 12 de julho ultimo, declaro-vos, para os devidos effeitos, que o referido enfermeiro não pôde ser punido com a simples pena de eliminação, conforme propuzestes, visto que não é infractor do Código Disciplinar, mas estar sob a acção penal do art. 117 do Código Penal, e só em conselho de guerra, a que deve ser submittido, poderá ser o seu crime devidamente apreciado.

Junto restituo-vos os papeis que acompanhavam o supracitado officio.

Saude e fraternidade.— *Julio Cesar de Noronha.*

## AVISO DE 11 DE AGOSTO DE 1904

Declara que não podem ser abonados quantitativos para enterramento de praticos.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 976 — Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1904.

Sr. Director da Praticagem do Rio Grande do Norte — Tenho presente vosso officio n. 88, de 10 de junho ultimo, em que consultastes a respeito do pedido de abono da quantia de 100\$, que vos fez a viuva de um pratico dessa associação, em virtude do aviso n. 1542, de 3 de agosto de 1893, para enterramento do mesmo pratico.

Em resposta vos declaro que bem procedestes deixando de attender a semelhante pedido, pois o fundo de soccorros, tendo applicação determinada no respectivo regulamento, não pôde parcella alguma sua ser distribuida para fins diversos dos de que cogitam os regulamentos, razão por que resolvi revogar o supracitado aviso n. 1542, de 3 de agosto de 1893, dirigido á Praticagem das Barras e Porto do Recife.

Saude e fraternidade.— *Julio Cesar de Noronha.*



## AVISO DE 11 DE AGOSTO DE 1904

Revoga o aviso n. 1532, de 3 de agosto de 1893 que autorizou a Directoria da Praticagem de Pernambuco a attender ás despesas com o enterramento do pessoal da Associação.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 977 — Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1904.

Sr. Director da Praticagem das Barras e Porto do Recife — Declaro-vos, para os devidos effectos, que resolvi revogar o aviso n. 1512, de 3 do agosto de 1893 que autorizou essa directoria a attender, até a importancia de 100\$, ás despesas com o enterramento de qualquer dos empregados do serviço da praticagem, que fallecesse, afim de evitar que assim se distraiam do fundo de soccorros quantias que tem destino certo, determinado nos regulamentos e que de tal sorte seriam applicadas de fórma não cogitada nem prescripta nos regulamentos geral e parciaes.

Saude e fraternidade. — *Julio Cesar de Noronha.*

## CIRCULAR DE 18 DE AGOSTO DE 1904

Prohibe que sejam concedidas passagens a invalidos que obtem licença para residir fóra do asylo.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 1145 — Rio de Janeiro 18 de agosto de 1904.

Sr. Capitão do Porto do Estado de... — Tendo resolvido que, sem autorização desta Secretaria de Estado, não sejam concedidas passagens aos invalidos de marinha que obtiverem licença para residir fóra do Asylo; assim vos declaro para os devidos effectos.

Saude e fraternidade. — *Julio Cesar de Noronha.*

## AVISO DE 25 DE AGOSTO DE 1904

Declara que os officiaes reformados antes de 11 de janho de 1890 com graduação no posto immediato, em consequencia de annos de serviço, podem instituir montepio correspondente á graduação.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 1176 — Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1904.

Sr. Contador da Marinha — Resolvendo a consulta constante do vosso offeito n. 492, de 12 de dezembro do anno proximo

passado, declaro-vos, de accôrdo com o parecer do Conselho Naval emittido em consulta n. 9189, de 19 de março ultimo:

1.º Que os officiaes da Armada e classes annexas, reformados antes de 11 de junho de 1890, com graduação no posto immediato, em consequencia dos annos de serviço, podem instituir montepio correspondente a essa graduação.

2.º Que a joia e contribuição (que, aliás, devem ser calculadas pelo soldo da reforma ~~em~~ do aviso n. 176, de 9 de fevereiro de 1899) principiarão da data do requerimento ou da anterior nelle indicada.

3.º Que essa joia pôde ser paga integralmente adiantada, ou por desconto em 13 mezos successivos, como nos casos ordinarios, si o official quizer correr o risco da pensão menor si fallecer sem completal-a.

Saude e fraternidade.— *Julio Cesar de Noronha.*

---

#### AVISO DE 29 DE AGOSTO DE 1904

Adopta instrucções para o recebimento de tubos de caldeiras

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 1480 — Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1904.

Sr. Inspector Goral de Engenharia Naval — Tendo resolvido approvar as inclusas instrucções organizadas por essa Inspectoria para o recebimento de tubos para caldeiras das machinas dos navios e estabelecimentos pertencentes á Marinha, assim vos declaro para os devidos effeitos e em referencia ao vosso officio n. 99, de 25 de junho ultimo.

Saude e fraternidade.— *Julio Cesar de Noronha.*

Instrucções approvadas pelo aviso n. 1480, de 29 de agosto de 1904, para recebimentos de tubos para caldeiras

Os tubos para caldeiras serão de aço extra-doce, fabricado segundo o processo acido ou basico Siemens Martin-inteiros, perfeitamente rectos, bem calibrados, interior e exteriormente; isentos de falhas, fendas, depressões e outros defeitos prejudiciaes a seu emprego; com as superficies interiores e exteriores perfeitamente lisas, e as extremidades cortadas em esquadria e lisas, podendo a espessura do metal dos mesmos variar em qualquer ponto de 1/10 para mais ou para menos, em relação á espessura que tiver sido exigida.

Na verificação das dimensões dos tubos será permittida uma tolerancia:

a) No comprimento de 0<sup>m</sup>,003 só para mais ;  
 b) No diâmetro exterior, de 0<sup>m</sup>,0025 sómente para menos ;  
 c) Na espessura média, de 1/20 para mais ou para menos.  
 O peso médio dos tubos será verificado por pesadas, comparando-se o peso de um tubo assim obtido com os calculados, attendidas as tolerancias concedidas, e tomando-se 7,8 para o valor da densidade.

Os tubos serão em seguida submettidos ás seguintes provas:  
 1.<sup>a</sup> *De tracção* — feita com barretas, que deverão dar no mínimo, quando fracturadas, para a resistencia média e para alongamento médio, o seguinte:

	Resistencia média	Alongamento
Tubos até 0 <sup>m</sup> ,003 de espessura de 35 a 42 ks. . .	16 %	
Idem de mais de 0 <sup>m</sup> ,003 de espessura idem idem . .	18 %	

Nenhuma barreta, tida como sã deverá partir-se com carga inferior a 8/10 do minimo da resistencia média exigida, nem apresentar um alongamento inferior a 8/10 do minimo do alongamento médio exigido.

As barretas, acima alludidas, serão preparadas: serrando-se o tubo a experimentar, ao meio, no sentido longitudinal, em comprimento sufficiente, e achatando-se a quente as duas metades do mesmo, cortando-se aquellas então, segundo um modelo confeccionado, de modo a ter uma secção rectangular, cujo lado menor será a espessura do metal o o maior 0<sup>m</sup>,030 para os tubos de mais de 0<sup>m</sup>,004 de espessura, e 0,020 para os de menos de 0<sup>m</sup>,004 ; o comprimento da parte prismática, submettida á tracção, sempre de 0<sup>m</sup>,200, limitado por dous pontos, feitos com punção de bico, e as extremidades respectivas adequadas aos pinos ou garras da machina experimental.

2.<sup>a</sup> *De alongamento* — por meio de mandril a frio, da extremidade, previamente recozida, de um ou mais pedaços de tubos, no comprimento de 0<sup>m</sup>,050, até se obter um acrescimo de diâmetro de 8 % nos tubos de espessura até 0<sup>m</sup>,003, e de 5 % nos de mais de 0<sup>m</sup>,003.

3.<sup>a</sup> *De flangeamento* — da extremidade de um ou mais pedaços de tubos, depois de recozidos, em angulo recto com a geratriz do tubo até se obter um rebordo de 12 % do diametro dos tubos até 0<sup>m</sup>,003 de espessura e 8 % do dos demais de 0<sup>m</sup>,003.

Nas duas ultimas provas não deverão se manifestar fallhas, fendas, nem fracturas de qualquer especie.

4.<sup>a</sup> *De inversão* — de um ou mais pedaços de tubos, de 0<sup>m</sup>,10 de comprimento, previamente recozidos, serrados segundo uma geratriz, os quaes virados a frio, a formar um tubo cuja superficie exterior seja a interior primitiva, não deverão apresentar fendas ou fracturas de qualquer especie.

5.<sup>a</sup> *Do achatamento* — a fio, por meio de martello-pilão, de um ou mais pedaços de tubos de 0<sup>m</sup>,100 de comprimento, sem determinação de qualquer fractura.

6.<sup>a</sup> *De immersão* — durante uma hora, de todas as sobras dos tubos experimentados em um banho de acido sulfurico diluido, marcando o peso acido quatro grãos, na temperatura de 20° a 25° centigrados; e em seguida em outro alcalino, com potassa caustica dissolvida em quantidade, que não exceda de 5 % da da agua, não devendo os specimens apresentar signaes depondo contra a qualidade do material.

Todas as provas serão realizadas em 1 % do numero de tubos que tiver satisfeito as exigencias preliminares. Si os resultados dessas provas não forem concludentes, poder-se-ha proceder a uma contra-prova sobre um numero duplo de specimens, tirados de outros tubos, comtanto que o total dos tubos experimentados não exceda a 2 % do lote sujeito a exame.

Si um terço do numero de specimens não satisfizer a esta contra-prova, a partida apresentada será rejeitada.

Os tubos que, á vista das provas anteriores, forem julgados bons, serão submettidos a uma pressão, interior, hydraulica, de 50 kilogrammas, no minimo, por centimetro quadrado; pressão esta que será mantida durante meio minuto, sendo então o tubo martellado, em todo o comprimento, com um martello de 600 grammas, e rejeitados os que apresentarem fugas ou deformação permanente.

O registro das experiencias acima especificadas deverá ser feito em mappas, authenticados pelos respectivos peritos, do modelo igual ao que acompanha estas instrucções, sendo lançados na columna *Observações*, os resultados das provas, que não tiverem dizeres especiaes naquelles.

Tanto os tubos aceitos como os rejeitados deverão ser marcados com um carimbo privativo dos peritos dos arsenaes e estabelecimentos navaes, aquelles a 25 % de uma das extremidades, e estes a meio do comprimento respectivo.

Os tubos que tiverem de ficar armazenados deverão em seguida ser caivios com uma solução concentrada de cal de pedra.

Está conforme. — O engenheiro, capitão-tenente *Bartholomeu F. de Souza e Silva*, secretario da Inspectoria Geral de Engenharia Naval.

---



Decreto nº 1733 referido as instruções aprovadas pelo artigo n. 1480, de 29 de agosto de 1924 para o recebimento de tubos para caldeiras

	DATUM DE ENTREGA
	NOME DO FABRICANTE
	FABRICA E ENDEREÇO
	QUANTIDADE DE MATERIAL EM OBRAS
	Resistência à tração em kg/cm <sup>2</sup>
	Alongamento
	Comprimento
	Largura
	Espessura
	ÁREA DA SECÇÃO PRIMITIVA EM cm <sup>2</sup>
	DIRECÇÃO DAS FIBRAS
	Total Rs.
	Por m/2 kilos
	Total em kilos
	Por m/2 kilos
	Comprimento
	Largura
	Espessura
	ÁREA DA SECÇÃO À RUPÇÃO EM cm <sup>2</sup>
	ALONGAMENTO %
	REDUÇÃO DA ÁREA %
	AP. ABREÇA NA FRACTURA
	NÚMERO DE TUBOS SUJEITOS ÀS PROVAS
	Peso total dos tubos
	Médio dos tubos
	Máximo em tolerancias
	Mínimo em tolerancia
	OBSERVAÇÕES

**Mitochondrien**, — die Träger der Energiegewinnung im eukaryotischen Zelle, enthalten eine eigene kreisförmige DNA und ein eigenes Erbinformationssystem.

Devições de 40,1–50,9% nos 1–

**Assinatura do perito.**

Numero total de tubos do aparelho.  
Numero de tubos accetolos.  
Numero de tubos estays, etc.  
Método das reações.  
As provas de augmento, flangar e mento, etc. demonstram tres resultados.

## AVISO DE 9 DE SETEMBRO DE 1904

Manda a Delegacia em S. João da Barra auxiliar a Collectoria na guarda das areias monazíticas.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 1010  
— Rio de Janeiro, 9 de setembro de 1904.

Sr. Ministro dos Negocios da Fazenda — Em resposta ao vosso aviso n. 48, de 16 de agosto ultimo, declaro-vos que a Capitania do porto desta Capital, em officio n. 121, de 30 daquelle mez, communicou-me ter providenciado afim de que a sua Delegacia, em S. João da Barra, conforme solicitastes, preste ao collector das rendas federaes na mesma cidade o auxilio de que porventura carecer para o recebimento e guarda das areias monazíticas apprehendidas pelos officiaes de justiça incumbidos de executar o mandado de manutenção de posse sobre os terrenos de marinha, de onde foram ellas extrahidas, expedido em favor da União pelo juiz seccional da Republica no Estado do Rio de Janeiro.

Saude e fraternidade. — *Julio Cesar de Noronha.*

## AVISO DE 15 DE SETEMBRO DE 1904

Manda communicar sem demora ás Capitancias de portos as avarias que soffrerem as embarcações da marinha de guerra.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 1041  
— Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1904.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — Declaro-vos, para os devidos effeitos e com referencia ao vosso officio n. 940, de 11 de agosto ultimo, que deveis providenciar afim de que os commandantes dos navios e corpos de Marinha e demais estabelecimentos sob vossa jurisdicção communicuem directamente ás capitancias, sem demora, as avarias que forem produzidas por embarcações mercantes, em outras da Armada, para que por essas repartições seja iniciado, no prazo legal, o necessario processo.

Saude e fraternidade. — *Julio Cesar de Noronha.*

## AVISO DE 16 DE SETEMBRO DE 1904

Manda que no grupo de concorrências para o fornecimento de fazendas sejam sempre indicadas as larguras dos tecidos destinados aos uniformes das praças da Armada.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 1597  
— Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1904.

Sr. Chefe do Commissariado Geral da Armada — De accordo com o que propuzestes no officio n. 171, de 2 do corrente, autorizo-vos a providenciar para que no grupo de concorrências n. 8 (fazendas) seja indicada a largura que devem ter os tecidos destinados à confecção de uniformes das praças da Armada, observando-se a esse respeito a tabella que ora vos restituo.

Saude e fraternidade. — *Julio Cesar de Noronha.*

## CIRCULAR DE 19 DE SETEMBRO DE 1904

Recommenda ás repartições de marinha nos Estados que enviem sempre á Contadoria cópias de todos os Contractos que celebrarem.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 1627  
— Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1904.

Sr.... (Arsenales do Pará e Matto Grosso, Capitánias do Amazonas, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espirito Santo, S. Paulo, Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul) — Competindo á Contadoria da Marinha a fiscalisação de toda a despesa deste Ministerio realizada nos Estados, segundo dispõe o art. 1º, § 5º, do regulamento annexo ao decreto n. 4401, de 7 de maio de 1902, determino que providencieis afim de que á mesma repartição sejam sempre enviadas com a possivel brevidade cópias de todos os contractos que ahí forem celebrados tanto para o supprimento de viveres, sobressalentes, combustivel e quaesquer outros artigos, como para alugueis de casas e execução de obras ou concertos.

Saude e fraternidade. — *Julio Cesar de Noronha.*



## AVISO DE 21 DE SETEMBRO DE 1904

Indefere o requerimento de um official, pedindo que se lhe conte de todo o seu tirocinio na marinha mercante o periodo de dous annos como de embarque para a promoção.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 1301  
— Rio de Janeiro, 2 do setembro de 1904.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — De accordo com o parecer do Conselho Naval, emittido em consulta n. 9157, de 15 de janeiro ultimo, declaro-vos, para os devidos fins, com referencia ao vosso officio n. 1575 de 21 de dezembro do anno proximo passado, que, por falta de fundamento legal, não está no caso de ser deferido o requerimento do 1º tenente Eugenio Eloy de Andrade Camara, pedindo se lhe mande contar de todo o seu tirocinio na marinha mercante o periodo de dous annos como tempo de embarque, para o effeito de sua promoção.

Saude e fraternidade. — *Julio Cesar de Noronha.*

---

## AVISO DE 24 DE SETEMBRO DE 1904

Manda computar como exercicio do magisterio o periodo de serviço de um lente como instructor de hydrographia.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 1079  
— Rio de Janeiro, 24 do setembro de 1904.

Sr. Director da Escola Naval — Em solução ao vosso officio n. 215, de 25 de agosto ultimo, com o qual transmittistes o requerimento do capitão de fragata honorario Dr. José Maria da Fonseca Neves, lente cathedratice dessa escola, pedindo, para os effeitos da lei e vantagens no magisterio, que lhe seja contado o periodo em que serviu como instructor de hydrographia, declaro-vos, para os devidos effeitos, que, conformando-me com o parecer do Conselho Naval, emittido em consulta sob n. 9296, de 6 do corrente mez, resolvi deferir o mesmo requerimento para lhe ser contado, como do magisterio, tão sómente para o acrescimo de vencimentos, o periodo de dous annos, sete mezes e 20 dias, a partir de 23 de abril de 1891 a 13 de dezembro de 1893.

Saude e fraternidade. — *Julio Cesar de Noronha.*

---

## AVISO DE 24 DE SETEMBRO DE 1904

Declara que os lentes que dirigem laboratorios e gabinetes, devem ser responsaveis pelos respectivosapparelhos, instrumentos, etc.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 1080  
— Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1904.

Sr. Director da Escola Naval — Tenho presente o officio n. 197, de 31 de maio ultimo, em que consultastes sobre o modo por que deveis proceder acerca da carga dos apparelhos e modelos de machinas, bem assim das instrumentas de astronomia, geodesia, topographia e artilheria, que constituem gabinetes de ensino pratico que não teem preparador nomeado visto não existir o regulamento da carga desses objectos a nenhum dos responsaveis dessa escola.

Em resposta vos declaro que emquanto não se providenciar sobre a creação dos cargos de *conserendores*, de accordo com oCodigo do Ensino, devem ser responsaveis os lentes das respectivas cadeiras que recebem a gratificação de 100\$ mensaes, marcada no orçamento em vigor, pela direcção dos laboratorios e gabinetes.

Saude e fraternidade. — *Julio Cesar de Noronha*.

## AVISO DE 27 DE SETEMBRO DE 1904

Declara qual é o sello que devem pagar as matriculas das embarcações de cabotagem.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 1084  
— Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1904.

Sr. Capitão do Porto do Rio Grande do Norte — Em resposta ao vosso officio n. 30, de 24 de agosto do anno passado, em que consultastes sobre o sello que devem pagar as matriculas das embarcações de cabotagem, declaro-vos, de accordo com o aviso do Ministerio da Fazenda n. 39, de 25 de julho ultimo, que sendo as referidas matriculas simples cópia das lavradas em livro proprio, na fórma do art. 226 do regulamento annexo ao decreto n. 3129, de 20 de fevereiro de 1901, não constituindo, portanto, uma licença, estão sujeitas ao sello fixo de 300 réis por meia folha do papel escripta ou do dobro, conforme as dimensões do papel.

Saude e fraternidade. — *Julio Cesar de Noronha*.

## AVISO DE 28 DE SETEMBRO DE 1904

Declara validos para a matricula na Escola Naval os exames prestados no Lyceu Nacional e Central de Lisboa.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 1088 — Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1904.

Sr. Director da Escola Naval — Em solução ao vosso officio n. 218, de 31 de agosto ultimo, com o qual transmittistes o requerimento de Augusto Souza de Mello Abreu, pedindo reconhecimento de exames feitos em Portugal, para a admissão nessa escola, declaro-vos, para os devidos effeitos, que, conformando-me com o parecer do Conselho Naval, emittido em consulta n. 9297, de 9 do corrente mez, resolvi autorisar a acceitação, como validos, para a matricula nessa escola, dos exames de portuguez, francez, geographia, historia universal, prestados no Lyceu Nacional e Central de Lisboa, deixando de o fazer quanto ao de desenho linear geometrico, o qual nos termos do art. 9º do regulamento anexo ao decreto n. 3652, de 2 de maio de 1900, deve ser prestado nesse estabelecimento.

Segundo as leis em vigor o requerente deverá prestar exame de mathematica e historia do Brazil e o de inglez ( si não provar já o haver feito naquelle lyceu ) afim de habilitar-se a opportunamente requerer matricula no curso de marinha ou de machinas, respeitadas as preferencias regulamentares.

Saude e fraternidade. — *Julio Cesar de Noronha.*

## AVISO DE 30 DE SETEMBRO DE 1904

Requisita providencias para que as estações semaphoricas prestem melhores serviços.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 1098 — Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1904.

Sr. Ministro da Industria, Viacão e Obras Publicas — Rogo vos digneis de providenciar afim de que a estação semaphorica do pharol da Ponta da Atalaia, no Estado do Pará, seja ligada à telegraphica mais proxima por uma linha telephonica, para que possam as communicações ser feitas com mais rapidez.

Cumpro-me accrescentar que seria mesmo conveniente, para que as estações semaphoricas do littoral prestem melhores serviços ao commercio, que fossem todas ellas assim ligadas às telegraphicas.

Saude e fraternidade. — *Julio Cesar de Noronha.*

## AVISO DE 8 DE OUTUBRO DE 1904

Declara que nas contas dos pharoleiros a despesa de inutils não deve ser dada por meio de termos, mas sim nos respectivos livros diários.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1.<sup>a</sup> Secção — N. 1768 — Rio de Janeiro, 8 de outubro de 1904.

Sr. Chefe da Repartição da Carta Marítima — Passando a vossas mãos o incluso termo de despesa, de que vos occupastes em officio n. 460, de 4 de julho ultimo, lavrado em 4 de maio do corrente anno, no pharol de Cabo Frio, para isentar o 1.<sup>o</sup> pharoleiro Manoel Tavares de Oliveira da responsabilidade de um escalor que se inutilizou ao ser arrojado pelas vagas contra o Recife ali existente, declaro-vos para os devidos effeitos que a despesa de que se trata só pôde ser dada, de accordo com o aviso n. 1210, de 18 de julho deste anno, no proprio livro diario daquelle pharoleiro, onde deve figurar a carga do mencionado escalor.

Saude e fraternidade. — *Julio Cesar de Noronha.*

## AVISO DE 21 DE OUTUBRO DE 1904

Explica que os pilotos nacionaes não tem sido prejudicados em seus direitos.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2.<sup>a</sup> Secção — N. 1161 — Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1904.

Sr. Presidente do Club dos Officiaes de Marinha Mercante Brasileira — Tenho presente vosso officio de 23 de junho do corrente anno, em que pedistes providencias a fim de que não fossem preteridos em seus direitos os pilotos nacionaes que se julgam prejudicados em vista do facto, levado ao vosso conhecimento, de terem pilotos estrangeiros, reprovados aqui em exames para revalidação das respectivas cartas, obtido approvação no Pará, antes de decorridos os seis mezes de interstício exigidos por lei.

Em resposta vos declaro que, segundo informa a Directoria da Escola de Machinistas e Pilotos do Pará, em março do corrente anno, ratificou a sua carta de piloto naquella escola o subdito allemão Carl Robert Franz Feske, que nunca prestou exame na Escola Naval, não tendo, portanto, soffrido reprovação alguma; o que foi confirmado pela Directoria desta escola. Em julho seguinte alli se apresentaram, para identico fim, diversos individuos da mesma nacionalidade que não foram attendidos por não conhecerem o nosso idioma.

Saude e fraternidade. — *Julio Cesar de Noronha.*

## AVISO DE 5 DE NOVEMBRO DE 1904

Declara que as embarcações a vapor empregadas na navegação fluvial estão sujeitas a despacho.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 1216 — Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1904.

Sr. Capitão do Porto do Espirito Santo—Tenho presente vosso officio n. 16, de 16 de março ultimo, em que consultastes si os vapores pertencentes a duas emprezas de navegação a vapor, uma no Rio Doce e outra em Itapemirim, estão ou não sujeitos a despacho.

Em resposta vos declaro, de accordo com o parecer do Conselho Naval, emitido em consulta n. 9378, de 1 de outubro proximo findo, que, o regulamento das Capitánias dos portos annexo ao decreto n. 3929, de 20 de fevereiro de 1901, cogita da navegação fluvial, que é a que tem por fim o commercio e a comunicação entre os portos da Republica, dentro dos rios que percorrem o seu territorio; e que as embarcações a vapor empregadas na navegação fluvial, como as outras expressamente mencionadas no aviso n. 176, de 5 de fevereiro de 1902, estão sujeitas a despacho.

Saude e fraternidade. — *Julio Cesar de Noronha.*

## AVISO DE 11 DE NOVEMBRO DE 1904

Declara que as Delegacias das Capitánias sómente podem vistoriar embarcações do tráfego do porto.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 1236 — Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1904.

Sr. Capitão do Porto do Estado do Rio Grande do Sul — Tenho presente vosso officio n. 45, de 1 de outubro proximo findo, em que consultastes si podíeis consentir que fossem vistoriados, perante a Delegacia dessa Capitania, em Porto-Alegre, os vapores que necessitassem de vistoria, adduzindo diversas considerações.

O regulamento annexo ao decreto n. 3929, de 20 de fevereiro de 1901, tratando das vistorias, no capitulo VI, arts. 297, 298 e 299, determinou o modo de ser formada a commissão de vistorias em cada Capitania e em nenhum outro artigo tratou da formação dessa commissão nas Delegacias.

O aviso n. 785, de 25 de julho de 1901, considerou valida uma vistoria procedida pela alludida delegacia no paquete *Itaquê*, sciificando, porém, ao proprietario do mesmo navio que as delegacias só tem competencia para vistoriar embarcações do trafego do porto.

A vista, pois, das mencionadas disposições, não podeis consentir que aquella repartição proceda a vistorias.

O que vos declaro para os devidos effeitos e em solução ao vosso citado officio n. 45.

Saude e fraternidade.— *Julio Cesar de Noronha*.

### AVISO DE 12 DE NOVEMBRO DE 1904

Estabelece regras para o levantamento das cauções dos fideis da Armada.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1.<sup>a</sup> Secção — N. 1994 — Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1904.

Sr. Contador da Marinha — Tendo ouvido o Conselho Naval a proposito da duvida levantada por essa Contadoria no officio n. 188, 3.<sup>a</sup> Secção, de 27 de setembro de 1902, quanto ao modo de interpretar-se o art. 77 do decreto n. 703, de 30 de agosto de 1890, sobre a restituição das cauções constituídas pelos fideis da Armada, nos casos de demissão, reforma ou transferencia para outro corpo, e ainda nos casos de morte, declaro-vos, para os fins convenientes, que a questão ficou resolvida de accordo com o seguinte parecer emitido pelo mesmo conselho em consulta n. 3906, de 27 de março do anno passado :

« 1.<sup>o</sup> Nos casos de demissão, reforma ou transferencia para outro corpo, e nos casos de morte, a caução do fidel só pôde ser levantada si elle ou seu herdeiro provar que nunca substituiu o commissario com a responsabilidade plena do paiol, e que o ultimo commissario com quem serviu, não foi encontrado em alcance, ou que se houve tal alcance, não foi elle o culpado ;

2.<sup>o</sup> Essa prova não decende da quitação do commissario; basta certidão negativa extrahida do processo de prestação de contas definitivamente julgada pelo Tribunal de Contas. »

Nos casos de leve em os fideis substituiu os commissarios com a responsabilidade plena dos paióes, na forma do art. 73 do supra-citado regulamento, fica entendido que o levantamento das cauções não terá lugar sem a quitação do Tribunal de Contas, relativamente ao periodo das substituições.

Saude e fraternidade.— *Julio Cesar de Noronha*.

## AVISO DE 12 DE NOVEMBRO DE 1904

Prohibe a venda de apolices de uma associação de praticagem para o fim de pagar vencimentos do pessoal e dá outras providencias.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 1239 — Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1904.

Sr. Capitão do Porto e Director da Praticagem do Estado de Sergipe — Tenho presente vosso officio n. 44, de 4 de agosto ultimo, em que, communicando não ter a associação a vosso cargo quantia sufficiente na Caixa Economica para completar o pagamento do seu pessoal e despesa de material, pedistes autorisação para vender oito apolices da divida publica pertencentes ao patrimonio da mesma, afim de com o producto dessa venda attender ás respectivas despesas.

Em resposta, determino :

1º que não sejam vendidas as apolices que formam o fundo de reserva da associação de praticagem desse Estado ;

2º, que, sob proposta vossa, se estabeleça a redução dos ordenados do pessoal, tendo em vista a renda provavel ;

3º, que indiqueis, attenta a renda do ultimo triennio, qual a elevação da taxa para que, mediante um onus razoavel para o commercio maritimo, possa manter-se a associação, cuja existencia é necessaria á segurança da navegação.

Saude e fraternidade. — *Julio Cesar de Noronha.*

## AVISO DE 24 DE NOVEMBRO DE 1904

Não attende o pedido de um enfermeiro do hospital para contribuir para o Asylo, por ser funcionario civil.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 1600 — Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1904.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — Em resposta ao vosso officio n. 1193, de 14 de outubro ultimo, com o qual enviastes o requerimento do escrivente do Hospital de Marinha desta Capital, José Quirino do Nascimento, pedindo permissão para contribuir para o Asylo do Invalidos da Patria, declaravos, para os devidos fins e de accordo com o parecer do Conselho Naval exarado em consulta n. 9334, de 8 do corrente, que, sendo o requerente funcionario publico civil, não pôde ser attendida sua pretensão.

Saude e fraternidade. — *Julio Cesar de Noronha.*

## AVISO DE 30 DE NOVEMBRO DE 1904

Manda continuar o desconto de uma etapa a um official embarcado e destacado na Repartição da Carta Marítima.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 2089  
— Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1904.

Sr. Chefe da Repartição da Carta Marítima — Conformando-me com o parecer do Conselho Naval emitido em consulta n. 9324, de 25 de outubro, sobre o requerimento em que o 1º tenente Miguel Augusto Dorat, embarcado no couraçado *Aquidaban* e destacado na Repartição a vosso cargo, pediu que se mandasse cessar o desconto de uma etapa feito em seus vencimentos a bordo do referido navio, e que lhe fosse restituída a importância já descontada em iguaes condições, resolvi indaferir o supradito requerimento.

O que vos declaro para os fins convenientes e em resposta ao vosso officio n. 187, de 16 de março ultimo.

Saude e fraternidade. — *Julio Cesar de Noronha.*

## AVISO DE 2 DE DEZEMBRO DE 1904

Autoriza o fornecimento de 1.000 grammas de carvão por praça para a cozinha dos navios cujo effectivo fór diminuto.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 1663  
— Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1904.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — Tendo em vista as informações prestadas acerca do officio em que o commandante do vapor *Carlos Gomes* pede o augmento do quantitativo de carvão que é distribuido para consumo das cozinhas do navio de seu commando, emquanto a respectiva guarnição se conservar reduzida, allegando ser insufficiente o marcado na tabella em vigor, declaro-vos, para os devidos effectos, em solução a vosso officio n. 532, de 10 de agosto, que resolvi autorisar o fornecimento de 1.000 grammas de carvão por praça aos navios cujo effectivo fór diminuto.

Saude e fraternidade. — *Julio Cesar de Noronha.*



## AVISO DE 5 DE DEZEMBRO DE 1904

Explica que só na matrícula inicial na Escola Naval aproveitam os grãos de approvação obtidos em exames em outros institutos de ensino.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 1313 —  
— Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1904.

Sr. Director da Escola Naval — Declaro-vos, para os fins convenientes, em resposta ao vosso officio n. 180, de 11 de maio proximo findo, que resolvi indeferir o requerimento do Dr. Frederico Augusto Borges, pedindo que a seu filho, o aspirante a guarda-marinha Frederico Augusto Borges Junior, sejam computadas as médias annuaes obtidas na Escola Militar do Brazil, para os effeitos de sua classificação na Escola Naval.

Tendo ouvido o Conselho Naval, conformei-me com o seu parecer, emittido em consulta n. 9235, de 20 do mesmo mez, no qual considera: que os grãos de approvação em exames prestados em outros institutos só aproveitam a collocação dos candidatos á matrícula inicial na Escola Naval, como se acha estabelecido nos arts. 12 e 15 do regulamento vigente; que a classificação no 2º anno já é feita por outro processo, isto é, pelos pontos alcançados nas materias que o alumno cursou, conforme o art. 68 desse regulamento e não pelas notas que trouxe ao inscrever-se, pois essas só vigoram durante o 1º anno; que a alteração na collocação numerica de alumnos (bem como de officiaes), perturbando a mesma, motiva desgostos e attritos; que o criterio, quanto aos grãos de um instituto de ensino, é diverso do adoptado em outro; que, finalmente, é contrario á referida pretensão o precedente occorrido com o 2º tenente Miguel de Castro Caminha, a quem foi negado beneficio identico ao pretendido pelo requerente, opinando o mesmo Conselho Naval pelo indeferimento da petição do Dr. Frederico Augusto Borges.

Saude e fraternidade. — *Julio Cesar de Noronha.*

## AVISO DE 9 DE DEZEMBRO DE 1904

Approva as instrucções para o concurso dos officiaes do Corpo da Armada que desejarem completar seus estudos na Europa ou nos Estados Unidos.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 1703 —  
Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1904.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — Declaro-vos, para os devidos effeitos, que resolvi approvar as instrucções annexas para o concurso dos officiaes do Corpo da Armada que desejarem completar seus estudos na Europa ou nos Estados Unidos.

Saude e fraternidade. — *Julio Cesar de Noronha.*

Instrucções para o concurso de officiaes do Corpo da Armada, que desejarem completar seus estudos na Europa ou nos Estados Unidos

## CAPITULO I

Art. 1.º O concurso versará sobre as seguintes materias:

- a) Artilharia — Defesa de costas.
- b) Electricidade e suas applicações á Marinha.
- c) Torpedos — Defesa submarina.

### DA INSCRIÇÃO

Art. 2.º Recebida da Secretaria de Estado a necessaria communicação, o chefe do Estado-Maior General fará annunciar, por editaes no *Diário Official* e em outras folhas á sua escolha, a data da abertura e do encerrament, da inscripção e demais condições relativas á mesma.

Art. 3.º A inscripção se fará no Quartel-General da Marinha, onde ficará aberta, pelo prazo de tres mezes, a contar da data da primeira publicação no *Diário Official*.

Art. 4.º Só poderão inscrever-se os aspirantes-tenentes com tempo de embarque completo e que ainda não tenham estado no estrangeiro aperfeiçoando-se sobre o mar nos Estados Unidos.

Art. 5.º A inscripção se fará no livro do candidato, ou nome em livro para esse fim destinado, no qual deverão declarar o grupo de materias para que desejarem concorrer, não podendo fazel-o para mais de um grupo.

Art. 6.º Os candidatos ausentes do Rio de Janeiro, ou que, por qualquer circumstancia, não puderem inscrever-se pessoalmente, poderão fazel-o por procuração ou por officio dirigido pelos canaes competentes ao chefe do Estado-Maior General da Armada, com a declaração de que trata o artigo anterior.

Art. 7.º Recebido o officio, o chefe do Estado-Maior fará lançar no livro proprio o nome e as declarações do candidato, si estiver nas condições de concorrer na fórma do art. 4.º.

Art. 8.º Os candidatos ausentes, logo que forem regularmente inscriptos, serão chamados a esta Capital com a possível urgencia.

Art. 9.º Os pontos sobre os quaes tiverem de versar as provas do concurso ficarão no Quartel-General da Marinha á disposição dos candidatos, desde a data da abertura da inscripção.

## CAPITULO II

### DO CONCURSO

Art. 10. As provas do concurso começarão oito dias depois de encerrada a inscripção.

Art. 11. O concurso constará de duas provas, escripta e oral, sobre pontos tirados á sorte no acto de concurso.

Art. 12. A prova escripta versará sobre um só ponto para todos os candidatos do mesmo grupo, e a prova oral sobre um ponto para cada um delles.

Art. 13. Os pontos para a prova escripta serão tirados da urna pelo official mais antigo de cada grupo, e os pontos para a prova oral pelos candidatos na occasião de serem arguidos.

Art. 14. A prova escripta durará, no maximo, quatro horas, e a oral de 15 a 30 minutos para cada examinador.

Art. 15. As provas oraes e a leitura das provas escriptas serão publicas.

Art. 16. Tres dias depois das provas escriptas, começará a leitura das mesmas pelos candidatos, e, em seguida, em dias consecutivos, as provas oraes na ordem dos grupos mencionados, e, em cada grupo na ordem da inscripção.

Art. 17. Os candidatos assignarão suas provas escriptas, devendo o papel ser fornecido pela mesa examinadora e rubricado pelo presidente e pelos dois examinadores de cada grupo.

Art. 18. A mesa examinadora se comporá do presidente e seis examina ores, dois para cada grupo, nomeados pelo Ministro da Marinha.

Art. 19. Cada candidato será arguido sómente pelos dois examinadores das materias do grupo para que se tiver inscripto, os quaes, com o presidente, julgarão suas provas.

Art. 20. As notas do julgamento serão dadas por grãos de 0 a 10.

Art. 21. A classificação será feita em uma só lista pela somma dos grãos obtidos.

Art. 22. Em caso de igualdade de grãos, terá precedencia o official mais antigo.

Art. 23. O candidato, cuja somma de grãos nas duas provas fór inferior a 10, não será classificado.

Art. 24. Terminado o concurso, o presidente enviará á Secretaria de Estado a classificação dos candidatos acompanhada das provas escriptas e com as observações que julgar convenientes.

Secretaria de Estado da Marinha, 9 de dezembro de 1904.—  
*Julio Cesar de Noronha.*

---

#### AVISO DE 15 DE DEZEMBRO DE 1904

Permitto que seja completada a joia para o montepio que, por ter fallecido, deixou de fazer um guarda-marinha confirmado.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 1752 —  
Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1904.

Sr. Contador da Marinha — Tendo ouvido o Conselho Naval acerca do requerimento de Augusto Paulo Ferreira, informado por essa repartição em officio n. 250, de 22 de junho do corrente

anno, e conformando-me com o parecer do mesmo Conselho em consulta n. 9277, de 1 de agosto ultimo, declaro-vos, para os devidos effectos, que resolvi determ. o supradito requerimento, affin de que o peticionario seja admittido a completar a joia que, pelo facto de ter fallecido, deixou de fazer seu filho, o guardamariaha confirmado José Paulo Ferreira, para habilitar-se a receber a pensão sua irmã solteira D. Etelvina Rangel Ferreira.

Saudo e fraternidade.— *Julio Cesar de Noronha.*

---

#### AVISO DE 16 DE DEZEMBRO DE 1904

Indica até quando devem ser pagos em ouro os officiaes que regressam de commissões no estrangeiro.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1.<sup>a</sup> Secção — N. 2218 — Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1904.

Sr. Contador da Marinha — De accordo com o que informastes no officio n. 410, de 8 de novembro proximo passado, declaro-vos que não pôde ser attendido o requerimento do 1.<sup>o</sup> tenente João Jorge da Fonseca, pedindo pagamento, em ouro, dos respectivos vencimentos, desde o dia de seu embarque na Europa, em viagem de regresso para o Brazil, até a vespéra de sua chegada ao primeiro porto nacional, pois que, segundo já foi resolvido pelo aviso n. 865, de 16 de maio de 1898, os officiaes que regressam de commissões no est. angara, só devem perceber em ouro as quantias vencidas até o dia do embarque e ao cambio desse dia; cabendo-lhes de então em diante os vencimentos das tabellas em vigor, pagos em moeda nacional.

Saudo e fraternidade.— *Julio Cesar de Noronha.*

---

#### AVISO DE 22 DE DEZEMBRO DE 1904

Dá conhecimento da adopção de sellos navaes, proposta pelos lordes commissarios do Almirantado Inglez.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2.<sup>a</sup> Secção — N. 1785 — Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1904.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada— Em aviso n. 10, de 5 de maio de 1903, o Ministerio das Relações Exteriores enviou a esta Secretaria de Estado cópia de uma nota da Legação Britannica dando conhecimento de uma proposta feita pelos lordes commissarios do Almirantado de sua nação, relativamente á

adopção da seguinte tabella de salvas navaes para uso internacional.

Ao pavilhão de um almirante commandando esquadra.	19 tiros
Ao pavilhão de um almirante. . . . .	17 »
Ao pavilhão de um vice-almirante . . . . .	15 »
Ao pavilhão de um contra-almirante . . . . .	13 »
A' insignia de um commodoro ou capitão de mar e guerra, commandando divisão . . . . .	11 »

Estando essa tabella de harmonia com a estabelecida pelo decreto n. 216 E, de 22 de fevereiro de 1899, este Ministerio com ella concordou e, por aviso n. 864, de 25 de junho ultimo, foi declarado ao das Relações Exteriores, em resposta ao seu aviso n. 6, de 30 de abril proximo passado, que a mesma tabella podia ser posta em vigor no dia 15 de julho do corrente anno.

O que vos declaro afim de que mandeis dar conhecimento á Armada.

Saude e fraternidade. --- *Julio Cesar de Noronha.*

#### AVISO DE 27 DE DEZEMBRO DE 1904

Declara valido por seis mezes o concurso para circumção de 5ª classe.

Ministerio dos Negocios da Marinha. --- 2ª Secção --- N. 1806 — Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1904.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada. — Sendo omisso o regulamento do Corpo de Saude da Armada, approved por decreto n. 4323, de 15 de janeiro de 1902, quanto ao tempo durante o qual devo ser valido o concurso estatuido em seu art. 2º, n. 6, e não convindo desfrahir do serviço inherente ás suas funcções os medicos que servem no conselho de julgamento, resolvo fixar em seis mezes o alludido tempo.

O que vos declaro para os devidos effeitos.

Saude e fraternidade. — *Julio Cesar de Noronha.*

#### AVISO DE 28 DE DEZEMBRO DE 1904

Torna extensivas aos fogueistas contractados e aos criados as disposições referentes ao sepolio das pragas da Armada, e dá outras providencias.

Ministerio dos Negocios da Marinha. — 1ª Secção --- N. 2330 — Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1904.

Sr. Chefe do Commissariado Geral da Armada. — Tendo ouvido o Conselho Naval sobre o assumpto de que tratastes no officio n. 47, de 9 de maio do anno passado, declaro-vos, para os fins

convenientes, e de accordo com o parecer do mesmo Conselho omittido em consulta n. 9096, de 10 de novembro do dito anno :

1.º Que sendo omissa em relação aos foguistas contractados e aos criados de bordo a legislação sobre espolios, actualmente em vigor, devem ser extensivas aos mesmos foguistas e criados as disposições referentes aos espolios das praças da Armada ;

2.º Que as roupas servidas e não lavadas, tanto do vestuario como de cama, e os chapéus ou bonets usados devem ser incinerados logo após o fallecimento ou deserção das praças, foguistas ou criados a que tenham pertencido.

Neste mesmo sentido expõe aviso ao Quartel General para que a presente resolução seja observada não só nos corpos e estabelecimentos navaes como a bordo de todos os navios da Armada.

Saude e fraternidade. — *Julio Cesar de Noronha.*

# INDICE DAS DECISÕES

DO

## MINISTERIO DA GUERRA

	Paga.
Aviso de 21 de janeiro de 1904 — Declara em que condições deverá ser considerado o uso de fardamento de brim branco e de brim kaki . . . . .	1
Portaria de 5 de fevereiro de 1904 — Declara qual a data em que deverá produzir effeito a circular de 1 de dezembro ultimo mandando abonar o soldo de sua patente aos officiaes do exercito, eleitos intendentes municipaes e qual o vencimento que compete aos que exerceram taes funcções de 12 de janeiro de 1899 até aquella data.	1
Aviso de 8 de fevereiro de 1904 — Declara que os officiaes do exercito aggregados por motivo de molestia deverão antes de concluido o prazo dessa aggregação recolher-se á esta capital para ser inspecionados pela junta superior de saúde . . . . .	2
Aviso de 9 de fevereiro de 1904 — Declara que só poderá ser feito mediante indemnização o fornecimento de arreia-mento e cavalgadura para montada dos officiaes do es-tado-maior dos corpos de infantaria, . . . . .	4
Aviso de 11 de fevereiro de 1904 — Declara quaes os vencimentos que competem aos officiaes do exercito eleitos depu-tados e intendentes ao mesmo tempo e aos que forem simplesmente intendentes . . . . .	4
Aviso de 11 de fevereiro de 1904 — Declara que o abono de farda-mento a fazer-se em 30 de junho vindouro aos alumnos da Escola Preparatoria e de Tactica de Porto Alegre deverá ser effectuado ainda que não tenha a metade do tempo de duração . . . . .	5
Aviso de 18 de fevereiro de 1904 — Declara que a adminis-tração do Asylo de Invalidos da Patria competem a or-ganização e a fiscalização das folhas de pagamento . . . . .	5
Aviso de 19 de fevereiro de 1904 — Declara que a um official re-formado compulsoriamente e cumprindo sentença com-pete o soldo por inteiro, devendo até então como preso militar fornecer-se-lhe a alimentação necessaria de uma etapa diaria. . . . .	6

	Pags.
Aviso de 19 de fevereiro de 1904 — Torna extensivo ás mulheres e filhos das praças que seguem para destacamentos o abono de meia etapa ás mulheres e filhos das praças que seguem em licença . . . . .	6
Aviso de 25 de fevereiro de 1904 — Manda contar pelo dobro, para a reforma, aos officiaes e praças que fizeram parte das forças de occupação do Acre o periodo decorrido da data em que partiram de Manaus para alli á data em que de volta chegaram á referida cidade. . . . .	7
Aviso de 14 de março de 1904 — Declara que os coadjuvantes do ensino theorico nos institutos militares de ensino não deverão fazer serviço de escala e que deverá ser mantida a praxe seguí-la em relação aos mesmos quanto ás licenças para gozo de férias . . . . .	7
Aviso de 15 de março de 1904 — Declara que uma praça do exercito que se alistou como voluntario por cinco annos foi excluida com baixa por incapacidade physica e verificou praça novamente como voluntario, deverá ser considerada como si estivesse servindo para completar o tempo de sua primeira praça . . . . .	8
Aviso de 17 de março de 1904 — Manda recomendar aos estabelecimentos militares da guarnição desta capital a remessa regular dos mappas e contas referentes ao consumo de gaz carbonico. . . . .	8
Aviso de 19 de março de 1904 — Declara que o aviso n. 915, de 7 de abril de 1903, se refere, quanto ao modo de se realizarem as descargas dos artigos pertencentes ao exercito, a todos estes, mesmo aos extraviados ou de qualquer maneira desaparecidos . . . . .	9
Aviso de 21 de março de 1904 — Manda adoptar somente para os corpos de cavallaria da guarnição desta capital a cartucheira de que trata o aviso n. 195, de 11 de abril de 1902 . . . . .	9
Aviso de 21 de março de 1904 — Declara que a clavina Mauser é o armamento que deverá ser usado pelos corneteiros e musicos . . . . .	10
Aviso de 26 de março de 1904 — Manda dispensar do trabalho, percebendo o vencimento que lhe compete pelo seu tempo de serviço, um operario da fabrica de cartuchos e a fabrica de guerra, sendo inspeccionado no fim de cada anno para conhecer-se do seu estado e providenciar-se sobre a continuação desta concessão . . . . .	10
Aviso de 31 de março de 1904 — Declara que são validos nos estabelecimentos de ensino superior os exames prestados na Escola de Engenharia de Porto Alegre . . . . .	11
Aviso de 31 de março de 1904 — El va a quatro o numero de series gratuitas a que tem direito os alumnos das escolas superiores que frequentam o Tiro Nacional. . . . .	11
Aviso de 31 de março de 1904 — Declara que nas escolas dos diversos serviços dos corpos do exercito não deverão existir menos de cinco officinaes e que os instructores estão dispensados do serviço dos mesmos corpos . . . . .	12



	Paga.
Portaria de 25 de abril de 1904 — Declara que aos officiaes que exercem as funcções de intendentes ou vereadores municipaes só compete o soldo da patente durante o seu mandato . . . . .	12
Aviso de 26 de abril de 1904 — Fixa o prazo de seis mezes, a contar da data do fallecimento do official, para a reclamação do pagamento do quantitativo para enterramento deste . . . . .	13
Aviso de 30 de abril de 1904 — Declara que a um official do exercito que teve licença para tratar-se por estar sofrendo de beriberi endemico, não devera fazer-se cargo do valor da passagem que por este motivo se lhe deu para outra localidade. . . . .	13
Aviso de 23 de maio de 1904 — Manda conceder passagens para o sul da Republica a pracas affectas ao beriberi, cabendo ao director do hospital respectivo dar alta por esse motivo a tales pracas . . . . .	14
Aviso de 26 de maio de 1904 — Reduz a 500 réis o preço de cada série de seis tiros para revólver <i>Nagant</i> regulamentar. . . . .	14
Circular de 3 de junho de 1904 — Declara que a permissão para a consignação de quantia superior a soldo abrange somente o soldo e a etapa . . . . .	15
Aviso de 8 de junho de 1904 — Manda recomendar a fiel observancia da portaria de 25 de setembro de 1895 sobre espolio de officiaes e pracas do exercito . . . . .	15
Aviso de 9 de junho de 1904 — Declara que o subalterno que serve como director da escola regimental não deverá ser escalado para servir como agente enquanto existirem subalternos no commando das baterias . . . . .	15
Circular de 10 de junho de 1904 — Declara que só são permitidas consignações além do soldo quando feitas a pessoa da familia do official do exercito . . . . .	16
Aviso de 11 de junho de 1904 — Providencia sobre a organização de typos de artigos para o deposito do material sanitario do exercito e declara qual a autoridade a quem deverão ser dirigidos os requerimentos apresentados depois das sessões do conselho de compras respectivo . . . . .	16
Aviso de 11 de junho de 1904 — Declara que deverão ser feitas em additamento e assignadas pelos contractantes as modificações que se mandarem fazer em termos do contracto referentes a gêneros adventícios, caixões funebres e serviço de lavagem de roupa para os hospitaes e enfermarias militares . . . . .	17
Aviso de 11 de junho de 1904 — Declara que a um veterinario de um corpo de cavallaria poderão ser fornecidos os medicamentos de que precisar, mediante internização e prescrição medica; e que, sendo elle contractado, poderá recorrer aos facultativos militares para os casos em que são soccorridos por estes os officiaes e suas familias . . . . .	18
Aviso de 15 de junho de 1904 — Declara que o imposto de 300 réis só é pagavel nas contas de despesa de 25\$ para	

	Pags.
cima e que nas de importancia inferior é elle arrecadado quando são estas exhibidas como documentos .	18
Aviso de 16 de junho de 1904 — Equipara, quanto á distribuição de artigos de expediente, o Asylo dos Invalidos da Patria a um corpo arregimentado. . . . .	19
Aviso de 17 de junho de 1904 — Manda proceder na aquisição de fardamento para os alumnos da Escola Preparatoria e de Tactica do Porto Alegre, do mesmo modo que se procede nas Escolas Militar do Brasil e Preparatoria e de Tactica do Realengo . . . . .	19
Aviso de 20 de junho de 1904 — Declara que os alferes-alumnos deverão usar, em qualquer corpo em que servirem, o uniforme que lhes foi designado pelo plano em vigor, podendo fazer uso de salteiras quando exercerem cargos considerados como de officiaes montados ou servirem em corpos de cavallaria ou artilharia . . . . .	20
Aviso de 20 de junho de 1904 — Modifica a portaria de 22 de junho de 1891 e estabelece as proporções em que deverão ser feitos os pedidos de munições. . . . .	20
Aviso de 20 de junho de 1904 — Declara que um soldado do exercito que cumpre sentença em prisão civil, por crime processado no fóro commum, não pôde ser transferido para prisão militar . . . . .	21
Aviso de 21 de junho de 1904 — Esclarece duvidas sobre o abono de fardamento a praças asyladas em tratamento nos hospitais militares e ás praças do exercito que estão em tratamento em asylos estaduais, ás que aguardam no respectivo quartel inclusão no Asylo de Invalidos da Patria e ás que se acham promptas da instrucção de recrutas . . . . .	22
Aviso de 21 de junho de 1904 — Manda adoptar o typo de cabeçada de lona apresentado pelo coronel José Gaetano de Faria . . . . .	24
Aviso de 23 de junho de 1904 — Manda recommendar ás autoridades militares a fiel execução do disposto nas portarias de 14 de junho de 1892 e 25 de setembro de 1895 . . . . .	24
Aviso de 23 de junho de 1904 — Fixa em 3/4 todas as rações da tabella para os excluidos militares, ficando em observação, a juizo dos conselhos economicos, a reversão proporcional do custo dos artigos eliminados. . . . .	25
Aviso de 5 de julho de 1904 — Declara que nenhuma autoridade no uso de inquerito policial militar poderá conservar o respectivo relatorio sem despacho por mais de 10 dias. . . . .	25
Aviso de 19 de julho de 1904 — Manda abonar camisolas de baeta azul ás praças transferidas das guarnições do norte para as do sul. . . . .	26
Aviso de 20 de julho de 1904 — Manda abonar aos recrutas que verificarem praça durante o inverno nos corpos das guarnições dos Estados do sul da Republica capotes ou	

	Page.
ponchos, conforme a arma a que pertençam, em vez de receberem taes peças depois de passarem a promptos . . . . .	27
Aviso de 19 de agosto de 1904 — Declara que aos officiaes e praças do exercito que de 6 de setembro de 1893 a 13 de março de 1894 serviram nas operações de guerra no Estado do Rio de Janeiro compete a contagem desse tempo pelo dobro . . . . .	28
Aviso de 26 de agosto de 1904 — Declara que em qualquer caso deverá satisfazer-se a exigencia da apresentação de attestados de exercicio em duplicata, relativos aos officiaes que tem de seguir viagem . . . . .	29
Aviso de 26 de agosto de 1904 — Declara que aos coadjuvantes do ensino pratico na Escola Preparatoria e de Tactica do Porto Alegre deverão continuar a abonar-se os vencimentos a que tem direito, quando em serviço nos respectivos corpos. . . . .	29
Aviso de 5 de setembro de 1904 — Declara que a um professor do Collegio Militar que, sendo adjunto de mathematica ao tempo em que vigorava o regulamento de 20 de agosto de 1894, foi aproveitado, após a reorganização do ensino, para a 2ª secção do curso theorico, compete a regencia da aula de geometria durante o impedimento do respectivo professor . . . . .	30
Aviso de 24 de setembro de 1904 — Declara que ao exame e à verificação dos inspectores militares fica tudo sujeito, salvo a parte encerrada pelos inspectores anteriores. . . . .	37
Aviso de 24 de setembro de 1904 — Declara que as requisições de passagens por conta do Ministerio da Guerra deverão conter a clausula de pagamento da taxa de 5\$ pelos passageiros de 1ª classe e 3\$ pelos de 3ª classe. . . . .	38
Aviso de 28 de setembro de 1904 — Declara que os prazos concedidos por motivo de força maior aos fornecedores que deixarem de entrar com os artigos a fornecer dentro do prazo dos contractos respectivos deverão ser contados da data immediata à especificada nos ditos contractos. . . . .	38
Aviso de 29 de setembro de 1904 — Declara quaes as condições de subordinação entre o chefe da commissão encarregada da construção do sanatorio militar em Campos do Jordão e o destacamento do exercito que alli serve. . . . .	39
Aviso de 29 de setembro de 1904 — Declara que, no Collegio Militar, o ensino da 1ª secção deverá continuar a fazer-se como tem sido feito desde 11 de junho ultimo, recorrendo-se aos auxiliares do ensino no caso de serem insufficientes para o serviço os adjuntos . . . . .	40
Aviso de 30 de setembro de 1904 — Declara qual o procedimento que se deverá ter em relação a uma praça do exercito entregue á justiça civil, condemnada por sentença do tribunal do jury, e submettida a novo julgamento por decisão do Supremo Tribunal Federal e absolvida neste julgamento. . . . .	41
Aviso de 7 de outubro de 1904 — Declara que deverá ser graduado no posto immediato o official que attingir o	

	Pags.
n. 1; que não podem ser graduados os officiaes que não tiverem requisitos legais para a promoção; e que compete a graduação ao posto immediatamente ao coronel indicado de classe mais antigo . . . . .	42
Aviso de 14 de outubro de 1904—Declara que um adjunto da Escola Preparatória e de Tactica do Realengo deverá contar para a reconstrução no dito lugar e para a gratificação respectiva unicamente o tempo decorrido da data em que entrou em exercicio. . . . .	48
Aviso de 15 de outubro de 1904—Manda reveter ao domínio publico os lotes de terras da colonia militar do Alto Uruguay, concedidos provisoriamente a individuos que não procurarem os respectivos titulos nem apresentarem o terreno . . . . .	49
Aviso de 17 de outubro de 1904—Torna extensiva ás guarnições de mais de um corpo a disposição do aviso de 23 de setembro de 1895 . . . . .	49
Circular de 21 de outubro de 1904—Declara qual o vencimento que deverão perceber os officiaes do exercito deitadas deputadas estaduais e ao mesmo tempo conselheiros municipais . . . . .	50
Aviso de 21 de outubro de 1904—Declara que o pagamento da etapa é elemento constitutivo da administração geral do batalhão, a qual se rege pelo aviso n. 1962, de 29 de setembro ultimo, do Estado Maior do exercito . . . . .	50
Aviso de 25 de outubro de 1904—Manda abonar ás praças do pessoal auxiliar da administração da Escola Militar do Brazil do uniforme e kep de artilharia, para uniformidade. . . . .	51
Aviso de 3 de novembro de 1904—Autoriza-se a transborencia da praça de peão de umas para outras armas . . . . .	51
Aviso de 8 de novembro de 1904—Declara em que occasião poderá ter lugar a inmutação das relações de vencimentos e as escalas de alterações dos corpos do exercito. . . . .	52
Aviso de 10 de novembro de 1904—Revoga o aviso de 7 de outubro de 1897, ficando em vigor o de 14 de setembro anterior . . . . .	52
Aviso de 12 de novembro de 1904—Manda aoptar uma arcaleta de corrente proposta pelo coronel José Gastano de Faria. . . . .	53
Aviso de 1 de dezembro de 1904—Declara que em casos de fornecimentos pela Intendencia Geral da Guerra de artigos para serviços novos e extraordinarios convém consultar previamente ao Ministerio da Guerra . . . . .	53
Aviso de 1 de dezembro de 1904—Pede providencias ao Ministerio da Fazenda para que se não façam nos Affanegas despachos de armamento de guerra sem autorização do da Guerra, si não houver em contrario disposição de lei. . . . .	54
Aviso de 6 de dezembro de 1904—Declara que o Ministerio da Guerra só se responsabilisa pelo pagamento das taxas dos telegrammas expedidos em objecto de serviço publico muito urgente . . . . .	54

Pags.

Aviso de 9 de dezembro de 1904—Declara que, quando não houver em qualquer das aulas los institutos militares de ensino a alumnos matriculados, não fica o respectivo professor por esse facto desobrigado de comparecer a esses institutos . . . . .	55
Aviso de 22 de dezembro de 1904—Declara como deverão ser feitas as promoções no quadro especial do exercito . . .	55
Aviso de 30 de dezembro de 1904—Declara que deverão ser considerados officiaes honorarios do exercito os de que trata a Lei n. 23, de 1 de agosto de 1888, os que prestaram serviços na campanha contra o governo da Republica do Paraguay e os que o são por serviço de guerra . . . . .	62
Aviso de 31 de dezembro de 1904—Declara que os delegados da Direcção Geral de Santh, junto aos commandos los districtos militares não deverão effectuar compras sem autorização do Ministerio da Guerra . . . . .	63

# MINISTERIO DA GUERRA

---

AVISO DE 21 DE JANEIRO DE 1904

Declara em que condições deverá ser considerado o uso de fardamento de brim branco e de brim kaki.

Ministerio da Guerra. — Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1904 — N. 154.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exército — Tendo o commandante do 4º districto militar consultado em officio n. 1.962, que vos dirigiu em 22 do mez findo, si é obrigatorio o uso de fardamento de brim branco ou si a faculdade de substitui-lo pelo *kaki* importa na dispensa total ou parcial do mesmo, vos declaro, para os fins convenientes, que o uniforme regulamentar é o branco, e que o decreto n. 4.966, de 16 de setembro ultimo, apenas, a título de experiencia, permittiu aos officiaes do exército o uso do brim *kaki*.

Saude e fraternidade. — *Francisco de Paula Argollo.*

---

PORTARIA DE 5 DE FEVEREIRO DE 1904

Declara qual a data em que deverá produzir effeito a circular de 1 de dezembro ultimo mandando abonar o soldo de sua patente aos officiaes do exército, e aos intendentes municipaes e qual o vencimento que compete aos que exerceram taes funcções de 12 de janeiro de 1899 até aquella data.

Ministerio da Guerra. — Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 1904 — N. 1.

O Sr. Presidente da Republica manda, por esta Secretaria de Estado, declarar ao Sr. delegado fiscal do Thesouro Federal no Ceará, em solução ao seu officio n. 190, de 17 de dezembro ultimo, que a circular de 1 do dito mez, mandando abonar aos officiaes do exército, postos em disponibilidade por terem sido eleitos intendentes municipaes, unicamente o soldo da respectiva patente durante o periodo do seu mandato, deverá produzir effeito a contar daquella data, e que, tendo o aviso n. 85,

## DECIÇÕES DO GOVERNO

do 12 de janeiro de 1899, a extinta repartição do ajudante general, declarado que os militares que forem senadores e deputados deverão se conservar em disponibilidade no intervalo das sessões, os officios eleitos intendentes, no periodo comprehendido entre aquellas datas, competem soldo unicamente durante o periodo das sessões e mais etapa, quantitativo para criado e um terço da gratificação de exercicio no referido intervalo, considerados assim em disponibilidade, nos termos do art. 55 das instruções de 1 de novembro de 1890.

Outrosim, manda o mesmo Sr. Presidente declarar ao referido Sr. delegado que não foi regular a deliberação que tomou de abonar soldo, etapa e quantitativo, para criado, no periodo das sessões, a um official eleito vereador de uma camara municipal, porquanto, a lei n. 25, de 30 de dezembro de 1891, apenas autoriza a considerar o official em disponibilidade com o vencimento respectivo nos intervallos das sessões do Congresso Nacional e dos congressos estaduais.— *Francisco de Paula Argollo.*

### AVISO DE 8 DE FEVEREIRO DE 1904

Declara que os officios do exército aggregados por motivo de moléstia deverão antes de concluido o prazo dessa aggregação receller-se à esta Capital para ser inspecionados pela junta superior de saúde.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 1904 — N. 313.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exército—Declaro-vos, para os fins convenientes, que o Sr. Presidente da Republica, conformando-se com o parecer do Supremo Tribunal Militar exarado em consulta de 1 de maio de 1903 sobre o facto de haver a junta militar no Estado do Piahy eclarado precisar o capitão do corpo de engenheiros Antonio Augusto de Moura, de quatro mezes de licença, para seu tratamento, quando este official foi submettido ao seu julgamento, por haver concluido o anno de aggregação ao corpo a que pertence, resolveu em 5 do corrente, que os officios que concluíram o anno de aggregação por mo-

### CONSULTA DO CONSELHO SUPERIOR DE SAÚDE

Sr. Presidente da Republica—Transmittistes a este tribunal, por intermedio do Ministerio da Guerra, em 17 do m. 23 do marco do corrente anno, para consultar, por tratarse de caso não previsto na legislação, a junta os papéis relativos à inspecção de saúde a que o official Hilio, no Estado de Piahy, por delegação da junta do conselho superior de saúde, o capitão de engenheiros Antonio Augusto de Moura, depois de terminado o anno de aggregação, sendo aquella junta de parecer precisar o dito official de quatro mezes para tratar-se, em vez de limitar-se a declarar si o inspecionado

tivo de molestia, deverão, antes de completarem o recolher-se a esta Capital para ser submettidos á inspecção perante a junta superior de saúde e não ser inspecionados pelas juntas militares nos Estados, convido, portanto, que o referido capitão venha a esta Capital para o mencionado fim.

Saude e fraternidade.— *Francisco de Paula Argollo.*

estava ou não incapaz para o serviço, afim de se resolver sobre sua reforma ou reversão á 1.<sup>a</sup> classe do exercito.

Da informação da 3.<sup>a</sup> secção do estado-maior, n. 829, consta que o capitão Antonio Augusto de Moura, tendo terminado o anno de aggregação, foi, em 19 de agosto de 1902, pela junta do Estado do Piahy, julgado precisar de quatro mezes para seu tratamento, por soffrer de myelite; que terminada es a licença e submettido á nova inspecção, já então pela junta do Estado do Maranhão, em 6 de janeiro do corrente anno, foi julgado prompto; e que não podendo reverter sem ser examinado pela junta do conselho superior de saúde, tivera o alludido capitão ordem de vir a esta Capital apresentar-se á esta junta, que em 5 de março o julgou soffrer de hemiplegia, curavel em quatro mezes.

Este tribunal, estudando a questão, julga que, uma vez que é indispensavel que o official que contar mais de um anno de aggregação seja inspecionado pela junta do conselho superior de saúde e que não tiverem valor para basear acta alguma do fôrno no os pareceres das juntas dos Estados, tanto que o Governo não reformou o referido capitão, quando de posse do parecer da junta, que, em 19 de agosto de 1902, o inspecionou no Piahy e o julgou ainda doente, nem o fez reverter á 1.<sup>a</sup> classe quando pelo parecer da junta do Maranhão, que o inspecionou em 6 de janeiro do corrente anno, o considerou prompto, que nestes casos, de inspecção de officinaes aggregados por motivo de molestia, não devem ser submettidos a inspecção das juntas dos Estados, convido fazel-os recolher a esta capital antes de completarem o anno de aggregação, afim de ser inspecionados pela junta superior de saúde, para ser preenchida essa formalidade exigida pela lei e para não se repetir o facto que motiva a presente consulta, de passar o official outro anno, além do que a lei lhe concede, sem ser tomada resolução alguma sobre sua situação.

O Supremo Tribunal Militar é de parecer que o capitão do corpo de engenheiros Antonio Augusto de Moura, que a junta do conselho superior de saúde, em 5 de março do corrente anno, julgou precisar de mais quatro mezes para seu tratamento, seja novamente inspecionado, determinando-se que a referida junta limite-se a declarar si está ou não prompto para o serviço activo do exercito e que, dado o caso de reverter á actividade, se lhe descontar para todos os effectos o tempo excedente do anno de aggregação.

Rio de Janeiro, 4 de maio de 1903.— *Pereira Pinto.*— *E. Barbosa.*— *C. Neto.*— *Mallet.*— *Thomás Coutinho.*— *E. J. Teixeira Junior.*— *B. Cordeiro.*

#### RESOLUÇÃO

Como parece.— Rio, 5 de fevereiro de 1904.— **FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.**— *Francisco de Paula Argollo.*



## AVISO DE 9 DE FEVEREIRO DE 1904

Declara que só poderá ser feito mediante indemnisação o fornecimento de arreio e calçadoura para montada dos officiaes do estado-maior dos corpos de infantaria.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1904 — N. 49.

Sr. Intendente Geral da Guerra.— De posse de vosso officio n. 920, de 6 de outubro ultimo, ao qual acompanhou o requerimento em que o capitão-ajudante do 3º batalhão de infantaria Guilherme Marques de Souza Soares pede que, a exemplo do que se procede em relação aos officiaes do estado-maior dos corpos montados, se forneçam aos corpos de infantaria, no caso destes, o arreio e a calçadoura para montaria dos officiaes do estado-maior dos referidos corpos de infantaria, vos declaro, para os fins convenientes, que o fornecimento de que se trata só poderá ser feito mediante indemnisação.

Saude e frater nidade. — *Francisco de Paula Argollo.*

---

## AVISO DE 11 DE FEVEREIRO DE 1904

Declara que os vencimentos que competem aos officiaes do exercito eleitos deputados e intendentes ao mesmo tempo e aos que forem simplesmente intendentes.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1904 — N. 2.

Sr. Presidente do Estado de Sergipe — Respondendo ao officio que me dirigistes em 29 de dezembro do anno findo, sob n. 56, ao qual acompanhou a consulta do capitão do 2º batalhão de infantaria João S. M. dos Reis, cabo-me declarar-vos que, aos officiaes que exe-cem simultaneamente as funcções de deputado e intendentes, competem os vencimentos da disponibilidade correspondente ás primeiras funcções, e os que forem simplesmente intendentes só receberão o soldo.

Saude e fraternidade. — *Francisco de Paula Argollo.*

---

## AVISO DE 11 DE FEVEREIRO DE 1904

Declara que o abono de fardamento a fazer-se em 30 de junho vindouro aos alumnos da escola preparatoria e de tactica de Porto Alegre deverá ser effectuado ainda que não tenha a metade do tempo de duração.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1904 — N. 55.

Sr. Intendente Geral da Guerra — Declaro ao commandante da escola preparatoria e de tactica de Porto Alegre, em resposta ao seu telegramma de 23 do mez findo, que o abono de fardamento a fazer-se em 30 de junho aos alumnos, deverá ser effectuado ainda que não tenha a metade do tempo de duração, porquanto o 4.<sup>o</sup> item da observação 3.<sup>a</sup> da tabela n. 1 dos corpos arregimentados, publica-la na ordem do dia da repartição do estado-maior do exercito refere-se unicamente ás praças que fazem parte do pessoal effectivo e addido dos institutos militares de ensino e não aos alumnos desses institutos.

Saude e fraternidade. — *Francisco de Paula Argollo.*

---

## AVISO DE 18 DE FEVEREIRO DE 1904

Declara que a administração do asylo de Invalidos da Patria competem a organização e a fiscalização das folhas de pagamento.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1904 — N. 443.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exército — Tendo o commandante do asylo dos Invalidos da Patria consultado no officio n. 20, que vos dirigiu em 11 do mez findo, si a escripturação e o pagamento das companhias de reformados deverão continuar a cargo dos respectivos commandantes, ou si deverão ser feitos de modo identico ao que se procede em relação ás companhias de asylados, como determina a portaria de 11 do fevereiro de 1898, declaro-vos, para os fins convenientes, que a administração do asylo competem a organização e a fiscalização das folhas de pagamento, que continuará a se effectuar na direcção geral de contabilidade da guerra, com a presença daquelles commandantes, como actualmente se procede.

Saude e fraternidade. — *Francisco de Paula Argollo.*

---

## PORTARIA DE 19 DE FEVEREIRO DE 1904

Declara que a um official reformado compulsoriamente e cumprindo sentença compete o soldo por inteiro devendo até então como preso militar fornecer-se-lhe a alimentação necessaria da uma etapa diaria.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1904 — N. 2.

Em solução à consulta que faz o Sr. delegado fiscal do Thezouro Federal no Maranhão, em telegramma de 28 do mez findo, sobre a quantia que se deverá abonar ao alferes do exercito Eugenio Brazilliano do Nascimento, que, tendo sido reformado compulsoriamente, acha-se preso cumprindo sentença, manda o Sr. Presidente da Republica, por esta Secretaria de Estado, declarar ao Sr. delegado, em confirmação ao telegramma que nesta data se lhe dirige, que, sendo reformado d'quelle modo, tem o referido official direito ao soldo por inteiro, mas sómente à vista da respectiva carta patente, devendo até então, como preso militar, ser-lhe fornecida a alimentação necessaria de uma etapa diaria, do que se lhe fará carga para a opportuna indemnização.

Saude e fraternidade. — *Francisco de Paula Argollo.*

## AVISO DE 19 DE FEVEREIRO DE 1904

Torna extensivo às mulheres e filhos das praças que seguem para destacamentos o abono de meia etapa às mulheres e filhos das praças que seguem em diligencia.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1904 — N. 460.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exercito — Declaro-vos, para os fins convenientes, e em solução à consulta que faz o capitão do 19º batalhão de infantaria Marcellino José Jorge, que o abono da meia etapa às mulheres e filhos das praças que seguem em diligencia do serviço do que trata o aviso de 11 de março de 1893, se estende tambem aos das praças que seguem para destacamentos.

Saude e fraternidade. — *Francisco de Paula Argollo.*

## AVISO DE 25 DE FEVEREIRO DE 1904

Manda contar pelo dobro, para a reforma, aos officiaes e praças que fizeram parte das forças de occupação do Acre o periodo decorrido da data em que partiram de Manaus para alli á data em que de volta chegaram á referida cidade.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1904 — N. 496.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exército — Declaro vos, de ordem do Sr. Presidente da Republica, que aos officiaes e praças que fizeram parte das forças de occupação do Acre deverá ser contado pelo dobro, para a reforma, o periodo decorrido da data em que partiram de Manaus para aquella região até a em que de volta chegaram á dita cidade.

Soude e fraternidade. — *Francisco de Paula Argollo.*

## AVISO DE 14 DE MARÇO DE 1904

Declara que os coadjuvantes do ensino theorico nos institutos militares de ensino não deverão fazer serviço de escala e que deverá ser mantida a praxe seguida em relação aos mesmos quanto ás licenças para gozo de férias.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 14 de março de 1904 — N. 111.

Sr. Comandante da Escola Preparatoria e de Tactica do Realengo — O tenente Oscar Virgilio de Carvalho, commandante da 4.<sup>a</sup> companhia de alunos dessa escola, consultou os coadjuvantes do ensino theorico, não tendo, ao contrario dos tenentes, professores e adjuntos, votos no conselho de instrução, deverão, como os do ensino pratico e da administração, os instructores e os mestres, concorrer ao serviço de escala; e si as licenças para gozo de férias com as respectivas gratificações do exercício de suas funções deverão ser extensivas aos coadjuvantes, instructores e mestres dos estabelecimentos militares de ensino.

Em obsequio a tal consulta, que acompanhou vosso officio n. 1.433, de 1.<sup>o</sup> de dezembro ultimo, vos declaro, para os fins convenientes, que os coadjuvantes do ensino theorico não deverão fazer serviço de escala, apesar de não terem voto nos respectivos conselhos, porque o esforço intellectual que despendem no desempenho de seu cargo, a que os equipara em uma parte aos demais membros do magisterio, exige um repouso de espí-

rito incompatível com aquelle serviço : e que, não havendo no regulamento respectivo disposição que autorize ou prohiba o gozo de férias aos encarregados da instrução pratica, deverá ser mantida a praxe seguida.

Saude e fraternidade.—*Francisco de Paula Argollo,*

---

#### AVISO DE 15 DE MARÇO DE 1904

Declara que uma praça do exercito que se alistou como voluntario por cinco annos, foi excluida com baixa por incapacidade physica e verificou praça novamente como voluntario, deverá ser considerada como se estivesse servindo para completar o tempo de sua primeira praça.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 15 de março de 1904 — N. 650.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exercito — Declaro-vos que o 1º sargento do 12º regimento de cavallaria Angelino Carvalho Sobrinho, que se alistou no exercito como voluntario, por cinco annos, em 19 de dezembro de 1895, foi excluido com baixa, por incapacidade physica, em 28 de junho do 1898, e verificou prag. novamente como voluntario em 1 de novembro de 1901, tambem por cinco annos, deverá ser considerado como se estivesse servindo para completar o tempo de sua primeira praça, de accordo com o disposto no aviso de 4 de julho de 1884 e na portaria de 25 de maio de 1895.

Saude e fraternidade.—*Francisco de Paula Argollo,*

---

#### AVISO DE 17 DE MARÇO DE 1904

Manda recomendar aos estabelecimentos militares da guarnição desta Capital a remessa regular dos mappas e contas referentes ao consumo do gaz carbonico.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 17 de março de 1904 — N. 665.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exercito — Para que a intendencia geral da guerra possa exercer por completo a fiscalização que lhe compete nos serviços de illuminação, convem recomendar aos estabelecimentos militares desta guarnição a re-

messa regular dos mappas e contas referentes ao consumo de gaz carbonico, quer se trate de illuminação ordinaria, quer de extraordinaria.

Saude e fraternidade.— *Francisco de Paula Argollo.*

---

#### AVISO DE 19 DE MARÇO DE 1904

Declara que o aviso n. 915 de 7 de abril de 1903 se refere, quanto ao modo de se realizarem as descargas dos artigos pertencentes ao exercito, a todos e les, mesmo aos extraviados ou de qualquer maneira desaparecidos.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 19 de março de 1904 — N. 197.

Sr. Intendente Geral da Guerra — Tendo o commandante do 4º districto militar, em officio n. 2.304, de 11 de dezembro ultimo, dirigido ao chefe do estado-maior do exercito, consultado sobre o disposto na ultima parte do aviso n. 915, de 7 de abril do anno findo, relativamente ao modo de se realizarem as descargas dos artigos pertencentes aos corpos de exercito, declarao áquelle commandante que o citado aviso se refere a todos os artigos, mesmo aos extraviados ou de qualquer modo desaparecidos; no caso de haver responsaveis pelo extravio, convém que se lhes faça carga das respectivas importações, o que, alias, é de lei e constitue uma justificativa para o pedido de descarga.

Saude e fraternidade.— *Francisco de Paula Argollo.*

---

#### AVISO DE 24 DE MARÇO DE 1904

Manda adoptar somente para os corpos de cavallaria da guarnição desta Capital a cartucheira de que trata o aviso n. 195 de 11 de abril de 1902.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 24 de março de 1904 — N. 734.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exercito — Declaro-vos, para os fins convenientes, que a cartucheira a que se refere o aviso deste Ministerio, n. 195, de 11 de abril de 1902, deve ser adoptada somente para os corpos de cavallaria da guarnição desta Capital, sem prejuizo do que se contém no plano approved pelo decreto n. 4.317, de 21 de fevereiro tambem de 1902.

Saude e fraternidade.— *Francisco de Paula Argollo.*

---

## AVISO DE 24 DE MARÇO DE 1904

Declara que clavina Mauser é o armamento que deverá ser usado pelos corneteiros e músicos.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 24 de março de 1904—  
N. 123.

Sr. Intendente Geral da Guerra — Em solução ao officio que vos dirigiu o commandante do 3º districto militar em 22 do agosto ultimo, sob n. 437, ao qual vos referis no de n. 873, de 16 de setembro seguinte, relativamente ao armamento que deve ser usado pelos corneteiros e músicos, declarae ao mesmo commandante que já está providenciado por essa intendencia, mandando que estes usem a clavina Mauser, os primeiros com o sabre-bayoneta e os segundos com o espadim, por isso que o armamento Mauser não tem fuzil certo e não ser a clavina usada pela cavallaria e de conveniente uso para elles.

Saude e fraternidade.—*Francisco de Paula Argollo.*

---

## AVISO DE 26 DE MARÇO DE 1904

Manda dispensar do trabalho, percebendo o vencimento que lhe compete pelo seu tempo de serviço, um operario da fabrica de cartuchos e artificios de Guerra, sendo inspecionado no fim de cada anno para conhecer-se da seu estado e providenciar-se sobre a continuação desta concessão.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 26 de março de 1904—  
N. 3.

Sr. Director da Fabrica de Cartuchos e Artificios de Guerra—  
Declaro-vos, para os fins convenientes, que o operario de 2ª classe dessa fabrica Antonio Francisco Cordeiro da Silva deverá ser dispensado do trabalho, percebendo dos loges do vencimento que actualmente tem, nos termos do art. 235 do regulamento que acompanhou o decreto n. 5.113, de 19 de outubro de 1872, visto contar mais de 20 annos de serviço e achar-se impossibilitado de continuar a presta-lo, devido ao seu estado de invalidez, julgado em inspecção de saude a que foi submettido, sendo inspecionado no fim de cada anno, afim de conhecer-se da seu estado e providenciar-se quanto a esta concessão.

Saude e fraternidade.—*Francisco de Paula Argollo.*

---

## AVISO DE 31 DE MARÇO DE 1904

Declara que são válidos nos estabelecimentos de ensino superior os exames prestados na escola de engenharia de Porto Alegre.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 31 de março de 1904—  
N. 765.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exército — Tendo o alferes do 8º regimento de cavallaria Floduardo da Cunha Martins, consultado no requerimento que acompanhou a informação da repartição a vesso cargo, n. 499, de 20 de fevereiro findo, si são válidos nas escolas militares os exames parcellados de mathematica elemental e do curso superior, prestados na escola de engenharia do Estado do Rio Grande do Sul, por ter sido ella reconhecida pelo Governo da União, vos declaro, para que o fagaes constar áquelle official, que o decreto legislativo n. 727, de 8 de dezembro de 1900, manda reconhecer como de character official em todo territorio da União, para todos os effeitos legais, os diplomas conferidos pela escola de engenharia do porto Alegre, sendo considerados válidos nos estabelecimentos de ensino superior os exames nella prestados.

Saude e fraternidade. — *Francisco de Paula Argollo.*

---

## AVISO DE 31 DE MARÇO DE 1904

Eleva a quatro o numero de series gratuitas a que tem direito os alumnos das escolas superiores que frequentam o Tiro Nacional.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 31 de março de 1904—  
N. 777.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exército — Declarao ao director do Tiro Nacional, em solução aos requerimentos de diversos alumnos da escola polytechnica desta Capital, que, de accordo com o que informa o director daquelle estabelecimento, fica elevado a quatro, o numero de series gratuitas a que tem direito os alumnos das escolas superiores que frequentam o mesmo estabelecimento.

Saude e fraternidade. — *Francisco de Paula Argollo.*

---



## AVISO DE 31 DE MARÇO DE 1904

Declara que nas escalas dos diversos serviços dos corpos do exército não deverão existir nem os chefes oficiais e que os instructores estão dispensados dos outros serviços dos mesmos corpos.

Ministério da Guerra.—Rio de Janeiro, 31 de março de 1904 — N. 779.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exército — O alfores do 3.º batalhão de infantaria Linhas Pompílio Pires, consulta:

1.º Qual o numero que deverá expor a falta absoluta na escala do serviço do estado-maior;

2.º si os capitães quando empregados podem ser nomeados instructores gerais de tiro as guarnições, sendo por isso dispensados do todo e qualquer serviço interno e não os privando das empregadas necessarias de commandos de companhias ou de quesequ e outros cargos;

3.º, em caso afflictivo, deverá substituir outro official para substituir o no serviço do estado maior.

Em resposta a tal consulta, declaro ao commandante do 6.º districto:— Faltar para que o substitua aquelle official;

1.º que nos escalas dos diversos serviços não deverão existir nem os chefes officiaes, como já foi estabelecido para o de superior do dia, compreendendo nas do serviço interno o quartel-mestre e o secretario, logo que esse numero diminuir, só entrando para o do estado-maior o ajudante, quando a falta do official for tal que este tenha de substituir as suas funções e o commando de companhia;

2.º que os instructores de tiro dos corpos estão dispensados do serviço, nos termos do disposto nos avisos de 12 de junho de 1893 e de 12 de setembro de 1899, e suas funções não podem ser consideradas como accumulção, devendo cada corpo ter seu instructor, a fim de que o official encarregado dessa importantissima parte da instrucção não prejudique as demais obrigações que lhe cabem.

Saude e fraternidade.— *Francisco de Paula Argollo.*

## PORTARIA DE 25 DE ABRIL DE 1904

Declara que não é lícito, para o exercício das funções de intendentes ou de administradores, alicenciar a patente durante o seu commando.

Ministério da Guerra.—Rio de Janeiro, 25 de abril de 1904. — N. 11.

O Sr. Presidente da Republica manda, por esta Secretaria de Estado, declarar ao Sr. delegado fiscal do Thesouro Federal no

Estado do Ceará, que, de accordo com o que foi determinado em circular de 1 de dezembro do anno proximo passado, aos officiaes do exercito que exercem as funcções de intendentes ou vereadores municipaes só compete o soldo da patente durante o seu mandato, sendo, portanto, irregular o procedimento da respectiva delegacia, abonando aos alferes Antonio Eugenio Gadelha e Remigio Ribeiro Alboim o soldo, etapa, quantitativo para criado e um terço da gratificação de exercicio durante o intervalo das sessões, conforme communica o comandante do 2º districto militar em telegramma de 6 do corrente.— *Francisco de Paula Argollo.*

---

## AVISO DE 26 DE ABRIL DE 1904

Fixa o prazo de seis mezes, a contar da data do fallecimento do official, para a reclamação do pagamento do quantitativo para enterramento deste.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 26 de abril de 1904—  
N. 162.

Sr. Director Geral de Contabilidade da Guerra — A' D. Maria José Villa Porto Mello, viuva do general de divisão reformado do exercito João de Oliveira Mello, manda pagar a quantia fixada para o enterramento de officiaes, conforme pede.

Por esta occasião vos declaro, para os fins convenientes, que, de ora em diante, é merecido o prazo de seis mezes, a contar da data do fallecimento do official, para a reclamação do pagamento do quantitativo destinado ao respectivo enterramento.

Saude e fraternidade.— *Francisco de Paula Argollo.*

---

## AVISO DE 29 DE ABRIL DE 1904

Declara que uma copia da circular que foi expedida para transferir o encargo do comando do 1º districto militar ao, não deverá fazer-se entrega do valor da pensão que por este motivo seella deu para outra localidade.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 29 de abril de 1904—  
N. 230.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exercito — Declara ao commandante do 1º districto militar, em resposta ao officio n. 159, que vos dirigiu em 15 de fevereiro ultimo, que ao alferes do 33º ba-

talhão de infantaria Salustiano de Amorim Lima, que teve licença para tratamento de saúde no Estado de Alagoas, em vista do termo da inspecção a que foi submettido e na qual foi julgado soffrer de beriberi endemático, não deverá fazer-se carga da importância da passagem que se lhe mandou dar para o dito Estado, procedendo-se do mesmo modo em relação a outros em idênticas condições.

Saúde e fraternidade. — *Francisco de Paula Argollo.*

---

#### AVISO DE 23 DE MAIO DE 1904.

Manda conceder passagens para o sul da Republica a praças affectadas de beriberi, cabendo ao director do hospital respectivo dar alta por esse motivo a taes praças.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 23 de maio de 1904 — N. 1.090.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exército — Tendo o commandante da guarnição de Belém, no Estado do Pará, recusado dar passagens para o sul da Republica a diversas praças affectadas de beri-beri, que inspecionadas de saúde tiveram alta do hospital militar, declarae ao commandante do 1º districto militar, que de accordo com as ordens em vigor, deverão ser dadas taes passagens, assistido ao director do hospital militar o direito de dar alta, por esse motivo, ás praças em taes condições.

Saúde e fraternidade. — *Francisco de Paula Argollo.*

---

#### AVISO DE 26 DE MAIO DE 1904

Reduz a \$500 o preço de cada série de seis tiros para revólver Nagant regulamentar.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 26 de abril de 1904 — N. 878.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exército — Deferindo o requerimento de varios atiradores, matriculados no Tiro Nacional, vos declaro, para que o fiquem constar ao director daquê estabelecimento, que fica reduzido a quinhentos réis o preço de cada série de seis tiros para revólver Nagant regulamentar, de accordo com o que informou o mesmo director ao officio que dirigiu ao commandante do 4º districto militar, em 7 de março findo, sob n. 28.

Saúde e fraternidade. — *Francisco de Paula Argollo.*

---

## CIRCULAR DE 3 DE JUNHO DE 1904

Declara que a permissão para a consignação de quantia superior ao soldo abrange somente o soldo e a etapa.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 3 de junho de 1904  
— Circular.

O Sr. Presidente da Republica manda, por esta Secretaria do Estado, declarar ao Sr. delegado fiscal do Thesouro Federal em... ( ou inspector da Alfandega de... ) que a permissão para a consignação de quantia superior ao soldo, abrange somente o soldo e a etapa, porquanto as demais gratificações, segundo determina o art. 21, capitulo 5º, das instrucções annexas ao decreto n. 946 A, de 1 de novembro de 1890, são inherentes á commissão que desempenhar o official, tornando-se, portanto, variaveis.— *Francisco de Paula Argollo.*

---

## AVISO DE 8 DE JUNHO DE 1904

Manda recomendar a fiel observancia da portaria de 25 de setembro de 1895 sobre espolio de officiaes e praças do exercito.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 8 de junho de 1904  
— N. 1.193.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exercito — Recomendae em ordem do dia da repartição a vossa charge, a fiel observancia da portaria de 25 de setembro de 1895, publicada na ordem do dia n. 949, do anno de 1898, da extincta repartição de ajudante general do exercito e relativa ao espolio de officiaes e praças do mesmo exercito.

Saude e fraternidade.— *Francisco de Paula Argollo.*

---

## AVISO DE 9 DE JUNHO DE 1904

Declara que o subterno que serve como director da escola regimental nao deve ser escalado para servir como agente enquanto existirem subterno no commando das baterias.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 9 de junho de 1904  
— N. 1.213.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exercito — Declarae em ordem do dia dessa repartição, e ao commandante do 4º districto mi-

litar, que approvo a deliberação que este tomou, segundo consta do officio n. 676, que vos dirigiu em 27 de abril ultimo, de se-  
 nificar ao tenente do 6º batalhão de artilharia Elias Coelho  
 Cintra, em solução á consulta feita pelo mesmo tenente, que o  
 subalterno que serve como director da escola regimental não  
 daverá ser escalado para exercer as funções do agente, em-  
 quanto existirem officiaes subalternos no commando de baterias,  
 em um dos quaes recahirá a nomeação, e que não se dando esta  
 circumstancia e existindo somente aquelle director, poderá elle  
 ser escalado, exercendo cumulativamente as funções de um e  
 outro lugar.

Saude e fraternidade. — *Francisco de Paula Argollo.*

#### CIRCULAR DE 10 DE JUNHO DE 1904

Declara que só são permittidas consignações além do soldo quando  
 feitas a pessoa da família do official do exercito.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 10 de junho de 1904  
 — Circular.

O Sr. Presidente da Republica manda, por esta Secretaria de  
 Estado, declarar ao Sr. delegado fiscal do Thesouro Federal  
 em... (ou ao Sr. inspector da Alfandega de...), em addita-  
 mento á circular de 3 do corrente, que este Ministerio só per-  
 mitte consignações além do soldo, quando feitas a pessoas da fa-  
 mília do official, não devendo nesse caso exceder da importancia  
 do soldo e da etapa. — *Francisco de Paula Argollo.*

#### AVISO DE 11 DE JUNHO DE 1904

Providencia sobre o organamento do tipo de artigos para o deposito  
 do material sanitario do exercito e declara qual a autoridade a  
 quem deverão ser dirigidos os requerimentos apresentados depois  
 das sessões do conselho de compras respectivo.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 11 de junho de 1904  
 — N. 79.

Sr. Director Geral de Nando — Declaro-vos que approvo as  
 actas das sessões do conselho de compras do deposito do mate-  
 rial sanitario do exercito, realizadas em 18 e 26 de abril ultimo,

referentes ao fornecimento de objectos de expediente, ferragens, arreios, material sanitario e instrumental para veterinarios, actas cujas cópias a este annexas acompanharam vosso officio n. 899, de 9 do mez findo, devendo estas ser authenticadas pelo directo do referido deposito.

Outrosim, vos declaro que deverão ser organizados os typos de todos os artigos conforme já foi determinado e lavrados os respectivos contractos, excepto quanto ao *catgut* e a seda *Leclerc*, que farão parte de nova concorrência, de accordo com o que opina o dito conselho, visto que com as rectificações, seus preços ficam superiores aos da ultima compra, attendendo-se que o valor pedido para as agulhas de Cooper ou de Deschamps refere-se á unidade e não á dúzia.

Por ultimo vos declaro que os requerimentos apresentados depois das sessões do conselho não deverão ser dirigidos a este, que não os tomará em consideração, visto terminarem suas funcções após o encerramento de cada sessão, e sim ao Ministerio da Guerra, devidamente informados por essa direcção e pela de contabilidade da guerra, como se tem procedido até agora.

Saude e fraternidade. — *Francisco de Paula Argollo.*

---

#### AVISO DE 11 DE JUNHO DE 1904

Declara que deverão ser feitas em additamento e assignadas pelos contractantes as modificações que se mandarem fazer em termos de contracto referentes a generos, adventicios, caixões funebres e serviço de lavagem de roupa para os hospitaes e enfermarias militares.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 11 de junho de 1904 — N. 81.

Sr. Director Geral de Saude — Declaro-vos, para os fins convenientes, que approvo o processo que acompanhou o vosso officio n. 817, de 28 de abril ultimo, para aquisição de generos, adventicios, caixões funebres e serviço de lavagem de roupa para o hospital militar de Porto Alegre, durante o corrente semestre, e bem assim a inclusa tabella para a distribuição das respectivas dietas.

Recommendo ao conselho economico daquelle hospital que, sempre que forem determinadas modificações em termos de contracto, deverão ser ellas feitas em additamento e assignadas tambem pelos contractantes e não emendado o documento, como aconteceu no processo de que se trata, para que não fiquem viciados os respectivos termos.

Saude e fraternidade. — *Francisco de Paula Argollo.*

## AVISO DE 11 DE JUNHO DE 1904

Declara que a um veterinario de um corpo de cavallaria poderão ser fornecidos os medicamentos de que precisar, mediante indemnização e prescripção medica; e que, sendo elle contractado, poderá recorrer aos facultativos militares para os casos em que são soccorridos por estes os officiaes e suas familias.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 11 de junho de 1904 — N. 1.246.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exercito — *Declarae* ao commandante do 6º districto militar, em solução á consulta que lho fez o veterinario do 3º regimento de cavallaria Affonso Pedro de Barcellos, e da qual trata no officio que vos dirigiu em 22 de abril ultimo, sob n. 1.335, que ao consultante se poderão mandar fornecer os medicamentos de que precisar, mediante prescripção medica, indemnizando a Fazenda Nacional, de accordo com o disposto no aviso de 26 de janeiro de 1887, publicado na ordem do dia do exercito, n. 2.090, do mesmo anno; e bem assim que, sendo elle contractado, para servir nos corpos arregimentados, poderá recorrer aos facultativos militares da guarnição para os casos em que são soccorridos por elles os officiaes effectivos dos mesmos corpos e suas respectivas familias.

Saude e fraternidade. — *Francisco de Paula Argollo.*

## AVISO DE 15 DE JUNHO DE 1904

Declara que o imposto de \$300 só é pagavel nas contas de despeza de 25\$ para cima e que nas de importancia inferior é elle arrecadado quando são estas exhibidos como documentos.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 15 de junho de 1904 — N. 1.

Sr. Director da Fabrica de Polvora da Estrella — *Declaro-vos*, para os fins convenientes, e em solução ao officio que dirigistes á direcção geral de contabilidade da guerra, em 20 de maio ultimo, sob n. 160, que o imposto na taxa fixa de 300 réis só é pagavel nas contas de despezas da importancia de 25\$ para cima, que nas de inferior importancia é elle arrecadado quando são estas exhibidas como documentos para comprovar qualquer reclamação, não estando comprehendidos nesta regra os forne-

cimentos de contractos, cujos valores não são declarados e cujas facturas pagam a taxa de 300 réis, seja qual for o seu valor, até 200 réis.

Saude e fraternidade. — *Francisco de Paula Argollo.*

---

#### AVISO DE 16 DE JUNHO DE 1904

Equipara, quanto á distribuição de artigos de expediente, o asylo dos Invalidos da Patria a um corpo arregimentado.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 16 de junho de 1904 — N. 275.

Sr. Intendente Geral da Guerra — Declaro-vos que, em vista do que expondes em officio n. 309, de 22 de abril ultimo, relativamente á distribuição de artigos de expediente ao asylo dos Invalidos da Patria, é equiparado esto a um corpo arregimentado, ficando sem valor a respectiva tabella especial publicada na ordem do dia da repartição do estado-maior do exercito, n. 314, de 20 de novembro ultimo.

Saude e fraternidade. — *Francisco de Paula Argollo.*

---

#### AVISO DE 17 DE JUNHO DE 1904

Manda proceder na aquisição de fardamento para os alumnos da escola preparatoria e de tactica de Porto Alegre do mesmo modo que se procede nas escolas militar do Brasil e preparatoria e de tactica do Realengo.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 17 de junho de 1904 — N. 278.

Sr. Intendente Geral da Guerra — Declaro-vos que, em vista do exposto pelo commante da escola preparatoria e de tactica de Porto Alegre, no officio que acompanhou o vosso de 11 do mez fiudo, sob n. 350, ficam sem effeito o telegramma e a portaria de 24 de abril de 1897, que revogaram a portaria de 2 de outubro de 1896 á extincta repartição do quartel-mestre general, procedendo-se na aquisição de fardamento daquella escola do mesmo modo que se procede nas escolas militar do Brazil e preparatoria e de tactica do Realengo.

Saude e fraternidade. — *Francisco de Paula Argollo.*

---



## AVISO DE 20 DE JUNHO DE 1904

**Declara que os alferes-alunos deverão usar, em qualquer corpo em que servirem, o uniforme que lhes foi designado pelo plano em vigor, podendo fazer uso de salteiras quando exercerem cargos considerados como de officiaes montados ou servirem em corpos de cavallaria ou artilharia.**

**Ministerio da Guerra — Rio do Janeiro, 20 de junho de 1904 — N. 1.295.**

**Sr. Chefe do Estado-Maior do Exercito — O alferes-alumno Miguel de Castro Ayres, em serviço no contingente do 38º batalhão de infantaria, destacado na escola militar do Brazil, consulta si nas formaturas em que terá de comparecer ou mesmo fóra dellas, nas apresentações ou em solemnidades, deve usar salteiras, pennacho de crina e guia do talim, preta, de couro da Russia, conforme se infere do preceituado no decreto n. 4.966, do 16 de setembro de 1903, que determinou para os alferes-alunos o mesmo uniforme destinado para os officiaes do estado-maior da arma de artilharia.**

**Em solução a tal consulta que acompanhou o officio do commandante da escola militar do Brazil, n. 1.792, de 5 de maio findo, mandae publicar em ordem do dia da repartição a vosso cargo que os alferes-alunos devem usar, em qualquer corpo onde servirem, o uniforme que lhes foi designado pelo plano que acompanha o decreto acima citado, por não haver inconveniente em que com elle se apresentem em quaesquer formaturas ou actos officiaes e que, quanto ao uso das salteiras, tendo sido ellas destinadas, pela portaria de 23, publicada na ordem do dia do exercito n. 799, de 25, tudo de dezembro de 1896, aos officiaes montados, poderão elles usal-as quando exercerem cargos assim considerados ou servirem nos regimentos de cavallaria ou de artilharia de campanha.**

**Saude e fraternidade. — Francisco de Paula Argollo.**

## AVISO DE 20 DE JUNHO DE 1904

**Modifica a portaria de 22 de junho de 1891 e estabelece as proporções em que deverão ser feitos os pedidos de munições.**

**Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 20 de junho de 1904 — N. 1.286.**

**Sr. Chefe do Estado-Maior do Exercito — Mandae publicar em ordem do dia da repartição a vosso cargo, para conheci-**

mento dos corpos do exército, que os pedidos de munições devem ser feitos nas seguintes proporções: os cartuchos para carabinas Comblain e metralhadoras Nordenfolt, em multiplos de mil; os de carabinas e clavinas Mauser e Manulicher, em multiplos de mil e quinhentos; os de revólver Girard, bem como os de clavina Winchester ou revólver Nagant, em multiplos de dous mil; as estopilhas, em multiplos de quinhentos, as espoletas para projectis, em multiplos de cincoenta, ficando assim modificada a portaria de 22 de junho de 1891, publicada na ordem do exército n. 215, de 30 daquelle mez e anno.

Saudo e fraternidade.—*Francisco de Paula Argollo.*

---

#### AVISO DE 20 DE JUNHO DE 1904

Declara que um soldado do exército que cumpre sentença em prisão civil, por crime processado no fôro commum, não pôde ser transferido para prisão militar.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 20 de junho de 1904 — N. 1.296.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exército — Declaro-vos, para os fins convenientes, que o Sr. Presidente da Republica, conformando-se com o parecer do Supremo Tribunal Militar, exarado em consulta de 23 de maio ultimo, resolveu, em 15 do corrente, indeferir o requerimento em que o soldado desertor do 24º batalhão de infantaria Jorge Manoel da Paixão, que está cumprindo sentença na casa de correccão desta Capital, por crime de moeda falsa, pediu ser transferido para prisão militar, por isso que, tendo sido o requerente processado no fôro commum e nelle condemnado a quatro annos de prisão, está excluido temporaria-

---

#### CONSULTA A QUE SE REFERE O AVISO SUPRA

Sr. Presidente da Republica — Mandastes remetter a este tribunal, para consultar com o seu parecer, pela Secretaria de Estado da Guerra, em aviso de 4 de março ultimo, o requerimento em que o desertor do 24º batalhão de infantaria Jorge Manoel da Paixão, que está cumprindo sentença na casa de correccão desta Capital por crime de moeda falsa, pede ser transferido para prisão militar.

Pelos papéis juntos se vê que, em consequencia de um pedido feito em 17 de novembro proximo findo, por Jorge Manoel da Paixão, no sentido de ser transferido para prisão militar, visto ser desertor do 24º batalhão de infantaria e achar-se recolhido á casa de detenção desta Capital por crime de moeda falsa, o Ministerio da Guerra, depois de verificar que esse individuo era desertor do exército, requisiou sua apresentação ás autoridades militares.

mento do exército o deve cumprir a sentença em prisão civil, concluída a qual voltará ás fileiras do mesmo exército para ser processado pelo crime de deserção.

Saude e fraternidade.— *Francisco de Paula Agallo.*

#### AVISO DE 21 DE JUNHO DE 1904

Esclarece duvidas sobre o abono de fardamento a praças asyladas em tratamento nos hospitais militares e as praças do exército que estão em tratamento em asylos estaduais, ás que aguardam no respectivo quartel inclusão no asylo de Invalidos da Patria e as que se acham promptas da instrucção de recrutas.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 21 de junho de 1904  
— N. 286.

Sr. Intendente Geral da Guerra — O tenente do 39º batalhão de Infantaria Pedro Cabral, consulta:

1.º Si para com uma praça asylada, em tratamento no hospital militar, comprehendida na 6ª observação da tabella n. 5,

— E o juiz federal, em officio de 19 de janeiro, declarou não poder satisfazer a essa requisição, porque o referido individuo já estava condemnado a pena de quatro annos de prisão cellular pelo crime previsto no art. 241 combinado com os arts. 39, § 13, e 62, § 3, do código penal, devendo essa pena ser cumprida na casa de correção desta Capital.

O supplicante, no dia 15 do mesmo mez de janeiro, havia renovado o seu pedido, agora apresentado ao tribunal.

O auditor de guerra junto ao estado maior do exército, informando, diz que « as praças respondendo no fôro commum por crime do julgamento do mesmo fôro, só tem direito á prisão militar até a sentença, exclusiva; pronunciada esta definitivamente, tem de ser recolhidas á prisão que for indicada pelo juiz de execução, na fôrma do processo criminal ».

Portanto, achando-se o réo já condemnado, a auditoria de guerra declara que a pretensão não pôde ser deferida.

Com effeito, tendo sido o requerente processado no fôro commum e nelle condemnado a quatro annos de prisão, está excluído temporariamente do exército e deve cumprir a sentença em prisão civil; só depois de concluída a sentença voltará ás fileiras para ser processado pelo crime de deserção.

Rio de Janeiro, 23 de maio de 1904.— *E. Barbosa.*— *C. Niemeyer.*  
— *F. A. de Moura.*— *Mallet.*— *Thomas Cantuaria.*— *F. J. Teixeira Junior.*— Foi voto o Sr. ministro Costallat.

#### RESOLUÇÃO

Como parece.— Rio, 15 de junho de 1904.— *FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.*— *Francisco de Paula Agallo.*

de 12 de agosto de 1894, deve-se tambem proceder de accordo com a 9.<sup>a</sup> observação da tabella de fardamento n. 1. de 18 de outubro do anno findo, publicada na ordem do dia n. 314, de 20 de novembro de 1903, da repartição do estado-maior do exercito ;

2.<sup>o</sup> Si deve-se levar em consideração esta ultima observação para o não vencimento de fardamento para uma praça que, não se achando em tratamento no hospital militar, nem em enfermaria civil, acha-se entretanto, em um asylo pertencente ao Estado do Paraná, por soffrer das faculdades montaes;

3.<sup>o</sup> Qual o fardamento que se deve abonar a uma praça que, sendo em inspecção de saude julgada incapaz para o serviço, acha-se aguardando sua inclusão no asylo de invalidos da Patria, e é considerada doente no quartel ;

4.<sup>o</sup> Como deve-se proceder para com as praças que durante o anno passam a prompto da instrucção de recrutas, quanto ao recebimento de polainas, parte integrante do fardamento para o completo de sua uniformidade, visto como a tabella n. 3 não contempla semelhante peça de fardamento e a de n. 1 designa a data do recebimento em 31 de dezembro de cada anno, ambas publicadas na referida ordem do dia.

Em solução a tal consulta, da qual trata o commandante do referido corpo no officio que, por cópia, acompanhou o vosso, n. 374, de 19 de maio findo, vos declaro para os fins convenientes :

Quanto ao primeiro, que a tabella de fardamento n. 1, publicada na citada ordem do dia, nada tem com as praças asyadas, as quaes tem a sua tabella especial, que se acha publicada na ordem do dia da extincta repartição de ajudante-geral, n. 572, de 12 de agosto de 1894, devendo somente abonar-se aos asyados quando deixarem por qualquer motivo de receber fardamento, uma peça de cada especie, embora tenham direito a mais, visto serem pensionistas do Estado e o receberem gratuitamente, sem que nenhum direito lhes assista á percepção das peças que, por qualquer motivo, não lhes sejam abonadas em tempo, conforme esclarece o aviso do Ministerio da Guerra n. 2.576, de 9 de dezembro de 1901 ;

Quanto ao segundo, que deve-se applicar a 9.<sup>a</sup> observação da tabella geral ora adoptada ;

Quanto ao terceiro, que nenhum fardamento deve ser abonado, não só em vista da ultima parte da alludida observação, que manda distribuir ás praças, quando tenham alta de qualquer hospital, depois de ali permanecerem mais de tres mezes, o fardamento necessario para o serviço ; não estando, portanto, neste caso a praça que é julgada incapaz para esse serviço, mas, tambem porque, si for incluída no asylo, essa praça receberá então o fardamento de asyado ;

Quanto ao quarto, que ficará resolvido com a nova publicação da tabella n. 3, que é rectificação da tabella da ordem do dia n. 314, já citada, a qual manda distribuir ás praças dos corpos a pé, ao passarem a prompto do ensino, um par de polainas,

Declaro-vos, outrossim, que nesta data providencio para que esta resolução seja publicada em ordem do dia da repartição do estado-maior do exercito, para conhecimento dos corpos e do commando do asylo de invalidos da Patria.

Saude e fraternidade. — *Francisco de Paula Argollo.*

---

#### AVISO DE 21 DE JUNHO DE 1904

Manda adoptar o typo de cabeçada de lona apresentado pelo coronel José Caetano de Faria.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 21 de junho de 1904 — N. 288.

Sr. Intendente Geral da Guerra — Tendo a commissão nomeada para dar parecer sobre o novo typo de cabeçada de lona apresentado pelo coronel José Caetano de Faria, opinado por sua preferencia em substituição ao da existente, em vista da sua resistencia, duração presumida e inferioridade de preço, declaro-vos que deve ser adoptado o referido typo de cabeçada, da qual trataes om officio n. 312, de 22 de abril ultimo.

Saude e fraternidade. — *Francisco de Paula Argollo.*

---

#### AVISO DE 23 DE JUNHO DE 1904

Manda recommendar ás autoridades militares a fiel execução do disposto nas portarias de 14 de junho de 1892 e 25 de setembro de 1895.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 23 de junho de 1904 — N. 1.332.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exercito — De posse do officio que me dirigistes em 15 do corrente, sob n. 2.143, relativo ao espolio do fallecido tenente do 5º batalhão de infantaria Licinio Jansen Tavares, vos declaro que convém ser recommendada, em ordem do dia da repartição a vosso cargo, ás autoridades militares, a fiel execução das portarias de 14 de junho de 1892 e 25 de setembro de 1895.

Saude e fraternidade. — *Francisco de Paula Argollo.*

---

## AVISO DE 23 DE JUNHO DE 1904

Fixa em 3/4 todas as rações da tabella para os excluidos militares, ficando em observação, a juizo dos conselhos economicos, a reversão proporcional do custo dos artigos eliminados.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 23 de junho de 1904 — N. 294.

Sr. Intendente Geral da Guerra — Declaro-vos, para os fins convenientes, o em solução ao vosso officio n. 377, de 21 de maio findo que, de accordo com o que indica a direcção geral de contabilidade da guerra na informação junta por cópia, prestada em 13 do corrente, sob n. 803, são fixadas em 3/4 todas as rações da tabella que acompanhou o vosso officio n. 250, de 30 de março ultimo, para os excluidos militares, fica do em observação, a juizo dos conselhos economicos a reversão proporcional do custo dos artigos eliminados em favor dos outros, e fazendo-se as correções indicadas no final da mesma informação.

Saude e fraternidade. — *Francisco de Paula Argollo.*

---

## AVISO DE 5 DE JULHO DE 1904

Declara que nenhuma autoridade nomeante de inquerito policial militar poderá conservar o respectivo relatório sem despacho por mais de dez dias.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 5 de julho de 1904 — N. 1.404.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exercito — Tendo o alferes do 8º batalhão de infantaria Augusto Corrêa Lima consultado qual o prazo que tem a autoridade nomeante de inquerito policial militar para despachal-o, e si a mesma pôde excusar-se de optar immediatamente por uma das disposições contidas nos §§ 1º, 2º e 3º, do art. 55 do regulamento processual criminal militar, o Sr. Presidente da Republica conformando-se com o parecer do Supremo Tribunal Militar, exarado em consulta de 6 de junho

---

CONSULTA A QUE SE REFERE O AVISO SUPRA

Sr. Presidente da Republica — Por intermedio da Secretaria de Estado da Guerra, no aviso n. 42, de abril ultimo, mandastes submeter à consideração deste tribunal a seguinte consulta apresen-

findo, resolveu, em 28 do mesmo mez, que nenhuma autoridade nomeante de inquerito policial militar poderá conservar um relatorio de inquerito, sem despacho, por mais de 10 dias, como determina o art. 28 do citado regulamento, para que a autoridade convocante de um conselho de investigação resolva sobre o destino a dar-lhe quando o indiciado ou indiciados forem despronunciados, o que vos declaro para os fins convenientes.

Saude e fraternidade.-- *Francisco de Paula Argollo.*

#### AVISO DE 19 DE JULHO DE 1904

Manda abonar camisotas de baeta azul ás praças transferidas das guarnições do norte para as do sul.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 19 do julho de 1904 — N. 1.479.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exercito — Declarac em ordem do dia da repartição a vosso cargo, que ás praças transferidas das guarnições do norte para as do sul, atacadas de beri-beri, deverão ser abonadas camisolas do baeta azul para a respectiva

tada pelo alferes do 8º batalhão de infantaria, Augusto Corrêa Lima; qual o prazo que tem a autoridade nomeante de inquerito policial militar para despachal-o, e si pode a mesma autoridade excusar-se a optar immediatamente por uma das disposições contidas nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 55 do regulamento processual criminal militar.

O tribunal passa a responder á consulta:

Toda autoridade que tiver recebido o relatorio de algum inquerito a que tenha mandado proceder, não pôde deixar, depois do necessario estudo, de despachal-o na forma do disposto em um dos *paragraphos* do art. 55 do regulamento processual criminal militar, o que aliás está expressamente declarado nesses *paragraphos*, que dizem assim:

1.º Si os factos constantes das averiguações, queixa ou denuncia, constituirem infracção da disciplina militar, *proceder-se-ha* de conformidade com o disposto nos regulamentos disciplinares do exercito e da armada.

2.º Si os factos constituirem crime que, pela natureza da infracção, do lugar, ou pela qualidade do delinquent, seja da competencia dos tribunaes civis, *determinar-se-ha* a remessa de tudo a autoridade dessa jurisdicção.

3.º Si os factos constituirem delicto previsto e punido pelas leis militares, *se-pôr ordenada* a formação de culpa no conselho de investigação.

Nenhuma autoridade nomeante poderá conservar um relatorio de inquerito, sem despacho, por mais de dez dias, como está determinado no art. 2º do regulamento processual criminal militar.

uniformidade, a exemplo do que se pratica com as praças transferidas de uma arma para outra.

Saude e fraternidade. — *Francisco de Paula Argollo.*

---

#### AVISO DE 20 DE JULHO DE 1904

Manda abonar aos recrutas que verificarem praça durante o inverno nos corpos das guarnições dos Estados do sul da Republica capotes ou ponchos, conforme a arma a que pertencam, em vez de receberem taes peças depois de passarem a promptos.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 20 de julho de 1904 — N. 354.

Sr. Intendente Geral da Guerra — De posse de vosso officio n. 493, de 27 do mez findo, vos declaro que, em vista do que expõe o commandante da guarnição de Uruguayana, deverão ser abonados aos recrutas que verificarem praça durante o inverno nos corpos das guarnições dos Estados do sul da Republica, uma vez que haja todas as cautelas para evitar duplicatas, capotes ou ponchos, conforme a arma a que pertencam, em vez de se distribuirem taes peças de fardamento depois de passarem a promptos.

Saude e fraternidade. — *Francisco de Paula Argollo.*

---

para que a autoridade convocante de um conselho de investigação resolva sobre o destino a dar-lhe quando o indiciado ou indiciados tiverem tido despacho de despronuncia.

Rio de Janeiro, 6 de junho de 1904. — *E. Barbosa, — C. Neto, — F. A. de Moura, — Mallet, — Thomaz Cantuaria, — F. J. Teixeira Junior, — C. Guillobel.* Foi voto o Sr. ministro Costallat.

#### RESOLUÇÃO

Como parece. — Rio, 28 de junho de 1904. — FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES. — *Francisco de Paula Argollo.*

---



## AVISO DE 19 DE AGOSTO DE 1904

Declara que aos officiaes e praças do exercito que de 6 de setembro de 1893 a 13 de março de 1894 serviram nas operações de guerra no Estado do Rio de Janeiro compete a contagem desse tempo pelo dobro.

Ministerio da Guerra.—Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1904  
— N. 1.700

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exercito — Declaro-vos, para os fins convenientes, que o Sr. Presidente da Republica, conformando-se com o parecer do Supremo Tribunal Militar, exarado em consulta de 18 de julho findo, relativa á consulta feita pelo adjunto da repartição do estado-maior do exercito, tenente-coronel Gabriel Salgado dos Santos, sobre o direito que assiste aos officiaes e praças do exercito, que, de 6 de setembro de 1893 a 13 de março de 1894, serviram nas operações de guerra no Estado do Rio de Janeiro, á contagem desse tempo pelo dobro para os effeitos da reforma, resolveu em 1.º do corrente, que aos officiaes e praças em taes condições compete a contagem desse tempo pelo dobro, devendo fazer-se menção dessa circumstancia nos assentamentos delles.

Saude e fraternidade.—*Francisco de Paula Argollo.*

## CONSULTA A QUE SE REFERE O AVISO SUPRA

Sr. Presidente da Republica — A' consulta do tenente-coronel do estado maior do exercito, Gabriel Salgado dos Santos, sobre si os officiaes e praças que, de 6 de setembro de 1893 a 13 de março de 1894, estiveram em operações no Estado do Rio de Janeiro, tem direito á contagem desse tempo pelo dobro, para os effeitos da reforma, a qual consulta foi submettida á consideração deste tribunal, por ordem vossa, constante do aviso do Ministerio da Guerra de 8 do corrente, sob n. 72, deve-se responder que é incontestavel esse direito á vista do disposto no decreto n. 2.655, de 29 de setembro de 1875.

Só por inadvertencia deixaram de ser contemplados esses officiaes e praças no aviso do Ministerio da Guerra de 6 de setembro de 1895, que mandou contar pelo dobro aquelle lapso de tempo, para a reforma dos officiaes e praças de pret que, durante elle, estiveram em operações nesta capital.

O tribunal acha conveniente, para evitar duvidas e omissões, que nos assentamentos de cada official e praça do pret, com direito á contagem de tempo de serviço, pelo dobro, para a reforma, se faça menção desta circumstancia.

Rio de Janeiro, 18 de julho de 1904.—*Pereira Pinto.*—*R. Galvão.*  
—*C. Niemeyer.*—*C. Neto.*—*P. A. de Moura.*—*Mallet.*—*F. J. Teixeira Junior.*—*B. Costallat.*

Foram votos os Srs. ministros Elisiário Barbosa e Guillobel.

## RESOLUÇÃO

Como parece.—Rio, 10 de agosto de 1904.—*FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.*—*Francisco de Paula Argollo.*

## AVISO DE 26 DE AGOSTO DE 1904

Declara que em qualquer caso deverá satisfazer-se a exigencia da apresentação de attestados de exercicio em duplicata, relativos aos officiaes, que têm de seguir viagem.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1904  
— N. 1.738.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exercito — Constando do officio n. 46, que em 13 do mez findo me dirigiu o inspector da alfandega do Rio Grande, haver o commandante da guarnição da dita cidade deixado de satisfazer a exigencia da apresentação de attestados de exercicio em duplicata, relativos aos officiaes que por alli transitam, declarae ao commandante do 6º districto militar, para os fins convenientes, que em qualquer caso deverá ter execução o estabelecido no aviso deste Ministerio de 23 de novembro de 1896 á extincta escola militar desta Capital, com referencia a taes attestados.

Saude e fraternidade. — *Francisco de Paula Argollo.*

---

## AVISO DE 26 DE AGOSTO DE 1904

Declara que aos coadjuvantes do ensino pratico na escola preparatoria e de tactica de Porto Alegre deverão continuar a abonar-se os vencimentos a que tem direito, quando em serviço nos respectivos corpos.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1904  
— N. 1.741.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exercito — Declarae ao commandante do 6º districto militar, para que o scientifique ao da escola preparatoria e de tactica de Porto Alegre, que deverá ser cumprido o que está estabelecido na portaria n. 13, de 20 de agosto de 1898, dirigida á delegacia fiscal do Thesouro Federal na dita cidade, quanto ao abono aos coadjuvantes do ensino pratico, dos vencimentos a que tem direito, quando em serviço nos respectivos corpos, não podendo por isso attender-se ao pedido que faz este commandante em seu officio n. 459, de 23 de maio ultimo, para que a taes coadjuvantes se abone gratificação de exercicio de estado-maior de 1ª classe.

Saude e fraternidade. — *Francisco de Paula Argollo.*

---

### AVISO DE 5 DE SETEMBRO DE 1904

Declara que a um professor do collegio militar que, sendo adjunto de mathematica ao tempo em que vigorava o regulamento de 20 de agosto de 1894, foi aproveitado, após a reorganisação do ensino, para a 2ª secção do curso theorico, compete a regencia da aula de geometria durante o impedimento do respectivo professor.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1904 — N. 67.

Sr. Commandante do Collegio Militar — Tendo o capitão do quadro especial do exercito Alfredo Julio de Moraes Carneiro,

#### CONSULTA A QUE SE REFERE O AVISO SUPRA

Sr. Presidente da Republica — O Supremo Tribunal Militar, vae consultar com seu parecer como determinastes em aviso n. 69, de 23 de junho ultimo, a reclamação do capitão Alfredo Julio de Moraes Carneiro, adjunto do collegio militar, contra o acto do coronel commandante do mesmo collegio, designando o capitão Salathiel de Queiroz para reger a aula de geometria.

O reclamante allega que sendo, como, adjunto vitalicio e inamovivel de mathematica no curso secundario, a elle cabe a regencia da aula de geometria, durante o impedimento do respectivo professor cathedatico.

A 4ª secção do estado-maior informa favoravelmente.

O marechal chefe do estado-maior presta sua informação nestes termos :

« De pleno accordo com o parecer da 4ª secção, penso assistir ao reclamante capitão Alfredo Julio de Moraes Carneiro, e nao ao capitão Salathiel de Queiroz, direito a regencia interina da aula de geometria, no impedimento do respectivo professor, ora no commando effectivo do collegio, pelo seguintes razoes :

« Os tres professores adjuntos hoje existentes na 2ª secção do curso secundario, capitães Salathiel de Queiroz, Sebastião Francisco Alves e o reclamante tem os seus direitos á vitaliciedade e inamovibilidade, garantidos pelo art. 158, paragrapho unico do regulamento actual (1898), visto haverem sido na vigencia do estatuto anterior (1894), especificadamente nomeados, o primeiro para a aula de desenho, o segundo para a secção de sciencias physicas e naturaes, e o terceiro (Moraes Carneiro) para a de mathematica, com os direitos e deveres estatuidos no art. 103, então vigente. Tão sagrados são estes que, havendo sido o capitão Salathiel de Queiroz, em seguida á promulgação do regulamento de 1898, nomeado professor adjunto da 1ª secção, onde não existia aula de desenho, ultimamente, após seis annos, reclamou a transferencia para a 2ª secção, de que faz parte essa disciplina, allegando os direitos, cuja garantia retro citai ; e o Governo tão justa considerou a sua reclamação, que expediu, em reparação, o decreto de 11 de maio findo, que transferiu o capitão Salathiel para a 2ª secção, não obstante nella já existirem os dous adjuntos (capitães Sebastião Alves e Moraes Carneiro) marcados pelo art. 64 do regulamento em vigor.

Dahi nao se deprehende que, em seguida a um decreto presidencial, se pedia o direito, de vitaliciedade e inamovibilidade do capitão

adjunto desse collegio, reclamado em requerimento por vós informado, em officio n. 2.184, de 31 de maio ultimo, contra a de-

Salathiel de Queiroz, como adjunto do desenho, seja o mesmo official provido na regencia interina da aula de geometria, postergando-se incontestavel direito do seu collega capitão Moraes Carneiro, especificadamente nomeado, em 1894, adjunto vitalicio da secção de mathematica, hoje igualmente pertencente a 2ª secção.

Si esses tres actuaes adjuntos houvessem sido, pela primeira vez, nomeados para o collegio militar na vigencia do estatuto actual, então sim; como reconductivos de cinco em cinco annos, ser-lhes-ia applicavel a doutrina da escolha do mais antigo para o provimento interino da aula de geometria, ou outra qualquer da secção; nunca, porém, aos vitalicios ora existentes.

O facto de haver sido o capitão Sebastião Alves, em junho de 1900, designado pelo commandante do collegio para a regencia interina da aula de desenho, cita-lo na informação junta pelo actual commandante, não colhe, como precedente; existindo então na 2ª secção apenas dous adjuntos, o de mathematica e o de sciencias physicas e naturaes, um dellos foi designado, recabindo a escolha no mais antigo. O capitão Salathiel pertencia então á 1ª secção, em que não havia desenho, o oude o collocara um decreto; somente outro decreto poderia transferir-o para a 2ª secção como succedeu ultimamente.

Eis como penso. »

O commandante do collegio presta a seguinte informação :

« Informando esta petição, cumpre-me declarar que designei o capitão Salathiel de Queiroz, por ser elle o adjunto mais antigo da secção a que pertence aquella cadeira (de geometria).

Pelo regulamento de 1897 havia um adjunto para cada uma das tres cadeiras : mathematica, sciencias physicas e naturaes e desenho, sendo para ellas nomeados os capitães Moraes Carneiro, Sebastião Alves e Salathiel de Queiroz.

O regulamento de 1898, actualmente em vigor, reuniu em uma unica secção todas essas materias, constituindo a 2ª secção com dous adjuntos somente, sendo aproveitados os capitães Sebastião Alves e Moraes Carneiro.

Pelo regulamento em vigor compete a este commando designar na falta ou impedimento dos professores, para a regencia das diversas cadeiras, os adjuntos das respectivas secções, respeitando o principio da antiguidade, por isso que para a regencia effectiva, ao conselho da instrucção compete, pelo art. 158, propor os adjuntos, segundo sua competencia profissional.

Sendo o capitão Sebastião Alves adjunto mais antigo que o capitão Moraes Carneiro, vaga qualquer cadeira da 2ª secção, deve o commando designar o primeiro destes adjuntos para reger a interinamente, e foi provavelmente por isso que o meu digno antecessor assim procedeu, conforme se vê da sua ordem do dia n. 1.389, de 19 de junho de 1900, concebida nos seguintes termos :

*Por ser o adjunto mais antigo da respectiva secção, passa a substituir o professor de desenho major Odoardo de Moraes, o capitão Sebastião Francisco Alves em lugar do tenente Alfredo Julio de Moraes Carneiro...* procedimento com que se conformou o peticionario, porque nenhuma reclamação foi então feita.

Devia, portanto, logo que assumi o commando effectivo deste collegio, designar o capitão Sebastião Alves para dirigir a cadeira, que

signação do capitão do mesmo quadro Salathiel de Queiroz para reger a aula de geometria desse estabelecimento, durante o im-

estava a meu cargo, mas como por decreto de 11 do corrente mez (maio), fôra o capitão Salathiel de Queiroz transferido da 1.<sup>a</sup> para a 2.<sup>a</sup> secção, o qual é adjunto mais antigo do que o capitão Sebastião Alves, determinei que aquelle capitão fosse reger a referida cadeira.

Não me parece que, pelo facto do capitão Carneiro ter sido, pelo regulamento de 1894, adjunto de mathematica, a elle caiba a preferencia para a substituição de qualquer professor dessa sciencia, pois que o regulamento em vigor não diz que a secção de mathematica vieram annexar-se as cadeiras de sciencias physicas e de desenho, e sim que as cadeiras de sciencias physicas, de mathematica e de desenho linear devem constituir uma unica secção com a designação de 2.<sup>a</sup> e não de secção de mathematica.

Si sempre que vagasse uma cadeira de mathematica competisse sua regencia a quem, pelo regulamento de 1894, era adjunto desta sciencia, e pela mesma razão, sempre que vagasse uma cadeira de sciencias physicas devesse sua regencia tocar a quem, pelo citado regulamento, era adjunto dessa materia, tambem deveria pertencer ao capitão Salathiel de Queiroz que era o adjunto de desenho pelo regulamento de 1894, a regencia daquella cadeira, sempre que o respectivo professor estivesse impedido.

Assim, porém, não procedeu o meu illustre antecessor que designou em sua ordem do dia n. 1.389, acima citada, o capitão Sebastião Alves, por ser o adjunto mais antigo da secção, e isso provavelmente pelo facto do capitão Salathiel de Queiroz ter adquirido novos direitos, ficando na 1.<sup>a</sup> secção, do mesmo modo que os dous adjuntos da 2.<sup>a</sup> secção adquiriram novos direitos, desde que o mais antigo dos tres ficara na 1.<sup>a</sup> secção.

Parece-me que o peticionario pretende basear sua informação no art. 251 do regulamento vigente que diz — *promulgado este regulamento, o Governo, consultando o interesse publico, aproveitará o pessoal docente e administrativo, segundo suas aptidões e direitos adquiridos...*

«Taos direitos, porém, foram de facto respeitados em relação ao requerente, por occasião de promulgar-se o regulamento, pois que continuou elle a ser adjunto vitalicio, e a pertencer á secção na qual se acha a materia, do que era adjunto.

Julgo inadmissivel suppor-se que o peticionario tivesse adquirido direito á primeira vaga, que se abrisse na 2.<sup>a</sup> secção, mesmo na parte propriamente denominada mathematica, pelo simples facto de ser elle adjunto dessa sciencia pelo regulamento de 1894, pois que por esse regulamento teria aquelle direito si, na vigencia do citado regulamento, se tivesse aberto alguma vaga, direito o-se, que não tendo elle adquirido até a promulgação do regulamento actual, não pôde ser por este respeitado; tanto mais quando pela fusão das materias que constituem a 2.<sup>a</sup> secção veio elle adquirir novos direitos.

São essas, Sr. marcehal, as razões que me levaram á convicção do que procedi com a maxima justiça, designando o adjunto mais antigo da 2.<sup>a</sup> secção para a regencia da cadeira de geometria, durante o meu impedimento; entretanto tenho a maior satisfação encaminhando o presente requerimento, porque a resolução, que vos dignardes tomar sobre este importante assumpto, virá firmar doutrina sobre o modo por que devem os adjuntos do collegio militar con-

pedimento do respectivo professor, declaro-vos que o Sr. Presidente da Republica, conformando-se com o parecer da maioria

correr ás vagas de professores, que se derem, evitando por esse modo prejuizos de quem quer que seja.»

Ha entre os papeis, que foram presentes ao tribunal, uma cópia da informação prestada pela 4.ª secção do estado-maior em requerimento de fevereiro ultimo, na qual o capitão Salathiel de Queiroz, adjunto da 1.ª secção do curso secundario do collegio militar pedia transferência para a 2.ª, allegando o facto de ter sido nomeado em 1891, professor adjunto de desenho, aula em que se tornou vitalicio e inamovivel, e achar-se ella pertencendo á esta secção; por esse documento se vê que em março de 1903, o commando do collegio havia informado assistir ao capitão Salathiel direito á transferência, que solicitava, e que em tempo reclamara ao poder competente, por se achar fazendo parte da 2.ª secção do ensino theorico a cadeira de desenho, para a qual foi nomeado pelo decreto de 3 de setembro de 1894, e nella se tornou vitalicio e inamovivel.

Pelo exame attento da reclamação ajuizada á sua consulta e das informações prestadas a respeito, este tribunal verificou que, reorganizado o collegio militar, por decreto de 20 de agosto de 1894, foram nomeados professores adjuntos, especificadamente para cada uma das secções: de sciencias physicas e naturaes o mathematica, o capitão Sebastião Francisco Alves e o 1.º tenente Alfredo Julio de Moraes Carneiro e para a aula de desenho o 1.º tenente Salathiel de Queiroz.

O art. 1.º do regulamento applicavel aos professores do collegio são vitalicios, não podendo perder os seus lugares, salvo segundo as leis penaes, salvo o caso previsto neste regulamento. Esta vitaliciedade é contada da data da posse.

Em 18 de abril de 1894, com a nova organização dos institutos militares de ensino, as secções que constituíam o curso do collegio, fundiram-se em duas, comprehendendo as de linguas, historia e geographia; e a 2.ª, a de sciencias physicas e naturaes, mathematica, e desenho, do o latim antigo.

Para servir na 2.ª secção foram designados os adjuntos vitalicios capitão Sebastião Francisco Alves e o tenente João capitão Alfredo Julio de Moraes Carneiro; tendo sido designado para a 1.ª o adjunto vitalicio Salathiel de Queiroz, também capitão actualmente.

Este, porém, allegando ter direito á vitaliciedade a leccionar a disciplina na aula de desenho, pediu transferência para a 2.ª secção, por pertencer á ella e ao desenho.

O Governo, achando valiosas as razões alludadas, concebeu por decreto de 11 de maio ultimo, a transferência alludada.

Assim ficaram os capitães Salathiel de Queiroz, Sebastião Alves e Moraes Carneiro exercendo das funções de adjuntos das aulas que compunham as secções, para as quaes haviam sido especificadamente nomeados em 1894; a sua situação actual é pois a que tinham na vigencia do regulamento daquella anno.

Os professores actualmente existentes no collegio militar não tem iguaes direitos; ha a distinguir os vitalicios que continuam no exercicio, que tinham no regulamento de 1894, e os nomeados

do Supremo Tribunal Militar, exarado em consulta de 25 de julho ultimo, resolveu em 31 de agosto seguinte, que compete ao

para servir em commissão durante um quinquennio, na forma do disposto no art. 158 do regulamento de 1898.

Si os tres adjuntos da 2.<sup>a</sup> secção tivessem sido nomeados em virtude deste artigo, deviam substituir qualquer dos cathedrauticos, no caso de impedimento, o mais antigo d'elles.

Mas constituida a secção, como está, não é, sendo vitalicios todos os adjuntos e cula um especificadamente nomeado para determinada disciplina, não se pode proceder de nenhum modo.

Acbaudando a vaga a aula de geometria, por impedimento do respectivo cathedrautico, cabe provisoriamente ao professor adjunto de mathematica capitão Moraes Carneiro; como caberia tal direito ao capitão Sebastião Alves, si a aula em vacancia fosse a de sciencias physicas e naturaes, e ao capitão Salatiel de Queiroz, si a de desenho.

Em sua informação, o commandante do collegio lembra que em 1900, por designação do seu antecessor, e leve na regencia interna da aula de desenho o capitão Sebastião Alves, por ser o adjunto mais antigo, e o primeiro a regencia da aula de artilheria.

Mas não havia contra que reclamar.

A aula vacante a de artilheria, que não tinha então adjunto especial; na 2.<sup>a</sup> secção só havia dois adjuntos; um d'elles, forçosamente fulto de assumção de direcção da aula e para com elle foi designado, como era natural, o mais antigo, e o outro adjunto da secção, que, julgado ser prohibido em seu direito, recusou; agora por não ter sido designado para reger a aula de artilheria, não podia então allegar igual direito á regencia da de artilheria.

Pelo exposto, o Supremo Tribunal Militar é do parecer que tem fundamento a reclamação do capitão Manoel Julio de Moraes Carneiro, pois a elle, como professor adjunto vitalicio das aulas de mathematica no curso secundario do collegio, cabe o direito substituir o cathedrautico de qualquer d'ellas; o capitão Salatiel de Queiroz, actualmente na regencia interna da aula de geometria, por designação do commandante do collegio, é o adjunto vitalicio de desenho, o que foi resolvido, e a duas vezes, pelo Governo com a promulgação da lei de 11 de maio, por tanto, a substituição do cathedrautico da aula de artilheria, em caso de fulto ou impedimento, é que lhe compete ao direito.

O Tribunal tem a ponderar que o artigo 110 do regulamento de 1891, ao qual allude a illustração acima em seu parecer, refere-se ao preenchimento da vaga aberta por jubileio, fallecimento ou renuncia do respectivo cathedrautico, e não ao provimento interino nas faltas ou impedimento do cathedrautico; este é o caso em que tão.

Respeito substituição temporaria, no regulamento de 1891, o art. 101 § 1.<sup>o</sup> pelo qual *qualquer cathedrautico substituído por professores da secção, e que pertencem, em ordem, ao ordenamento.*

O Tribunal poule a mais, que não pode ser fundamento contra o direito do reclamante o facto de ter estado o major Benjamin Liberto Barreto, em 1891, na regencia interna da aula de geometria do collegio militar, por acharse impedido o respectivo cathedrautico, e não ter apparecido reclamar; por este major não pertencia ao collegio, era então, e ainda é, professor vitalicio da escola preparatoria e do collegio do Realengo, e, pelo 1.<sup>o</sup> de maio de 1891, não lhe aslta direito algum á regencia da aula de artilheria, de titulo; portanto, tendo havido ou

reclamante a regencia de que se trata, visto que, sendo adjunto de mathematica ao tempo em que vigorava o regulamento de 20

deixado de fazer reclamação, é infutibavel que effectivamente foi preterido o direito do adjunto a quem cabia aquella regencia.

Os ministros mar. chaes G. Niemeyer e Francisco José Teixeira Junior votaram pela conclusão e fundamentos da presente consulta, additando entretanto as seguintes considerações:

«Os tres adjuntos da actual 2.<sup>a</sup> secção do collegio militar, pelo seu caracter de vitaliciados no exercicio do magisterio, *art. 67* das garantias estatuidas desde o tempo da sua nomeação, tem actualmente deveres e direitos primitivos e communs, já porque estão servindo em commun na mesma secção de materias de ensino, subsequentemente á situação primitiva de cada um d'elle, que foi a de auxiliar de materia ou materias, *provisão* constitua ou constituam secção propria, já porque desde 1884 foram a reger em do exercicio em commissão a regencia das aulas de todas desde então.

Na substituição officinal ou effectiva de aula que houver pertencido á secção extincta de que foi titular, tem cada um d'elles direito preferencial sobre os outros dois resguardado, porém, esse direito preferencial, são convenientemente substitutos interinos ou effectivos de quaesquer aulas da sua actual secção commum, segundo a precedencia de sua antiguidade no magisterio.

No provimento, porém, que lhes passa tocar na definitiva, vacancia de qualquer das aulas da sua actual secção, serão considerados vitaliciados ou em commissão e o provimento offciver ou não de fazer em aula que a elle pertence, ou não, segundo o acesso ao tempo da sua investidura no magisterio.

Sempre que o substituto interinamente ou em commissão a regencia de uma aula, qualquiera respectiva vantagem dos consequentes a seu exercicio preferencial, nã o tiver em que houver na fôrça da vitaliciedade.

No caso de ser a aula de que se trata em outra secção, de materia da mesma faculdade de aquella, ou a qualquer d'elles, ou se ou tenha como substituto com a garantia da vitaliciedade, sera a esse adjunto com o direito a preferencia de tal aula, em commissão ou com vitaliciedade, e o outro o reger em vigor ao tempo de a substituir, *ex officio*.

Finalmente, o substituto na vitaliciedade do exercicio em aula de secção commum, que não corresponda á materia escolar da primitiva collação, *ex officio*, sera feita em commissão, mesmo quando volte a regencia da vitaliciedade, excepto, porém, no caso de se for disputado em concurso.

Os marchões Mallet e Coutinho, considerando que o art. 62 do regulamento do collegio militar, decreto n. 2841, de 18 de abril de 1884, diz em duas seções, sendo a primeira comtinha p. 1.<sup>a</sup> a seguinte: «a) ensino militar, alfabeta, comtina e esmeraphia, b) ensino de historia natural, precedida de physica e mathemática.»

Considerando que, em virtude desta disposição regulamentar, não é mais actual a fôrça preferencial, que a doutrina, *notitia* e *comprehensio* da *comtina* a formar as tres secções distinctas, quando vigorava o regulamento de 20 de agosto de 1881, por isso seria então a fôrça de *comtina* na secção;

Considerando que, em vista disto, os adjuntos das tres antigas secções, do regulamento de 1881, foram sendo adjuntos da actual



de agosto de 1894, foi aproveitado, após a reorganização do ensino dada pelo regulamento de 18 de abril de 1894, para a 2.<sup>a</sup> secção do curso theorico da qual faz parte o estudo daquella materia.

Saude e fraternidade. — *Francisco de Paula Argollo.*

secção do regulamento vigente, e não mais a esta ou daquella especificamente;

Considerando que pelo § 3.<sup>o</sup> do art. 151 do regulamento de 1898, vigente, no adjunto incumbia substituir os faltas das respectivas secções, na sua falta ou impedimento, caso de que se trata;

Considerando que, em 1899, quando impedido o cor nel Manoel Rodrigues de Campos, não foi elle substituido pelo reclamante e sim pelo major Benjamin Liberato Barroso, e isto na propria aula de geometria, pertencente á secção de mathematica do antigo regulamento de 1894, e da qual se julga ser ainda o unico adjunto, não protestou como faz agora, que pela segunda vez o coronel Campos se acha impedido.

E por que não reclama então?

Não o fez naturalmente, porque não ha que vigorasse o regulamento de 1894, sabida da existencia do art. 110 desse regulamento que diz: «A vaga de prof.<sup>or</sup> de qualquer aula será preenchida no curso secundario, pelo adjunto da secção a que pertence essa aula, ou pelo outro adjunto dos pertencentes ao curso de adaptação *prevista de sempre, informada de quanto de indagação sobre a capacidade moral e intellectual do adjunto*», e que, portanto, o direito a regencia dessa aula, era compartilhado por outro, que podia não ser impedido pelo conselho de instrução;

Considerando ainda que quando vagou a regencia da aula de desenho, por impedimento do respectivo professor, major Odorico de Moraes, foi designado para essa aula, por ser adjunto da 2.<sup>a</sup> secção, o proprio coronel reclamante, que só deixou a sua regencia quando foi impedido o outro adjunto da aula, a 2.<sup>a</sup> secção, capitão Sebastião Alves, e se viu este a dita regencia por ser o deus antigo da que elle, como foi designado, era o legítimo da do collegio; não tendo tido a 1.<sup>a</sup> vez prateleira, quando no modo para reger a aula de desenho, na 2.<sup>a</sup> vez que se tornou adjunto, e substituiu, naturalmente, de mathematica.

Considerando mais que o regulamento vigente, de 18 de abril de 1894, quando em vigor, era o que os adjuntos da 2.<sup>a</sup> secção, se achavam, o exercito *com o cargo de regencia da mesma*, é porque habilitando-se, quer que se mandasse a habilitação, e quem habilitado a reger a qualquer aula de regencia, e era, nos impedimentos, os respectivos professores;

Sendo, pois, a vontade do legislador, ao revogar a habilitação do art. 110 do regulamento de 1894, tanto mais necessaria ao regulamento de 1898, porque este regulamento adempou ainda mais a de habilitar em cada secção;

Concluido finalmente que não precisa de adjuntos effectivos da 2.<sup>a</sup> secção, nem de um cargo de regencia da aula, por falta de adjunto, os capitães Salathiel de Quadros, Sebastião Francisco Alves e Alberto Julio de Moraes Carneiro;

Tendo em vista o que ben respeito e mais o que com ta desta parte, e se de parecer que a nomeação do capitão Salathiel de Quadros, adjunto com o cargo da 2.<sup>a</sup> secção, para reger a aula de geometria do collegio militar, foi feita não só de acordo com o

## AVISO DE 24 DE SETEMBRO DE 1904

Declara que o exame e a verificação dos inspectores militares fica  
tudo sujeito, salvo a parte encerrada p'los inspectores anteriores.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1904  
— N. 1.909.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exército — Tendo o inspector militar do 22º batalhão de infantaria consultado, no officio n. 15, que vos dirigiu em 20 do mez findo, si lhe cumpre inspecionar documentos que já foram conferidos e approvados pela intendencia geral da guerra e direcção geral de contabilidade da guerra, ou que estão em via de sel-o, declaro-vos, para que o sciatis, que em ordem do dia dessa repartição, que sendo os inspectores militares delegados do Governo para verificar si se executam fielmente nos corpos ou estabelecimentos sob sua inspecção as leis, regulamentos e ordens emanadas de autoridades superiores, e só recebendo ordem do Ministerio da Guerra, por intermedio da repartição a vosso cargo, por onde transitará toda a correspondencia, tudo fica sujeito ao seu exame e verificação, salvo a parte já encerrada pelas inspecções anteriores com os documentos respectivos.

Sauda e fraternidade, — *Francisco de Paula Argollo.*

---

regulamento vigente do mesmo collegio, como ainda com os precedentes, depois que foi posto em execução o referido regulamento: precedentes dados com relação ao proprio capitão Alfredo Julio de Moraes Carneiro, que não consta que tivesse feito, em tempo, reclamações, e por isso julgam que deve ser indeferida sua pretensão.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 1904. — *R. Galvão.* — *C. Niemeyer.* — *C. Neto.* — *F. A. de Moura.* — *Mallet.* — *Thomas Cantuaria.* — *F. J. Teixeira Junior.* — *B. Costallat.* — *C. Guillobel.*

Foi voto o Sr. ministro abrigante Pereira Pinto.

## RESOLUÇÃO

Como parece á maioria. Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1904. — *F. de P. Rodrigues Alves.* — *Francisco de Paula Argollo.*

---

## AVISO DE 24 DE SETEMBRO DE 1904

Declara que as requisições de passagens por conta do Ministerio da Guerra deverão contar a clausula de pagamento da taxa de 5\$, pelos passageiros de 1ª classe e 3\$ pelos de 3ª classe.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1904  
— N. 1.901.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exército — Declaro aos commandantes de districtos militares que as requisições de passagens por conta deste Ministerio em vapores do Novo Lloyd Brasileiro, deverão contar a clausula de pagamento da taxa de 5\$ pelos passageiros de 1ª classe, e 3\$ pelos de 3ª classe, applicada na desinfectação das bagagens, conforme exige a Directoria geral de saúde publica e nas despesas de alimentação, durante o tempo em que os mesmos vapores são obrigados a demoras de quarentenas, observações, etc.

Saude e fraternidade. — *Rio de Janeiro de Paula Argollo.*

---

## AVISO DE 28 DE SETEMBRO DE 1904

Declara que os prazos concedidos por motivo de força maior aos fornecedores que deixarem de entrar com os artigos a fornecer dentro do prazo dos contractos respectivos deverão ser contados da data immediata a especificada nos ditos contractos.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1904  
— N. 492.

Sr. Intendente Geral da Guerra — Resolvendo a consulta que fazeis em vosso officio n. 627, de 16 do passado, vos declaro que os prazos concedidos por motivos de força maior a fornecedores que deixarem de entrar com os artigos a fornecer dentro do prazo dos contractos respectivos, devem ter sua origem de contagem na data immediata a especificada nos referidos contractos como termo do prazo para a entrega dos artigos.

Saude e fraternidade. — *Francisco de Paula Argollo.*

---

## AVISO DE 29 DE SETEMBRO DE 1904

Declara quae as condições de subordinação entre o chefe da comissão encarregada da construção do sanatório militar em Campos do Jordão e o destacamento do exercito que ali serve.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1904 — N. 1.962.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exercito — O tenente-coronel do corpo de engenheiros João Teixeira Maia, chefe da comissão encarregada da construção do sanatório militar em Campos do Jordão, consulta:

1.º Si, dada a falta de praças de engenharia, causa determinante da ordem deste ministerio, mandando substitui-las por um destacamento de praças do 12º batalhão de infantaria, as quaes venhem a diaria *pro labore*, deverá tal motivo occasional de força maior revogar o art. 26 do regulamento que baixou com o decreto n. 3.198, de 19 de janeiro de 1899;

2.º Qual a verdadeira interpretação da expressão — parte militar — contida no final do aviso de 16 de junho de 1889, em face do disposto no citado artigo;

3.º Si, mesmo no que concerne á parte administrativa geral do batalhão, poderá o commandante deste, entender-se directamente com o official commandante do destacamento de seu corpo, ou deverá fazel-o por officio ao chefe da comissão a cujo serviço, por ordem deste ministerio, se acha essa força;

4.º Si os officiaes, commandantes e subalternos e as praças destacadas deverão subordinar-se por completo ás ordens leaes emanadas do chefe da comissão no que concerne ás partes administrativa, disciplinar e technica, ligadas ao serviço desta, ou não poderão fazel-o sem o *placet* do commandante do batalhão para darem cumprimento ás ditas ordens;

5.º Si o sanatório militar em construção é, para os effeitos do art. 30, §§ 10 e 11, do regulamento disciplinar para o exercito, um estabelecimento militar.

Em solução a tal consulta, que acompanhou o officio n. 774, que em 20 do mez findo vos dirigiu o director geral de engenharia, vos declaro para os fins convenientes:

Que, qualquer que seja a arma a que pertença um destacamento do exercito empregado por ordem superior em trabalho de engenharia militar, deverão seus officiaes e praças ficar directamente subordinados ao official engenheiro que chefiar esse trabalho, como o exige o espirito do citado art. 26, que, tratando do pessoal dos batlhões de engenharia, não poderia permittir interpretação creando situação excepcional para pessoal de outras armas, quando, por força maior, como no caso concreto em questão, houve o Governo por acerto determinar que fosse

a mão de obra militar, para a construção do sanatório acima mencionado, executada por praças de infantaria sob o commando de um official subalterno, constituindo um destacamento permanente ;

Que, dada a existencia do referido decreto, em plena vigencia, a verdadeira interpretação da expressão — parte militar — contida no aviso a que se refere o consultante, diz respeito á parte administrativa geral do batalhão, constituída pelo pagamento de soldos e gratificações, quando a distancia o permitta, escripturação de alterações, promoções e baixas temporarias de posto, exclusão das fileiras do exercito, sentenças, carga e descarga do fardamento, armamento e equipamento, sendo que com tal interpretação fica excluída, como é bem de ver, a hypothese de qualquer ingerencia por parte do commando do batalhão na administração e disciplina do destacamento ligadas á marcha regular do serviço em execução ;

Que, mesmo no que concerne á parte administrativa geral do batalhão, não deverá o commandante deste entender-se directamente com o official commandante do destacamento, e sim dirigir-se officialmente ao engenheiro militar sob cuja immediata gestão estiver sendo executada a obra ;

Que, a bem da boa ordem e da disciplina militar, não poderá deixar de ser o sanatório militar em construção, assimilado aos estabelecimentos militares para os effeitos do art. 30, §§ 10 e 11, do regulamento disciplinar para o exercito.

Saude e fraternidade.— *Francisco de Paula Argollo.*

---

#### AVISO DE 29 DE SETEMBRO DE 1904

Declara que, no collegio militar, o ensino da 1ª secção deverá continuar a fazer-se como tem sido feito desde 11 de Junho ultimo, recorrendo-se aos auxiliares de ensino no caso de serem insufficientes para o serviço os adjuntos.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1904 — N. 71.

Sr. Commandante do Collegio Militar — Em resposta ao vosso officio n. 2.327, de 12 do corrente, declaro-vos, para os fins convenientes, que o ensino na 1ª secção deve continuar a ser feito como tem sido desde 11 de junho do corrente anno, data em que foi transferido para a 2ª secção o adjunto capitão Salathiel de Queiroz ; e que no caso em que sejam insufficientes os tres adjuntos para o serviço, deveis recorrer aos auxiliares do ensino.

Saude e fraternidade.— *Francisco de Paula Argollo.*

---

## AVISO DE 30 DE SETEMBRO DE 1904

Declara qual o procedimento que se deverá ter em relação a uma praça do exercito entregue á justiça civil, condemnada por sentença do tribunal do jury, e submettida a novo julgamento por decisão do Supremo Tribunal Federal e absolvida neste julgamento.

Ministerio da Guerra.—Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1904 — N. 1.976.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exercito — Consultas em vosso officio n. 3.418, de 24 do corrente:

1.º Si o anspçada do 28º batalhão de infantaria Abdon Bruno do Nascimento deve ser excluido do serviço do exercito quando, na data em que foi entregue á justiça civil, ainda faltavam tres mezes e tres dias para completar o tempo a que se obrigou a servir;

2.º Quaes as vantagens, com relação a vencimento e fardamento, que deve ter a mesma praça, si até a data em que terminou o seu tempo de praça, ou até o presente como solicita.

Como solução vos declaro que, uma vez que o referido anspçada foi pela primeira vez excluido e entregue á justiça civil, a 21 de maio de 1901, assim de cumprir 12 annos e 10 mezes de prisão a que foi condemnado pelo jury de Bello Horizonte, sendo posteriormente submettido a novo julgamento, em virtude de accordo do Supremo Tribunal Federal, e, absolvido, deve ser considerado até a data da absolvição e livramento como praça presa para sentenciar, percebendo as vantagens inherentes á sua qualidade, visto como os primeiros actos juridicos da condemnación e consequente exclusão ficaram irritos e nullos por effeito da sentença final absolutoria. Quanto á exclusão das folhas, deve realizar-se com a data citada da absolvição, uma vez que o referido anspçada concluiu o seu tempo e segundo declarou não deseja engajar-se.

Saude e fraternidade. — *Francisco de Paula Argollo.*

---

## AVISO DE 7 DE OUTUBRO DE 1904

Declara que deverá ser graduado no posto immediato o official que attingir o numero 1; que não podem ser graduados os officiaes que não tiverem requisitos legais para a promoção; e que compete a graduação no posto immediato ao coronel medico de 1ª classe mais antigo.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1904 — N. 2.936.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exercito — Em officio de 13 de agosto ultimo, consultaes:

1º, si, tendo o official n. 1, do quadro ordinario, acima de si officiaes do quadro especial, a graduação no posto imme-

---

CONSULTA A QUE SE REFERE O AVISO SUPRA

Sr. Presidente da Republica— Por intermedio da Secretaria de Estado da Guerra, em aviso n. 88, de 16 de agosto ultimo, mandates a este tribunal, para consultar com seu parecer, o officio do chefe do estado maior do exercito, de 13 desse mez, tratando da consulta que faz a commissão de promoções, quanto ao modo porque deverá proceder nos casos que indica, afim de poder apresentar a proposta relativa á graduação no posto immediatamente superior dos officiaes que attingiram o numero 1 da respectiva escala. O officio a que allude este aviso, dirigido ao Ministerio da Guerra pelo chefe do estado maior, é concebido nestes termos: «Para poder apresentar a proposta relativa á graduação no posto immediatamente superior dos officiaes que attingiram o numero 1 da respectiva escala, a commissão de promoções, sob a minha presidencia, consulta:

Como deve proceder quando o n. 1 do quadro ordinario tiver acima de si officiaes do quadro especial, que no *almanak* não tem numero, si tal graduação compete ao mais antigo delles, ou, simultaneamente a ambos, outrosim consulta si os officiaes que não tiverem os requisitos legais para a promoção ao posto immediato devem ser graduados pelo facto de attingirem o n. 1.

Finalmente, consulta si ao coronel medico de 1ª classe mais antigo compete a graduação de general de brigada.»

O tribunal, tendo estudado a questão, passa a dar cumprimento á vossa ordem.

Pelo art. 2º do decreto legislativo n. 716, de 13 de dezembro de 1900, foi creado um — quadro especial — para os officiaes do exercito que exercem cargos vitalicios nos institutos militares de ensino. O Governo, em obediencia a esse decreto transferiu, a 16 do mesmo mez, para o — quadro especial — os officiaes do quadro extranumerario, dos corpos de estado maior, e de engenheiros, da

diato compete ao mais antigo ou a um o outro simultaneamente;

2º, si os officiaes que não tiverem os requisitos legais para a

repartição sanitaria, e as tropas de artilharia e de cavallaria que faz m parte do ministerio dos estabelecimentos militares de ensino.

No *almanach* do Ministerio da Guerra, porém, esses officiaes sã bem continuado a figurar, e collocados per ordem de antiguidade, mas sem numero, nos lugares que lhes competiam nos quadros dos corpos e armas de que foram transferidos.

O decreto legislativo n. 716, de 1999, não dispõe sobre o accesso dos officiaes do — quadro especial — como dispostum com relação aos quadros *extraordinarios* no retilm extinto, os decretos respectivos e tambem, para a B publica, os decretos n. 8, de 21 de novembro de 1889, que criou o *quadro extra ordinario* no exercito, e n. 198 A, de 30 de dezembro do mesmo anno, que estabeleceu um *quadro extraordinario* na marinha (art. 16).

O Gov rno, entretanto, tem considerado ainda em vigor e applicavel aos officiaes do — quadro especial — a disposição do decreto n. 8 de 1889 (artigo 39), referente ao accesso dos officiaes do extinto *quadro extraordinario*; e de conformidade com esse dispositivo tem havido promoções no pessoal do novo quadro.

Tendo-se procedido assim em relação á promoção a postos effectivos, do mesmo modo se deve proceder quanto á graduação.

Portanto, deve ser graduado no posto immediato o official que attingir o n. 1 da escala — que pertence ao — quadro especial — quer ao — ordinario.

O official que, tendo attingido o primeiro lugar na respectiva escala, não satisfizer a todas as condições legais exigidas para ser promovido ao posto immediato, não pode ter a respectiva graduação, porque, si a tivesse,iria, quanto elle tocasse a effectividade, occupar lugar na escala acima de camaradas que, sendo mais modernos no posto anterior, tiveram access o legitimamente antes delle, por preencherem todos os requisitos necessarios para a promoção.

E, enquanto nesse lugar permanecer um official em taes condições, nenhum graduado haverá na respectiva escala, visto que a graduação só caberá no n. 1.

O decreto n. 491, de 27 de junho de 1891, estabelecia no art. 3º o seguinte:

Aos chefes das differentes classes de cada corpo ou arma e aos da repartição sanitaria, poderá ser concedida a graduação do posto immediatamente superior.

§ 1.º Os coronéis dos corpos de engenheiros, estado-maior de 1ª classe, artilharia, cavallaria e infantaria constituirão a classe referente á graduação no posto de general de brigada.

§ 2.º A graduação de general de brigada não implica a que compete ao medico de 1ª classe mais antigo.

A lei n. 1.215, de 11 de agosto ultimo, diz:

Art. 1.º O official do exercito e da armada ou das classes annexas, sem nota que desabone sua conducta civil e militar, ou attingir



promoção ao posto immediato, deverão ser graduados pelo facto de atingirem o numero 1 ;

3º, si ao coronel medico de 1ª classe mais antigo compete a graduação de general de brigada.

Em solução a tal consulta vos declaro que o Sr. Presidente da Republica, conformando-se com o vosso parecer e do ministro

o n. 1 da respectiva escala, será graduado no posto immediatamente superior dentro do quadro a que pertencer.

Paraphrasis unico. No posto de general de brigada do estado maior general a graduação sera concedida ao n. 1 dos coroneis combatentes, de accordo com o § 1º do art. 3º do decreto n. 403, de 27 de junho de 1891.

.....  
 Dando a graduação de general de brigada caber exclusivamente ao mais antigo dos coroneis combatentes e não ao n. 1 de cada corpo, ou arma, referindo-se a lei n. 1.215, ao § 1º do art. 3º do decreto de 27 de junho de 1891, e não ao § 2º do mesmo artigo que autorizava a graduação no posto immediato do medico de 1ª classe mais antigo, deve-se concluir que, pela nova lei, a este medico não compete a graduação de general de brigada.

E com assim dir muitas as duvidas da commissão de promoções; consequentemente está cumprida vossa ordem.

O tribunal, porém, pede venia para referir-se ainda a um caso que pode vir a suscitar duvida.

As vagas dos postos de capitão e de tenente nas armas de cavallaria e de infantaria são preenchidas á razao de dous fregos por *antiquidade* e um por *estudos*.

Assim o tenente ou alferes que occupar o primeiro logar da respectiva escala, ou for o mais antigo dos habilitados com um curso theorico, acha-se com direito ao preenchimento da primeira vaga que occorrer, conforme o principio (*antiquidade* ou *estudo*), que o tiver prejudicando, isto é, si as duas ultimas vagas tiverem sido providas por *antiquidade*, cabera de direito a primeira promoção ao official mais antigo dos habilitados com o curso; inversamente, si a ultima vaga tiver sido provida por *estudos*, deverá ter accesso o n. 1 da escala.

Si, dado o primeiro dos casos retro figurados, o n. 1 da escala não tiver as habilitações exigidas para preencher a primeira vaga do posto immediato po fara elle ser graduado?

O tribunal pensa que não.

Si fosse conferida a graduação do posto immediato ao n. 1 dos tenentes ou alferes em taes condições, aconteceria que, quando lhe cabesse a effectividade, iria tomar logar na escala, acima do camarada promovido antes d'elle ao posto effectivo por *estudos* o que seria flagrante offensa a direito adquirido por esse camarada, e annullação do dispositivo legal que regula o accesso dos officiaes subalternos de cavallaria e de infantaria. (*Paraphrasis unico art. 5º do decreto n. 1.351, de 7 de febreiro de 1891.*)

Não é equiparavel promoção por *estudos* dos officiaes subalternos, de infantaria e de cavallaria, á promoção por *merecimento* dos capitães e officiaes superiores.

O capitão ou official superior é promovido por *merecimento* á livre escolha do Governo.

marcheval João Nepomuceno de Medeiros Mallet, exarado em consulta do Supremo Tribunal Militar, de 12 do mez findo, resolveu em 5 do corrente:

1º, que deverá ser graduado no posto immediato o official que

O tenente ou alferes temopromoveção por *estados*, quando é o mais antigo dos habilitados com curso, e ao principio por *estados* cabe o preenchimento da vaga; preterido, tem o direito de reclamar, e uma vez reconhecida a justiça de sua reclamação, não pôde deixar de ser attendido.

Contra preferêcia em promoções por *acrecimento* ninguém pôde reclamar. (Resolução de 8 de janeiro de 1887.)

Só pôde ter a graduação do posto immediato o tenente ou alferes sem curso, quando houver attingido o n. 1 da respectiva escala, si o preenchimento da primeira vaga competir á *antiquidade*.

Os ministros, marchevals Mallet e Costallat, divergiram unicamente deste parecer para jularem com direito a graduação do general de brigada o medico coronel n. 1 do corpo de saude do exercito.

Os ministros almirante Pereira Pinto, marcheval Rufino Galvão, Teixeira Junior e contra-almirante Guilhem, discordaram igualmente sobre este objecto, declarando, porém, que no seu parecer a presente consulta deve ser completada com as considerações que formularam tanto para justificar o motivo principal de sua divergencia, como para que se tenha em vista, no tocante ao segundo objecto consultado, a solução legal em casos particulares que se podem dar com frequencia, que não excedo qum a armata, a saber:

Consulta-se si ao coronel medico da classe mais antiga compete a graduação do general de brigada.

Não parece obscuro nem daviçosa a redacção do art. 1º e seu paragrapho um e no tocante ao caso figurado pelo que encabeira applicados na especie, segundo a interpretação legal, que é harmonica com o pensamento que os offizantes que são membros da classe do seu posto, por quanto nos próprios termos do artigo se lhe attribue a maior antiguidade sobre os outros do mesmo posto, isto é, ao chegar attingido ao n. 1 da escala do seu posto por contar maior tempo de serviço util no mesmo posto, logo deve ser graduado no posto immediato, limite extremo do quadro a que pertence, nos termos do artigo citado, visto não ser o chefe do estado-maior geral o general de brigada que exercera o sumo dos de li autor geral de saude, e por não estarem comprehendidos na restrição do paragrapho unico desse artigo os coronéis medicos, porque não sendo officiaes combatentes não concorrem com os coronéis combatentes na aspiração ao quadro do estado-maior geral.

A lei que motiva a presente consulta não innovou nem alterou o que dispõem as leis de promoções em vigor no exercito e armata, quanto á concessão da graduação no posto immediato, senão: 1º, em tornal-a taxativa de tentativa que era pelas alludidas leis de promoções; 2º, em conferil-a ao n. 1 da escala para a promoção e não

atingir o n. 1 da escala, quer seja elle do quadro ordinario, quer seja do quadro especial;

2º, que os officiaes que não tiverem os requisitos legais para

ao chefe de classe de cada posto; 3º, finalmente, na adopção da norma administrativa estatuida no § 1º do art. 3º do decreto n. 403, do 27 de junho de 1891.

Com esta ultima alteração no regimen das promoções no exercito, tornou legal e obrigatoria, portanto, para o executivo a alludida norma administrativa que restringiu a graduação no tocante aos coronéis combatentes, somente ao n. 1 da escala geral das diversas armas e corporações technicas.

Posto que respeitada até ao advento da recente lei das graduações, aquella norma poderia ter sido posta de parte pelo Governo quando quizesse, visto não lhe ser imposta por lei; agora, porém, passou a ser dispositivo legal.

Naquelle decreto, porém, se reservou no seu § 2º o direito a graduação no posto de general de brigada ao coronel-medico de 1ª classe, **que fosse chefe de sua classe, respeitando-se assim o que dispunham as leis de promoções do exercito e da armada no tocante á semelhante vantagem, em relação aos seus interessados nas classes annexas, isto é, repetiu com referencia aos medicos militares o que a lei garantia tanto aos coronéis como aos capitães de mar e guerra de faes corporações, isto é, a graduação do posto superior, si o respectivo quadro o comportasse.**

A lei das graduações, pois, não fez referencias áquelle § 2º do decreto n. 404, por não ser intenção do legislador alterar a legislação vigente na especie de que tratou o indicado paragrapho, o qual bem poderá ser excusado no texto do mesmo decreto pela sua superfluidade, visto como não cabia na alçada do executivo a denegação, em absoluto da graduação no primeiro posto de generalato, no exercito ou na armada, aos chefes de classe nas corporações annexas, dos postos de coronel ou de capitão de mar e guerra, quando aquelle posto fizesse parte do respectivo quadro.

Consulta-se, si o official que não tiver os requisitos legais para a promoção deve ser graduado no posto immediato pelo facto de haver attingido o n. 1.

Additam á presente consulta sobre este objecto as seguintes considerações:

Se tal facto se der por exigencias do serviço ou pela impossibilidade em que se achou a autoridade de proporcionar a qualquer official do exercito ou da armada a oportunidade de satisfazer algum dos requisitos reclamados para o seu intersticio de tirocinio para o accesso, se procederá de accordo com a resolução de consulta de 13 de setembro de 1892, sobre o parecer dado pelo antigo conselho supremo militar em data de 10 da mesmo mez: arvo do Ministerio da Marinha n. 2.899, de 17 de setembro de 1892 ao vice-presidente do conselho naval, o *Aimastack* da Marinha sob o titulo — graduação de posto.

E' concebida nos termos da transcripção infra a conclusão dessa consulta.

a promoção ao posto immediato não podem ser graduados pelo facto do attingirem o numero 1 da escala ;

3º, que ao coronel medico de 1ª classe mais antigo compete a gradação do general de brigada.

Outrosim, vos declaro, que o mesmo Sr. Presidente, confor-mando-se ainda com o citado parecer, resolveu que o alferes ou

---

« Sr. Marechal Vice-Presidente da Republica.

.....  
A' vista, portanto, de taes disposições, não deve ter accesso por antiguidade o official que tenha attingido a posição de chefe de classe sem haver satisfeito o tempo de embarque estatuido na lei acima citada, e que regula as promoções no corpo da armada.

Entretanto, pensa o conselho que nenhum official subalterno ou superior deve chegar a ser o primeiro da sua classe antes de ter completado a condição de embarque e observadas que sejam as prescripções do artigo do regulamento approved pelo decreto n. 5.461, de 12 de novembro de 1873, que assim está redigido:

« Nenhum official poderá ser empregado nos arsenaes, corpos de marinha, capitánias dos portos e outras commissões extranhas ao serviço naval activo, sem haver preenchido as condições de embarque exigidas para o accesso ao posto seguinte.

Convirá, pois, sempre que se der o caso figurado no aviso em consulta, indagar qual a causa que o poderia ter priginado. Si, por exemplo, o official deixou de satisfazer o estatuido na lei, em referência ao serviço a bordo dos navios de guerra, por desidia, esquivando-se delle por continuadas partes de doente, prolongadas licenças para tratar de interesses privados ou por qualquer outro motivo contrario as ordens que tenha recebido de seus superiores, neste caso deve esse official resignar-se as consequências de tal procedimento, que o priva da promoção por antiguidade, não obstante a sua collocação na respectiva escala. Si, porém, o mesmo official deixou de habilitar-se, de accordo com a lei, coagido por causas inteiramente oppostas á sua vontade no desempenho de commissões que lhe não cabiam, então seria demasiado rigor privar-o absolutamente de proseguir na sua carreira.

Nestes termos o conselho superior militar, respondendo á consulta que lhe fazes, é de parecer que o official a quem cabe promoção por antiguidade por ser chefe de classe, mas que não conta ainda tempo de embarque estatuido em lei, poderá, si estiver incluído na ultima hypothese que acima estabeleceu, ser graduado no posto seguinte e assim conservar-se enquanto não **completar** o tempo de embarque, sendo promovido á effectividade do mesmo posto a que lhe ficar abaixo e estiver nas condições de obter tal accesso.»

Finalmente, ponderam que, para o caso da falta do requisito do respectivo curso na arma de artilharia, o que presentemente apenas se dá no primeiro posto, parece-lhe convir o seguinte:

Na classe dos 2ºs tenentes de artilharia não poderão ser conservados os que houverem ultrapassado a idade limite para a matricula na escola militar do Brazil (30 annos) si se acharem fóra da mesma escola e não tiverem o respectivo curso, dando-se cumprimento em tal caso, ao que dispõe o art. 25 do regulamento da lei de promoções,

tenente de infantaria e cavallaria sem o curso da arma, só poderá ser graduado no posto immediato quando tiver attingido o n. 1 da escala respectiva, si o preenchimento da primeira vaga competir ao principio por antiguidade.

Saude e fraternidade. — *Francisco de Paula Argollo.*

#### AVISO DE 14 DE OUTUBRO DE 1904

Declara que um adjunto da escola preparatoria e de tactica do Realengo deverá contar para a recondução no dito logar e para a gratificação respectiva unicamente o tempo decorrido da data em que entrou em exercicio.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1904 — N. 198.

Sr. Commandante da Escola Preparatoria e de Tactica do Realengo — Em solução aos requerimentos do tenente-coronel reformado Manoel Ferreira das Neves Junior, que acompanharam os vossos officios n.ºs 2.527, de 20 de junho e 2.871, de 27 de setembro, tudo do corrente anno, declaro-vos, para os fins convenientes, que tendo sido aquelle official nomeado adjunto dessa escola, de accordo com o disposto no art. 158 do regulamento, só deverá contar para a recondução de que trata o mesmo artigo, e, portanto, para a gratificação a que se refere o art. 249, unicamente o tempo decorrido desde a data em que entrou em exercicio do cargo, que, em commissão, exerce nessa escola.

Indefiro, pois, os requerimentos do tenente-coronel reformado Manoel Ferreira das Neves Junior.

Saude e fraternidade. — *Francisco de Paula Argollo.*

de 31 de março de 1854, e a que se refere a sua permanencia na mesma arma prejudicar a quando elle contiver a ventagem da graduação ao posto immediato, e de 14 de agosto de 1854, a seguinte:

Rio de Janeiro, 1.º de setembro de 1904. — *E. Da Costa*. — *C. Neto*. — *P. A. de Moura*. — *Mello*. — *Thomas Cavallaria*. — *P. J. Pereira da Silva*. — *P. G. Soares*. — *C. Grillo*.

#### RESOLUÇÃO

Como parece aos senhores Mello e Cavallaria. — Rio, 5 de outubro de 1904. — *P. de P. Rodrigues Alves*. — *Francisco de Paula Argollo*.

## AVISO DE 15 DE OUTUBRO DE 1904

Manda reverter ao dominio publico os lotes de terras da colonia militar do Alto Uruguay, concedidos provisoriamente a individuos que não procurarem os respectivos titulos nem aproveitarem o terreno.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1904 — N. 2.119.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exercito — Em solução á consulta que faz o director da colonia militar do Alto Uruguay, e que acompanhou o officio n. 2.954, que, em 24 de agosto ultimo, vos dirigiu o commandante do 6º districto militar, declarae a este commandante para que scientifique áquelle director, que reverterão ao dominio publico os lotes de terras concedidos provisoriamente a individuos, que, no prazo de um anno, a contar da data em que o mesmo director tiver conhecimento dessa concessão, não procurarem os respectivos titulos, nem aproveitarem o terreno para habitação e cultura, ou para criação de gado, ou que, depois de começadas estas, as interromperem por mais de um anno, podendo taes lotes ser concedidos a outros cuja posse provisoria requeiram, satisfazendo as exigencias regulamentares.

Saude e fraternidade. — *Francisco de Paula Argollo.*

## AVISO DE 17 DE OUTUBRO DE 1904

Torna extensiva as guarnições de mais de um corpo a disposição do aviso de 23 de setembro de 1895.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1904 — N. 2.131.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exercito — Tendo o commandante do 5º districto militar consultado no telegramma, que vos dirigiu em 26 do mez findo, si os capitães ajudantes dos corpos do exercito deverão concorrer ao serviço de superior de dia nas guarnições onde houver menos de cinco capitães para tal serviço, declaro-vos, em resposta a essa consulta, que fica extensiva ás guarnições de mais de um corpo a disposição do aviso deste Ministerio, de 23 de setembro de 1895.

Saude e fraternidade. — *Francisco de Paula Argollo.*

## CIRCULAR DE 21 DE OUTUBRO DE 1904

Declara qual o vencimento que deverão perceber os officiaes do exército e deitos deputados estaduais e ao mesmo tempo conselheiros municipaes.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1904  
— Circular.

O Sr. Presidente da Republica manda, por esta Secretaria de Estado, declarar ao Sr. delegado fiscal do Thesouro Federal em..... ( ou ao Sr. inspector da alfandega de..... ), que os officiaes do exercito eleitos deputados estaduais e ao mesmo tempo conselheiros municipaes, tem direito ao soldo das respectivas patentes, durante o periodo das sessões do congresso legislativo, e ás vantagens estabelecidas no art. 55 das instrucções approvadas pelo decreto n. 946 A, de 1 de novembro de 1890, no intervallo dessas sessões, si não estiverem no exercicio do cargo de conselheiros municipaes. — *Francisco de Paula Argollo.*

---

## AVISO DE 21 DE OUTUBRO DE 1904

Declara que o pagamento da etapa é elemento constitutivo da administração geral do batalhão, á qual se refere o aviso n. 1962 de 29 de setembro ultimo, do estado maior do exercito.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1904 — N. 3.170.

Sr. Chefe do Estado Maior do Exercito — Em additamento ao aviso n. 1.962 que vos dirigi em 29 do mez findo, resolvendo duvidas suscitadas pelo tenente-coronel do corpo de engenheiros João Teixeira Maia, chefe da commissão encarregada da construcção do sanatorio militar em Campos do Jordão, vos declaro que, além das especificações existentes no citado aviso, o pagamento da etapa é elemento constitutivo da administração geral do batalhão, a que se refere a expressão — parte militar — contida no aviso de 16 de junho de 1889.

Saude e fraternidade. — *Francisco de Paula Argollo.*

---

## AVISO DE 25 DE OUTUBRO DE 1904

Manda abonar ás praças do pessoal auxiliar da administração da escola militar do Brazil dolman e kepi de artilharia, para uniformidade.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1904 — N. 344.

Sr. Intendente Geral da Guerra — Declaro-vos que, em vista do que expõe o commandante da escola militar do Brazil, em officio n. 1.867, de 1 do mez findo, deverão, para uniformidade, ser abonadas ás praças do pessoal auxiliar da administração da mesma escola, dolman e kepi de artilharia, considerando-se o abono de que se trata, semelhantemente ao que se faz ás praças transferidas de uma para outras armas, sendo que, si essa intendencia tiver de adquirir os artigos no mercado, convém, por deficiencia de verba, adiar o fornecimento para o futuro exercicio.

Saudo e fraternidade.— *Francisco de Paula Argollo.*

---

## AVISO DE 3 DE NOVEMBRO DE 1904

Autorisa-se a transferencia de praças de pret de umas para outras armas.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 3 de novembro de 1904 — N. 2.241.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exercito — Declaro-vos, para os fins convenientes e em solução á consulta que vos fez o commandante do 7º distrito militar, da qual trataes em officio n. 3.772, de 25 de setembro ultimo, que autorizo a transferencia de praças de pret de umas para outras armas, uma vez que seja indemnizada a Fazenda Nacional das despesas com a mudança de fardamento e tenham taes praças a necessaria aptidão para a arma para que forem transferidas.

Saude e fraternidade.— *Francisco de Paula Argollo.*

---



## AVISO DE 8 DE NOVEMBRO DE 1904

Declara em que occasião poderá ter lugar, a incineração das relações de vencimentos e as escalas de alterações dos corpos do exercito.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1904 — N. 2.281.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exercito — Declarae ao inspector militar do 1º batalhão de artilharia, em solução á consulta que faz em officio n. 22, dirigido em 11 do mez findo a essa repartição, que a incineração das relações de vencimentos e das escalas de alterações poderá ter lugar depois que aquellas nenhuma duvida offerçam, e que estas já estejam lançadas nos livros mestres.

Saude e fraternidade. — *Francisco de Paula Argollo.*

---

## AVISO DE 10 DE NOVEMBRO DE 1904

Revoga o aviso de 7 de outubro de 1897, ficando em vigor o de 14 de setembro anterior.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1904 — N. 2.300.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exercito — Em vista das ponderações constantes de vosso officio n. 3.817, de 28 do mez passado, relativas ás inconveniencias que o cumprimento do aviso de 7 de outubro de 1897 causa ao serviço, contrariando além de tudo disposições entre as quaes está o aviso de 26 de agosto de 1887, que teve em vista evitar que officiaes transferidos para a 2ª classe do exercito podessem reverter á 1ª classe, antes de completar o anno de aggregação, resolve revogar o precitado aviso de 7 de outubro de 1897, ficando em vigor o de 14 de setembro do mesmo anno, em virtude do qual o conselho superior de saude só deve inspecionar officiaes incluídos na 2ª classe, depois de concluido o anno de aggregação a que se refere a ultima parte da resolução de 1 de abril de 1871.

Saude e fraternidade. — *Francisco de Paula Argollo.*

---

## AVISO DE 12 DE NOVEMBRO DE 1904

Manda adoptar uma arreiata de corrente proposta pelo coronel José Caetano de Faria.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1904 — N. 376.

Sr. Intendente Geral da Guerra — Declaro-vos que, de accordo com o que informaes em officio n. 804, de 28 do mez findo, deverá adoptar-se a arreiata de corrente, proposta pelo coronel José Caetano de Faria, em substituição á de corda, actualmente em uso, fazendo-se, porém, a modificação constante do incluso termo de exame.

Outrosim, vos declaro que a aquisição respectiva só deverá ser feita depois de distribuidas as que existem actualmente nessa intendencia.

Saude e fraternidade. — *Francisco de Paula Argollo.*

---

## AVISO DE 1 DE DEZEMBRO DE 1904

Declara que em casos de fornecimentos pela intendencia geral da guerra de artigos para serviços novos e extraordinarios convém consultar préviamente ao Ministerio da Guerra.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1904 — N. 394.

Sr. Intendente Geral da Guerra — Sciende do que informaes, em officio n. 903, de 17 do mez findo, relativamente á aquisição de ferramentas completas para um torno mecanico e outras machinas e utensilios officinaes ligado a um pedido da 1ª secção dessa intendencia, feito em 22 de agosto ultimo, declaro-vos que, em casos analogos de fornecimentos de artigos para serviços novos e extraordinarios, convém consultar préviamente a este Ministerio.

Saude e fraternidade. — *Francisco de Paula Argollo.*

---

## AVISO DE 1 DE DEZEMBRO DE 1904

Pelo providência ao Ministerio da Fazenda para que se não façam nas alfândegas despachos de armamento de guerra sem a torisação do da Guerra, se não houver em contrario disposição de lei.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1904 — N. 771.

Sr. Ministro de Estado da Fazenda — Tendo o inspector da alfândega de Uruguayana autorizado o despacho de uma caixa consignada a Luiz Bettinelli, vinda de Monte Caseros e contendo 8.000 cartuchos embalados para revolvers Smith and Wesson, sob o fundamento de haver sido revogada pela circular n. 54, de 17 de outubro de 1890, a de n. 11, deste Ministerio, de 5 de fevereiro de 1897, segundo consta do officio n. 889, que, em 10 do mez findo, me dirigiu o intendente geral da guerra, e estando em vigor o aviso do Ministerio da Guerra de 19 de maio de 1900, que declara, de conformidade com o disposto no § 7º, do art. 6º, das disposições preliminares das tarifas das alfândegas, que aos despachos sobre armamento de guerra deverá preceder autorização do ministerio a meu cargo, disso vos dou conhecimento, afim de que vos digneis providenciar de modo a evitar que se façam despachos sem esta autorização, si não houver em contrario disposição de lei.

Saude e fraternidade. — *Francisco de Paula Argollo.*

## AVISO DE 6 DE DEZEMBRO DE 1904

Declara que o Ministerio da Guerra só se responsabilisa pelo pagamento das taxas dos telegrammas expedidos em objecto de serviço publico muito urgente.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1904 — N. 2.495.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exercito — Tendo o Ministerio da Industria, Vição e Obras Publicas consultado, em aviso n. 142, de 17 de outubro ultimo, sobre a acceitação e transmissão official dos telegrammas apresentados em Corumbá, para as Republicas sul-americanas, pelo commandante do 7º districto militar, vos declaro para que o façaes constar aquelle commandante, que nesta data expeço aviso ao mesmo Ministerio, communicando que o Ministerio da Guerra só se responsabilisa pelo pagamento das taxas dos telegrammas expedidos em objecto de serviço publico, muito urgente.

Saude e fraternidade. — *Francisco de Paula Argollo.*

## AVISO DE 9 DE DEZEMBRO DE 1904

Declara que, quando não houver em qualquer das aulas dos institutos militares de ensino alumnos matriculados, não fica o respectivo professor por esse facto, desobrigado de comparecer a esses institutos.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1904 — N. 217.

Sr. Commandante da Escola Preparatoria e de Tactica do Realengo — Em solução ao requerimento do professor Manoel Said-  
Alí da, que submettestes á minha apreciação com o officio n. 2.986, de 12 de novembro ultimo, declaro-vos que, dos motivos allegados por aquelle professor para não leccionar uma turma de inglez, o unico que prevalece é a declaração que fez de não achar-se habilitado para isso.

Outrosim, declaro-vos que todas as vezes que em qualquer das aulas não houver alumnos matriculados, não fica o respectivo professor, por esse facto, desobrigado de comparecer á escola para assignar o competente ponto, nos dias marcados pelo programma de ensino.

Saude e fraternidade. — *Francisco de Paula Argollo.*

## AVISO DE 22 DE DEZEMBRO DE 1904

Declara como deverão ser feitas as promoções no quadro especial do exercito

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1904 — N. 2.608.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exercito — Consultou-se ao Supremo Tribunal Militar si, dada uma vaga e sendo para ella promovido um official do quadro especial do exercito, dever-

## CONSULTA A QUE SE REFERE O AVISO SUPRA

Sr. Presidente da Republica — Presenta o aviso do Ministerio da Guerra n. 121, de 3 de novembro ultimo, do teor seguinte: « Nada dispondo o decreto n. 716, de 13 de novembro de 1900, que criou um quadro especial para os officiaes do exercito, que exercem cargos vitalicios nos institutos militares de ensino, sobre o accessi dos officiaes pertencentes ao mesmo quadro, e considerandose em vigor, e applicavel aos citados officiaes a disposição do art. 3º do decreto n. 8 de 1889, relativa aos officiaes do extincto quadro extraordinario, o Sr. Presidente da Republica, manda, por esta secretaria de Estado, consultar ao Supremo Tribunal Militar, si dada uma vaga, e sendo nella promovido um official do quadro especial, deve-se considerar a vaga preenchida, ou importa este facto em con-

se ha considerar a vaga preenchida, ou si este facto importa em continuar aberta no quadro ordinario uma vaga, visto não haver no decreto legislativo n. 716, de 13 de novembro de 1900, que

tinuar aberta no quadro ordinario uma vaga, que deve ser preenchida por um official deste quadro.

Em resumo, pod-se promover em uma unica vaga dous officiaes, um do quadro especial, e outro do quadro ordinario, considerando-se as promoções dos officiaes do quadro especial reguladas pelo art. 3º do decreto n. 8 de 1889 ? »; o Supremo Tribunal Militar passa a dar cumprimento a essa ordem.

O decreto legislativo n. 716, de 12 de novembro de 1900, que criou um quadro especial para os officiaes do exercito com funções de cargos vitalicios nos institutos militares de ensino, nada dispõe, com effeito sobre o accesso desses officiaes; o Governo, porém, tem considerado vigente, e applicavel a elles o dispositivo do art. 3º, do decreto n. 8, de 1889, referente aos officiaes do extinto quadro extraordinario, e de conformidade com esse dispositivo tem havido promoções no novo quadro.

E foi este o fundamento principal do parecer dado por este tribunal na consulta de 12 de setembro ultimo, sobre a qual foi tomada a resolução presidencial de 5 de outubro seguinte.

Assim, concorrendo em promoção os officiaes do quadro especial com o ordinario nos respectivos corpos ou armas, como dispõe o decreto n. 8 de 1889, quando se abrir uma vaga, e for promovido official do quadro especial, o que impreterivelmente ha de acontecer si o preenchimento couber ao principio — *antiguidade* — e o n. 1 da escala pertencer a esse quadro, torna-se imprescindivel outra promoção para prover a vaga que continuou aberta no quadro ordinario, e esta promoção, que tem de ser realizada por *merecimento*, deve recahir em official pertencente a este quadro.

Assim ficará preenchido o claro aberto na escala.

Si o preenchimento da vaga, que se der, tocar ao principio — *merecimento*, ha dous casos a distinguir: ou o n. 1 da escala pertence ao quadro ordinario, ou ao especial.

No primeiro dos casos o Governo escolherá o official que julgar melhor satisfazer os requisitos do art. 10 do decreto n. 1.351, de 7 de fevereiro de 1891.

Si o escolhido for do quadro ordinario, fica com o seu accesso, preenchida a vaga, si pertencer ao quadro especial, terá de ser promovido tambem, por *antiguidade*, o n. 1 do quadro ordinario.

No segundo caso, isto é, quando o n. 1 pertencer ao quadro especial, deve ser feita a promoção no quadro ordinario, porque si fosse no especial, o Governo seria forçado a promover por *antiguidade* o n. 1 desse quadro, e por *merecimento* alguem do outro.

Tendo occorrido uma vaga unica, far-se-iam tres promoções, duas no quadro especial, e uma no ordinario, o que, além de onerar os cofres publicos, traria vantagens aos officiaes do quadro especial, isto é, aos docentes vitalicios e inamoviveis, em prejuizo dos do quadro ordinario que estão á disposição do Governo, no exercicio de commissões militares correspondentes aos seus postos e sujeitos a promoções.

A illustre maioria diz que « si a promoção for conferida por *merecimento* ao official extranumerario, que, porventura, occupar o n. 1 da escala, e o seu immediato na mesma escala for tambem extranumerario, a este se dará a graduação do posto seguinte com a mesma data da promoção, que se conceder, pelo principio de anti-

creou aquelle quadro, disposição sobre o accesso dos officiaes a elle pertencentes.

O Sr. Presidente da Republica, conformando-se com o parecer da maioria do dito tribunal, exarado em consulta de 5 do corrente, resolveu em 20 deste mez que, tendo-se considerado vi-

guidade, do official do quadro ordinario, seu immediato em antiguidade de posto. »

A minoria entende, pois, que, no caso em questão, tendo-se de proceder a uma promoção por *antiguidade*, se pôde deixar de attender ao n. 1, da escala, pertencente ao quadro especial, para dar accesso ao n. 2, que é do quadro ordinario.

Isto seria completa inversão dos dispositivos legais.

Salvo o disposto no art. 32. do regulamento de 31 de março de 1851, o official que occupar o n. 1 da escala não pôde deixar de ter accesso, quando occorrer vaga, que deva ser provida por *antiguidade*.

E a graduação que a minoria julga dever-se dar ao official do quadro especial, que se tornar chefe de classe, seria odiosa, porquanto o n. 1 da escala a vista do disposto na lei n. 1,215, de 11 de agosto ultimo, tem direito a essa graduação, si não tiver nota que desabone sua conducta civil e militar, e neste caso o poder executivo não pôde dar o que a lei prohibe.

Nas considerações que deixa expostas, o Supremo Tribunal Militar tem emitido o seu parecer que se resume no seguinte:

« Si o preenchimento da vaga couber á *antiguidade* e o n. 1 da escala pertencer ao quadro ordinario, não poderá deixar de ser elle o promovido ;

Si o n. 1 pertencer ao quadro ordinario, e a vaga tiver de ser provida por *merecimento*, a escolha poderá recahir em official deste quadro, ou do especial devendo neste caso se proceder á promoção por antiguidade no quadro ordinario ;

Si o n. 1 da escala pertencer ao quadro especial, terá promoção quando esta tenha de ser realzada por antiguidade e dar-se-ha accesso por *merecimento* a official do quadro ordinario ;

Pertencendo ainda o n. 1 ao quadro especial e devendo preencher-se por *merecimento* alguma vaga, a escolha deve recahir no do quadro ordinario.

Dando-se uma unica vaga não se deve fazer mais de duas promoções.

O tribunal entende que é applicavel ao quadro especial o art. 31, do decreto n. 8 de 1889, porque a composição do quadro estabelecido por este decreto não differia em 13 de novembro de 1900 da do que foi creado então.

O almirante Elisiario Barbosa e os marechaes Rufino Galvão e Teixeira Junior assistiram de facto ao parecer motivando o seu voto pela forma seguinte:

Preliminarmente, faz-se mister precizar a verdadeira significação dos dous qualificativos consignados no aviso supra—*quadro especial* e *quadro extraordinario*, segundo a natureza da situação propria dos officiaes que nelles foram comprehendidos e a razão de ser do seu agrupamento sob o ponto de vista das conveniências geraes do serviço militar.

Quanto á condição necessaria para a sua inclusão no quadro especial creado em 1900, é manifesta ser a essencial e unica de exercicio de cargo vitalicio nos institutos militares de ensino—Synopse da

gente o disposto no art. 3.<sup>o</sup> do decreto n. 8, de 21 de novembro, o qual criou o quadro extraordinário e feito de accordo com esse dispositivo as promoções no quadro especial, estas deverão obedecer às seguintes condições:

1.<sup>a</sup> Si o preenchimento da vaga se tiver de fazer por antigui-

---

legislação brasileira, volume 7.<sup>o</sup>, anno de 1903, sob o título quadro especial, por Nascimento e Silva.

No tocante, porém, aos motivos determinantes para a entrada no quadro extraordinário creado pelo decreto n. 8 de 21 de novembro de 1889, são de duas naturezas as situações em que os officiaes se deveriam achar para dello fazerem parte, a saber: ou empregados em comissões estranhas ao Ministerio da Guerra, ou mesmo em certas comissões desse ministerio, com prejuizo do serviço ordinário pelo seu afastamento d'elle. — *Ibidem*, volume 6.<sup>o</sup>, anno de 1891, sob o título — Quadro extranumerário.

Os viu-se em tempo, a bem da comprehensão desta discussão, que o uso adulterou o qualificativo proprio do quadro creado em 1889, empregando o vocabulo — *extranumerário* em vez do dito extraordinário.

Compulsando-se, porém, os almanaks da guerra entre os annos de 1890 e 1892, por ter sido neste que foi vedada a confirmação das transferencias para elle (art. 8.<sup>o</sup> da lei n. 30 A, de 30 de janeiro de 1892), reconhece-se que todos os officiaes do magisterio militar que em virtude dos regulamentos de 17 de janeiro de 1874, da lei de 21 de setembro de 1889 e do decreto n. 9.254, de 26 de julho de 1884, eram considerados extranumerários, foram incluídos no citado quadro extraordinário de 21 de novembro de 1889, havendo sido nelle conservados até a criação do quadro especial, em 1900, passando então a pertencer a este ultimo.

Mais outro grupo de officiaes com exercício vitalicio no magisterio militar teve sua inclusão naquelle quadro extraordinário de 1889 *ex-vo* do art. 287 do regulamento n. 330 de 12 de abril de 1890, isto é todos os lentes, substitutos e professores, nomeados após a promulgação do mesmo regulamento, que pertencessem às tres armas combatentes do exercito; e assim como aconteceu com aquelles officiaes do magisterio militar que tiveram sua investidura sob o amparo dos actos supracitados dos annos de 1874, 1880 e 1884, se conservam no referido quadro extraordinário de 1889 até a criação do quadro especial de 1900 e então para elle foram também transferidos.

Sómente, pois, deixaram de pertencer aquelle quadro extraordinário dentro de todos quantos foram incluídos no quadro especial de 1900 os officiaes nomeados para os cargos vitalicios do magisterio militar posteriormente ao regulamento acima citado, de 12 de abril de 1890 que pertenciam aos corpos de engenheiros e de estado-maior.

Em 1890, porém, o quadro extraordinário de 1889 ficou reduzido ao conjunto dos dous grupos de officiaes com exercício vitalicio no magisterio militar de que se fez menção nas considerações que temos expellido, em virtude da resolução de 13 de dezembro de 1897, communicada em portaria de 17 de janeiro de 1898, que mandou fazer a reversão dos quadros ordinários dos officiaes, cujos motivos de transferencias para o quadro extranumerário (ou extraordinário) fizessem cessado.— Synopse da legislação brasileira, volume 7.<sup>o</sup>, anno 1903, sob o título — Quadro extranumerário, por Nascimento e Silva.

Em que differe, pois, quanto á sua constituição e a razão de sua

dade e o official n. 1 da escala pertencer ao quadro ordinario, não poderá deixar de ser elle o promovido ;

2.ª Si a vaga tiver de ser provida por merecimento e o official n. 1 pertencer ao quadro ordinario, a escolha poderá recahir em

---

creação, o antigo quadro extraordinario ou extranumerario de 1889, do denominado especial de 1900?

Quanto a sua constituição— este ultimo recebeu todos os officiaes existentes naquelle— pelo mesmo fundamento de exercerem cargos vitalicios no magisterio militar que justificava a sua permanencia nelle.

Quanto a razão de sua criação — é fóra de duvida que só a imperiosa necessidade do total dos quadros, tanto dos corpos especiaes como das tres armas do exercito, para as exigencias do serviço ordinario, poderia ter induzido o legislador a decretar o supprimento dos seus effectivos do desêchue que soffriam em consequencia do afastamento permanente do numero pessoal que se consagra ao magisterio nos institutos militares.

Na accepção tecnico-administrativa, portanto, os tres qualificativos *extraordinario*, *extranumerario* e *especial* se equivalem, e as creações a que deram logar apenas mudaram de nome.

Anteriormente á criação do quadro extraordinario, dito de 1889, quer os officiaes com exercicio no magisterio, quer os que exerciam em commissão o ensino pratico nos institutos de ensino (sendo que estes não desde data tão remota como os primeiros), eram considerados extranumerarios nos quadros dos corpos especiaes ou das armas a que pertenciam, e o seu accesso militar não obedecia a principio algum definido em lei, bastando que tivessem o dobro do intersticio legal para almejar o posto immediato, independente de abertura de vaga no quadro ordinario em que figuravam como extranumerarios por simples arbitrio do Governo e, portanto, sem motivo declarado, quer quanto á antiguidade, quer quanto ao merecimento em relação aos officiaes do quadro ordinario.

Semelhante pratica, porém, foi mui judiciosamente abolida em 1889 com a adopção dos principios reguladores do accesso estabelecidos pela lei de promoções de 6 de setembro de 1850, como norma legal na concorrência dos officiaes de cada quadro com os extranumerarios do mesmo quadro ao accesso por occasião de abertura de vaga obrigada a preenchimento.

O decreto n. 8, de 21 de novembro de 1889, acima citado, diz no seu final com tal proposito: «Os officiaes que figurarem no quadro extraordinario concorrerão em promoções com os do quadro ordinario da corporação a que pertencerem».

O regulamento n. 330, de 12 de abril de 1890, tambem citado anteriormente, diz no seu art. 287:

«Os lent s, substitutos e professores, que forem officiaes arregaimentados, serão considerados extranumerarios nos quadros das armas a que pertencerem, concorrendo tolvavia com os do quadro para as promoções.»

Era este um principio do direito administrativo que se incorporava á legislação militar, todo consoante ao direito militar e regulador do accesso hierarchico, e que passa a vigorar de modo inconcusso para garantia commum dos direitos á promoção na concorrência dos officiaes extraordinarios com os dos quadros ordinarios, por occasião do preenchimento de vagas nos mesmos quadros.



official deste quadro ou do quadro especial, far-se-á a promoção por antiguidade no quadro ordinario;

3.ª Si o official n. 1 da escala pertencer ao quadro especial, terá promoção quando esta fôr por antiguidade e dar-se-á accesso por merecimento a official do quadro ordinario;

4.ª Si pertencer o n. 1 ao quadro especial e tendo de se pre-

---

Sua applicação, pois, ao caso figurado de uma vaga que se abra em qualquer dos quadros ordinarios do exercito, não pôde suscitar duvida quanto a imperiosa existencia de outra promoção para preenchimento da vaga existente, em razão de não poder ser esta fechada com o promovido do quadro especial, quer lhe tenha cabido a promoção por direito de antiguidade, quer pela prioridade do merecimento a juizo do Governo.

É manifesto, porém, que a segunda promoção d'ará recahir em um dos officiaes do quadro ordinario, porquanto só concorrem com estes ultimos os officiaes extranumerarios para o preenchimento das vagas que se abrirem e não para as que se tenham podido fechar em razão da preferencia legal que se lhes haja reconhecido no primeiro julgamento para o preenchimento daquellas vagas.

Si, porém, a promoção fôr conferida por merecimento ao official extranumerario que porventura occupar o n. 1 da escala, e o seu immediato na mesma escala fôr tambem extraordinario, a este se dará a graduação do posto seguinte, com a mesma data da promoção que se conceder pelo principio de antiguidade ao official do quadro ordinario seu immediato em antiguidade de posto.

Dever-se-ha subentender, portanto, que si em alguma classe se agruparem dous ou mais officiaes extranumerarios, occupando os primeiros logares na escala, o Governo se absterá de eleger dentre os de sua condição para promover pelo principio de merecimento, si no caso de semelhante escolha reconhecer que seria forçado a fazer mais de duas promoções para o preenchimento de uma unica vaga.

O julgamento das condições de merecimento é tão adstricto ao unico critério do julgador e como não são postos á prova no serviço profissional os requisitos necessários para o conceito de merecimento, por parte dos officiaes que se consagram ao magisterio, não se poderá acoiar de injusto o proposito de, em casos especiaes como o que se figurou, não se os considerar concurrentes aos accessos por merecimento; mesmo porque o exercicio do magisterio é mais bem remunerado do que todas as outras funções militares, ainda com a circumstancia de que e com pouco heamente essa remuneração pelo augmento de uma gratificação por determinado turno de exercicio. (Regulamento n. 1.159, de 3 de dezembro de 1892, arts. 31 e 295.)

Vem o proposito fazer lembrar, nesta occasião, que na legislação da marinha figura igualmente a existencia de um quadro extraordinario, e constituído da mesma forma que o especial da guerra de 1900, comente com os officiaes de marinha com exercicio vitalicio no magisterio, e que o regra do accesso para esses officiaes obteece unicamente ao principio de antiguidade. (Decreto n. 108 A, de dezembro de 1889, art. 10, vide almanak da marinha).

O accesso é conferido a cada official logo que alcance ser o mais antigo de seu posto na classe a que pertence, composta como é de regra dos officiaes da mesma categoria dos dous quadros (o ordinario e o extraordinario), e lhe corresponde vaga no quadro ordinario.

Ao terminarem o presente voto, pedem venia para rematá-lo com

encher alguma vaga por merecimento, a escolha deverá recahir em official do quadro ordinario ;

5.ª Dando-se uma unica vaga, não se deverão fazer mais de duas promoções.

O que vos declaro para os fins convenientes.

Saude e fraternidade. — *Francisco de Paula Argollo.*

uma ponderação que lhes parece inteiramente cabivel nesta occasião em que se procura estabelecer principios reguladores do accesso hierarchico dos officiaes do quadro especial de 1900.

Tem ella por objecto observar que lhes parece indevida a permanencia naquelle quadro de 15 leutes ou professores que se acham em disponibilidade desde 1898, em razão da reforma por que passaram os institutos militares de ensino em 18 de abril daquelle anno, decreto n. 2,881.

Quando se organizou o quadro especial em questão, o Governo estava na expectativa de uma nova regulamentação com caracter definitivo para o ensino militar, por força de autorização legislativa, porquanto o alludido regulamento de 18 de abril de 1898 fôra mandado observar simplesmente em caracter provisório, segundo se vê do titulo — Instrução militar do relatorio do Ministerio da Guerra do anno de 1899; isso explica bem a razão da inclusão daquelles officiaes no referido quadro especial de 1900, não obstante ser expresso no art. 2.º do decreto legislativo de sua criação, de 13 de novembro, ser condição necessaria para fazer parte d'elle o *exercitio de cargo vitalicio* nos institutos militares de ensino.

Hoje, porém, que são passados quasi sete annos do vixamento do regulamento de 1898, não ha razoavel fundamento para se não cogitar de alliviar aquelle quadro de semelhante sobrecarga, que é de facto contraria ao pensamento em que se inspirou o legislador para aquella criação; si, pois, não estão fóra do serviço ordinario da sua profissão, e si não é dado prever ao menos quando um ou outro d'entre elles poderá ser chamado a exercer de novo funções no magisterio, porque continuarão entre aquelles que foram excluidos dos quadros ordinarios pela unica razão de que o seu afastamento dos deveres profissionais militares d'afectava o effectivo de tais quadros para as imprescindiveis exigencias do serviço ordinario?

Pensam, entretanto, que a revolução de tais officiaes para os quadros regulares do exercito se deverá fazer gradualmente quando lhes fór cabendo augmento de posto, porque assim entrariam as cousas na normalidade, sem sensivel prejuizo para os officiaes que actualmente preenchem aquelles quadros regulares.

O effectivo actual do quadro especial, sendo de 59 officiaes, em poucos annos d'seria de numero que lhe convém, de 31 officiaes.

Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1904. — *E. Barbosa*, — *Voto*. — *E. A. de Menezes*, — *Muller*. — *Thomas*, — *Captancieira*. — *E. J. Tracina Junior*.

Fôz voto vencido o Sr. marechal Ruyão Galvão.

#### RESOLUÇÃO

Como parece — Rio, 28 de dezembro de 1904. — FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES, — *Francisco de Paula Argollo.*

## AVISO DE 30 DE DEZEMBRO DE 1904

Declara que deverão ser considerados officiaes honorarios do exercito os de que trata a lei n. 23 de 16 de agosto de 1838, os que prestaram serviços na campanha contra o governo da Republica do Paraguay e os que o são por serviços de guerra.

Ministerio da Guerra—Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1904 — N. 2.679.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exercito — Declaro-vos, para os fins convenientes, que o Sr. Presidente da Republica, conformando-se com o parecer do Supremo Tribunal Militar, exarado em consulta de 26 de setembro ultimo, sobre o officio dessa repartição, n. 3.064, de 25 de agosto anterior, relativo a duvidas acerca de honras fúnebres que competem aos officiaes honorarios do exercito, resolveu em 28 do corrente, que devem ser considerados officiaes honorarios do exercito os que foram creados pela lei n. 23, de 16 de agosto de 1838, os que prestaram

## CONSULTA A QUE SE REFERE O AVISO SUPRA

Sr. Presidente da Republica — Por intermedio do Ministerio da Guerra, em aviso de 31 de agosto ultimo, sob n. 93, mandastes a este tribunal, para consultar com seu parecer, o officio em que o marechal chefe do estado-maior do exercito, allegando ter havido duvida relativamente ás honras fúnebres, que competem aos officiaes honorarios do exercito, de accordo com a resolução de 9 de setembro de 1870, e aviso de 17 de outubro de 1896, consulta si devem ser considerados officiaes honorarios os cidadãos a quem tenham sido, ou forem concedidas honras militares, como foi estatuido pelo decreto de 15 de fevereiro de 1868, para os que prestaram serviços relevantes na guerra do Paraguay.

O Supremo Tribunal Militar, tendo examinado a questão, passa a emitir seu parecer nestes termos:

«Os officiaes honorarios, a quem se refere o aviso do Ministerio da Guerra de 17 de outubro de 1896, são:

Os creados pela lei n. 23, de 16 de agosto de 1838;

Os que prestaram serviços na guerra contra o governo do Paraguay, aos quaes a resolução de 12 de agosto de 1868 mandou que se passassem patentes «visto terem suas honras o caracter de vitaliciedade, e acharem-se elles em condições analogas ás dos da lei n. 23, de 1838»;

E, finalmente, aquelles a quem posteriormente se tem concedido honras por *serviços effectivamente de guerra*, pelo que estão em condições analogas ás dos officiaes honorarios da resolução de 12 de

serviços na guerra contra o governo do Paraguay e aquelles a quem posteriormente tem sido concedidas honras por serviços effectivamente de guerra.

Saude e fraternidade. — *Francisco de Paula Argollo.*

---

#### AVISO DE 31 DE DEZEMBRO DE 1904

Declara que os delegados da direcção geral de saude junto aos commandos dos districtos militares não deverão effectuar compras sem autorização do Ministerio da Guerra.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1904 — N. 182.

Sr. Director Geral de Saude — Declarae aos delegados dessa direcção junto aos commandantes dos districtos militares que não deverão effectuar compra alguma sem prévia autorização deste Ministerio, visto que o regulamento que baixou com o decreto n. 3.943, de 1 de março de 1901, centralizou no deposito de material sanitario do exercito todos os fornecimentos ás repartições de saude.

Saude e fraternidade. — *Francisco de Paula Argollo.*

---

outubro de 1868, e da lei de 1838, e, portanto, a estes devem ser equiparados para todos os effectos.

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1904. — *E. Barbosa.* — *Mallet.* — *Thomas Cantuaria.* — *F. J. Trizzeira Junior.* — *C. Guillobet.*

Foram votos os Srs. ministros marechal Rufino Galvão, almirante Coelho Neto e marechaes Moura e Costallat.

#### RESOLUÇÃO

Como parece — Rio, 28 de dezembro de 1904. — FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES. — *Francisco de Paula Argollo.*

---

# INDICE DAS DECISÕES

DO

## MINISTERIO DA INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS

	Pag.
N. 1 — Approva as instrucções por que se devem reger os inspectores geraes, em commissão, das estradas de ferro da União e das obras federaes nos Estados.	1
N. 2 — Esclarece disposição da clausula 15 do contracto de arrendamento da Estrada de Ferro do S. Francisco.	3
N. 3 — Crea uma secção provisoria incumbida do estudo do melhoramentos na Estrada de Ferro D. Thereza Christina.	3
N. 4 — Concede transporte gratuito, na Estrada de Ferro Central do Brazil, ás sementes e plantas distribuidas aos agriculloras pela Sociedade Nacional de Agricultura.	7
N. 5 — Determina o abatimento que deve ser feito nas tarifas geraes dos generos de primeira necessidade transportados na Estrada de Ferro Central da Bahia.	7
N. 6 — Approva instrucções para estudos definitivos da Estrada de Ferro do Timbó, no Estado da Bahia, á cidade de Propria, no Estado de Sergipe.	8
N. 7 — Manda entregar á direcção da Estrada de Ferro Central do Brazil os trechos da Estrada de Ferro Oeste de Minas, de Barra Mansa a Cedro e de Barra Mansa a Angra.	12
N. 8 — Fixa provisoriamente o pessoal da Estrada de Ferro Oeste de Minas e respectivos vencimentos.	13
N. 9 — Transfere da 1. <sup>a</sup> para a 3. <sup>a</sup> classe, das tarifas da Estrada de Ferro de Santa Maria ao Uruguay, o transporte do alcool fabricado no paiz.	15
N. 10 — Approva as condições regulamentares, tarifas e classificação geral das mercadorias para vigorar na rede de estradas de ferro a cargo da Companhia «The Great Western of Brazil Railway, Limited».	16

	Pags.
N. 11 — Regularisa a applicação do art. 117 das alterações de tarifas da Estrada de Ferro da Bahia ao S. Francisco approvadas por Portaria de 26 de maio de 1897 . . .	102
N. 12 — Manda adoptar no final do art. 54 das condições regulamentares da Estrada de Ferro Minas e Rio a mesma disposição que rege nas da Estrada de Ferro Central do Brazil. . . . .	102
N. 13 — Declara que os inspectores de tracção da Estrada de Ferro Central do Brazil não tem direito a abono para aluguel de casa, e revoga o Aviso n. 54, de 15 de maio de 1900 . . . . .	103
N. 14 — Autoriza os despachos de mercadorias com fretes a pagar até o limite mínimo de 10\$000, na Estrada de Ferro Central do Brazil. . . . .	103
N. 15 — Autoriza abatimentos addicionaes para o transporte dos cafés destinados a Rio ou Santos na Estrada de Ferro Minas e Rio . . . . .	104
N. 16 — Estabelece provisoriamente, na Estrada de Ferro Oeste de Minas, o abatimento de 50 % na 7ª classe das tarifas para o transporte da materia prima destinada ás fabricas de papel e classifica na tarifa n. 3 os productos das mesmas fabricas . . . . .	105
N. 17 — Em 7 de maio de 1904 . . . . .	105
N. 18 — Em 4 de junho de 1904 . . . . .	106
N. 19 — Em 28 de junho de 1904 . . . . .	106
N. 20 — Em 19 de julho de 1904 . . . . .	107
N. 21 — Em 18 de agosto de 1904 . . . . .	107
N. 22 — Em 31 de dezembro de 1904 . . . . .	108
N. 133 — Autorisa a Comissão das Obras do Porto do Rio de Janeiro a receber do Ministerio da Fazenda a ilha de Santa Barbara. . . . .	111
Portaria em 23 de fevereiro de 1904 — Approva as instrucções para os estudos e construcção de obras contra os effeitos da secca, no Rio Grande do Norte . . . . .	111
N. 174 — Remette ao Ministerio da Fazenda plantas e mais documentos relativos á cessão de uma faixa do terreno em Inhama, para passagem do encanamento destinado a uma caixa d'agua no Engenho de Dentro . . . . .	116
N. 186 — Pede que tenham livre transito duran'e a noite as embarcações da firma C. H. Walker & Companhia. . . . .	117
N. 210 — Rectifica a escriptura de 30 de junho de 1903, feita com a Empreza Industrial de Melhoramentos no Brazil. . . . .	117
N. 226 — Entrega ao Ministerio da Fazenda de um predio e de um barracão que estavam ao serviço deste Ministerio . . . . .	118
N. 228 — Passa á Prefeitura do Districto Federal um trecho do aqueducto da Carioca . . . . .	118

	Paga.
N. 265 — Sobre concessão de terrenos de marinhãs no porto do Recife . . . . .	119
N. 290 — Declara não haver inconveniente em ser transferido para a ilha do Cajú, em Nitheroy, o allandegamento de um trapiche . . . . .	119
N. 306 — Manda arrolar e incorporar nos proprios nacionaes os terrenos lateraes do aqueducto de Santa Thereza . . . . .	120
N. 312 — Approva os projectos de prolongamentos de canaes de irrigação, no Quixadá . . . . .	120
N. 343 — Providencia sobre proprios e terrenos nacionaes que estavam a cargo deste Ministerio . . . . .	121
Portaria em 2 de maio de 1904 — Manda observar pela Comissão de Açudes e Irrigação no Estado do Ceará as instrucções concernentes ao mesmo serviço . . . . .	121
N. 368 — Declara ao Chefe da Comissão Constructora da Avenida Central ficarem approvadas as regras gerais para as construcções da mesma Avenida . . . . .	126
N. 394 — Faz varias consultas ao Ministerio da Fazenda, com relação á caução de 80 apolicoes da divida publica depositadas no Thesouro Federal pelo Conde de Figueiredo, para garantia do contracto da Companhia de Obras Hydraulicas no Brazil . . . . .	128
Portaria em 6 de junho de 1904 — Substitue um dos artigos das Instrucções da Comissão de Açudes e Irrigação no Estado do Ceará . . . . .	129
N. 486 — Pede ao Ministerio da Fazenda que pelas autoridades aduaneiras de Manãos seja observado como nelle se contém o contracto lavrado entre este Ministerio e a <i>Manãos Harbour Limited</i> . . . . .	131
N. 491 — Remette ao Ministerio da Fazenda, afim de serem refulzados a escriptura publica, os termos de ajuste celebrados com o Barão de Macurussá e outros com a cessão de terras e aguas no Trapicheiro . . . . .	130
Portaria em 15 de julho de 1904 — Approva instrucções que tocm do ser observadas pela Comissão Constructora da Avenida Central em substituição das approvadas por portaria de 21 de novembro de 1903. . . . .	130
Portaria em 23 de julho de 1904 — Approva provisoriamente as taxas a cobrar por diversos serviços prestados no açude de Quixadá . . . . .	133
N. 597 — Autorisa o Inspector Geral das Obras Publicas a entender-se com o Zelador dos Proprios Nacionaes sobre a entrega á mesma Inspeção da fazenda de Santa Rita . . . . .	135

# MINISTERIO DA INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS

---

N. 1 — EM 19 DE JANEIRO DE 1904

Approva as instrucções por que se devem reger os inspectores geraes, em commissão, das estradas de ferro da União e das obras federaes nos Estados.

O Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas, em nome do Presidente da Republica, resolve approvar as instrucções por que se devem reger os inspectores geraes, em commissão, das estradas de ferro da União e das obras federaes nos Estados, as quaes com esta baixam, assignadas pelo director da Directoria Geral de Obras e Viação da respectiva Secretaria do Estado, ficando revogada a portaria de 9 de fevereiro de 1903, que approvou as instrucções dadas ao fiscal geral das estradas de ferro da União.

Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1904. — *Lauro Seceriano Müller.*

## **Instrucções a que se refere a Portaria desta data**

I. A inspecção geral das estradas de ferro e das obras federaes nos Estados será exercida por inspectores geraes com os ajudantes e auxiliares que forem necessarios.

II. Incumbe aos inspectores geraes:

a) percorrer periodicamente as estradas de ferro e as obras dependentes deste Ministerio, exceptuadas as que tiverem séde no Districto Federal;

b) inspecionar cuidadosamente as estradas afim de verificar si os respectivos serviços são feitos com a necessaria regularidade e economia, e bem assim si são cumpridos os regulamentos em vigor;

c) verificar si a linha, material rodante e mais dependencias das mesmas estradas se acham bem conservados;

d) examinar si os contractos de arrendamento provisórios ou definitivos estão sendo fielmente executados;



e) conhecer as necessidades que tem os habitantes das zonas servidas pelas estradas, afim de poder o Governo providenciar convenientemente sobre tudo, que se refere a horarios, tarifas, prolongamentos, ramais e outros melhoramentos;

f) estudar tudo que se refere a trafego, nutao e facilidade de ligar o transporte terrestre ao maritimo ou fluvial, bem como as cobranças de impostos ou taxas decretados pelos Estados ou Municipalidades;

g) inspecionar as obras federaes nos Estados, verificando si estão sendo executadas de accordo com os planos e orçamentos approvados ou si as despezas estão dentro dos creditos concedidos;

h) verificar si são cumpridos os contractos nos casos em que a construção ou exploração se fizer em virtude de concessão, empreitada ou arrendamento;

i) verificar si a fiscalisação dos engenheiros fiscaes ou a direcção dos chefes de commissão de obras é effectiva e se faz com a precisa exactidão.

III. Terminada qualquer inspecção, os inspectores apresentarão sem demora minucioso relatório, no qual, além da noticia que deverá conter do que tiverem observado *in situ*, indicarão, justificando, as providencias que julgarem acertadas para melhorar o serviço das estradas e obras que tiverem inspecionadas.

Si, porém, durante a inspecção lhes parecer que convém ser urgentemente adoptada qualquer medida, deverão propo-la ao Ministro, por officio ou telegramma.

IV. Os engenheiros fiscaes das estradas de ferro dependentes da União, os seus directores e representantes, bem como os chefes de commissão de obras federaes deverão facilitar aos inspectores não só todos os esclarecimentos e informações de que precisarem, como os meios de transporte de que carecerem para o desempenho da sua commissão:

a) os engenheiros fiscaes e os chefes de commissão de obras deverão acompanhar os inspectores em suas visitas, sempre que sua presença for por estes requisitada.

V. Os inspectores geraes serão subordinados ao Ministro da Industria, Vição e Obras Publicas, delle receberão todas as ordens e com elle se corresponderão directamente.

Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1904. — J. F. *Parreiras Horta*,

---

N. 2 — EM 29 DE FEVEREIRO DE 1904

Esclarece disposição da clausula 15 do contracto de arrendamento da Estrada de Ferro de S. Francisco.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação—1ª Secção—N. 1 — Rio de Janeiro, 29 de fevereiro de 1904.

Em officio n. 15, de 12 de agosto do anno proximo findo, submettistes á consideração deste Ministerio o requerimento dos arrendatarios da Estrada de Ferro do S. Francisco pedindo autorização para adquirirem os materiais constantes da relação que acompanha o dito requerimento, por conta do fundo especial creado na clausula 15 do contracto de 26 de janeiro de 1900.

Declaro, em resposta, para vosso conhecimento e necessários effeitos, que por conta do mencionado fundo só poderá correr a despesa de 6.000\$000, no maximo, com os seguintes artigos comprehendidos na indicada relação:

- 1500 trados
- 1000 pés de correias de transmissão.
- 20 corações

Os 4 7/8 de que trata a citada clausula 15 são destinados á substituição do material e não á sua conservação, sendo que as despesas desta, referidas na clausula do contracto e constantes da clausula 34 do decreto n. 862, de 15 de outubro de 1890, uma vez realizadas, serão levadas á conta do custeio. E' essa a intelligencia que cumpre dar á disposição da clausula 15 do contracto de arrendamento dessa Estrada.

Saude e fraternidade.—*Lauro Severiano Müller*.— Sr. Engenheiro fiscal da Estrada de Ferro do S. Francisco.

N. 3 — EM 9 DE ABRIL DE 1904

Cria uma secção provisoria incumbida do estudo de melhoramentos na Estrada de Ferro D. Thereza Christina.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, em nome do Presidente da Republica, resolve crear no serviço da Estrada de Ferro D. Thereza Christina uma secção provisoria, incumbida do estudo de melhoramentos reclamados pela mesma estrada, segundo as instrucções que com esta baixam, assignadas pelo director geral de Obras e Viação da respectiva Secretaria de Estado.

Rio de Janeiro, 9 de abril de 1904.—*Lauro Severiano Müller*.

**Instruções para o serviço da secção provisoria de melhoramentos na Estrada de Ferro D. Thereza Christina, a que se refere a portaria desta data**

Art. 1.º Os trabalhos de melhoramentos da Estrada de Ferro D. Thereza Christina, a cargo da secção provisoria creada na presente data, comprehendem:

I. O estudo da linha mais conveniente para communicação desta estrada com o porto de Massiambú.

II. O estudo deste porto.

III. A reunião de elementos e organização de instruções para o estudo posterior do ramal de Araranguá.

Art. 2.º A secção será dirigida por um engenheiro-chefe, immediatamente subordinado ao Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas.

Art. 3.º O estudo da linha do Massiambú será precedido do reconhecimento dos seguintes traçados:

I. Percorrendo a fralda das serras nas proximidades do litoral por onde passam a estrada geral e a linha telegraphica.

II. Partindo do ponto conveniente da linha em trafego proximo de Tubarão e seguindo pelo valle do Capivary até a serra do Cubatão, mais communmente conhecida por serra do Capivary, da qual passará, como melhor for possível, para o valle do Massiambú.

III. Tendo o ponto de partida na linha em trafego entre Bifurcação e Tubarão e seguindo pela meia encosta da serra do Cubatão, transporá o rio Imbahú, onde melhor convier, para alcançar o Massiambú e o respectivo porto.

Art. 4.º Si o resultado destes reconhecimentos não mostrar sensivel differença de custo e distancia, em relação ao segundo dos referidos traçados, será este ultimo de preferencia estudado definitivamente.

Art. 5.º A estrada, terá a bitola de um metro entre as facas internas dos trilhos: o raio minimo das curvas será de 100 metros e a declividade maxima de 0<sup>m</sup>, 025 por metro corrente.

Art. 6.º Os estudos definitivos constarão dos seguintes documentos:

I. Planta do porto de Massiambú, com indicação das obras indispensaveis á atracação dos navios.

II. Planta geral da linha forrea e do perfil longitudinal, com a indicação dos pontos obrigados de passagem.

O traçado será indicado por uma linha vermelha, mais reforçada do que a linha de estudos e continua, sobre a planta geral, na escala de 1:2000, com indicação dos raios de curvatura e a configuração do terreno representado por meio de curvas de nivel e equidistantes de 2<sup>m</sup>,00, e bem assim, em uma zona de 30 metros, pelos menos, para cada lado, os

campos, mattas, terra nos pedregosos e, sempre que for possível, as divisas das propriedades particulares, as terras devolutas, minas e o mais que convier com relação á zona atravessada pela estrada de ferro.

Nessa planta serão indicadas as distancias kilometricas, contadas do ponto de partida da estrada de ferro, e bem assim a origem, o raio e o sentido das curvas.

O perfil longitudinal será feito na escala de 1:200 para as alturas e de 1:2000 para as distancias horizontaes, mostrando respectivamente por linhas pretas e vermelhas o terreno natural e as plataformas (gradientes) dos cortes e aterros.

Indicará por meio de tres linhas horizontaes traçadas abaixo do plano de comparação:

1.º As distancia kilometricas contadas a partir da origem da estrada de ferro.

2.º A extensão e indicação das rampas e contra-rampas e a extensão dos patamares.

3.º A extensão dos alinhamentos rectos e o desenvolvimento e raio das curvas.

No perfil longitudinal e na planta será indicada a posição das estações, paradas, obras de arte e vias de comunicação transversaes.

III. Perfil transversaes na escala de 1:200 em numero sufficiente para o calculo do movimento de terras.

IV. Projectos de todas as obras de arte necessarias para o estabelecimento da estrada, suas estações e dependencias e abastecimento de agua ás locomotivas, incluídos os typos geraes que forem adoptados.

Estes projectos compor-se-hão de projecções horizontaes e verticaes e de secções transversaes e longitudinaes na escala de 1:200.

V. Plantas de todas as propriedades que for necessario adquirir por meio de desapropriação.

VI. Relação das pontes, viaductos, pontilhões e boeiros, com as principais dimensões, posição na linha, systema de construção e quantidade de obras.

VII. Tabella das quantidades das excavações necessarias para executar-se o projecto com indicação da classificação approximada dos materies e das distancias médias de transporte.

VIII. Tabella de alinhamentos e dos seus desenvolvimentos, raios das curvas, inclinações e extensão das declividades.

IX. Cadernetas authenticadas das notas das operações topographicas feitas no terreno.

X. Tabella dos preços compostos e elementares em que houver-se baseado o orçamento.

XI. Orçamento da despesa total do estabelecimento da estrada, dividido nas seguintes classes:

1.º Estudos definitivos e locação da linha.

2.º Movimento de terras.

- 3.º Obras de arte correntes.
- 4.º Obras de arte especiais.
- 5.º Superstructura das pontes.
- 6.º Via permanente.
- 7.º Estações e edificios, orçada cada uma separadamente, brigo de machinas e do carros e o trapiche na estação terminal.
- 8.º Telegrapho electrico.
- 9.º Administração, direcção e condução dos trabalhos de construção.

XII. Relatório geral e memoria descriptiva não sómente dos terrenos atravessados pelo traçado da estrada de ferro, mas tambem da zona mais directamente interessada.

Art. 7.º Todo o pessoal desta secção servirá em commissão de caracter temporario, podendo ser dispensado desde quo as condições do serviço o permittam ou o Governo assim resolva, o constará do quadro que se segue:

N.º	Categoria	Vencimento mensal
1	Engenheiro chefe de secção. . . . .	1:000\$000
1	Engenheiro ajudante . . . . .	500\$000
1	Deseñhista . . . . .	400\$000
2	Auxiliares, vencendo cada um . . . . .	300\$000

#### *Observações*

1.ª Uma terça parte do vencimento supra será considerada como gratificação de exercício.

2.ª Além do vencimento indicado, o engenheiro chefe de secção p-receberá a diaria de 20\$ e poderá, outrossim, arbitrar a cada um dos seus ajudantes o auxiliares a de 3\$ a 8\$, tendo em vista a categoria dos mesmos, os serviços extraordinarios que lhes forem confiados e as difficuldades da subsistencia.

Art. 8.º Ao engenheiro chefe de secção competirá:

I. Nomear e demittir o pessoal que não for de nomeação do Ministro.

II. Organizar, dirigir e fiscalizar os trabalhos do reconhecimento e do estudo definitivo da estrada.

III. Requisitar do director da estrada e das autoridades competentes as providencias que dos mesmos dependerem.

IV. Autorizar todas as despesas do serviço a seu cargo, dentro dos creditos que lhe forem abertos.

V. Ficar os salarios dos operarios previstos.

VI. Providenciar nos casos de urgencia omissos nas presentes instrucções, substatuendo em seu nome o seu acto á approvação do Ministro.

Art. 9.º Serão nomeados:

O engenheiro chefe da secção por portaria do Ministro e do mesmo modo o engenheiro ajudante, sobre proposta do referido engenheiro e os demais empregados pelo engenheiro chefe.

Art. 10. Até o dia 15 de cada mez será remettido ao Ministro um relatório dos trabalhos e occorrencias do mez anterior, acompanhado do balancete das despesas effectuadas.

Art. 11. O escriptorio tecnico da secção será estabelecido no logar dos trabalhos, que melhor convier.

Art. 12. O pagamento dos pararios fazer-se-ha no logar dos trabalhos, quinzenal ou mensalmente, á vista de recibo ou de folhas, conforme for mais pratico e conveniente ao serviço; o do pessoal superior e auxiliar terá logar mensalente.

Art. 13. Nenhum pagamento se fará sem prévia autorização do engenheiro chefe da secção, por quem deverão ser assignados ou rubricados todos os documentos de despesa.

Art. 14. O director da estrada em trafego prestará a esta commissão o concurso necessario.

Directoria Geral de Obras e Viação, 9 de abril de 1904.—  
*J. P. Pereira Porto.*

---

#### N. 4 — EM 23 DE ABRIL DE 1904

Concede transporte gratuito, na Estrada de Ferro Central do Brazil, ás sementes e plantas distribuidas aos agricultores pela Sociedade Nacional de Agricultura.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — 1.ª Secção — N. 6 — Rio de Janeiro, 23 de abril de 1904.

Ficou autorizado a dar transporte gratuito nessa estrada ás sementes e plantas que pela Sociedade Nacional de Agricultura forem distribuidas aos agricultores estabelecidos á margem dessa mesma estrada.

Saude e Fracantado.— *Lauro Severiano Müller.*— Sr. Director da Estrada de Ferro Central do Brazil.

---

#### N. 5 — EM 12 DE MAIO DE 1904

Determina o abatimento que deve ser feito nas tarifas geraes dos geres de primeira necessidade transportados na Estrada de Ferro Central do Brazil.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — 1.ª Secção — N. 3 — Rio de Janeiro, 12 de maio de 1904.

Resolvendo a consulta constante do vosso telegramma de 29 de março proximo passado, relativamente ao abatimento de 30% nas tarifas geraes dos generos de primeira necessidade transportados n'essa estrada de ferro, declaro, para vossa conhecimento e devidos effeitos, que na applicação daquello abatimento, agora estabelecido, deve ser computado o de 20% ao anteriormente concedido com caracter permanente, e bem assim que tal favor aproveita indifferentemente os ditos generos, quer quando despachados do interior para o littoral, quer vice-versa.

Saude e fraternidade.— *Lauro Severiano Müller*.— Sr. Engenheiro fiscal da Estrada de Ferro Central da Bahia.

---

N. 6 — EM 19 DE MAIO DE 1904

Approva instrucções para estudos definitivos da Estrada de Ferro do Timbó, no Estado da Bahia, á cidade de Propriá, no Estado de Sergipe.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, em nome do Presidente da Republica:

Resolvo approvar as instrucções que com esta baixam, assignadas pelo director geral de obras e viação, para os estudos de uma estrada de ferro partindo do Timbó, no Estado da Bahia, a terminar na cidade de Propriá, no Estado de Sergipe, passando nas cidades de Estancia e Laranjeiras, do mesmo Estado.

Rio de Janeiro, 19 de maio de 1904.— *Lauro Severiano Müller*.

**Instrucções para estudos definitivos da Estrada de Ferro do Timbó, no Estado da Bahia, á cidade de Propriá, no Estado de Sergipe, a que se refere a portaria desta data.**

Art. 1.º A direcção dos trabalhos dos estudos será confiada a um engenheiro-chefe, immediatamente subordinado ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas.

Art. 2.º A directriz da estrada a estudar partirá da ultima estação do ramal do Timbó, no Estado da Bahia, e, procurando a direcção mais approximada possivel da recta entre a referida estação e a cidade de Propriá, passará nas cidades da Estancia e Laranjeiras.

Art. 3.º Da ultima dessas cidades serão tambem estudados dous ramaes, um para Aracaju e outro para Simão Dias, passando por Itabaiana.

Art. 4.º Sendo possível e conveniente, a linha principal passará em Itaporanga, Maroim, Rosario, Japarutuba, Ladeira, Jabotão e em qualquer outro ponto habitado que não obrigue o traçado a grande afastamento da direcção geral.

Art. 5.º O engenheiro-chefe, com o pessoal auxiliar e trabalhadores necessarios, antes de dar começo aos estudos definitivos, procederá a um reconhecimento geral do traçado e apresentará ao Ministro um esboço da directriz que julgar preferivel, indicando os pontos mais notaveis por ella atravessados, bem como os que lhe ficarem proximos.

Art. 6.º Os estudos constarão:

1.º Da planta geral da linha principal e ramaes e dos perfis longitudinaes, com indicação dos pontos obrigados e de outros importantes que o traçado tenha de atravessar.

O traçado será indicado por uma linha vermelha e continua sobre a planta geral, na escala de 1/2000, com indicação dos raios de curvatura e da topographia do terreno, representada por meio de curvas de nivel equidistantes de dous metros, e discriminando, em uma zona de 80 metros para cada lado do eixo da linha, os campos, mattas, terrenos pedregosos, e, sempre que for possível, as divisas das propriedades particulares, as terras devolutas e minas.

Nessa planta serão indicadas as distancias kilometricas, contadas do ponto de partida da estrada, a extensão dos alinhamentos rectos, as extremidades das curvas, seu desenvolvimento, raio e sentido.

2.º Do perfil longitudinal desenhado na escala de 1/200 para as alturas e de 1:2000 para as distancias horizontaes, mostrando, á tinta preta, o terreno natural e, á vermelha, o leito da estrada.

Tambem por tres linhas vermelhas, traçadas na parte inferior do perfil, serão indicadas:

I. As rampas, contra-rampas, patamares e suas extensões.

II. As distancias kilometricas, contadas da origem da estrada de ferro.

III. A extensão dos alinhamentos rectos e o desenvolvimento, raio e sentido das curvas.

Tanto no perfil longitudinal como na planta serão assignaladas a posição das estações, paradas, obras d'arte e vias de communicação transversaes.

3.º Do perfil transversaes na escala de 1/200, em numero sufficiente para o calculo do movimento de terras.

4.º Do projecto de todas as obras d'arte mais importantes, das estações e dependencias, abastecimento de agua e dos typos geraes que forem adoptados.

Estes projectos compor-se-hão de projecções horizontaes e verticaes e de secções transversaes e longitudinaes, na escala de 1/100.

5.º Da planta de todas as propriedades que for necessario adquirir por meio de desapropriação.



6.º Da relação das pontes, viaductos, pontilhões e bociros, com as principais dimensões, situação na linha, systema de construção e quantidade de obra.

7.º De um quadro indicativo das excavações necessárias para executar-se o projecto, classificando-as, e bem assim das distancias médias do transporte.

8.º Quadro dos alinhamentos com indicação dos raios das curvas e extensões.

9.º Quadro das declividades com as respectivas extensões.

10. Cadernetas authenticadas das notas das operações topographicas, geodesicas e astronomicas, feitas no terreno.

11. Tabella dos preços compostos e elementares em que basear-se o orçamento.

12. Do orçamento da despesa total do estabelecimento da estrada, dividido nas seguintes verbas:

I. Estudos definitivos e locação da linha.

II. Movimentos de terras.

III. Obras de arte correntes.

IV. Obras de arte especiais.

V. Superstructura das pontes.

VI. Via permanente.

VII. Estações e edificios, orçada cada uma separadamente com os accessorios, officinas e abrigos de machinas e de carros.

VIII. Material rodante, mencionando-se especialmente o numero de locomotivas e de vehiculos de todas as especies.

IX. Telegrapho electrico.

X. Administração, direcção e conclusão dos trabalhos de construção.

XI. Relatorio geral e memoria descriptiva, não sómente dos terrenos atravessados pelo traçado da estrada, mas tambem da zona mais directamente interessada.

Neste relatorio e memoria descriptiva serão expostos com a possivel exactidão a estatística da população e produção, o trafego provavel da estrada, o estado e fertilidade dos terrenos, sua aptidão para as diversas culturas, as riquezas mineraes e florestaes, os terrenos devolutos, a possibilidade e conveniencia do estabelecimento de nuclei coloniaes, os caminhos convergentes á estrada de ferro ou os que convier construir e os pontos mais convenientes para estações.

Todos os documentos serão organizados em duplicata e serão acompanhados de uma planta geral da estrada, reduzida na escala de 1/400.000.

Art. 7.º A estrada será projectada com a bitola de um metro entre as faces internas dos trilhos.

Art. 8.º Tanto nos côrtes, como nos aterros, a plataforma será de quatro metros.

Art. 9.º Os estudos serão feitos tendo-se em vista que a declividade não exceda de 2,5% e que os raios das curvas não sejam inferiores a 100 metros.

Art. 10. Todo pessoal nomeado para execução dos trabalhos de exploração desta estrada servirá em comissão de caracter temporario, podendo ser dispensado desde que o Governo assim o resolva, o constará do seguinte quadro:

N.º	Categorias	Vencimento annual
1	Engenheiro-chefe. . . . .	18:000\$000
2	Chefes de secção a 9:600\$000 . . . . .	19:800\$000
2	Engenheiros ajudantes a 7:200\$000 . . . . .	14:400\$000
4	Conductores a 3:600\$000. . . . .	14:400\$000
1	Desenhista chefe de escriptorio . . . . .	4:800\$000
3	Desenhistas a 3:600\$000 . . . . .	10:800\$000
2	Auxiliares a 3:000\$000. . . . .	6:000\$000
1	Escripturario pagador . . . . .	4:800\$000

Uma terça parte do vencimento annual será considerada como gratificação de exercicio.

Além dos vencimentos acima fixados, ao pessoal tecnico, quando em serviço de campo, poderá o engenheiro-chefe arbitrar uma diaria até o maximo de 10\$, segundo o trabalho de que estiver encarregado.

Ao engenheiro-chefe caberá a diaria de 15\$000.

Art. 11. Ao engenheiro-chefe compete:

1º, nomear e demittir todo o pessoal que não for de nomeação e demissão do Ministro;

2º, organizar, dirigir e fiscalizar os trabalhos e serviços, expedindo os regulamentos, instrucções e ordens de serviço que os regulem e estabeleçam as relações dos empregados entre si;

4º, requisitar das autoridades competentes as providencias que das mesmas dependem;

4º, autorizar todas as despesas do serviço ao seu cargo;

5º, conceder licença até 30 dias, na forma das disposições em vigor, ao pessoal da comissão e informar sob o pedido de licença para maior prazo, dependente do Ministro;

6º, reprehender, multar ou suspender os empregados da comissão por erro, falta ou pouco zelo no desempenho de seus deveres, ficando entendido que a multa consistirá na perda de uma parte ou de todo o vencimento e que a suspensão importará na perda total do vencimento;

7º, fixar o salario dos operarios, o vencimento dos auxiliares que forem precisos.

Art. 12. Serão nomeados:

1º, o engenheiro-chefe, por portaria do Ministro;

2º, do mesmo modo e sob proposta do referido engenheiro, os chefes de secção, os engenheiros ajudantes e o escripturario pagador;

3º, pelo engenheiro-chefe, todos os mais empregados.

Art. 13. Até o dia 20 de cada mez será remetido ao Ministro um rolulorio resumido dos trabalhos e occurrencias do mez anterior, acompanhado do balancote das despesas effectuadas.

Art. 14. O escriptorio tecnico da commissão será estabelecido no logar dos trabalhos que melhor convier.

Art. 15. Os pagamentos do pessoal superior, auxiliar e trabalhador far-se-hão mensalmente.

Art. 16. Os pagamentos serão realizados pelo escripturario pagador, responsavel nos termos das leis vigentes, auxiliado, si for preciso, a juizo do engenheiro-chefe, por individuos de sua confiança, aos quaes poderá o engenheiro-chefe conceder uma gratificação diaria, não excedendo de 15\$, somente pelos dias que trabalhar.

Art. 17. Nenhum pagamento se effectuará sem prévia autorização do engenheiro-chefe, por quem serão assignados ou rubricados todos os documentos de despeza.

Art. 18. O escripturario pagador deverá prestar uma fiança de 10:000\$000.

Art. 19. O engenheiro-chefe deverá propor ao Ministro o que julgar conveniente para o bom desempenho da commissão, podendo, entretanto, deliberar e adoptar as medidas urgentes que julgar acertadas acerca de quaesquer duvidas e embaraços que possam surgir na execução dos serviços e não estejam previstos nas presentes instrucções, dando immediatamente conhecimento ao Ministro.

Art. 20. Para pagamento do pessoal e demais despesas o engenheiro-chefe requisitará da Delegacia Fiscal do Thesouro em Aracajú as quantias necessarias, ficando entendido que ao escripturario pagador não será feito adiantamento algum sem que tenha prestado contas do anterior.

Directoria Geral de Obras e Viação da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, 19 de maio de 1904.— *José Freire Parreiras Horta*.

---

#### N. 7 — EM 3 DE JUNHO DE 1904

Manda entregar á direcção da Estrada de Ferro Central do Brazil os trechos da Estrada de Ferro Oeste de Minas, de Barra Mansa a Cedro e de Barra Mansa a Angra.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — 1ª Secção — N. 10 — Rio de Janeiro, 3 de junho de 1904.

Recommendo-vos que, com a maior brevidade, sejam entregues ao Director da Estrada ds Ferro Central do Brazil, a cuja direcção ficarão sujeitos, os trechos da Oeste do Minas

de Barra Mansa á Angra, com todo o material fixo e rodante necessario ao trafego actual e os immoveis, comprehendendo casas e terras situadas á margem dos referidos trechos, mediante detalhado inventario.

Saude e fraternidade.— *Lauro Severiano Müller*.— Sr. Director da Estrada de Ferro Oeste de Minas.

---

N. 8 — EM 13 DE JUNHO DE 1904

Fixa provisoriamente o pessoal da Estrada de Ferro Oeste de Minas e respectivos vencimentos.

O Ministro de Estado da Industria, Viação e Obras Publicas, em nome do Presidente da Republica, resolve approvar o quadro junto, assignado pelo Director Geral de Obras e Viação, fixando provisoriamente o pessoal da Estrada de Ferro Oeste de Minas e respectivos vencimentos.

Rio de Janeiro, 13 de junho de 1904.— *Lauro Severiano Müller*.

## Estrada de Ferro Oeste de Minas

QUADRO PROVISÓRIO DO PESSOAL A QUE SE REFERE A PORTARIA  
DESTA DATA

NUMERO	DESIGNAÇÃO	VENCIMENTO ANNUAL	TOTAES
<i>Administração geral</i>			
4	Director . . . . .	24:600\$000	24:600\$000
1	Secretario. . . . .	4:000\$000	
1	Escriptuario. . . . .	3:600\$000	
<i>Contabilidade</i>			
1	Guarda-livros . . . . .	7:200\$000	53:940\$000
1	Contador . . . . .	6:900\$000	
15	Escripturarios (vencimentos me- dios annuaes 2:488\$000, . . .	37:320\$000	
4	Impressor de bilhetes . . . . .	1:080\$000	
1	Arquivista. . . . .	720\$000	
4	Praticantes (portaleiros) . . . .	1:620\$000	
<i>Thesouraria</i>			
4	Thesoureiro . . . . .	6:500\$000	14:900\$000
1	Pagador . . . . .	6:000\$000	
1	Fiel. . . . .	2:400\$000	
<i>Almoxarifado</i>			
1	Almoxarife . . . . .	4:000\$000	11:800\$000
2	Escripturarios . . . . .	2:520\$000	
1	Armazenista. . . . .	1:800\$000	
1	Guarda. . . . .	1:080\$000	
1	Comprador no Rio de Janeiro . .	2:400\$000	
<i>Trafego e locomoção</i>			
4	Chefe do trafego e locomoção . .	15:000\$000	43:260\$000
1	Mestre geral de officina . . . .	8:400\$000	
1	Desenhista . . . . .	1:560\$000	
1	Inspector de estações . . . . .	2:520\$000	
9	Escripturarios . . . . .	15:780\$000	

NUMERO	DESIGNAÇÃO	VENCIMENTO ANNUAL	TOTAES
	<i>Linha</i>		
1	Chefe de Linha . . . . .	12:008000	
1	Engenheiro residente . . . . .	7:5008000	
1	Desenhista . . . . .	2:4008000	
1	Escripturario . . . . .	1:8008000	23:7008000
	Total . . . . .		119:2008000

O thesoureiro e o pagador terão, além dos seus vencimentos, 10 % para quebras.

Directoria Geral de Obras e Viação, 13 de junho de 1904.—  
*José Freire Parreiras Horta.*

#### N. 9 -- EM 13 DE JULHO DE 1904

Transfere da 1ª para a 3ª classe, das tarifas da Estrada de Ferro de Santa Maria ao Uruguay, o transporte do alcool fabricado no paiz.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — 1ª Secção — N. 3 — Rio de Janeiro, 13 de julho de 1904.

Attendendo ao que propuzestes em officio n. 988, de 11 de maio ultimo, autorizo a transferencia da 1ª para a 3ª classe das tarifas em vigor nessa estrada do alcool fabricado no paiz, e que for transportado pela mesma estrada.

Saude e fraternidade. — *Lauro Severiano Müller.*

Sr. Director da Estrada de Ferro Santa Maria ao Uruguay.

## N. 10—EM 26 DE JULHO DE 1904

Approva as condições regulamentares, tarifas e classificação geral das mercadorias para vigorar na rede de estradas de ferro a cargo da Companhia «The Great Western of Brazil Railway, Limited».

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, em nome do Presidente da Republica, resolve, de conformidade com a clausula 18\* do decreto n. 5257, de 26 do julho do corrente anno, approvar as condições regulamentares, tarifas e classificação geral das mercadorias, que com esta baixam assignadas pelo director geral de Obras e Viação da respectiva Secretaria de Estado, e que terá de vigorar de 1 de novembro proximo vindouro em diante, na rede de estradas de ferro a cargo da Companhia «The Great Western of Brazil Railway, Limited».

Rio de Janeiro, 26 de julho de 1904.—*Lauro Severiano Müller*.

**The Great Western of Brazil Railway  
Company, Limited**

CONDIÇÕES REGULAMENTARES E TARIFAS DA REDE DE ESTRADAS DE FERRO A CARGO DE «THE GREAT WESTERN OF BRAZIL RAILWAY COMPANY, LIMITED»

**1—DO TRANSPORTE EM GERAL**

O transporte pelas estradas far-se-ha mediante bilhete ou conhecimento, emitidos pela estrada, de accordo com as condições regulamentares, classificações e tarifas.

O bilhete autoriza o transporte de viajantes e o conhecimento de tudo mais, constituindo, um e outro, documentos de contracto entre os seus possuidores e as estradas, para os fins de transporte.

Ambos variarão de forma e de typo, segundo sua applicação e as conveniências da fiscalização.

Os transportes por conta dos Governos Federal e Estadocas ficarão sujeitos ás condições dos respectivos contractos.

Os serviços accessorios, auxiliares ou supplementares, taes como: emprego especial do pessoal ou do material das estradas, do caes ou pontes maritimas, dos guindastes, o seguro, estadia, armazenagem, etc., serão indemnizados conforme as taxas accessorias estabelecidas. A responsabilidade das estradas pelo transporte não soffrerá restricções nos casos de seguro.

Em outros será regulada pelas condições dos respectivos contractos e, na falta destes, pelas especificadas nas presentes condições regulamentares.

havendo duvidas, divergencias ou impugnação, se resolverão por accordo, por juizo arbitral das partes interessadas ou, na impossibilidade dosto, por decisão judicial.

As principaes disposições regulamentares e as alterações nos horarios referentes aos serviços de transporte pelas estradas, que interessarem ao publico, se farão conhecidas por um dos jornaes de maior circulação, de accordo com o regulamento de 26 de abril de 1857, e tambem, resumidamente, por impressos avulsos, que se affixarão nas estações.

Além disto, todos os esclarecimentos referentes a esses serviços, serão prestados pelos agentes das estradas a quem os pedir.

## II—TRANSPORTE DE VIAJANTES

### CARTEAS NS. 1 E 2

Art. 1.º Os bilhetes se autorizam o transporte de viajantes comprehendendo as seguintes species:

- Bilhetes simples;
- Bilhetes de assigatura;
- Passes.

São todos impressos, indicando a estação de procellencia o destino, classe, numero e data.

Art. 2.º Os bilhetes simples dão direito aos lugares das respectivas classes nos trens das linhas correspondentes, que, no dia da venda dos mesmos bilhetes, forem até ás estações dos destinos nelles indicados.

Art. 3.º São emitidos bilhetes de ida e volta, com abatimento de 25 % calculado sobre o preço de duas passagens simples, excluidos os impostos.

Nesses bilhetes serão ainda observadas as seguintes condições:

a) Deve ser indicado no verso de todos os bilhetes de ida e volta com o carimbo secco, o tren e a data da emissão, tanto do lado da ida como no da volta.

b) O prazo desses bilhetes será de:

tres dias para as estações, entre si, de cada uma das estradas que compoem a rede;

10 dias para os bilhetes de Recife a qualquer estação das secções Sul e Alagoas (com excepção de Maceió e Jaraguá) ou da secção Conde d'Eu (até Alagoa Grande, Independencia e Santa Rita) e vice-versa; e de Parahyba ou Cabedello para as estações da secção Limoeiro, com excepção da estação do Brum e para toda secção Natal, e vice-versa;

15 dias para os bilhetes de Recife ás estações da secção Natal, com excepção da estação de Natal; á Parahyba ou Cabedello e a Maceió ou Jaraguá, e vice-versa.

21 dias, de Recife a Natal, e vice-versa.



c) O prazo começa a correr da hora da partida do trem para o qual o bilhete é vendido e termina na hora da partida do ultimo trem de volta, dentro do prazo, contando-se 24 horas para cada dia do prazo a que se referiu o bilhete.

Art. 4.<sup>o</sup> *Os bilhetes de assignatura* serão representados por cartões validos por um mez ou mais, conforme for determinado pela companhia, e darão direito a uma viagem em cada sentido, diariamente, entre determinadas estações.

Paraphrasso unico. Os bilhetes de assignaturas são nominacs e intransferiveis.

Art. 5.<sup>o</sup> *Passes* — Os passes constituem bilhetes especiaes, de primeira ou segunda classe, concedidos a determinadas pessoas em serviço das e traher em um serviço publico por conta das respectivas repartições e são validos sômente no dia nelles indicado e para os trens a que se referiram.

Paraphrasso unico. Os passes em serviço publico só podem ser requisitados por funcionarios devidamente autorizados, servindo as requisições, para instruir as contas que a companhia terá de apresentar para a cobrança das respectivas passagens. Os passes são nominacs e intransferiveis e só podem ser utilizados nas classes nelles indicadas.

Art. 6.<sup>o</sup> *Preços dos bilhetes* — Os preços dos bilhetes são regulados pelas taxas das tarifas ns. 1 e 2, adicionando-se a essas taxas o imposto de transito cobrado pelo Governo Federal.

Art. 7.<sup>o</sup> *Passagens de menores* — As creanças até tres annos, conduzidas ao collo, terão passagem gratuita; e as de maior idade até 12 annos pagarão meia passagem, contanto que duas da mesma familia ou de familias differentes possam se accommodar em um só logar, salvo se uma dellas pagar a passagem inteira.

Art. 8.<sup>o</sup> *Venda de bilhetes* — A venda de bilhetes começa 30 minutos e cessa cinco minutos antes da hora marcada para a partida do trem.

Art. 9.<sup>o</sup> *Requisições de passes* — As requisições de passes em serviço publico devem ser apresentadas até 20 minutos antes da hora fixada para a partida do trem em que os requisitantes desejarem seguir.

Art. 10. *Os bilhetes e passes* — devem ser apresentados na entrada para a plataforma das estações e conservados para serem entregues ou exhibidos sempre que o exigirem os empregados da companhia.

Art. 11. *Entrada nas plataformas* — Só é permittida a entrada nas plataformas e carros ás pessoas munidas de bilhetes.

Art. 12. *Falta ou recusa de bilhetes* — O viajante encontrado sem bilhete pagará o respectivo preço, augmentado com 20 %, a contar do ponto de embarque, si accusar esta falta ao tomar o trem.

No caso contrario, pagará a passagem do ponto inicial da partida do trem, com o mesmo augmento.

O passageiro será igualmente considerado sem bilhete sempre

que se recuse a exhibil-o ao conductor, quando este lh'o tenha exigido.

Art. 13. *Bilhete perempto* — O viajante que apresentar bilhete não carimbado ou indicado no carimbo dia differente pagará o preço de sua viagem, tambem augmentado de 20 %.

Art. 14. *São peremptos*:

1. Os bilhetes e passes que excederem dos prazos.
2. Os bilhetes irregulares fóra das condições regulamentares.

3. Os não carimbados ou aproveitados para novo carimbo.

Art. 15. *Os empregados da companhia* são os responsaveis pela emissão ou entrega nas estações ou acceitação do bilhete nas condições acima; e indemnizarão a companhia dos prejuizos correspondentes e ficarão sujeitos a outras penas que caibam no caso.

Art. 16. *Excesso de trajecto ou de classe* — O viajante que exceder o trajecto a que tiver direito pagará a viagem adicional, comprando novo bilhete na estação terminal do percurso indicado no bilhete, ou, na falta do tempo, entregando a quantia ao conductor de trem.

O que estiver em classe superior á indicada em seu bilhete pagará a differença de preço entre as passagens da primeira e segunda classes, na distancia que tiver viajado no carro de classe superior, e mais 20 % de multa.

Art. 17. *Mudança de carro ou de classe* — O viajante que quizer mudar de um carro de segunda classe para primeira poderá fazel-o, pagando a differença correspondente de preço, a partir da estação em que mudar de logar ou classe.

Art. 18. *Nullidade de bilhete* — O viajante que ficarem qualquer ponto aquem do designado em seu bilhete deve entregar este ao agente da estação e perde o direito ao resto da viagem, que só pôde effectuar comprando novo bilhete.

Art. 19. *E' expressamente prohibido a qualquer viajante*:

1. Viajar em classe superior á que designar o seu bilhete, salvo pagando a differença de passagem.
2. Passar de um a outro carro, estando o trem em movimento.
3. Viajar nas varandas do carro ou debruçar-se para fóra.
4. Viajar nos carros de primeira classe, estando descuido.
5. Entrar ou sahir dos carros, estando o trem em movimento.
6. Sahir em qualquer logar, a não ser nos pontos de estação e para a plataforma.
7. De qualquer modo incommodar aos demais viajantes.
8. Entrar nos carros, embora com bilhete, em estado de embriaguez, indecentemente vestido ou levando consigo cães ou qualquer objecto que aos outros incommode, materias inflamaveis, armas de fogo carregadas ou quasquer outras.

O final desta disposição não comprehende os agentes da força publica que viajarem em serviço do Governo.

Art. 20. O viajante que, infringindo qualquer das disposições do artigo antecedente, depois de advertido pelos empregados da estrada, persistir na infração, será obrigado a retirar-se da estação ou do carro, restituindo-se-lhe o valor do bilhete que houver comprado, si não tiver começado a viagem.

1. Si a infração for commettida durante a viagem, o viajante incorrerá na multa de 20\$ a 50\$; e no caso de recusar-se a pagá-la ou si depois desta paga, não corrigir-se, o conductor do trem o entregará ao agente da estação mais proxima para remettel-o á autoridade policial, de conformidade com o regulamento de 26 de abril de 1857.

2. Nos preços das passagens de uma parada para outra ou de uma parada para uma estação, não serão cobrados os 20 % adicionais, sendo vendidos esses bilhetes nos trens.

3. Si o viajante não tiver dinheiro para o pagamento da multa em que houver incorrido em do preço da passagem, o conductor poderá exigir delle, como penhor, algum objecto de valor, passando o recibo.

#### TRANSPORTE DE DOENTES E ALIENADOS

Art. 21. Os doentes de enfermidade contagiosa ou outra, que possam incommodar os demais viajantes, e os alienados só podem viajar em compartimento ou carro separado; devendo, além disso, ser acompanhados; os doentes, de pessoas que delles cuidem, si o seu estado assim exigir, e os alienados de um ou mais guardas, conforme for necessario.

1. O preço de transporte neste caso será o duplo das passagens ordinarias, sendo o minimo igual á metade da lotação completa do compartimento, ou do carro, si este tiver mais de um compartimento.

2. As bagagens serão taxadas separadamente pelos preços das tarifas respectivas.

3. Os transportes desta especie devem ser communicados com 24 horas de antecedencia ao agente da estação de partida.

#### TRENS EXTRAORDINARIOS

Art. 22. Para recreio, festa ou regozijo publico em localidades servidas pela estrada, poderá-se-lhe organizar trens extraordinarios, dando passagem de ida e volta, pelos preços e nas condições, conforme for resolvido pela administração da estrada.

#### ALUGUEL DE CARROS, COMPARTIMENTOS E LOGARES RESERVADOS

Art. 23. Os pedidos de aluguel do carros devem ser feitos com antecedencia pelo menos de duas horas nas estações de Recife, Parahyba, Maceió, Natal e Piranhas, e de 24 horas nas demais.

O aluguel dos carros é pago adiantado.

1. Quem alugar um ou mais carros o, depois de tê-los á sua disposição, rejeita-los, só tem direito a exigir metade do aluguel.

2. O aluguel dos carros-salões de mais de um compartimento pôde ser integral ou parcial, o dos carros-salões de um só compartimento só pôde ser integral.

3. Um carro, embora integralmente alugado, não pôde levar mais viajantes do que comportar a respectiva lotação.

4. O aluguel de um carro ou compartimento de carro para viagem simples, ou de ida e volta, é determinado pelo producto do preço de um bilhete, no primeiro caso, e de dous no segundo, da mesma classe, procedencia e destino, pela lotação do carro ou do compartimento de um carro na mesma classe, tendo o aluguel de um carro completo um abatimento de 25 % sobre os preços da tabella.

5. O aluguel mínimo de um carro-salão é fixado em 30\$ e o de um compartimento em 12\$000.

#### TRENS ESPECIAES DE VIAJANTES

Art. 24. A administração da estrada, poderá conceder trens especiaes de viajantes, sempre que não for inconveniente á regularidade do serviço ordinário e aos interesses da mesma estrada.

O frete desses trens, será pago adiantadamente.

Art. 25. O pedido deverá ser feito por escripto, com antecedencia de 24 horas, pelo menos, aos agentes das estações de partida e deve mencionar:

O numero de viajantes em cada classe;

Os volumes ou o peso approximado das bagagens;

A quantidade de outros objectos a transportar, e os cavallos, cães, carros, etc., etc.

Art. 26. Os trens especiaes de passageiros, quando compostos de um só carro, de classe preferida pelo alugador, o o competente carro de fretos pagará a taxa de:

3\$000 por kilometro até 100 kilometros;

2\$500 por kilometro de 101 a 200 kilometros;

2\$000 por kilometro de 201 em diante.

As distancias, para applicação das taxas kilometricas, contar-se-á a partir do ponto em que estiver collocado o deposito que tiver de fornecer o machina.

Art. 27. Os carros ou vagões que excederem á composição acima especificada do trem especial ficarão sujeitos ao pagamento das taxas ordinarias da tabella, de continuidade com as respectivas lotações.

Art. 28. O preço dos trens especiaes que tiverem de correr das 6 horas da tarde ás 6 da manhã será calculado com 50 % de augmento.

Os trens de ida e volta terão o abatimento de 20 %, si forem aproveitados dentro de 6 horas de demora. O mínimo para a cobrança do frete de um trem especial é de 60\$000.

Art. 29. A concessão de trens especiais será feita por escripto, indicando o numero de carros de cada especie a estação de partida e de chegada, o dia e a hora da partida e importancia do frete pago.

Art. 30. Conceder-se-ha gratuitamente uma hora de demora para a partida do trem da estação inicial, finda a qual cobrar-se-hão 30\$ por cada hora ou fracção de hora que exceder.

Art. 31. Si depois de 3 horas de espera, não se apresentarem as pessoas para as quaes o trem foi fretado, considerar-se-ha este como recusado, e o concessionario só terá direito a receber a metade do frete que tiver pago, salvo o caso em que essa metade seja absolvida pela multa devida.

Art. 32. Só terá também direito a receber a metade do frete pago quem recusar o trem depois de tê-lo fretado, embora mande aviso antes da hora marcada para a partida.

### III—TRANSPORTES FUNEBRES

Art. 33. Os cadáveres conduzidos em vagões de carga, em trens mixtos ou de mercadorias serão transportados de accordo com a taxa da tarifa n. 7.

Si forem transportados em carros de passageiros de primeira ou segunda classes ficarão sujeitos, quanto á taxa, ao que estipulam os §§ 4 e 5 do art. 23.

Art. 34. As pessoas que acompanharem estes transportes pagarão segundo a tarifa dos viajantes.

Sómente duas pessoas serão transportadas gratuitamente, si as collocarem no carro que contém o cadáver.

O cadáver deve sempre ser acompanhado de pessoa que do mesmo se encarregar na estação do destino.

### IV — TARIFA N. 3

#### TRANSPORTE DE BAGAGENS E ENCOMENDAS

Art. 35. A tarifa n. 3 applica-se ao transporte de bagagens e encomendas.

#### BAGAGENS

Art. 36. Entende-se por bagagem os objectos de uso pessoal dos passageiros, destinados a prover as necessidades ou as condições da viagem, constituindo volumes, cada um dos quaes não excederá de 6 decimos de metro cubico ou de 60 kilogrammas, em peso.

1. cada viajante só poderá levar consigo, sem pagar frete, um pequeno volume contendo roupa e objectos de necessidade para o trajecto, collocando o debaixo do banco, no espaço correspondente ao lugar que occupar e não incomodando aos demais passageiros, a juizo do conductor do trem;

2. uma familia ou grupo de pessoas, viajando juntos, não poderão, allegando esta circumstancia, augmentar o tamanho do volume, cujo transporte gratuito é permittido, conforme o disposto no paragrapho precedente.

Esses pequenos volumes isentos de frete não serão registrados e o seu transporte correrá sob os cuidados e responsabilidade daquelles a quem pertencerem;

3. excluem-se dos objectos, que podem ser transportados em carros de passageiros, todos aquelles que, a juizo do conductor, forem de risco, perigo ou causarem incommodos.

Art. 37. A bagagem a transportar nos primeiros trens da manhã poderá ser despachada na vespada, do meio dia ás 6 horas da tarde, ou no dia da partida do trem até 15 minutos antes, á vista do bilhete de passagem, cobrando-se no acto do despacho o frete, o qual, bem como o peso, constará não só do respectivo registro, mas ainda de um conhecimento que se dará ao passageiro e lhe será exigido, quando lhe for restituída a bagagem na estação do destino.

Art. 38. No calculo do frete da bagagem, tomar-se-ha por 10 kilogrammas qualquer fracção deste peso.

O frete minimo de uma expedição de bagagem será de 300 réis.

Art. 39. A bagagem apresentada, para ser despachada até 15 minutos antes da hora fixada para a partida do trem, seguirá no mesmo trem com o passageiro. A que for apresentada depois poderá ser recusada ou, á vontade do interessado, expedida como encomenda ou como mercadoria pelos trens seguintes, ou conduzida com frete a pagar, ficando neste ultimo caso sujeito ao pagamento de frete duplo.

Os volumes tomados aos passageiros nos trens, por não poderem ser conduzidos livres de frete, também pagarão frete duplo.

Art. 40. A bagagem apresentada a despacho deve estar convenientemente acondicionada, de modo a poder resistir aos choques ordinarios inherentes ao transporte e a estrada de ferro.

As malas, caixas, estacas, etc., devem ser fechadas.

Art. 41. Si um volume estiver aberto ou mal acondicionado, o passageiro será convidado a fechalo ou a bem acondicionalo.

Si o passageiro não o puder fazer, aceitar-se-ha o volume, declarando-se no registro e no conhecimento não ficar a estrada responsavel por elle.

Si, porém, o passageiro impugnar esta declaração, não so aceitará o transporte.

Art. 42. A bagagem será posta á disposição do passageiro logo após a chegada do trem, e entregue-me diante a apresentação do conhecimento.

Si o passageiro allegar a perda do conhecimento da bagagem, o agente da estação verificará si a bagagem pertence ao reclamante, fazendo este adduzir provas, como apresentação das chaves, relação do conteúdo, testemunho de pessoas fidedignas, etc.

Feita a verificação, poderá o agente, si julgar provada a identidade do proprietario, entregar-lhe a bagagem, mediante recibo ou resalva, pagando 200 réis.

Art. 43. A bagagem registrada, não reclamada logo após a chegada do trem, será recolhida a um deposito e 24 horas depois ficará sujeita a armazenagem e posta á disposição do dono, diariamente, das 5 horas da manhã ás 5 da tarde, excepto nos dias feriados e domingos.

Art. 44. A bagagem apresentada de vespera, para ser despachada logo ou no dia seguinte, será recebida e conservada em deposito, entregando-se a quem a apresentar um recibo para servir de título á restituição.

Si a bagagem não for procurada no dia seguinte na estação do destino, ficará sujeita também a armazenagem.

Também será recolhida a deposito e sujeita a armazenagem a bagagem não registrada que for encontrada nas estações ou nos carros.

Art. 45. A indemnização de volume de bagagem, por extravi ou avaria, se poderá como se estivessem em curso de transporte, ainda quando effectivamente estejam nos depositos da estrada.

Art. 46. A bagagem que não for reclamada no prazo de 90 dias, a contar da data em que tiver chegado a destino, será vendida em leilão e o producto recolhido á thesouraria da estrada, para ser reclamado e entregue a quem pertencer, depois do deduzido o que for devido á mesma estrada, salvo os de facil deterioração, que ficam sujeitos ao art. 158.

#### ENCOMENDAS

Art. 47. Podrão ser expedidos como encomendas pelos trens mixtos quaesquer volumes que não excedam de 3 decimos de metro cubico e 10 kilogrammas de peso.

Estes volumes pagarão o frete pelas taxas da tarifa n. 3.

Art. 48. Os volumes de encomenda devem ser fechados e acondicionados na forma mencionada no art. 40, a cujas disposições ficam sujeitos e, além disso, indicar o nome, residência do destinatario e a estação a que se destinarem.

Art. 49. O frete mínimo de uma expedição de encomendas será de 200 réis.

Art. 50. A expedição de encomendas será certificada por um conhecimento, que servirá de título á pessoa nelle mencionada, como destinatario, para entrar na posse dos volumes.

No caso de perda do conhecimento, os volumes serão entregues á vista da certidão do despacho, podendo também ser me-

diante recibo, cobrando-se 200 réis, e justificando o destinatário ao agente da estação ser o próprio a quem foram consignados.

Art. 51. As encomendas não retiradas depois de 24 horas de sua chegada à estação serão recolhidas a depósito e pagarão armazenagem até 90 dias.

Fimdo este prazo, si ainda não tiverem sido retiradas, ficarão sujeitas á venda em leilão e a todas as disposições que lhes forem applicaveis, referentes a depósito nos armazens da estrada, salvo as de prompta e facil deterioração, que ficam sujeitas ás disposições do art. 158.

Art. 52. A estrada não se responsabiliza pelos danos provenientes da natureza dos generos contidos nos volumes de encomendas.

No caso de extravio ou em outros, que affectem a sua responsabilidade, esta se tornará effectiva, de accordo com as presenções condições regulamentares, considerando-se em todo o caso os volumes em curso de transporte.

## V — TRANSPORTE DE MERCADORIAS

Art. 53. Todos os generos e artigos do commercio, cujo transporte não for solicitado ou não for admittido sob a denominação de encomendas, serão transportados como carga, pagando fretes de acordo com as taxas das tarifas ns. 4 a 9 e as especiaes que constam destas condições regulamentares. As mercadorias não classificadas serão incluídas nas classes dos seus similares.

Art. 54. Compreendendo-se em um volume mercadorias de differentes classes, serão todas equiparadas á classe de maior taxa dentre as incluídas no volume.

Art. 55. As mercadorias sob a denominação generica ou vaga de miudezas, amarelho, diversos, etc., ficam comprehendidas na tarifa n. 5.

A dupla classificação das tarifas attribuidas a uma só mercadoria importa a applicação da taxa correspondente á tarifa mais elevada, quando as mercadorias forem despachadas por pesos em pequenas quantidades, e a taxa mais baixa, quando forem despachadas por lotação de vagão em grandes quantidades.

Art. 56. *Frete minimo* — o frete minimo de uma expedição de mercaderias é de 1.000.

Art. 57. As mercadorias não susceptiveis de ser carregadas com outras, e que são cobradas sómente pelos preços de carga minimo de 5.000 kil. gram. net, seja qual for o peso da expedição.

São mercadorias não susceptiveis de ser carregadas com outras e sujeitas á taxa minima de 5.000 kilogrammas as seguintes:

Anthracite, areia, asphalto, argilla, carvão de pedra, cascalho, chifres, cinzas, coke, estrume, enxofre, ferragens, gesso, guano, kaolin, ligas aparelhadas ou sem aparelho, ossos em bruto, pedra de alvenaria e britada, puzzolana, resíduos de



açougues, sangue do boi, sebo, telhas, terras não denominadas, tijolos, turfa, barro, couros frescos, fressuras, lenha e cannas.

Art. 58. Quando algumas das mercadorias a que se refere o artigo precedente estiverem ensacadas, en-xotadas ou embarricadas, de forma que possam ser, sem prejuizo de outras, carregadas conjunctamente, ficam isentas da condição de carga miúda, e, não excedendo em quantidades a 500 kilos, serão despachadas pelas tarifas n. 6 ou 7, conforme a classificação.

Art. 59. As expedições de mercadorias para o mesmo destino se farão na ordem de apresentação dos despachos na estação de partida, salvo quando se tratar de expedições por objecto de serviço publico urgente, que terão preferencia.

Quanto áquellas, porém, terão preferencia as mercadorias sujeitas a prompta deterioração.

Art. 60. As mercadorias, como ovos, fructas, leite, pão, gelo, legumes frescos, hortaliças, carne fresca, peixe fresco e aves, apresentadas até 30 minutos antes da hora fixada para a partida de um trem, serão expeditas por esse trem, attendendo-se ao que ficou estabelecido, quando forem despachadas como encomendas, pagando, porém, o frete da tarifa n. 9.

Art. 61. Affluindo em grande quantidade mercadorias ás estações do interior, produzindo com qüentamente accumulção nas capitães dos diversos Estados, pode-se-lha dar preferencia, para o transporte, ás mercadorias cuja entrega se faça immediatamente nas estações das capitães.

Art. 62. As mercadorias cujo transporte carecer de vagões especiaes serão expeditas, logo que for possível, quando completarem a lotação dos vagões proprios para transporte, ou quando, não completando, for paga a lotação dos vagões.

No caso contrario, as mercadorias poderão ser demoradas até que completem a lotação não excedendo, porém, de 15 dias a demora.

Art. 63. O carregamento e descarga das mercadorias e objectos de transporte serão feitos pelo pessoal da estrada.

Poder-se-á permittir, emretanto, o carregamento pelo pessoal do committente do transporte, a pedido deste, não havendo inconveniente. Quando, porém, as mercadorias forem a granel ou por carga completa ou se referirem ás tarifas n. 8 e 9, o carregamento sera realizado pelo pessoal do committente do transporte sob a vigilancia dos empregados da estrada, e a descarga aos custados e á custa dos interessados, cobrando-se, no caso de ser feito pelo pessoal da estrada a quantia de 500 réis por tonelada ou fracção.

Para os volumes cuja carga e descarga demandarem cuidado pela sua qualidade e peso, serão as operações feitas por conta e risco dos interessados.

Art. 64. O expeditor e o destinatario têm o direito de exigir a pesagem, na estação do destino, das suas mercadorias, ainda que nada indique alteração no carregamento ou nenhum indício de avaria se manifeste nos volumes, contanto que se tenha verificado o peso na estação de procedencia.

Si não houver differença no peso, ou si a differença encontrada, para mais ou para menos, não exceder de 1 % do peso mencionado na nota de expedição, a operação de pesagem será paga á razão de 100 réis por fracção indivisivel de 100 kilogrammas.

Si a differença for de mais de 1 % nada se cobrará pela operação da pesagem, e o peso do transporte será rectificado correspondentemente para mais ou para menos, exceptuando-se as mercadorias que, por sua natureza, são sujeitas a differença de peso, cuja percentagem será calculada conforme a especie da mercadoria.

Art. 65. Quando um expeditor necessitar de vagões para carga completa de sua mercadoria, deve fazer requisição com antecedencia de 48 horas, si quizer um vagão, e de 72 horas si quizer dous ou mais vagões.

O expeditor fica sujeito á multa de 5\$ por vagão de quatro rodas e 10\$ por vagão de oito rodas, por dia, si a mercadoria não for remettida para a estação de partida no dia conveniencado e a estrada poderá, além disto, dispor do material.

A importância da multa deve ser depositada no acto da requisição, sendo depois restituída si não tiver de ser applicada.

O agente da estação prevenirá o expeditor do dia e hora em que os vagões pedidos sejam postos á sua disposição.

Si dentro de 6 horas o carregamento do vagão não for feito por pessoal do expeditor, este fica sujeito á multa de 1\$ por hora e por vagão. Não se contam as horas decorridas das 6 da tarde ás 6 da manhã. Quando o carregamento tiver de ser feito pelo pessoal da estrada, a mesma multa será applicada, si decorrerem mais de 6 horas entre o recebimento da primeira parte da expedição e o do seu complemento, isto é, si a expedição toda não for remettida para a estação em tempo para ser effectuado o carregamento dentro de 6 horas.

A mesma multa de 1\$ por hora será applicada por vagão carregado que, por falta dos documentos prescriptos, não possa ser expedido pelo trem que devia levar.

Nenhum expeditor de um ou mais vagões poderá exceder, sob qualquer pretexto, a lotação dos mesmos vagões.

O expeditor é responsvel por qualquer avaria causada por seus agentes aos vehiculos da estrada no carregamento e descarga ou por excesso de lotação.

Art. 66. *Volumes vazios em retorno*— Os volumes vazios em retorno (usados) não serão acceitos para serem expedidos como taes, si realmente não tiverem servido á expedição de mercadorias pela estrada.

Tampouco não serão acceitos volumes vazios, com indicação de serem devolvidos cheios, sem que se justifique o fim a que são destinados, salvo sendo despachados sem o favor que lhes dá aquella indicação.

Os barris, barricas, pipas, garrafas, garrações, botijas, caixões, gigos, jacás, cestos, capociras, etc., vazios, quer em

retorno, quer expedidos para serem devolvidos cheios, serão taxados, segundo o peso real, pelos preços das tarifas ns. 6 e 7; contando-se o peso por centesimo de tonelada, ou 10 kilogrammas. O vasilhame destinado ao transporte de alcool e aguardente pagará sómente 100 réis de inscripção.

As barricas vacias de farinha do reino, cimento, etc., devem ser encaixadas uma dentro da outra em atados amarrados com segurança.

Os saccos vacios em retorno, *novos e usados*, serão taxados pela mesma tarifa dos destinados ao consumo, com excepção dos applicados à lavoura do assucar e ao transporte de cal e carvão de madeira que já forem usados, que sómente pagarão 100 réis de inscripção (conhecimento).

Os saccos vacios, novos ou usados, devem ser reunidos em pacotes solidamente atados. A nota de expedição e conhecimento de saccos vacios não deve indicar o numero de saccos, mas o numero de pacotes e do peso englobado da expedição.

Art. 67. *Serviços d margem da linha*— A estrada poderá conceder aos proprietarios ribeirinhos da estrada autorização para carregarem ou descarregarem mercadorias em pontos fóra das estações, submettendo-se elles ás condições seguintes:

1. Os remetentes ou destinatarios deverão fazer á sua custa todos os preparativos para carregar ou descarregar vagões nos pontos indicados. A administração aceitará ou não estes preparativos.

2. Os remetentes ou destinatarios serão responsaveis pelos estragos feitos no que pertencer ou for inherente á estrada e serão obrigados a fazel-os reparar á sua custa, sob a direcção dos empregados da estrada, dentro de 48 horas.

3. A administração determinará as horas do dia ou da noite em que estas diversas operações poderão ser feitas e declinará toda a responsabilidade quanto aos estragos que puderem resultar destes serviços nos terrenos dos sobreditos proprietarios ou seus visinhos, ou em suas mercadorias.

4. O carregamento ou descarga será feito pelos remetentes ou destinatarios com pessoal seu, por sua conta e risco, mas sob a vigilancia do pessoal da estrada, cobrando-se 300 réis por 1.000 kilogrammas ou fracção de 1.000 por cada operação.

5. Os fretes a cobrar serão sempre os da estação immediatamente além do ponto de carregamento ou descaga.

Fica, porém, estabelecido que os despachos, o pagamento dos fretes e a entrega das expedições se farão na estação mais proxima do carregamento.

6. A administração não se encarregará de transportes desta natureza senão para um peso de 30 toneladas de uma vez e para um percurso mínimo de 20 kilometros, ou pagando por 20 kilometros.

7. Os remetentes deverão avisar ao agente da estação encarregada de fazer a expedição, com antecedencia de 48 horas, e o agente indicará o dia e a hora durante os quaes o carregamento deverá ser feito.

8. Si, no dia e dentro das horas indicadas, o carregamento não puder ser feito, os vagões serão retirados e o remetente ficará obrigado a pagar o transporte.

9. O destinatario será avisado, 24 horas antes de serem postos no lugar os vagões que devem ser descarregados por elle, da hora em que estes vagões estarão á sua disposição e do tempo que alli estacionarão.

10. Passado esse prazo, os vagões, descarregados ou não, serão levados para a estação anterior, descarregados immediatamente *ex-officio*, e o destinatario deverá ir alli retirar suas mercadorias, sem que tenha direito de reclamar contra a administração, e sem prejuizo da armazenagem que seja devida.

11. Os trens fornecidos para estes serviços, que forem formados pelas machinas de lastro, da manobra ou da rebova, além dos fretes cobrados de accordo com as tarifas, suas condições e as do presente artigo, procedendo-se ao despecho como si o transporte se fizesse nos trens ordinarios, pagarão mais pelo percurso da locomotiva, desde o deposito até a estação mais proxima ao ponto de carga ou descarga, 18 por kilometro, com um minimo de 20 kilometros.

Art. 68. *Trens especiaes de mercadorias*.—Si a estrada julgar conveniente, poderá conceder trens especiaes para o carregamento de mercadorias á margem da linha, ficando os concessionarios dos trens obrigados ás seguintes condições:

1. Pagamento do frete de 10 vagões no minimo.

2. Pagamento do percurso da locomotiva desde o ponto de origem do frete até ao ponto de carregamento e de allí até a estação de destino da mercadoria, na razão de 18 por kilometro.

Art. 69. *Serviços em ramais ou desvios particulares*.—Os desvios ou ramais particulares, permittidos para uso de estabelecimentos rurais, industriaes, etc., ficarão subordinados ás seguintes condições:

1. O concessionario do ramal prevenirá ao agente da estação da quantidade de vagões de que carecer para o carregamento das mercadorias que tiver de remetter.

A administração só é obrigada a fornecer os vagões que lhe forem pedidos pelos concessionarios, segundo as conveniências do seu serviço.

2. A administração fará todas as manobras para levar á entrada do ramal, ou dalli fazer, os vagões que tiverem de ser levados ao ramal para o carregamento ou descarga.

Fica a cargo do concessionario o movimento dos vagões entre o ponto de junção do ramal com a linha principal e o seu estabelecimento.

3. Os vagões não podem ser empregados senão no transporte de objectos e mercadorias destinadas á linha principal da estrada.

4. A administração poderá cobrar, pelo fornecimento e remessa do seu material para o ramal, ou desvio, as seguintes

taxas, quer os vagões estejam, quer não, completamente carregados.

Dous mil réis por vagão vazio que entrar no ramal, ou desvio, para ser carregado, ou por vagão que entrar carregado e sair vazio, e tres mil réis por vagão que entrar e sair carregado; para os vagões sobre oito rodas, estas taxas serão duplicadas.

5. Os preços de lotação do material, acima fixados, serão cobrados pelos vagões pedidos pelo concessionario, ainda que elle dos mesmos não se tenha utilizado.

6. O tempo durante o qual os vagões podem ficar no ramal ou desvio, não deve exceder de 12 horas, quando o ramal não tiver mais de um kilometro.

Este prazo é augmentado de meia hora por kilometro além do primeiro, não comprehendidas as horas da noite, das 6 da tarde ás 6 da manhã do dia seguinte.

7. A duração da estada no ramal conta-se a partir do momento em que a administração tiver levado os vagões vazios ou carregados á entrada do ramal, até ao momento em que os vagões tiverem sido restituídos pelo concessionario ao ponto de junção com a linha principal.

8. O concessionario é responsavel pelas avarias que o material soffrer durante o percurso ou estada no ramal.

9. No caso de demora no regresso dos vagões, ficará o concessionario sujeito á multa de dous mil réis por hora e por vagão, com o minimo de 10\$000.

10. O carregamento, descarga, enchumbamento e desenchumbamento dos vagões no ramal serão feitos por pessoal do concessionario.

11. Os preços de lotação, acima fixados, são independentes das taxas relativas ao percurso na linha principal, ás quaes serão adicionados esses preços.

Estas taxas serão cobradas de conformidade com as tarifas goraes que regerem a expedição.

12. O frete das mercadorias procedentes do ramal será cobrado por lotação completa de vagão, embora este não esteja completamente carregado.

O frete das mercadorias, com excepção de lenha e cannas de assucar, destinadas ao ramal, será cobrado pelo peso da expedição, não podendo o frete total das expedições, carregadas no mesmo vagão, ser inferior a 6\$. Para os vagões sobre oito rodas estas taxas serão duplicadas.

13. Fica ao arbitrio do concessionario carregar em um mesmo vagão mercadorias endereçadas a mais de um destinatario, mas destinadas a uma mesma estação, o. reciprocamente, receber em um mesmo vagão mercadorias despachadas por mais de um remetente, mais procedentes de uma mesma estação.

14. Quando o ramal convergir a uma estação, as mercadorias provenientes do ramal ou ao mesmo destinadas serão taxadas na linha principal, como si proviessem ou se destinassem a essa estação.

15. Quando o ramal tiver origem entre duas estações, as mercadorias provenientes do ramal serão taxadas, na linha principal, como si partissem da estação immediatamente anterior ao ramal, segundo a direcção das mercadorias na linha principal.

As mercadorias destinadas ao ramal serão taxadas, na linha principal, como si fossem destinadas à estação immediatamente posterior ao ramal.

16. Quanto às mercadorias destinadas aos ramaes, os prazos de transporte na estrada, na linha principal, expiram no momento em que a administração tiver posto os vagões, que as levem, à disposição do concessionario no ponto de junção.

Reciprocamente, quanto às mercadorias procedentes dos ramaes, os prazos de transporte da estrada correm do momento em que os vagões ficam postos à sua disposição no ponto de junção.

17. A administração não aceita carregamentos que ultrapassem os maximos de lotação fixados para cada especie de vagões.

Não aceita tão pouco carregamentos que ultrapassem os limites das bitolas estabelecidas.

18. A applicação do disposto neste artigo fica sujeita às condições da tarifa geral, em tudo que não for contrario às disposições particulares que a este precedem.

19. Os transportes de lenha, cannas e outras mercadorias de pouco valor, que necessitam um serviço especial de accordo com as exigencias do caso, serão effectuados por convenio.

## VI - TRANSPORTE DE VALORES

Art. 70. Por despacho de valores entende-se o transporte de ouro, prata, platina e pedras preciosas em obras de joias, casquinhas de ouro e prata, moeda de ouro, prata, cobre e nickel, papel moeda de qualquer valor.

Considera-se fraudo toda a declaração inexacta, quanto à natureza, ao valor ou peso dos objectos acima especificados.

Art. 71. Os despachos de valores pagam as mesmas taxas da tarifa n. 1 e mais 1%, *ad valorem*.

Art. 72. As taxas são applicadas por toneladas e por kilometros quanto à distancia, e a percentagem *ad valorem* por 1:000\$; toda a fracção inferior a esta cifra conta-se como 1:000\$000.

Art. 73. O frete minimo de uma expedição de valores é 10\$000.

Art. 74. Estes objectos devem ser cuidadosamente pesados e só serão expedidos em trens de viajantes ou mixtos.

Art. 75. O dinheiro amodado, as joias, as pedras e os metaes preciosos devem estar acondicionados em saccos, caixas ou barris.

1. Estas expedições devem ser apresentadas pelos expolitores já acondicionadas, como aqui se exige; não devem ser acondicionadas pelos agentes ou outros empregados da estrada.

Art. 76. O transporte a descoberto é prohibido.

Art. 77. Os saccoes devem ser de panno forte, cosidos por dentro e perfeitos, isto é, não dilacerados nem remendados.

A bocca destes saccoes será fechada por meio de corda ou cordel inteiriço, cujo nó será coberto por sinete em lacre ou chumbo, e cujas extremidades serão mantidas por sinete igual sobre uma ficha solta.

Em falta de sinete, as extremidades da corda ou cordel poderão ser, perto do nó, introduzidas em lacre ou chumbo.

Art. 78. As caixas ou barris serão pregados ou arqueados com solidez, e não deverão apresentar vestigio algum de abertura encoberta nem de fractura.

As caixas serão fortemente ligadas por meio de corda inteiriça collocada em cruz, com tantos sinetes, em lacre ou chumbo, quantos forem necessarios para garantir a inviolabilidade dos volumes.

Nos barris, uma corda applicada em cruz nas duas extremidades será fixada por meio de sinete em lacre ou chumbo.

Art. 79. O papel-moeda ou notas de banco, as apolices e acções de companhias e outros papeis de valores devem ser apresentados em saccoes ou caixas, ou formar pacotes revestidos de envoltorios intactos em papel ou panno encerado.

Todavia, os volumes apresentados em envoltorio de papel poderão ser aceitos, si, em relação á solidez e ao acondicionamento, estes envoltorios nada deixarem a desejar.

Tudo o pacote deve ser fechado por meio de sinetes em lacre, sendo estes em numero sufficientes para assegurar a sua inviolabilidade (tres pelo menos).

Art. 80. Na nota de expedição que acompanhar um transporte de ouro, joias, etc., deve-se mencionar, independentemente das indicações ordinarias, o valor por extenso do artigo, e deve haver sinetes em lacre igual ao apposto sobre os volumes.

Art. 81. Os endereços não devem ser cosidos, nem collados, nem pregados nos volumes, afim de que não possam encobrir vestigios de abertura ou fractura; podem ser escriptos sobre os volumes ou affixados a elles por meio de cordel.

A declaração do valor do artigo será mencionada, por extenso, no endereço.

Art. 82. As iniciaes, legendas, armas, firmas sociaes ou os nomes de estabelecimentos, impressos sobre os saccoes, caixas, barris e pacotes devem ser perfeitamente legiveis.

Art. 83. Os sinetes feitos com moedas são formalmente prohibidos.

Art. 84. As expedições de valores devem ser apresentadas a despacho pelo menos uma hora antes da marcada para a partida do trem, afim de poder seguir pelo mesmo.

Art. 85. As expedições de valores só serão entregues aos proprios destinatarios, reconhecidos ou abonados como taes, ou a seus prepostos, por elles devidamente autorizados, sempre mediante recibo no proprio conhecimento.

## VII — TRANSPORTE DE VEICULOS

Art. 85. As tarifas ns. 8 e 9 applicam-se ao transporte de vehiculos de qualquer especie, armados ou desarmados.

A tarifa n. 8 comprehende carros funebres, diligencias, calegas, carros para caminhos de ferro de tracção animal e outros vehiculos de duas ou quatro rodas para transporte de pessoas.

A tarifa n. 9 comprehende, carros, carroças, carrotas e outros vehiculos de duas ou quatro rodas para transporte de generos.

Art. 87. Os vehiculos para transporte de generos ou para serviços de fôrça tem o abatimento de 25 %, si estiverem desarmados.

Art. 88. Os vagões, as locomotivas e os *tenders* desarmados pagarão pelas tarifas ns. 7 e 8.

Art. 89. Os vagões rodando sobre os eixos pagarão 125 réis por eixo e por kilometro ou fracção de kilómetro, e as locomotivas com os seus *tenders* sem vapor, pagarão 2\$ por kilometro.

As locomotivas com vapor pagarão o frete que for convencionado.

Art. 90. Os carregamentos e descarregamento dos vehiculos são feitos aos cuidados e por conta e risco dos expedidores e dos destinatarios.

## VIII — TRANSPORTE DE ANIMAES

Art. 91. O transporte dos animaes está sujeito ás tarifas n. 10, 11 e 12.

Art. 92. O frete minimo de uma expedição de animaes é de 1\$ para os das tarifas 10 e 11 e 500 réis para os da tarifa 12.

Art. 93. Os animaes poderão ser despachados nos trens mixtos, de cargas e viajantes e pagarão os fretes nas condições estipuladas nos artigos abaixo.

### EM TRENS MIXTOS E DE CARGA

Art. 94. Os animaes de montaria pagarão os fretes pela tarifa n. 10.

Art. 95. Os bois, vacas e vitellas pagarão pela tarifa n. 11.

Art. 96. Os carneiros, cabritos, cães e porcos e outros semelhantes pagarão os fretes pela tarifa n. 12.

Art. 97. Os cavallos ou burros de sella, ou de carro, e os cães poderão ser conduzidos nos trens mixtos, contanto que o seu numero não exceda a lotação dos vagões dos mesmos trens para este fim destinados. As expedições que excederem aquella lotação só se effectuarão em trens especiais ou de mercadorias.

Art. 98. Os cavallos com caualhas, bois, vacas, vitellas, porcos, cabras, carneiros, etc., serão transportados em trens mixtos, de mercadorias ou especiais.



Art. 97. Os animais que tiverem de ser expellidos devem ser apresentados na estação 30 minutos antes da partida dos trens.

Art. 98. Os proprietários dos animais expellidos nos engRADADOS pagarão os fretes da Estrada de Caminhos de Ferro applicada ao peso do volume.

#### CONDICÕES GERAES

Art. 99. Quando os animais das tarifas ns. 10 e 11 forem destinados à estação além do itinerario do trem, pelo qual forem expellidos, só serão acceptes mediante a taxa adicional de 2\$ por cabeça, para as peças de cocheira na estação em que permanecerem, sendo a referida taxa adicional dobrada ou triplicada, si o animal tiver de permanecer em duas ou tres estações.

Art. 100. Os animais perigosos em nenhum caso podem ser conduzidos em trens de passageiros e serão transportados nos trens mixtos ou de mercaderias, quando houver, si estiverem com toda a separação e precauções em jaulas.

A taxa dos transportes será calculada à razão de 600 réis por vagão respectivo e por kilometro, com o mínimo de 20\$900.

Os expellidos são responsaveis por qualquer sinistro causado por sua culpa.

Art. 101. Os transportes que necessitarem de um vagão inteiro ou de mais de um vagão devem ser annunciados com 48 horas de antecedencia pelo menos. As disposições do art. 65 são applicaveis aos transportes de animais.

Art. 102. O embarque e desembarque são feitos sob os cuidados inteira responsabilidade e à custa dos expeditores e dos destinatarios.

Art. 103. Os animais devem ser acompanhados por conductor; não sendo nem estando o destinatario presente à chegada do trem, serão remettidos para o deposito publico por conta e risco de seus donos.

Si o deposito publico ficara mais de dois kilometros da estação, serão os animais remettidos para a cocheira mais proxima, afim de serem alli tratados por conta e risco de seus donos.

Os condutores não o numero de dois em cada centena de cabeça de gado terão transporte de ida e volta, pagando passagem de 2ª classe, podendo viajar no carro do conductor do trem, si houver compartimento, ou nos vagões de gado.

Art. 104. A estrada não é responsavel pela fuga de animais, salvo prova de sua culpa do seu pessoal.

#### IX — DAS ESTAÇÕES MARITIMAS DA ESTRADA

Art. 105. As estações maritimas da Estrada de Cabedello e Jaraguá, respeitado sempre o regimen que for estabelecido pelo Governo para cada porto, recebem, guardam, conservam, expetem e entregam o objecto do transporte, ou tenha este de

seguir para o interior em vagões da estrada, ou tenha de passar destes para embarcações atracadas aos caes ou pontes das mesmas estações, com ou sem auxilio dosapparelhos de carga e descarga de que dispõem as mesmas estações.

Art. 108. O ingresso no recinto das pontes e caes só é permissivo para objecto de serviço, tornando-se vedado, depois das 6 horas da tarde, aos que não apresentarem licença por escripto do agente da estação.

Art. 109. Os serviços das pontes e caes começam ás 6 horas da manhã e terminam ás 5 horas da tarde, salvo o direito da companhia de conceder o mesmo tempo de trabalho, alterando esse horario.

Art. 110. Os serviços de carga e descarga se farão de, ou para, embarcações atracadas aos caes e pontes, por intermedio do pessoal da estrada ou não, conforme for solicitado, e com auxilio da embarcação dos guindastes, o que é obrigatorio sempre que, para as operações de cargas e descargas, o emprego de tales apparelhos for indispensavel. Quando os serviços de carregamento ou de descarga necessitarem o auxilio do guindastes, estes serão sempre manobrados pelo pessoal da estrada que procederá á sua execução com a maxima brevidade e com o cuidado preciso para evitar avarias pelas quaes será responsavel.

Art. 111. A atracação de embarcações aos caes ou pontes se fará á vista de pilotes que serão registrados e satisfeitos em ordem de antiguidade, enjoyingando-se, porém, sem que tenha direito á indemnização alguma, as embarcações atracadas ás mudanças que os serviços exigirem e forem determinadas pelo empregado da estrada incumbido de regular sua execução.

Art. 112. Depois de terminada a descarga, serão as embarcações retiradas, sob pena de pagamento da taxa de 1\$ (um mil reis) por minuto excedente e por dia do lugar que occuparem.

Art. 113. As atracações das embarcações atracadas aos caes ou pontes serão sujeitas, enquanto ali permanecerem as mesmas embarcações, ás disposições do regulamento de 26 de abril de 1857, em relação á segurança, fiscalização e policia das estradas de ferro.

Art. 114. Fic prohibido, a qualquer embarcação atracada nos caes ou pontes, receber ou descarregar carga de ou para barcas ou alvarengas encostadas á mesma embarcação, sem prévia licença da estrada de ferro.

Art. 115. Não se permitirão atracados aos caes ou pontes embarcações que não estejam recebendo ou entregando carga.

Os contraventores incorrerão nas penas do art. 112 sendo, além disso, compellidos a se retirarem do lugar occupado.

Art. 116. As avarias e danos causados aos caes ou pontes ou material da estrada, pelas embarcações atracadas, ou por tripulação, serão indemnizados á vista da nota das despezas do reparação que forem necessarias, e que serão orçadas pelo pessoal da estrada.

Art. 117. Pela atracação, cada vapor estrangeiro pagará 25\$ (vinte e cinco mil réis) por dia.

Cada navio estrangeiro e os vapores nacionaes pagarão 12\$000.

Os navios nacionaes pagarão 5\$ (cinco mil réis) por dia.

Art. 118. Em Cabedello será collocada, fóra dosapparelhos da Amarração, uma boia para o uso dos vapores ou navios que na chegada não puderem atracar á ponte. Cada vapor ou navio pagará a taxa diaria de 2\$500 (dois mil e quinhentos réis) quando atracar nesta boia.

Art. 119. Nos domingos, dias santificados ou feriados nacionaes, o serviço nas pontes ou caes será feito mediante accordo com a estrada.

Art. 120. Pela descarga das mercadorias das embarcações para os caes ou pontes, ou pelo carregamento das mesmas dos caes ou pontes para as embarcações, a estrada cobrará quando for feito com seu pessoal:

1\$300 (mil e trezentos réis) por tonelada ou fracção de tonelada (de peso ou medida) de mercadorias a granel, ferragens, trilhos, etc., machinismos pequenos, etc.

1\$300 (mil e trezentos réis) por metro cubico de madeira, etc.  
\$1-0 (cento e sessenta réis) por volume que não exceda de 100 kilos do peso.

\$3-0 (trezentos réis) por volume que não exceda de 200 kilos de peso e mais \$1-0 (cem réis) por cada 100 kilos ou fracção desse peso, até a quantidade de 300 kilos, ficando fixado, para os pesos superiores a esse, os seguintes preços:

1\$5-0 (mil e quinhentos réis) por cada volume de 301 a 1.000 kilos de peso.

6\$-00 (seis mil réis) por cada volume de 1.001 até 2.000 kilos de peso.

10\$-00 (dez mil réis) por cada volume de 2.001 até 3.000 kilos de peso.

15\$-00 (quinze mil réis) por cada volume de 3.001 até 4.000 kilos de peso.

25\$-00 (vinte e cinco mil réis) por cada volume de 4.001 até 5.000 kilos de peso.

Os volumes indivisiveis de pesos superiores aos acima especificados pagarão taxas especiaesmente convenionadas.

Art. 121. As mercadorias de importação descastrando de vapores ou outras embarcações para a ponte de Cabedello e destinadas á Alfandega do Parahyba pagarão 7\$500 (sete mil e quinhentos réis) por tonelada de peso ou medida pelas taxas de descarga na ponte e frete até a Parahyba, si o serviço da descarga for feito pelo pessoal da companhia, e 6\$ (seis mil réis) si o serviço da descarga na ponte for feito pelo pessoal dos agentes dos vapores ou outras embarcações.

Art. 122. Para a cobrança das taxas de descarga dos generos de importação das embarcações para os pontes e caes da estrada, prevalecerá o peso ou medida dos volumes calculados o

indicados nos manifestos ou conhecimentos dos respectivos vapores, navios ou outras embarcações que os transportarem.

Art. 123. Os expeditores de generos por via maritima ficam sujeitos ao pagamento da taxa diaria de 10\$ (dez mil réis) por vagão e por dia ou fracção de dia, quando falta de despacho por culpa dos remetentes, depois de carregado o vagão, exceda o prazo de 24 horas; ficando igualmente sujeitos á mesma taxa quando pedirem vagões para carregar mercadorias para as estações maritimas e não carregal-os ou descarregal-os no dito prazo, depois de haverem elles chegado ás ditas estações.

Excepçãom-se dessas taxas os vagões que não puderem ser descarregados á falta de espaço nos caes ou pontes.

Para o prazo de estadia livre não são contados os domingos, dias santificados ou feriados nacionaes.

Art. 124. O desembaque dos animaes das embarcações para os caes ou pontes e o embarque dos caes ou pontes para as embarcações podem ser feitos pela estrada, mediante as seguintes taxas por cabeça e por operação:

Para os animaes das tarifas ns. 10 e 11, 2\$000.

Para os animaes da tarifa n. 12, 500 réis, com o minimo de 1\$000.

Si para embarque ou desembarque do animaes das tarifas ns. 10 e 11 houver necessidade de fazer uso de appaarelhos, cobrar-se-ha mais por cabeça e por operação a taxa de 3\$000.

As jaulas e encolinas forozas podem ser carregadas ou descarregadas pela estrada, media de a taxa de 5\$ por operação e por jaula, cuja dimensão não excedam de  $2,70 \times 1,20 \times 1,20$ , e as de maior esdimensões por convenio.

Art. 125. As mercadorias descarregadas nos caes ou pontes, exceptuando-se as que forem destinadas á Alfandega da Parahyba, conceder-se-lhe um prazo de dois dias de estadia livre: não sendo despachadas dentro deste prazo ficam sujeitas á armazenagem de:

1º, para as mercadorias depositadas nos armazens, 50 réis por dia e por 10 kilos, com o minimo de 500 réis;

2º, para as mercadorias depositadas a céu aberto, 100 réis por dia e por 100 kilogrammas, com o minimo de 500 réis.

Estas taxas serão cobradas até o prazo de 30 dias.

Do dia 31 em diante a armazenagem será cobrada pelo dobro das taxas acima fixadas.

As mercadorias que dentro do prazo de 90 dias depois de descarregadas não forem despachadas, serão equiparadas ás do art. 158 e observar-se-ha o que estatue este artigo.

Art. 126. A estrada não se responsabiliza por qualquer avaria, danno ou leimora que no carregamento, descarga ou amarração possam ter os vapores, navios ou outras embarcações atracados ás pontes ou caes da estrada, quer por accidente ou defeito nos appaarelhos, quer por qualquer outra causa.

Cada vapor, navio ou outra embarcação deve proceder á amarração por sua propria conta.

A estrada também não se responsabilisa por qualquer despesa de estadia de vapores, navios ou outras embarcações motivada por falta de vagões ou por outro qualquer motivo.

Art. 127. Para facilitar a exportação dos portos de Cabedello e Jaraquá, pelas suas pontes, a estrada offerece aos exportadores de productos agricolas dos Estados d. Parahyba do Norte e Alagoas seus armazens, para serem usados como depositos para taes productos, até onde permittir a capacidade dos mesmos e de conformidade com as exigencias do trafego.

Os exportadores devem avisar a estrada com oito dias de antecedencia, quando pretenderem gozar desta licença, especificando o numero de volumes que tiverem de ser depositados.

A estrada cobrará, da armazenagem por tonelada ou fracção de tonelada e por mez ou fracção de mez até 90 dias:

2\$000 (dois mil réis) para alcool, aguardente e algodão;

1\$100 (mil e cem réis) para caracós de algodão;

1\$500 (mil e quinhentos réis) para as demais mercadorias, productos agricolas de exportação.

Findo o prazo de 90 dias, se os ditas volumes não forem retirados, ficam sujeitos a armazenagem, de conformidade com o art. 152.

A estrada poderá, quando julgar conveniente, sem prejuizo do serviço, conceder a estadia gratis por 15 até 30 dias para mercadorias de produção agricola e para exportação, que se destinarem ao embarque pelo ponto da mesma.

Quando, por nuprem do serviço, for occorrido retirada, os donos destas mercadorias serão avisados por scripto.

Si, 48 horas depois do retardo avisado, não forem retiradas, ficarão as mercadorias sujeitos a estadia que l'especifica no art. 152 destas instancas, sob regulamentação.

## X — CONDIÇÕES GERAES

### EMBARGOS OU PENHORA

Art. 128. O embargo ou penhora em mercadorias e quizesquer objectos depositados nas estações da estrada, serão regulados pelas disposições do decreto n. 811, de 13 de outubro de 1851.

Art. 129. Os objectos embargados ou penhorados não serão retirados das estações sem ter sido a estrada indemnizada do que lhe for devido por freta, armazenagem e mais despesas.

Art. 130. Quando o embargo ou a penhora recahir em generos de facil deterioração, nocivos ou perigosos, não poderão elles ficar depositados nas estações.

Art. 131. Os volumes e objectos apprehendidos pela Fazenda Nacional, que lhe ficarem pertencendo, não se excluem das disposições dos artigos anteriores.

## RECEBIMENTO

Art. 132. Em todas as estações da estrada os escriptorios estarão abertos meia hora antes da partida dos trens, para o recebimento e despachos de bagagens, encomendas e animais.

Art. 133. Para recebimento das expedições de mercadoria o vehiculo, os escriptorios abrem-se ás 7 horas da manhã e fecham-se ás 4 horas da tarde, com exclusão dos domingos e dias santificados.

Art. 134. Nas estações desprovidas de desvio a estrada poderá recusar volumes de peso superior a 50 kilogrammas e expedição de mercadorias que pesarem mais de 200 kilogrammas ou que exiguem o estacionamento de vagões na linha principal.

Art. 135. Nenhuma mercadoria, para cujo transporte pela estrada do ferro se exige nota de expedição, pôde ser recebida pelos empregados da estrada, si não vier acompanhada da nota de expedição ou não for feita na occasião do despacho.

Art. 136. O pedido do transporte das mercadorias taxadas pelo preço das tarifas ns. 8 e 9 deve ser feito no dia anterior ao do despacho, si não puderem ser recebidas diariamente.

Estas mercadorias ficarão sujeitas, quanto á armazenagem, ás mesmas disposições referentes ás outras.

Art. 137. As mercadorias e quaesquer objectos entregues á estrada serão controlados na estação de procedencia e na de destino, á medida que forem sendo recebidos, verificando-se as marcas, a quantidade, a qualidade dos mesmos, a natureza da mercadoria, o peso, frete pago e as despesas accessorias.

Art. 138. A pesada dos volumes submettidos a despacho deve, em geral, ser feita pelo pessoal do expeditor no acto de entregar o genero nas estações, visto que os agentes devem exigir que o peso indicado na nota de expedição seja provado pelo proprio expeditor em presença do pessoal da estação, que nada percebe por pesadas.

Entretanto, esse serviço poderá ser feito pelo pessoal da estrada quando, para conveniencia da arrumação dos volumes, não for possível pesal-os no acto de entrega para os armazens.

Art. 139. Na estação de partida será extrahido o conhecimento em quatro vias, das quaes a primeira tem de ficar em poder do expeditor, a segunda será remettida á contadoria, a terceira acompanhará a mercadoria com a guia e será archivada na estação do destino e a quarta ficará archivada na estação remettente.

O conhecimento deve mencionar os nomes do expeditor e do destinatario, as marcas, o peso e os numeros dos volumes, o frete pago ou a pagar e as despesas accessorias.

Por cada despacho de bagagens, encomendas, animais ou mercadorias (não exceptuando-se os transportes gratuitos) cobrará a estrada a taxa de 100 réis pelo conhecimento.

Art. 140. Todo o despacho de mercaderias, bagagem, encomendas, valores, carros, animais, etc., é certificado por um conhecimento, que será entregue ao expeditor.

Art. 141. O expeditor poderá annullar ou variar a consignação do objecto do transporte, cujo despacho houver pago, enquanto na estação do destino esse objecto não passar ao dominio do destinatario pela apresentação do conhecimento que lhe dá direito de entrar na posse d'elle. No caso de annullação, o objecto do transporte reverterá ao expeditor ou terá o destino que este designar, cobrando-se as despesas inherentes á alteração e as do novo despacho, si houverem, excluidas somente as de carregamento e descarga, ou restituindo-se o frete sem as despesas das notas de despacho, carregamento e descarga, si a expedição não tiver seguido no seu destino.

No caso do nova consignação, fregue-se novo despacho, cobrando-se as despesas d'este, as dos avisos ou telegrammas que forem expedidos e a differença do frete.

O expeditor, em todos os casos, deverá restituir á estrada os documentos que tiver recebido, isto é, o conhecimento, certificado ou qualquer outro, em que constar a alteração se fará no despacho.

A estação de destino de uma linha para a qual se providenciou sobre essas alterações, poderá, por escripto, do expeditor ou do seu representante legalmente autorizado, cumprindo ao agente da estação, levar o correspondente immediatamente ao conhecimento de destino de conformidade.

#### ENTREGA

Art. 142. As entregas das mercadorias, bagagens, valores, veículos e primas e entregas dos effectos das linhas da manhã e terminam ás 5 horas da tarde, excepto nos domingos, dias santificados e de festa nacional.

A entrega das excoligação da bagagem e encomendas começa 15 minutos depois da chegada do primeiro trem e termina á hora de fechar-se a estação.

Art. 143. O destinatario ou seu representante é obrigado a passar recibos expedidos da estação de destino, etc., no conhecimento.

Art. 144. O destinatario tem o direito de passar recibos de entrega de volumes.

Só se annulára e reembolsa-se o valor da taxa apresentada (indícios de violação) em a carta.

Nos casos de annullação do destino, o expeditor não poderá recusar a mercadoria quanto ao valor da taxa de frete e de volume formam um todo tal que a annullação não gera o porte de frete para o todo.

Se não, porém, a annullação é parcial, deve restituir a mercadoria logo depois de recebido o frete e de volume.

Art. 145. Nos casos de demora de parto de uma expedição, o destinatário não tem direito, sob pretexto de não estar ella completa, de recusar-se a retirar a parte que tiver chegado, salvo o caso em que a expedição fraccionada constituir um todo tal que a falta de uma das partes o inutilize.

Art. 146. Quando mercadorias taes como fructas frescas, legumes frescos, carne fresca, peixe fresco e outros semelhantes chegarem á estação do destino em estado tal que possam ser nocivos á saúde publica, a estrada deverá fazer enterrallas, avisando aos interessados. Do enterramento se lavrará termo.

Art. 147. O transporte, em retorno, de todo o objecto recusado ou não procurado pelo destinatário é sujeito á taxa.

Art. 148. Si antes da entrega da mercadoria ao destinatário, procedendo-se á examinação de despacho, o que é obrigatorio, se verificar que o frete cobrado na estação de partida ou indicado para ser cobrado na estação de chegada é inferior ao real, ou que se deixou de cobrar ou indicar, para se cobrar, alguma taxa, dever-se-á ha retirar a mercadoria até que o expelitor ou destinatário satisfaga a differença do frete.

Si a differença for contra o expelitor, o agente dará conhecimento della ao destinatário, corrigirá a nota de expedição, o conhecimento ou o aviso respectivo, quer neste, quer naquelle caso, e comunicará immediatamente á contabilidade.

#### DESCRIÇÃO DE DESCARGA EM ESTADIA LIVRE

Art. 149. O tempo concedido para a descarga ou estadia livre conta-se a partir da descarga das mercadorias na estação destinataria, si estas tiverem de ser descarregadas pela estrada, e da hora da chegada do vago ou vagões carregados, si estes tiverem de ser descarregados pelos rematantes ou recebedores, contando-se com todas as horas das 24 horas da manhã do dia seguinte á da descarga feita em os vagões chegaram depois das 3 horas da tarde.

Art. 150. Si dentro de um dia ou 24 horas depois do chegada o vago ou vagões carregados, que tiverem de ser descarregados pelos rematantes ou recebedores, não for a descarga feita por estes, aquelles será á conta do missões effectuado pela estrada, applicando-se a taxa respectiva.

Em caso de multiplicação de cargas, a estrada reserva-se além disso o direito de fazer descarregar ou remover para estação, *ex officio*, a mercadoria por conta do expelitor.

Art. 151. As mercadorias, e effectos, etc, devem ser retirados para os pontos de destino, Parahyba, Cabello, Natal, Maciã, Jurema e Nogueira dentro de um dia, ou 24 horas, e das do interior dentro de duas dias, ou 48 horas.

As mercadorias cujo peso exceder a 10 toneladas e não precisarem de mais que de um dia e meia para serem retiradas das estações das emplas no prazo de tres dias e das do interior no prazo de 10 dias. De contrario os domingos, dias de festa nacional e santidade.



Terminado o prazo permittido, a demora é calculada sobre todas as horas seguintes, tanto do dia como da noite, sem exceção dos domingos, dias de festa nacional e santificados.

#### ARMAZENAGEM

Art. 152. Não sendo as mercadorias retiradas dos carros ou dos armazéns dentro do prazo de estadia livre, serão cobradas as seguintes taxas, a título de indemnização por folga forçada do material, depósito ou armazenagem das mercadorias:

Para as mercadorias não descarregadas, 1\$ por hora e por vagão, com o mínimo de 48 réis.

Para as mercadorias descarregadas, mas não retiradas, 50 réis por fração indivisível de 10 kilos e por dia, até 90 dias, sem que em nenhum caso a taxa seja inferior a 500 réis.

St, porém, as mercadorias, qualquer que seja a sua natureza, ficarem depositadas n'esta estação, a taxa será de 20 réis por 100 kilogrammes e por dia, com o mínimo de 500 réis.

Quando as mercadorias não forem retiradas e por vagão, com o mínimo de 48 réis.

Art. 153. As mercadorias, de qualquer natureza, depositadas na linha ou nos pátios das estações, sob a vigilância da guarda, concedem-se-lhes o prazo de estadia livre.

Não sendo retiradas dentro do prazo, ficam sujeitas á armazenagem de 200 réis por metro de comprimento da linha em cada dia que exceder.

Quando a linha vier a ser parcelada e despachada, por lotação de vagões, a armazenagem será de 7\$ por vagão descarregado e por dia.

Art. 154. Não cobrada a estadia do ferro que mantem com esta, tráfego matutino, a armazenagem pela demora de carros que, por culpa das mercaderias, ficam parados nas estações mais de 18 horas.

Art. 155. Nenhuma taxa de armazenagem poderá a estadia cobrar pela demora das mercadorias nas estações, antes de serem expedidas, salvo si a reclamação for motivada pelo expeditor ou destinatario.

Neste caso cobrase-lhe a armazenagem por cada dia que decorrer entre aquelle em que deveria ter-se effectuado a expedição e aquelle em que o foi.

Art. 156. Nenhuma armazenagem se cobrará pela estadia das mercadorias nas estações além de 90 dias.

Art. 157. Na cobrança da armazenagem não se conta o dia da chegada e da entrega ou do despacho da mercaderia.

Art. 158. As mercadorias que não foram retiradas das estações destinatarias no prazo de 90 dias, a contar da data em que tiverem sido descarregadas, ou por terem sido recusadas ou não procuradas pelos destinatarios, ou por não serem estes conhecidos, serão vendidas em leilão publico, que será annuciado com cinco dias de antecedencia.

Si as mercadorias forem, das que por sua natureza são sujeitas á prompta deterioração, a estrada tem o direito de vendel-as *ex-officio*, sem as formalidades judiciais, no fim de oito dias, ou antes, si for indispensavel, lavrando-se termo de venda.

O producto liquido da venda, deduzido o que for por qualquer titulo devido á estrada, será recolhido á thesouraria da estrada.

Art. 159. Si o producto da venda não for sufficiente para pagamento do frete, armazenagem e mais despesas, o expeditor ou destinatario não será obrigado a entrar com a differença.

#### DECLARAÇÃO

Art. 160. Os expeditores poderão formular as notas de expedição por despacho, e, tambem remetter as mercadorias á estação, acompanhadas de declaração assignada, indicando:

- 1, o nome do expeditor e do destinatario e sua residencia (rua e numero, si for povoado);
- 2, a estação de procedencia e a de destino;
- 3, a quantidade, o peso, a natureza e a marca da mercadoria;
- 4, indicação do frete pago ou a pagar.

Si se tratar de mercadorias sujeitas a impostos gerais, estaduais ou municipaes, o expeditor deve fornecer as peças, guias de imposto e os esclaecimentos necessários, a fim de que o transporte e a entrega do fardo mercadorias não soffam de mora ou embargo.

A declaração escripta é dispensavel, si o apresentante de mercadorias for alphabetico e puder dar verbalmente os esclaecimentos necessários para o despacho da mesma.

Art. 161. Os expeditores devem declarar a especie de suas mercadorias, si são fragis ou si devem ser preservadas de humidade, em falta do que, a estrada não responde por avarias dessa especie.

Art. 162. Si a estrada suspectar inexactidão na declaração do conteúdo do volume, tem direito de verificá-lo, em presença do expeditor ou destinatario ou seus empregados, e, na falta destes, em presença de dois testemunhas.

Art. 163. O expeditor é responsavel pelas declarações contidas na nota de expedição e sujeita-se ás consequencias resultantes de declarações erroneas, indecifráveis ou inexactas.

Art. 164. Toda a declaração falsa ou insufficiente sobre a procedencia, destino, natureza ou valor das mercadorias expeditas, dá lugar, além do pagamento da differença do frete, á applicação de uma multa correspondente ao quintuplo dessa differença, com o minimo de 50\$ e, sendo as mercadorias nocivas ou perigosas, a multa será do decuplo da differença do frete, com o minimo de 100\$, sem prejuizo, em ambos os casos, de qualquer acção judicial que for de direito.

Em caso de accidentes, será o expeditor, além d'isto, obrigado a indemnizar a estrada do damno causado a seu material ou de qualquer outro que esta venha a soffrer, sem prejuizo da responsabilidade criminal, segundo as leis em vigor.

Art. 165. A estrada poderá deter toda a expedição em que houver um ou mais volumes sujeitos, por falsas declarações, a multas comminadas em seus regulamentos.

Si os volumes detidos contiverem materias nocivas ou perigosas, serão estes inutilizados, si não puderem de prompto ser vendidos, lavrando-se termo.

Art. 166. Não sendo as multas pagas no prazo de 10 dias, a estrada procederá á venda dos objectos detidos, sem as formalidades judiciaes, lavrando-se termo.

Si o producto da venda não for sufficiente para o pagamento das referidas multas, a estrada poderá cobrar executivamente.

#### CERTIFICADOS

Art. 167. Os expeditores, destinatarios ou pessoas legalmente autorizadas por elles, poderão requerer á administração da estrada certificados dos despachos que tiverem effectuado, pelos quaes pagarão 2\$ e mais a taxa de 1\$ por mez, ou fracção de mez civil, decorrido desde a data do despacho.

No requerimento serão mencionados o numero do despacho, modo do transporte, data, procedencia, destino, quantidade de volume, frete (si pago ou a pagar) e o nome do remittente e do destinatario.

Art. 168. Em caso de perda do conhecimento, poderão os volumes, depois de estabelecida a identidade do receptor, ser devidamente entregues, mediante resalva, pela qual será paga a taxa de 200 réis.

Fica, entretanto, livre á companhia, em casos especiaes, a seu juizo, exigir para essa entrega a apresentação da certidão de que cogita o artigo anterior, e, que nesta hypothese, deixa de ser facultativa.

#### MASSAS INDIVISIVELIS

Art. 169. O transporte das massas indivisiveis de peso superior a 1.000 kilogrammas ou de volume excedendo a tres metros cubicos, ou que necessitarem de emprego de material especial, não é obrigatorio.

Os preços e as condições de transporte, assim como a taxa de remessa a domicilio, si a estrada se encarregar de taes operações, serão regulados por mutuo accordo.

#### DIMENSÕES DOS CARREGAMENTOS

Art. 170. O comprimento normal do material de transporte é fixado em 5<sup>m</sup>, 50.

Art. 171. A taxa dos materiaes e outros objectos de grande comprimento é estabelecida como se segue:

De 5<sup>m</sup>,50 a 11 metros, pagarão a lotação dos vagões que necessitarem para seu transporte.

Art. 172. O transporte dos volumes que excederem de 11 metros não é obrigatorio e só poderão ser despachados mediante ajuste previo com a estrada.

Art. 173. Pelas peças de madeira, cujo comprimento for superior a 11 metros, mas não exceder a 14 metros, cobrar-se-hia mais 30 % sobre o frete, calculado proporcionalmente ao disposto no art. 171, e por aquelles cujo comprimento exceder a 14 metros mais 50 %.

Art. 174. O carregamento dos vagões não pôde exceder em altura a tres metros acima do nível dos trilhos e em largura a dous metros.

Art. 175. Nas estações em que não houver balança apropriada para a cobrança do frete das expedições de lenha e canna de assucar, serão os fretes calculados, no minimo, pela lotação dos vagões.

#### ACONDIIONAMENTOS E MARCAS

Art. 176. Os volumes devem trazer marca ou endereço bem legivel e, além disto, o nome da estação de destino, e estar acondicionando de modo a poder resistir aos choques ordinarios inherentes ao transporte por estrada de ferro.

Art. 177. Poderá ser recusado o recebimento de mercadorias nas seguintes condições:

1. Si a mercadoria estiver tão mal acondicionada dentro dos envoltorios, que haja probabilidade de não chegar a seu destino sem perda ou avaria.

2. Si, exigindo a mercadoria, por sua natureza, um envoltorio qualquer para resguardar de perda ou avaria, for apresentada sem envoltorio.

3. Si no acto de recebimento a mercadoria apresentar indicios de já estar avariada.

Entretanto, o expeditor poderá reparar os defeitos dos volumes e, neste caso, a estrada fará a remessa substituindo por outra a nota de expedição apresentada, si for necessaria.

Art. 178. Enquanto os volumes não forem reparados ou retirados, si o expeditor não quizer mais enviá-los, poderão permanecer 24 horas na estação, sem responsabilidade por parte da estrada, ficando depois sujeitos a armazenagem.

Art. 179. A estrada poderá expedir a mercadoria nas condições 1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup>, do art. 177, dando o expeditor ao agente da estação uma declaração, por elle assignada, em que especifique os defeitos verificados nos volumes, e exima a estrada da responsabilidade das avarias que puderem provir de taes defeitos.

Si, porém, a mercadoria estiver em estado tal que não possa ser carregada com outras, sem danificá-las, não será accoita,

ainda que o expedidor se pde a fazer a declaração de responsabilidade.

As mercadorias em estado de putrefacção, tales como: carne, caga, legumes, fructos, peixe e outros similares, de nenhum modo podem ser usadas para transporte.

#### NOTAS DE EXPEDIÇÃO

Art. 180. Os transportes effectuados pelos preços e segundo as condições das tarifas do n.º 12 devem ser acompanhados de uma nota de expedição, que indique exactamente:

- 1, a data da apresentação;
- 2, os nomes e residência do expedidor e do destinatario;
- 3, as marcas, numero, quantidade, peso bruto, modo de acondicionamento e a natureza da mercadoria;
- 4, a estação de procedência e a de destino;
- 5, a assignatura do expedidor;
- 6, o valor da mercadoria, depositada de mercadorias, cujo preço de transporte é o *tarifado* *et natura* ou do mercadorias seguras;

7, o frete e a taxa das passagens e o paragem.

Uma ultima folha não será feita pela estrada, devendo a importância do frete e accessórios ser inscriptas em todas as vias das notas de expedição, bem como nos conhecimentos, conferindo-se.

Nas notas de expedição de mercadorias a que for applicavel a disposição da art. 181, dever-se-ha mencionar não só o numero de baldeadas e baldeadas por meio da medição o que deve servir de base para o calculo do frete, mas ainda o peso real verificado na balança.

A nota de expedição e o conhecimento constituem as provas do contracto de transporte entre a estrada e o expedidor, e suas indicações servem para regular as indemnizações, em caso de perda ou avaria.

As mercadorias que se destinarem á estação de trafego mixto, serão acompanhadas de mais de uma via da nota de expedição, para conhecimento da respectiva contadoria, á qual serão remetidas.

Art. 181. Cada nota constitui uma expedição e só pôde mencionar o nome de um destinatario.

Por expedição entende-se um ou mais volumes, provenientes de um só expedidor, endereçados a um só destinatario.

Em nenhum caso pôde uma só nota de expedição comprehender mercadorias em quantidade superior á lotação de um vagão.

Art. 182. Quando a expedição for destinada a lugar além da estrada de ferro, a nota pôde designar na localidade da estação de destino o commissario ou o conductor a quem deve ser entregue a mercadoria.

Art. 182. Em uma mesma nota de expedição não podem ser incluídas:

- 1, mercadorias que não sejam susceptíveis de ser carregadas, sem fôrça accidentes, no mesmo vagão;
- 2, mercadorias seguradas e não seguradas;
- 3, mercadorias cujo carregamento ou descarga tiver de ser feito pelo expeditor e destinatário com outras que não estejam nestas condições.

#### MEDIDAÇÃO, CALCULO DO FRETE E PAGAMENTO DAS TAXAS

Art. 184. Quando as mercadorias forem de grande volume em relação ao peso, medir-se-á também o volume, e si este correponde a mais de cinco decímetros cubicos por kilogrammas, tomara-se pelo peso do volume um numero de kilogrammas igual a quinta parte do de deceductos cubicos achados.

O peso de cada o, ripas, rolões, achas de lenha, etc., em feixes, calcula-se com esse modo.

Art. 185. Calcula-se o peso das madeiras em toros, fôrças, vigas, carregadas, pranchas, taboas, etc., multiplicando-se o comprimento em decímetros pela altura e largura em centímetros, dividindo-se o producto por 100 e tomando-se para peso tantos kilogrammas quantos forem os decímetros cubicos assim achados.

Art. 186. O peso do emboeiro de tijolos, telhas, parallelepipedos e outros artigos semelhantes, a grande, e leu-se na proporção do peso de 10 das maiores dimensões.

O peso de uma expedição de carvão, areia, barro e outros artigos semelhantes, a grande, calcula-se na razão do peso de um decalitro dos artigos.

Art. 187. A unidade de medida linear é o decimetro, toda a fracção de decimetro conta-se como um decimetro, salvo no caso do art. 185.

Art. 188. O frete dos objectos transportados pela estrada de ferro é cobrado pelo peso bruto ou pelo que resultar da medição em conformidade com o art. 184.

Art. 189. No resultado final do calculo do preço das passagens e dos fretes, com as taxas accessorias, as fracções de 100 réis serão arredondadas por 100 réis.

Art. 190. As fracções de peso serão contadas por centosimos do toneladas ou por 10 kilogrammas, e as de volumes por centesimos de metro cubico ou 10 decímetros cubicos; assim todo o peso comprehendido entre zero e 10 kilogrammas será contado como 10 kilogrammas; entre 10 e 20 kilogrammas como 20 kilogrammas.

Do mesmo modo todo o volume entre zero e 10 decímetros cubicos será contado como 10 decímetros cubicos; entre 10 e 20 decímetros cubicos como 20 decímetros cubicos.

Destas disposições exceptuam-se:

As mercadorias das tarifas ns. 8 e 9, que serão taxadas por tonelada, contando-se como meia tonelada qualquer fracção inferior a meia tonelada, e como uma tonelada, qualquer fracção entre meia e uma tonelada. Os volumes de encomendas e bagagens de menos de 10 kilogrammas serão taxados como si tivessem 10 kilogrammas, ou mais de 10 e menos de 20 kilogrammas, como si tivessem 20 kilogrammas.

Art. 191. A importância das passagens é paga quando se distribuem os bilhetes.

A importância dos fretes e dos gastos accessorios das expedições feitas pelos preços e segundo as condições das tarifas ns. 4 e 12 é paga na estação de procedencia, no acto da inscripção, á vista da 1.ª via da nota de expedição que deve ser conferida com o conhecimento entregue ao expeditor.

*Excepção* — A importância do frete e das taxas accessorias das expedições feitas pelos preços e segundo as condições das tarifas ns. 6, 7, 8 e 9, destinadas ás estações de Recife, Parahyba, Cabedella, Natal, Macaé, Jangum e Piranhas, pôde ser paga na estação de destino, desde que o frete for superior a 3\$000.

Art. 192. A importância do frete dos generos de facil devaloração ou de valor insignificante, qualquer que seja a tarifa a que pertencam, deve ser paga no acto do despacho.

Art. 193. As mercadorias de qualquer natureza, remettidas para as estações a fim de serem expeditas pelos preços e segundo as condições das tarifas ns. 4 a 9 e cujos fretes não forem pagos logo depois de registradas, ficam sujeitas á armazenagem.

#### MATERIAS NOCIVAS E PERIGOSAS

Art. 194. O transporte de nitro-glycerina, de algodão-polvera, dos fulminatos em qualquer quantidade, assim como o de dynamite e pulvera de mina ou caça ou qualquer outra materia perigosa, em grande quantidade, só poderá fazer-se por concessão especial previamente ajustada.

Exceptuam-se os transportes de dynamite, pulvera e artigos bellicos por conta do Governo, e o transporte de dynamite e de pulvera para a construcção do prolongamento de estradas de ferro.

Art. 195. A pulvera, a dynamite, os fogos de artificio, as capsulas, as espoletas, o colollo, o ether e outras materias analogas são excluidas das treas que levarem viajantes nas secções da estrada em que houver treas regulares de mercadorias.

Nas secções em que não circularem treas regulares de mercadorias, podem ser transportados em treas mixtos.

Art. 196. As substancias do art. 195 não podem ficar depositadas nas estações de partida ou chegada.

Art. 197. A palha, o feno, o carvão de madeira e outras substancias semelhantes, mais ou menos inflammaveis, podem ser transportadas em tres mixtos.

Art. 198. As materias causticas, como acidos mineraes, alcali-volatil, bromo, etc., etc., as materias venenosas, como acidos arsenicos, sulphuratos de arsenico, acetato e nitrato de chumbo, etc., etc., e as materias mui venenosas, alcalis organicos, chloruretos e bromuretos de phosphoro, cyanureto de potassio, etc., em grande quantidade, estão sujeitas ás disposições do art. 195.

Art. 199. Os volumes encerrando venenos ou substancias perigosas, explosivas ou inflammaveis devem trazer no exterior indicação do seu conteúdo e são submettidos ás condições seguintes:

1. Polvora. Acaddicionamento em caixa ou barris hermeticamente fechados e protegidos exteriormente por envoltorio solido.

2. Dynamite. A dynamite deve ser contida em cartuchos cobertos de papel pergaminho ou outro envoltorio impermeavel, não esmerçados e desprovidos de qualquer meio de ignição.

O envoltorio será collado e fechado de modo a prevenir toda a perda de nitro-glycerina.

Esses cartuchos devem ser embrulhados em primeiro envoltorio bem estanco, de papelão, madeira ou cautchouc.

Os vasos entre os cartuchos serão completamente cheios com estopa, papel picado, serragem de madeira ou qualquer outra materia secca, capaz de amortecer os choques e de absorver a nitro-glycerina que extravase.

Os primeiros envoltorios serão contidos em caixas de madeira ou em barril igualmente de madeira e arranjados de modo a evitar todo o movimento, por meio de serragem de madeira ou de outra materia secca, pulverulenta ou magia, com o acima frou dito.

As caixas serão providas de alças, não metallicas, solidamente fixadas, ou terão exteriormente no fundo dous sarrafos de madeira que permitam passar as mãos por baixo dellas para levantar-as. Os barris serão consolidados exclusivamente por meio de sarrafos ou carrilhas de madeira.

O peso bruto da caixa ou do barril não excederá a 35 kilogrammas. As caixas expedidas pelo Governo somente fazem excepção a esta regra.

Não serão admittidas a transporte dynamites com mais de um anno de encaixotamento.

As caixas ou barris terão escriptas em todas as faces, em caracteres bem legíveis, as palavras *dynamite-materia explosiva*.

Cada cartucho será revestido de um rotulo semelhante.

As caixas ou barris terão, além disto, exteriormente um rotulo indicando o nome do fabricante ou do expeditor, o logar da fabricação e a data do encaixotamento.

Um sello especial será applicado sobre cada caixa com o rotulo para manter a integridade do volume.



Um vagão carregado de dynamite não deve receber fulminatos ou qualquer outro producto detonante e o transporte deve ser feito pelo mais proximo trem susceptivel de receber esta especie de carregamento.

A expedição deve ser retirada da estação destinataria nas 21 horas que seguirem á sua chegada.

Si esta condição não for cumprida, a estrada fará retirar a expedição por conta e risco do destinatario.

Si os volumes não forem accettos pelo destinatario, serão sem demora devolvidos ao expeditor, que é obrigado a retirá-os immediatamente e a pagar o frete e mais despesas de retorno.

3. Foros de artifício. Acondicionamento em caixas de taboas de um centimetro, pelo menos de espessura.

4. Mechas chímicas (phosphoros). Acondicionamento cuidadoso e bem apertado em caixas de um centimetro, pelo menos de espessura.

5. Espalhas, copulas, carbazolina, entushos de retrocarga, estopim, pudellas. Acondicionamento em belgas ou saccos dentro de caixa de taboas de um centimetro, pelo menos, de espessura.

6. Phosphore, borax e sulfureto de carbonio: acondicionamento em vasos de vidro com frangos e estunques e choios de agua.

7. Materias variadas, inflammaveis e explosiveis, acondicionamento em vasos de belgas com frangos e estunques, fixados em caixas ou caixas.

8. Materias muito venenosas. Acondicionamento em vasos fechados e fixados em caixa de madeira.

Art. 190. Todas as mercaderias mencionadas nos arts. 184, 195, 196 e 197, devem ser expedidas só e fazer objecto de notas de expedição especiaes e não, pelo menos, além disto, ser compradas e vendidas sem a medida regular e com mercaderias ordinarias.

#### REGRAS DE CONDIÇÕES DE TRANSPORTE

Art. 201. O corvão animal, o sangue, os cauros verdes e quaisquer outras materias todas são excluidas dos trens que levarem viajantes.

Excepção se faz seções de estrada, cujo trafego não comporte o estabelecimento de regras regulares de mercaderias, nas quaes poderão ser transportadas mercaderias em trens mixtos.

Art. 202. Os residuos de regimento, tais como feipas frescas, miudos, estorcas, fígado, e os os estomachos e os residuos de peixes, assim como quaisquer outros restos de animaes em estado fresco, ou osses não ferveridos, não são admittidos a transporte senão em barris de ferro, caixas de madeiras fortes, arqueadas de ferro, ou saccos hermeticamente fechados, segundo a natureza dos transportes.

Art. 203. O destinatario deve retirar a mercaderia uma hora depois da recepção do aviso da chegada.

Art. 204. Os barris, as caixas e os saccos vazio em retorno não são admittidos a transporte senão depois de terem sido perfeitamente desinfectados pelos expeditores e á sua custa.

Art. 205. Não são sujeitos ás condições acima: os ossos secco ou salgados, os ossos fervidos e os couros seccoos ou salgados e quaisquer materias primas que, sem serem absolutamente inodoras, não podem, todavia ser incluídas entre as materias facilmente alteraveis.

Art. 206. Nenhuma das expedições que precedam pôde ser aceita com acondicionamento defeituoso ou insufficiente, devendo este ser refeito previamente a contento da estrada.

#### MERCADORIAS ACHADAS

Art. 207. As mercadorias não despachadas, que foram achadas nas estações, serão recolhidas a deposito até serem retiradas ou despachadas nas horas do expediente.

Excepção fazem as mercadorias sujeitas á prompta deterioração, a respeito das quaes se observará o disposto na 2ª parte do art. 158 e as materias nocivas ou perigosas que serão inutilizadas, quando não puderem ser de prompto vendidas.

Art. 208. As mercadorias depositadas ficam sujeitas á armazenagem desde o dia em que tiverem sido recolhidas ao deposito até o dia em que forem reclamadas.

Art. 209. Se no fim de 10 dias, a contar da data da entrada no deposito, não forem reclamadas, serão vendidas em leilão como as do art. 158.

Art. 210. Incluem-se nas disposições acima os objectos esquecidos pelos viajantes nas estações ou nos carros, os quaes, não sendo reclamados nas estações no prazo de tres dias, serão recolhidos a deposito, acompanhados de informações escriptas do trem, da e local em que foram achados, affin de serem ali entregues a quem pertencerem dentro do prazo de oito dias, findo o qual serão sujeitos á disposição do art. 208.

#### RESPONSABILIDADE

Art. 211. A estrada destina toda a responsabilidade por perda ou avaria nes seguintes casos:

1. Quando provierem de caso fortuito ou força maior.
2. Quando não tiverem sido verificadas á chegada da mercadoria e antes de sua aceitação ou retirada pelo destinatario.
3. Quando as caixas ou envoltorios não apresentarem exteriormente indícios de violencia, quebra, molha ou manchas.
4. Quando forem ultteriores á recusa da mercadoria pelo destinatario, do que se lavrará termo.

5. Quando a mercadoria for, por sua natureza especial, susceptível de sofrer perda ou avaria total ou parcial como:

Combustão espontânea, effervescência, evaporação, vasamento, ferrugem, putrefacção, etc., etc.

6. Quando a perda ou avaria for declarada por declaração de responsabilidade formulada em ordem assignada pelo expedidor.

Estando a expedição coberta por declaração de responsabilidade, ha presumpção, até prova em contrario, de que os danos provêm do defeito ou defeitos verificados na mercadoria no acto do despacho.

Art. 212. A estrada não responde pelos danos resultantes do perigo que o transporte em caminho de ferro ou demora da viagem acarreta para os animais vivos.

Não responde tão pouco por avaria ou morte de animaes no caso de, sendo o carregamento feito pelos expedidores, ter sido excedida a lotação do vagão.

Art. 213. Quando a mercadoria for acompanhada por pessoas encarregadas da vigilância, a estrada não responde pelos danos resultantes do perigo que a vigilância trouxe por não evitar.

Art. 214. No que concerner às mercadorias que por ajuste com o expedidor ou por ordem da estrada forem nos regulamentos da estrada, são transportadas em vagões abertos, a estrada não responde pelos danos resultantes a este modo de transporte.

Art. 215. Quando o carregamento e a descarga são feitos pelo expedidor ou destinatario, a estrada não responde pelos riscos resultantes dessas operações.

Art. 216. Quando a mercadoria for por sua natureza susceptível de soffrer, pelo facto só do transporte, influencia atmosphérica ou qualquer outra causa independente do serviço da estrada de ferro, quibea em peso ou medida, a estrada não responde pela differença em peso ou medida.

Art. 217. Quando as mercadorias forem carregadas pelos cuidados do expedidor, a estrada não responde pelo numero de volumes, ainda que as notas de expedição o indiquem.

Art. 218. A estrada não responsabilisa-se pelos riscos provenientes da natureza dos objectos contidos nos volumes de bagagem.

Art. 219. A estrada responsabilisa-se pelo peso das mercadorias, salvo os casos previstos nestas Condições Regulamentares, até final entrega das mesmas aos destinatarios ou seus prepostos.

Exceptuam-se as mercadorias das tarifas ns. 8 e 9, por cujo peso a estrada não se responsabilisa, limitando-se apenas a verificar o peso para a cobrança do frete e impedir que a carga exceda a lotação do vagão.

Art. 220. A responsabilidade da estrada cessa:

1.º A respeito dos objectos de que se encarrega do remetter ao destinatio, no momento em que a entrega é certificada pelo recibo no boletim de remessa ou na cadorneta dos entregadores.

2.º A respeito das mercadorias endereçadas na estação immediatamente após sua retirada certificada pelo recibo do destinatário ou entrega do conhecimento ou por sua remessa a domicílio efectuada *ex-officio* em virtude do art. 150.

3.º A respeito das mercadorias destinadas a logares distantes da estrada de ferro, no momento da entrega ao correspondente designado pelo expeditor, ou ao conductor que continuar o transporte.

4.º A respeito dos carregamentos destinados aos desvios particulares, logo que for depositado o vagão no desvio.

#### SECÇÃO DE INDENIZACÃO

Art. 221. Os expeditores e viajantes têm a faculdade de declarar no recibo de entrega o valor segundo o qual querem ser indemnizados, em caso de perda ou avaria, de sua mercadoria, bagagem ou animaes.

A declaração do valor das mercadorias nas notas de expedição nenhuma significação tem, de elle que não for paga a taxa do seguro.

No caso do seguro, cobrar-se-ha além do frete e demais taxas, 1/2% do valor declarado para as expedições das tarifas ns. 5 a 9, 1% para as das tarifas ns. 3 e 4 e 2% para as das tarifas ns. 10 a 12.

Art. 222. A importância do valor declarado será paga em caso de perda total e só o site uma quota proporcional á perda, si esta for apenas parcial.

1. Do mesmo modo, em caso de avaria, a indemnização será paga proporcionalmente á importância da avaria verificada.

2. Em nenhum caso a indemnização pôde exceder ao damno realmente soffrido pelo expeditor, em consequencia da perda ou avaria, e será neste caso reduzida a importância do damno.

Art. 223. Quanto aos objectos não seguros, a estrada não é responsavel senão até a importância de 1\$ por kilogramma de mercadoria e de 2\$ por kilogramma de bagagem ou encomenda perdida ou avariada, que em nenhum caso a indemnização possa ser superior ao valor da mercadoria, bagagem ou encomenda perdida ou avariada.

1. No caso em que a mercadoria desemcaminhada for achada, a estrada dará aviso ao destinatário, que terá durante 15 dias o direito de reclamar a entrega, devendo restituir os 3/4 de indemnização que lhe tiver sido paga.

2. A mercadoria avariada ficará pertencendo á estrada.

Art. 224. Quando a mercadoria formar um todo tal que a avaria de uma parte a deprecie ou inutilize, a indemnização a pagar será por arbitramento.

Art. 225. A indemnização de animaes extraviados ou mortos, nos casos não previstos ou declarados expressamente nestas condições, não poderá exceder de :

1. 150\$, animaes de montaria ;

- 2, 100\$, bois, vacas e animais de tracção ou de carga ;
- 3, 50\$, vitellos e novillos ;
- 4, 20\$, bezorros, carneiros e porcos ;
- 5, 10\$, cabras, cães de montanha e outros animais semelhantes, presos ;
- 6, 1\$, aves e pequenos animais em jacos, engradados ou gaiolas.

## ARBITRAMENTO

Art. 226. O arbitramento nos casos em que deva ter lugar por serem duvidosos, não previstos ou definidos nestas condições, será feito por dois arbitradores escolhidos, salvo si ambos concordarem na escolha de um só arbitrador.

Art. 227. O arbitramento será reduzido a auto assignado pelos arbitradores, pela estrada e pela parte.

Art. 228. Si, porém, o destinatario e a estrada chegarem a accordo sobre o valor da avaria, será o accordo reduzido a auto assignado por ambos, que terá a mesma validade que o arbitramento.

Art. 229. Recusando-se o destinatario ao arbitramento amigavel, a estrada requererá judicialmente, e a sim como a remocção da mercadoria para um deposito publico, ou a venda da mesma.

Art. 230. O auto do arbitramento, quer amigavel, quer judicial deve conter, além dos factos e das circumstancias acerca da avaria, as indicações seguintes:

1. A especie precisa, as marcas, os numeroes e o peso de cada um dos volumes vistoriados.
2. A data e o numero do despacho, e os numeroes das varções em que tiverem chegado os volumes.
3. A presença ou ausencia de indícios externos de quebra, molha, manchas, etc., em cada um dos volumes, com designação exacta da sua marca e modo de acondicionamento.
4. A importancia do danno resultante de cada uma das avarias verificadas.
5. A época, que se póde remontar a avaria, suas causas apparentes ou presumidas ; si ella deve ser attribuida a vicio proprio da mercadoria, ou a sua modo de preparação, a defeito ou insufficiencia ou ausencia do envoltorio; em que consistem os vicios ou defeitos; si, em caso de molha e as mercadorias terem já viajado por mar, essa molha provém ou não da agua do mar.

6. A presença ou ausencia de reclamante ou do seu representante e, si for possível, sua declaração de aceitar as condições da vistoria.

Art. 231. Ao formular os requerimentos á autoridade judicial, para obter nomeação de peritos, se precisarão, além dos pontos acima, quasquer outros que as circumstancias indicarem como devendo fazer objecto da vistoria, e se pedirá que

os peritos sejam autorizados a consignar nos autos os dizeres e as observações das partes.

Art. 232. A menos que os peritos sejam analphabetos, ou impedidos por causa legítima, de redigirem elles mesmos seus laudos, estes documentos não poderão ser lavrados por empregados da estrada senão excepcional e ostrictamente sobre os dados apresentados pelos peritos.

Art. 233. O consentimento do destinatario na vistoria ou arbitramento amigavel deve ser certificado por escripto.

Art. 234. Todo arbitramento ou vistoria amigavel deve ser reduzido a auto em duplicata.

Art. 235. A vistoria ou arbitramento devem ser feitos dentro das 48 horas depois da descarga, salvo impedimento devidamente justificado.

#### RECLAMAÇÕES

Art. 236. Não serão attendidas pela estrada as reclamações por perda ou avaria de mercadorias, bagagens e encomendas transportadas pela estrada, ou de excesso de frete cobrado por qualquer motivo nos seguinte casos :

1. Que forem apresentadas depois de um anno, a contar da data do despacho.

2. Que não vieram instruídas com a nota de expedição, cópia authentica da mesma ou o cartão de despacho ou o conhecimento de bagagem ou encomenda com o auto de que trata o art. 237.

3. Que foram apresentadas depois de se ter entregue o conhecimento de bagagem ou ter passado recibo das mercadorias, sem declaração de perda ou avaria.

4. Quando a perda ou avaria provier de alguma das causas mencionadas no art. 102 do Código Commercial.

Art. 237. Das faltas e avarias encontradas no acto da entrega das mercadorias aos destinatarios, lavrará o agente da estação auto circunstanciado, cuja cópia authentica enviará immediatamente ao chefe do trafego.

Art. 238. As reclamações serão feitas em impressos proprios que encontram-se em todas as estações, e entregues aos agentes das estações que os remetterão com os documentos e esclarecimentos necessarios, para o devido processo, ao trafego ou á contadoria, conforme se tratar de perda, de avaria ou de excesso de frete.

A entrega da reclamação ao agente será certificada por um recibo passado por este, si o reclamante exigir.

Art. 239. A estrada restitue o frete que se verificar ter sido cobrado de mais ao expeditor e tem direito de haver executivamente deste, antes ou depois da entrega da mercadoria, o que se verificar ter sido cobrado de menos no acto do despacho.

Art. 240. Quando, porém, o excesso do frete provier de engano na pesagem, não será attendida a reclamação, si o desti-

natario não tiver exigido a verificação do peso antes de retirar a mercadoria.

Art. 241. Nenhuma restituição se fará de excesso de frete cobrado pelo transporte de mercadorias que gozarem de abatimento sobre os preços das tarifas, ou do differença de classificação, si na nota de expedição não houver, no acto do despacho os esclarecimentos necessários, feitos pelo expeditor.

Art. 242. Em caso de reclamação, as notas de expedição não serão reconhecidas pela estrada, si não tiverem a assignatura do agente da estação de procedencia ou de seu delegado.

#### DEVERES DOS EMPREGADOS

Art. 243. Os empregados da estrada, propostos ao serviço de mercadorias, etc., são obrigados a dar aos expedidores todos os esclarecimentos que estes desejarem e facilitar-lhes, quanto possível, o cumprimento das formalidades a preencher, e devem, sendo necessário, encher as notas de expedição.

Art. 244. Nenhum agente ou qualquer empregado poderá dar ao publico documento que contenha rasura ou emenda substancial não resolvida.

Art. 245. Todo documento dado pela estrada e que for depois por qualquer título apresentado, si se achar viciado, será retido e dará lugar á imposição de uma multa de 50\$ a 100\$, segundo a gravidade do caso, á pessoa que o tiver viciado, e neste caso a expedição ou entrega da mercadoria será retardada até decisão superior.

#### XI — TELEGRAPHO

Art. 246. Os telegrammas são acceptos em todas as estações da estrada de ferro, tanto nos dias úteis como nos domingos e dias de festa nacional, excepto no dia de sexta-feira da Paixão.

Art. 247. Os telegrammas dividem-se nas seguintes classes que representam a ordem da transmissão:

1. Telegramma urgente em serviço da estrada.
2. Telegramma do Governo Federal.
3. Telegramma dos Governos Estaduaes.
4. Telegramma das autoridades.
5. Telegramma ordinario em serviço.
6. Telegramma particular.

Art. 248. Os telegrammas devem:

1. Ser escriptos pelo proprio expeditor e de modo que possam ser lidos facilmente, letra por letra.
2. Não conter abreviaturas, rasuras, palavras emendadas ou inutilizadas por meio de riscos.
3. Indicar o nome da estação do destino e o nome e residencia do destinatario, salvo si for notoriamente conhecido.

Quando o expeditor vier á estação, dever elle mesmo escrever o telegramma no impresso para esse fim adoptado.

Quando, porém, o expeditor não vier á estação, pôde remetter a minuta do telegramma, que depois de transcripta no impresso será collada ao mesmo.

A minuta deve conter os requisitos exigidos nos 1º, 2º e 3º casos deste artigo.

Art. 249. O expeditor do um telegramma é obrigado a provar a identidade de pessoa, quando lhi'o exigir a estação de procedencia.

Art. 250. É prohibida a accoitação de qualquer telegramma contrario ás leis, prejudicial á segurança publica ou offensivo á moral e aos bons costumes ou aos interesses da estrada.

É prohibido o uso de cifras secretas.

Art. 251. A apresentação do telegramma é certificada por um recibo ent'egue ao expeditor, o qual deve exhibi-lo em caso de reclamação.

Art. 252. A transmissão dos telegrammas será feita na ordem prescripta no art. 243 e segundo a ordem de apresentação.

Art. 253. No ca. o de affluencia de telegrammas particulares, entre duas estações em communicação directa, serão transmittidos por series alternadas.

A serie não excederá de cinco telegrammas.

Art. 254. Muitos telegrammas successivos do mesmo expeditor, para um mesmo ou differentes destinatarios, serão divididos em series.

Entre essas series transmitir-se-hão, quando houver, telegrammas de outros expeditores, embora tenham sido apresentados posteriormente.

Art. 255. Os telegrammas de mais de 100 palavras podem ser retidos para se transmittirem outros mais breves, embora apresentados posteriormente, salvo em caso urgente.

Os telegrammas do Governo, da estrada de ferro, das autoridades, embora apresentados posteriormente aos particulares, serão sempre expeditos em primeiro logar, conforme a procedencia indicada na ordem da transmissão.

Art. 256. A estrada reserva o direito de interromper as communicações telegraphicas para o serviço de particulares, por tempo indetermiado, no caso em que julgar conveniente, em vista da urgencia do serviço da estrada ou do Governo.

Art. 257. O expeditor pôde exigir da estação do destino a repetição integral do seu telegramma, e pagando taxa dupla; para este fim, fará logo após á sua assignatura, a seguinte declaração: —PEDE-SE A REPETIÇÃO DESTA TELEGRAMMA— a qual não será contada.

Si, depois de transmittido o telegramma, o expeditor exigir a repetição, poderá fazel-o por novo telegramma á estação do destino, pagando a taxa deste e do telegramma repetido.

Art. 258. O telegramma antes de começar a transmissão pôdo ser retirado, restituindo-se ao expeditor a taxa.



## AVISO DE RECEPÇÃO

Art. 259. O expeditor de um telegramma pôde pedir que lhe seja declarada a hora em que for o telegramma entregue ao destinatario; para este fim fará logo após a sua assignatura a seguinte declaração: — Pode-se aviso da hora da entrega, — a qual não será contada.

A taxa do aviso da hora da entrega é identica á taxa de um telegramma de 15 palavras.

Esta taxa será paga pelo expeditor do telegramma, cuja hora de entrega for exigida.

Si depois de transmittido o telegramma, o expeditor exigir o aviso da hora de entrega, poderá fazel-o por novo telegramma á estação do destino, pagando a taxa deste e do telegramma, avisando a hora da entrega, declarando-se no recibo ter direito ao aviso.

## CONTAGEM DAS PALAVRAS

Art. 260. Na contagem das palavras serão observadas as seguintes regras:

1. Tudo o que o expeditor escrever, para ser transmittido entrará na contagem das palavras.

2. Conta-se, como uma, qualquer palavra que tenha 15 caracteres ou menos; para o excedente, conta-se uma palavra por cada 15 caracteres ou fracção de 15.

3. Toda a palavra composta, escripta do modo que forme uma só e não sendo contraria ao uso da lingua, como tal será contada de conformidade com o disposto na regra anterior.

4. Si, porém, forem escriptas separadamente, as partes de que elle se compõe, ou se no ramidas pelo typo de união, ou separadas por apóstrophes, serão contadas como tantas tantas palavras.

5. Os grupos, destacados de algarismos ou letras, contam-se como tantas palavras quantas forem as series de cinco ou menos que contiverem. Os signaes de accentuação não são contados.

6. Os grupos, destacados de numeros escriptos em caracteres romanos, contam-se como tantas palavras quantas forem as series de cinco ou menos que contiverem.

7. As letras acrescentadas aos algarismos, para designar os numeros ordinarios, contam-se uma por uma — como algarismos.

Art. 261. Entram na contagem das palavras:

1. O nome do expeditor, do destinatario e o endereço.

2. Todas as palavras contidas no corpo do despacho e a declaração — Resposta paga para... palavras.

3. O reconhecimento da assignatura quando houver.

Art. 262. Não serão taxados quaesquer palavras ou signaes acrescentados no interesse do serviço telegraphico.

Igualmente não serão taxados a data, a hora da apresentação do telegramma, nem o lugar da procedencia, senão quando o expedidor o inscrever na minuta.

#### COBRANÇA DAS TAXAS

Art. 263. As taxas são as seguintes :

100 réis por palavra, de 1 a 151 kilometros.

200 réis por palavra, de 159 a 300 kilometros.

300 réis por palavra, de 300 kilometros em diante.

Para entrega dos telegrammas a domicílio, nas cidades e villas, cobrar-se-ha uma adicional de 20 %, com o minimo de 500 réis.

A companhia não será responsavel pela entrega, dentro de um tempo marcado, de telegrammas que forem attendidos além destes perimetros, porém, empregará os esforços para achar portadores, cobrando para este fim 1\$ por legua ou fracção de legua, pagos no acto da inscripção.

Quando o telegramma tiver destino para alguma estação de outra qualquer estrada de ferro em trafego mutuo, pagará no percurso desta estrada, pelas taxas acima indicadas, sendo o percurso nas outras estradas cobrado pelas tarifas de cada uma.

A taxa é paga em cada estação de procedencia.

Art. 264. Os telegrammas, tanto do Governo Federal como do Governos Estaduaes e das autoridades policias, são sujeitos á taxa que prescreverem os respectivos decretos, e serão transmitidos á vista da requisição da autoridade competente.

Art. 265. Os telegrammas dirigidos ás redacções dos jornaes, contendo noticias e sômdas á publicidade, terão a redução de 50 %, não havendo, porém, nenhum destes telegrammas, pagar menos de 500 réis para cada secção.

Art. 266. Cobrar-se-ha taxa dupla pelos telegrammas em francez, inglez, italiano, hespanhol, allemão ou outra lingua estrangeira.

Art. 267. O mesmo telegramma, dirigido a mais de um destinatario, pagará além da taxa para um destinatario, mais metade por cada um dos outros, sendo, porém, a taxa minima de 500 réis para cada secção.

O mesmo telegramma dirigido a mais de uma estação pagará a taxa correspondente a cada uma destas.

Art. 268. O expedidor pagará de antemão a resposta do telegramma que apresentar, fixando o numero de palavras.

Neste caso a minuta do telegramma deve ter a declaração : --Resposta paga para... palavras, antes da assignatura do expedidor.

Si a resposta tiver menor numero de palavras do que o indicado no telegramma, não se fará restituição.

Si o numero de palavras for maior, o excesso será pago pela pessoa que apresentar a resposta, de accordo com as tarifas.

## ENTREGA DOS TELEGRAMMAS

Art. 269. A resposta para ser transmittida deve ser apresentada dentro das 48 horas que se seguirem á entrega do telegramma primitivo ao destinatario. A resposta apresentada, depois de findo este prazo, fica sujeita ao pagamento da taxa.

Art. 270. O telegramma pôde ficar na estação do destino até que o destinatario o procure.

Si não for reclamado dentro do prazo de um mez, será destruido.

Art. 271. Na ausencia do destinatario, os telegrammas serão entregues ás pessoas de sua familia, a seus empregados, criados ou hospedes, salvo si o expeditor designar na minuta pessoa especial.

Si nenhuma dessas pessoas for encontrada, far-se-ha menção disto no despacho, que voltará ao escriptorio do destino, para depois ser expedido pelo Correio, não se franquando o porte.

Quem receber o telegramma em nome do destinatario, deverá assignar recibo, indicando esta circumstancia.

Si, por declaração erronea de endereço ou por falta desse requisito, não puder ser entregue no destino um telegramma, esta circumstancia será communicada á estação despachante por telegramma.

Art. 272. Os telegrammas que tiverem de ser procurados na estação do destino, serão entregues só ao proprio destinatario ou á pessoa por elle competentemente autorizada.

Art. 273. O pedido, para que o telegramma expedido não seja entregue ao destinatario, deve ser feito por novo telegramma do expeditor ao chefe da estação do destino, sujeito a taxa, não assumindo, porém, a estada responsabilidade, quanto a poder ser dada execução ao pedido.

Art. 274. A estrada não se responsabilisa pela demora na expedição ou falta na entrega de qualquer telegramma, nem tampouco pelos prejuizos resultantes.

## RESTITUIÇÃO DAS TAXAS DOS TELEGRAMMAS

Art. 275. O expeditor tem direito á restituição da taxa nos seguintes casos:

1.º Quando o telegramma enviado ao destino estiver alterado a ponto de não satisfazer ao fim a que era destinado.

2.º Quando o telegramma chegar a casa do destinatario com demora de mais de duas horas, depois da recepção da estação do destino, si a demora provier de negligencia ou descuido do pessoal da estrada.

3.º Quando for necessario retardar a transmissão do telegramma, salvo si a parte sujeitar-se á demora inevitavel.

Art. 276. Qualquer reclamação para restituição da taxa deve ser feita, sob pena de prescrição, dentro de um mez de cobrança.

## SEGREDO DOS TELEGRAMMAS

Art. 277. Os empregados da estrada são obrigados a guardar absoluto segredo sobre os telegrammas.

São-lhes applicaveis, pelo extravio ou abertura dos despachos telegraphicos e divulgação de seu enunciado, as leis que garantem o sigillo das cartas confiadas ao correio e a segurança seu transporte.

## CERTIDÃO DE TELEGRAMMAS

Art. 278. Sómente o expeditor e o destinatario, provada a sua identidade, ou seus prepostos legalmente autorizados, teem direito de obter certidão dos telegrammas que tiverem expedido ou recebido, requerendo a e ministrando os esclarecimentos necessarios para se proceder á busca o que é indispensavel.

Esse direito, porém, prescreve findo o prazo de 12 mezes da data do telegramma.

Cobra-se-lhe o minimo de 2\$ por cada certidão de telegramma até 100 palavras, e proporcionalmente no caso de excesso.

## ARCHIVO

Art. 279. Os originaes dos telegrammas serão conservados durante o prazo de 12 mezes, com todas as precauções necessarias no que diz respeito ao segredo.

## TRANSPORTE GRATUITO

Art. 280. Não haverá transporte gratuito nas estradas arrendadas senão para pessoal em serviço e para objectos de serviço, para os materiaes dos prolongamentos, ramaes e de conservação das linhas, malhas do correio e seus conductores.

## VII — ADITAMENTO

DISPOSIÇÕES RELATIVAS Á CONDUÇÃO DE MERCADORIAS, VOLUMES, ETC., POR CONDUCTORES OU COMMISSARIOS DE TRANSPORTE

## CÓDIGO COMMERCIAL — PARTE 9ª

## TITULO III — CAPITULO VI

*Das conductores de generos e commissarios de transporte*

Art. 99. Os barqueiros, tropeiros e quaesquer outros conductores de generos, ou commissarios, que do seu transporte se encarregarem mediante uma commissão, frete ou aluguel, devem effectuar a sua entrega fielmente no tempo e no logar do

ajuste; e empregar toda a diligencia e meios praticados pelas pessoas exactas no cumprimento de seus deveres, em casos semelhantes para que os mesmos generos se não deterioreem, fazendo para esse fim, por conta de quem pertencer, as despesas necessarias; e são responsaveis as partes pelas perdas e danos que, por malversação ou emissão sua ou dos seus feitores, auxiliaes ou outros quaesquer agentes, resultarem.

Art. 100. Tanto o carregador como o conductor devem exhibir-se mutuamente uma canteia ou recibo, por duas ou mais vias, e for as pedidas a qual devém conter:

1. O nome do dono do genero, ou carregador ou do conductor ou commissario de transportes, e a data da entrega a quem a fazenda é entregue e a legua onde deve ser-o a entrega.

2. Designação dos effectos sua quantidade generica, peso ou numero dos volumes, e os numeroes ou outros signaes externos destes.

3. O nome ou sinal do comprador.

4. O preço de cada um dos effectos a entregar a entrega.

5. O nome do comprador e do conductor.

Art. 101. A responsabilidade do genero, e o commissario de transportes e conductor, contra o qual o mandado em que receber a fazenda se assigna, devém ser-o effectuada a entrega.

Art. 102. Quando a fazenda, ou cargo por conta do dono o risco que as avarias e furtos, ou procedente de vicio proprio, furtos maliciou ou caso fortuito.

A prova de qualquer dos referidos sinistros incumbe ao conductor ou commissario de transportes.

Art. 103. As perdas ou avarias accidentellas ás fazendas durante o transporte, não provindo de alguma das causas designadas no artigo precedente, e nem por conta do conductor ou commissario de transportes.

Art. 104. Se, todavia, se provar que para a perda ou avaria dos generos ha o vicio ou negligencia ou culpa do conductor ou commissario de transportes, por ter deixado de empregar as precauções e diligencias (art. 100) será este obrigado a uma indemnização, ainda mesmo que tenha provindo de caso fortuito ou de qualquer natureza da coisa carregada.

Art. 105. Em nenhum caso o conductor ou commissario de transporte é responsavel se não pelas effectos que constarem da canteia ou recibo que tiver assignado, sem que seja admissivel ao carregador a prova de que entregou maior quantidade dos effectos mencionados na canteia ou recibo ou que entre os designados se continham outros de maior valor.

Art. 106. Quando as avarias produzirem sómente diminuição no valor dos generos, o conductor ou commissario de transportes só será obrigado a compor a importância do prejuizo.

Art. 107. O pagamento dos generos que o conductor ou commissario de transportes deixar de entregar e a indemnização dos prejuizos que causar serão liquidadas por arbitradores á vista das canteias ou recibos (art. 100).

Art. 108. As bestas, carros, barcos,apparelhos e todos os mais instrumentos principaes e accessorios dos transportes são hypotheca tacita em favor do carregador para pagamento dos effeitos entregues ao conductor ou commissario de transportes.

Art. 109. Não terá logar reclamação alguma por diminuição ou avaria dos generos transportados, depois de se ter passado recibo da sua entrega sem declaração de diminuição ou avaria.

Art. 110. Havendo, entre o carregador e o conductor ou commissario de transportes, ajustes expressos sobre o caminho por onde deve fazer-se o transporte, o conductor ou commissario não poderá variar d'elle; pena de responder por todas as perdas e danos, ainda mesmo que sejam provenientes de alguma das causas mencionadas no art. 102, salvo si o caminho ajustado estiver intransitavel ou offerecer riscos maiores.

Art. 111. Tendo-se estipulado prazo para a entrega dos generos, si o conductor ou commissario de transportes o exceder por facto seu, ficará responsavel pela indemnização dos danos que dehi resultarem na baixa do preço, e pela diminuição que o genero vier a soffrer na quantidade, si a carga for de liquida, a juizo do arbitrador.

Art. 112. Não havendo, na cautela ou recibo, prazo estipulado para a entrega dos generos, o conductor, sendo tropeiro, tem obrigação de os entregar na primeira viagem que fizer, e, sendo commissario de transportes, é obrigado a expedir o pela ordem de seu recibo, sem dar preferença a nus que forem mais autonymos; pena de responderem por perdas e danos.

Art. 113. Vencido o carregador a consignação dos effeitos, o conductor ou commissario de transporte é obrigado a cumprir a sua ordem, remettendo-a a os de fôrta a entrega no lugar do destino.

Si, porém, a variação do destino da carga exigir variação de caminho ou que o conductor ou commissario de transportes passe do primeiro lugar destinado, esse tem direito de entrar em novo ajuste de frete ou aluguel, e não se accordando, só será obrigado a effectuar a entrega no lugar designado na cautela do recibo.

Art. 114. O conductor ou commissario de transportes não tem acção para investigar o direito, porque os generos pertencem ao carregador ou consignatarios, e logo que se lhe apresento titulo bastante para os receber, deverá entregal-o, sem lhe ser admittida opposição alguma; pena de responder por todos os prejuizos e riscos que resultarem da móra e de proceder-se contra elle como depositario (art. 234) (1).

Art. 115. Os conductores e commissarios de transportes são responsaveis pelos danos que resultarem de omissão sua ou

(1) Ao entregando o depositario a coisa depositada no prazo de 48 horas da intimação judicial, sera preso até que effectue a entrega do depósito ou de seu valor equivalente (art. 262 e 440).

de seus prepostos no cumprimento das formalidades das leis ou regulamentos fiscaes em todo o curso da viagem e na entrega no logar do destino, ainda que tenham ordem do carregador para obrarem em contravenção das mesmas leis ou regulamentos.

Art. 116. Os conductores ou commissarios de transportes de generos por terra ou aqua tem o direito de serem pagos, no acto da entrega do frete ou aluguel ajustados; passadas 24 horas, não sendo pagos, nem havendo reclamação contra elles (art. 109), poderão requerer sequestro e venda judicial dos generos transportados, em quantidade que seja sufficiente para cobrir o preço do frete e despesas, si algumas tiverem soffrido, para que os generos se não deterioreem (art. 99).

Art. 117. Os generos carregados são hypotheca tacita do frete e despesas, mas esta deixa de existir logo que os generos conduzidos passam do poder do proprietario ou consignatario para o dominio de terceiro.

Art. 118. As disposições d'este capitulo são applicaveis aos donos, administradores e armadores de barcos, lanchas, saveiros, lanchas, canoas e outros quizesquer barcos de semelhante natureza carregados no fustepete de generos commerciaes.

#### EMBARGO E PENHORA

Decreto n. 841, de 13 de outubro de 1851, prescreve as formalidades para embargo ou penhora em mercadorias existentes nas estações fiscaes e bordos dos navios.

Hai por bem, na conformidade do art. 520 do regulamento n. 737, de 25 de novembro de 1850, ordenar que, para fazer embargos ou penhora em mercadorias existentes nas alfândegas, consulados, depósitos ou armazens alfandegados, e a bordo de navios á vela, em descarga e franquia ou sujeitos á fiscalização livre nas alfândegas e consulados se observe o seguinte:

Art. 1.º Apresentar-se-ha ao respectivo chefe da alfândega ou consulado carta precatoria, rogatoria, legalmente expedida em nome do juiz commercial competente, a qual deverá conter:

1. No caso do embargo, o teor do despacho ou sentença, que a elle tiver mandado proceder, e no caso da penhora, o teor da sentença proferida contra o executado legitimamente passala em julgado.

2. Em qualquer dos casos mencionados, a importancia da divida, para cuja segurança ou pagamento se tem de fazer a embargo ou penhora.

3. Especificação da mercadoria ou volumes que se houver de embargar ou penhorar.

Art. 2.º Mandada cumprir a precatoria, se procederá a exame, conferencia e avaliação das mercadorias pela mesma forma que se procede para pagamento dos direitos; e logo se

fará embargo ou penhora, lavrando-se o auto nos termos dos arts. 327, 328, 511, 512 e 513 do regulamento de 25 de novembro de 1890.

Art. 3.º Esse auto será assignado pelo empregado, a cujo cargo estiver a guarda das mercadorias, e a quem os officiaes de justiça darão contra-fé do mesmo auto para se averbar, tanto na precatoria, como a margem do livro das entradas das mercadorias, embargo ou penhora, que nella se tiver feito.

Art. 4.º Effectuado o embargo ou penhora, ficará suspenso o despacho das mercadorias embargadas ou penhoradas, até final decisão, mas se esta se demorar, de sorte que passe o tempo por que podem ser guardadas nos armazens e depositos das alfândegas e consulados, se observarão a respeito de taes mercadorias as disposições dos respectivos regulamentos relativas ao consumo; e haverá por transferido o embargo ou penhora para a somma que ficar líquida, averbando-se na precatoria e no livro das entradas, na forma do artigo antecedente.

Art. 5.º Quando se tiver de embargar ou penhorar algum navio sujeito á fiscalização da alfândega ou do consulado ou mercadoria á bordo de navio de carga, se apresentará cada precatoria ao respectivo chefe, com as formalidades prescriptas no art. 1.º, indicando-se, quanto ao navio, o nome d'elle e do capitão e dado o despacho para cumprimento se procederá na forma do art. 2.º, devendo ser as mercadorias immediatamente descarregadas e o navio entregue ao depositario judicial depois de desembaraçado.

Art. 6.º A entrega das mercadorias, dinheiros ou navios embargados ou penhorados, não se effectuará sem que seja exigida por nova carta precatoria rogatoria do juiz commercial, o sem que a Fazenda Nacional seja satisfeita de quanto lhe for devido.

Art. 7.º O embargo ou penhora, que assim se fizer, não impedirá a descarga das mercadorias embargadas ou penhoradas para os armazens ou depositos das alfândegas ou consulados, nem obstará a apprehensão que deva fazer-se das mercadorias ou dos navios que se tiverem embargado ou penhorado, nos casos e pelo modo decretado nos respectivos regulamentos, seu processo, julgamento e plena execução, ainda que dahi resulte inutilizar-se o embargo ou penhora no todo ou em parte.

Bases das tarifas—Transporte de viajantes.

Continuam em vigor as tarifas actuaes das estradas que constituem a rede a cargo da companhia.

#### TRANSPORTE DE BAGAGENS E ENCOMENDAS

##### *Tarifa n. 3*

Por 10 kilogrammas e por kilometro:

De 0 a 100 kilometros . . . . .	\$006
De 101 a 200 kilometros . . . . .	\$004
De 201 em diante . . . . .	\$002

Industria — Decisões de 1904



## TRANSPORTE DE MERCADORIAS

*Tarifa n. 4*

Mobilias de luxo, obras de arte, porcellanas, espelhos, crystaes, inflammaveis não denominados, explosivos, drogas venenosas, chapellaria, perfumaria, objectos de luxo não denominados e generos de cuidado em geral:

Por 10 kilogrammas e por kilometro:

De 0 a 100 kilometros . . . . .	\$004
De 101 a 200 kilometros . . . . .	\$003
De 201 em diante . . . . .	\$001,5

*Tarifa n. 5*

Fazendas em geral, preparados de fumo, generos de importação em geral, não classificados, vinhos, licores e espiritos, mercearias, louça estrangeira, peles de cabra, verdes e secas, borracha, café, cacto, drogas, miudezas e quinquilharias:

Por 10 kilogrammas e por kilometro:

De 0 a 100 kilometros . . . . .	\$002,20
De 101 a 200 kilometros . . . . .	\$001,50
De 201 em diante . . . . .	\$001

*Tarifa n. 6*

Conhos secas e salgados, louça do barro do paiz, fumo e abacó de folha de Flândia:

Por 10 kilogrammas e por kilometro:

De 0 a 100 kilometros . . . . .	\$001,50
De 101 a 200 kilometros . . . . .	\$001,25
De 201 em diante . . . . .	\$001

*Tarifa n. 7*

Assucar, alcool, aguardente, bacalhão em geral, carne secca, cal estrangeira e farinha de trigo:

Por 10 kilogrammas e por kilometro:

De 0 a 50 kilometros . . . . .	\$001,25
De 51 a 100 kilometros . . . . .	\$000,90
De 101 a 200 kilometros . . . . .	\$000,60
De 201 em diante . . . . .	\$000,40

*Tarifa n. 8*

Sementes de mamona, cereaes em geral para exportação, carvão de pedra, carros funebres, carros de passeio, material para estrada de ferro e sal:

Por tonelada: 1.000 kilogramas e por kilometro:

De 0 a 100 kilometros . . . . .	\$078
De 101 a 200 kilometros . . . . .	\$050
De 201 em diante . . . . .	\$020

*Tarifa n. 9*

Tijolos, telhas, pedras, lenha, barro, areia, machinas em geral para a lavoura e industria, canna do a-sucar, dormentes, estacas, cal do paiz, estrume, capim, mel de assucar e productos de pequena lavoura:

Por tonelada: 1.000 kilogrammas e por kilometro:

De 0 a 100 kilometros . . . . .	\$050
De 101 a 200 kilometros . . . . .	\$040
De 201 em diante. . . . .	\$025

TRANSPORTE DE VALORES

Por conto de reis ou fracção:

Tarifa n. 3 e 1  $\frac{1}{2}$  % do valor.

*Tarifa n. 10*

Cavallos, burros etc.:

Por cabeça e por kilometro:

De 0 a 100 kilometros . . . . .	\$055
De 101 a 200 kilometros . . . . .	\$035
De 201 em diante (frete minimo 1\$). . . . .	\$016

*Tarifa n. 11.*

Bois, vacas, bezeros, etc.:

Por cabeça e por kilometro.

De 0 a 100 kilometros . . . . .	\$035
De 101 a 200 kilometros . . . . .	\$012
De 201 em diante (frete minimo 1\$). . . . .	\$006

*Tarifa n. 12*

Porcos, carneiros, cabras, etc.:

De 0 a 100 kilometros . . . . .	\$012
De 101 a 200 kilometro. . . . .	\$006
De 201 em diante (frete minimo \$500)	\$003

Vigoram as presentes bases em quanto o cambio permanecer a 20 dinheiro ou mais.

Os transportes effectuados pelas tarifas ns. 4, 5, 6 e 7, ficam elevados em 5 % por cada dinheiro ou fracção de dinheiro abaixo de 20 dinheiros, variavel no principio de cada mez, tomando-se a taxa do ultimo dia de mez anterior a 90 dias de vista.

#### TARIFAS ESPECIAES

a) O assucar pagará pela tarifa n. 7 e porém, nas secções S. Francisco, Sul de Pernambuco e Central de Alagoas e Natal não haverá augmento em relação ás tarifas que estão actualmente em vigor.

b) Para o algodão descarregado se applicará nas secções Central de Pernambuco, Coude d'Eu e Natal a tarifa que está actualmente em vigor na secção Limoeiro. Nas secções São Francisco, Sul de Pernambuco e Central de Alagoas serão applicadas as tarifas actualmente em vigor.

c) Para sementes de algodão se applicarão as tarifas que estão actualmente em vigor, devendo cobrar-se na secção central de Pernambuco pelas tarifas da secção Limoeiro.

d) Para as cannas de assucar serão cobradas as tarifas que estão actualmente em vigor, tendo 10 % de abatimento as cannas da secção S. Francisco que descerem do interior.

e) Para a madeira em bruto ou lavrada a machado serão applicadas as tarifas que estão actualmente em vigor, devendo, porém, ter um abatimento de 25 % nos mezes de abril a agosto.

f) Para o kerosene será applicada a tarifa n. 5, com 20 % de augmento.

g) Os transportes por conta dos Governos Federal e Estaduaes gozarão do abatimento de 15 % sobre os preços das tarifas ora approvadas.

Observação — As tarifas e condições regulamentares ora approvadas entrarão em vigor em 1 de novembro do corrente anno.

Directoria Geral de Obras e Viacção, 26 de julho de 1904.—  
*José Freire Parreiras Horta.*

#### CLASSIFICAÇÃO GERAL DAS MERCADORIAS

Abacate . . . . .	9
Abacaxis. . . . .	9
Abanos de palha para cozinha. . . . .	5
Abanos de pennas, de palha, de papel, ventarolas . . . . .	4
Abelhas. . . . .	5
Aboboras . . . . .	7
Absinthio . . . . .	5
Açafates e semelhantes. . . . .	6
Açafrão ou urucu. . . . .	5

Açafrão.	5
Accessorios de trilhos.	8
Acções de bancos ou de companhias.	1 %
Achas de lenha.	9
Acido para applicação industrial.	4
Acidos mineraes.	4
Aço em barra ou verguinha.	6
Aço em obra.	6
Acordeons.	4
Aduelas de madeira para pipas, barris, barricas, etc.	7
Afiadores de metal para facas, etc.	5
Agatha em bruto.	6
Agatha em obra.	5
Agua commun doce ou salgada.	7
Agua de Cologne.	4
Agua mineraes ou medicinaes.	5
Agua odoriferas.	4
Agua-raz.	5
Aguardente do paiz.	7
Aguardente estrangeira.	5
Agulhas.	5
Agulhas para vias-ferreas.	8
Alpim.	9
Alabastro bruto.	7
Alabastro em obra.	4
Alambiques para laboratorios.	5
Alambiques para fabricas.	6
Alavancas de ferro.	8
Albumina.	5
Albuns.	4
Alcatifas.	4
Alcatrão (pixe).	6 e 8
Alcool do paiz.	7
Alcool estrangeiro.	5
Alcoolicos.	5
Aletria.	5
Alface.	9
Alfafa (forragem).	7 e 9
Alfazema.	6
Alfinetes.	5
Alforges.	5
Algodão descaroçado ou em pasta (vide tarifa especial).	
Algodão em caroço (vide tarifa especial).	
Alhos.	5 e 9
Alicate de metal.	5
Almofadas de seda, lã, etc., para sofás.	4
Almofadas communs para camas.	5
Almofarizes de metal ou de pedra.	5
Almofarizes de madeira.	6
Alpiste.	5
Aluminio.	4

Alvaiade. . . . .	5
Alviões . . . . .	5
Ameixas. . . . .	5
Amendoas da Europa . . . . .	5
Amendoas do paiz. . . . .	7
Amendoim em grão ou cocô. . . . .	7
Amianto. . . . .	7
Amiante em obra . . . . .	4
Amido ou polvillio . . . . .	5
Amostras diversas. . . . .	4
Ampulhetas. . . . .	4
Ananazes . . . . .	9
Ancinho de ferro . . . . .	8
Ancoras de ferro . . . . .	7
Ancoretas varias . . . . .	6
Angico, resina, gomma ou folhas. . . . .	5
Aniagem . . . . .	5
Anil . . . . .	5
Animacs empalhados para museu . . . . .	4
Animacs vivos em gaiolas, engratados ou cestos. . . . .	5
Animacs ferozes ou perigosos (vide art. 102). . . . .	
Animacs diversos (cavallos, bois, etc). . . . .	10 e 11
Animacs (bezerros e vitellas) . . . . .	11
Animacs (carneiros, porcos e outros) . . . . .	12
Aniz (licores, bebidas alcoolicas) . . . . .	5
Anthracite . . . . .	7 e 5
Anzoes . . . . .	9
Aparas de papel . . . . .	5
Aparadores ordinarios . . . . .	5
Aparadores envernizados ou de luxo. . . . .	5
Apolices. . . . .	1 %
Apparelhos de louca e pertences ordinarios. . . . .	5
Apparelhos de mesa, de prata ou outros. . . . .	
metaes preciosos . . . . .	1 %
Apparelhos de porcellana . . . . .	4
Apparelhos para agua ou para gaz . . . . .	5
Apparelhos para esgotos . . . . .	7 e 8
Apparelhos quaesquer para lavoura ou industria . . . . .	7 e 9
Apparelhos de physica ou chimica. . . . .	4
Apparelhos typographicos, telegraphicos e telepho- nicos . . . . .	4
Arados e pertences . . . . .	7 e 9
Arames de qualquer metal não precioso. . . . .	5
Arame farpado. . . . .	7 e 9
Arandellas . . . . .	5
Araruta. . . . .	4
Arasta . . . . .	5
Arbuos . . . . .	7
Archotes . . . . .	5
Arcos de ferro ou de aço. . . . .	7
Arcos de madeira. . . . .	7

Arções para sellins . . . . .	5
Ardosias . . . . .	7 e 8
Arcia . . . . .	7 e 9
Areometros . . . . .	4
Argilla . . . . .	7 e 9
Argollas do cobre ou metal semelhante . . . . .	5
Argollas de ferro . . . . .	7
Armações para guarda sol . . . . .	5
Armações para igrejas . . . . .	4
Armações de ferro ou de madeira para lojas . . . . .	5
Armações envernizadas para lojas . . . . .	4
Armarios envernizados ou de luxo . . . . .	4
Armarios ordinarios e sem vidros . . . . .	5
Armarinho . . . . .	5
Armas . . . . .	5
Armas brancas . . . . .	5
Armas de fogo . . . . .	5
Arpões . . . . .	5
Arrebites . . . . .	5
Arreios . . . . .	5
Arreios e pertences finos . . . . .	4
Arroz . . . . .	7
Arroz exportado (por lotação) . . . . .	8
Arroz com casca exportado (por lotação) . . . . .	8
Artigos de armador . . . . .	4
Artigos de armarinho . . . . .	4
Artigos de cabelleiros . . . . .	4
Artigos de confeitaria . . . . .	1
Artigos de chapelaria . . . . .	4
Artigos de cobre ou metal semelhantes . . . . .	4
Artigos de cutelaria . . . . .	4
Artigos de desenho . . . . .	4
Artigos de escriptorio . . . . .	4
Artigos de folhas de Flandres . . . . .	6
Artigos para fumantes . . . . .	4
Artigos de gazistas . . . . .	4
Artigos inflammaveis ou explosivos . . . . .	4
Artigos de luxo ou de phantasia . . . . .	4
Artigos louça, vidros, porcellana, metal fino, etc . . . . .	4
Artigos de pacotilha, como botões, colchetes, agulhas, dedaes, etc., etc. . . . .	5
Artigos de papelaria . . . . .	5
Artigos para pianos . . . . .	4
Artigos de relojoeiro . . . . .	4
Artigos de sapateiro . . . . .	5
Artigos do selleiro . . . . .	4
Artigos de sirgueiro . . . . .	4
Arvores do Natal . . . . .	4
Asphalto . . . . .	7 e 9
Assucar refinado . . . . .	6
Assucar de beterraba . . . . .	6

Assucar bruto (vide tarifa especial).	
Assucareiros de prata, etc.	1 %
Assucareiros de louça ordinarios.	5
Assucareiros de metal.	5
Assucareiros de folha de Flandres, etc.	5
Açucenas para castiças.	4
Alatido . . . . .	4
Avda . . . . .	6
Avelans . . . . .	5
Aves domesticas em capoeiras, etc.	6
Aves silvestres em gaiolas, etc.	4
Aves empalhadas para museu . . . . .	4
Azarção . . . . .	5
Azeite doce ou outros finos.	5
Azeite de substancias diversas ordinario.	6
Azeitonas . . . . .	5
Azouguc. . . . .	4
Azulejos. . . . .	7

## 13

Bacalhão. . . . .	7
Bacamartes.	5
Bacias de porcellana ou vidro. . . . .	4
Bacias de prata, etc., etc.	1 %
Bacias de folha ou de metal ordinario.	5
Bacias de barro para esgoto.	4
Bacias de louça para latrinas.	5
Buotas e baetinhas . . . . .	5
Bagagons e encommen-las. . . . .	4
Bagas de zimbro. . . . .	6
Bahus vasios de folha ou de madeira.	4
Bagatelas e pertences. . . . .	5
Baionetas . . . . .	5
Balas de chumbo, ferro ou bronze.	5
Balaos estrangeiros ou finos.	6
Balaos ordinarios do paiz. . . . .	4
Balanças de latão ou metal semelhante.	9
Balanças de ferro ou madeira.	5
Balaustres de ferro, bronze ou outro metal.	5
Baldes de metal ou madeira. . . . .	6
Baleeiras (pagando lotação). . . . .	8
Balões . . . . .	4
Bambinellas. . . . .	4
Bambús. . . . .	7 e 9
Bananas. . . . .	9
Bancos de carpinteiros. . . . .	5
Bancos envernizados . . . . .	5
Bancos de ferro ou de metal. . . . .	6
Bancos para piano. . . . .	4

Bancos de madeira. . . . .	6
Bandeiras . . . . .	4
Bandeiras de madeira com vidros para portas ou janellas . . . . .	5
Bandejas de metal ordinario. . . . .	5
Bandejas de prata ou ouro. . . . .	1 %
Banguês . . . . .	5
Banha para cabelo . . . . .	4
Banha de porco . . . . .	5
Banheiros de latão ou metal ordinario. . . . .	5
Banheiros de madeira, ferro ou estanho. . . . .	6
Barbante . . . . .	5
Barbatana de baleia. . . . .	5
Barracas desarmadas. . . . .	6
Barricas e barris vazios. . . . .	6
Barricas e barris desarmados. . . . .	7
Barrilha. . . . .	7 e 8
Barro. . . . .	7 e 9
Barro em obra. . . . .	6
Barrotes de madeira (vide especial). . . . .	7 e 8
Bastidores para theatro. . . . .	4
Bastidores de bordar. . . . .	5
Batatas . . . . .	5
Batatas exportadas . . . . .	9
Baunilha. . . . .	5
Bebidas espirituosas (alcoolicas). . . . .	5
Beijus. . . . .	6
Bengalas finas. . . . .	4
Bengalas ordinarias. . . . .	5
Benjoim. . . . .	6
Bergos de metal, de madeira ou de vime: . . . . .	5
Bestas (animaes). . . . .	10
Bezerros. . . . .	11
Bichos de seda. . . . .	5
Bicyclettes . . . . .	4
Bigornas. . . . .	7
Bijouterias . . . . .	1 %
Binoculos . . . . .	4
Bilhares e pertences . . . . .	4
Bilhetes impressos (sem valor). . . . .	5
Bilhetes impressos (com valor). . . . .	1 %
Bilros . . . . .	5
Biombos. . . . .	4
Biscuitos (bolachas e rosas). . . . .	5
Bismutho . . . . .	5
Bisnagas . . . . .	4
Bisulphito de cal. . . . .	7 e 8
Bitter . . . . .	5
Bocetas de ouro, prata e platina . . . . .	1 %
Bocetas diversas . . . . .	5
Boias. . . . .	7 e 9



Boiões . . . . .	6
Bois . . . . .	11
Bolachas . . . . .	5
Bolsas de viagem . . . . .	5
Bólos . . . . .	5
Bolas de bilhar ou bagatellas . . . . .	4
Bombas hydraulicas . . . . .	5
Bonecas . . . . .	4
Bonets . . . . .	4
Borra de azeite, gaz, vinho ou vinagre . . . . .	7
Borracha em lençol ou em tubos . . . . .	5
Borracha bruta . . . . .	5
Borracha em obra . . . . .	5
Botijas vastas . . . . .	7
Botinas ordinarias . . . . .	5
Botinas, botas etc de verniz, pellica, lustro ou de luxo . . . . .	5
Botões de ouro, ou prata, com ou sem pedras preciosas . . . . .	1%
Botões diversos . . . . .	5
Breu . . . . .	7
Bridas ordinarias . . . . .	5
Brilhantes . . . . .	1%
Brincos de ouro, prata, etc . . . . .	1%
Brincos de metal ordinario . . . . .	5
Brinquedos . . . . .	4
Brochas para caiar ou pintar . . . . .	5
Bronze em bruto para obras . . . . .	5
Bronze em obra . . . . .	5
Bronze para rodas . . . . .	5
Bronze em objetos de arte, luxo . . . . .	4
Bruacas vastas . . . . .	7
Brunidores de café . . . . .	7
Bules de prata . . . . .	1%
Bules de metal . . . . .	4
Bules de longa commum . . . . .	5
Bules de porcellana fina . . . . .	4
Bules de folha de Flandres . . . . .	5
Burra de ferro ou madeira . . . . .	6
Bussolas . . . . .	4
Bustos de bronze, marmore, etc . . . . .	4
Buzinas . . . . .	4



Cabeçadas e cabeções . . . . .	5
Cabeças de boi, carneiro, etc . . . . .	7
Cabellos . . . . .	6
Cabellos em obra . . . . .	4
Cabides envernizados . . . . .	4
Cabides de metal, madeira e outros ordinarios . . . . .	5
Cabos de arame (cordas) . . . . .	5

Cabos de linho (cordas)	5
Cabos para ferramentas	7
Cabos para vassouras	7
Cabras e cabritos	12
Cabrestos	5
Cabriolets (tendo 4 rodas).	8
Caça morta (aves ou quadrupedes)	5
Cacão	5
Caçambas de metal, ferro ou zinco.	6
Caçambas de montaria (ostribos)	5
Cachaça	7
Cachimbos	4
Cachimbos de barro ordinarios do paiz	5
Cacos de vidro ou louça	7
Cadaveres (vide arts. 33 e 34)	
Cadeados	5
Cadeiras de luxo	4
Cadeiras ordinarias.	5
Cadernacs	6
Cadinhos	5
Cães	12
Café em cereja ou côco.	5
Café em grão ou casquinha	5
Café moído	5
Caféteiras de prata, etc.	1 %
Cafeteiras de louça ou metal fino	4
Cafeteiras de folha de Flandres, etc.	5
Caibros (vide especial).	8
Caixas de rapé, de ouro, prata, etc.	1 %
Caixas de rapé, de tartaruga e outras, deluxo	4
Caixas de rapé ordinarias.	5
Caixas de madeira ferro ou zinco para agua	7 e 9
Caixas para gelo.	4
Caixas de guerra	4
Caixas de folha, madeira ou papelão	5
Caixões vasio	7
Caixões funebres forrados, etc	4
Caixões funebres ordinarios	5
Cairo (fibras, cascas de côco).	7 e 8
Caixilhos com vidros	4
Caixilhos sem vidros.	5
Cajús	9
Cal estrangeira	7
Cal do paiz	7 e 9
Calcareos	7 e 9
Calçado	5
Calçados de pellica, verniz, seda, setim, etc.	5
Caldeiras de cobre ou metal.	5
Caldeiras de ferro.	7 e 9
Caldeiraria (artigos não classificados de).	7
Caldeirões	7

Caleças (lotação carro)	9
Calices ordinarios	7
Calices de crystal	7
Camas envernizadas, etc.	7
Camas de ferro, madeira ou lona	8
Camarões frescos	4
Camarões salgados ou secos	5
Cambotas	7
Cambão para carroças	7
Campainhas electricas ou não	4
Campas (sino pequeno)	4
Campanas de vidro	4
Campeche	6
Camphora	5
Camurça	5
Canários em gaiolas, etc.	4
Canastras vasiaas	6
Candelabros de metal	5
Candieiros	4
Candieiros ordinarios de folha de Flandres e sem vidro	6
Canecas de metal	5
Canella em pó ou em casca	5
Canetas de ouro, prata, etc.	1 %
Canetas de madreperola, marfim, etc	4
Canetas ordinarias	5
Cangas e cangalhas	7
Cangica	9
Canhamo bruto	5
Canhamo em obra	5
Canhamaço	5
Canhões	5
Canivetes	4
Canna da India	5
Canna de assucar (por lotação, vide tarifa especial)	9
Canoas (por lotação)	8
Canos de barro	6 e 8
Canos de metal (tubos de ferro, chumbo, etc.)	7
Cantharia (pedra)	7 e 9
Capachos	5
Capilé	4
Capim verde ou secco	7 e 9
Capoeiras vasiaas	6
Capões	9
Capotes	9
Capsulas para arma de fogo	4
Carabinas	5
Carangueijos e semelhantes	9
Carás	9
Carborina (formicida)	5
Cardas	7

Carimbos.	5
Carnaúba (cera)	5
Carnaúba (palha)	6
Carne verde e carne de porco	9
Carne fresca em caixões frigoríficos	7
Carne fumada, salgada ou secca	7
Carne em conserva.	5
Carneiros.	12
Caroços de algodão vide especial	
Carrinhos de mão.	7
Carrinhos para crianças ou doentes	5
Carroças de duas rodas (por lotação)	9
Carroças de quatro rodas (por lotação)	9
Carros de duas rodas (por lotação)	8
Carros de quatro rodas (por lotação)	8
Carros funebres (por lotação)	8
Carros para estradas de ferro, desmontados.	8
Carros para estradas de ferro, rebocados (vide art. 89)	
Cartas de jogar.	4
Carteiras.	4
Cartucho e .	5
Cartuchame carregado	4
Carvão animal	6
Carvão de pedra	8
Carvão vegetal.	8
Casas de madeira desarmadas.	7 e 8
Cascalhos.	7 e 9
Cascas de arvores para cortume ou tinturaria	6 e 8
Cascas de arvores ou cereaes	6 e 8
Casca de côco	7 e 8
Cascas medicinaes	5
Cascas miúdas ensacadas para cortume	6 e 8
Caçarolas.	5
Cassues vazios.	6
Castanhas estrangeiras	5
Castanhas do paiz	6
Castiçoes de prata etc.	1 %
Castiçoes de metal, vidro ou madeira.	5
Catadores para café	6 e 8
Catres.	5
Caoutchouc bruto	5
Caoutchouc em obra.	5
Cavacos	7 e 9
Cavalletes de ferro ou de madeira.	5
Cavallos	10
Cavernas para embarcações.	7 e 8
Cebolas frescas do paiz.	9
Cebolinhas frescas do paiz.	9
Cebolas, não sendo frescas.	5
Cebolinhas idem.	5
Centeio	6

Cera bruta . . . . .	5
Cera em obra não denominada . . . . .	5
Cera em rolos e velas . . . . .	4
Cerâmicos (artigos não denominados) . . . . .	5
Cercaes não denominados . . . . .	5
Cercaes exportados . . . . .	8
Corveja . . . . .	5
Cestos ou cestas vãos . . . . .	6
Cevada . . . . .	6
Cevadeiras para mandioca . . . . .	7 e 9
Cevadinha . . . . .	5
Chá . . . . .	5
Chales de cachemira, seda ou renda . . . . .	5
Chales diversos . . . . .	5
Chaleiras . . . . .	5
Chandinés para fogões . . . . .	7
Champagne . . . . .	5
Chaminés para lampões . . . . .	4
Chapas de ferro ou de zinco para cobertas . . . . .	7
Chapas de ferro para fogões . . . . .	7
Chapelaria (artigos não denominados) . . . . .	4
Chapeleiras . . . . .	4
Chapéus . . . . .	4
Chapéus de palha de carauba, como e outros do paiz . . . . .	5
Chapéus de sol ordinarios . . . . .	5
Chapéus de sol finos . . . . .	4
Charruas . . . . .	7 e 8
Charuteiras . . . . .	4
Charutos . . . . .	5
Chicarras de louça, etc . . . . .	5
Chicarras de folha ou madeira . . . . .	5
Chifres . . . . .	4
Chifres em branco . . . . .	7 e 9
Chifres em obras . . . . .	5
Chinellas . . . . .	5
Chlo ureto de calcio . . . . .	5
Chocolate . . . . .	5
Chouriços . . . . .	5
Chronometros (não sendo de ouro ou de prata) . . . . .	4
Chumbo em barra ou lençol . . . . .	6
Chumbo de caça ou em obra . . . . .	5
Chumbo velho . . . . .	6
Cigarros . . . . .	5
Cilhas ordinarias . . . . .	5
Cimento . . . . .	7 e 8
Cinzas . . . . .	7 e 9
Circo de cavallinhos . . . . .	7 e 8
Cirurgia . . . . .	5
Cisco . . . . .	7 e 9
Condores de mandioca . . . . .	7 e 9
Coalhada . . . . .	6

Coalho, . . . . .	6
Coatis em gaiolas . . . . .	5
Cobertores . . . . .	5
Cobre em chapa ou em obra. . . . .	5
Cobre em moeda . . . . .	1 %
Cobre velho. . . . .	5
Cochonilha . . . . .	5
Côcos para agua . . . . .	5
Côcos seccos. . . . .	9
Côcos verdes. . . . .	9
Coelhos em gaiolas. . . . .	5
Cofres de ferro ou de madeira . . . . .	6
Cognac . . . . .	5
Coke . . . . .	7 e 8
Colchetes. . . . .	5
Colchões e pertences . . . . .	5
Coldres . . . . .	5
Colheres de pão, chifre ou osso. . . . .	5
Colheres de metal não precioso . . . . .	5
Colheres de prata ou ouro. . . . .	1 %
Colla. . . . .	5
Colleiras. . . . .	5
Colmeias. . . . .	5
Colza (cementos) . . . . .	5
Colza em óleo . . . . .	8
Columnas de ferro fundido . . . . .	7 e 8
Columnas de pedras . . . . .	7 e 7
Combustiveis não denominados . . . . .	5
Combustores para gaz. . . . .	5
Comestiveis . . . . .	5
Cominhos. . . . .	4
Compoteiras de crystal. . . . .	5
Compoteiras ordinarias . . . . .	7
Conchas marinhas . . . . .	5
Condensadores . . . . .	1
Confeitaria (artigos não denominados). . . . .	5
Co'fetti . . . . .	5
Conservas em latas ou vidros . . . . .	5
Consoles . . . . .	5
Consolos envernizados ou de luxo . . . . .	4
Copos de ouro, prata, etc. . . . .	1 %
Copos e calices finos (crystal). . . . .	4
Copos de vidro, etc. . . . .	4
Copos de folha ou madeira . . . . .	5
Coqueiros para plantar . . . . .	7
Coral . . . . .	5
Cordas de embira e outras do paiz. . . . .	6
Cordas o cordões de linho, canhamo, etc. . . . .	5
Cordas para instrumentos de musica. . . . .	4
Correias para machinas. . . . .	5
Correame . . . . .	5

Correntes de latão ou metal semelhante . . . . .	5
Correntes de ferro . . . . .	5
Cortica bruta . . . . .	5
Cortica em obra (rolha, etc.). . . . .	5
Cortiços de abelhas . . . . .	5
Cortinas e cortinados . . . . .	5
Couçoelas de madeira . . . . .	5
Courinhos . . . . .	7
Couros curtidos . . . . .	5
Couros frescos . . . . .	6
Couros secos . . . . .	6
Couros salgados . . . . .	6
Couros trabalhados ou encvernizados . . . . .	6
Couros em obra . . . . .	5
Couves . . . . .	5
Cóvos . . . . .	9
Coxins . . . . .	6
Cravos de ferrar . . . . .	5
Cravos da India . . . . .	7
Cré (giz ordinario) . . . . .	5
Creosoto . . . . .	7 e 5
Crina animal ou vegetal . . . . .	8
Crinolina . . . . .	5
Crivos de ferro . . . . .	5
Crueira . . . . .	7 e 7
Crystal bruto . . . . .	9
Crystal em obras (copos, calices, compotoiras, etc.) . . . . .	4
Cubas para distillação, etc . . . . .	7 e 9
Cubas para engenhos, rodas, etc . . . . .	7
Cuias . . . . .	5
Cupulas para camas . . . . .	4
Cupulas de vidro . . . . .	4
Cutelaria (artigos diversos). . . . .	5
Cutias em gaiolas . . . . .	5
Cylindros de ferro. . . . .	7 e 8

## D

Dados, dominós, etc . . . . .	4
Debulhadores de milho . . . . .	7 e 8
Dedaes de latão ou ferro . . . . .	5
Dedaes de ouro, prata, etc . . . . .	1 %
Dedaes de madreperola, marfim, etc. . . . .	4
Defuntos (vide arts. 33 e 34). . . . .	
Dentes artificiaes . . . . .	4
Depositos para agua . . . . .	7 e 8
Descaroçadores de algodão . . . . .	7 e 8
Descascadores . . . . .	7 e 8
Despertadores . . . . .	8
Despolpadores . . . . .	7 e 4

Diamantes e mais pedras preciosas . . . . .	1 %
Diligencia (carro) por lotação . . . . .	8
Dinheiro. . . . .	1 %
Dobradiças de latão ou metal semelhante. . . . .	4
Dobradiças de ferro . . . . .	5
Doces estrangeiros . . . . .	7
Doces do paiz . . . . .	5
Dormentes de aço, ferro ou madeira para vias ferreas	7 e 6
Dragas . . . . .	7 e 8
Dragonas . . . . .	8
Drogas . . . . .	4
Drogas venenosas . . . . .	5
Dynamite . . . . .	4

IE

Eixos de ferro, aço ou madeira. . . . .	7 e 8
Elasticos. . . . .	6
Electro-plate . . . . .	5
Embrás . . . . .	5
Encerados para tapetes . . . . .	5
Encerados de lona e diversos. . . . .	4
Encerados para vagões . . . . .	8
Encomendas . . . . .	7
Enchameis . . . . .	7 e 5
Engates . . . . .	4
Engenhos para lavoura . . . . .	7 e 9
Enxadas . . . . .	7
Enxergas para animaes. . . . .	5
Enxergões, enxergões de arame. . . . .	5
Enxofre . . . . .	5
Equipamentos militares . . . . .	5
Ervilhas em latas . . . . .	5
Ervilhas seccas. . . . .	6
Escada de mão . . . . .	7
Escadas para casas, desmontadas . . . . .	7
Escaleres (por lotação) . . . . .	8
Escarradeiras . . . . .	5
Escorias de metaes . . . . .	7 e 8
Escovas . . . . .	5
Escrevaninhas de madeira . . . . .	4
Esmalte . . . . .	5
Esmeralda . . . . .	1 %
Esmeril . . . . .	5
Espadas . . . . .	5
Espanadores . . . . .	5
Espargos. . . . .	5
Espartilhos . . . . .	5
Especiarias . . . . .	5



Espelhos. . . . .	5
Esparmacete . . . . .	4
Espetos de ferro para cozinha. . . . .	5
Espingardas . . . . .	7
Espirito não denominado. . . . .	5
Espoletas . . . . .	4
Esponjas. . . . .	5
Esporas ordinarias. . . . .	4
Esporas de ouro ou prata. . . . .	1 % 5
Espumadeiras . . . . .	5
Esqueletos para estudos anatomicos . . . . .	4
Esquifes . . . . .	5
Essencias. . . . .	5
Estacas para cercas . . . . .	8 (especial) 4
Estampas em folhas . . . . .	4
Estampas em quadros. . . . .	4
Estampilhas . . . . .	1 % 5
Estanho em bruto . . . . .	5
Estanho em obras não classificadas. . . . .	4
Estantes envernizadas . . . . .	5
Estantes de ferro ou de madeira . . . . .	4
Estatuas. . . . .	5
Estearina em bruto ou em velas . . . . .	5
Esteiras de arame . . . . .	5
Esteiras finas de palha . . . . .	5
Esteiras ordinarias de palha (taboa) . . . . .	6
Estojes cirurgicos, de mathematica ou de desenho. . . . .	4
Estopa em bruto . . . . .	8
Estopa em fazendas ou obras não classificadas . . . . .	5
Estopim . . . . .	4
Estrados de arame para cama . . . . .	5
Estrados de madeira . . . . .	7 c 8
Estrados para vagões . . . . .	8
Estribo de prata, etc. . . . .	1 %
Estribo ordinario . . . . .	4
Estrumes . . . . .	9
Explosivos . . . . .	4
Extracto de carne e outros alimenticios . . . . .	5
Extractos não denominados . . . . .	4

## F

Facas. . . . .	5
Facões ordinarios . . . . .	5
Fachina (varas de) . . . . .	7 c 9
Farelo . . . . .	6
Farinaceos alimentares . . . . .	5
Farinaceos medicamentosos ou chimicos . . . . .	5
Farinha de linhaça ou de mostarda . . . . .	5
Farinha de mandioca . . . . .	7

Farinha de mandioca exportada . . . . .	8
Farinha de milho . . . . .	8
Farinha de trigo . . . . .	6
Farinha lactea . . . . .	5
Farinhas não denominadas. . . . .	5
Farrapos. . . . .	7 e 9
Fatixa de ferro . . . . .	7
Favas seccas . . . . .	8
Favas verdes . . . . .	8
Fazendas de seda. . . . .	5
Fazendas de lã, linho . . . . .	5
Fazendas do algodão . . . . .	5
Fechaduras de latão ou metal semelhante. . . . .	5
Fechaduras de ferro, ordinarias. . . . .	7
Feculas . . . . .	5
Feijão secco. . . . .	8
Feijão verde. . . . .	8
Feltros . . . . .	5
Feno . . . . .	7 e 9
Fermentos . . . . .	5
Ferraduras . . . . .	5
Ferragens não denominadas. . . . .	7
Ferramentas para artes e officios . . . . .	7
Ferramentas para artes e officios, usadas. . . . .	7
Ferro em barra, chapa ou bruto . . . . .	7
Ferro em obra não denominada . . . . .	7
Ferro fundido ou moldado . . . . .	7
Ferro guza. . . . .	7
Ferro velho (por lotação). . . . .	8
Ferro de engommar. . . . .	7
Ferrolhos . . . . .	7
Fibras textis não denominadas. . . . .	6
Fibras vegetaes para cordoaria . . . . .	6
Figos frescos . . . . .	9
Figos em conservas, seccos ou doces . . . . .	5
Figuras de ferro, bronze, louça ou de barro . . . . .	4
Filtros de metal, louça ou de vidro . . . . .	4
Filtros de pedra ou de barro para agua. . . . .	5
Fios de estopa ou de juta. . . . .	5
Fios de seda, lã, linho e algodão. . . . .	5
Fios de metal . . . . .	5
Fio telegraphico (arame para) . . . . .	7 e 8
Fitas para medir (medidas) . . . . .	5
Fitas de seda . . . . .	5
Fitas diversas . . . . .	5
Flechas . . . . .	5
Flores artificiaes . . . . .	4
Flores naturaes . . . . .	4
Flores de cannas, palha etc . . . . .	7
Flores medicinaes. . . . .	5
Fogareiros de barro, de ferro ou de outro metal . . . . .	5

Fogo da China . . . . .	4
Fogos artificiaes . . . . .	5
Fogões de ferro. . . . .	4
Folhas de cobre, chumbo, zinco, latão ou estanho . . . . .	7
Folhas de ferro de Flandres. . . . .	7
Folhas de arvores . . . . .	7
Folhas medicinaes. . . . .	5
Folles . . . . .	5
Forjas portateis . . . . .	7
Formas para artes e officios . . . . .	7
Fôrmas de assucar . . . . .	7 e 9
Formicida . . . . .	5
Fornalhas para engenho. . . . .	7 e 9
Fornos e fornalhas de ferro. . . . .	7 e 8
Forragens quaesquer. . . . .	7
Fosseis . . . . .	5
Fouces . . . . .	7
Frangos. . . . .	9
Frascos de vidro . . . . .	5
Frasqueiras. . . . .	4
Freios ordinarios . . . . .	5
Fressuras . . . . .	7
Frigideiras de cobre, ferro ou de barro . . . . .	5
Fructas artificiaes . . . . .	4
Fructas confeitadas . . . . .	4
Fructas frescas . . . . .	9
Fructas seccas ou de conserva . . . . .	5
Fubá de milho ou de arroz . . . . .	8
Fumo em folha ou em corda . . . . .	6
Fumo picado ou desfiado. . . . .	5
Fundas . . . . .	5

## G

Gadanhos . . . . .	7
Gado . . . . .	11
Gaiolas para passaros, com ou sem passaro . . . . .	4
Galheteiro . . . . .	4
Gallinhas, gallos e frangos . . . . .	9
Galões de ouro ou prata. . . . .	1 %
Gamelias de madeira . . . . .	5
Gansos. . . . .	9
Garajãos vazios . . . . .	6
Garapa de canna . . . . .	7
Garfos de metal e outros . . . . .	5
Garfos de ouro e prata . . . . .	1 %
Garrafas de crystal ou vidro fino . . . . .	4

Garrações vãos novos, ou em retorno . . . . .	6
Garrafas ordinarias, novas, vãs ou em retorno. . .	6
Gatos . . . . .	12
Gatos de ferro . . . . .	7
Gaxetas . . . . .	7
Gaz-globo (naphtha) . . . . .	4
Gaz liquido. . . . .	5
Gazolina. . . . .	4
Gelêas . . . . .	5
Gelatinas . . . . .	5
Gelo . . . . .	6
Genebra. . . . .	5
Generos diversos . . . . .	5
Generos não classificados . . . . .	5
Generos de molhados. . . . .	5
Generos de pequena lavoura . . . . .	9
Gengibre. . . . .	5
Geremuns . . . . .	9
Gererês e gequis . . . . .	5
Gesso em pedra ou pó . . . . .	5
Gesso em obra. . . . .	4
Gigos vãos ou em retorno. . . . .	6
Giradores para estrada de ferro . . . . .	8
Giz . . . . .	5
Globos de vidro ou de louça . . . . .	4
Globos geographicos . . . . .	4
Glucose . . . . .	6
Goiabada . . . . .	5
Goiabas . . . . .	8
Gomma arabica . . . . .	5
Gommas do paiz . . . . .	5
Gommas não denominadas . . . . .	5
Grades de ferro e de madeira . . . . .	7
Grades para lavoura. . . . .	7
Gradis para sepultura . . . . .	7
Grampos de metal . . . . .	7
Grampos para cabelo . . . . .	7
Grampos para cercas. . . . .	5
Granadas . . . . .	4
Granadeiras . . . . .	4
Graxa animal . . . . .	5
Graxa para calçado . . . . .	5
Grelhas de ferro . . . . .	7
Guano . . . . .	7 e 9
Guaraná. . . . .	5
Guarda-roupa, musicas, papeis, etc. . . . .	4
Guarda-sol . . . . .	5
Guaritas de madeiras. . . . .	
Guinchos. . . . .	7
Guindastes . . . . .	7 e 8
Guitarras . . . . .	4

**H**

Harpas . . . . .	4
Helico. . . . .	7
Herva doce . . . . .	5
Herva matte. . . . .	5
Hervas não medicinaes . . . . .	5
Hortalças . . . . .	9
Hortalças em conservas . . . . .	4

**I**

Imagens . . . . .	4
Iman . . . . .	5
Impressos. . . . .	5
Incenso . . . . .	5
Inflammaveis não denominados . . . . .	4
Isalhames e semelhantes. . . . .	9
Instrumentos agricolas. . . . .	7 e 9
Instrumentos de cirurgia, dentista, engenharia, musica, optica, e outros de precisão. . . . .	4
Ipecacuanha ou peaya. . . . .	5
Isoladores de telegrapho . . . . .	5
Isqueiros ordinarios. . . . .	5

**J**

Jacacs . . . . .	7
Jacás vastos, em retorno ou não, . . . . .	6
Jangadas . . . . .	7 e 8
Jardineiras . . . . .	4
Jarros de prata. . . . .	1 e 6
Jarros de porcellana . . . . .	4
Jarros de louca, vidro etc. . . . .	5
Jarras e jarros de barro do paiz . . . . .	6
Jaspe . . . . .	5
Jaulas varias . . . . .	6
Jogos de dominó, gamão e outros . . . . .	4
Jóias . . . . .	1 e 9
Jumentos. . . . .	10
Junco da India . . . . .	5
Junco do paiz. . . . .	7
Juta . . . . .	5

**K**

Kaleidoscopios . . . . .	4
Kaolim . . . . .	7 e 5
Kerosene (vide tarifa especial) . . . . .	7
Kiosques. . . . .	9
Kirsch . . . . .	5

## L

Lã em bruto . . . . .	5
Lã em obras não classificadas . . . . .	5
Lacre. . . . .	5
Ladrilhos de azulejo, louça ou marmore. . . . .	7
Ladrilhos de barro . . . . .	7 e 9
Lages aparelhadas (pedras) . . . . .	7 e 9
Lages não aparelhadas . . . . .	7 e 9
Lambazes . . . . .	7
Lambrequim de metal ou de madeira. . . . .	5
Lamparinas. . . . .	6
Lampeões e lanternas de vidro. . . . .	5
Lampeões e lanternas sem vidro . . . . .	6
Lanchas (por lotação). . . . .	8
Lanternas magicas. . . . .	4
Lapides para sepultura, etc. . . . .	8
Lapis. . . . .	5
Laranjas. . . . .	5
Laranjinha. . . . .	5
Latão em obras não classificadas . . . . .	5
Latão velho ou em bruto . . . . .	5
Latas de folha de qualquer metal. . . . .	6
Laticio (artigos de). . . . .	6
Lavatorios de ferro e de madeira, ordinarios. . . . .	5
Lavatorios de luxo . . . . .	4
Legumes em conserva . . . . .	5
Legumes secos . . . . .	5
Legumes frescos . . . . .	9
Lebres em gaiolas . . . . .	5
Leite fresco . . . . .	9
Leite condensado . . . . .	5
Leitões . . . . .	2
Lenha . . . . .	9
Lençilhas . . . . .	8
Leques . . . . .	4
Levas de madeira. . . . .	7
Licoreiros ordinarios. . . . .	5
Licoreiros de crystal. . . . .	4
Licores . . . . .	5
Limas de aço . . . . .	5
Limas (fructas) . . . . .	9
Limalha de ferro para fogos . . . . .	5
Limalha de ferro ou de outro metal não precioso . . . . .	7 e 9
Limões . . . . .	9
Linguas frescas . . . . .	7
Linguas em conserva (latas) . . . . .	5
Linguas secas ou salgadas. . . . .	5
Linguicas . . . . .	5
Linha para costura . . . . .	5
Linha de madeira. . . . .	7 e 8

Linhaça (óleo) . . . . .	5
Linho bruto ou cardado . . . . .	5
Liteiras . . . . .	5
Livros . . . . .	5
Lixa . . . . .	5
Locomotivas desarmadas . . . . .	7 e 9
Locomotivas rebocadas (vide art. 89). . . . .	5
Locomoveis . . . . .	7 e 9
Lombos de porco salgados . . . . .	7
Lonas . . . . .	5
Lóros . . . . .	5
Louça commum . . . . .	5
Louça de agatha . . . . .	5
Louça de barro do paiz . . . . .	6
Louça de porcellana . . . . .	4
Louzas em lages . . . . .	7
Louzas para sepulturas . . . . .	5
Louzas para escrever . . . . .	5
Lupulo . . . . .	5
Lustres . . . . .	4
Luvás . . . . .	5

## M

Macacos (animacs) em gaiola . . . . .	5
Macacos de ferro . . . . .	7
Macadam . . . . .	9
Macarrão e outras massas alimenticias . . . . .	5
Macella . . . . .	5
Machados . . . . .	7
Machinas de copiar cartas . . . . .	5
Machinas de costura . . . . .	4
Machinas (ferramentas) . . . . .	5
Machinas para chocar ovos . . . . .	5
Machinas para cortar papel ou cartões . . . . .	5
Machinas para gabinete de physica ou chimica . . . . .	4
Machinas pequenas não denominadas . . . . .	5
Machinas pequenas de pouco valor . . . . .	5
Machinas para imprimir bilhetos . . . . .	5
Machinas photographicas . . . . .	4
Machinas typographicas, lithographicas e autogra- phicas . . . . .	5
Machinas applicaveis á lavoura . . . . .	7 e 9
Machinas de descarteçar algodão e beneficiar café e seus pertences . . . . .	7 e 9
Machinas de fazer farinha e seus pertences . . . . .	7 e 9
Machinas grandes não denominadas . . . . .	7 e 9
Machinas para tecer . . . . .	7 e 8
Machinas para telhas e tijolos . . . . .	7 e 8
Madeira em bruto, lavrada ou em taboas até qua- tro metros de comprimento . . . . .	7 e 8

Madeira em bruto, lavrada ou em taboas de mais de quatro metros de comprimento . . . . .	7 e 8
Madeira aparelhada . . . . .	7 e 8
Madeira em casca, fulquejada e serrada . . . . .	7 e 8
Madeira em obra não denominada, como portas, janelas, grades, cancellas, caixilhos, etc. . . . .	6 e 8
Madeira para tinturaria . . . . .	7
Madreperola . . . . .	4
Maizena . . . . .	
Malas vasias . . . . .	7
Malhos . . . . .	7
Mamona (oleo) . . . . .	6
Mamona (caroço ou sementes) . . . . .	8
Mancaes para engenhos (sem bronze) . . . . .	7
Mandioca . . . . .	7
Manequim . . . . .	4
Manganez . . . . .	5
Mangas (fructas) . . . . .	9
Mangas de vidro . . . . .	4
Manguenciras para bombas . . . . .	5
Manilhas de barros . . . . .	6
Maniva e manicoba . . . . .	7 e 8
Manometros . . . . .	4
Manteiga salgada . . . . .	5
Manteiga fresca . . . . .	5
Manteiga em lata (do estrangeiro). . . . .	5
Manteigueira de prata, etc. . . . .	1 %
Manteigueira de metal ou louça, vidros, etc. . . . .	5
Manuscriptos . . . . .	5
Mappas . . . . .	5
Marfim . . . . .	5
Mariscos . . . . .	7
Marmore bruto ou serrado . . . . .	5
Marmore em obra . . . . .	5
Marmore em objectos de arte . . . . .	4
Marquezas . . . . .	5
Marrecos . . . . .	5
Marreta . . . . .	7
Marroquim . . . . .	5
Martellos . . . . .	7
Mascaras . . . . .	4
Massas alimenticias . . . . .	5
Materiaes para estradas de ferro não classificados . . . . .	7 e 9
Materiaes para estrada de ferro novos . . . . .	7 e 9
Material de construcção não denominado . . . . .	7 e 9
Materias corantes (vegetaes ou animaes). . . . .	7
Materias explosivas ou inflammaveis . . . . .	4
Materias venenosas, não classificadas . . . . .	4
Matte . . . . .	5
Maxixes . . . . .	9
Medicamentos não classificados . . . . .	5



Medidas diversas . . . . .	5
Mel de abelhas . . . . .	5
Mel de canna ou mellado . . . . .	7 e 9
Melaço . . . . .	7 e 9
Melancias . . . . .	9
Melões . . . . .	6
Mercecarias . . . . .	5
Mercurio . . . . .	4
Mesas e mochos envernizados . . . . .	4
Mesas e mochos de ferro ou madeira ordinaria . . . . .	5
Metaes em obra, não preciosos . . . . .	5
Metaes preciosos . . . . .	1 %
Mica . . . . .	7 e 8
Milho verde . . . . .	9
Milho secco exportado . . . . .	8
Minerios . . . . .	7 e 8
Minerios não preciosos . . . . .	7 e 8
Minio . . . . .	5
Missangas . . . . .	5
Miudezas . . . . .	5
Miudezas alimenticias . . . . .	7
Mundos de rezes . . . . .	4
Mobiliá de luxo . . . . .	5
Mobiliás ordinarias . . . . .	4
Mobiliás de vime . . . . .	7
Mocotós . . . . .	4
Modelos . . . . .	5
Moedas de metal . . . . .	1 %
Moedas para cannas . . . . .	7 e 9
Moinho para café e outros generos . . . . .	5
Moinhos (vide especial). . . . .	
Moinhos para lavoura . . . . .	7 e 9
Molões e cadernaes . . . . .	6
Molas de aço ou de ferro para carros . . . . .	7 e 8
Molas para carros de estrada de ferro . . . . .	7 e 8
Moldes . . . . .	5
Molduras de madeira . . . . .	5
Molduras douradas . . . . .	4
Molduras de metal . . . . .	5
Morinques de barro . . . . .	6
Mós . . . . .	7 e 9
Musgo . . . . .	7
Mudas de plantas para lavoura . . . . .	7 e 9
Mulas . . . . .	10
Musicas (impressos) . . . . .	5

## N

Naphita . . . . .	4
Naphthalina . . . . .	4

Navalhas . . . . .	5
Nickel bruto . . . . .	5
Nickel em obra . . . . .	5
Nickel em moeda . . . . .	1 %
Nitro . . . . .	5
Novilhos . . . . .	12
Nozes . . . . .	5
Noz-moscada . . . . .	5
Noz-vomica . . . . .	5

O

Objectos de armario . . . . .	5
Objectos de arte . . . . .	4
Objectos para bilhar . . . . .	4
Objectos de cabelleiro não classificados . . . . .	4
Objectos do chapelão . . . . .	4
Objectos para chapéus de sol . . . . .	5
Objectos para dentistas . . . . .	4
Objectos para electricidade . . . . .	4
Objectos para escriptorio . . . . .	4
Objectos de grande responsabilidade ou perigo . . . . .	4
Objectos para igrejas . . . . .	4
Objectos para lampista . . . . .	4
Objectos para lithographia . . . . .	4
Objectos de luxo, de ferro, cobre, bronze ou qualquer outra qualidade . . . . .	4
Objectos de marcenaria e carpintaria desmontados . . . . .	5
Objectos de phantasia . . . . .	4
Objectos para photographia . . . . .	4
Objectos preciosos de arte . . . . .	1 %
Objectos para relojoeiro . . . . .	4
Objectos para uso domestico . . . . .	5
Objectos de vidro, metal fino, tartaruga, etc . . . . .	4
Obras de arte . . . . .	4
Obras de barro do paiz . . . . .	6
Obras de cabelleiro não classificadas . . . . .	4
Obras de cabelleira não classificadas . . . . .	5
Obras de Flandres não classificadas . . . . .	6
Obras de metal fino . . . . .	6
Obras de ouro, prata, pedrarias, etc . . . . .	1 %
Obras de papel . . . . .	5
Obras de tartaruga, madreperola, marfim, etc. não classificadas . . . . .	4
Obras de vidro, louca etc. não classificadas . . . . .	4
Obreias . . . . .	5
Ocre . . . . .	5
Oleos . . . . .	5
Oleo de amendoas doces . . . . .	5
Oleos não classificados . . . . .	5

Oleos ordinarios para estrada de ferro, não classificados . . . . .	6
Opio . . . . .	4
Oratorios . . . . .	4
Orgãos . . . . .	4
Origones . . . . .	5
Ornatos de barro, pedra, etc. para construcção . . . . .	4
Ornamentos de igrejas . . . . .	4
Ornamentos de ferro ou de bronze . . . . .	4
Ornamentos de madeira . . . . .	4
Ossos em bruto . . . . .	7 0 9
Ossos em obra . . . . .	5
Ostras em conserva . . . . .	4
Ostras frescas . . . . .	7
Ouro em bruto, em pó ou em obras . . . . .	1 %
Ovas de peixe . . . . .	5
Ovos . . . . .	9

## P

Pacas . . . . .	5
Pacotilhas . . . . .	5
Padiolas . . . . .	5
Painço . . . . .	7
Palios . . . . .	7
Palanquim . . . . .	5
Palas para bonets etc . . . . .	4
Palhas para chapêos . . . . .	5
Palhas de milho, coqueiro, etc. em feixes ou fardos . . . . .	7 0 9
Paliteiros de prata, etc . . . . .	1 %
Paliteiros diversos . . . . .	5
Palitos para dentes . . . . .	5
Palmitos . . . . .	7
Panacuns . . . . .	5
Pandeiros . . . . .	4
Panellas de barro . . . . .	6
Panellas de ferro, cobre etc . . . . .	5
Panno de qualquer qualidade não classificado . . . . .	5
Pão . . . . .	7
Pãos para tinturaria . . . . .	7
Pãos para tamancos . . . . .	7
Papel moeda . . . . .	1 %
Papel pintado . . . . .	5
Papel para escriptorio, desenho e embrulho . . . . .	5
Papelão . . . . .	5
Parafusos de latão ou metal semelhante . . . . .	5
Parafusos de ferro . . . . .	7
Paralelepipedos . . . . .	7 a 9
Paramentos ecclesiasticos . . . . .	4

Pára-raios . . . . .	4
Pharões . . . . .	7 e 8
Pas de ferro . . . . .	7
Passaros em gaiolas . . . . .	1
Passaros embalsamados ou empalhados . . . . .	4
Passas . . . . .	5
Pastas para escriptorio . . . . .	5
Patos e patoris . . . . .	5
Patronas . . . . .	5
Pavão . . . . .	5
Pavios . . . . .	5
Peanhas . . . . .	5
Peças de artilharia . . . . .	5
Peças de machina para industria e lavoura . . . . .	7
Peças de locomotivas . . . . .	7
Pedras de afiar ou amolar . . . . .	5
Pedras de alvenaria e britadas . . . . .	7 e 9
Pedras de cantaria, calcareas e outras para edificação e calçamentos . . . . .	7 e 9
Pedras de filtrar . . . . .	5
Pedra hume . . . . .	5
Pedras lithographicas e de porcellana para escrever . . . . .	4
Pedra lipis . . . . .	5
Pedras de moinho . . . . .	7 e 8
Pedras pomos . . . . .	5
Pedras preciosas . . . . .	1 %
Peitoracs de couro . . . . .	5
Peixe fresco . . . . .	9
Peixe de conserva em latas . . . . .	5
Peixe salgado ou secco . . . . .	7
Pelless seccas ou preparadas . . . . .	5
Pelless verdes ou salgadas . . . . .	5
Pellica . . . . .	5
Pelucia . . . . .	5
Peneiras de cabellos, seda ou metal . . . . .	5
Peneiras de palha . . . . .	5
Pennas de aves . . . . .	6
Pennas de escrever . . . . .	5
Pennas de ouro . . . . .	1 %
Pentes . . . . .	5
Pequena lavoura . . . . .	9
Perfumarias . . . . .	4
Perolas . . . . .	1 %
Perús . . . . .	9
Pesos de ferro para balanças . . . . .	7
Pesos de latão para balanças . . . . .	5
Petrechos bellicos . . . . .	5
Petrechos explosivos . . . . .	4
Petrechos de caça (menos polvora e espoleta) . . . . .	5
Petroleo . . . . .	5
Pez . . . . .	5

Pharões . . . . .	5
Phosphatos de cal, etc., e phosphoros . . . . .	5
Phosphoros . . . . .	4
Phosphoros de segurança . . . . .	4
Photographia (artigos de ou para) . . . . .	4
Pianos . . . . .	4
Pias de marmore ou pedra . . . . .	4
Piassava em obra ou não . . . . .	5
Picaretas e picões . . . . .	5
Pilhas electricas . . . . .	4
Pilões de madeira ou de ferro . . . . .	5
Pimenta da India . . . . .	5
Pimenta em conserva . . . . .	5
Pimenta fresca . . . . .	9
Pinceis . . . . .	5
Pinhões (fructa) . . . . .	7
Pinho não apparelhado . . . . .	7 e 8
Pinos para rodas . . . . .	7
Pipas varias . . . . .	7
Pipas varias retorno (vide arts. 60) . . . . .	
Pistolas armas de fogo . . . . .	5
Pistolas (fogo de artificio) . . . . .	4
Pixe . . . . .	7 e 8
Plantas medicinaes . . . . .	5
Plantas vivas . . . . .	7
Platina em bruto e em obra . . . . .	1 %
Plombagina . . . . .	7
Plumas . . . . .	4
Pó de serra . . . . .	7 e 9
Poltronas . . . . .	4
Polvilho em saccas . . . . .	9
Polvilho em caixas . . . . .	5
Polyora . . . . .	4
Polyorinho . . . . .	5
Pomadas . . . . .	4
Pombos . . . . .	5
Pontas de Pariz . . . . .	7
Pontas de ferro e pertences . . . . .	7 e 8
Porcellana . . . . .	4
Porco cevado . . . . .	11
Porcos communs . . . . .	12
Porcos da India . . . . .	12
Porphyro em bruto ou em obra . . . . .	5
Porrões de barro . . . . .	6
Portas e portões de madeira . . . . .	7 e 8
Portas e portões de ferro . . . . .	7 e 8
Porteiras de madeira ou ferro . . . . .	7 e 8
Postes telegraphicos . . . . .	7 e 8
Potassa e perlassa . . . . .	5
Potes de barro . . . . .	6
Potes de louça, diversas . . . . .	5

Pranchas e pranchões . . . . .	7 e 8
Prata em barra ou em obra . . . . .	1 %
Prateleiras envernizadas . . . . .	4
Prateleiras de madeira . . . . .	5
Prateleiras de ferro . . . . .	5
Pratos de prata, etc . . . . .	1 %
Pratos ou pires de louça ou vidro, etc. . . . .	4
Pratos de madeira, folha ou estanho, etc. . . . .	5
Pregos de cobre ou metal semelhante . . . . .	5
Pregos de ferro . . . . .	7
Prelos . . . . .	5
Prensas para algodão e outras para agricultura . . . . .	7 e 9
Prensas para copiar . . . . .	5
Prensas para enfardar . . . . .	7 e 9
Prensas diversas . . . . .	7 e 9
Prensas para mandioca . . . . .	7 e 9
Presuntos . . . . .	5
Productos ceramicos . . . . .	5
Productos chimicos . . . . .	5
Productos pharmaceuticos . . . . .	5
Productos de pequena lavoura . . . . .	9
Prumos . . . . .	5
Puçás . . . . .	5
Pudrolytho . . . . .	4
Punbaes . . . . .	5
Puxadores de metal ou de madeira . . . . .	4
Pyroxilo ou algodão-polveira . . . . .	4

# Q

Quadros com retratos, paizagem, etc. com ou sem vidros . . . . .	4
Queijos . . . . .	5
Queijos nacionaes . . . . .	6
Quiabo . . . . .	9
Quilhas (jogo de) . . . . .	4
Quina . . . . .	5
Quinino . . . . .	5
Quinquilharia . . . . .	5
Quiris . . . . .	5

# R

Rabecas . . . . .	4
Rabecões . . . . .	4
Rabichos . . . . .	5
Raios, pinos e cubos para rodas . . . . .	7
Raizes alimenticias . . . . .	7
Raizes medicinaes . . . . .	5
Raizes para tinturaria . . . . .	5
Raladores e ralos . . . . .	9
Ramas de aipim, mandioca, etc. . . . .	5

Rapadura . . . . .	7
Rapé . . . . .	5
Raposas em gaiolas . . . . .	5
Ratoeiras . . . . .	5
Realejos . . . . .	4
Rebites . . . . .	5
Rebolo . . . . .	5
Redes . . . . .	5
Redes para pescaria . . . . .	5
Redomas de vidros . . . . .	4
Regadores de folha ou de zinco . . . . .	6
Reguas aparelhadas . . . . .	5
Relogios de algibeira, de metal ordinario . . . . .	4
Relogios de ouro ou de prata . . . . .	1 %
Relogios para parede, escriptorio, etc. . . . .	4
Relogios para agua ou gaz . . . . .	4
Relojoaria ( objectos de ) . . . . .	4
Remedios . . . . .	4
Remos . . . . .	7
Rendas . . . . .	4
Repolhos . . . . .	9
Reposteiros . . . . .	4
Requeijão . . . . .	6
Reservatorios de ferro, de zinco ou de madeira . . . . .	7
Residuos de açougue ou outros . . . . .	7 e 8
Resinas . . . . .	4
Retortas de vidro ou louça . . . . .	5
Retortas de metal . . . . .	5
Retratos . . . . .	4
Retroz . . . . .	4
Retretes . . . . .	6
Rhum . . . . .	4
Ricino . . . . .	8
Ripas até 4 metros de comprimento . . . . .	7 e 8
Ripas de mais de 4 metros de comprimento . . . . .	7 e 9
Rodas para carros ou carroças . . . . .	7
Rodas para machinas . . . . .	7 e 9
Rodetes . . . . .	7 e 5
Rolhas de cortiça ou de madeira . . . . .	4
Rosalgar ( droga venenosa ) . . . . .	5
Rotulos impressos . . . . .	5
Rotim . . . . .	5
Roupa de lã, linho, algodão, etc . . . . .	5
Roupa de seda . . . . .	5
Rubim (pedras preciosas) . . . . .	1 %

## S

Sabão ordinario . . . . .	6
Sabonetes . . . . .	4

Sabugos de milho . . . . .	7 e 8
Saca-rolhas. . . . .	5
Saccos novos ou vãos . . . . .	5
Saccos de juta vãos. . . . .	5
Saccos para assucar em retorno (vide art. 66).	
Sacho . . . . .	7
Safrão de ferreiro . . . . .	7
Sagü . . . . .	5
Sal ammoniaco (droga) . . . . .	5
Sal de azedas (drogas) . . . . .	4
Sal de cozinha (ordinario) . . . . .	7 e 8
Sal de Epson . . . . .	5
Sal marinho refinado. . . . .	5
Salames . . . . .	5
Salitre . . . . .	5
Salsaparrilha (raizes). . . . .	5
Salva-vidas. . . . .	2
Samambaia . . . . .	5
Samburás . . . . .	6
Sangue de boi . . . . .	7
Sanguessugas . . . . .	4
Sapatos ordinarios. . . . .	5
Sapatos finos . . . . .	5
Sapé. . . . .	7
Sardinhas em lata . . . . .	5
Sarrafos de madeira . . . . .	7 e 8
Sêbo . . . . .	7
Seda bruta. . . . .	9
Seges. . . . .	8
Sellim . . . . .	5
Sellaria (artigo de) . . . . .	9
Sellos . . . . .	1 %
Sementes (para agricultura) . . . . .	7
Serpentinas de alambiques. . . . .	5
Serpentinas de vidro, crystal, etc. . . . .	4
Serragem de madeira . . . . .	7 e 9
Serralheria (artigo de) . . . . .	7
Serras e serrotes (para officinas). . . . .	7
Sinos e sinetas. . . . .	5
Syphon de metal . . . . .	5
Sipó . . . . .	8 e 9
Sirgueiro (artigos de). . . . .	4
Soda . . . . .	5
Sofás envernizados . . . . .	4
Sofás de ferro ou madeira ordinarios . . . . .	5
Sola . . . . .	5
Sola do paiz . . . . .	5
Soldas . . . . .	5
Sondas . . . . .	5
Sovelas e instrumentos de sapateiro. . . . .	5
Stearina (volas de). . . . .	5



Substancias de utilidade á lavoura, de pouco peso em relação ao volume. . . . .	7 e 9
Sulfureto de carbono. . . . .	6
Surrões varios . . . . .	5
Suspensorios . . . . .	5

## T

Tabaco . . . . .	5
Taboas aparelhadas. . . . .	7 e 8
Taboas não aparelhadas . . . . .	7 e 8
Tabocas . . . . .	7 e 9
Taboleiros envernizados ou envidraçados. . . . .	4
Taboleiros de engenhos . . . . .	7
Taboleiros ordinarios. . . . .	7
Taboletas . . . . .	5
Tabulas de gamão ou outro qualquer jogo. . . . .	4
Tachas de ferro para applicação á lavoura. . . . .	7 e 9
Tachas para applicações diversas. . . . .	5
Taches de cobre ou metal semelhante. . . . .	5
Tacos para bilhar ou bagatella . . . . .	4
Talabartos . . . . .	4
Talhas de barro para agua . . . . .	6
Talheres de ouro ou de prata. . . . .	1 %
Talheres ordinarios . . . . .	5
Tamancos . . . . .	5
Tambores (musica) . . . . .	4
Tambores de madeira ou de sola para engenhos e fabrica . . . . .	7 e 9
Tamboretos envernizados . . . . .	4
Tanques de ferro, zinco madeira, etc. para engenho . . . . .	7 e 7
Tambores de ferro ou madeira, ordinarios. . . . .	5
Tanques de cobre para alambiques . . . . .	5
Tapeçarias (artigos de). . . . .	4
Tapetos . . . . .	5
Tapioca . . . . .	5
Taquara e taquarassu. . . . .	7 e 8
Tarrafas. . . . .	5
Tartaruga (cascos de). . . . .	5
Tartaruga em obra . . . . .	4
Tatús em gaiola . . . . .	5
Teares . . . . .	7 e 8
Tecidos de corda não denominados. . . . .	5
Tecidos não denominados. . . . .	5
Tecidos metallicos. . . . .	5
Tecidos ordinarios. . . . .	5
Tecidos de seda, lã ou linho. . . . .	5
Tecidos de palha não denominados. . . . .	5
Telas ou tecidos metallicos . . . . .	5
Telephones . . . . .	4
Télescopios . . . . .	4

Telhas de barro ou zinco para casas . . . . .	7 e 9
Telhas de vidro ou de louça. . . . .	5
Tenders e portences desarmados . . . . .	4
Tenders rebocados (vide art. 89).	
Tentos para jogos. . . . .	7 e 9
Terra podre ou não denominada . . . . .	5
Tesouras . . . . .	4
Thermometros . . . . .	5
Tigelas de louça, etc. . . . .	6
Tigelas de folha, estanho ou barro. . . . .	7 e 9
Tijolos de alvenaria . . . . .	5
Tijolos de arcar . . . . .	5
Tijolos de mármore ou de louça. . . . .	8
Tilburys. . . . .	7
Tinas. . . . .	5
Tintas de escrever, de imprimir ou pintar. . . . .	5
Tinteiros de vidro, louça etc. . . . .	7
Tinteiro de osso, chifre ou metal ordinario . . . . .	5
Tinturas . . . . .	7
Tipitis . . . . .	5
Tipoiás . . . . .	5
Tiras bordadas . . . . .	7
Titára. . . . .	1 %
Titulos de valor . . . . .	5
Toalhas ordinarias . . . . .	5
Tochas de cêra . . . . .	5
Tocheiros . . . . .	5
Toldos desarmados . . . . .	5
Tomates em conservas . . . . .	9
Tomates frescos . . . . .	6
Toneis vasilos, de madeira ou de ferro (vide especial)	
Torcidas . . . . .	5
Torneiras de cobre ou metal semelhante ou de ferro. . . . .	5
Tornos pequenos de ferro ou madeira . . . . .	7
Tornos grandes idem. . . . .	7 e 8
Torradores de café . . . . .	5
Toucados para senhoras . . . . .	4
Toucadores . . . . .	4
Toucinho. . . . .	5
Touros (gado) . . . . .	11
Transparentes para janellas . . . . .	4
Trapos e aparas de papel . . . . .	9
Trastes de luxo. . . . .	4
Trastes ordinarios . . . . .	5
Traves e travetas . . . . .	7 e 8
Travesseiros. . . . .	5
Tremocos. . . . .	5
Trempes . . . . .	5
Trenas . . . . .	5
Trens de cozinha de cobre ou ferro esmaltado . . . . .	5
Trens de cozinha de ferro ou barro ordinario. . . . .	7

Trigo . . . . .	6
Trilhos de ferro. . . . .	7 e 8
Trincoos ordinarios . . . . .	5
Tripas. . . . .	7
Trolys. . . . .	8
Tubos de barro. . . . .	6
Tubos de borracha. . . . .	5
Tubos de ferro fundido para encauamento. . . . .	7 e 8
Tubos de louça . . . . .	5
Tubos de chumbo para encauamento . . . . .	5
Tubos de metal para diversos fins . . . . .	5
Tubos de vidro. . . . .	4
Tucanos em gaiola. . . . .	4
Tumulos armados . . . . .	4
Tumulos desarmados . . . . .	9
Turbinas . . . . .	7 e 9
Turfa . . . . .	7 e 5
Tympanos . . . . .	5
Typos . . . . .	5

## U

Unguentos . . . . .	4
Unhas de animaes. . . . .	7
Urnas de marmore ou de madeira. . . . .	4
Urugu. . . . .	5
Urupemas ordinarias. . . . .	6
Utensilios domesticos. . . . .	5
Uvas frescas. . . . .	9
Uvas secas. . . . .	5

## V

Vaccas . . . . .	11
Valores . . . . .	1 %
Varas . . . . .	7 e 9
Varacs para carros. . . . .	6
Varandas de ferro ou outro metal. . . . .	5
Vasos de vidro, louça, etc. . . . .	4
Vasos de barro do paiz . . . . .	6
Vassouras de cabello ou de crina . . . . .	5
Vassouras de palha. . . . .	6
Veiculos . . . . .	8 e 9
Velas de cera ou de spermacete . . . . .	5
Velas de composição, de carnauba ou sebo. . . . .	5
Velludo . . . . .	5
Velocipedes . . . . .	4
Venezianas . . . . .	5
Ventarolas de pennas, etc. . . . .	4

Ventiladores. . . . .	7 e 8
Verdete . . . . .	4
Verduras. . . . .	7
Vermelhão . . . . .	4
Vermouth . . . . .	5
Vernizes . . . . .	5
Videiras . . . . .	7
Vidraças . . . . .	4
Vidros. . . . .	4
Vigas (vide especial) . . . . .	7 e 8
Vimes. . . . .	7
Vinagre . . . . .	5
Vinho. . . . .	5
Vinho facticio . . . . .	4
Vitellas . . . . .	11
Vitriolo . . . . .	4

**W**

Wagons desarmados e pertences . . . . .	8
Wagon rebocado (vide art. 89).	
Water-closets . . . . .	5
Whiskey. . . . .	5

**X**

Xaropes . . . . .	5
Xarques . . . . .	7
Xergas para animaes. . . . .	5

**Z**

Zabumbas . . . . .	5
Zarcão . . . . .	5
Zinco em chapas ou linguados . . . . .	7
Zinco em obra . . . . .	5

Directoria Geral de Obras e Viação, 26 de julho de 1904.—  
*José Freire Parreiras Horta.*

## N. 11 — EM 19 DE AGOSTO DE 1904

Regularisa a applicação do art. 117 das alterações de tarifas da Estrada de Ferro da Bahia ao S. Francisco approvadas por Portaria de 26 de maio de 1897.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas.— Directoria Geral de Obras e Viação—1ª Secção—N. 1—Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1904.

Tendo varias pessoas residentes em *Queimados*, nesse Estado, representado a este Ministerio contra a pratica adoptada nessa estrada de se cobrar o frete por partida de saccos de farinha e outros generos, despachados para estações mais proximas de Alagoinhas a tresentos réis por sacco, informastes em officio n. 4 de 20 de maio proximo passado ser aquella a praxe seguida ha longo tempo na mesma estrada, que assim interpretava o art. 117 das respectivas condições regulamentares. Resolvendo sobre tal assumpto, deixo-vos para os necessarios effeitos, não ser admissivel a continuação do semelhante praxe. O art. 117, citado, estabelecendo o preço de 300 réis que deve ser entendido como minimo de um despacho por qualquer volume de bagagem, encomenda ou mercadoria, não pôde ser applicavel ao despacho de saccos de farinha e outros generos, que deverão pagar segundo estiver estipulado nas tarifas competentes para expedições em partidas, salvo quando o despacho fór solicitado para um só volume ou sacco isolado, caso unico em que a cobrança da taxa será feita nos termos do indicado art. 117 das alterações de tarifas approvadas por Portaria de 26 de maio de 1897.

Saude e fraternidade. — *Louvo Severiano Müller*. — Sr. Engenheiro Fiscal da Estrada de Ferro da Bahia ao S. Francisco.

## N. 12 — EM 19 DE AGOSTO DE 1904

Manda adoptar no final do art. 51 das condições regulamentares da Estrada de Ferro Minas e Rioja mesma disposição que reger nas da Estrada de Ferro Central do Brazil.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação—1ª Secção—N. 7—Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1904.

A' vista do que requereu o arrendatario dessa estrada do ferro e do que informastes em officio n. 12 de 30 de junho proximo passado, resolvo que se adopte no final do

art. 54 das respectivas condições regulamentares a mesma disposição que rege nas da Estrada de Ferro Central do Brazil, a saber:

No resultado final do calculo dos fretes com as taxas accessorias, as fracções de 100 réis serão arredondadas para 100 réis.

Saude e fraternidade.— *Lauro Severiano Müller*.— Sr. Engenheiro fiscal da Estrada de Ferro Minas e Rio.

N. 13 — EM 21 DE SETEMBRO DE 1904

Declara que os inspectores de tracção da Estrada de Ferro Central do Brazil não tem direito ao abono para aluguel de casa, e revoga o Aviso n. 54, de 15 de maio de 1900.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas—Directoria Geral de Obras e Viação — 1ª Secção — N. 74 — Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1904.

Não estando comprehendidos na classe dos agentes e ajudantes de agentes de estação, os inspectores de tracção, não tem este direito ao abono concedido áquelles pela lei orçamentaria para aluguel de casa; não podendo, portanto, a respectiva despesa ser levada á conta da verba Eventuaes; o que vos declaro para os necessarios offeitos, considerando-se assim revogado o Aviso deste Ministerio, n. 54, de 15 de maio de 1900.

Saude e fraternidade.— *Lauro Severiano Müller*.— Sr. Director da Estrada de Ferro Central do Brazil.

N. 14 — EM 14 DE OUTUBRO DE 1904

Autoriza os despachos de mercadorias com fretos a pagar até o limite máximo de 108000, na Estrada de Ferro Central do Brazil.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — 1ª Secção — N. 78 — Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1904.

Communico-vos, para vosso conhecimento e devidos fins, que, attendendo ao que requereu a Associação dos Empregados no Commercio do Rio de Janeiro, sobre o que informastes por officio n. 1176, de 6 do corrente mez, e bem assim ao que, em conferen-

cia verbal expoz a este Ministerio, nesse mesmo sentido, a Associação Commercial do Rio de Janeiro, ampliando o seu anterior pedido, a que se referiu o meu despacho de 19 de agosto ultimo, publicado no *Diario Official* do dia 20, resolvei autorizar os despachos de mercadorias com fretes a pagar até o limite minimo de 10\$000, tanto nas estações de destino da Estrada de Ferro Central do Brazil como nas das demais estradas que com ella mantem trafego mutuo, comtanto que se obriguem a pagar o debito que venham a ter em um mez até o fim do mez seguinte, sob pena de ficar de nenhum effeito a concessão ora feita, voltando-se ao regimen anterior, com o limite de 50\$000 para as estradas que não satisfizerem a condição acima expressa.

Saude e fraternidade. — *Lauro Severiano Müller*. — Sr. Director da Estrada de Ferro Central do Brazil.

---

N. 15 — EM 27 DE OUTUBRO DE 1904

Autoriza abatimentos addicionaes para o transporte dos cafés destinados a Rio ou Santos, na Estrada de Ferro Minas e Rio.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — 1ª Secção — N. 13 — Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1904.

Declaro, para vosso conhecimento e para que o façaes constar ao interessado, que nesta data resolvo deferir o requerimento, que acompanhou o vosso officio n. 20, de 30 de setembro ultimo, em que o superintendente dessa estrada pede autorização para tornar extensivas aos cafés destinados a Santos, via Cruzeiro, as tarifas especiaes e abatimentos addicionaes existentes para os cafés procedentes das estações das estradas de ferro Sapucahy e Muzambinho e destinados á Capital Federal, e bem assim para que seja concedido aos cafés procedentes das estações da navegação do rio Sapucahy e destinados ao Rio ou Santos, via Cruzeiro, o abatimento addicional de 10 % de que goza o café procedente de Arcado, na Estrada de Ferro Muzambinho, Pouso Alegre e outros, na Estrada de Ferro Sapucahy.

Saude e fraternidade. — *Lauro Severiano Müller*. — Sr. Engenheiro Fiscal da Estrada de Ferro Minas e Rio.

---

N. 16 — EM 7 DE NOVEMBRO DE 1904

Estabelece provisoriamente, na Estrada de Ferro Oeste de Minas, o abatimento de 50 % na 7ª classe das tarifas para o transporte da materia prima destinada ás fabricas de papel e classifica na tarifa n. 3 os productos das mesmas fabricas.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — 1ª Secção — N. 19 — Rio de Janeiro, 7 de novembro de 1904.

A' vista do que informastes em officio n. 36, de 1 de outubro findo, resolvo que na classe 7ª das tarifas dessa estrada seja feito, provisoriamente, o abatimento de 50% no transporte da materia prima destinada ás fabricas de papel e constante de trapos, aparas de papel e papel velho, classificando, outrossim, os productos das mesmas fabricas, a saber — papel de embrulho, papelão e papel de impressão, na tarifa n. 3.

Saude e fraternidade.— *Lauro Severiano Müller*.— Sr. Director da Estrada de Ferro Oeste de Minas.

N. 17 — EM 7 DE MAIO DE 1904

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas—Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 55 — Rio de Janeiro, 7 de maio de 1904.

Sr. Ministro da Justiça e Negocios Interiores — Com referencia ao vosso aviso n. 438, de 26 de março ultimo, solicitando a remessa directa á Escola de Minas de Ouro Preto, com franquia postal gratuita, de tres encomendas postaes, ns. 2076, 2077 e 2078, a que se referem os avisos de recebimentos inclusos, tenho a honra de informar-vos que as referidas encomendas estão sujeitas a direitos aduaneiros o só poderão ser entregues com o respectivo pagamento, mediante Aviso do Ministerio dos Negocios da Fazenda ao inspector da Alfandega desta Capital.

Saude e fraternidade.— *Lauro Müller*.



## N. 18 — EM 4 DE JUNHO DE 1904

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 34 — Rio de Janeiro, 4 de junho de 1904.

Tendo em vista o exposto em vosso officio, n. 128, de 12 de abril ultimo, sobre irregularidades no serviço de encomendas postaes na Alfandega do Recife, declaro-vos, para os fins convenientes, que a Administração por tal em Pernambuco não deve aceitar o regimen que lhe é proposto por autoridade incompetente, e que os serviços federaes não são regulamentados a vontade dos chefes das repartições nos Estados, tanto menos na hypothese, que é assumpto de um accordo internacional approved pelo decreto n. 3168, de 28 de dezembro de 1898, devendo por isso observar-se os termos daquella accordo, segundo as instrucções que baixaram com a portaria n. 1224, de 19 de junho de 1899, dessa Directoria Geral.

Saude e fraternidade. — *Lauro Müller*. — Sr. Director Geral dos Correios.

## N. 19 — EM 28 DE JUNHO DE 1904

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 45 — Rio de Janeiro, 28 de junho de 1904.

Em solução ao vosso officio n. 118/2 de 5 de abril ultimo, consultando si pôde ser recebido o attestado do juiz de direito de Guimarães, que é praticante dos Correios do Maranhão, Fabio Rodrigo de Araujo, juntou ao seu requerimento de licença para tratamento da saúde, declaro-vos que, embora proveleça a doutrina do aviso n. 278 de 24 de setembro de 1898, ficas autorizado a conceder a licença de que se trata, nas condições a que attude vossa consulta, visto não haver medico na localidade em que se acha esse funcionario.

Saude e fraternidade. — *Lauro Müller*. — Sr. Director Geral dos Correios.

N. 20 — EM 19 DE JULHO DE 1904

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 58 — Rio de Janeiro, 19 de julho de 1904.

Resolvendo a consulta constante do vosso officio n. 270/2 de 6 do corrente, declaro-vos que os attestados de cirurgiões dentistas não podem ser acceitos para justificação de faltas, mas somente os attestados medicos mencionados na regra 7ª do art. 498 do Regulamento dessa Repartição.

Saude e fraternidade.— *Lauro Müller*.— Sr. Director Geral dos Correios.

---

N. 21 — EM 18 DE AGOSTO DE 1904

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 65 — Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1904.

Em resposta ao vosso officio sob n. 116, de 21 de julho ultimo, no qual pedistes informações que vos habilitem a defender os interesses da União na acção proposta por Deodato Pinto dos Santos, declaro-vos que não ha disposição legal que declare o direito de empregados reintegrados a vencimentos ou ordenados durante o tempo em que estiveram privados do seu emprego.

Accresce que o regulamento da Repartição Geral dos Correios, approved pelo decreto n. 1692, de 10 de abril de 1894, em vigor quando contador dos Correios de Pernambuco Deodato Pinto dos Santos, foi exonerado, declarava no seu art. 487, que as nomeações para os logares de contador seriam feitas a juizo do Governo.

E' claro, portanto, que, si o Governo tinha a liberdade de nomear, tambem tinha a de demittir.

Esse direito ficou confirmado pelo regulamento approved pelo decreto n. 2230, de 10 de fevereiro de 1896, o qual no art. 382 torna de livre escolha e demissão do Governo o cargo de contador.

Saude e fraternidade.— *Lauro Müller*.— Sr. 3º Procurador da Republica.

---

## N. 22 — EM 31 DE DEZEMBRO DE 1904

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 117 — Rio de Janeiro, 31 de Dezembro de 1904.

De posse do vosso officio n. 498/2, do 24 de dezembro corrente, recommendo-vos, para os devidos effeitos, que, para promoções de funcionarios dessa repartição, indiqueis somente os empregados effectivos do quadro em que se der a vaga, sem embargo da permissão do regulamento postal vigente, na regra 6ª do art. 385 que estabelece uma faculdade de que a administração só se servirá em casos excepcionaes e por conveniencia do serviço.

Sande e fraternidade. — *Laura Müller*. — Sr. Director Geral dos Correios.

---

## ADDITAMENTO

1111111111

1111111111



## MINISTERIO DA INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS

---

AVISO N. 133 — EM 22 DE FEVEREIRO DE 1904

Autorisa a Comissão das Obras do Porto de Rio de Janeiro a receber do Ministerio da Fazenda a ilha de Santa Barbara.

Ministerio da Industria, Viação, e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras, e Viação — 2ª Secção — N. 133 — Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1904.

Sr. Ministro dos Negocios da Fazenda. — De posso do vosso aviso n. 32 do 17 do corrente mez, declarando haver sido posta á disposição deste Ministerio a ilha de Santa Barbara, conforme vos solicitei por aviso n. 223. de 26 de outubro p. passado, tenho a honra de communica-vos que autorisei a Comissão Fiscal e Administrativa das Obras do Porto do Rio de Janeiro a receber a dita ilha e della fazer entrega aos empreiteiros das referidas obras para serem alli instaladas os respectivos serviços.

Saude e fraternidade. — *Lauro Severiano Müller.*

---

PORTARIA EM 23 DE FEVEREIRO DE 1904

Approva as instrucções para os estudos e construcção de obras contra os effeitos da secca. no Rio Grande do Norte.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, em nome do Presidente da Republica, resolve approvar as instrucções para estudos e construcção de obras contra os effeitos da secca no Estado do Rio Grande do Norte e que com esta baixam, assignadas pelo director geral de obras e viação.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1904. — *Lauro Severiano Müller.*

**Instruções para estudos e construção de obras contra os efeitos da seca no Estado do Rio Grande do Norte a que se refere a portaria desta data.**

Art. 1.º A direcção e administração dos estudos e construção de obras contra os efeitos da seca no Estado do Rio Grande do Norte serão confiadas a um engenheiro chefe, immediatamente subordinado ao Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas e auxiliado pelo pessoal constante do art. 8º.

Art. 2.º Esta comissão terá por objecto:

I. A construção da Estrada de Ferro Ceará mirim e o melhoramento de outras vias de comunicação que liguem os pontos affectados pela seca aos de facil comunicação com os melhores mercados e aos centros productores.

II. A construção de obras de açulagem nos pontos mais convenientes e que, não exigindo trabalhos importantes de alvenaria, possam, entretanto, satisfazer as necessidades urgentes provenientes da seca.

III. A construção de poços pouco profundos, onde fôr conveniente e exequível.

IV. O estudo do traçado mais conveniente de uma estrada de ferro, que, partindo do ponto mais apropriado do litoral, atravesse a região assolada pela seca, comprehendendo o estudo comparativo dos portos de Mossoró, Macaú e Natal.

V. A indicação dos açudes que possam resistir a tres annos de seca e que devam ser construidos na referida região, e bem assim o estudo daquelles que o Governo julgue necessario fazer, comprehendendo o das obras complementares de irrigação.

VI. O estudo dos poços profundos mais convenientes, tendo em vista a natureza geologica da região.

VII. Os demais estudos e construções que o Governo determinar.

Art. 3.º As obras serão executadas segundo estudos sujeitos á approvação do Governo; porém, serão enecadas independentemente desta approvação as que forem de caracter urgente, mediante autorização do Ministro.

Paraphrasso unico. Em caso algum deixará de ser enviada á respectiva Secretaria do Estado uma cópia dos estudos, incluindo o orçamento das obras projectadas e das modificações que soffrerem.

Art. 4.º Na organização e apresentação dos projectos das estradas de ferro, o engenheiro chefe terá em vista, além das mais circumstancias a que deverá attender, a bitola de 1º,00 entre os trilhos, as condições technicas usuas e os documentos exigidos nos regulamentos em vigor.

Art. 5.º Os trabalhos serão feitos em geral, por administração e pelo systema de tarefas; o engenheiro chefe poderá, porém, contractar por empreitadas parciaes a construção das alvenarias das obras d'arte correntes e das pontes, os

edificios, o fornecimento de dormentes, o assentamento da via permanente e das superstructuras das pontes, abrindo, nesses casos, a concorrência que as circumstancias permittirem.

Art. 6.º Os trabalhos começarão logo que for locada alguma parte do projecto que tenha de ser levada a effeito, e proseguirão com o andamento compativel com os creditos concedidos e com as necessidades da população flagellada pela secca.

Art. 7.º Os contractos de encomendas de materiaes que houverem de ser importados do estrangeiro serão sujeitos á approvação do Ministro, a quem o engenheiro chefe apresentará os desenhos, orçamentos provaveis e demais esclarecimentos precisos.

Art. 8.º Por ser de character temporario esta commissão, o respectivo pessoal, constante do seguinte quadro, poderá ser reduzido ou completamente dispensado, conforme as condições do serviço o permittirem ou o Governo resolver:

N.	Categoria	Vencimento annuo
1	Engenheiro-chefe. . . . .	18:000\$000
1	Primeiro engenheiro . . . . .	12:000\$000
2	Chefes de secção (cada um) . . . . .	9:600\$000
2	Engenheiros ajudantes (idem). . . . .	7:200\$000
3	Conductores de 1.ª classe (idem) . . . . .	4:800\$000
3	Conductores de 2.ª classe (idem) . . . . .	3:600\$000
1	Desenhista . . . . .	4:800\$000
1	Escriptuario . . . . .	3:600\$000
1	Amanuense. . . . .	2:400\$000
1	Armazenista . . . . .	3:000\$000
1	Secretario-pagador . . . . .	4:800\$000

§ 1.º Uma terça parte do vencimento annual será considerada como gratificação de exercicio.

§ 2.º Além dos vencimentos indicados, o engenheiro chefe perceberá a diaria de 8\$ e poderá arbitrar a cada um dos demais engenheiros e conductores a de 3\$ a 8\$, conforme a categoria dos mesmos, ou serviços extraordinarios que lhes forem confiados e a difficuldade da subsistencia.

Art. 9.º O secretario-pagador prestará a fiança de 15:000\$000.

Art. 10. Ao engenheiro-chefe competirá:

1º, nomear e demittir todo o pessoal que não fór de nomeação o demissão do Ministro;

2º, organizar, dirigir e fiscalizar os trabalhos e serviços, expedindo os regulamentos, instrucções e ordens do serviço que os regulem e estabeleçam relações dos empregados entre si;

3º, requisitar das autoridades competentes as providencias que das mesmas dependerem;

4º, fazer a locação da linha e das obras da estrada, segundo os estudos approvados e as modificações necessarias; organizar os projectos de execução e os respectivos orçamentos;



5º, celebrar os contractos e os ajustes necessários para a execução das obras e fornecimento dos materiaes;

6º, proceder ao calculo de cubação e avaliação das obras feitas;

7º, promover amigavel ou judicialmente a aquisição ou desapropriação dos terrenos indispensaveis para a construcção do prolongamento;

8º, receber provisoria ou definitivamente qualquer obra contractada ou material fornecido, e passar certificados para os devidos pagamentos;

9º, autorizar todas as despesas do serviço a seu cargo, dentro dos creditos que lhes forem abertos;

10, resolver em ultima instancia sobre todas as duvidas que se suscitarem a respeito das medições e ajustes de contas, desde que versarem sobre questões technicas, e com o recurso voluntario para o Ministro as que envolverem materia contenciosa;

11, conceder licença até 30 dias, na forma das disposições em vigor, ao pessoal da commissão, e informar sobre o pedido de licença para maior prazo, dependente do Ministro;

12, reprehender, multar ou suspender os empregados do prolongamento, por erro, falta, ou pouco zelo no desempenho dos seus deveres, ficando entendido que a multa consistirá na perda de uma parte ou de todo o vencimento, e que a suspensão importará na perda total do vencimento;

13, fixar o salario dos operarios e vencimentos dos auxiliares que fôr em precisos.

Art. 11. Serão nomeados:

1º, o engenheiro-chefe por portaria do Ministro;

2º, do mesmo modo, e sobre proposta do referido engenheiro, o 1º engenheiro, os chefes de secção, os engenheiros de 1ª e 2ª classe e o secretario-pagador;

3º, pelo engenheiro-chefe todos os mais empregados.

Art. 12. Todos os empregados serão substituidos de seus cargos pela mesma forma das nomeações.

Art. 13. O engenheiro-chefe será substituido nos seus impedimentos temporarios pelo 1º engenheiro o, na falta deste, pelo chefe de secção.

Si o impedimento se prolongar, o seu substituto será nomeado ou indicado p<sup>o</sup> do Ministro.

Na falta ou no impedimento dos mais empregados, o engenheiro-chefe designará os respectivos substitutos, attendendo ás categorias e ás conveniencias do serviço.

Art. 14. Até o dia 20 de cada mez será remettido ao Ministro um relatório resumido dos trabalhos e occurencias do mez anterior, acompanhado do balancete das despesas effectuadas, e até o dia 15 de fevereiro o relatório completo, correspondente ao periodo terminado em 31 de dezembro.

Terminados os trabalhos, será apresentada uma exposição minuciosa e documentada do que houver sido feito, comprehendendo a demonstração geral das despesas realizadas, e a relação dos instrumentos de engenharia e mais objectos pertencentes á commissão.

Art. 15. O escriptorio technico da commissão será estabelecido no lugar dos trabalhos, que melhor convier, e ficará a cargo do primeiro engenheiro.

Art. 16. A escripturação e contabilidade das obras serão feitas segundo as instrucções, os livros e modelos organizados pelo engenheiro chefe, tendo em vista a legislação de fazenda.

Os orçamentos, despesas occurrentes e custo effectivo das obras serão escripturados com methodo e clareza, de modo que de prompto se possa verificar a despesa real de cada especie de obra, o custo kilometrico das estradas construidas ou estudadas e as causas que tenham concorrido para ser excedido o orçamento da obra, quando isto aconteça.

Art. 17. Os pagamentos dos trabalhadores far-se-hão no lugar dos trabalhos, semanal, quinzenal ou mensalmente, á vista dos recibos ou de folhas, conforme for mais pratico e conveniente ao serviço.

O pagamento do pessoal superior e auxiliar terá lugar mensalmente.

Os pagamentos serão realizados pelo secretario-pagador, responsavel nos termos das leis vigentes, auxiliado, si for preciso, a juizo do engenheiro-chefe, por individuos de sua confiança, aos quaes poderá o engenheiro-chefe conceder uma gratificação diaria, não excedendo de 15\$000, sómente pelos dias de serviço.

Ao secretario pagador será abonada, para quebras, a quantia de 60\$000 por mez.

Art. 18. Nenhum pagamento se effectuará sem prévia autorização do engenheiro-chefe, por quem serão assignados ou rubricados todos os documentos de despesas.

Art. 19. O engenheiro-chefe deverá propôr ao Ministro o que julgar conveniente para o bom desempenho da commissão, podendo, entretanto, deliberar e adoptar as medidas urgentes que julgar acertadas acerca de quaesquer duvidas e embaraços que possam surgir na execução dos serviços e não estejam previstos nas presentes instrucções, dando immediatamente conhecimento ao Ministro.

Directoria Geral de Obras e Viação, 23 de fevereiro de 1904.  
— J. F. Parreiras Horta.

## AVISO N. 174 — EM 1 DE MARÇO DE 1904

Remette ao Ministerio da Fazenda plantas e mais documentos relativos á cessão de uma faixa de terreno em Inhaúma, para passagem do encauamento destinado á uma caixa d'agua no Engenho de Dentro.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — 2ª Secção — N. 174 — Rio de Janeiro, 1 de março de 1904.

Sr. Ministro dos Negocios da Fazenda. — Havendo sido ajustado entre a Inspeção Geral das Obras Publicas, autorisada por este Ministerio, e diversos proprietarios em Inhaúma, cederem estes á União, uma faixa de terreno para a passagem do ramal da estrada de ferro do Rio d'Ouro e o encauamento de 0<sup>m</sup>,80 para supprimento d'agua ao reservatorio em construcção no Engenho de Dentro, passo ás vossas mãos, nas inclusas copias, acompanhadas das respectivas plantas, a fim de que vos digneis de ordenar que pela Directoria do Contencioso sejam reduzidos a escriptura publica, os termos de ajuste celebrado com Antonio Joaquim de Souza Botafogo, para cessão de uma faixa de 850<sup>m</sup>2,00 por 850\$000; com Francisco Gonçalves da Silva, idem, de 2 lotos com 4.480<sup>m</sup>2,00 por 4.480\$000 com Matheus Gonçalves da Silva, idem, de 918<sup>m</sup>2,10, por 918\$100; com Ignacio Gonçalves da Silva, idem 2 lotes com 651<sup>m</sup>2,00 por 651\$000; com Ignacio de Almeida Franco, idem de 351<sup>m</sup>2,00 por 351\$000; com Antonio Gomes, idem de 1.780<sup>m</sup>2,00, por 1:780\$000 e com o Banco da Republica, idem de 1.127<sup>m</sup>2,05 por 1:127\$500; na importancia total de 10:157\$600.

Convém aceroscontar, para os devidos effeitos, que além dos terrenos acima adquiridos a título oneroso, foram cedidos gratuitamente pelos proprietarios Antonio Joaquim de Souza Botafogo e D. Francisca Carolina de Mez-fonça Ziesse, conforme consta dos respectivos termos, tambem juntos por copia: pelo primeiro uma faixa de 648<sup>m</sup>2,00 tirada da chacara donde foi cedida a de 850<sup>m</sup>2,00 a título oneroso, e pela segunda uma faixa de 3.520<sup>m</sup>2,00, mediante condições que se acham estipuladas no respectivo termo.

Saude e fraternidade. — *Lauro Severiano Müller.*

---

AVISO N. 186 — EM 7 DE MARÇO DE 1904

Pede que tenham livre transito durante a noite as embarcações da  
firma C. H. Walker & Companhia.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria  
Geral de Obras e Viação — N. 186 — Rio de Janeiro, 7 de  
março de 1904.

Sr. Ministro da Guerra — Exigindo a natureza do ser-  
viço das obras do porto do Rio de Janeiro, contractadas  
com C. H. Walker & Companhia que em muitos casos não  
seja o mesmo serviço interrompido durante a noite, rogo-  
vos digneis providenciar no sentido de permittir a entrada e sa-  
hida das embarcações daquelles empreiteiros, não só durante o  
dia, como ainda á noite e após o fechamento do porto. Se-  
gundo a clausula VIII do respectivo contracto, até 31 do corrente  
mez terão de ser inaugurados os trabalhos, o que de alguma  
sorte dá caracter urgente á providencia solicitada.

Saude e fraternidade. — *Lauro Severiano Müller.*

Identico ao Sr. Ministro da Marinha.

---

AVISO N. 210 — EM 14 DE MARÇO DE 1904.

Rectifica a escriptura de 30 de junho de 1903, feita com a Empresa  
Industrial de Melhoramentos no Brazil.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria  
Geral de Obras e Viação — 2ª Secção — N. 210 — Rio de Janeiro,  
14 de março de 1904.

Sr. Ministro dos Negocios da Fazenda — Em resposta ao vosso  
aviso n. 259 de 16 de novembro ultimo acompanhado do  
requerimento da Empresa Industrial de Melhoramentos no  
Brazil pedindo para rectificar a escriptura de 30 de junho  
do anno proximo findo, lavrada para execução do accordo cele-  
brado com a Fazenda Federal por transferencia de bens, en-  
campação de concessões e liquidação de contas, tenho a honra  
de declarar-vos que pôde ser acceita a rectificação pedida, com  
tanto que na escriptura respectiva seja tambem incluída a  
transferencia de dominio para o Estado, de dous lotes da pe-  
dreira de S. Diogo que, segundo consta, foram contemplados  
no ajuste da encampação, deixando, entretanto, de figurar na  
escriptura referida.

Saude e fraternidade. — *Lauro Severiano Müller.*

---

## AVISO N. 226 — EM 18 DE MARÇO DE 1904

Entrega ao Ministerio da Fazenda de um predio e de um barracão que estavam ao serviço deste Ministerio.

Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — 2ª Secção — N. 226 — Rio de Janeiro, 18 de março de 1904.

Sr. Ministro dos Negocios da Fazenda — Communico-vos, para os devidos effeitos, em resposta ao vosso aviso n. 42 de 29 de fevereiro ultimo, que nesta data autoriso a Inspeção Geral das Obras Publicas a entregar ao Ministerio a vosso cargo, por não serem mais necessarios ao serviço da mesma Inspeção, não só o predio situado no prolongamento do becco do Cotovello, que serviu para escriptorio das obras do caes Del-Vecchio, mas tambem o barracão sito á praia de D. Manoel, com os materiaes nelle existentes, destinado á construção dos novos armazens da Alfandega desta cidade; não podendo por emquanto, ser-vos entregue o predio da rua do Mercado n. 10, por estar servindo ás obras em via de conclusão, do molhe da doca da referida Alfandega.

Saude e fraternidade. — *Lauro Severiano Müller.*

---

## AVISO N. 228 — EM 18 DE MARÇO DE 1904

Passa á Prefeitura do Districto Federal um trecho do aqueducto da Carioca.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — 2ª Secção — N. 228 — Rio de Janeiro, 18 de março de 1904.

Declaro-vos, para os fins convenientes, que fica approvedo o termo de accordo que tem de ser celebrado entre essa Inspeção Geral e a Prefeitura do Districto Federal para a passagem á mesma Prefeitura do trecho do aqueducto da Carioca, desde os Dous Irmãos até o Viaducto dos Arcos, inclusive, conforme a minuta que acompanhou o vosso officio n. 39, de 12 de janeiro proximo findo.

Saude e fraternidade. — *Lauro Severiano Müller.* — Sr. Inspector Geral das Obras Publicas.

---

AVISO N. 265 — EM 26 DE MARÇO DE 1904

Sobre concessão de terrenos de marinhas no porto do Recife.

Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas  
— Directoria Geral de Obras e Viação — 2ª Secção — N. 265 —  
Rio de Janeiro, 26 de março de 1904.

Sr. Ministro da Fazenda — Constando que alguns requerimentos tem sido apresentados ao Ministerio a vosso cargo para concessão de terrenos de marinhas no porto do Recife, de cujo melhoramento cogita este Ministerio, rogo vos dignois de providenciar para que nenhuma concessão de terrenos de marinha, accrescidos e a accrescidos do accrescidos seja feita naquello porto sem prévia audiência deste Ministerio, visto taes concessões poderem crear embaraços ao regimen que se pretende alli estabelecer.

Saude e fraternidade. — *Lauro Severiano Müller.*

---

AVISO N. 290 — EM 5 DE ABRIL DE 1904

Declara não haver inconveniente em ser transferido para a ilha do Cajú, em Nietheroy, o alfandegamento de um trapiche.

Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas  
— Directoria Geral de Obras e Viação — 2ª Secção — N. 290 —  
Rio de Janeiro, 5 de abril de 1904.

Sr. Ministro da Fazenda — Tenho a honra de declarar-vos, em resposta ao vosso aviso n. 36, de 23 de março ultimo, acompanhado dos documentos que junto vos devolvo, que, segundo informa a Comissão Fiscal Administrativa das Obras do Porto do Rio de Janeiro, não ha inconveniente em ser transferido para a ilha do Cajú, em Nietheroy, o alfandegamento do trapiche concedido a Luiz Marques Baptista de Leão, que se achava na ilha dos Melões, pelo tempo de tres annos e tres mezes, que lhe resta de alfandegamento, findo o qual deverá estar a referida Comissão aparelhada para fazer esse serviço por conta e em proveito do Governo Federal.

Saude e fraternidade. — *Lauro Severiano Müller.*

---

## AVISO N. 306 — EM 11 DE ABRIL DE 1904

Manda arrolar e incorporar aos proprios nacionaes os terrenos lateraes do aqueducto de Santa Thereza.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — 2ª Secção — N. 306 — Rio de Janeiro, 11 de abril de 1904.

Sr. Ministro da Fazenda — Não tendo mais applicação alguma para o serviço de abastecimento de agua os terrenos lateraes do aqueducto de Santa Thereza, nas immedições do convento deste nome, e não podendo este Ministerio arrendal-os, como requereu o syndico daquelle convento, rogo vos digneis de providenciar para que sejam os ditos terrenos arrolados e incorporados aos proprios nacionaes a cargo desse Ministerio.

Saude e fraternidade. — *Lauro Severiano Müller.*

---

## AVISO N. 312 — EM 12 DE ABRIL DE 1904

Approva os projectos de prolongamentos de canaes de irrigação, no Quixadá.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — 2ª Secção — N. 312 — Rio de Janeiro, 12 de abril de 1904.

Declaro-vos, para os fins convenientes, que ficam approvados os projectos para o prolongamento dos canaes de irrigação a que se refere vosso officio n. 70, de 18 de junho de 1902, extendendo-se o ramal do norte até a estaca 583 × 10 e o ramal do sul até a estaca 500.

Fica tambem approvedo o orçamento, respectivo, na importancia de 457:000\$, conforme especificação constante do vosso telegramma de 10 de setembro do anno proximo findo.

Saude e fraternidade. — *Lauro Severiano Müller.* — Sr. Chefe da Commisção de Açudes do Quixadá.

---

AVISO N. 343 — EM 23 DE ABRIL DE 1904

Providencia sobre proprios e terrenos nacionaes que estavam a cargo deste Ministerio.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — 2ª Secção — N. 343 — Rio de Janeiro, 23 de abril de 1904.

Sr. Ministro dos Negocios da Fazenda — Tenho a honra de communicar-vos, para os fins convenientes com referencia ao vosso Aviso n. 48, de 29 de Fevereiro ultimo, que não necessitando este Ministerio do terreno occupado pela Ucharia do Paço demolido por haver sido esse proprio nacional condemnado, resolvi por-o á disposição do Ministerio a vosso cargo. Outrossim, communico-vos que tendo o commandante da Brigada Policial desmanchado o chafariz das Marrecas e edificado no respectivo terreno um prédio, acha-se este habitado por um manobrista da Inspeção Geral das Obras Publicas, e, por isso, ao serviço deste Ministerio.

Declaro-vos finalmente, que os terrenos do Alto da Boa Vista na Tijuca, por onde passam as canalisações d'agua, são necessários á Inspeção Geral das Obras Publicas, não obstante acharem-se os mesmos entregues provisoriamente á Prefeitura, que os ajardinou para logradouro publico, do que não resulta senão beneficio a esses terrenos.

Saude e fraternidade.— *Lauro Severiano Müller.*

---

PORTARIA EM 2 DE MAIO DE 1904

Manda observar pela Comissão de Açudes e Irrigação no Estado do Ceará as instruções concernentes ao mesmo serviço.

O Ministro do Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, em nome do Presidente da Republica:

Resolve que, para a conveniente execução dos trabalhos autorizados na vigente lei do orçamento, sejam observadas, pela Comissão de Açudes e Irrigação no Estado do Ceará, as instruções que com esta baixam assignadas pelo director geral de obras e viação, da respectiva Secretaria de Estado.

Rio de Janeiro, 2 de maio de 1904.—*Lauro Severiano Müller.*



## Instruções a que se refere a portaria desta data

### CAPITULO I

Art. 1.º A Comissão de Açudes e Irrigação no Estado do Ceará tem por fim:

I. Concluir as obras de açudagem e de irrigação do valle do Quixadá, as de açudagem e de tomada de agua do valle de Aca-rahú-Mirim; construir as de açudagem e de derivação do valle do Acarape e de outros que o Governo da União determinar, e projectar os de irrigação de cada açude.

II. Rever os orçamentos dos açudes de Lavras e de Itacolomy, já estudados pela commissão Revy.

III. Confeccionar uma relação dos açudes já construidos pela União expondo o estado de conservação de cada um, os reparos de que precisem e o respectivo custo, e indicando sobre uma planta:

a) a situação de cada açude, sua área, capacidade e o numero de hectares que possa irrigar durante dous annos de secca;

b) os terrenos e benfeitorias existentes nas bacias dos açudes acima referidos e cuja desapropriação convenha fazer;

c) quaesquer outras obras a construir para o fim de facilitar os transportes e, simultaneamente, debellar, com promptidão, os effeitos da secca.

IV. Fazer, quando determinado pelo Ministro, o reconhecimento e ligeiro estudo de bacias apropriadas a barragens de terra, que offereçam capacidade superior a 10 milhões de metros cubicos e profundidade média, maior de 10 metros.

V. Organizar e sujeitar á approvação do Governo os projectos de regulamento que devam ser observados em cada açude que se concluir e nas respectivas terras irrigadas, não só durante os periodos ordinarios como das grandes seccas attendendo ao regimen e distribuição das aguas, ao systema de arrendamento e ás necessarias medidas de policia.

VI. Manter e melhorar os serviços meteorologicos.

### CAPITULO II

#### DIRECÇÃO GERAL

Art. 2.º A Comissão será dirigida por um engenheiro-chefe, immediatamente subordinado ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, e auxiliado pelo pessoal constante das presentes instruções.

Art. 3.º Além da direcção de todos os serviços, compete ao engenheiro-chefe:

§ 1.º Autorizar dentro dos creditos abertos a execução de estudos e projectos, regularmente approvados, bem como os trabalhos de conservação ou de reparos. As obras serão geralmente executadas por administração; quando, porém, as circumstancias o aconselharem, poderão ser feitas por empreitada, mediante concorrência publica e approvação do Ministro.

§ 2.º Requisitar da Delegacia Fiscal os pagamentos das contas de material e os supprimentos precisos para pagamento do pessoal.

§ 3.º Manter em perfeita ordem os serviços de contabilidade, da pagadoria e do almoxarifado.

§ 4.º Enviar mensalmente ao Ministro um quadro discriminando as despesas effectuadas no mez anterior; no fim de cada trimestre, um relatório resumido do andamento e estado das obras, e, finalmente, até o dia 15 de fevereiro da cada anno, um relatório minucioso do anno anterior, em que exporá circunstanciadamente o estado e andamento das obras a seu cargo.

Este relatório será acompanhado de:

1º, um quadro discriminando as despesas;

2º, um quadro do pessoal da comissão;

3º, orçamento detalhado das despesas provaveis para o anno financeiro seguinte.

Todos os relatórios serão acompanhados de extractos destinados á publicação no *Diario Official*.

§ 5.º Sujeitar á approvação do Ministro os orçamentos annuaes, os projectos de obras novas e seu custo, os regulamentos geraes e os contractos de fornecimentos ou de execução de serviço de custo superior a um conto de réis.

§ 6.º Promover, amigavel ou judicialmente, a desappropriação dos terrenos e a aquisição de suas bemfeitorias, indispensaveis para a construção e regular funcionamento das obras e suas dependencias.

§ 7.º Nomear e demittir todos os empregados, cujas nomeações lhe pertencerem; conceder licença até 30 dias, e impor as penas de: advertencia, suspensão até 30 dias, e demissão aos do sua nomeação. A applicação das duas primeiras penas aos empregados de nomeação do Ministro será a este communicada immediatamente. A suspensão importa na perda de todos os vencimentos.

### CAPITULO III

#### DO PESSOAL, VENCIMENTOS, LICENÇAS, FALTAS E SUBSTITUIÇÕES

Art. 4.º A comissão será composta do pessoal do quadro que se segue:

#### Quadro do pessoal

NUMERO	CATEGORIA	VENCIMENTOS ANNUAES
1	Engenheiro-chefe . . . . .	14:400\$000
2	Engenheiros ajudantes, a 7:200\$000 . . .	14:400\$000
1	Secretario-pagador . . . . .	4:800\$000
1	Almoxarife. . . . .	3:600\$000

Art. 5.º Dos vencimentos estipulados um terço será considerado como gratificação de exercício. Nenhuma outra gratificação e a qualquer título, será abonada ao pessoal.

Art. 6.º O cargo de engenheiro chefe só será confiado a engenheiro nacional, pratico no serviço de construção, e que notoriamente se recomende pela sua experiencia e capacidade profissional.

Serão nomeados: o engenheiro chefe, por portaria do Ministro, e da mesma forma, sob proposta do engenheiro chefe, os engenheiros ajudantes, o secretario-pagador e o almoxarife.

Art. 7.º O empregado que faltar ao serviço sem causa justificada, perderá todos os vencimentos; justificando a falta perante o engenheiro chefe, perderá somente a gratificação, no maximo até oito dias; dependendo de licença qualquer abono dali em diante.

Art. 8.º As licenças por prazo maior de 30 dias deverão ser concedidas pelo Ministro, nos termos do decreto n. 4484, de 7 de março de 1870.

Art. 9.º Nenhum vencimento será pago ao empregado licenciado, sem que tenha registrado a licença no escriptorio central da commissão com a declaração do dia em que começou a gozal-a e satisfeito, outrossim, as exigencias dos regulamentos fiscaes.

Art. 10. As licenças com vencimentos só poderão ser concedidas ao empregado que tiver pelo menos seis mezes de exercício.

Art. 11. São causas justificadas: molestia do empregado, nojo e gala de casamento. Ao engenheiro-chefe compete o julgamento da justificação das faltas.

Art. 12. Aos empregados feridos ou contundidos, o engenheiro chefe poderá autorisar a prestação dos primeiros socorros medicos, bem como o abono dos jornaes ou vencimentos sem desconto, durante o tempo preciso.

Art. 13. Os empregados titulados que, durante o anno, não derem falta alguma, justificada ou não, terão direito a 15 dias de férias no anno seguinte.

Art. 14. O engenheiro-chefe será substituido, em suas faltas ou impedimentos temporarios, pelo ajudante mais antigo, cabendo ao ministro determinar o substituto, si o impedimento prolongar-se por mais de 30 dias. Na falta ou impedimento dos demais empregados o engenheiro-chefe designará o respectivo substituto, attendendo ás categorias dos mesmos e á conveniencia do serviço. O substituto receberá, além do seu vencimento, a gratificação do substituido, respeitadas as disposições fiscaes.

Art. 15. Em livro especial será registrado tudo quanto occorrer com relação a cada um dos empregados, desde a sua nomeação até a sua remoção ou demissão.

#### CAPITULO IV

##### DISPOSIÇÕES DIVERSAS

Art. 16. Todos os empregados são subordinados directamente ao engenheiro-chefe.

Art. 17. Os logares de engenheiros-ajudantes só serão exercidos por engenheiros que, além de satisfazerem, ás condições da lei n. 3001, de 9 de outubro de 1880, tenham, pelo menos, tres annos de pratica de construcção.

Art. 18. Os pagamentos do pessoal serão feitos mensalmente pelo secretario-pagador, que receberá os supprimentos requisitados da Delegacia Fiscal pelo engenheiro-chefe. Nenhum novo supprimento será feito sem que á mesma delegacia sejam prestadas contas do supprimento anterior.

O secretario-pagador, além dos mais deveres e responsabilidades que lhe couberem pelos regulamentos fiscaes, deverá prestar contas ao engenheiro-chefe, mensalmente, e sempre que este o determinar.

Art. 19. O secretario-pagador exercerá tambem as funcções de desenhista; prestará a fiança de 5:000\$, e é o unico responsavel pela caixa da commissão, da qual nenhuma quantia poderá ser retirada sem ordem escripta do engenheiro-chefe. Será de 2:000\$ a fiança do almoxarife.

Art. 20. A commissão fornecerá aos engenheiros e auxiliares quando em serviço de campo, um animal de montaria, cujo custo, em tempos ordinarios, não exceda de 200\$ e o substituirá de cinco em cinco annos, quando inutilizado, vendendo-o em hasta publica.

Art. 21. E' verdadeiro ao pessoal exercer, sem prévia licença do ministro, qualquer cargo ou incumbencia de caracter publico ou particular, embora gratuito e temporario, desde que seja extranho aos trabalhos da commissão.

Art. 22. Em épocas de calamidade publica e nos casos imprevisitos nestas instrucções, o engenheiro-chefe providenciará como julgar acertado, sujeitando immediatamente o seu acto á approvação do ministro, de quem solicitará o auxilio necessario.

## CAPITULO V

### DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 23. Annexo ao relatório geral de 1904 será publicado em folheto o estudo justificativo das obras de irrigação de Quixadá, precedendo-o da parte historica dos trabalhos executados no Ceará pela União desde 1877.

Art. 24. Promover se-ha desde já a desapropriação dos terrenos, que ainda não pertençam á União, existentes nas bacias dos açudes de Quixadá e Acarajú-Mirim e nas dependencias destes.

Art. 25. Dar-se-ha preferencia no presente exercicio aos seguintes serviços:

§ 1.º Conclusão do açude de Acarajú-Mirim que constituirá objecto de uma secção especial e autonoma na direcção dos serviços e composta do seguinte pessoal:

Um chefe de secção com o vencimento annual de 9:600\$ e um conductor de 1.ª classe com o de 4:800\$000.

§ 2.º Conclusão dos canaes de irrigação do açude de Quixadá.

Art. 26. A secção especial de que trata o § 1º do artigo antecedente ficará sujeita ao regimen das presentes instrucções em tudo quanto lhe for applicavel, devendo o seu chefe prestar ao da commissão de açudes e irrigação as informações que lhe forem exigidas por este engenheiro, ao qual caberá, outrossim, visar os documentos de despeza da secção, requisitar da Delegacia do Thesouro Federal os necessario supprimentos de dinheiro e transmitir ao ministro, com a sua informação, os officios, relatorios e mais documentos referentes aos trabalhos.

Art. 27. Ficam sem effeito todas as instrucções anteriores referentes a esta commissão.

Rio de Janeiro, 2 de maio de 1904. — *J. F. Parreiras Horta.*

#### AVISO N. 368 — EM 7 DE MAIO DE 1904

Declaramo-Chefe da Comissão Constructora da Avenida Central ficarem approvadas as regras geraes para as construcções da mesma Avenida.

Ministerio da Industria, Vição e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Vição — 2ª Secção — N. 368 — Rio de Janeiro, 7 de maio de 1904.

Declaro-vos, para os fins convenientes, que ficam approvadas as regras para as construcções na Avenida Central, constantes da cópia inclusa.

Saude e fraternidade. — *Leandro Severiano Müller.* — Sr. Chefe da Comissão Constructora da Avenida Central.

#### REGRAS GERAES A QUE FICAM SUEITAS AS CONSTRUCÇÕES NA AVENIDA CENTRAL

##### I

Os proprietarios dos terrenos vendidos ou permutados pelo Governo Federal nas fachas marginaes da Avenida Central deverão, no prazo de noventa dias da data da respectiva escriptura de aquisição ou permuta, apresentar á Comissão Constructora da Avenida Central os planos completos da obra, comprehendendo planta de cada pavimento, elevação geometrica das fachadas e das secções longitudinaes e transversaes necessarias ao facil exame do projecto.

##### II

Estes planos serão desenhados em papel tela e em tres vias, sendo as escalas de  $\frac{1}{100}$  para as plantas,  $\frac{1}{50}$  para as elevações e secções e  $\frac{1}{25}$  para os detalhes.

### III

Todos os desenhos serão cotados e nelles serão seguidas as convenções universalmente adoptadas.

### IV

Todos os planos deverão ser devidamente sellados e assignados pelo proprietario ou seu representante e pelo constructor responsavel e legalmente habilitado.

### V

Se no prazo de trinta dias, contados da data da apresentação dos planos, estes não tiverem sido modificados pela Comissão, serão considerados approvados.

### VI

Os terrenos marginaes da Avenida Central serão nivelados conforme fór determinado pela Comissão, tendo em vista os perfis longitudinal e transversal da Avenida.

### VII

O nivel da soleira de cada edificio será fixado pela Comissão, devendo ser inscripto nos respectivos planos approvados.

### VIII

Nenhum edificio a se construir na Avenida Central poderá ter menos de dez metros de frente sobre ella, nem numero de pavimento inferior a tres.

### IX

Os edificios na Avenida Central, exceptuados os que tiverem fim especial, deverão ter pavimento terreo destinado a lojas commerciaes.

### X

O revestimento dos passeios da Avenida Central será feita pela Comissão, cabendo, porém, aos proprietarios a conservação e substituição quando necessario.

### XI

Nenhum emolumento será cobrado para as edificações nos terrenos da Avenida Central vendidos ou permutados pelo Governo Federal.

### XII

Na construcção dos predios da Avenida Central a Comissão fará observar as prescripções do decreto municipal n. 39, de 10 de fevereiro de 1903, salvo as alteradas pelas presentes regras geraes.

## XIII

Nos terrenos que tiverem frente para outras ruas, além da Avenida Central, a Comissão fixará o arruamento de accordo com a Prefeitura Municipal, ficando os proprietários sujeitos ao disposto nos arts. 49 e 50 do citado decreto municipal e respectivas penalidades.

## XIV

As obras de construção dos prédios da Avenida Central serão acompanhadas pelos engenheiros da Comissão para este fim designados, os quaes deverão immediatamente suspender a execução daquellas que se afastarem dos planos approvados ou das presentes regras geraes, sob pena de embargo judicial, o qual não interromperá todavia o prazo fixado nas escripturas de aquisição ou de permuta para a conclusão dos prédios correspondentes.

## XV

Os edificios construidos só poderão ser habitados após a verificação pela Comissão de terem sido satisfeitas as condições exigidas nas presentes regras geraes e attendidas as condições de segurança e hygiene.

## XVI

Promptos a serem habitados, a Comissão dará comunicação do facto á Prefeitura Municipal, afim de ficarem os prédios sujeitos ao imposto predial, salvo os de propriedade do Governo Federal ou os destinados a serviços federaes.

## XVII

A comunicação, a que se refere a disposição anterior, será acompanhada de uma das cópias dos planos respectivos approvados e executados, se esta já não tiver sido remetida anteriormente. — Visto — *J. F. Pereira's Horta.*

---

AVISO N. 394 — EM 18 DE MAIO DE 1904

Faz varias consultas ao Ministerio da Fazenda, com relação á caução de 80 apolices da divida publica depositadas no Thesouro Federal pelo Conde de Figueiredo, para garantia do contracto da Companhia de Obras Hydraulicas no Brazil.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — 2ª Secção — N. 394 — Rio de Janeiro, 18 de maio de 1904.

Sr. Ministro dos Negocios da Fazenda — A *Rio de Janeiro Harbour and Dock Company, Limited*, pediu ao Ministerio a meu cargo restituição ao Conde de Figueiredo da caução de 80

apolices da divida publica, por este depositadas em garantia do contracto da Companhia de Obras Hydraulicas no Brazil, allegando, com certidão da escriptura ultimamente celebrada com esse Ministerio para encampação das obras de melhoramentos do porto desta cidade: de que era cessionaria a referida Companhia, o seu pleno direito a essa restituição, conforme a clausula 7ª da dita escriptura.

Tendo este Ministerio vos communicado pelo aviso n. 151 de 29 de agosto proximo findo, em resposta ao vosso de 10 de julho anterior, sob n. 143, referente ao mesmo assumpto, qua, por haver aquella Companhia deixado de contribuir com a respectiva quota de fidejussão em diversos semestres, na razão de 15:000\$000 annualmente, a que era obrigada em virtude da clausula II do Decreto n. 137 de 11 de abril de 1841, este Ministerio solicitara o desconto de taes quotas da referida caução, rogo vos digneis de declarar para os devidos effeitos:

- a) si foram feitos os descontos a que se refere o dito aviso n. 151, quando e em que importancia;
- b) si a caução assim desfalcada foi integralisada;
- c) si a companhia *Harbour* fez recolher do Thesouro Federal a importancia constante da guia de 16 de outubro de 1902, de que trata o aviso acima citado;
- d) si a integralisação da caução foi feita pela Companhia na mesma especie da caução desfalcada, isto é, em apolices;
- e) si a caução cuja restituição a Companhia pede actualmente é a que se refere a clausula 7ª da escriptura da encampação da concessão;
- f) no caso affirmativo, si esta clausula 7ª da referida escriptura obriga a restituição integral da caução, independentemente das quantias porque deve responder, acima apontadas, no caso destas não terem sido satisfeitas.

Saude e fraternidade.—*Lauro Severiano Müller.*

#### PORTARIA EM 6 DE JUNHO DE 1904

Substitue um dos artigos das Instruções da Comissão de Agedes e Irrigação no Estado do Ceará.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, em nome do Presidente da Republica:

Resolve substituir o disposto no art. 19 das Instruções da Comissão de Agedes e Irrigação no Estado do Ceará, approvadas por portaria de 2 de maio ultimo, pelo seguinte:

Art. 19. O secretario-pagador prestará a fiança do cinco contos de réis (5:000\$000) e será o unico responsavel pela Caixa da Comissão, da qual nenhuma quantia poderá ser retirada sem ordem escripta do engenheiro-chefe.



O almoxarife prestará a fiança de dous contos de réis (2:000\$000).

Rio de Janeiro, 6 de junho de 1904.—*Lauro Severiano Müller*.

AVISO N. 486 — EM 22 DE JUNHO DE 1904

Pede ao Ministerio da Fazenda que pelas autoridades aduaneiras de Manãos seja observado como nelle se contém o contracto lavrado entre este Ministerio e a *Manãos Harbour Limited*.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — 2ª Secção — N. 486 — Rio de Janeiro, 22 de junho de 1904.

Sr. Ministro dos Negocios da Fazenda — Em petição dirigida a este Ministerio, reclama a *Manãos Harbour Limited* contra as duvidas que as autoridades aduaneiras de Manãos põem no direito da Companhia á cobrança da taxa de \$003 sobre as mercadorias que, naquelle porto, não transitam pelo seu caes.

Como vos dignareis ver da cópia inclusa, a duvida provém da adaptação que aquelle porto mandou a portaria desse Ministerio, n. 21, publicada no *Diario Official* de 3 de maio de 1903, fazer—no que fosse possível—do regulamento do serviço do porto de Santos, providencia que, nos seus proprios termos e por sua natureza, não poderia alterar a clausula V do contracto que baixou com o decreto n. 3725, de 1 de agosto de 1900.

Nestes termos, rogo vos digneis recomendar as providencias convenientes para que o referido contracto seja observado como nelle se contém.

Saudo e fraternidade.— *Lauro Severiano Müller*.

AVISO N. 491 — EM 25 DE JUNHO DE 1904

Remette ao Ministerio da Fazenda, além de serem reduzidos a escriptura publica, os termos de ajuste celebrados com o Barão de Itacurussá e outros com a cessão de terras e aguas no Trapicheiro.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — 2ª Secção — N. 491 — Rio de Janeiro, 25 de junho de 1904.

Sr. Ministro dos Negocios da Fazenda— Havendo sido ajustado entre a Inspeção Geral das Obras Publicas, autorizada por este Ministerio, e diversos proprietarios na Fabrica das Chitas, cederem estes á União terras e aguas do rio Trapicheiro, passo

às vossas mãos nas inclusas cópias, acompanhadas das respectivas plantas, afim de que vos digneis de ordenar que pela Directoria do Contencioso sejam reduzidos a escriptura publica os termos de ajuste celebrado com o Barão de Itacurussá para a cessão de 1.271.459<sup>m</sup>2 de terras, pelo preço de 130:718\$850; com João Leopoldo Modesto Leal para a cessão de 402.893<sup>m</sup>2 de terras, pelo preço de 60:133\$950, e com Antonio da Cruz Rangel para a cessão de 60.025<sup>m</sup>2,32 de terras pelo preço de 91:203\$798, importando assim a area total de 2.282. 377<sup>m</sup>2,32 na somma de 342:356\$598.

Saude e fraternidade.— *Lauro Severiano Müller.*

#### PORTARIA DE 15 DE JULHO DE 1904

Approva instrucções que tem de ser observadas pela Comissão Constructora da Avenida Central em substituição das approvadas por portaria de 21 de novembro de 1903.

O Ministro do Estado da Industria, Viação e Obras Publicas, em nome do Presidente da Republica:

Resolve mandar observar nos serviços a cargo da Comissão Constructora da Avenida Central comprehendida nos planos e orçamento approvados pelo decreto n. 4969, de 18 de setembro de 1903, as instrucções que com esta baixam, assignadas pelo director geral de Obras e Viação da respectiva Secretaria de Estado, em substituição das que foram approvadas pela portaria de 21 de novembro de 1903.

Rio de Janeiro, 15 de julho de 1904.—*Lauro Severiano Müller.*

#### Instrucções a que se refere a portaria desta data

Art. 1.º De conformidade com o paragrapho unico do art. 3º do decreto n. 4969, de 18 de setembro de 1903, todas as obras relativas á abertura e construcção da Avenida Central destinada á communicação do cães e armazens do porto do Rio de Janeiro com o centro da cidade, ficarão a cargo de uma comissão tecnica especial, denominada «Comissão Constructora da Avenida Central», immediatamente subordinada ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas.

Art. 2.º A receita correspondente a essas obras, contempladas no art. 5º do referido decreto n. 4969, pertence á caixa Especial, alli creada pelo art. 4º, á qual cabe tambem o pagamento das despesas relativas a taes obras, de accordo com a quota parte que lhes competir nos supplementos autorizados pelo art. 7º até á somma total, para esse fim incluída no orçamento approved pelo mesmo decreto.

**Art. 3.º** A comissão terá por chefe um engenheiro incumbido da direcção de todos os trabalhos technicos a ella relativos, e a quem competirá:

§ 1.º Propor ao Ministro as condições para accordos amigaveis sobre indemnizações das desapropriações e outros, e solicitar do mesmo Ministro as providencias necessarias para procedimento judicial com relação ás propriedades sobre as quaes não tenha sido possível accordo amigavel.

§ 2.º Assignar, conjunctamente com o representante da Fazenda Nacional, as escripturas de desapropriação amigavel ou judicial, exigidas pelas obras, após a approvação das minutas respectivas pelo Ministro.

§ 3.º Propor ao Ministro a venda dos terrenos marginaes da Avenida ou os accordos que convenha realizar e assignar conjunctamente com o representante da Fazenda Nacional as escripturas de venda de taes terrenos, após a approvação das minutas respectivas pelo Ministro.

§ 4.º Fixar, mediante approvação do Ministro, attendidas as posturas municipaes, as regras geraes a que devam ficar sujeitas as construcções, constituindo, juntamente com o prazo para a edificação obrigações a incluir nas escripturas de venda ou nos accordos a que se refere o paragrapho precedente.

§ 5.º Vender os materiais provenientes das demolições pela forma que for mais vantajosa, e receber as importaneias correspondentes.

§ 6.º Organizar os projectos que forem necessarios com os respectivos orçamentos e especificações, para serem sujeitos á approvação do Ministro.

§ 7.º Velar pela conservação e guarda de todos os predios, terrenos e obras a cargo da comissão e superintender todos os serviços da mesma, organizando os regimentos internos das secções, pelas quaes distribuirá os serviços, como julgar mais conveniente.

§ 8.º Adquirir os materiais precisos para as obras, quer por concorrência publica, quer por encomendas no paiz ou no estrangeiro, dependendo de autorização do Ministro, quando o valor exceder da quantia de 20:000\$000.

§ 9.º Estabelecer as tabellas de salarios para o pessoal operario e empregados que venham diarias, fixando o respectivo numero.

§ 10. Solicitar do Ministro o pagamento das folhas do pessoal e das contas de fornecimentos ou de serviços executados em cada mez, mediante apresentação dos respectivos documentos de despesa.

§ 11. Enviar ao Ministro a relação dos alugueis de predios, terrenos, etc., a cargo da comissão, bem como a de quaesquer importaneias a receber, pela venda de terrenos, materiais de demolição, etc., afim de serem remettidas á Comissão Fiscal e Administrativa das Obras do Porto do Rio de Janeiro.

§ 12. Organizar e remetter até o dia 28 de fevereiro o relatório annual dos serviços a seu cargo, acompanhado de todos os

esclarecimentos sobre o andamento e estado das obras, e bem assim das respectivas despesas com a conveniente discriminação.

Art. 4.º O pessoal da comissão constará de:

Um engenheiro chefe;  
Tres chefes de secção;  
Novo engenheiros ajudantes;  
Doze engenheiros auxiliares;  
Um desenhista de 1ª classe;  
Dois desenhistas de 2ª classe;  
Dois desenhistas de 3ª classe;  
Um secretario;  
Um 1º escriptuario;  
Dois 2ºs escriptuarios;  
Quatro 3ºs escriptuarios;  
Um contador;  
Tres continuos;  
Tres serventes.

Paragrapho unico. Competem ao engenheiro chefe os vencimentos de director tecnico; aos engenheiros ajudantes, os de engenheiros de 2ª classe; aos engenheiros auxiliares, os de conductor de 1ª classe, e ao demais pessoal os vencimentos da categoria correspondente, marcados nas tabellas e respectivas observações que acompanham o decreto n. 5031, de 10 de novembro de 1903.

Art. 5.º Serão nomeados: por portaria do Ministro, o engenheiro chefe; e por portaria do Ministro, mediante proposta do engenheiro chefe, os chefes de secção, os engenheiros ajudantes, o secretario, o contador e o 1º escriptuario.

Os demais empregados serão de nomeação do engenheiro chefe.

Art. 6.º Nos casos não previstos nas presentes instruções serão applicadas as disposições do decreto n. 5031, já referido.

Rio de Janeiro, 15 de julho de 1904. — *J. F. Parreiras Horta.*

#### PORTARIA EM 23 DE JULHO DE 1904

Approva provisoriamente as taxas a cobrar por diversos serviços prestados no açude de Quixadá.

O Ministro do Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, em nome do Presidente da Republica:

Resolve, de conformidade com o disposto no art. 1º das Instruções approvadas por portaria de 2 de maio do corrente anno para a Comissão de Açudes e Irrigação no Estado do Ceará approvar, provisoriamente, as taxas a cobrar por di-

versos serviços prestados no açude do Quixadá, constantes das tabeellas que a esta acompañham, assignadas pelo director geral de Obras e Viação.

Rio de Janeiro, 23 de julho de 1904. — *Luís Severiano Müller.*

**Taxas a cobrar por serviços prestados no açude do Quixadá, a que se refere a portaria desta data.**

Para irrigar um hectare ou fração de hectare de terras, por anno . . . . .	3\$000
Pelo fornecimento de agua para açudes,apparelhos hydraulicos ou outro qualquer fim, por metro cubico, por anno . . . . .	\$005
Pela utilização de terrenos de vasante, por metro corrente sobre trinta metros de fundo, por anno . . . . .	\$050
Por hectare de outros quizesquer terrenos, por anno . . . . .	\$150
Por licença para pescar de rãde ou de tarrafa, annualmente . . . . .	5\$000
Por jangada ou canôa de pescaria, por anno . . . . .	5\$000
Por outras embarcações, annualmente . . . . .	15\$000
Para lavagem de roupa, por anno . . . . .	3\$000
Por trabalhos executados nas officinas, 15 % sobre a despeza em material e pessoal.	
Pelo aluguel de instrumentos agrarios, 20 % do custo do mez, sujeito ainda ás despesas do concerto.	
No trafego da linha ferrea serão cobrados os seguintes fretes:	
Por passageiro entre os kilometros 0 e 2 (limites urbanos) . . . . .	\$100
Dahi por diante, mais 100 réis por kilometro.	
Nos domingos, dias de festa nacional ou santificados terão abatimento de 50 % as pasagens inteiras	
As assignaturas mensaes, dentro dos limites urbanos, serão de . . . . .	5\$000
E além desses limites e para qualquer distancia	10\$000
Os menores que frequentarem collegios terão o abatimento de 50 %.	
Carros espezies, por qualquer distancia . . . . .	8\$000
Carros espezies, para cargas . . . . .	4\$000
Bagagem, volume menor de 100 decimetros cubicos . . . . .	\$500

**Observações**

1 — O recibo-talão de haver o irrigante inscripto a área de que precisa e pago a devida taxa garante-lhe o fornecimento

regular da agua nos dias, horas, duração e quantidade por segundo, indicados no mesmo recibo.

II — As taxas são pagas adiantadamente e não serão restituídas em caso algum.

III — E' prohibida a pesca com arrastão ou explosivos, e ainda a lavagem de pessoas ou de cousas na bacia do açude.

Directoria Geral de Obras e Viação, 23 de julho de 1904. — *J. F. Parreiras Horta.*

# AVISO N. 597 — EM 22 DE AGOSTO DE 1904

Autorisa o Inspector Geral das Obras Publicas a entender-se com o Zelador dos Proprios Nacionais sobre a entrega á mesma Inspeção da fazenda de Santa Rita.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação - 2ª Secção — N. 597 — Rio de Janeiro, 22 de junho de 1904.

Declaro, em resposta ao vosso officio n. 525, de 2 de julho ultimo, que podeis vos entender com o Zelador dos Proprios Nacionais sobre a entrega de que, pelo Ministerio da Fazenda, está autorizado a fazer a essa Inspeção Geral dos terrenos e mattas da antiga fazenda de Santa Rita, conforme communicou-me aquelle Ministerio por aviso n. 140, de 13 do corrente mez.

Sua e fraternidade. — *Laura Severiano Müller.* — Sr. Inspector Geral das Obras Publicas.

# INDICE DAS DECISÕES

## DO

### MINISTERIO DA FAZENDA

	Pags
N. 1 — Trata de um protesto apresentado por José Augusto Artayette para res-alva de direitos em relação á demora do despachos de madeira na Alfandega do Rio de Janeiro . . . . .	1
N. 2 — Explica que sendo a tarifa calculada ao cambio d' 12 por 1\$000 deve o valor official das amostras e encomendas ser convertido ao cambio de 27 d. afin de ser comparado ao valor de 50\$000, ouro. . . . .	2
N. 3 — Declara que os herdeiros do guarda das mattas e feitor da fabrica de polvora da Estrella não tem direito ao montepio . . . . .	2
N. 4 — Trata da restituição do imposto cobrado sobre as passagens do commandante da esquadra americana do Atlantico-Sul e do tenente Althonso que embarcaram no porto da Bahia com destino a New York. . . . .	3
N. 5 — Sollicita providencias para o estabelecimento na Alfandega de Pernambuco da conferencia e arrecadação dos direitos de encomendas postaes. . . . .	3
N. 6 — Providencia sobre a venda de estampilhas do sello adhesivo pelas Agencias dos Correios e Telegraphos. . . . .	4
N. 7 — Declara não ser attendivel o pedido da Legação allemã de não serem cobrados os direitos de uma mercadoria que não pôde chegar ao porto de Santos em 10 de janeiro, por desarranjo de machinas do vapor <i>Hans Menzell</i> . . . . .	4
N. 8 — Declara que um empregado do Thesouro Federal, com exercicio na Imprensa Nacional, pôde continuar a fazer parte da commissão de tomada de contas da Estrada de Ferro Minas e Rio. . . . .	5
N. 9 — Declara que não pôde ser lavrada a escriptura de compra de um prelio dado em usufructo a D. Anna Maria Marques de Jesus. . . . .	5
N. 10 — Declara que os caixeiros viajantes não são obrigados á apresentação de passaporte e quaes os impostos que devem pagar pela importação de amostras de mercadorias. . . . .	6

	Pags.
N. 11 — Declara não ser conveniente que os navios das Companhias de navegação <i>Royal Mail Pacific Steam Navigation e Messageries Maritimes</i> tenham livre pratica neste porto até às 9 horas da noite para receber carvão. . . . .	7
N. 12 — Resolve que a ilha de Santa Barbara fique á disposição do Ministerio da Industria, Viagem e Obras Publicas . . . . .	7
N. 13 — Declara que a isenção de direitos do material necessario á construcção das estradas de ferro não podem ser incluídos papel, tinta, carbureto para illuminação e outros artigos. . . . .	8
N. 14 — Pede providencias para que os saques contra a Delegacia Fiscal do Thesouro em Londres sejam de accordo com as necessidades do serviço. . . . .	8
N. 15 — Declara que a justificação produzida perante a Auditoria de Guerra da Brigada Policial deveser julgada por sentença. . . . .	9
N. 16 — Pede providencias para que nas relações de pedido de isenção de direitos sejam declarados, de modo preciso, a quantidade, qualidade, peso ou medida dos objectos importados, bem como a existencia ou não de artigos similares de producção nacional. . . . .	9
N. 17 — Declara que os chefes das Legações devem prestar contas em tempo opportuno das quantias recebidas adiantadamente para pagamento do aluguel das respectivas Chancellarias. . . . .	10
N. 18 — Trata do pagamento das viúvas dos funcionarios do Ministerio do Exterior fallecidos no estrangeiro. . . . .	10
N. 19 — Declara que D. Clotilde Leal de Sá Pereira não tem direito ao meio soldo que reclama, por ser viúva ao tempo do fallecimento de seu pai, o contra-almirante Joaquim Leal Ferreira. . . . .	11
N. 20 — Declara que a torreja de S. Joaquim está arrolada entre os proprios nacionaes, como parte integrante que é, do edificio em que funciona o Externato do Gymnasio Nacional. . . . .	11
N. 21 — Declara que, tendo sido concedida isenção de direitos de artigos mandados vir da Europa pela Directoria do 3.º Districto Sanitário Marítimo, a indemnização dos direitos pagos decorre da ordem de isenção . . . . .	12
N. 22 — Declara que a Commissão Fiscal das Obras do Porto do Rio de Janeiro, e não ao Thesouro, cabe excluir das relações os objectos que, por terem similar de producção nacional, não gosam de isenção de direitos. . . . .	12
N. 23 — Declara que o beneficio do montepio não pôde ser gosado ao mesmo tempo pela viúva e filhos de um official. . . . .	13
N. 24 — Declara que as declarações de familia, feitas por um funcionario, são documentos bastantes para a	



	habilitação ao monte-pio, independente da habilitação judicial exigida a seus herdeiros . . . . .	13
N. 25	— Declara que no processo de substituição de fiança o procurador deve apresentar procuração com expressa declaração de retrotrahir-se a nova fiança ao início da questão do responsável . . . . .	14
N. 26	— Declara que não podem os Estados lançar tributos nem cobrar-os por seus agentes em zonas occupadas com serviços nacionaes ou federaes. . . . .	14
N. 27	— Pede providencias sobre o facto de ter o consul geral do Brazil, encarregado do Vice-Consulado em Assumpção, legalizado uma factura consular em data posterior á sahida da embarcação . . . . .	16
N. 28	— Declara que o menor Alarico, filho do 2º tenente do Exército Antonio Joaquim Valente, não tem direito a meio soldo, por não ser filho legitimado por subsequente matrimonio . . . . .	16
N. 29	— Declara que a igreja de S. Joaquim deixou de fazer parte do dominio nacional por força do decreto n. 119 A, de 7 de janeiro de 1899. . . . .	17
N. 30	— Declara que a circular n. 2, de 7 de janeiro ultimo, não pôde ter applicação a nenhuma das disposições do regulamento para o serviço das facturas consulares . . . . .	17
N. 31	— Trata da livre pratica dos paquetes inglezes até as 8 horas da noite. . . . .	18
N. 32	— Exige a especificação e característicos de um terreno pertencente á irmandade da Cruz dos Militares, afim de ser lavrada a escriptura de compra do mesmo terreno. . . . .	18
N. 33	— Declara que o Thesouro estará habilitado a effectuar na Delegacia de Londres na época marcada a indemnização de dous milhões de libras esterlinas, devida á Bolivia em virtude do tratado de Petropofis. . . . .	19
N. 34	— Declara que podem ser entregues ao Ministerio da Justica e Negocios Interiores os terrenos da rua General Severiano ns. 1 e 3 de que necessita o Hospício Nacional. . . . .	19
N. 35	— Trata da transborencia para a Fazenda Federal de 500.000 <i>debtentures</i> da Estrada de Ferro Oeste de Minas. . . . .	20
N. 36	— Trata da redução dos direitos cobrados de alguns artigos de produção dos Estados Unidos da America do Norte . . . . .	20
N. 37	— Trata do não reconhecimento da firma de um agente consular pela Alfandega do Pará, por falta de autographo . . . . .	21
N. 38	— Trata da tentativa de contrabando feita pelo lanchão argentino <i>Injustica</i> , e pede indemnização pela morte de varios empregados da Alfandega do Uruguayana. . . . .	22

	Pags.
N. 39 — Declara que os objectos encontrados fluctuando no mar ou em aguas interiores da Republica devem ser entregues á repartição fiscal competente. . . . .	23
N. 40 — Trata da exportação de arcias monazíticas extraídas de terrenos aforados a particulares . . . . .	23
N. 41 — Trata de uma reclamação da Legação Britannica contra o augmento da taxa de importação do arroz de procedencia ingleza . . . . .	24
N. 42 — Declara com direito ao monte-pio a viuva de um funcionario que enlouqueceu anteriormente á data da demissão . . . . .	25
N. 43 — Trata dos direitos cobrados pela importação das cervejas Guinness e Bass, de procedencia ingleza . . . . .	25
N. 44 — Declara que pôde ser restituída a quantia proveniente da taxa de uma matricula que não produziu effeito na aula de musica do Instituto Nacional . . . . .	26
N. 45 — Declara que as mobílias de uso do Sr. Makim, que vem residir no Rio de Janeiro, d. vem pagar direitos. . . . .	27
N. 46 — Trata do pagamento em Londres da somma de £1,000,000 ao Governo da Bolivia, em consequencia do Tratado de 17 de novembro de 1903 . . . . .	27
N. 47 — Trata da restituição de direitos de quatro caixas contendo livros destinados ás escolas italianas no Estado do Paraná . . . . .	28
N. 48 — Trata das notas da Legação franceza reclamando para os productos da sua nação compensações aduaneiras identicas ás que o decreto n.º 5192, de 16 de abril deste anno, concede aos Estados Unidos da America do Norte. . . . .	28
N. 49 — Declara ser da exclusiva competencia do Ministerio da Fazenda a concessão de isenção de direitos. . . . .	30
N. 50 — Trata da restituição do imposto de transporte cobrado da passagem de um marinheiro repatriado . . . . .	30
N. 51 — Trata da exportação, como de origem portugueza, de vinhos produzidos na Hespanha . . . . .	31
N. 52 — Trata de redução de 20 % nos direitos de importação para consumo de alguns productos de procedencia norte-americana. . . . .	32
N. 53 — Providencia sobre o recolhimento da quantia de 3:1928004 indevidamente entregue pela Recebedoria do Rio de Janeiro, em virtude de precatória do Juizo da 3ª Pretoria . . . . .	33
N. 54 — Declara que pôde ser transferido para a Contadoria da Marinha o credito consignado ao pagamento do pessoal e não quanto ao pagamento do material da verha—Obras—enjos fornecedores devem receber no Thesouro . . . . .	34
N. 55 — Declara que o documento expedido ás embarcações de cabotagem na forma do art. 226 do regulamento annexo	

ao decreto n. 3929 de 20 de fevereiro de 1901, está sujeito ao selo de 300 réis por meia folha de papel, ou do dobro conforme as dimensões . . . . .	34
N. 56 — Providencia para que seja detido o armamento importado pelos revolucionarios da Republica Oriental do Uruguay. . . . .	35
N. 57 — Declara que, para serem despachados livres de direitos varios objectos do expediente do Consulado allemão em S. Paulo, é necessaria uma lista detalhada de taes objectos . . . . .	35
N. 58 — Devem ser escriptas em lingua vernacula as relações para isenção de direitos de artigos importados, para seu expediente, pelos Consulados estrangeiros . . . .	36
N. 59 — Declara que não pôde ser relevada a multa imposta á firma Blum & Comp. pela importação de rotulos com dizeres em lingua estrangeira . . . . .	36
N. 60 — Declara que a restituição de direitos de objectos encontrados em uma bagagem deve ser requerida ao inspector da Alfandega, com recurso para o Thesouro . .	37
N. 61 — Declara não haver inconveniente em aceitar-se como sufficiente para justificar a procedencia de mercadorias em transito o documento expedido pelo administrador do posto aduaneiro estabelecido pelo Governo da Bolivia em Santa Clara no rio Abunã . . . . .	37
N. 62 — Declara que as despesas geraes de administração na Europa e representação no Brazil da <i>Compagnie Chemins de Fer Bresiliens</i> não podem ser effectuadas por meio de deducção da renda da Estrada de Ferro do Paraná . . . . .	38
N. 63 — Declara não ser regular que o titulo de dominio e a prova de isenção de onus de um terreno doado á União pelo Dr. Arnolpho de Azevedo fossem apresentados sómente no acto de assignar-se a respectiva escriptura. .	38
N. 64 — Communica a multa imposta ao consul geral do Brazil no Havre, pelo facto de não se acharem devidamente legalizados os manifestos do vapor inglez <i>Hubert</i> , com destino ao porto do Ceará . . . . .	39
N. 65 — Trata da entrega ao consuli do Uruguay em Uruguayana do material bellico apprehendido pela Alfandega da mesma cidade e destinado aos revolucionarios orientaes. .	39
N. 66 — Trata do transito de mercadoria com destino á Republica do Perú pelo rio Amazonas. . . . .	40
N. 67 — Autoriza o despacho livre de direitos do material destinado ao concerto da galera allemã <i>Suzanna</i> . . . .	40
N. 68 — Declara que o Ministro da Fazenda tem competencia para resolver sobre o pedido feito pelo marechal reformado do Exercito Augusto Cesar da Silva no sentido de ser admittido ao montepio creado pelo decreto n. 695 de 23 de agosto de 1890 . . . . .	41
N. 69 — Considera como contrabando as mercadorias introdu-	

	Pags.
zidas no territorio nacional, pelo porto de Cariman, na Colônia Militar da Foz do Iguaçu e procedentes da República Argentina e do Paraguay . . . . .	41
N. 70 — Declara que o trapiche <i>Saude</i> entra no regimen dos trapiches alfandegados sob a administração da Com- missão Fiscal das Obras do Porto . . . . .	42
N. 71 — Declara que o inspector da Alfandega do Pará tem competencia para conceder a isenção de direitos de consumo e de expediente aos objectos importados pelo consul allemão para seu primeiro estabelecimento naquelle Estado . . . . .	42
N. 72 — Declara que não pôde ser considerada prescripta a divida de 28:440\$ de que é credor, em virtude de contracto, o Estado do Rio de Janeiro . . . . .	43
N. 73 — Trata de uma reclamação da firma Dannemann & Comp., estabelecida na cidade de S. Felix, Estado da Bahia, contra o facto de estarem Dias & Costa, de Lisboa, expando á venda como de fabricação do re- clamante charutos fabricados na Europa . . . . .	43
N. 74 — Autoriza o despacho livre de direitos de consumo dos productos de Portugal, importados com destino á exposição que o Real Contro Portuguez pretende estabelecer em Santos. . . . .	44
N. 75 — Declara que as mercadorias importadas do Perú, taes como chapéus, gosam de isenção de direitos, pagando sômente as taxas de armazenagem e capatazias . . . .	44
N. 76 — Declara extinto o alfandegamento do trapiche «Frias», concedido á Companhia União dos Trapiches, e manda entrar o mesmo trapiche no regimen dos alfandegados sob a administração da Comissão Fiscal das Obras do Porto do Rio de Janeiro . . . . .	45
N. 77 — Trata da isenção de direitos sobre os chapéus e outros productos do Perú . . . . .	45
N. 78 — Declara que o porto de Antonina, no Estado do Paraná, está habilitado na conformidade do art. 136 da Con- solidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas. .	45
N. 79 — Providencia para que gose de livre franquia a corres- pondencia postal e telegraphica entre o superintendente da Ferro-via Sorocabana e o Ministerio da Fazenda. .	46
N. 80 — Permite que uma lancha vinda da Europa com destino á lquitos seja armada no Pará, independente do pa- gamento dos direitos aduaneiros, seguindo depois seu destino mediante cautelas fiscaes. . . . .	47
N. 81 — Declara que a restituição de taxa de matricula deve ser pedida á Beechetteria do Rio de Janeiro, onde foi paga a mesma taxa. . . . .	47
N. 82 — Declara que os despertadores não gosam do abatimento de 20 % concedido pelo decreto n. 5192, de 16 de abril deste anno, salvo o caso de terem machinismos proprios do relógios. . . . .	48

N. 83 — Declara que sómente com autorização legislativa pôde ser feita a impressão gratuita, na Imprensa Nacional, de diversas publicações do Instituto de Protecção e Assistência à Infância. . . . .	48
N. 84 — Trata da isenção de imposto reclamada pela Legação da Alemanha para os officiaes mandados ao Brazil pelo Governo allemão . . . . .	49
N. 85 — Declara que os funcionarios sujeitos a prestação de fiança só devem tomar posse dos respectivos cargos depois de approvadas as fianças pelo Ministerio da Fazenda e julgadas pelo Tribunal de Contas. . . . .	50
N. 86 — Exige inspecção de saúde por uma junta de tres medicos para a aposentadoria de um empregado. . . . .	50
N. 87 — Declara que a reclamação dos agentes das Companhias austro-hungaras <i>Lloyd</i> e <i>Adria</i> , sob o patrocínio da respectiva Legação contra a Alfandega de Santos, escapa á esphera da acção diplomatica. . . . .	51
N. 88 — Declara que, não estando ainda fixados os limites do territorio do Iguaçu, os generos de producção da zona da coloma militar daquelle nome não estão sujeitos ao imposto estadual de exportação. . . . .	51
<hr/>	
N. 1 — Declara aos Srs. chefes das repartições aduaneiras que sendo a Tarifa calculada ao cambio de 12 d. por 1\$, deve ser o valor official das amostras e encomendas convertido ao cambio de 27 d. . . . .	55
N. 2 — Recommenda aos Srs. delegados fiscaes do Thesouro Federal nos Estados que prestem as necessarias informações a respeito do facto de dar-se nas Alfandegas á corda, moeda austriaca, a equivalencia do <i>marco</i> allemão . . . . .	55
N. 3 — Declara que não se achando ainda regulamentado o art. 64 da Constituição Federal, o Governo da União entende pertencerem ao patrimonio desta os proprios nacionaes a que se refere o paragrapho unico daquelle artigo. . . . .	56
N. 4 — Declara que, existindo accordo entre as Companhias de Navegação no sentido do poderem os passageiros de 1ª classe interromper a viagem, o imposto de transporte só devera ser cobrado quando não constar o pagamento do mesmo imposto ao primeiro porto de embarque. . . . .	56
N. 5 — Da instrucções acerca das licenças concedidas a particulares para a venda de estampilhas do sello adhesivo . . . . .	57
N. 6 — Recommenda aos Srs. delegados fiscaes do Thesouro Federal nos Estados que não se limitem a encaminhar ao Thesouro os processos de nacionalização de embarcações, mas que os examinem e informem positivamente sobre o merecimento dos pedidos. . . . .	58
N. 7 — Fixa em 20:000\$ a fiança do pagador da Delegacia Fiscal do Para. . . . .	59

- N. 8 — Declara que o doce de banana, preparado pela dessecção da fructa e applicação de pequena camada de assucar, não está sujeito ao imposto de consumo. 59
- N. 9 — Autoriza o despacho na Alfandega do Rio de Janeiro de sete volumes contendo herba-matte, vindos do Matto Grosso pelo vapor francez *Atlantique*, procedente de Buenos-Ayres, sendo depois apresentados os documentos confirmando a procedencia do producto. . . . . 59
- N. 10 — Resolve que a sellagem dos *stocks* das bebidas, cuja taxa de consumo foi augmentada pela lei de 30 de dezembro de 1903, seja completada por meio de estampilhas do dito imposto. . . . . 60
- N. 11 — Declara que as bebidas nacionaes denominadas—refresco de gengibre ou, vulgarmente, gengibirra—e aguardente do Reino—estão sujeitas ao imposto de consumo, por serem assemelháveis, a primeira aos refrescos gazosos e a ultima aos cognacs e rhums. . . 60
- N. 12 — Recommenda aos Srs. delegados fiscaes do Thesouro Federal nos Estados providenciem no sentido de serem liquidados os termos de responsabilidade relativos a isenções de direitos. . . . . 61
- N. 13 — Declara que não compete á Recbedoria exercer fiscalização a respeito do pagamento de laudemios devidos a Prefeitura. . . . . 61
- N. 14 — Declara que o sal moido, refinado ou beneficiado, quer nacional quer estrangeiro, está isento do imposto de consumo; e marca prazo para sellagem dos *stocks* das bebidas cujas taxas foram augmentadas. . . . . 62
- N. 15 — Declara que a igreja de S. Joaquim está arrolada entre os proprios nacionaes como parte integrante que é do edificio em que funciona o Externato do Gymnasio Nacional. . . . . 62
- N. 16 — Declara que o augmento de taxas do imposto de consumo de bebidas consignado na lei n. 1144, de 30 de dezembro do anno proximo passado, attinge tanto as bebidas nacionaes como as estrangeiras. . . 63
- N. 17 — Resolve que a disposição do art. 3º, § 1º, da lei n. 1144, de 30 de dezembro de 1903, revogando o disposto no art. 2º, § 3º, das Preliminares da Tarifa, seja observada indistinctamente em relação a todos os importadores, até a organização dos syndicatos agricolas. . . . . 63
- N. 18 — Trata da organização do *Assentamento* dos empregados de fazenda, creado pelo art. 1º, § 14, do decreto n. 1178, de 16 do mez findo. . . . . 65
- N. 19 — Declara que o preco sobre o qual deve ser calculado o imposto de consumo do fumo desfiado, picado ou migado e o do fumo vendido a granel, não se levando em conta o valor da embalagem. . . . . 65

N. 20 — Declara não poder cumprir uma precatória por não ser acompanhada do mandado para sequestro e por não declarar quaes os bens que devem ser sequestrados . . . . .	65
N. 21 — Recommenda aos Srs. inspectores das Alfandegas que de ora em diante cobrem em papel a totalidade do producto da arrematação de mercadorias sujeitas a consumo, dando disso previo conhecimento ao publico. . . . .	66
N. 22 — Fixa a intelligencia do art. 9º e outros do regulamento para o serviço das facturas consulares. . . . .	66
N. 23 — Manda intentar a competente acção para que os membros do conselho fiscal da Caixa Economica de Pernambuco indenizem a Fazenda Nacional juntamente com o ex-thezoureiro Manoel Antonio Gonçalves do destalque dado por este na importancia de 928:987:868 . . . . .	67
N. 24 — Declara que as procurações attinentes ao processo de eleições estaduais gosam tambem de isenção do sello federal. . . . .	67
N. 25 — Declara que não corre á Fazenda Federal o dever de pagar a Municipalidade os laudemios de um terreno transferido pela Empresa Industrial de Melhoramentos no Brazil e bem assim os fóres vencidos. . . . .	68
N. 26 — Declara que não pôde ser cumprida a precatória para sequestro de quantias pertencentes a diversos, porque as questões attinentes a desapropriações e compra de predios para as obras do porto desta capital e abertura de avenidas devem correr exclusivamente pelo Ministerio da Industria, Vição e Obras Publicas . . . . .	68
N. 27 — Declara que só gosa da isenção de imposto de consumo o sal purificado ou refinado, moído ou não, considerando-se como tal aquelle cujo peso não exceda de 800 grammas por litro . . . . .	69
N. 28 — Trata da demolição do proprio nacional sito á praça Pedro Alvares Cabral, condemnado em vistoria feita pela Prefeitura. . . . .	69
N. 29 — Declara qual o vencimento que compete aos inspectores e agentes fiscaes dos impostos de consumo, quando impedidos por motivo de molestia . . . . .	70
N. 30 — Declara que os agentes fiscaes dos impostos de consumo devem residir nas sedes das Collectorias a que estiverem subordinados . . . . .	70
N. 31 — Recommenda aos Srs. chefes das Repartições subordinadas a este Ministerio que providenciem para que sejam arbitradas as fianças dos agentes do Correio e dos Telographos, incumbidos da venda de estampilhas de sello adhesivo . . . . .	71
N. 32 — Declara que a Prefeitura do Districto Federal deve dirigir-se ao Congresso Nacional pedindo a isenção de direitos para os objectos que importar com destino a obras de melhoramentos da capital . . . . .	71

	Pags.
N. 33 — Providencia para que sejam suspensas as operações de caixa economica iniciadas pelo Banco União do Commercio do Rio de Janeiro . . . . .	72
N. 34 — Recommenda aos delegados fiscaes providenciem para que seja observado nos Estados o edital da Directoria das Rendas Publicas de 24 de março ultimo; e dá providencias para a verificação das areias monazíticas em deposito. . . . .	72
N. 35 — Declara que a despesa proveniente da consignação feita pelo machoista naval de 2ª classe, capitão-tenente João de Souza Carvalho, não pôde deixar de ser imputada á verba — Exercícios findos — de 1904 . . .	73
N. 36 — Autoriza a contractar um impressor para a Casa da Moeda . . . . .	74
N. 37 — Declara que a penhora das apolices depositadas como fiança do agente de leilões Miguel Barbosa Gomes de Oliveira, só pôde ser feita mediante precatoria em devida forma e em que se declare si a divida por que é responsavel o mesmo agente resulta de acto inherente ao desempenho do cargo. . . . .	75
N. 38 — Declara que o predio n. 64 da rua Marechal Floriano Peixoto poderá ser cedido á Prefeitura do Districto Federal mediante accordo com o Ministerio da Fazenda . . . . .	76
N. 39 — Declara que não pôde ser acceito o accordo proposto pela Prefeitura do Districto Federal para a arrecadação do imposto de exportação de que trata o art. 12 da lei municipal n. 976, de 31 de dezembro de 1903. . . . .	76
N. 40 — Providencia sobre o despacho de oleo de linhaça, declarado nas facturas consulares como oleo mineral . . . . .	77
N. 41 — Providencia para que seja excluido do lançamento do imposto predial um predio adquirido pela Fazenda Federal . . . . .	77
N. 42 — Declara que a disposição contida na circular n. 35, de 2 de agosto de 1901, é applicavel a todos os empregados demittidos . . . . .	78
N. 43 — Define as attribuições dos procuradores fiscaes, cujas funções foram restabelecidas pelo decreto n. 1178, de 16 de janeiro do corrente anno . . . . .	78
N. 44 — Declara que, enquanto o juiz competente não resolver sobre a preferencia entre os credores da firma Figueiredo & C., não pôde ser cumprida a precatoria para entrega das apolices caucionadas no Thesouro pela mesma firma . . . . .	79
N. 45 — Explica o pensamento que determinou a expedição da circular n. 13, de 29 de fevereiro deste anno, referente ao despacho de adubos chimicos . . . . .	79
N. 46 — Manda que as annuidades de patente de privilegio de invenção sejam resolvidas em qualquer estação fiscal nos Estados, somente quando o paga-	



	Págs.
mento for feito para a remissão total do anno respectivo . . . . .	80
N. 47 — Fixa a caução que os agentes dos Correios e Telegraphos devem prestar, como encarregados da venda do sello adhesivo. . . . .	80
N. 48 — Manda proceder á apprehensão das arcias monazíticas extrahidas em Itabapoana e recommenda a abertura de inquerito para apurar a responsabilidade dos deactos soffridos pelo engenheiro zelador dos Proprios Nacionais . . . . .	81
N. 49 — Marca o prazo de 30 dias para a remessa das informações necessaria á organização do assentamento de Fazenda . . . . .	81
N. 50 — Declara que o Ministerio da Fazenda só concederá r missão dos direitos de mercadorias destruidas por incendio, mediante reclamação dos interessados, devidamente informada . . . . .	82
N. 51 — Declara qual o sello que devem pagar as escripturas publicas de compra e venda em que se dá transmissão de propriedade sujeita ao imposto estadual. . . . .	82
N. 52 — Recommenda aos Srs. chefes das repartições aduaneiras a mais severa fiscalização relativamente ao serviço de cabotagem e descarga do sal em saccos ou a granel . . . . .	83
N. 53 — Chama a attenção dos Srs. inspectores das Alfandegas para a irregularidade de serem committidas a escripturarios funções de responsaveis da Fazenda. . . . .	83
N. 54 — Declara que a Municipalidade do Districto Federal não tem direito aos laudemios relativos a terrenos vendidos á Fazenda Federal . . . . .	84
N. 55 — Approva a demissão e nomeação feitas pelo prefeito do Alto Juruá attendendo ás condições especiaes em que foram praticados os actos . . . . .	84
N. 56 — Declara que, em face do art. 9.º da Constituição da Republica, não é liquida a competencia do Districto Federal para lancar impostos de exportação . . . . .	85
N. 57 — Declara que não pôde ser approvada uma concessão de aforamento de terrenos de marinha sem o pagamento dos laudemios devidos pela transferencia. . . . .	88
N. 58 — Providencia para que seja promptamente entregue ao consul do Uruguay o material apprehendido pela Alfandega de Uruguayana e pertencente aos revolucionarios orientaes. . . . .	88
N. 59 — Concede aos vapores da Empresa Brasileira de Navegação Pretilas os favores de que gosam os paquetes das linhas regulares, em virtude do decreto n. 4955, de 4 de maio de 1872 . . . . .	89
N. 60 — Restabelece sem limitação alguma a liberdade de transito de mercadorias com destino ao Perú pelo Amazonas brasileiro . . . . .	89

	Pags.
N. 61 — Manda escripturar sob o título — Movimento de fundos.—todas as importancias recebidas dos chefes de districtos telegraphicos, qualquer que seja a verba de receita a que pertençam. . . . .	90
N. 62 — Recommenda aos Srs. delegados fiscaes que, nos casos de isenção de direitos, comprehendida no § 29 do art. 2º das Preliminares da Tarifa, ouçam as autoridades medicas, civis ou militares, sobre a applicação e quantidade dos artigos pedidos . . . . .	90
N. 63 — Trata da restituição de direitos das mercadorias incendiadas na Alfandega de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul . . . . .	91
N. 64 — Declara que o dispositivo do art. 16, § 3º, da Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas, não autoriza a construcção de obras sem que preceda licença da Prefeitura, á vista do art. 15, § 2º, da lei n. 85, de 20 de setembro de 1892. . . . .	91
N. 65 — Declara que as fianças fiscaes devem ser prestadas nas seções do contencioso das Delegacias. . . . .	92
N. 66 — Declara o sello a que estão sujeitas as cartas de confirmação de emancipação passadas pelos pais e as escripturas de emancipação passadas pelos paes a seus filhos . . . . .	92
N. 67 — Communicações Srs. delegados fiscaes do Thesouro nos Estados a adhesão da Republica do Panamá á Convenção Internacional concluida em Bruxellas para a publicação das tarifas aduaneiras . . . . .	92
N. 68 — Exige uma relação dos pensionistas civis e militares. . . . .	93
N. 69 — Declara não haver disposição legal que autorize a isenção de direitos de 10 caixotes contendo munições destinadas ao batalhão policial do Estado das Alagoas. . . . .	93
N. 70 — Declara que a Companhia de vapores allemães <i>Hammonia Rob. M. Stomans Line</i> passou a denominar-se <i>Dampschiffs Rhedewi Union A. G. Hamburg Stomans Brasil Line</i> . . . . .	94
N. 71 — Marca os limites da fronteira do Territorio federal do Acre e o Estado do Amazonas . . . . .	94
N. 72 — Declara quaes os documentos que devem acompanhar o processo para a expedição do título definitivo de nacionalização de embarcações. . . . .	95
N. 73 — Providencia para que seja annullada a lei n. 32, de 27 de maio de 1893, autorizando o empréstimo do cofre de orphãos no Estado da Bahia. . . . .	95
N. 74 — Declara o modo por que deve ser cobrado o imposto dos productos vindos do territorio federal do Acre e a respectiva escripturação . . . . .	96
—	
N. 1 — Approva as medidas tomadas com relação ao desfalque do Thesoureiro da Administração dos Correios do Estado de Sergipe José Dias da Silva Dantas e	

	Pags.
recomenda o sequestro dos bens do mesmo responsável . . . . .	97
N. 2 — Não se deve levar em conta a impugnação das intendencias municipaes ás concessões de aforamento dos terrenos de marinha, sempre que essa impugnação se referir a inconstitucionalidade das concessões. . . . .	97
N. 3 — Autoriza a restituição do imposto cobrado sobre as passagens do contra-almirante, de um tenente e de seis marinheiros da esquadra americana do Atlantico Sul, que seguiram para Nova-York no vapor <i>Tennyson</i> , da Companhia Lamport & Holtz . . . .	98
N. 4 — Declara quaes os vencimentos que competem a um escripturario que serve o lugar do pagador da Delegacia de Pernambuco. . . . .	97
N. 5 — Manda abonar ao sargento da força dos guardas da Alfandega do Maranhão, além dos seus vencimentos, a gratificação de commandante, durante o tempo em que serviu este lugar . . . . .	99
N. 6 — Declara que o producto <i>piperacina de Midy</i> deve ser classificado como saes effervescentes para pagar a taxa de 38200 do art. 299 da Tarifa . . . . .	99
N. — Approva o acto da Delegacia de Goyaz negando vencimentos a um agente fiscal de impostos de consumo durante o tempo em que funcionou como senador estadual . . . . .	100
N. 8 — Nega a restituição dos direitos de umas caixas de kerozene perdidas por haver sossobrado a embarcação que as conduzia depois de despachadas . . . .	100
N. 9 — Declara que os bancos ainda que sejam de depósitos, constituídos sob o regimen das sociedades anonymas, estão obrigados á caução para emittir vales-ouro. .	101
N. 10 — Declara faltar competencia á Delegacia fiscal do Rio Grande do Norte para designar substituto do Thesoureiro dos Correios, suspenso em virtude de desfalque . . . . .	101
N. 11 — Declara que os inspectores fiscaes dos impostos de consumo não tem competencia para dar ordens aos exactores federaes . . . . .	102
N. 12 — Confirma a decisão da Alfandega do Rio de Janeiro que impoz a multa de 1:000\$ pela importação de 100 caixas de manteiga contendo substancias nocivas á saúde . . . . .	102
N. 13 — Manda classificar como tomates secos ou salgados a mercadoria contida em 100 barricas marca M vindas da Europa no vapor allemão <i>Mendosa</i> . . .	103
N. 14 — Manda restituir a quantia de 621\$600 cobrada a titulo de multa em beneficio de um confere nte que, depois da sahida da mercadoria, verificou não ter calculado o augmento de taxas estabelecido na lei n. 453, de 29 de dezembro de 1902. . . . .	103

	Pags.
N. 15 — Approva o acto da Delegacia Fiscal do Thesouro no Estado do Ceará designando o collecter estadual da villa de Soure para se encarregar da arrecadação das rendas federaes na mesma villa . . . . .	104
N. 16 — Autoriza a alfândega a designar um guarda para acompanhar o vapor inglez <i>Fluminense</i> até o porto de Fuloys, visto achar-se interdito, por motivo da peste bubonica, o porto do Maranhão . . . . .	104
N. 17 — Dá provimento a um recurso da decisão da Alfândega do Rio de Janeiro que mandou cobrar em separado as latas de folha que servem de envoltorio ás cores de anilina . . . . .	105
N. 18 — Autoriza a baldeação no porto da Bahia de varias mercadorias re-exportadas para o porto de Aracaju, no Estado de Sergipe . . . . .	106
N. 19 — Autoriza a baldeação no porto da Bahia de varios artigos destinados ao porto de Aracaju, Estado de Sergipe . . . . .	106
N. 20 — Nega provimento ao recurso de uma decisão da Alfândega do Rio de Janeiro que mandou cobrar os direitos de 640 kilos de painço e 240 kilos de milho alvo, despachados como sementes proprias para agricultura . . . . .	107
N. 21 — Declara que a procuração em causa propria, tendo força de escriptura publica, não pôde ser revogada por meio de requerimento firmado por uma das partes. . . . .	107
N. 22 — Declara não poder ser accepta a proposta do Banco Auxiliar das Classes, porque a gratificação offerecida aos empregados da delegacia importaria no estabelecimento de um regimen de propinas aos empregados publicos . . . . .	108
N. 23 — Reconsidera o despacho de 5 de novembro do anno findo, para o effeito de negar provimento ao recurso de José da Costa acerca da cobrança em ouro de parte do producto de mercadorias vendidas em leilão na Alfândega do Rio de Janeiro. . . . .	108
N. 24 — Manda restituir os direitos pagos por 418 caixas contendo alhos podres condemnados a consumo . . . . .	109
N. 25 — Dá provimento ao recurso de Augusto de La Roque & Comp. da decisão que mandou cobrar direitos em separado das latilhas contendo chá da India; e recommenda que em casos semelhantes se ouça a commissão de tarifa. . . . .	110
N. 26 — Declara não haver necessidade de licença, como exigiu a Alfândega de Pernambuco, para a entrega de volumes com dynamite vindos por cabotagem do porto da Parahyba. . . . .	110
N. 27 — Declara que não deve ser negado o registro de que trata o art. 2º do regulamento de 26 de março de 1900 aos negociantes que o solicitarem mesmo fóra do prazo alli estabelecido. . . . .	115

- N. 28 — Declara que a apprehensão das arcas monásticas conduzidas pela barca *Delta*, só poderá ter lugar mediante mandado do juiz seccional, competente para resolver questões de direito marítimo . . . . . 111
- N. 29 — Dá provimento ao recurso interposto por João da Cunha & C., declarando que tendo sido a divergencia verificada no acto da conferencia declarada na nota de despacho, não era applicavel ao caso a multa de direitos em dobro. . . . . 112
- N. 30 — Annulla o concurso havido na Delegacia Fiscal no Rio Grande do Sul para provimento de empregos de 1.ª entrancia, por não se poder aquilatar da aptidão dos candidatos pelas provas exhibidas. . . . . 112
- N. 31 — Declara que os marinheiros das Alfandegas não podem ser dispensados do serviço da Armada, quando sorteados, porque a lei n. 478, de 9 de dezembro de 1897 não os exclue de tal serviço. . . . . 113
- N. 32 — Dá provimento, como de revista ao recurso interposto por Machado & Pereira, da decisão da Alfandega de Pernambuco que impoz a multa de direitos em dobro por falta de declaração na factura consular de caixinhas de madeiras enfeitadas. . . . . 113
- N. 33 — Declara que a despesa feita com a arrecadação de salvados deve correr por conta dos mesmos salvados, á vista do disposto no art. 291, regra 7.ª, da Nova Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas . . . . . 114
- N. 34 — Confirma o acto do inspector da Alfandega de Paranaguá negando a restituição dos direitos de 21.503 kilogrammas de sal de menos encontrados na descarga do vapor *União*. . . . . 115
- N. 35 — Nega a restituição de direitos pedida por Clemente Botelho, declarando não ser possível fazer extensiva a casos analogos a decisão proferida por equidade e communicar-la em officio n. 241, de 25 de julho do anno passado . . . . . 116
- N. 36 — Declara que as mercadorias retardadas nos armazens da Alfandega devem ser vendidas pelo maior lance offerecido, depois de realizadas as tres praças. . . . . 116
- N. 37 — Declara não ser necessario o deposito previo da importancia do imposto sobre dividendos para a interposição dos recursos legaes . . . . . 117
- N. 38 — Communica que o guarda da Alfandega do Rio de Janeiro José Martins da Veiga Junior não tem direito á gratificação que pede por serviços prestados na Ilha Grande no periodo decorrido de março de 1893 a junho de 1894 . . . . . 117
- N. 39 — Os romadores das Alfandegas são obrigados ao serviço da marinha de guerra em vista da lei n. 478, de 9 de dezembro de 1897. . . . . 118
- N. 40 — Não approva o acto da Delegacia Fiscal de Pernam-

	Págs.
bucos accetitando a proposta feita por um collecter para o logar de escrivão. . . . .	118
N. 41 — Responde á consulta do collecter das rendas federaes em Campos acerca dos impostos de consumo . . . . .	119
N. 42 — Declara que não descarregando as mercadorias em armazem, ponte ou caes da Alfandega, não estão sujeitas ao expediente das capatazias . . . . .	120
N. 43 — Declara ter sido correcto o procedimento do inspector da Alfandega de Porto Alegre recusando o despacho livre de direitos de folhas estampadas destinadas á fabricação de latas para manteiga e banha. . . . .	120
N. 44 — Julga procedente a apprehensão de 18 kilos de tiras de seda com dizeres em lingua estrangeira e mantem a multa de 1:000\$ imposta pela Alfandega do Rio de Janeiro. . . . .	121
N. 45 — Dá provimento a um recurso para o fim de ser restituida a importancia dos direitos pagos por 50 caixas com echolas mandadas inutilizar por se acharem estragadas. . . . .	121
N. 46 — Manda restituir a importancia dos direitos correspondente á quantidade da mercadoria que faltou em uns volumes submettidos a despacho pelos negociantes Lemos Reis & Comp. . . . .	122
N. 47 — Autoriza a restituição dos direitos pagos por duas caixas de vinho espumoso cahidas ao mar no acto da descarga. . . . .	122
N. 48 — Declara que as facturas consulares apresentadas para o despacho aduaneiro devem ficar archivadas na repartição . . . . .	123
N. 49 — Declara que a gazolina acondicionada em barris ou tambores deve ser despachada a peso liquido legal, como preceitua o art. 161 da tarifa. . . . .	123
N. 50 — Autoriza a restituição de direitos, indevidamente pagos por mercadorias lançadas ao mar pelo capitão do logar inglez <i>Ensenada</i> . . . . .	124
N. 51 — Declara que não se deve apontar o pessoal das capatazias nos dias em que a alfandega deixar de funcionar por motivo de eleições ou qualquer outro. . . . .	124
N. 52 — Anulla o concurso havido na Delegacia em Matto Grosso visto serem más ou insufficientes as provas escriptas de todas as materias. . . . .	125
N. 53 — Releva a armazenagem de uma mercadoria demorada nos armazens da Alfandega do Rio de Janeiro até o resultado da analyse do Laboratorio Nacional. . . . .	125
N. 54 — Devolve o processo referente ao desfalque havido na Alfandega de Pernambuco, affirm de ser enviado ao procurador seccional. . . . .	159
N. 55 — Annulla os concursos havidos na Delegacia do Paraná para os logares de 1. <sup>a</sup> entrancia e de guarda-mór, por ter sido feito de modo incomprehensivel o julgamento das provas escriptas. . . . .	162

N. 56 — Indefero o requerimento em que H. Burmester & Comp., successores de Burmester, Thon & Comp., pedem restituição da quantia de 20:268\$300, recolhida à Delegacia do Paraná, por conta do rendimento da Mesa de Rendas de Antonina . . . . .	127
N. 57 — Dá provimento ao recurso <i>ex-officio</i> interposto pela Delegacia Fiscal do Thesouro, em S. Paulo, julgando nullo dos processos relativos a multas impostas a Martinho Chaves & Comp. pelo collecter das rendas federaes em Franca . . . . .	128
N. 58 — Manda proceder a sequestro dos bens do thesoureiro da Administração dos Correios do Rio Grande do Norte Antiocho Aprigio de Almeida para garantia da Fazenda Nacional. . . . .	129
N. 59 — Manda proceder a tomada de contas do thesoureiro dos Correios do Rio Grande do Norte, iniciando-se o processo para o fim de ser denunciado e julgado o responsável . . . . .	129
N. 60 — Declara competir ao Thesouro a designação de empregado para servir na Caixa Economica . . . . .	130
N. 61 — Trata do facto de não haver o consul do Brazil em Londres observado as disposições do regulamento de 21 de novembro de 1903, por falta de ordem do Ministerio das Relações Exteriores. . . . .	130
N. 62 — Não toma conhecimento de um recurso por ter sido interposto para o Thesouro em vez de o ser para a Delegacia respectiva . . . . .	131
N. 63 — Declara que, nos casos de força maior de que trata o art. 538 da Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas, pôde ser feita a restituição de direitos . . . . .	131
N. 64 — Declara que só devem ser acceitas as procurações de proprio punho escriptas e assignadas pelos respectivos outorgantes, excepto as passadas pelos commerciantes matriculados que gozam do privilegio estatuido no art. 21 do Código Commercial . . . . .	132
N. 65 — Declara que a disposição do art. 3º § 2º da lei n. 1144, de 30 de dezembro de 1903, não annullou a do § 9º do art. 2º das Preliminares da Tarifa que concede isenção de direitos a mercadorias nacionaes. . . . .	132
N. 66 — Declara que as salinas da Companhia Salineira Alcantarense estão sujeitas á taxa de 20\$ cada uma . . . .	133
N. 67 — Declara que as autoridades fiscaes da União, no territorio do Rio Grande do Sul, devem attender promptamente a quaesquer requisições emanadas do Governo do mes no Estado, representado pelo inspector fiscal, da repressão do contrabando na fronteira. . .	133
N. 68 — Declara não ter sido regular o procedimento da Alfandega do Rio de Janeiro, permittindo, sem autorização do Thesouro, que fossem pagos os direitos de uma mercadoria com a clausula de os levantarem,	

	Págs.
quando fosse concedida a isenção dos mesmos direitos . . . . .	134
N. 69 — Nega a restituição da quantia de 181\$420 de imposto de pharó e contribuição para a Santa Casa de Misericórdia de Pernambuco, paga pelo vapor francez <i>Amiral Baudin</i> arribado áquelle porto . . . . .	135
N. 70 — Declara quaes as vantagens que percebem os procuradores fiscaes, creados pelo decreto n. 1178, de 16 de janeiro deste anno. . . . .	135
N. 71 — Approva o procedimento do inspector da Alfandega de Maceió suspendendo do exercício de suas funções o chefe de secção Salathiel de Paiva, por ter dado publicidade a assumptos relativos a serviço publico . . . . .	135
N. 72 — Declara que os objectos de que trata o art. 3º § 1º da lei n. 1141, de 30 de dezembro do anno findo, estão sujeitos ao regimen commun dos despachos <i>ad-valorem</i> , não dependendo, portanto, de autorização previa do Sr. Ministro a effectividade do favor. . . . .	136
N. 73 — Declara que as duvidas suscitadas pelo procurador fiscal da Delegacia do Maranhão acerca de suas attribuições, já estão resolvidas pela circular n. 22, de 20 deste mez. . . . .	136
N. 74 — Declara que a porcentagem a que tem direito os collectores e esrivães das rendas federaes recahe sobre todas as rendas da União, excluidos os depositos de qualquer origem . . . . .	137
N. 75 — O guarda da alfandega, que substituiu o respectivo sargento em serviço no Jury, não tem direito a gratificação, por não tratar-se de caso comprehendido na ordem n. 11, de 19 de janeiro deste anno . . . . .	137
N. 76 — Nega provimento ao recurso contra o acto do inspector da Alfandega de Pernambuco que impoz ao commandante do vapor allemão <i>Amazonas</i> a multa de direitos em dobro pela subtração de mercaderias contidas em um volume embarcado no dito vapor. . . . .	138
N. 77 — Approva o procedimento da Delegacia Fiscal de São Paulo recusando-se a aceitar da Companhia <i>Light &amp; Power</i> moedas de nickel em pagamento do imposto sobre dividendos . . . . .	139
N. 78 — Da provimento a um recurso <i>ex-officio</i> para o fim de annullar uma pena imposta em processo com preterição de formalidades essenciaes . . . . .	139
N. 79 — Declara qual a taxa a cobrar pelo exame no Laboratorio de Análises dos productos apprehendidos pela Directoria Geral da Saude Publica . . . . .	140
N. 80 — Indeferiu o requerimento em que D. Cesaria Fagundes de Carvalho pediu para ser incorporado ao seu monte-pio o que havia tocado a sua filha menor Zeferina Fagundes de Carvalho . . . . .	140
N. 81 — Sustenta o acto da Delegacia Fiscal da Bahia, que indeferiu o requerimento em que Diogo Frederico	



Kiappe pediu averbação em seu nome de seis apolices accrescidas pela conversão de outras e declara que só na hypothese do art. 4. <sup>o</sup> do decreto n. 870, de 22 de novembro de 1851, devem as decisões das delegacias ser submettidas á approvação do Thesouro. . . . .	141
N. 82 — Declara que a <i>Mandós Harbour</i> , á vista da clausula V do seu contracto, tem direito de cobrar tres réis por kilogramma de mercadorias que de qualquer molo forem por ella embarcadas, ou desembarcadas no cass ou fóra delle. . . . .	142
N. 83 — Declara que as divergencias verificadas em exame prévio de mercadorias não dão logar á imposição de multa de direitos em dobro. . . . .	142
N. 84 — Declara que, não estando fixado definitivamente pelo Tribunal de Contas o alcance de um responsavel, não tem cabimento o processo executivo, mas o simples sequestro da parte de um predio que não servia de fiança . . . . .	143
N. 85 — Trata do processo da fiança do thesoureiro da Delegacia do Paraná, Modesto Polydoro, e manda suspender este responsavel caso se recuse a assignar novo termo de fiança. . . . .	143
N. 86 — Approva o acto da Delegacia Fiscal das Alagôas mandando sustar o andamento de um processo de concessão de terrenos de marinhãs pretendido por João Antonio Loureiro, e recommendando a demolição das obras indevidamente feitas nos terrenos da União. . . . .	144
N. 87 — Approva a nomeação de um escripturario da Alfandega do Amazonas para servir o logar de thesoureiro da delegacia, e manda convidar a familia do mesmo thesoureiro para designar, caso queira, pessoa de sua confiança para assistir á verificação dos saldos existentes em coiro . . . . .	145
N. 88 — Releva o commandante do vapor inglez <i>Explorer</i> do pagamento dos direitos de um barrel contendo manteiga, cahido ao mar no acto da descarga . . . . .	145
N. 89 — Declara que a multa de direitos em dobro e a de 10 % p. da falta de factura consular só pôde ser applicada simultaneamente quando forem encontradas mercadorias de commercio em volumes de bagagens sem que a parte haja feito declaração especificando-as . . . . .	146
N. 90 — Indefere o requerimento de varios negociantes da capital do Estado da Parahyba pedindo indemnização do damno causado pelo incendio, que occorreu na alfandega da mesma capital, as mercadorias que tinham depositadas no armazem n. 2 . . . . .	146
N. 91 — Confirma o acto da Recebedoria do Rio de Janeiro que julgou nullo um processo por falta do respectivo auto de infracção . . . . .	147
N. 92 — Declara não ser licito cobrar direitos de mercadoria que não entrou para o consumo, nem sequer em-	

	Pags.
barcon, segundo declaração do vica-consul do porto de origem . . . . .	147
N. 93 — Releva uma multa imposta por falta de factura consular, por ter sido feita a declaração exigida no paragrapho unico do art. 19 das instrucções de 15 de dezembro de 1899. . . . .	148
N. 94 — Declara que não compete á delegacia nomear, mas sim approvar a nomeação de fiel do thesoureiro da mesma repartição . . . . .	149
N. 95 — Nega provimento ao recurso do 3º escriptuario da Alfandega do Pará, Manoel Fernando Leal, Castilho, da decisão do respectivo inspector responsabilizando-o pelo extravio de uma caixa depositada no armazem externo n. 1, então a cargo do recorrente . . . . .	149
N. 96 — Manda aceitar, como probatorios da origem das mercadorias, os documentos passados pelo administrador do posto aduaneiro estabelecido pelo Governo da Bolivia em Santa Clara do Rio Abuná, na mesma conformidade dos documentos ajuizados da Alfandega de Porto Bello . . . . .	150
N. 97 — Releva a multa imposta ao commandante do vapor <i>Thames</i> por falta da factura consular, e manda que essa multa seja imposta ao recebedor da mercadoria, a quem cabe a responsabilidade da falta . . . . .	150
N. 98 — Nega provimento a um recurso <i>ex-officio</i> , não pelos fundamentos da decisão recorrida, mas porque o collecter não podia julgar autos por elle mesmo lavrados. . . . .	151
N. 99 — Declara que as machinas para recebimento de dinheiro devem ser classificadas na 1ª parte do art. 1009 da Tarifa . . . . .	151
N. 100 — Declara que a verificação das omissões ou insufficiencias de declarações das facturas consulares é da competencia da Repartição de Estatística Commercial, não devendo ser impostas multas antes dessa verificação . . . . .	152
N. 101 — Dá provimento a um recurso de multa imposta por divergencia de factura consular, declarando que o importador não pôde ser responsavel pelas faltas commettidas nas ditas facturas. . . . .	153
N. 102 — Manda cobrar a multa de expediente de cinco malas contendo mercadorias vindas como bagagem e despachadas como de conteúdo ignorado, relevando a multa de direitos em dobro . . . . .	153
N. 103 — Dá provimento a um recurso de multa de direitos em dobro, por não haver divergencia entre o conteúdo dos volumes de pacchotes e a factura consular. . . . .	154
N. 104 — Communica o indeferimento dos recursos interpostos pelas Companhias do Queimado, Salinas da Margarida e Linha Circular contra o acto que as obriga ao pagamento do imposto de 2 1/2 % sobre os seus dividendos . . . . .	154

Paga.

- N. 105 — Dá provimento a um recurso de multa de direitos em dobro por se tratar de simples omissão de uma palavra na nota de despacho . . . . . 155
- N. 106 — Declara que, enquanto não houver repartição federal no Alto Jurua e Alto Purus, a cobrança dos direitos da borracha e mais productos dalli procedentes, deverá ser feita de accordo com a ordem n. 6, de 5 de março deste anno . . . . . 155
- N. 107 — Nega provimento a um recurso de multa de direitos em dobro e declara que, não tendo sido effa imposta por diligencia dos empregados, cabe por inteiro a Fazenda Nacional . . . . . 156
- 108 — Declara que não pôde ser restringido o prazo para a prestação de fiança marcado nas circulares ns. 54, de 26 de dezembro de 1878 e 148, de 14 de março de 1879. . . . . 157
- N. 109 — Não approva a lotação de fianças dos collectores e escriptoães das rendas federaes no Estado de Matto Grosso, por não ter sido feita de accordo com a circular n. 4, de 16 de janeiro de 1902 . . . . . 157
- N. 110 — Manda chamar por editaes os posseiros de terrenos de marinhãs e outros do dominio da União no Estado do Piauhy, a apresentarem seus titulos e os intrusos a legalizarem a posse dos ditos terrenos. . . . . 158
- N. 111 — Trata de uma multa imposta ao consul do Brazil no Havre pela falta de cumprimento do art. 341 da Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas. . . . . 158
- N. 112 — Declara que o agente fiscal da 31ª circumscrição do Estado de Minas Geraes não pôde exercer cumulativamente as respectivas funções e as de vereador da Municipalidade . . . . . 159
- N. 113 — Mantem uma decisão negando restituição de direitos pagos por 50 caixas de fôrnicida e para as quaes não se pediu previamente a isenção de direitos. . . . . 159
- N. 114 — Declara que só se deve exigir a planta dos terrenos de marinhãs quando a transferencia requerida for a primeira effectuada depois da publicação do decreto n. 4105, de 22 de fevereiro de 1838 . . . . . 160
- N. 115 — Devolve o recurso de Bernardo Santos & C. affirm de ser pela Alfandega do Rio de Janeiro autorizada a restituição dos direitos de 50 caixas, contendo alhos que por estarem poltres foram dados a consumo; visto tratar-se de acto da competencia da mesma alfandega. . . . . 161
- N. 116 — Nega a isenção de direitos a um cofre forte importado pela «Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer du Brésil», visto não se tratar de material proprio para uso de linhas ferreas . . . . . 161
- N. 117 — Dá provimento a um recurso *ex-officio* da Delegacia do Amazonas e declara que o decrescimento de volumes verificado na relação da carga de um navio que conduz mercadorias de cabotagem é passivel da multa do art. 44 do Reg. de 2 de julho de 1896. . . . . 162

	Pags.
N. 118 — Declara não haver incompatibilidade em servirem em uma Delegacia fiscal dous cunhados, um como contador e outro como procurador fiscal. . . . .	162
N. 119 — Declara nullo um processo de contrabando, por não terem sido observadas no termo de apprehensão as exigencias do art. 633 §1º da Consolidação das Leis das Alfândegas e Mesas de Rendas . . . . .	163
N. 120 — Declara não ser necessario pedido do interessado para lavratura do termo de preempção, que é obrigatorio na forma dos arts. 659 e 662 da Consolidação das Leis das Alfândegas e Mesas de Rendas . . . . .	163
N. 121 — Declara ser da competencia dos inspectores das alfândegas a concessão de isenção de direitos de consumo e de expediente, dos objectos importados pelos consules de carreira, para seu primeiro estabelecimento. . . .	164
N. 122 — Dá provimento ao recurso interposto por Antonio Guimarães & C., contra a multa de direitos em dobro que lhes foi imposta por divergencia de qualidade entre as declarações da nota e a factura consular . . . . .	164
N. 123 — Manda restituir uma multa de expediente imposta pela Alfandega do Maranhão e declara não ser admissivel a imposição de duas multas para punir a mesma falta . . . . .	165
N. 124 — Nega provimento ao recurso interposto por Bernardino da Costa Campos, da multa que lhe foi imposta pela Alfandega de Pernambuco por trazer em sua bagagem mercadorias de commercio. . . . .	166
N. 125 — Dá provimento ao recurso interposto por Virgilio Tourinho de Pinho a quem a Delegacia Fiscal do Thezouro na Bahia impoz a multa de 500\$ pela venda indevida de estampilhas do sello adhesivo; e declara que o inspector da alfandega era o competente para a imposição da dita multa . . . . .	166
N. 126 — Declara que a construcção de obras em logares proximos aos edificios das alfândegas necessarias ao transporte e recolhimento de mercadorias aos armazens, depende de licença da municipalidade. . . . .	167
N. 127 — Confirma a decisão da Alfandega de Pernambuco impondo a multa de direitos em dobro e mais 10% por falta de declaração especificada na lista de passageiros de artigos contidos em volumes de bagagem. . . . .	167
N. 128 — Não concede a aposentadoria pedida por um escripturario da Alfandega do Rio Grande do Sul porque o laudo da inspecção de saúde a que foi submettido não o declara invalido . . . . .	168
N. 129 — Não approva o acto da Delegacia Fiscal do Rio Grande do Sul creando uma collectoria na villa do Arroio Grande, por ser da exclusiva competencia do Ministerio da Fazenda a criação de collectorias federaes. . .	168
N. 130 — Declara que a nomeação para o cargo de consul está sujeita ao sello marcado no §5º, n. 6, da tabela	

	Págs.
B annexa ao Regulamento expedido com o decreto n. 3564 de 22 de janeiro de 1902 . . . . .	169
N. 131 — Declara que a licença prévia do Ministerio da Fazenda para a exportação de artigos de produção nacional só é necessaria quando se tratar de areias monazíticas . . . . .	169
N. 132 — Indefer o requerimento da Companhia das Aguas do Maranhão pedindo restituição de direitos pagos na vigencia da circular n. 16 do 6 de março de 1901. . .	170
N. 133 — Nega approvação ao acto do inspetor da Alfandega do Rio Grande do Sul deixando de mandar cobrar, de varias mercadorias, as taxas fixadas na lei n. 953, de 29 de dezembro de 1902, cuja execução começou em 1 de janeiro de 1903 . . . . .	170
N. 134 — Declara ser da competencia dos inspectores das alfandegas a concessão do favor pedido pelo Syndicato Agrícola de Alagoas e contido no art. 3º, § 1º, da lei n. 1144, de 30 de dezembro de 1903, observando-se no despacho do material as regras dos despachos <i>ad valorem</i> . . . . .	171
N. 135 — Mantem o acto pelo qual a Delegacia Fiscal do Thesouro em Pernambuco recusou-se a trocar moedas de cobre do cunho antigo por cédulas do Thesouro. . .	172
N. 136 — Dá provimento ao recurso de Borez Freres do acto da Alfandega do Ceará mandando cobrar o imposto de pharões de navios procedentes de Hamburgo, via Pará e Manaus, e que seguiram daquelle porto tocando em outros da Republica . . . . .	172
N. 137 — Declara que os collectores tem direito ao abono das vantagens do cargo de escrivão, quando vago. . . .	173
N. 138 — Manda sanar varias lacunas encontradas no processo de fiança do collecter das rendas federaes em Barbalha, Estado do Ceará e declara que taes processos devem ser enviados directamente ao Thesouro . . .	173
N. 139 — Nega provimento ao recurso interposto por Manoel Joaquim de Andrade do acto da Recebedoria do Rio de Janeiro que mandou cobrar juros da móra sobre o imposto de transmissão <i>causa mortis</i> dos bens deixados pelo visconde de Barreiros. . . . .	174
N. 140 — Indefer um pedido de contagem de antiguidade de classe por não se verificar a igualdade absoluta de ordenado entre os cargos, para que possam ser considerados da mesma categoria . . . . .	175
N. 141 — Declara ser de rigor o recurso <i>ex-officio</i> em todos os casos a que se refere o art. 12 da lei n. 741, de 26 de dezembro de 1901 . . . . .	175
N. 142 — Declara que só no caso de estar annexa á fabrica machina ou aparelho para purificar ou refinar o sal, moído ou não, poderá ter logar a isenção de que tratam o art. 1º n. 44, da lei n. 1144, de 30 de de-	

	Pags.
zembro de 1903 e circulares ns. 10, de 23 de fevereiro, e 15 de 28 de abril do corrente anno. . . . .	176
N. 143 — Nega provimento a um recurso interposto por Teixeira Borges & C. dispensando a multa de direitos em dobro porque a classificação dada pelos recorrentes era a anteriormente adoptada pela alfandega recorrida. . . . .	176
N. 144 — Declara que a licença de que trata o art. 2754, n. 2, da Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas para os navios carregarem em portos interiores do Estado, independe de autorização do Thesouro. . . . .	177
N. 145 — Dá provimento ao recurso interposto por Edmundo Dzeher para o fim de serem cobrados os direitos simples das mercadorias encontradas, visto ter sido feita em tempo opportuno a declaração necessaria e não ser exigivel factura consular . . .	177
N. 146 — Declara que os generos de producção da zona colonial da foz de Iguassú não estão sujeitos ao imposto estadual de exportação. . . . .	178

# MINISTERIO DA FAZENDA

---

N. 1 — EM 7 DE JANEIRO DE 1904

Trata de um protesto apresentado por José Augusto Artayette para resalva de direitos em relação à demora de despachos de madeira na Alfandega do Rio de Janeiro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1904.

Sr. Ministro das Relações Exteriores — Com o officio do procurador seccional da Republica no Districto Federal, n. 26, de 25 de abril do anno proximo findo, foi presente a este Ministerio contra-fé do protesto apresentado por José Augusto Artayette para resalva de seus direitos em relação a sobrestadias, vendidas e por vender, de um carregamento de pinho importado na barca norueguesa *Arcepè* vendido a J. Volloso & Comp. e cuja descarga soffreu grande demora na Alfandega do Rio de Janeiro.

Ouvida a respeito a referida Alfandega e constando de sua informação que diversas irregularidades se tinham dado impunemente em varios despachos, mandou este Ministerio que se procedesse a rigoroso inquerito sobre o caso e fossem confrontados e oscurpulosamente analysados todos os documentos relativos a carregamento de madeira.

Das diligencias feitas chegou-se à conclusão de que a falta de uniformidade na organização dos documentos consulares muito concorre para as irregularidades notadas nos despachos e difficulta ou impossibilita a sua verificação.

Assim é que as barcas allemãs *Standard* e *Burskåros*, entradas neste porto, aquella em 26 de fevereiro e esta em 17 de junho de 1903, manifestaram respectivamente, 23.517 taboas pesando 455.127 kilogrammas e 29.860 peças com o peso de 639.245 kilogrammas, ao passo que os correspondentes conhecimentos accusavam 407.538 pés superficiaes em relação ao segundo.

Em face do exposto, rogo vos dignéis de expedir circular aos consules brasileiros no sentido de ser guardada a necessaria uniformidade nos documentos relativos aos carregamentos em questão.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões*.

---

## N. 2 — EM 7 DE JANEIRO DE 1904

Explica que sendo a tarifa calculada ao cambio de 12 por 1\$000 deve o valor official das amostras e encomendas ser convertido ao cambio de 27 d. antes de ser comparado ao valor de 50\$000, ouro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1904.

Sr. Ministro das Relações Exteriores — Em resposta ao aviso desse Ministerio n. 76 de 28 de novembro de 1902, a que se refere o de n. 21, de 31 de março do anno proximo findo, tratando da solicitação da Legação allemã no sentido de firmar-se a pratica a seguir para execução do art. 3º lettras b e c do Reg. annexo ao decreto n. 3732, de 7 de agosto de 1900, cabe-me declarar-vos que este Ministerio, attendendo áquella solicitação, espeditu circular aos chefes das repartições aduaneiras explicando-lhes que, sendo a tarifa calculada ao cambio de 12 d. por 1\$000, deve ser convertido o valor official das amostras e encomendas ao cambio de 27 d. afim de poder ser comparado com o valor de 50\$000, ouro, de que trata a citada disposição.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

## N. 3 — EM 7 DE JANEIRO DE 1904

Declara que os herdeiros do guarda das mattas e feitor da fabrica de polvora da Estrella não tem direito ao montepio.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1904.

Sr. Ministro dos Negocios da Guerra — Verificando-se dos papeis enviados com o vosso aviso n. 652, de 9 de setembro proximo passado, que o guarda das mattas e feitor do plantio na fabrica de polvora da Estrella contribuiu para o montepio durante dous annos a partir de 1 de novembro de 1890, do accordo com as disposições do decreto n. 942 A, de 31 de outubro do dito anno, a que estava sujeito porque o de n. 1318 E, de 20 de janeiro de 1891, apenas tornou extensivo aos empregados desse Ministerio comprehendidos no seu art. 3º o montepio creado por aquelle; cabe-me declarar-vos que os herdeiros do alludido funcionario não tem direito, á vista do exposto, ao montepio por elle instituido, não podendo, por conseguinte, effectuar-se a restituição da importancia das contribuições, conforme solicitastes no citado aviso.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*



## N. 4 — EM 14 DE JANEIRO DE 1904

Trata da restituição do imposto cobrado sobre as passagens do commandante da esquadra americana do Atlantico-Sul e do tenente Althonso que embarcaram no porto da Bahia com destino a New York.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1904.

Sr. Ministro das Relações Exteriores — Cabe-me communicar-vos, para os fins convenientes, que este Ministerio, attendendo ao exposto em vosso aviso n. 75 de 26 de novembro ultimo, resolveu autorizar a Delegacia Fiscal no Estado da Bahia a fazer a restituição do imposto cobrado sobre as passagens do contra-almirante Sumner, commandante da esquadra americana do Atlantico-Sul e do tenente Althonso e seis marinheiros embarcados no vapor *Tennyson*, da Companhia Lamport & Holtz, com destino a New York.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

---

## N. 5 — EM 19 DE JANEIRO DE 1904

Solicita providencias para o estabelecimento na Alfandega de Pernambuco da conferencia e arrecadação dos direitos de encomendas postaes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1904.

Sr. Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas — Tendo em vista o que em officio n. 166, de 19 de dezembro ultimo, expoz o delegado fiscal do Thesouro Federal em Pernambuco, sobre o facto de negar-se a Administração dos Correios naquelle Estado acceder a que seja feito na Alfandega, como se pratica nesta Capital, o serviço de conferencia e arrecadação dos direitos de encomendas postaes; rogo vos dignéis expedir as necessarias ordens para que a mesma Administração fique autorizada a acceitar a medida de que se trata, cuja conveniencia ella propria reconhece, conforme consta do officio que junto vos envio por cópia.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

---

## N. 6 — EM 19 DE JANEIRO DE 1904

Providencia sobre a venda de estampilhas do sello adhesivo pelas Agencias dos Correios e Telegraphos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1904.

Sr. Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas—Communicando-vos haver este Ministerio resolvido confiar ás agencias dos Correios e Telegraphos, na fórma do art. 24 do regulamento annexo ao decreto n. 3564, de 22 de janeiro de 1900, a venda de estampilhas do sello adhesivo; rogo vos digneis do expedir a respeito as necessarias ordens, tendo em vista que os supprimentos deverão ser feitos pela Recebedoria ás Agencias nesta Capital; pela Casa da Moeda, mediante ordem do Thesouro, ás Agencias no Estado do Rio de Janeiro e pelas Delegacias Fiscaes ás Agencias dos outros Estados; sendo a venda recolhida á Recebedoria pelas Agencias desta Capital, ao Thesouro Federal pelas do Estado do Rio de Janeiro e ás Delegacias Fiscaes pelas dos outros Estados.

Saude e fraternidade.—*Leopoldo de Bulhões.*

## N. 7 — EM 29 DE JANEIRO DE 1904

Declara não ser attendivel o pedido da Legação allemã de não serem cobrados os direitos de uma mercadoria que não poudo chegar ao porto de Santos em 10 de janeiro, por desarranjo de machinas do vapor *Hans Menzell*.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1904.

Sr. Ministro das Relações Exteriores — Em resposta ao vosso aviso n. 1 de 13 do corrente, tratando da solicitação da Legação allemã, no sentido de não serem cobrados pela Alfandega de Santos, de accordo com a vigente lei do orçamento da receita, os direitos do arroz vindo no vapor *Hans Menzell* que não poudo chegar áquelle porto, como se esperava, antes de 1 do corrente, por ter soffrido avarias nas machinas; cabe-me declarar-vos que a mesma solicitação não pôde ser attendida por não ter fundamento legal e faltar competencia a este Ministerio para resolver a respeito, por seu livre arbitrio.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

## N. 8 — EM 5 DE FEVEREIRO DE 1904

Declara que um empregado do Thesouro Federal, com exercicio na Imprensa Nacional, pôde continuar a fazer parte da commissão de tomada de contas da Estrada de Ferro Minas e Rio.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 1904.

Sr. Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas — De posse do vosso aviso n. 4, de 17 de janeiro proximo findo, solicitando providencias no sentido de ser substituido por outro empregado para fazer parte da commissão da tomada de contas semestraes da Estrada de Ferro Minas e Rio o 1º escripturario do Thesouro Federal Alvaro Jorge Moreira, visto ter o mesmo passado a servir na Imprensa Nacional, cabe-me declarar-vos, para os fins convenientes, que o alludido escripturario pertence ao quadro dos empregados do mesmo Thesouro e o seu exercicio em outra repartição não o incompatibilisa de continuar a fazer parte da referida commissão.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

---

## N. 9 — EM 9 DE FEVEREIRO DE 1904

Declara que não pôde ser lavrada a escriptura de compra de um predio dado em usufructo a D. Anna Maria Marques de Jesus.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1904.

Sr. Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas — Em resposta ao vosso aviso n. 2751 de 21 de outubro ultimo, cabe-me declarar-vos não poder ser lavrada, como requisitastes, a escriptura de compra dos predios de ns. 148 e 150 da rua da America, visto constar do formal de partilhas junto ao processo transmittido com o mesmo aviso, que D. Anna Maria Marques de Jesus é apenas usufructuaria do segundo daquelles predios; podendo, entretanto, ser lavrada a escriptura relativa ao de n. 148, si a isso annuir esse Ministerio.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

---

## N. 10 — EM 12 DE FEVEREIRO DE 1904

Declara que os caixeiros viajantes não são obrigados á apresentação de passaporte e quaes os impostos que devem pagar pela importação de amostras de mercadorias.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1904.

Sr. Ministro da Justiça e Negocios Interiores — Em resposta ao vosso aviso n. 1976 de 10 de dezembro ultimo, cabe-me declarar-vos que está conforme ao que vigora no Brazil, quanto consta do documento que ao mesmo acompanhou por cópia, relativamente á não apresentação do passaporte pelos caixeiros viajantes e á legislação aduaneira sobre as amostras importadas.

Pelo que toca á Recebedoria, verificam-se em relação aos caixeiros viajantes os seguintes casos, regidos pelos decretos ns. 2792 de 11 de janeiro de 1898 e 3622 de 26 de março de 1900:

a) Si elles se limitam a conduzir ambulantemente amostras de mercadorias para servirem de base a pedidos ou encomendas, não estão sujeitos ao pagamento do imposto ;

b) Si fixarem residencia nesta Capital e expuzerem ao commercio amostras, ficam sujeitos ao imposto de industrias e profissões, pagando a taxa fixa de 80\$000 e a proporcional de 10 % do valor locativo da parte do predio occupada pela industria ;

c) Si não se limitarem a simples amostras e tiverem fazendas (mercadorias em geral) serão considerados mercadores por grosso, cujas taxas variam conforme a natureza do artigo em que negociam ;

d) Si os artigos de seu negocio, nos casos b e c, incidirem no imposto de consumo, terão de pagar, além do imposto de industrias e profissões, a patente de registro do dito imposto de consumo.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

## N. 11 — EM 12 DE FEVEREIRO DE 1904

Declara não ser conveniente que os navios das Companhias de navegação *Royal Mail Pacific Steam Navigation e Messageries Maritimes* tenham livre pratica neste porto até ás 9 horas da noite para receber carvão.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1904.

Sr. Ministro da Justiça e Negocios Interiores — Accusando o recebimento do vosso aviso n. 1746 de 3 de dezembro ultimo, em que tratastes da permissão da livre pratica neste porto até ás 9 horas da noite, pedida pelas Companhias de navegação *Royal Mail Pacific Steam Navigation e Messageries Maritimes* apenas para que seus navios pudessem receber carvão, cabe-me declarar-vos quo, tendo o Ministerio das Relações Exteriores submittido tambem a este o mesmo pedido, foi-lhe comunicado, em aviso n. 102 do 20 de novembro do anno proximo findo, não parecer conveniente ao Ministerio a men cargo conceder-se a alludida permissão.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

---

## N. 12 — EM 17 DE FEVEREIRO DE 1904

Resolve que a ilha de Santa Barbara fique á disposição do Ministerio da Industria, Viacão e Obras Publicas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1904.

Sr. Ministro da Industria, Viacão e Obras Publicas — Tendo o procurador da Republica no Districto Federal trazido ao conhecimento deste Ministerio, por officio de hoje datado, que a requerimento seu e por mandado do Juizo Federal foi a União immittida na posse da ilha de Santa Barbara e bemfeitorias nella existentes, em 9 do corrente mez, cabe-me communicar-vos ter resolvido pôr a referida ilha á disposição desse Ministerio, conforme solicitastes em aviso n. 223 de 26 de outubro do anno findo.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

---

## N. 13 — EM 18 DE FEVEREIRO DE 1904

Declara que na isenção de direitos do material necessario á construcção das estradas de ferro não podem ser incluídos papel, tinta, carbureto para illuminação e outros artigos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1904.

Sr. Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas — Em resposta a vosso aviso n. 56 do 24 de dezembro ultimo, cabe-me declarar-vos que é improcedente a reclamação dos arrendatarios da Estrada de Ferro Central de Pernambuco contra as exclusões, feitas por este Ministerio, de objectos que os mesmos pretendem, com fundamento na clausula 26<sup>a</sup> do contracto de 12 de abril de 1898, importar livre de direitos, porque por essa clausula só foi concedida isenção de direitos ao material necessario á construcção e ao trafego da estrada de ferro e, como tal, não podem ser considerados o papel almasso e mata-borrão, os cartões, tinta preparada para impressão ou lithographia, barbante para embrulhos, carboreto para illuminação e outros artigos excluídos das relações apresentadas não só por aquella Estrada de Ferro como por todas as empresas em identicas condições.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

---

## N. 14 — EM 18 DE FEVEREIRO DE 1904

Pede providencias para que os saques contra a Delegacia Fiscal do Thesouro em Londres sejam de accordo com as necessidades do serviço.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1904.

Sr. Ministro da Justiça e Negocios Interiores — Tendo em vista as ponderações feitas em officio n. 27 de 17 de dezembro ultimo, pela Delegacia Fiscal do Thesouro em Londres sobre a inconveniencia de serem levantadas de uma só vez por funcionarios commissionados no estrangeiro sommas avultadas postas á sua disposição, quando, em geral, as mesmas sommas são despendidas por parcellas, rogo vos dignéis providenciar para que, pelos commissarios desse Ministerio somente sejam feitos os saques contra aquella Delegacia á proporção das necessidades do serviço.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

Identicos aos Ministerios da Marinha, Guerra, Relações Exteriores Industria, Viação e Obras Publicas.

---

## N. 15 — EM 23 DE FEVEREIRO DE 1904

Declara que a justificação produzida perante a Auditoria de Guerra da Brigada Policial deve ser julgada por sentença.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1904.

Sr. Ministro da Justiça e Negocios Interiores — Verificando-se dos documentos que acompanharam o requerimento em que D. Judith de Azevedo Raymundo, viuva do alferes da Brigada Policial Nestor Raymundo, pede a expedição do titulo de meio soldo a que se julga com direito, que a justificação produzida pela requerente perante a Auditoria de Guerra da mesma Brigada não foi julgada por sentença, como é de rigorosa necessidade; incluso vos envio, para os fins convenientes, a alludida justificação, afim de ser satisfeita aquella formalidade legal.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

---

## N. 16 — EM 29 DE FEVEREIRO DE 1904

Pede providencias para que nas relações de pedido de isenção de direitos sejam declarados, de modo preciso, a quantidade, qualidade, peso ou medida dos objectos importados, bem como a existencia ou não de artigos similares de produção nacional.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 29 de fevereiro de 1904.

Sr. Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas — Estando em desacordo com o disposto na Consolidação das Leis das Alfândegas e Mesas de Rendas a relação dos objectos importados por C. H. Walker Co. Limited, no vapor *Helena* com destino ás obras do melhoramento do porto do Rio de Janeiro, rogo vos dignéis de providenciar no sentido de serem observadas pela Comissão Fiscal e Administrativa das ditas obras as disposições da mencionada Consolidação, não só quanto ás quantidades, qualidades, peso ou medida dos objectos importados, como também sobre a existencia ou não de similares de produção nacional.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

---

## N. 17 — EM 29 DE FEVEREIRO DE 1904

Declara que os chefes das Legações devem prestar contas em tempo opportuno das quantias recebidas adiantadamente para pagamento do aluguel das respectivas Chancellarias.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 29 de fevereiro de 1904.

Sr. Ministro das Relações Exteriores — Em resposta ao vosso aviso n. 1 de 18 de janeiro findo, cabe-me declarar-vos que este Ministerio providenciou no sentido de ser a Delegacia do Thesouro Federal em Londres autorizada a entregar em prestações mensaes adiantadas a cada um dos chefes das nossas Legações a quantia de 2:000\$000 — ouro — consignada na verba 5ª do art. 5º da lei n. 1145 de 31 de dezembro de 1903, para pagamento do aluguel das respectivas Chancellarias, ficando, porém, os responsáveis sujeitos a prestação de contas em occasião opportuna.

Outrosim, cabe-me declarar-vos que essa autorização não é dada por telegramma como solicitas, porque ainda não foram registrados pelo Tribunal de Contas os creditos para as despesas desse Ministerio no corrente exercicio.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

---

## N. 18 — EM 29 DE FEVEREIRO DE 1904

Trata do pagamento das viúvas dos funcionarios do Ministerio do Exterior fallecidos no estrangeiro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 29 de fevereiro de 1904.

Sr. Ministro das Relações Exteriores — Cabe-me communicar-vos, para os fins convenientes, que, attendendo ao que requisitastes em aviso n. 29 de 9 do corrente, providenciou este Ministerio para que pela Delegacia Fiscal do Thesouro Federal em Londres seja pago a D. Maria Isabel de Azevedo, viúva do consul geral do Brazil em Montevideo, Domingos José da Silva Azevedo, os vencimentos que a este compoziem de 1 a 20 de julho do anno proximo passado; bem assim mandar tornar extensiva ás viúvas dos funcionarios desse Ministerio fallecidos na America a providencia de que tratou o Ministerio a meu cargo em aviso n. 32 de abril de 1900.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

---



## N. 19 — EM 29 DE FEVEREIRO DE 1904

Declara que D. Clotilde Leal de Sá Pereira não tem direito ao meio soldo que reclama, por ser viúva ao tempo do fallecimento de seu pae, o contra-almirante Joaquim Leal Ferreira.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 29 de fevereiro de 1904.

Sr. Ministro dos Negocios da Marinha — Devolvendo-vos os papeis transmittidos com o vosso aviso n. 841, de 30 de julho do anno passado, relativos á pretensão de D. Clotilde Leal de Sá Pereira, para lhe ser pago o meio soldo a que se julga com direito, cabe-me declarar-vos, para os fins convenientes, que a requerente não tem direito ao alludido meio soldo, que é unicamente concedido ás filhas solteiras dos officiaes da Armada, e a supplicante era viúva quando falleceu seu pae, o contra-almirante Joaquim Leal Ferreira.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

---

## N. 20 — EM 29 DE FEVEREIRO DE 1904

Declara que a igreja de S. Joaquim está arrolada entre os proprios nacionaes, como parte integrante que é do edificio em que funciona o Externato do Gymnasio Nacional.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 29 de fevereiro de 1904.

Sr. Ministro da Justiça e Negocios Interiores — Attendendo ao que representou o zelador dos proprios nacionaes, relativamente á noticia de pretender a Prefeitura do Districto Federal demolir a igreja de S. Joaquim, com o fim de prolongar a Avenida Passos, entrando, para isso, em accordo com o Arcebispo do Rio de Janeiro, declaro-vos, no intuito de acautelar os direitos da União, que aquella igreja está arrolada entre os proprios nacionaes como parte integrante que é do edificio em que funciona o Externato do Gymnasio Nacional, subordinada ao Ministerio a vosso cargo.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

---

## N. 21 — EM 8 DE MARÇO DE 1904

Declara que, tendo sido concedida isenção de direitos de artigos mandados vir da Europa pela Directoria do 3º Districto Sanitario Maritimo, a indemnização dos direitos pagos decorre da ordem de isenção.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 8 de março de 1904.

Sr. Ministro da Justiça e Negocios Interiores — Respondendo ao vosso aviso n. 11 de 19 de janeiro ultimo, em que solicitaes seja indemnizado o Governo do Pará da importancia que despendeu com os direitos de 50 caixas de bi-oxydo de enxofre, mandadas vir da Europa pela Directoria do 3º Districto Sanitario Maritimo e para as quaes requisitastes isenção de direitos em aviso n. 153 de 12 de dezembro do anno proximo passado, cabe-me declarar-vos, para os devidos effeitos, que, tendo sido autorizada a referida isenção pela ordem da Directoria do Expediente do Thesouro, n. 5 de 13 de janeiro, a indemnização solicitada decorre da alludida ordem.

Saude e fraternidade.—*Leopoldo de Bulhões.*

## N. 22 — EM 8 DE MARÇO DE 1904

Declara que a Comissão Fiscal das Obras do Porto do Rio de Janeiro e não o Thesouro cabe excluir das relações os objectos que, por terem similar de produção nacional, não gosam de isenção de direitos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 8 de março de 1904.

Sr. Ministro da Industria, Vição e Obras Publicas — Tendo sido apresentado a este Ministerio pela firma C. H. Walker & Co. Limited, empreiteira das obras do melhoramento do porto do Rio de Janeiro, uma relação do material a ser despachado livre de direitos, na qual declara o engenheiro chefe da 1ª secção da comissão fiscal administrativa das mesmas obras que ao Thesouro Federal cabe resolver sobre as excepções do art. 433 da Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas, rogo vos digneis fazer sentir áquella comissão que a ella, na fórma do disposto no art. 432 n. 2 da Consolidação citada e não ao Thesouro, incumbe excluir os objectos que, por terem similar de produção nacional, não gosam de isenção de direitos.

Outrosim, rogo providencieis para que a referida comissão dê inteiro cumprimento áquellas disposições legais, a fim de evitar procedentes que podem ser invocados por empresas ou companhias no gozo de concessão identica á que tem a alludida firma.

Saude e fraternidade.—*Leopoldo de Bulhões.*

## N. 23 — EM 8 DE MARÇO DE 1904

Declara que o beneficio do montepio não pôde ser gosado ao mesmo tempo pela viuva e filhos de um official.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 8 de março de 1904.

Sr. Ministro dos Negocios da Guerra — Restituindo-vos os inclusos papeis encaminhados com o vosso aviso n. 746, de 23 de agosto de 1902 e nos quaes Olympia da Costa Telles, avó e tutora das menores Aracy e Sara, filhas do capitão do Exército Luiz Ignacio Domingues, pede reverta em favor destas a parte do meio soldo que percebe a viuva do mesmo official; cabe-me declarar-vos, para os fins convenientes, que tal pedido devo ser indeferido, porque aquelle beneficio não pôde ser gosado ao mesmo tempo pela viuva e filhos do official.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

## N. 24 — EM 16 DE MARÇO DE 1904

Declara que as declaracoes de familia, feitas por um funcionario, são documentos bastantes para a habilitação ao monte-pio, independente da habilitação judicial exigida a seus herdeiros.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 16 de março de 1904.

Sr. Ministro da Industria, Vição e Obras Publicas — Tendo DD. Balbina Augusta da Silva e Dolores Brasilia da Silva, do accordo com o art. 7º n. 2 do decreto n. 1045, de 21 de novembro de 1890, recorrido do despacho do director geral de Contabilidade desse Ministerio exigindo habilitação judicial e novos documentos que as habilitem à percepção do monte-pio, instituido por seu finado irmão Joaquim Alves da Silva, telegraphista de 1ª classe encarregado da estação telegraphica de Paranaguá, Estado do Paraná, declaro-vos, para os devidos effeitos, que este Ministerio resolve, por acto de 2 do corrente, dar provimento ao dito recurso, por isso que as declarações feitas pelo dito funcionario em 16 de dezembro de 1890 e 6 de junho de 1891, são documentos bastantes para a referida habilitação, como dispõe o § 5º do decreto n. 942 A, de 31 de outubro de 1890, podendo, portanto, ser expedidos os respectivos titulos.

Inclusos vos devolvo os papeis referentes ao processo em questão.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

## N. 25 — EM 17 DE MARÇO DE 1904

Declara que no processo de substituição de fiança o procurador deve apresentar procuração com expressa declaração de retrotrahir-se a nova fiança ao início da questão do responsável.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 17 de março de 1904.

Sr. Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas — Tendo o Tribunal de Contas resolvido, conforme communicou o respectivo Presidente em officio n. 195 de 1 de agosto do anno findo, deixar de approvar o processo de substituição da fiança do thesoureiro da Agencia do Correio na barra do Pirahy, Catão Barbosa de Oliveira Couto, por não constar de instrumento exhibido pelo procurador do novo fiador Joaquim Ferreira Ribeiro a condição de retrotrahir-se ao início da questão daquelle thesoureiro a responsabilidade do dito fiador, como aliás foi exarado no termo assignado na Directoria do Contencioso do Thesouro Federal em 30 de junho do referido anno, rogo vos digneis providenciar para que pela pessoa competente seja apresentada á mesma Directoria nova procuração nas condições exigidas.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

## N. 26 — EM 17 DE MARÇO DE 1904

Declara que não podem os Estados lançar tributos nem cobral-os por seus agentes em zonas occupadas com serviços nacionaes ou federaes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 17 de março de 1904.

Sr. Ministro dos Negocios da Guerra — Tenho presente o aviso n. 51, de 22 de janeiro do anno findo, em que consultaes si os Estados teem direito de cobrar impostos de exportação nos territorios existentes nos mesmos Estados e pertencentes á União, como no caso de que tratam os papeis annexos áquelle aviso, da zona marginal do Paraná, desde a Colonia foz do rio Iguaçu até o salto militar das Sete-queidas.

Cabe-me, em resposta, declarar-vos que:

Considerando que os actuaes Estados, quando se constituram, encerravam em seus territorios algumas zonas occupadas com serviços nacionaes ou federaes e nem só o Governo da União poderia ali fundar fortalezas, arsenaes, colonias e outros estabe-

lecimentos congêneros, mas a lei mesmo reservou, isentas da autoridade do Estado, 10 leguas nas fronteiras para a defesa estratégica do territorio nacional e para nucleos de população ;

Considerando que, por força de varias resoluções da Assembléa Geral Legislativa, o Governo do Imperio fundou na zona fronteira ás Republicas Argentina e do Paraguay a Colonia Militar do Iguassú e outras e deu-lhes regulamentação especial, collocando-as sob a direcção immediata e exclusiva de um director militar ;

Considerando que a Constituição da Republica dá ao Congresso, no art. 34 n. 10, attribuição privativa de resolver definitivamente sobre os limites dos Estados entre si e com o Districto Federal e os do territorio nacional com as nações limitrophes ; no n. 16 a adoptar o regimen conveniente á segurança das fronteiras, e no n. 31 a de submeter a legislação especial ao ponto do *territorio da Republica* necessario para a fundação de estabelecimentos e instituições de conveniencia federal ;

Considerando que, nos termos do regulamento expedido pelo decreto n. 4382, de 12 de novembro de 1902, as colonias militares foram instituidas para defesa das fronteiras, protecção das vias estratergicas terrestres e fluviaes, linhas telegraphicas, catechese de indios, etc., sendo os colonos obrigados ao serviço de policia interna e a defesa, no caso de ataque ás fronteiras, e que os respectivos directores, como agentes do Governo Federal, superintendendo a todo o serviço, tem competencia para reprimir as violações do regimen especial imposto ás colonias, excepto nos casos de natureza civil ou crime que não seja militar ; casos estes, *ex-vi* do disposto no art. 6º § 1º da Constituição que revogou o art. 15 § 1º do decreto n. 848, de 11 de outubro de 1890, da competencia do juiz federal cuja jurisdicção se estende até onde chega a autoridade da União ;

Considerando, finalmente, que o art. 64 da Constituição Federal, transferindo para o dominio *privado* dos Estados as terras que pertenciam até então á nação, exceptuou desse dominio a porção de terras necessarias para a defesa das fronteiras e demais estabelecimentos de conveniencia federal, bem como para estradas de ferro estratergicas, ficando as zonas occupadas nesses misteres fóra da autoridade dos Estados e sob a jurisdicção exclusiva do Governo da União, sendo certo, além disso, que nesse dominio *privado* não póde assentar o poder de tributar, uma das manifestações da soberania ;

Julga este Ministerio que não podem os Estados lancar tributos nem cobrar-os por seus agentes, nas referidas zonas, por terem sido estas excluidas da sua autoridade.

Saude e fraternidade. — Leopoldo de Bulhões.

## N. 27 — EM 24 DE MARÇO DE 1904

Pede providencias sobre o facto de ter o consul geral do Brazil, encarregado do Vice-Consulado em Assumpção, legalizado uma factura consular em data posterior á sahida da embarcação.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 24 de março de 1904.

Sr. Ministro das Relações Exteriores — Em officio n. 24, de 11 de março do anno proximo findo, o director do serviço de Estatística Commercial trouxe ao conhecimento deste Ministerio o facto, que lhe fôra communicado pelo inspector da Alfandega de Corumbá, de haver o consul geral do Brazil, E. Drollier Fasciotti, encarregado do Vice-Consulado em Assumpção, legalizado uma factura consular em data posterior á da sahida da embarcação e formulado em condições identicas um manifesto supplementar destinado a tornar possível naquella Alfandega o despacho das mercadorias a que se referia a dita factura.

Constituindo esse procedimento da autoridade consular infração do disposto nos arts. 4.ª letra a e 20 do regulamento annexo ao decreto n. 3732 de 7 de agosto de 1900 e art. 341 da Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas, rogo vos digneis providenciar no sentido de evitar-se a sua reprodução.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

## N. 28 — EM 30 DE MARÇO DE 1904

Declara que o menor Alarico, filho do 2º tenente do Exército Antonio Joaquim Valente, não tem direito a meio soldo, por não ser filho legitimado por subseqüente matrimonio.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 30 de março de 1904.

Sr. Ministro dos Negocios da Guerra — Communico-vos, para os fins convenientes, que este Ministerio, tendo presente o requerimento que lhe dirigiu João Antonio de Carvalho, tutor do menor Alarico, filho do finado 2º tenente do Exército Antonio Joaquim Valente, resolveu, por despacho de 15 do corrente, mandar expedir em favor do mesmo menor somente o titulo de monteio, porque, não sendo elle filho natural legitimado por subseqüente matrimonio de seus paes, não tem direito a meio soldo, embora tenha aquelle official, quando fez a indicação de herdeiros constantes da certidão apresentada pelo requerente, declarado ter o dito menor também direito a este beneficio.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

## N. 29 — EM 6 DE ABRIL DE 1904

Declara que a igreja de S. Joaquim deixou de fazer parte do dominio nacional por força do decreto n. 119 A, de 7 de janeiro de 1890.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 6 de abril de 1904.

Sr. Ministro da Justiça e Negocios Interiores — Accusando o recebimento do vosso aviso n. 366 de 16 do mez proximo findo, no qual, em resposta ao que vos dirigi em 29 de fevereiro ultimo, ponderaes que a igreja de S. Joaquim, tendo sido pelo antigo Ministerio do Imperio restituída ao Externato do Gymnasio Nacional, para o fim especial de restaurar-se nella o culto catholico, deixou de fazer parte do patrimonio nacional em consequencia do regimen instituido pelo decreto n. 119 A, de 7 de janeiro de 1890; communico-vos que, nesta data, providencio para que na repartição dos proprios nacionaes seja dada baixa no referido edificio, que fica á disposição do Sr. Arcebispo do Rio de Janeiro.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

---

## N. 30 — EM 7 DE ABRIL DE 1904

Declara que a circular n. 2 de 7 de janeiro ultimo não pôde ter applicação a nenhuma das disposições do regulamento para o serviço das facturas consulares.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 7 de abril de 1904.

Sr. Ministro das Relações Exteriores — Em resposta ao vosso aviso n. 13, de 22 de fevereiro findo, cabe-me declarar-vos que a circular n. 2, de 7 de janeiro ultimo, não pôde ter applicação a nenhuma das disposições do regulamento para o serviço das facturas consulares, approvado pelo decreto n. 1103 de 21 de novembro de 1903 e que revogou o de 7 de agosto de 1900; bem assim que, na disposição do art. 3º, lettra *b* daquelle novo regulamento citado em vosso aviso, já está o valor determinado em 10 libras esterlinas ou equivalente em moeda de outro typo; devendo, neste caso, ser feita a conversão, tomado por base o cambio ao par entre o respectivo paiz e a Inglaterra.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

---

## N. 31 — EM 7 DE ABRIL DE 1904

Trata da livre pratica dos paquetes inglezes até as 8 horas da noite

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 7 de abril de 1904.

Sr. Ministro das Relações Exteriores — Accuso recebido o aviso n. 17, de 29 de fevereiro ultimo, com o qual enviastes por traducção a nota da Legação britannica solicitando seja facultado aos paquetes inglezes entrados no porto do Rio de Janeiro depois do sol posto a visita de saude até as 9 horas da noite affim de ser concedida livre pratica si não se verificar molestia a bordo, evitando-se desse modo a demora que os mesmos paquetes soffrem para aguardar aquella visita no dia seguinte ao de sua chegada.

Em resposta cabe-me declarar-vos que não é da competencia deste Ministerio, mas do da Justiça e Negocios Interiores, o que diz respeito á saude publica; mas como a livre pratica não depende somente da visita da saude, mas tambem da policia subordinada áquelle Ministerio, e da Alfandega, seja-me permitido acrescentar que é inconveniente para a fiscalização aduaneira attender-se á solicitação de que se trata, conforme aliás consta dos avisos que vos dirigi em 6 de outubro e 29 de novembro do anno proximo findo sob ns. 87 e 102.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

---

## N. 32 — EM 7 DE ABRIL DE 1904

Exige a especificação e característicos de um terreno pertencente á irmandade da Cruz dos Militares, affim de ser lavrada a escriptura de compra do mesmo terreno.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 7 de abril de 1904.

Sr. Ministro da Justiça e Negocios Interiores — Para que possa ser lavrada a escriptura de compra do terreno pertencente á irmandade da Cruz dos Militares, conforme requisitastes em aviso n. 609 de 2 de março ultimo, peço vos digneis de providenciar no sentido de ser especificado o dito immovel, enviada a sua planta e descripção, de modo que possam ser mencionadas na escriptura as confrontações, dimensões, área e outros característicos e apresentados pela referida irmandade o título de propriedade do citado terreno e a prova de isenção de onus.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

---



## N. 33 — EM 8 DE ABRIL DE 1904

Declara que o Thesouro estará habilitado a effectuar na Delegacia de Londres na época marcada a indemnização de dous milhões de libras esterlinas, devida a Bolivia em virtude do tratado de Petropolis.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 8 de abril de 1904.

Sr. Ministro das Relações Exteriores — De posse do aviso n. 2, de 30 de março ultimo, no qual V. Ex., communicando estar o Governo, em virtude do art. 3º do tratado concluido em Petropolis entre o Brazil e a Republica da Bolivia em 17 de novembro de 1903, obrigado a pagar áquella Republica uma indemnização de dous milhões de libras esterlinas, em duas prestações, sendo a primeira em 1º de junho proximo futuro, pede que este Ministerio informe de que modo conta o Thesouro effectuar o referido pagamento, declaro-vos que o Thesouro estará habilitado a effectual-o na Delegacia em Londres, na época marcada.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

## N. 34 — EM 12 DE ABRIL DE 1904

Declara que podem ser entregues ao Ministerio da Justica e Negocios Interiores os terrenos da rua General Severiano ns. 1 e 3 de que necessita o Hospicio Nacional.

Sr. Ministro da Justica e Negocios Interiores — Em resposta ao vosso aviso n. 761 de 5 de março ultimo, cabe-me communicar-vos que podem ser entregues a esse Ministerio, por intermedio do zelador dos proprio nacionaes, os terrenos da rua General Severiano ns. 1 e 3, de que necessita o Hospicio Nacional e que já foram postos á vossa disposição; couvindo que providencias no sentido de ser restituída, afim de ter o competente destino, a parte dos mesmos terrenos que esse Ministerio verificar não lhe ser necessaria.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

## N. 35 — EM 14 DE ABRIL DE 1904

Trata da transferência para a Fazenda Federal de 500.000 *debentures* da Estrada de Ferro Oeste de Minas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 14 de abril de 1904.

Sr. Ministro das Relações Exteriores — De posse de vosso aviso n. 19, de 23 do mez proximo findo, tratando da apresentação pelo *Schutzvereinigten* no Consulado do Brazil em Berlim, de 500.000 *debentures* da Estrada de Ferro Oeste de Minas, rogo vos digneis autorizar por telegramma aquelle Consulado a transferir á Fazenda Federal os mesmos *debentures* que deverão trazer os *coupons* respectivos.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

## N. 36 — EM 16 DE ABRIL DE 1904

Trata da redução dos direitos cobrados de alguns artigos de produção dos Estados Unidos da America do Norte.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 16 de abril de 1904.

Sr. Ministro das Relações Exteriores — Recebi em tempo a cópia que V. Ex. me remetteu do pedido da Legação dos Estados Unidos da America do Norte, para que o Governo brasileiro tornasse effectiva a redução dos direitos aqui cobrados de alguns artigos de produção daquelle paiz.

Esses artigos eram : farinha de trigo, leite condensado, manufacturas de borracha, relógios, tintas, vernizes e vinhos, o tornaram-se objecto de conferenetas havidas entre este Ministerio, o Dr. Joaquim Francisco de Assis Brazil e o Sr. Thompson, Ministro americano.

O Governo procurou então obter do Congresso a inclusão na lei do orçamento para 1904 de um additivo que lhe facultasse a redução até 40% dos direitos sobre um ou mais artigos de produção de paizes que importam com isenção de direitos o café brasileiro.

Como sabeis, esse additivo que, acceito pela Camara dos Deputados, não foi approvado pelo Senado, facilitava a acção do Governo, uma vez que fazia depender a redução unicamente do favor dispensado ao café.

Em vez, porém, de approvar o additivo pedido pelo Governo, julgou o Congresso dever autorizai-o no art. 6º da lei n. 1144,

de 30 de dezembro de 1903, a adoptar uma tarifa differencial, reduzindo até 20 % nos direitos de importação de um ou mais artigos do produção de paizes que fizerem concessões, não já simplesmente ao café, mas também a outros generos de produção brasileira.

Ora, semelhante disposição veio collocar o Governo na impossibilidade de estender a redução aos vinhos de produção norte-americana, porque dahi pederiam resultar reclamações de paizes productores desse artigo, como a França, Portugal, Hespanha e a Italia que, em troca de redução igual á que se fizesse aos vinhos americanos, poderiam offerecer favores para outros productos brasileiros, como o assucar, fumo, etc.

E como a redução para os vinhos é, pôde-se dizer, sem importancia para os Estados Unidos da America do Norte, pensa este Ministerio que com a expedição do decreto desta data, junto por cópia, manifesta o Governo toda a sua boa vontade em manter e cada vez mais desenvolver as relações commerciaes com aquelle paiz, estabelecendo uma redução, no corrente exercicio, 20 % nos direitos de importação para consumo da farinha de trigo, leite condensado, manufacturas de borracha, do art. 1033 da tarifa, relógios, vernizes e tintas, dos arts. 173 e 175 da mesma tarifa excepto tintas, para escrever, excepção esta estabelecida porque a isenção acarretaria graves prejuizos aos fabricantes nacionaes, e porque o pedido apresentado a este Ministerio por intermedio do Dr. Assis Brazil visou, quanto a esse artigo, as tintas preparadas a oleo e semelhantes e as de desenho.

Convem ponderar a V. Ex. que a redução é feita tão somente sobre os direitos de importação para consumo, excluidas as taxas de armazenagem, capatazias, etc., que serão integralmente cobradas.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

---

N. 37 — EM 20 DE ABRIL DE 1904

Trata do não reconhecimento da firma de um agente consular pela Alfandega do Pará, por falta de autographo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 20 de abril de 1904.

Sr. Ministro das Relações Exteriores — Em resposta ao vosso aviso n. 77, de 25 de novembro do anno proximo findo, cabe-me declarar-vos que o facto de recusar-se a Alfandega do Pará a reconhecer a firma do agente commercial do Brazil, em São Miguel, Albano de Azevedo Oliveira, e não do vice-consul nessa ilha, como consta do mesmo aviso, foi devido a não

possuir ainda aquella Repartição o respectivo autographo, que alli chegou posteriormente, enviado por intermedio do Consulado Geral em Lisboa.

Relativamente a esses autographos, cuja falta pôde acarretar prejuiz ás materiaes a terceiros, peço licença para lembrar a conveniencia de ser por esse Ministerio expedida circular aos consules, vice-consules e agentes commerciaes do Brazil, recomendando-lhes que os remottam sempre por meio de officio registrado pelo Correio, afim de evitarem-se extravios como já tem succedido, ao que informou a mencionada Alfandega.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

---

N. 38 — EM 23 DE ABRIL DE 1904

Trata da tentativa de contrabando feita pelo lanchão argentino *Injustiça*, e pela indemnização pela morte de varios empregados da Alfandega de Uruguayana.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 23 de abril de 1904.

Sr. Ministro das Relações Exteriores — Conforme consta dos papeis enviados a este Ministerio com o officio do delegado fiscal do Thesouro Federal no Estado do Rio Grande do Sul, n. 55, de 16 de março do anno proximo findo, o lanchão argentino *Injustiça*, tendo por patrão Desiderio Lopes, carregou em 26 de janeiro anterior no trapiche Oriental diversos volumes com mercadorias estrangeiras, e seguindo viagem foi perseguido por um escalor do posto fiscal de Quarahy, o qual encontrando-o á noite na foz daquella rio, ordenou-lhe que arriasse a vela e mostrasse os seus despachos.

Essa intimação foi respondida com successivas descargas de fuzilaria que produziram a morte do guarda da Alfandega de Uruguayana, Ovidio de Alcantara Ilha, do patrão do escalor Bernardino Pinto dos Santos e do marinheiro Pedro Flores, e ferimentos dos marinheiros Genesio Diniz e Pedro Fagundes.

O escalor foi reconduzido para o posto fiscal pelos marinheiros Jeronymo Antunos da Silva e Geraldino Alencastro, unicos que escaparam illesos, e o lanchão continuou sua viagem, não sendo mais encontrado quando no dia seguinte o escripturario Sebastião Martins de Carvalho desceu de Uruguayana em uma lancha da Alfandega daquella cidade, até á barra do Quarahy, para syndicar dos factos alli occorridos.

Tudo induz a erer que se tratava de mais uma tentativa de contrabando levada a effeito em circumstancias que exigem a mais severa punição para seus autores.

Assim, vol-o communicando, rogo vos digneis de providenciar no sentido de ser reclamada do Governo argentino, além da aliudida punição, uma indemnização pecuniaria para ser entregue ás familias dos empregados fiscaes que, no cumprimento de seus deveres, foram victimas de sua dedicação ao serviço do nosso paiz.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

---

N. 39 — EM 7 DE MAIO DE 1904

Declara que os objectos encontrados fluctuando no mar ou em aguas interiores da Republica devem ser entregues á repartição fiscal competente.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 7 de maio de 1904.

Sr. Ministro dos Negocios da Marinha — Peço vos digneis de providenciar no sentido de ser entregue á repartição fiscal competente, de accordo com o art. 293 da Consolidação das Leis das Alfandegas, a verga do navio de que trataes em aviso n. 370 do 16 de março ultimo, visto que, conforme se evidencia da leitura do mesmo artigo, os objectos que forem encontrados fluctuando no mar ou em quaesquer aguas interiores da Republica, e que não forem sujeitos a direitos aduaneiros, também devem ter identico destino.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

---

N. 40 — EM 19 DE MAIO DE 1904

Trata da exportação de areias monazíticas extrahidas de terrenos aforados a particulares.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 19 de maio de 1904.

Sr. Ministro das Relações Exteriores — Accuso recebido vosso aviso n. 68 de 11 de novembro do anno proximo findo, com o qual foi enviada, por cópia, a nota da Legação dos Estados Unidos da America do Norte, tratando da reclamação de John Gordon contra o facto de haver a Alfandega da Bahia prohibido a exportação de areias manazíticas por elle extrahidas de terrenos que lhe estavam aforados no municipio do Prado.

Em resposta cabe-me declarar-vos que a medida adoptada por aquella Alfandega foi determinada por este Ministerio no intuito de cohibir os abusos que se davam no dito Estado relativamente à extracção das mencionadas areias, mas soffreu logo modificação no sentido de ser permittida a exportação das areias desde que ficasse devidamente provada a sua procedencia de terrenos aforados a particulares, embora seja discutivel o direito dos foreiros de terrenos de marinha extrahirem delles taes areias.

Nestas condições já tem John Gordon exportado areias sem opposição das autoridades fiscaes da União no Estado da Bahia, e assim continuará succeder sempre que provar a procedencia das mesmas areias.

O que este Ministerio não pôde consentir é que o mesmo Gordon se embarque sem mais formalidades em portos muito distantes dos terrenos que lhe estão aforados, o que faz suspeitar de sua procedencia, tanto mais quanto é notorio ter elle feito extracção em terrenos que não lhe estão aforados.

Saude e fraternidade.— *Leopoldo de Bulhões.*

#### N. 41 — EM 23 DE MAIO DE 1904

Trata de uma reclamação da Legação britannica contra o augmento da taxa de importação do arroz de procedencia ingleza.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 23 de maio de 1904.

Sr. Ministro das Relações Exteriores — Com o vosso aviso n. 16 de 23 de fevereiro do corrente anno recebi copia da nota que, de ordem do seu Governo, vos dirigio a Legação britannica reclamando contra o augmento do imposto de importação do arroz, decretado na lei do orçamento para o exercicio vigente.

Elevando de 50% os direitos da importação do arroz não foi nem poderia ter sido intenção do Congresso onerar o commercio da Inglaterra com o Brazil e sim proteger o desenvolvimento da produção nacional. Essa verdade não é posta em duvida pelo Sr. Diniz, o qual tambem reconhece que o arroz que o Brazil annualmente recebe, pela sua barateza, soffre a concorrência do que é produzido no Brazil, de preço bastante elevado.

O Congresso tributou igualmente com a taxa de 2%, ouro, a importação do referido cereal nos Estados; mas essa deliberação obedece á necessidade de impedir que a importação com o fim de fugir ao pagamento da taxa de 1 1/2%, ouro, arrecadada para o serviço das obras do porto do Rio de Janeiro, se encaminhasse para os Estados, de onde poderia depois ser aquelle producto remetido por cabotagem para o mercado desta Capital.

Entretanto, no intuito de mostrar toda a sua boa vontade para com o commercio inglez, poderá o Governo lembrar ao Poder Legislativo a equiparação da taxa ouro cobrada nos Estados a que é arrecadada pela Alfandega do Rio de Janeiro para o serviço do porto e também a elevação a 15% da razão da Tarifa vigente em relação ao arroz, medida que, importando em uma redução de 50% do valor official actual desse producto, dará em resultado uma diminuição correspondente ao pagamento ouro por ser sobre esse valor official que se cobram presentemente as taxas de 1 1/2% e 2% acima referidas.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

---

N. 42 — EM 23 DE MAIO DE 1904

Declara com direito da monte-pio a viuva de um funcionario que enlouqueceu anteriormente á data da demissão.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 23 de maio de 1904.

Sr. Ministro da Justiça e Negocios Interiores — Communico-vos, para os devidos effeitos e em resposta ao vosso aviso n. 442 de 6 de fevereiro ultimo, que D. Bertha de Oliveira Braga, viuva do ex-almoxarife do Hospicio Nacional de Alienados Oscar Adolpho da Costa Braga, tem direito ao monte-pio que reclama, por ser applicavel ao caso o disposto no paragrapho unico do art. 17 do regulamento que baixou com o decreto n. 942 A, de 31 de outubro de 1899, á vista do art. 21 do mesmo regulamento: porquanto, conforme se verifica dos documentos enviados com o aviso a que vos referis, trata-se de um funcionario que enlouqueceu anteriormente á data de sua demissão; devendo, porém, a dita viuva pagar as contribuições em atraso.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

---

N. 43 — EM 24 DE MAIO DE 1904

Trata dos direitos cobrados pela importação das cervejas Guinness e Bass, de procedencia inglesa.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 24 de maio de 1904.

Sr. Ministro das Relações Exteriores — Na nota que vos dirigiu em 25 de fevereiro ultimo e que por copia acompanhou o vosso aviso n. 23 de 26 de abril, faz a Legação britannica con-

siderações ácerca dos direitos que presentemente pagam em nossas Alfândegas as cervejas Guinness e Bass, direitos que considera prohibitivos e que farão cessar por completo a exportação desse producto para o Brazil.

A lei n. 1141 de 30 de dezembro de 1903, orçando a receita geral da Republica para o exercicio de 1904, elevou no art. 3º § 3º de \$750 a \$200 a taxa do litro de cerveja commum em barril e de \$500 a \$500 a do litro de cerveja em garrafas.

Tomando em consideração quanto expõe a Legação britannica e attendendo á circumstancia allegada pelo Sr. Diniz de ser a cerveja Guinness considerada uma bebida medicinal, não terá o Governo duvida em levar o assumpto ao conhecimento do Congresso Nacional para que este resolva sobre a conveniencia ou de autorizar uma redução nas taxas actuaes ou de restabelecer as que eram cobradas no exercicio de 1903.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

---

#### N. 44 — EM 3 DE JUNHO DE 1904

Declara que pôde ser restituída a quantia proveniente da taxa de uma matricula que não produziu effeito na aula de musica do Instituto Nacional.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, 3 de junho de 1904.

Sr. Ministro da Justiça e Negocios Interiores—Em resposta ao vosso aviso n. 1532 de 17 de maio proximo findo, cabe-me declarar-vos, para os fins convenientes, que a D. Luiza de Carvalho pôde ser restituída a quantia de 15\$, proveniente da taxa de matricula na aula de musica do Instituto Nacional durante o anno de 1903, mediante requerimento por ella apresentado e instruido com o incluso conhecimento que acompanhou o citado aviso e no qual deverá ser lançada a certidão de não haver produzido os seus effeitos.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

---



## N. 45 — EM 4 DE JUNHO DE 1904

Declara que as mobílias de uso do Sr. Makim, que vem residir no Rio de Janeiro, devem pagar direitos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 4 de junho de 1904.

Sr. Ministro das Relações Exteriores — Respondendo ao aviso n. 14 de hoje datado, no qual, por solicitação do Ministro da Belgica, pedis a este Ministerio providencias, caso o permittam as nossas leis fiscaes, para que as mobílias de uso pertencentes ao Sr. Makim, que vem fixar residencia no Rio de Janeiro, na qualidade de director administrativo da *Société du Gaz*, possam gozar de isenção de direitos: declaro-vos que, não se tratando de nenhum dos casos comprehendidos nos §§ 5º, 6º e 7º do art. 2º das preliminares da Tarifa vigente, sente-se este Ministerio impossibilitado de attender ao pedido a que se refere o vosso citado aviso.

Saude e fraternidade.— *Leopoldo de Bulhões*.

---

## N. 46 — EM 6 DE JUNHO DE 1904

Trata do pagamento em Londres da somma de £ 1.000.000 ao Governo da Bolivia, em consequencia do Tratado de 17 de novembro de 1903.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 6 de junho de 1904.

Sr. Ministro das Relações Exteriores — Respondendo ao vosso telegramma de 4 do corrente, referente ao pagamento ao Governo da Bolivia de um milhão de libras esterlinas (£ 1.000.000), nos termos do art. 3º do Tratado de 17 de novembro de 1903, declaro-vos que em 24 de maio findo officiei aos nossos agentes financeiros em Londres Srs. N. M. Rothschild and Sons, dando-lhes conhecimento do referido tratado e da obrigação em que está o Governo brasileiro de effectuar o citado pagamento no dia 10 do corrente mez.

A vista ao vosso telegramma no qual informaes que a Legação da Bolivia em Londres está encarregada de receber a referida importancia, expedirei em 9 deste mez telegramma aos ditos agentes no sentido de ser posta á disposição do Governo boliviano a somma de £ 1.000.000.

Saude e fraternidade.— *Leopoldo de Bulhões*.

---

## N. 47 — EM 7 DE JUNHO DE 1904

Trata da restituição de direitos de quatro caixas contendo livros destinados às escolas italianas no Estado do Paraná.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 7 de junho de 1904.

Sr. Ministro das Relações Exteriores — Relativamente ao assumpto de vossos avisos n. 29, de 31 de agosto de 1903 e n. 4, de 21 de março ultimo, cabe-me declarar que a importancia a ser restituída ao Consulado da Italia no Paraná é de 61\$500 correspondente aos direitos de consumo das quatro caixas contendo livros destinados às escolas italianas naquella Estado e não a de 177\$738 como suppõe a Legação do referido paiz ; por isso que a isenção concedida ás caixas em questão aponas comprehendia os direitos de consumo e de expediente e estes ultimos não foram pagos, segundo informou a Alfandega de Paranaguá em officio encaminhado com o da Delegacia Fiscal n. 14, de 2 de dezembro do dito anno de 1903.

Outrosim, cabe-me declarar-vos que, segundo informa a mesma Alfandega, a restituição de que se trata ainda não foi effectuada por não ter sido reclamada directamente aquella Repartição pelo consul da Italia.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

## N. 48 — EM 7 DE JUNHO DE 1904

Trata das notas da Legação franceza reclamando para os productos da sua nação compensações aduaneiras identicas ás que o decreto n. 5192, de 16 de abril deste anno, concedeu aos Estados Unidos da America do Norte.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 7 de junho de 1904.

Sr. Ministro das Relações Exteriores — Com o vosso aviso n. 34, de 24 de maio findo, recebi, por cópia, as notas que em 4 daquella mez e em 22 de abril anterior vos dirigiu a Legação da Republica Franceza, reclamando para os productos de sua nação compensações aduaneiras identicas ás que o decreto n. 5192, de 16 de abril deste anno, concedeu aos Estados Unidos da America do Norte.

Ao Sr. Trubert affigura-se que a não concessão de identicas vantagens ás mercadorias francezas seria contraria ao espirito

do *modus vivendi* estabelecido em 1900, em virtude do qual essas mercadorias gosam, ao entrar no Brazil, das taxas minimas da tarifa das Alfandegas.

Devo ponderar-vos que esse convenio assentou no dispositivo do art. 2º n. 5 da lei n. 640, de 14 de novembro de 1899, pelo qual foi o Governo autorizado a adoptar uma tarifa differencial para um ou mais generos de produccão estrangeira quando tratados como procedentes do nação mais favorecida e vice-versa, combinado com os arts. 2º e 3º da lei n. 651 de 22 de novembro que estabeleceu o systema de tarifa maxima e minima, sendo a minima a então vigente com as alterações feitas nessa lei e a maxima a do duplo dos direitos fixados naquella.

Essas disposições deram posteriormente origem ao art. 53 da tarifa mandada executar pelo decreto n. 3617, de 19 de março de 1900.

Na exposição que precede ao relatorio que, sobre os negocios concernentes á pasta da Fazenda, apresentou ao Chefe da Nação em 1899, pagina 21, disse o então Ministro Dr. Joaquim Murtinho, tratando do café e referindo-se ao systema de tarifas com taxas maximas e minimas, nesse tempo em estudo na Camara dos Deputados:

« E' de esperar que o Congresso accete a idéa fundamental desses trabalhos e o Governo com prudencia, mas com firmeza, resolução e tenacidade, ha de procurar obter a facilidade da circulação no exterior para o nosso importante producto. »

A idéa predominante era, pois, a redução das fortes taxas que em alguns paizes, como a França, neutralizam o offeito que o baixo preço no mercado productor poderia exercer sobre o alargamento do consumo nesses paizes.

Jamais, segundo resulta dos antecedentes da questão, se cogitou de redução de taxas de nossa tarifa e sim de aggravação dellas, caso os paizes estrangeiros não quizessem annuir á redução das que eram cobradas sobre os productos brasileiros.

Foi com esse intuito que se estabeleceu entre a nossa Chancellaria e a Legação franceza a troca das actas de 3 de dezembro de 1899 a 31 de julho de 1900, nas quaes insistia o Governo brasileiro pela redução de 30 % nos direitos do café importado em França, redução concedida unicamente na razão de 20 francos por 100 kilos.

O Brazil não contrahiu o compromisso de reduzir os direitos dos productos importados da França. Obrigando-se tão somente a manter a *taxa minima da tarifa de então e ainda hoje em vigor* em troca daquella redução 20 francos concedida pela França.

E' o que consta das notas de 15 a 19 de maio de 1900 trocadas entre a Chancellaria brasileira e a Legação franceza e que figuram no relatorio desse anno do Ministerio a meu cargo (pags. 187 — 190).

A taxa mais reduzida no minimo a que alludem essas notas, é a que ainda perdura em nossa tarifa e com a qual se conformou a Legação franceza como compensação unica do abati-

mento que o seu Governo nos havia concedido, segundo consta das suas Notas de 26 de junho e 19 de julho de 1900 (citado Relatório pags. 191—193 e 195 a 198).

Não pôde, portanto, a França invocar esse accordo para o fim de obter tratamento igual ao que, baseado na disposição do art. 1º da lei n. 1144, de 30 de dezembro de 1903, concedeu o Governo aos Estados Unidos da America do Norte, pois que recebe isento de direitos o nosso café, fundamento para o tratamento especial que obteve, emquanto a França o recebe com pesados onus, a despeito mesmo da redução que nos concedeu.

Julgo ter demonstrado sufficientemente que o recente decreto n. 5192, de 16 de abril do corrente anno, em nada contraria o espirito do *modus vivendi* celebrado com o Governo francez.

Saude e fraternidade.—*Leopoldo de Bulhões.*

#### N. 49 — EM 7 DE JUNHO DE 1904

Declara ser da exclusiva competência do Ministerio da Fazenda a concessão de licença de direitos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 7 de junho de 1904.

Sr. Ministro da Industria, Viacão e Obras Publicas — De posse do vosso aviso n. 71, de 19 de mez proximo findo, cabe-me declarar-vos que, competindo a este Ministerio resolver sobre os pedidos de isenção de direitos, deve a Companhia Novo Lloyd Brasileiro, para obter a de que tratam os papeis enviados com aquelle aviso, apresentar ao Thesouro o requerimento acompanhado da relação em duplicata do material a ser despachado e do certificado do respectivo engenheiro fiscal.

Saude e fraternidade.—*Leopoldo de Bulhões.*

#### N. 50 — EM 11 DE JUNHO DE 1904

Trata da restituição do imposto de transporte cobrado da passagem de um marinheiro repatriado.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 11 de junho de 1904.

Sr. Ministro das Relações Exteriores — Em resposta ao vosso aviso n. 10, de 28 de março de 1903, cabe-me declarar-vos, para os fins convenientes, que este Ministerio resolveu auto-

rizar o delegado fiscal em Pernambuco a mandar restituir, á vista da circular n. 58, de 21 de setembro de 1900, a importancia do imposto de transporte cobrado da passagem do marinheiro da barca norueguesa *Hebe*, até Alson, quando foi repatriado, depois de ter estado em tratamento no hospital « Pedro II », naquella Estado; não podendo, outro tanto, fazer em relação aos tripulantes do navio *Natant*, que tendo soffrido avarias, foi condemnado e vendido em hasta publica, por não poderem esses marinheiros ser considerados nas condições dos naufragos e dos recolhidos aos hospitaes.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

---

N. 51 — EM 30 DE JUNHO DE 1904

Trata da exportação, como de origem portugueza, de vinhos produzidos na Hespanha.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 30 de junho de 1904.

Sr. Ministro das Relações Exteriores — Em resposta ao aviso n. 18, de 8 de março ultimo, em que pedistes fosse esse Ministerio habilitado a responder á nota da Legação de Portugal solicitando se tornem effectivas, contra o abuso de serem exportados como de origem portugueza vinhos produzidos na Hespanha, as disposições da convenção de Madrid de 14 de abril de 1891; cabe-me declarar-vos que a apprehensão de mercadorias exportadas com falsa declaração de procedencia será effectuada na forma do art. 2º do protocollo mandado executar pelo decreto n. 2380, de 20 de novembro de 1896, á requisição quer do Ministerio Publico, quer da parte interessada, de conformidade com a legislação interna do paiz e consequentemente a prohibição da entrada de tais mercadorias, que é medida destinada a substituir a apprehensão, só poderá tambem ser effectuada mediante aquella diligencia.

Quanto ao vinho importado no vapor *Cordoba*, entrado neste porto em 19 de novembro do anno passado e ao qual se refere a Legação de Portugal, informa o inspector da Alfandega ter sido declarado nas respectivas facturas consulares, no manifesto e conhecimentos como de origem portugueza e nestas condições não lhe era licito pôr em duvida a procedencia do mesmo vinho, uma vez que lhe falta competencia para exigir além daquelles documentos a prova de origem de que trata o art. 25 do regulamento annexo ao decreto n. 1103, de 21 de novembro citado.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

---

## N. 52 — EM 30 DE JUNHO DE 1904

Trata de redução de 20 % nos direitos de importação para consumo de alguns productos de procedencia norte-americana.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 30 de junho de 1904.

Sr. Ministro das Relações Exteriores — Tenho a honra de accusar o recebimento do aviso n. 38 de 10 do corrente mez, com o qual me enviastes por cópia a nota que em 24 de maio anterior vos dirigiu o Sr. Thompson, ministro dos Estados Unidos da America do Norte, reclamando contra o modo como está sendo executado nas nossas Alfandegas, na parte referente á importação de farinha de trigo, o decreto n. 5192, de 16 de abril proximo findo, que determinou a redução de 20 % nos direitos de importação para consumo de alguns productos de procedencia daquella nação.

Refere o Sr. Thompson que apenas uma parte das concessões accordadas sobre farinhas, isto é, 20%, foi tornada effectiva, não tendo sido applicados os 20% additionaes (cerca de 13% liquidos) que diz ter este Ministerio prometido conceder por occasião da conferencia tida com o Sr. Thompson, em 5 de janeiro.

Na ausencia dos elementos que serviram de base ao estudo do Sr. Thompson, sinto-me embaraçado para verificar a exactidão da differença apontadae sobre esse ponto muito agradavel me seria receber alguns esclarecimentos.

Entretanto, tendo em vista as informações que verbalmente prestou-me a respeito do assumpto o Dr. Domicio da Gama, vosso secretario, penso que o Sr. Thompson, quando falla em 20 % additionaes, refere-se á taxa de 20 % que a tarifa das Alfandegas concede á farinha de trigo importada em barricas.

O Dr. Domicio observou que a falta de cumprimento do decreto n. 5192 citado estava dando-se na Alfandega de Pernambuco. Pedi pois informações a essa repartição e tambem á Alfandega da Bahia e foi a demora em recebê-las a causa principal da minha demora em responder ao vosso aviso de 10 deste mez.

Ambas essas Alfandegas declaram nos telegrammas juntos por copia que deixam de despachar a farinha em barricas a peso liquido legal, isto é, deduzindo do peso bruto a tara de 20 %, para fazer o do peso liquido real na conformidade do art. 25 das disposições preliminares da tarifa que permite ao conferente assim proceder quando, como em relação ás farinhas embarcadas, a tara legal é lesiva á Fazenda Publica.

O inspector da Alfandega da Bahia affirma que nunca recebeu reclamações dos importadores sobre o seu modo de applicar a tarifa e que uma barrica de farinha despachada a peso

liquido real pesa 88 kilos e a peso liquido legal 78,5, havendo uma differença de 9,5 kilos contra a Fazenda.

Com esses dados chega-se ao seguinte calculo:

Peso bruto, kilos . . . . .	98.125
20% de tara . . . . .	19.625
Differença. . . . .	78,5 sobre

os quaes são cobrados os direitos.

Mas está verificado que o peso liquido real da farinha contida em uma barrica é de 88 kilos ou mais 9,5 do que o liquido legal, os quaes são levados á conta do peso da barrica quando realmente esse peso é de 10 kilos pouco mais ou menos.

O modo de proceder das Alfandegas citadas que é também o seguido na desta Capital dá em resultado cobrarem-se os direitos precisamente da quantidade da farinha importada e é sobre a importancia desses direitos que se opera a redução de 20% fixada no decreto de 19 de abril.

Tal modo do proceder é adoptado em relação á farinha em barricas de qualquer procedencia e não se poderia estabelecer para as farinhas norte-americanas o despacho invariavelmente a peso liquido legal sem que o Congresso expressamente o autorizasse. E quando tal procedimento não dependesse dessa autorização, não poderia deixar de ser adoptado em relação ás farinhas importadas de outros paizes, como por exemplo da Austria e da Republica Argentina, visto tratar-se no caso da applicação de uma disposição de caracter geral da tarifa e então deixaria a differença de aproveitar exclusivamente aos Estados Unidos, acarretando consideravel prejuizo ao Thesouro Federal.

Saude e fraternidade.—*Leopoldo de Bulhões.*

#### N. 53 — EM 6 DE JULHO DE 1904

Providencia sobre o recolhimento da quantia de 3:192\$604 indevidamente entregue pela Recebedoria do Rio de Janeiro, em virtude de precatória do Juiz da 3ª Pretoria.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 6 de julho de 1904.

Sr. Ministro da Justiça e Negocios Interiores — Transmittindo-vos a inclusa cópia do officio do director da Recebedoria do Rio de Janeiro, n. 22 de 27 de junho findo, peço vos dignéis de providenciar no sentido de ser restituída aos cofres publicos a importancia de 3:192\$604, que, segundo consta do mesmo officio, foi indevidamente entregue em virtude de precatória do Juiz da 3ª Pretoria.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

## N. 54 -- EM 8 DE JULHO DE 1904

Declara que pôde ser transferido para a Contadoria da Marinha o credito consignado ao pagamento do pessoal e não quanto ao pagamento do material da verba — Obras — cujos fornecedores devem receber no Thesouro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 8 de julho de 1904.

Sr. Ministro dos Negocios da Marinha — Em resposta ao aviso n. 911, de 3 de junho proximo findo, em que pedis providencias no sentido de ser transferida para a Contadoria desse Ministerio a quantia de 25:000\$ consignada na verba — Obras — do vigente orçamento para as despesas com o pessoal e material que deve ser empregado na conclusão da muralha do Arsenal de Marinha, contigua ao morro de S. Bento, cabe-me declarar-vos, para os fins convenientes, que, á vista do disposto no art. 27, letra a, da lei n. 1115, de 31 de dezembro do anno proximo passado, só pôde ser attendido o vosso pedido quanto ao pagamento do pessoal e não quanto ao do material, cujos fornecedores devem receber no Thesouro as respectivas importancias.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

## N. 55 -- EM 25 DE JULHO DE 1904

Declara que o documento expedido ás embarcações de cabotagem na forma do art. 225 do regulamento anexo ao decreto n. 3929, de 20 de fevereiro de 1901, está sujeito ao sello de \$300 por meia folha de papel, ou do dobro conforme as dimensões.

Ministerio dos Negocios da Fazenda -- Rio de Janeiro, 25 de julho de 1904.

Sr. Ministro dos Negocios da Marinha — Em resposta ao vosso aviso n. 491, de 30 de março ultimo, cabe-me declarar-vos que o documento expedido ás embarcações de cabotagem na forma do art. 225 do regulamento anexo ao decreto n. 3929, de 20 de fevereiro de 1901, não constituindo uma licença mas simples cópia ou traslado de matricula lavrada e um livro proprio, está sujeito ao sello fixo de \$300, por meia folha de papel escripta ou do dobro conforme as dimensões do papel.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*



N. 56 -- EM 28 DE JULHO DE 1904

Providencia para que seja detido o armamento importado pelos revolucionarios da Republica Oriental do Uruguay.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 28 de julho de 1904.

Sr. Ministro das Relações Exteriores — Accusando recebido o aviso n. 6, de 25 do corrente, em que trouxestes ao conhecimento deste Ministerio a communicação feita pelo ministro da Republica Oriental do Uruguay de estar prestes a chegar do Rio Grande o vapor *Hillon* procedente da Europa trazendo metralhadoras, armas e munições para os revolucionarios daquella Republica; cabe-me communicar-vos que, por telegrammas desta data, expedidos ás Alfandegas do Rio Grande, Uruguayana e Livramento e ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, providenciei no sentido de ser detido o dito material, caso seja na primeira dessas Alfandegas submittido a despacho regular ou apprehendido caso seja encontrado em qualquer ponto das zonas de jurisdicção das mesmas repartições.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

---

N. 57 -- EM 3 DE AGOSTO DE 1904

Declara que, para serem despachados livres de direitos varios objectos de expediente do Consulado allemão em S. Paulo, é necessaria uma lista detalhada de taes objectos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 3 de agosto de 1904.

Sr. Ministro das Relações Exteriores — De posse de vosso aviso n. 21 de 15 de julho proximo findo, em que requisitae sejam despachados livres de direitos, na Alfandega de Santos, um caixão contendo objectos de expediente e um relógio, vindos de Hamburgo no vapor *Bahia* com destino ao Consulado allemão em S. Paulo, cabe-me communicar-vos, para os devidos effeitos, que se torna necessario, afim de que seja ordenado o alludido despacho, providenciei no sentido de ser remettida a este Ministerio uma lista detalhada dos objectos a que se refere o mesmo aviso.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

---

## N. 58 — EM 5 DE AGOSTO DE 1904

Devem ser escriptas em lingua vernacula as relações para isenção de direitos de artigos importados, para seu expediente, pelos Consulados estrangeiros.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1904.

Sr. Ministro das Relações Exteriores — Communicando-vos ter este Ministerio, em satisfação ao pedido constante do vosso aviso n. 20 de 25 de julho ultimo, autorizado a Delegacia Fiscal do Thesouro Federal do Rio Grande do Sul a permittir o despacho, livre de direitos, dos objectos de expediente destinados ao Consulado allemão naquello Estado; cabo-me lembrar-vos a conveniencia de serem escriptas em lingua vernacula as relações do material para o qual foi solicitada isenção de direitos.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

---

## N. 59 — EM 11 DE AGOSTO DE 1904

Declara que não pôde ser relevada a multa imposta á firma Blum & Comp. p la importação de rotulos com dizeres em lingua estrangeira.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1904.

Sr. Ministro das Relações Exteriores — Em resposta ao vosso aviso n. 49, de 30 de junho ultimo, cabe-me declarar-vos que não pôde ser attendida a solicitação da Legação da Allemanha no sentido de ser relevada a multa de 1:000\$ imposta pela Alfândega do Rio de Janeiro a Blum & Comp. ou entregues aos mesmos os rotulos com dizeres em lingua estrangeira por elles importados e apprehendidos pela dita Alfândega, por isso que os rotulos em questão foram destruidos de conformidade com o disposto no art. 12 do decreto n. 2742, de 17 de dezembro de 1897, e a importancia da multa já foi adjudicada a quem de direito, visto haver passado em julgado para todos os effeitos a decisão deste Ministerio de 29 de fevereiro do corrente anno, negando provimento ao recurso interposto pela referida firma do acto que lhe impuzera a mencionada pena.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

---

## N. 60 — EM 11 DE AGOSTO DE 1904

Declara que a restituição de direitos de objectos encontrados em uma bagagem deve ser requerida ao inspector da Alfandega com recurso para o Thesouro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1904.

Sr. Ministro das Relações Exteriores — Em resposta ao vosso aviso n. 23, de 28 do mez proximo findo, encaminhando copia da nota da Legação da Belgica relativa ao pedido do Sr. Mahion, director administrativo da Companhia do Gaz, no sentido de obter restituição da quantia de 75\$500 que lhe foi cobrada pela Alfandega do Rio de Janeiro a titulo de direitos de objectos existentes em volumes de sua bagagem, cabe-me declarar-vos que, tratando-se de assumpto de jurisdicção da Inspectoria da mesma Alfandega, perante ella deve o interessado fazer a sua reclamação, vindo depois em gráo de recurso a este Ministerio, na forma da legislação em vigor.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

## N. 61 — EM 17 DE AGOSTO DE 1904

Declara não haver inconveniente em aceitar-se como sufficiente para justificar a procedencia de mercadorias em transito o documento expedido pelo administrador do posto aduaneiro estabelecido pelo Governo da Bolivia em Santa Clara no rio Abunã.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1904.

Sr. Ministro das Relações Exteriores — Em resposta ao vosso aviso n. 56, de 20 do mez proximo findo, cabe-me declarar-vos que não ha inconveniente em serem aceitos pelas Alfandegas do Pará e do Amazonas como sufficientemente justificativos da procedencia das mercadorias em transito, os documentos expedidos pelo administrador do posto aduaneiro estabelecido pelo Governo da Bolivia, em Santa Clara no rio Abunã, na mesma conformidade dos emanados da Alfandega de Villa Bella, a que fica immediatamente subordinado aquelle posto; devendo, porém, taes documentos ser visados no posto fiscal brasileiro installado na foz do mencionado rio e não, como pretende a Legação

boliviana, na nota que por copia acompanhou o dito aviso em Tautonio e Santo Antonio, onde aliás não existem Mesas de Rendas nem agentes fiscaes.

Neste sentido expediu este Ministerio as necessarias ordens ás Delegacias Fiscaes nos Estados do Pará e Amazonas.

Saude e fraternidade.— *Leopoldo de Bulhões.*

---

#### N. 62 — EM 24 DE AGOSTO DE 1904

Declara que as despesas geraes de administração na Europa e representação no Brazil da *Compagnie Chemins de Fer Bresiliens* não podem ser effectuadas por meio de deducção da renda da Estrada de Ferro do Paraná.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1904.

Sr. Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas — Communico-vos para os fins convenientes e em resposta ao vosso aviso n. 2110 de 8 do corrente mez, que o pagamento á *Compagnie Generale de Chemins de Fer Bresiliens*, da importancia de 135:000\$000, proveniente de suas despesas geraes da administração na Europa e de representação no Brazil em quanto administrou por ordem do Governo a Estrada de Ferro do Paraná, não pôde ser effectuado por meio de deducção da renda desta estrada, conforme solicitaes, visto ser contrario aos preceitos da contabilidade publica, podendo esse Ministerio promover a abertura do credito para isso necessario, si o entender conveniente.

Saude e fraternidade.—*Leopoldo de Bulhões.*

---

#### N. 63 — EM 3 DE SETEMBRO DE 1904

Declara não ser regular que o titulo de dominio e a prova de isenção de onus de um terreno doado á União pelo Dr. Arnolpho de Azevedo fossem apresentados somente no acto de assignar-se a respectiva escriptura.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1904.

Sr. Ministro dos Negocios da Guerra — Communico-vos, para os fins convenientes, que os papeis enviados por esse Ministerio e referentes á doação feita pelo Dr. Arnolpho de Azevedo, de um

terreno de sua propriedade para construção de um quartel destinado á força do Exército, não acompanhou, conforme declaraos em aviso n. 530 de 16 do corrente mez, a avaliação desse terreno, afim de se saber si cabe no caso a insinuação legal e si a escriptura tem de ser lavrada em notas de tabelião.

Communico-vos, outrossim, que não é regular que o titulo de dominio e a prova de isenção de onus sejam exhibidos sómente no acto de assignar-se a escriptura respectiva.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

---

#### N. 64 — EM 12 DE SETEMBRO DE 1904

Communica a multa imposta ao consul geral do Brazil no Havre pelo facto de não se acharem devidamente localisados os manifestos do vapor inglez *Hubert*, em destino ao porto do Ceara.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1904.

Sr. Ministro das Relações Exteriores — Communico-vos, para, os fins convenientes, que este Ministerio, ao qual foi prosecteo com o officio da Delegacia Fiscal do Estado do Ceará, n. 33, do 29 de julho ultimo, o manifesto do vapor inglez *Hubert*, legalisad pelo consul geral do Brazil no Havre, J. Vieira da Silva, em 27 de fevereiro do corrente anno, resolveu, por despacho do 2º do mez proximo findo, impor ao mesmo consul a multa de 50\$, minimo do art. 358 da Consolidação das Leis das Alfândegas e Mesas de Rendas, pelo facto de não se acharem devidamente discriminados naquelle documento o peso e o contendo de cada volume, conforme exige o art. 341, n. 5, da citada Consolidação.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

---

#### N. 65 — EM 15 DE SETEMBRO DE 1904

Trata da entrega ao consul do Uruguay em Uruguayana do material bellico apprehendido pela Alandega da mesma cidade e destinado aos revolucionarios orientaes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1904.

Sr. Ministro das Relações Exteriores — Accusando recebido vosso aviso n. 7, de 7 de setembro corrente, cabe-mo informar-vos que, á vista do telegramma que no dia 6 me dirigistes de

Petropolis, nessa mesma data recommendei ao inspector da Alfandega de Uruguayana, Estado do Rio Grande do Sul, que não oppuzesse impedimento algum e, ao contrario, empregasse a maior diligencia no sentido de ser promptamente entregue ao consul do Uruguay D. Agostinho Bugallo e embarcado no vapor *Satellite* o material bellico alli apprehendido e destinado aos revolucionarios orientaes.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

---

N. 66 — EM 20 DE SETEMBRO DE 1904

Trata do transito de mercaderia com destino á Republica do Perú pelo rio Amazonas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1904.

Sr. Ministro das Relações Exteriores — Com relação ao vosso aviso n. 81 de 15 do corrente mez, em que trouxestes ao conhecimento deste Ministerio ter o Sr. Presidente da Republica resolvido restabelecer, sem limitação alguma, a liberdade do transito de mercadorias com destino ao Perú pelo Amazonas brasileiro, cabe-me communicar-vos que nesta data expeço ordem telegraphica ás Delegacias Fiscaes nos Estados do Amazonas e Pará para o cumprimento da referida resolução.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

---

N. 67 — EM 27 DE SETEMBRO DE 1904

Autoriza o despacho livre de direitos do material destinado ao concerto da galera allemã *Saxanna*.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1904.

Sr. Ministro das Relações Exteriores — Em resposta ao vosso aviso n. 78, de 13 do corrente, cabe-me declarar-vos que este Ministerio, attendendo á solicitação do encarregado de negocios da Alemanha, já autorizou o despacho livre de direitos do material destinado ao concerto da galera *Saxanna* e ao qual se refere a nota da Legação allemã enviada por copia com aquelle aviso, tendo sido expedida em 14 tambem do corrente a Alfandega desta cidade a competente ordem sob n. 410.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

---

## N. 68 — EM 27 DE SETEMBRO DE 1904

Declara que o Ministro da Fazenda tem competencia para resolver sobre o pedido feito pelo marechal reformado do Exercito Augusto Cesar da Silva no sentido de ser admittido ao montepio creado pelo decreto n. 695 de 28 de agosto de 1890.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1904.

Sr. Ministro dos Negocios da Guerra — Communico-vos, para os fins convenientes, que, á vista do disposto no § 1º do art. 30 do decreto n. 695 de 28 de agosto de 1890, tem este Ministerio competencia para resolver sobre o pedido feito pelo marechal reformado do Exercito Augusto Cesar da Silva atim de ser admittido ao montepio creado pelo citado decreto, como consta dos papeis que acompanharam o aviso n. 158 de 28 de fevereiro de 1902 o que incluso vos restituo.

Saude e fraternidade, — *Leopoldo de Bulhões.*

## N. 69 — EM 27 DE SETEMBRO DE 1904

Considera como contrabando as mercadorias introduzidas no territorio nacional, pelo porto de Cariman, na Colonia Militar da Foz do Iguassú e procedentes da Republica Argentina e do Paraguay.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1904.

Sr. Ministro dos Negocios da Guerra — Constando dos papeis transmittidos com o vosso aviso n. 509 de 6 de agosto proximo findo, que a firma Barthe Hermanos, ou Domingos Barthe de Posadas, tem introduzido no territorio nacional, pelo porto de Cariman, na Colonia Militar da Foz do Iguassú, sem pagamento de direitos de importação, mercadorias procedentes da Republica Argentina e do Paraguay e que o ex-director da mesma Colonia, tenente-coronel João de Figueiredo Rocha, tendo conhecimento desse commercio lesivo aos interesses da União, resolveu consideral-o como contrabando e apprehender as mercadorias, vehiculos e animaes pertencentes á dita firma; peço vos digneis de providenciar, com urgencia, para que o actual director não só conserve apprehendidas as mercadorias, vehiculos e animaes de que se trata, até que a Mesa de Rendas, alli creada por decretos ns. 1299 e 5183, de 30 de julho e 9 de agosto ultimos, seja installada e processado legalmente pelo respectivo administrador o contrabando, mas tambem continue a impedir esse commercio, fazendo a apprehensão das mercadorias e prendendo os contrabandistas.

Saude e fraternidade, — *Leopoldo de Bulhões.*

## N. 70 — EM 29 DE SETEMBRO DE 1904

Declara que o trapiche *Saude* entra no regimen dos trapiches alfandegados sob a administração da Comissão Fiscal das Obras do Porto.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1904.

Sr. Ministro da Industria, Vição e Obras Publicas — Attendendo á requisição constante do vosso aviso n. 649, de 24 do corrente, acabo de communicar ao inspector da Alfandega desta Capital que o trapiche « Saude » entra, a partir de hoje, no regimen dos trapiches alfandegados sob a administração da 3ª divisão da Comissão Fiscal das Obras do Porto, de accordo com o art. 1.º, n. 2, do regulamento approved pelo decreto n. 5031 de 10 de novembro de 1903 e jurisdição da dita Alfandega.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

## N. 71 — EM 30 DE SETEMBRO DE 1904

Declara que o inspector da Alfandega do Pará tem competencia para conceder a isenção de direitos de consumo e de expediente aos objectos importados pelo consal allemão para seu primeiro estabelecimento naquella. E tudo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1904.

Sr. Ministro das Relações Exteriores — Em resposta ao vosso aviso n. 80, de 15 do corrente, referente ao despacho livre de direitos dos objectos importados pelo Dr. Alshansen, consal allemão no Pará, para seu primeiro estabelecimento, cabe-me declarar-vos que, tratando-se do funcionario de carreira diplomatica, tem o inspector da Alfandega daquelle Estado competencia para conceder a isenção dos direitos de consumo e de expediente dos mesmos objectos, mediante requerimento do interessado; e neste sentido foi feita a respectiva Delegacia fiscal a necessaria communicação.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*



## N. 72 — EM 30 DE SETEMBRO DE 1904

Declara que não pôde ser considerada prescripta a divida de 28:440\$ de que é credor, em virtude de contracto, o Estado do Rio de Janeiro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1904.

Sr. Ministro dos Negocios da Guerra — Prestando a informação que solicitaes em aviso n. 403, de 23 de junho proximo findo, a respeito do pagamento reclamado pela Companhia Cantareira e Viação Fluminense, na importancia de 28:440\$000, proveniente de abastecimento de agua a diversos estabelecimentos militares, no periodo decorrido de 1894<sup>a</sup> a 1903, como consta dos papeis que vieram juntos ao mesmo aviso e que incluso vos restituo; cabe-me declarar-vos, para os devidos fins, que a reclamante tem direito ao mencionado pagamento, visto que, conforme se verifica do contracto celebrado entre ella e o Estado do Rio de Janeiro, sendo este verdadeiro credor, não pôde a divida incorrer em prescrição.

Saude e fraternidade.— *Leopoldo de Bulhões.*

## N. 73 — EM 11 DE OUTUBRO DE 1904

Trata de uma reclamação da firma Dannemann & Comp., estabelecida na cidade de S. Felix, Estado da Bahia, contra o facto de estarem Dias & Costa, de Lisboa, expondo á venda como de fabricação do reclamante charutos fabricados na Europa.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 11 de outubro de 1905.

Sr. Ministro das Relações Exteriores — Em requerimento apresentado a este Ministerio em agosto ultimo, reclamou a firma Dannemann & Comp., estabelecida com fabrica de charutos na cidade de S. Felix, Estado da Bahia, contra o facto de estarem Dias & Costa, de Lisboa, expondo á venda como de fabricação dos requerentes charutos fabricados na Europa, usando para illudir os consumidores do nome pelo qual o producto brasileiro é conhecido no mercado e de imitação da cinta neste empregada e que é o sello do imposto de consumo cobrado em nosso paiz.

Enviando-vos o requerimento de Dannemann & Comp., rogo vos digneis providenciar no sentido de uma intervenção diplomatica junto ao Governo de Portugal affin de fazer cessar a imitação do referido sello, que pôde acarretar prejuizo á Fazenda Nacional.

Saude e fraternidade.— *Leopoldo de Bulhões.*

## N. 74 — EM 22 DE OUTUBRO DE 1904

Autoriza o despacho livre de direitos de consumo dos productos de Portugal, importados com destino á exposição que o Real Centro Portuguez pretende estabelecer em Santos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 22 de outubro de 1904.

Sr. Ministro das Relações Exteriores — Communico-vos, para os fins convenientes, que este Ministerio, attendendo ao pedido feito em vosso aviso n. 89, de 5 do corrente, resolveu autorizar a Alfandega de Santos a permittir o despacho livre de direitos de consumo dos productos de Portugal, importados com destino á exposição que o Real Centro Portuguez pretende estabelecer naquella cidade, devendo, porém, a mesma Alfandega exigir termo de responsabilidade, na forma do art. 2º, § 27, das disposições preliminares da Tarifa, marcando um prazo que poderá ser razoavelmente prorogado.

Saude e fraternidade.— *Leopoldo de Bulhões.*

---

## N. 75 — EM 28 DE OUTUBRO DE 1904

Declara que as mercadorias importadas do Perú, taes como chapéus, gozam de isenção de direitos, pagando sómente as taxas de armazenagem e capatazias.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1904.

Sr. Ministro das Relações Exteriores — Em resposta ao vosso aviso n. 82, de 16 do mez proximo findo, cabe-me declarar-vos que, segundo informou a Delegacia Fiscal no Estado do Pará, em telegramma de 14 do corrente, as mercadorias importadas do Perú, taes como chapéus, gozam de isenção de direitos, só tendo pago á Alfandega daquelle Estado as taxas de armazenagem e capatazias, sem transgressão, portanto, do Tratado mandado executar pelo decreto n. 2269, de 30 de abril de 1896, bem assim que o Estado e o município nada cobram das mesmas mercadorias.

Saude e fraternidade.— *Leopoldo de Bulhões.*

---

## N. 76 — EM 28 DE OUTUBRO DE 1904

Declara extinto o alfandegamento do trapiche « Frias », concedido á Companhia União dos Trapiches, e manda entrar o mesmo trapiche no regimen dos alfandegados sob a administração da Comissão Fiscal das Obras do Porto do Rio de Janeiro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1904.

Sr. Ministro da Industria, Viacão e Obras Publicas — Comunico-vos, para os fins convenientes, que, satisfazendo a requisição constante do vosso aviso n. 565, de 11 do corrente, officiou este Ministerio á Alfandega do Rio de Janeiro, declarando que fica extinto, nos termos da ultima parte do art. 203 da Consolidação das Leis das Alfandegas, o alfandegamento do trapiche « Frias », concedido á Companhia União dos Trapiches o que, a partir desta data, entra o mesmo no regimen dos trapiches alfandegados sob a administração da Comissão Fiscal das Obras do Porto do Rio de Janeiro e jurisdição daquella Alfandega, de accordo com o art. 1.º n. 2 do regulamento approved pelo decreto n. 5031 de 10 de novembro de 1903.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

---

## N. 77 — EM 9 DE NOVEMBRO DE 1904

Trata da isenção de direitos sobre os chapéus e outros productos do Perú.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 9 de novembro de 1904.

Sr. Ministro das Relações Exteriores — Em solução aos telegrammas de 24 e 28 de outubro ultimo, em que solicitaes informações que vos habilitem a responder á nota da Legação peruana, pedindo ordens telegraphicas para que no Estado do Pará não se cobrem direitos sobre chapéus de palha importados de Iquitos, visto estarem os productos peruanos isentos de todos e quaesquer direitos, nos termos do art. 14 do Tratado celebrado com aquella Republica em 10 de outubro de 1891, cabe-me remetter-vos a inclusa copia do telegramma que me dirigiu a respeito a Delegacia Fiscal no Pará, declarando terem o Thezouro do Estado e a Recebedoria informado oficialmente não ser cobrado imposto algum, quer estadual, quer municipal, sobre chapéus e outros productos do Perú.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

---

## N. 78 — EM 10 DE NOVEMBRO DE 1904

Declara que o porto de Antonina, no Estado do Paraná, está habilitado na conformidade do art. 136 da Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1904.

Sr. Ministro das Relações Exteriores — Tendo a Associação Commercial do Rio de Janeiro representado a este Ministerio, em officio de 11 do mez proximo findo, sobre o facto, que lhe foi communicado por importante firma commercial de Curityba, de negar-se o Consulado do Brazil em Nova-York a visar os documentos relativos á carga vinda em vapores directos daquelle porto para o de Antonina, rogo vos digneis providenciar no sentido de cessar esse procedimento da parte daquelle Consulado, por isso que o referido porto de Antonina está habilitado, na conformidade do art. 136 da Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

---

## N. 79 — EM 11 DE NOVEMBRO DE 1904

Providencia para que gose de livre franquia a correspondencia postal e telegraphica entre o superintendente da Ferro via Sorocabana e o Ministerio da Fazenda.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1904.

Sr. Ministro da Industria, Vição e Obras Publicas — Attendendo á solicitação feita pelo superintendente da Estrada de Ferro Sorocabana em officio n. 6, de 24 de setembro ultimo, rogo vos digneis providenciar para que gose de livre franquia a correspondencia postal e telegraphica do mesmo superintendente para este Ministerio.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

---

## N. 80 — EM 13 DE NOVEMBRO DE 1904

Permitte que uma lancha vinda da Europa com destino a Iquitos seja armada no Pará, independente do pagamento dos direitos aduaneiros, seguindo depois seu destino mediante cautelas fiscaes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1904.

Sr. Ministro das Relações Exteriores — Em resposta ao aviso n. 101, de 7 de corrente, com que transmittistes a este Ministerio a nota da Legação do Pará, solicitando permissão para que o material de uma lancha vinda da Europa com destino a Iquitos desembarque em Belem, independente de pagamento de direitos aduaneiros, além de ser allí armada, cabe-me declarar-vos que o pedido de que se trata poderá ser attendido, mediante caução dos direitos, fiança ou termo de responsabilidade em que o proprietario daquella embarcação se obrigou a fazê-la seguir a seu destino logo que esteja concluida.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

## N. 81 — EM 16 DE NOVEMBRO DE 1904

Declara que a restituição da taxa de matricula deve ser pedida á Recebedoria do Rio de Janeiro, onde foi paga a mesma taxa.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1904.

Sr. Ministro da Justiça e Negocios Interiores — Em resposta ao aviso n. 2457 de 11 de agosto proximo findo, em que solicitastes providencias no sentido de ser restituída a Noé de Souza Abalo a taxa de matricula para as aulas de violino e canto choral do extincto curso nocturno do Instituto Nacional de Musica, cabe-me declarar-vos, para os precisos fins, que essa restituição deve ser requerida directamente á Recebedoria do Rio de Janeiro pelo interessado, que deverá instruir o seu requerimento com o conhecimento enviado com o citado aviso e ora devolvido.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

## N. 82 — EM 8 DE DEZEMBRO DE 1904

Declara que os despertadores não gozam do abatimento de 20 % concedido pelo decreto n. 5192, de 16 de abril deste anno, salvo o caso de terem machinismos proprios de relógios.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 1904.

Sr. Ministro das Relações Exteriores — Do posse de vosso aviso n. 106, de 12 de novembro ultimo, com que transmittistes a nota em que a Legação americana reclama contra o acto da Alfandega do Rio de Janeiro, retendo grande quantidade de despertadores americanos sob o fundamento de não estarem elle comprehendidos entre as mercadorias que gozam do abatimento de 20 % concedido pelo decreto n. 5192, de 16 de abril do corrente anno, cabe-me declarar-vos que, conforme decisão desta Ministerio sobre consulta da Alfandega do Pará, estão os despertadores excluidos de tal concessão, salvo o caso de marcarem horas e terem, por consequente, o machinismo proprio de relógios.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

## N. 83 — EM 13 DE DEZEMBRO DE 1904

Declara que lamente, com autorização legislativa pôde ser feita a impressão gratuita, na Imprensa Nacional, de diversas publicações do Instituto de Protecção e Assistência á Infancia.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1904.

Sr. Ministro da Justiça e Negocios Interiores — Acusando recebido o aviso n. 1657 de 19 do mez proximo findo, com o qual transmittistes o requerimento do Dr. Joaquim Nogueira Paranaguá pedindo a impressão gratuita na Imprensa Nacional de diversas publicações do Instituto de Protecção e Assistência á Infancia do Rio de Janeiro, cabe-me declarar-vos, para os fins convenientes, que só mediante autorização legislativa pôde ser feita a alludida impressão, nos termos em que foi pedida.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

## N. 84 — EM 19 DE DEZEMBRO DE 1904

Trata da isenção de imposto reclamada pela Legação da Alemanha para os officiaes mandados ao Brazil pelo Governo allemão.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1904.

Sr. Ministro das Relações Exteriores — Accuso recebido vosso aviso n. 29, de 11 de outubro ultimo, enviando por traducção a nota em que a Legação da Alemanha pede que, a exemplo do que se den na Prussia, em relação ao imposto sobre o rendimento, com o capitão-tenente Felinto Perry, commissionado pelo nosso Governo para fiscalizar a execução de varios trabalhos encomendados a fabricas allemãs, sejam isentos de qualquer imposto os officiaes allemães para aqui mandados no mesmo caracter pelo seu Governo, bem assim seja extensiva ao Corpo Consular a isenção do imposto de partida, da qual gosam os agentes diplomaticos.

Em resposta cabe-me declarar-vos que este Ministerio entende haver sido bem resolvida pela Legação do Brazil em Berlim a questão de reciprocidade quanto a isenção do imposto sobre a renda; quanto aos addidos militares e navaes que não fazem parte do Corpo Diplomatico, não lhes aproveitando, por isso, os dispositivos dos arts. 2º, §§ 5º a 8º e 5º das disposições preliminares da Tarifa, não lhes póde o Governo conceder outros favores além dos expressos nos §§ 11 a 17 do citado art. 2º, communs a todos os passageiros e que aliás são maiores que os dispensados pelo Governo allemão áquelles addidos, ao que se infere do documento que acompanhou a mencionada nota.

Em relação ao imposto de partida de que trata a Legação allemã e que parece ser o de transporte, regulado pelo decreto n. 2791, de 11 de janeiro de 1898, cabe-me declarar-vos que só o Congresso poderá tornar extensiva ao Corpo Consular, assim como aos addidos militares e navaes ou quaosquer outros commissarios estrangeiros, a isenção do mesmo imposto concedida ao Corpo Diplomatico pelo art. 6º da lei n. 640, de 14 de novembro de 1899.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

## N. 85 — EM 26 DE DEZEMBRO DE 1904

Declara que os funcionarios sujeitos a prestação de fiança só devem tomar posse dos respectivos cargos depois de approvadas as fianças pelo Ministerio da Fazenda e julgadas pelo Tribunal de Contas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1904.

Sr. Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas — Tendo o delegado fiscal no Estado de S. Paulo, conforme communicou ao Thesouro em officio n. 71, de 27 de fevereiro ultimo, officiado á Administração dos Correios naquelle Estado declarando-lhe que os funcionarios sujeitos a prestação de fiança só deviam tomar posse dos respectivos cargos depois de serem as suas fianças approvadas por este Ministerio e julgadas pelo Tribunal de Contas, peço, a bem dos interesses da Fazenda Federal, vos dignéis providenciar no sentido do ser adoptada a providencia de que se trata.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

---

## N. 86 — EM 26 DE DEZEMBRO DE 1904

Exige inspecção de saude por uma Junta de tres medicos para a aposentadoria de um empregado.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1904.

Sr. Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas — Devolvendo-vos os inclusos papeis referentes á aposentadoria do telegraphista de 1.ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos Guilherme Gomes da Costa e que acompanharam vosso aviso n. 791, de 15 de outubro findo, cabe-me declarar-vos que, para ser expedido o titulo de inactividade do referido empregado, torna-se necessario não só que elle seja submettido a nova inspecção de saude por uma Junta composta de tres medicos designados pela autoridade competente e expedido outro decreto de aposentadoria, si for julgado invalido, visto não poder ser acceto o attestado medico que veio annexo aos ditos papeis; mas tambem que na certidão de seu tempo de serviço se faça expressa menção da data em que tiver execução o mesmo decreto.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

---



## N. 87 — EM 26 DE DEZEMBRO DE 1904

Declara que a reclamação dos agentes das Companhias austro-hungaras *Lloyd e Adria*, sob o patrocínio da respectiva Legação contra a Alfandega de Santos, escapa á esphera da acção diplomatica.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1904.

Sr. Ministro das Relações Exteriores — Accuso recebido vosso aviso n. 102, de 10 do mez proximo passado, tratando da reclamação feita pela Agencia das Companhias austro-hungaras *Lloyd e Adria*, sob o patrocínio da respectiva Legação, relativamente ao facto de não ter sido tomado em consideração por este Ministerio, por motivo de perempção, o recurso interposto pelos agentes do vapor *Ezeget* do acto do inspector da Alfandega de Santos, que impoz ao commandante do mesmo vapor a multa de direitos em dobro pela falta de 71 despertadores verificada em uma caixa descarregada naquelle porto em outubro de 1902.

Em resposta cabe-me declarar-vos que, tendo a data de 9 de janeiro de 1903 o acto recorrido e a de 4 de março do mesmo anno a petição inicial do referido recurso, verificou-se effectivamente a perempção, de accordo com o art. 659 da Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas, e que, si os reclamantes possuem documentos que provem o contrario do que foi resolvido pelo Thesouro, incumbia-lhes apresentar ao Thesouro esses documentos, pedindo reconsideração do acto impugnado e não a dirigir-se a este Ministerio por intermedio da Legação austro-hungara, porque o assumpto escapa á esphera de acção diplomatica.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões*.

## N. 88 — EM 31 DE DEZEMBRO DE 1904

Declara que, não estando ainda fixados os limites do territorio do Iguaçu, os generos de producção da zona da colonia militar daquelle nome não estão sujeitos ao imposto estadual de exportação.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1904.

Sr. Ministro dos Negocios da Guerra — De posse de vosso aviso n. 728, de 19 de novembro proximo findo, cabe-me declarar-vos que, não estando fixados os limites do territorio do

Iguassu, os generos de produccão da zona da colonia militar da-  
quelle nome não estão sujeitos ao imposto estadual de exportação,  
conforme ficou estipulado na clausula 2ª do accordo celebrado  
entre este Ministerio e o Governo do Paraná em 15 de outubro  
ultimo, para arrecadação do dito imposto pela Mesa de Rendas  
da Foz do Iguassu, mas deverão pagar, sob o mesmo titulo, as  
taxas de exportação fixadas pelas leis do referido Estado, em  
beneficio dos cofres da União.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

---



## ADDITAMENTO

# MINISTERIO DA FAZENDA

N. 1 — EM 7 DE JANEIRO DE 1904

Declara aos Srs. Chefes das Repartições aduaneiras que sendo a Tarifa calculada ao cambio de 12 d. por 1\$, deve ser o valor official das amostras e encomendas convertido ao cambio de 27 d.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1904.

No intuito de evitar duvidas no cumprimento da circular deste Ministerio, n. 56, de 20 de outubro de 1902, declaro aos Srs. Chefes das Repartições aduaneiras, para os devidos effeitos, que sendo a Tarifa calculada ao cambio de 12 d. por 1\$, deve ser o valor official das amostras e encomendas convertido ao cambio de 27 d., affin de poder ser comparado com o valor de 50\$, ouro, de que trata o art. 3º, letras *b* e *c* do regulamento anexo ao decreto n. 3732, de 7 de agosto de 1900. — *Leopoldo de Bulhões*.

---

N. 2 — EM 7 DE JANEIRO DE 1904

Recommenda aos Srs. Delegados Fiscaes do Thesouro Federal nos Estados que prestem as necessarias informações a respeito do facto de dar-se nas Alfandegas a *corôa*, moeda austriaca, a equivalencia do *marco* allemão.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1904.

Tendo o Ministerio das Relações Exteriores submettido á consideração deste, com o aviso n. 27, de 26 de novembro findo, a representação da Legação da Austria-Hungria sobre o facto de dar-se nas Alfandegas brasileiras a *corôa*, moeda austriaca, a equivalencia do *marco* allemão, recomendo aos Srs. delegados fiscaes do Thesouro Federal nos Estados que prestem a respeito as necessarias informações. — *Leopoldo de Bulhões*.

---

## N. 3 --- EM 14 DE JANEIRO DE 1904

Declara que não se achando ainda regulamentado o art. 64 da Constituição Federal, o Governo da União entende pertencerem ao patrimonio desta os proprios nacionaes a que se refere o paragrapho unico daquelle artigo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1904.

Sr. Governador do Estado do Amazonas — De posse do vosso officio n. 2 de 17 de junho do anno proximo findo, respondendo ao deste Ministerio n. 15 de 6 do mez anterior, cabe-me declarar-vos que, não se achando ainda regulamentado o art. 64 da Constituição Federal, o Governo da União tem entendido que ainda pertencem ao patrimonio desta os proprios nacionaes a que se refere o paragrapho unico daquelle artigo, interpretação esta suffragada pelo Poder Legislativo, que somente por actos expressos tem feito aos Estados cessão dos mesmos proprios.

Quanto aos terrenos de marinha, aos reservados para servidão publica nas margens dos rios navegaveis e de que se fazem navegaveis aos acrescimos natural ou artificialmente, é inconteste o dominio da União sobre elles, e essa intelligencia até hoje dada ao assumpto só poderá ceder á lei ou a julgado do Supremo Tribunal Federal em contrario.

Para melhor esclarecimento junto vos envio copia das razões do voto opposto pelo Sr. Presidente da Republica á resolução ltrada pelo Congresso Nacional em 1896 no intuito de regulamentar o citado art. 64 da Constituição.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

## N. 4 --- EM 19 DE JANEIRO DE 1904

Declara que, existindo accordo entre as Companhias de Navegação no sentido de poderem os passageiros de 1ª classe interromper a viagem, o imposto de tran porte só devera ser cobrado quando não constar o pagamento do mesmo imposto no primeiro porto de embarque.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 19 de Janeiro de 1904.

Existindo entre as Companhias *Royal Mail Steam Packet, Pacific Steam Navigation e Messageries Maritimes* accordo no sentido de poderem os passageiros de 1ª classe interromper a viagem,

desembarcando nos portos de escala que escolherem e tomando paquetes subsequentes de qualquer das tres mencionadas companhias, até finalizarem a viagem, declaro aos Srs. Chefes das Repartições subordinadas a este Ministerio, para seu conhecimento e afim de evitar a duplicidade de pagamento do imposto de que trata o decreto n. 2791, de 11 de janeiro de 1898, contra a qual reclamou o superintendente da primeira das mesmas companhias, C. J. Casaly, que o imposto em questão só deverá ser cobrado das passagens em taes condições quando dellas não constar o respectivo pagamento no primeiro porto de embarque.— *Leopoldo de Bulhões.*

---

N. 5 — EM 19 DE JANEIRO DE 1904

Dá instrucções acerca das licenças concedidas a particulares para a venda de estampilhas do sello adhesivo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1904.

Attendendo ao que expoz o director das Rendas Publicas do Thesouro Federal em representação de 6 de novembro ultimo, declaro aos Srs. chefes das Repartições subordinadas a este Ministerio, para seu conhecimento e devidos effeitos, que as licenças concedidas a particulares, na forma dos arts. 26, 27 e 28 do Regulamento annexo ao decreto n. 3564, de 22 de janeiro de 1900, para venda de estampilhas do sello adhesivo, ficam de ora em diante sujeitas ás seguintes regras:

1ª, os particulares licenciados terão um livro, rubricado e authenticado pela estação fiscal competente, destinado ao registro do movimento diario das estampilhas, o que deverão apresentar á Repartição todas as vezes que houverem de comprar estampilhas;

2ª, a venda de estampilhas por particulares será fiscalizada pelos Agentes Fiscaes dos impostos de consumo e empregados da Fazenda, no proprio estabelecimento dos licenciados;

3ª, considerar-se-ha renunciada a licença, desde que o negociante deixar de adquirir sellos por espaço de seis mezes;

4ª, a licença será cassada sempre que o interesse da administração publica o exigir;

5ª, na informação que prestar sobre o pedido de licença para venda de estampilhas, a Repartição arrecadadora attenderá não só á idoneidade do requerente, como também á conveniencia da concessão, tendo em vista o numero de casas licenciadas na proximidade do estabelecimento do pretendente, as condições da negocio e o movimento commercial da localidade.

Outrosim, declaro aos ditos Srs. chefes haver este Ministerio resolvido incumbir a venda das referidas estampilhas, de accordo com o art. 24 do regulamento citado, ás agencias do Correio e dos Telegraphos; sendo o supprimento feito pela Recebedoria ás agencias da Capital Federal, pela Casa da Moeda, por ordem do Thesouro, ás do Estado do Rio de Janeiro, e pelas Delegacias Fiscaes ás dos demais Estados, e a renda arrecadada recolhida á Recebedoria pelas agencias da Capital Federal, ao Thesouro pelas do Estado do Rio de Janeiro e ás Delegacias Fiscaes pelas dos demais Estados. — *Leopoldo de Bulhões.*

---

#### N. 6 — EM 27 DE JANEIRO DE 1904

Recommenda aos Srs. delegados fiscaes do Thesouro Federal nos Estados que não se limitem a encaminhar ao Thesouro os processos de nacionalisação de embarcações, mas que os examinem e informem positivamente sobre o merecimento dos pedidos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1904.

Occorrendo com frequencia limitarem-se os Srs. delegados fiscaes do Thesouro Federal nos Estados a encaminhar a este Ministerio os processos referentes a pedidos de titulos definitivos de nacionalisação de embarcações sem entrar na apreciação de taes processos, declaro aos mesmos Srs. delegados fiscaes, para os devidos effeitos, que lhes incumbe não só examinar todos os documentos apresentados pelos peticionarios, como tambem informar sobre o merecimento dos pedidos, em face das disposições legais reguladoras do caso. — *Leopoldo de Bulhões.*

---

#### N. 7 — EM 27 DE JANEIRO DE 1904

Fixa em 20:000\$ a fiança do pagador da Delegacia Fiscal do Pará

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1904.

Em additamento á circular n. 42, de 28 de setembro do anno proximo findo, declaro aos Srs. chefes das Repartições subordinadas a este Ministerio, para seu conhecimento e devidos fins, que fica fixada em 20:000\$ a fiança do pagador da Delegacia Fiscal no Estado do Pará. — *Leopoldo de Bulhões.*



## N. 8 — EM 5 DE FEVEREIRO DE 1904

Declara que o doce de banana, preparado pela dessecção da fructa e applicação de pequena camada de assucar, não está sujeito ao imposto de consumo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 1904.

Na conformidade do que foi resolvido sobre o objecto do officio do director da Recobedoria do Rio de Janeiro, n. 132, de 17 de setembro do anno proximo findo, declaro aos Srs. chefes das Repartições arrecadoras, para os devidos fins, que o doce de banana preparado por Luiz Angelo Rogazzi pela dessecção da fructa, e applicação de pequena camada de assucar, não está sujeito ao imposto de consumo, de accordo com a decisão constante da circular da Directoria das Rendas Publicas, n. 11, de 30 de agosto de 1900. — *Leopoldo de Bulhões.*

---

## N. 9 — EM 5 DE FEVEREIRO DE 1904.

Autoriza o despacho na Alfandega do Rio de Janeiro de sete volumes contendo herva-matte, vindos de Matto Grosso pelo vapor francez *Atlantique*, procedente de Buenos-Ayres, sendo depois apresentados os documentos confirmando a procedencia do producto.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 1904.

Attendendo ao que solicitou o Dr. José Americo dos Santos, em nome da commissão incumbida de reunir os productos destinados á Exposição Universal de S. Luiz, autorizo-vos a permittir que sejam despachados nessa Alfandega sete volumes contendo herva-matte, expedidos de Porto Murtinho, Matto Grosso, pela Companhia Matte Laranjeira e chegados pelo paquete francez *Atlantique*, procedente de Buenos-Ayres, devendo ser apresentados, posteriormente, pelo referido commissario, os documentos da Alfandega ou Mesa de Rendas de Matto Grosso, ou os attestados do consul brasileiro em Buenos-Ayres, confirmando a procedencia daquelle producto. — *Leopoldo de Bulhões.*

Sr. Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro.

---

## N. 10 — EM 9 DE FEVEREIRO DE 1904

Resolve que a sellagem dos *stocks* das bebidas, cuja taxa de consumo foi augmentada pela lei de 30 de dezembro de 1903, seja completada por meio de estampilhas do dito imposto.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1904.

Tendo resolvido, em attenção ao que representou a Directoria das Rendas Publicas do Thesouro Federal, que a sellagem dos *stocks* das bebidas, cuja taxa do imposto de consumo foi augmentada pela lei n. 1144, de 30 de dezembro de 1903, seja completada não por meio de cintas, mas de estampilhas daquelle imposto, as quaes deverão ser colladas, na menor quantidade possivel, ao gargalo das garrafas ou no logar competente dos outros volumes, assim o communico aos Srs. chefes das Repartições subordinadas a este Ministerio, recommendando-lhes solicitem as estampilhas que se fizerem necessarias para esse fim.—*Leopoldo de Bulhões.*

---

## N. 11 — EM 9 DE FEVEREIRO DE 1904

Declara que as bebidas nacionaes denominadas—refresco de gengibre ou, vulgarmente, gengibirra—e aguardente do Reino—estão sujeitas ao imposto de consumo, por serem assemelháveis, a primeira aos refrescos gazosos e a ultima aos cognacs e rhums.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1904.

Na conformidade do que foi resolvido sobre a consulta feita em officios ns. 80 e 81, de maio do anno proximo findo, pelo inspector fiscal dos impostos de consumo Julio de Araujo Rodrigues, em commissão no Estado do Paraná, declaro aos Srs. delegados fiscaes do Thesouro Federal, para seu conhecimento e devidos effeitos, que as bebidas de fabricação nacional denominadas—refresco de gengibre, ou, vulgarmente, gengibirra—e aguardente do Reino—estão sujeitas ao imposto de consumo, por serem assemelháveis, conforme o resultado do exame a que nas respectivas amostras procedeu o Laboratorio Nacional de Analyses, a primeira aos refrescos gazosos de que

trata a ordem da Directoria das Rendas Publicas n. 51, expedida a Recebedoria do Rio de Janeiro em 5 de junho de 1897, e a outra, quer vendida em garrafas quer em barris, aos cognaes e rhums, comprehendidos no art. 12, § 2º, do Regulamento anexo ao decreto n. 3622, de 26 de março de 1900.—*Leopoldo de Bulhões.*

---

N. 12 — EM 12 DE FEVEREIRO DE 1904

Recommenda aos Srs. delegados fiscaes do Thesouro Federal nos Estados providenciem no sentido de serem liquidados os termos de responsabilidade relativos a isenções de direitos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1904.

Recommendo aos Srs. delegados fiscaes do Thesouro Federal nos Estados providenciem no sentido de serem liquidados todos os termos de responsabilidade com o prazo vencido, relativos a isenções de direitos concedidas até 31 de dezembro do anno proximo findo.—*Leopoldo de Bulhões.*

---

N. 13 — EM 25 DE FEVEREIRO DE 1904

Declara que não compete á Recebedoria exercer fiscalização a respeito do pagamento de laudemios devidos á Prefeitura.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1904.

Sr. Prefeito do Districto Federal — Em resposta ao vosso officio n. 933, de 23 de setembro do anno proximo findo, tratando do facto de ter sido cobrado pela Recebedoria o imposto de transmissão de propriedade de um predio á rua Marechal Floriano Peixoto, sem que precedesse o pagamento de laudemio e quitação dada pela Directoria Geral da Fazenda Municipal, communico-vos, para os fins convenientes, que não compete á Recebedoria exercer fiscalização a respeito do pagamento de laudemios devidos a essa Prefeitura e, segundo informa o respectivo director, não existe praxe nesse sentido, como foi declarado em vosso officio.

Saude e fraternidade.— *Leopoldo de Bulhões.*

---

## N. 14 — EM 26 DE FEVEREIRO DE 1904

Declara que o sal moido, refinado ou beneficiado, quer nacional, quer estrangeiro, está isento do imposto de consumo; e marca prazo para sellagem dos *stocks* das bebidas cujas taxas foram augmentadas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1904.

Na conformidade do que foi resolvido sobre a consulta feita pela Delegacia Fiscal em S. Paulo, em telegramma de 8 de janeiro proximo findo, declaro aos Srs. delegados fiscaes nos Estados, para os devidos effectos, que, á vista do disposto no art. 1.º, n. 44, da lei n. 1144, de 30 de dezembro de 1903, o sal moido, refinado ou beneficiado, quer nacional, quer estrangeiro, está isento do imposto de consumo, e recommendo-lhes mandem publicar editaes fixando o prazo de 60 dias, para, dentro desse prazo, serem sellados pelos commerciantes os *stocks* das bebidas cujas taxas de consumo foram augmentadas pelo n. 42 do mesmo artigo, ficando para esse fim permittida a venda das respectivas estampilhas, em qualquer quantidade, quer para as bebidas nacionaes, quer para as estrangeiras.—*Leopoldo de Bulhões*.

---

## N. 15 — EM 29 DE FEVEREIRO DE 1904

Declara que a igreja S. Joaquim está arrolada entre os proprios nacionaes como parte integrante que é do edificio em que funciona o Externato do Gymnasio Nacional.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 29 de fevereiro de 1904.

Sr. Prefeito do Districto Federal — Attendendo ao que representou o zelador dos proprios nacionaes, relativamente á noticia de pretender essa Prefeitura demolir a igreja de S. Joaquim, com o fim de prolongar a Avenida Passos, entrando, para isso, em accordo com o Arcebispado do Rio de Janeiro, declaro-vos, no intuito de acautelar os interesses da União, que aquella igreja está arrolada entre os proprios nacionaes, como parte integrante que é do edificio em que funciona o Externato do Gymnasio Nacional, a cargo do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores.

Saude o treatado.— *Leopoldo de Bulhões*.

---

## N. 16 — EM 29 DE FEVEREIRO DE 1904

Declara que o augmento de taxas do imposto de consumo de bebidas consignado na lei n. 1144, de 30 de dezembro do anno proximo passado, attinge tanto as bebidas nacionaes como as estrangeiras.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 29 de fevereiro de 1904.

Sr. Dr. Antonio Olyntho, commissario do Governo Federal na Exposição de S. Luiz — Em resposta aos vossos telegrammas expedidos do Recife em 18 e 23 de janeiro findo, communico-vos, para os fins convenientes, que o augmento de taxas do imposto de consumo de bebidas consignado na lei n. 1144, de 30 de dezembro do anno findo, attinge tanto as bebidas nacionaes como as estrangeiras e só ao Congresso cabe decidir do modo contrario.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

## N. 17 — EM 29 DE FEVEREIRO DE 1904

Resolve que a disposição do art. 3º, § 1º, da lei n. 1144, de 30 de dezembro de 1903, revogando o disposto no art. 2º, § 3º, das Preliminares da Tarifa seja observada indistinctamente em relação a todos os importadores, até a organização dos syndicatos agricolas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 29 de fevereiro de 1904.

Declaro aos Srs. chefes das Repartições aduaneiras, para os devidos effeitos, que este Ministerio, tendo em vista a consulta feita pela Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas do Estado de S. Paulo, em officio n. 48, de 30 de janeiro proximo findo, attendendo a que o art. 3º, § 1º, da lei n. 1144, de 30 de dezembro de 1903, revogando o disposto no art. 2º, § 3º, das Preliminares da Tarifa para tributar apenas com o imposto de 5% *ad valorem* os adubos chimicos quando importados por syndicatos agricolas, teve por intuito restringir o favor da isenção de direitos concedido a das necessarias garantias, mas que não é justo que, pelo facto de não se haverem ainda orga-

nizado taes syndicatos, fique a lavoura privada do beneficio decorrente do dispositivo da citada lei n. 1144, resolveu que o mesmo seja observado indistinctamente em relação a todos os importadores, até a organização dos ditos syndicatos.— *Leopoldo de Bulhões.*

---

N. 18 — EM 29 DE FEVEREIRO DE 1904

Trata da organização do *Assentamento* dos empregados de fazenda, creado pelo art. 1º, § 14, do decreto n. 1178, de 16 do mez findo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 29 do fevereiro de 1904.

Sendo da maior urgencia a organização do *Assentamento* creado pelo art. 1º, § 14, do decreto legislativo n. 1178, de 16 do mez proximo findo, recommendo aos Srs. chefes das Repartições de Fazenda que dentro do prazo de 30 dias, contados da data do recebimento desta circular, remetam á Directoria do Expediente do Thesouro Federal uma relação, pelos mesmos assignada, dos empregados das Repartições a seu cargo, contendo, em referencia a cada um, além do nome, idade, estado e categoria, a historia completa e detalhada de sua carreira, como : nomeações (com declaração do dia da posse e do começo do exercicio), demissões, aposentadorias, comissões extraordinarias, temporarias e permanentes, licenças e suspensões (com declaração do dia em que principiaram e em que terminaram), elogios e censuras, e tudo mais que disser respeito ao seu tirocinio na carreira da Fazenda.

Dessa relação tambem deverão constar quaesquer trabalhos importantes executados pelos empregados, os serviços, relevantes ou não, de natureza federal, estadual ou municipal, por elles prestados e o mais que possa interessar á sua vida publica.

Outrosim recommendo aos ditos Srs. chefes que deem immediato conhecimento áquella Directoria de todas as alterações que forem occorrendo em relação ao pessoal das Repartições a seu cargo, devendo ser feitas por telegramma as communicações de obitos, licenças e ausencia prolongada, como aliás foi exigido pelas circulares ns. 7, de 23 de janeiro de 1890 e 4, de 15 de janeiro de 1892.—*Leopoldo de Bulhões.*

---

## N. 19 — EM 8 DE MARÇO DE 1904

Declara que o preço sobre o qual deve ser calculado o imposto de consumo do fumo desfiado, picado ou migado é o do fumo vendido a granel, não se levando em conta o valor da embalagem.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 8 de março de 1904.

Sr. Dr. Secretario da Associação Commercial do Rio de Janeiro — Em solução á consulta da Associação Commercial de Pelotas, encaminhada com o vosso officio de 10 de novembro do anno proximo findo, communico-vos que o preço sobre o qual deve ser calculado o imposto de consumo do fumo desfiado, picado ou migado, de que trata a mesma consulta, é o do fumo vendido a granel, não se comprehendendo, pois, o augmento de valor proveniente da embalagem e do accrescimento do imposto correspondente á quantidade da mercadoria.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

---

## N. 20 — EM 8 DE MARÇO DE 1904

Declara não poder cumprir uma precatoria por não ser acompanhada do mandado para sequestro e por não declarar quaes os bens que devem ser sequestrados.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 8 de março de 1904.

Sr. Dr. Godofredo Xavier da Cunha, Juiz Federal no Districto da Capital — Communico-vos, para os fins convenientes, que este Ministerio deixa de cumprir a vossa carta precatoria de 26 do janeiro ultimo, não só porque ella não veio acompanhada de mandado para o sequestro de que trata, como tambem porque não declara sobre que bens deve recahir o mesmo sequestro.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

---

## N. 21 — EM 10 DE MARÇO DE 1904

Recommenda aos Srs. inspectores das Alfandegas que de ora em diante cobrem em papel a totalidade do producto da arrematação de mercadorias sujeitas a consumo, dando disso previo conhecimento ao publico.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 10 de março de 1904.

Reconhecendo a conveniencia de reformar-se a pratica adoptada pelas Alfandegas de cobrarem em ouro uma parte do producto da arrematação nos leilões de mercadorias sujeitas a consumo, recommendo aos Srs. chefes das mesmas Repartições que de agora em diante cobrem em papel a totalidade daquelle producto, dando disso previo conhecimento ao publico, não só por meio de editaes affixados ás portas da Repartição, como tambem por declaração expressa do continuo em cada leilão.— *Leopoldo de Bulhões.*

---

## N. 22 — EM 15 DE MARÇO DE 1904

Fixa a intelligencia do art. 9º e outros do regulamento para o serviço das facturas consulares.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 15 de março de 1904.

Sr. Consul do Brazil em Marselha — Em solução ao vosso officio n. 8, de 25 de janeiro ultimo, tratando da intelligencia do art. 9º e outros do regulamento para o serviço das facturas consulares pelo decreto n.1103, de 21 de novembro de 1903, communico-vos para os fins convenientes, que:

1.º Nos termos do art. 13, lettra *d*, do mesmo regulamento, porto de embarque das mercadorias é aquelle em que ellas forem effectivamente embarcadas com destino ao Brazil e é assim que se deve entender o art. 9º;

2.º Porto de expedição das mercadorias é aquelle de onde, por via terrestre, se fizer a exportação de paizes limitrophes para o Brazil, de accordo com o art. 6º do dito regulamento;

3.º Como póde acontecer que do interior de qualquer praça de paiz estrangeiro se faça por via terrestre até o porto de embarque, de outro ou do mesmo paiz, a exportação de mercadorias, a factura deve ser expedida pelo Consulado do paiz do origem, conforme o disposto na lettra *n* do referido art. 13.

Saude e fraternidade.— *Leopoldo de Bulhões.*

---



## N. 23 — EM 15 DE MARÇO DE 1904

Manda intentar a competente acção para que os membros do conselho fiscal da Caixa Economica de Pernambuco indemnisem a Fazenda Nacional juntamente com o ex-thesoureiro Manoel Antonio Gonçalves do desfalque dado por este na importancia de 928:987\$668.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 15 de março de 1904.

Sr. Procurador em Pernambuco — Recommendo-vos providencias no sentido de ser intentada a acção necessaria para que os membros do conselho fiscal da Caixa Economica e Monte de Socorro desse Estado indemnisem a Fazenda Nacional juntamente com o ex-thesoureiro da referida Caixa Economica e Monte de Socorro, Manoel Antonio Gonçalves, do desfalque por este dado nos cofres publicos na importancia de 928:987\$668 em que foi fixado pelo Tribunal de Contas, conforme consta de officio do Sr. Presidente. n. 56 de 19 de fevereiro ultimo, visto que, tendo o dito conselho permittido que aquelle ex-funcionario exercesse o seu cargo sem a prestação da competente fiança, tornou-se, *ipso facto*, civilmente responsavel pelo desfalque em questão.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

---

## N. 24 — EM 31 DE MARÇO DE 1904

Declara que as procurações attinentes ao processo de eleições estaduais, gosam tambem de isenção do sello federal.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 31 de março de 1904.

Sr. Juiz de Direito da Comarca de S. Paulo de Muriaé, Estado de Minas Geraes — Em solução á consulta constante do vosso officio n. 15 de 11 do corrente, communico-vos que as procurações attinentes ao processo de eleições estadoaes gosam tambem da isenção do sello federal de que trata o art. 15 n. 17 do Regulamento annexo ao decreto n. 3564 de 22 de janeiro de 1900.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

---

## N. 25 — EM 7 DE ABRIL DE 1904

Declara que não corre a Fazenda Federal o dever de pagar a Municipalidade os laudemios de um terreno transferido pela Empresa Industrial de Melhoramentos no Brazil e bem assim os foros vencidos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 7 de abril de 1904.

Sr. Prefeito do Districto Federal — Com relação ao pagamento não só dos laudemios pela transferencia feita pela Empresa Industrial de Melhoramentos no Brazil á Fazenda Federal de terrenos foreiros á Municipalidade, como também dos foros vencidos, assumpto de que trataes em officio n. 40, de 13 de fevereiro ultimo, cabe-me declarar-vos, para os devidos effeitos, que competindo o pagamento de laudemios aos vendedores e não sendo a Fazenda parte na transacção mencionada na escriptura de 29 de agosto de 1903, como se verifica da clausula 9ª, não corre á mesma Fazenda o dever de effectuar esse pagamento, salvo si isto fosse expressamente declarado na escriptura, o que não consta.

Acreasco ainda que, nos termos da clausula 15ª da escriptura de 30 de junho do anno proximo passado, o Banco da Republica e os outros vendedores se obrigaram a satisfazer todas as despesas que tivessem de ser feitas até a data da escriptura e entre ellas se acham evidentemente comprehendidas as de que ora se trata.

Saude e fraternidade.— *Leopoldo de Bulhões.*

---

## N. 26 — EM 7 DE ABRIL DE 1904

Declara que não pôde ser cumprida a precatoria para sequestro de quantias pertencentes a diversos, porque as questões attinentes a desapropriações e compra de predios para as obras do porto desta Capital e abertura de avenidas devem correr exclusivamente pelo Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 7 de abril de 1904.

Sr. Juiz Federal desta Capital — Communico-vos, para os fins convenientes, que este Ministerio deixa de conceder a venia impetrada em vossa precatoria de 29 de fevereiro ultimo, afim de ser feito sequestro em quantias pertencentes a diversos a titulo

de desapropriação de predios, porque, conforme já está resolvido, as questões attinentes a desapropriações e compras de predios para as obras do porto desta Capital e abertura de avenidas devem correr exclusivamente pelo Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

---

N. 27 — EM 28 DE ABRIL DE 1904

Declara que só gosa da isenção de imposto de consumo o sal purificado ou refinado, moído ou não, considerando-se como tal aquelle cujo peso não exceda de 800 grammas por litro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 28 de abril de 1904.

Suscitando-se duvidas ácerca da verdadeira intelligencia do art. 1º, n. 44, da lei n. 1144, de 30 de dezembro de 1903, sobre o imposto de consumo do sal em face da circular n. 11, de 26 de fevereiro do corrente anno, declaro aos Srs. chefes das Repartições subordinadas a este Ministerio que só gosa de isenção do referido imposto o sal purificado ou refinado (moído ou não), considerando-se como tal aquelle cujo peso não exceda de 800 grammas por litro. — *Leopoldo de Bulhões.*

---

N. 28 — EM 29 DE ABRIL DE 1904

Trata da demolição do proprio nacional sito á praça Pedro Alvares Cabral, condemnado em vistoria feita pela Prefeitura.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 29 de abril de 1904.

Sr. Prefeito do Districto Federal — De posse dos vossos officios de 27, 30 de maio e 9 de junho de 1903, nos quaes ponderaes sobre a necessidade de ser demolido o proprio nacional á praça Pedro Alvares Cabral, condemnado em vistoria feita por ordem da Prefeitura, declaro-vos que, desde que essa Repartição se obrigue ás respectivas despesas, este Ministerio concorda na demolição solicitada do referido proprio, que fica desde já á vossa disposição; reservando-se, entretanto, o Governo Federal o direito á propriedade do terreno onde está collocado aquelle edificio e que deve ser restituído quando reclamado.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

---

## N. 29 — EM 29 DE ABRIL DE 1904

Declara qual o vencimento que compete aos inspectores e agentes fiscaes dos impostos de consumo, quando impedidos por motivo de molestia.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 29 de abril de 1904.

Declaro aos Srs. chefes das Repartições subordinadas a este Ministerio, para os devidos effeitos, que os inspectores e agentes fiscaes dos impostos de consumo, quando impedidos por motivo de molestia, deverão perceber a metade da respectiva gratificação até seis mezes, e a quarta parte quando o impedimento se prolongar desse prazo até um anno, perdendo o direito ao abono da gratificação si continuarem impedidos por mais tempo; bem assim que a parte da gratificação ou sua totalidade assim perdida por aquelles empregados deverá reverter sempre para os seus substitutos.— *Leopoldo de Bulhões*.

---

## N. 30 — EM 7 DE MAIO DE 1904

Declara que os agentes fiscaes dos impostos de consumo devem residir nas sedes das Collectorias a que estiverem subordinados.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 7 de maio de 1904.

Declaro aos Srs. chefes das Repartições de Fazenda, para seu conhecimento e fins convenientes, haver resolvido que os agentes fiscaes dos impostos de consumo residam nas sedes das Collectorias a que estiverem immediatamente subordinados.— *Leopoldo de Bulhões*.

---

## N. 31 — EM 7 DE MAIO DE 1904

Recommenda aos Srs. chefes das Repartições subordinadas a este Ministerio que providenciem para que sejam arbitradas as fianças das agentes do Correio e dos Telegraphos, incumbidos da venda de estampilhas de sello adhesivo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 7 de maio de 1904.

Devendo os agentes do Correio e dos Telegraphos prestar fiança em garantia da Fazenda Nacional por terem sido incumbidos, de accordo com o art. 24 do regulamento annexo ao decreto n. 3564, de 22 de janeiro de 1903, da venda de estampilhas do sello adhesivo, de que já tiveram conhecimento, conforme consta do aviso do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, n. 17, de 30 de janeiro ultimo, recommendo aos Srs. chefes das Repartições subordinadas a este Ministerio que providenciem para que sejam arbitradas taes fianças.— *Leopoldo de Bulhões.*

---

## N. 32 — EM 12 DE MAIO DE 1904

Declara que a Prefeitura do Districto Federal deve dirigir-se ao Congresso Nacional pedindo a isenção de direitos para os objectos que importar com destino a obras de melhoramentos da Capital.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 12 de maio de 1904.

Sr. Prefeito do Districto Federal — Em resposta ao vosso officio n. 144, de 12 de fevereiro ultimo, tratando do facto de ser a Municipalidade obrigada a pagar direitos aduaneiros dos objectos que importa com destino a obras de melhoramento e embellezamento desta Capital, communico-vos que este Ministerio tem deixado de conceder isenção de direitos aos objectos a que vos referistes por não estar expressa em lei, e, portanto, deve essa Prefeitura dirigir-se ao Congresso Nacional para obter tal concessão nos termos em que a pretende.

Saude e fraternidade.— *Leopoldo de Bulhões.*

---

## N. 33 — EM 14 DE MAIO DE 1904

Providencia para que sejam suspensas as operações de caixa economica iniciadas pelo Banco União do Commercio do Rio de Janeiro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 14 de maio de 1904.

Srs. Directores do Banco União do Commercio — Attendendo ao que em officio n. 136, de 7 de março ultimo, representou o conselho fiscal da Caixa Economica e Monte de Soccorro desta Capital, peço providencias para que sejam suspensas as operações de caixa economica iniciadas por esse Banco afim de evitar que o Governo seja compellido a proceder contra esse estabelecimento; occorrendo-me comunicar-vos que, por occasião de incorporar-se esse mesmo Banco, dirigiu-se este Ministerio á Associação dos Empregados no Commercio do Rio de Janeiro no sentido de não serem realizadas taes operações e della obtive a declaração de que a secção de pequenos depositos, verdadeira caixa economica, cuja existencia é agora annunciada, só seria creada mediante autorização do Governo da União.

Saudo e fraternidade.— *Leopoldo de Bulhões.*

## N. 34 — EM 14 DE MAIO DE 1904

Recommenda aos delegados fiscaes providenciem para que seja observado nos Estados o edital da Directoria das Rendas Publicas de 23 de março ultimo; e dá providencias para a verificação das arcas monaziticas em deposito.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 14 de maio de 1904.

Recommendo aos Srs. delegados fiscaes do Thesouro Federal providenciem para que seja observado nos Estados o edital da directoria das Rendas Publicas de 23 de março ultimo, publicado no *Diario Official* do dia immediato, attendidas as modificações que necessariamente deverá soffrer para poder ter execução alli; bem assim para que, pelos agentes fiscaes dos impostos de consumo, seja feita comunicação de quanto verificarem sobre a existencia de arcas monaziticas em deposito ou destinadas a qualquer fim, indicando, sempre que for possivel, além do local, a procedencia das mesmas arcas e os nomes de seus donos ou depositarios.—*Leopoldo de Bulhões.*

## N. 35 — EM 17 DE MAIO DE 1904

Declara que a despesa proveniente da consignação feita pelo machinista naval de 2ª classe, capitão-tenente João de Souza Carvalho, não pôde deixar de ser imputada á verba — Exercícios findos — de 1904.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 17 de maio de 1904.

Sr. Presidente do Tribunal de Contas — Por aviso n. 114, de 7 de abril de 1903, pediu o Ministerio da Marinha que pela verba — Exercícios findos — fosse paga no Thesouro Federal a João Alberto de Souza Carvalho a importancia de 150\$, que deixara de receber em tempo opportuno, proveniente da consignação que lhe fizera dos seus vencimentos do mez de dezembro de 1901 o machinista naval de 2ª classe capitão-tenente João de Souza Carvalho.

Do vosso officio n. 187, de 25 de julho de 1903, e do processo que o acompanhou, referente ao assumpto, vê-se que esse Tribunal, em sessão do dia 24 daquelle mez, recusou registro á despesa com o pagamento requisitado sob o fundamento de que sómente podia ser ella capitulada na verba—Reposições e restituições— do exercicio de 1903 e não, como entendera o Thesouro, na verba indicada pelo Ministerio da Marinha.

Trata-se, entretanto, de uma parte de vencimentos militares, da verba—Corpo da Armada e classes annexas do exercicio de 1901, que deixou de ser paga dentro do exercicio á pessoa em favor de quem fôra a consignação estabelecida.

Nessa verba deve ter sido classificada a despesa correspondente á parte dos vencimentos recebidos pelo official e a ella pertenceria a que se fizesse com a consignação, si esta houvesse sido reclamada e paga dentro do exercicio de 1901.

A classificação, porém, adoptada pelo Tribunal induz a crer que, quando corrente o exercicio, a despesa com a consignação poderia ser escripturada sob o titulo «Receita a annullar» como se pratica no caso de descontos ou de garantias indevidamente recolhidas aos cofres federaes, escripturadas em verba de receita e restituídas antes do encerramento do exercicio em que a arrecadação foi feita. Mas a importancia da consignação não é escripturada em receita; permanece intacta na propria verba pela qual tem de correr o pagamento e deve apparecer como saldo da mesma no balanço definitivo do exercicio.

Dahi a impossibilidade de restituir-se uma quantia que não foi recebida. Não é uma restituição, mas a entrega de uma somma que não foi paga no devido tempo. Deixasse o capitão-tenente Souza Carvalho de receber, não uma parte, e sim a totalidade dos seus vencimentos do mez de dezembro de 1901 e estes considerados restos a pagar, correriam hoje, sem contestação, pela verba—Exercícios findos— do orçamento vigente.

E porque esse official deixou de ser pago, não de todo o vencimento, mas de uma parte, não parece que mude a natureza da despesa, nem que deva, por isso, ter classificação diversa.

Pego para o assumpto a vossa attenção, certo de que, tomando conhecimento das considerações acima expostas, não duvidará o Tribunal ordenar que a despesa seja imputada á verba — Exercícios findos — de 1904, classificação que aliás está de accordo com o vosso despacho de 24 de setembro do anno passado, posterior ao que motiva este meu officio, proferido no processo junto, relativo á consignação de 120\$ que de seus vencimentos do mez de dezembro de 1902 fizera á cooperativa militar do Brazil o 2º tenente de artilharia José Joaquim de Sá e Benevides e de que trata o aviso do Ministerio da Guerra n. 508, de 16 de julho de 1903.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

#### N. 36 — EM 31 DE MAIO DE 1904

Autoriza a contractar um impressor para a Casa da Moeda

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 31 de maio de 1904.

Autorizo-vos a contractar em Paris, directamente ou por intermedio de uma das grandes casas alli existentes, um impressor para a Casa da Moeda do Rio de Janeiro, que seja conhecedor dos processos mais modernos de impressão sobre gravuras, galvanos, zincographia, notas de banco, sellos, estampilhas, apolices, etc., e dos processos de impressão da photogravura e das tres cores (trichromia), mediante as seguintes clausulas:

1.ª Em quanto durar o seu contracto, o impressor terá sob a sua exclusiva direcção os servicos que forem designados pelo director da Casa da Moeda, devendo indicar todos os meios conducentes ao melhoramento deste servico.

2.ª Terá a obrigação de ensinar todos os processos de trabalho a uma turma de aprendizes, composta dos mais habéis da secção de impressão, preparando-os de modo que possam substituí-lo, á terminação do seu contracto e bem assim a uma turma da imprensa Nacional, si o Ministerio da Fazenda assim o entender.

3.ª O impressor entrará para o servico ás 9 horas da manhã e nelle permanecerá até as 3 horas da tarde, diariamente, excepto aos domingos e dias feriados. No caso de necessidade urgente o director da Casa da Moeda terá o direito de prorogar o trabalho por mais uma ou duas horas, sem que dahi advenha ao contractado maior remuneração do que a do seu contracto.

4.ª Por todos os servicos que prestar na forma deste contracto o Governo retribuirá o contractado com mil francos, ouro, ou o



seu equivalente em papel-moeda. Esse pagamento será effectuado até o dia 8 de cada mez.

5.ª Findo o contracto o impressor será reembolsado da despeza de passagens de vinda e volta, em 2ª classe.

6.ª O contracto valerá por um anno e começará a vigorar da data de sua legalização no Consulado brasileiro em Paris, devendo o contractado embarcar no primeiro vapor que partir logo depois da assignatura do contracto. Será isento do sello proporcional, na fôrma do art. 15, n. 9, do regulamento que baixou com o decreto n. 3564 de 22 de janeiro de 1900. Poderá ser prorogado, si assim convier ás partes contractantes.

7.ª No caso do impressor contractado não preencher o fim que se tem em vista, por não ser perito no officio, será o contracto rescindido sem direito algum a indemnização por parte do Governo brasileiro, que será apenas obrigado a pagar-lhe a passagem de volta em 2ª classe.

Autorizo-vos igualmente a contractar, nas condições acima, caso julgeis necessario, um gravador para o mesmo estabelecimento, que seja conhecedor dos processos mais completos de gravura em talho doce, talho forte, gravura chimica e lithographica, para moedas, sellos, medalhas, apolices, etc., o qual se regerá pelas disposições contidas nas clausulas supra. — *Leopoldo de Bulhões.*

Sr. Director da Casa da Moeda.

---

N. 37— EM 31 DE MAIO DE 1904

Declara que a penhora das apolices depositadas como fiança do agente de leilões Miguel Barbosa Gomes de Oliveira, só pôde ser feita mediante precatoria em devida fôrma e em que se declare si a divida por que é responsavel o mesmo agente resulta de acto inherente ao desempenho do cargo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 31 de maio de 1904.

Sr. Juiz do Tribunal Civil e Criminal, Dr. Pedro de Alcantara — Communico-vos, para os fins convenientes e em resposta ao vosso officio de 30 de abril proximo findo, que este Ministerio só poderá providenciar no sentido de ser feita penhora nas apolices depositadas no Thesouro Federal em garantia da fiança do agente de leilões Miguel Barbosa Gomes de Oliveira, á vista de precatoria de venia, de que conste o reconhecimento da firma do juiz e em que esta declare si a fiança em questão foi pelo mesmo juiz processada e si a divida por que é responsavel o dito agente resulta de acto inherente ao desempenho do cargo.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

---

## N. 38 — EM 3 DE JUNHO DE 1904

Declara que o predio n. 64 da rua Marechal Floriano Peixoto poderá ser cedido á Prefeitura do Districto Federal mediante accordo com o Ministerio da Fazenda.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 3 de junho de 1904.

Sr. Prefeito do Districto Federal — Em resposta ao vosso officio n. 387, de 9 do corrente, pedindo sejam postos á disposição dessa Prefeitura para o alargamento da rua Marechal Floriano Peixoto parte do predio n. 64 daquelle rua e o terreno contiguo, ambos dependencia do edificio do Externato do Gymnasio Nacional, communico-vos, para os fins convenientes, que este Ministerio cederá os proprios nacionaes em questão mediante accordo com essa mesma Prefeitura sob as condições constantes da informação que junto vos envio por cópia.

Saude e fraternidade.— *Leopoldo de Bulhões.*

---

## N. 39 — EM 9 DE JUNHO DE 1904

Declara que não pôde ser acceito o accordo proposto pela Prefeitura do Districto Federal para a arrecadação do imposto de exportação de que trata o art. 12 da lei municipal n. 976 de 31 de dezembro de 1903.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 9 de junho de 1904.

Sr. Prefeito do Districto Federal — Em resposta ao vosso officio n. 345 de 22 de abril ultimo, tratando da conveniencia de um accordo entre este Ministerio e essa Prefeitura para a arrecadação do imposto de exportação de que trata o art. 12 da lei municipal n. 976 de 31 de dezembro de 1903, communico-vos que este Ministerio não pôde annuir ao referido accordo, por não lhe parecer liquida, em face do art. 9º da Constituição da Republica, a competencia do Districto Federal para lançar o imposto em questão.

Saude e fraternidade.— *Leopoldo de Bulhões.*

---

## N. 40 — EM 11 DE JUNHO DE 1904

Providencia sobre o despacho de oleo de linhaça, declarado nas facturas consulares como oleo mineral.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Reservada — Rio de Janeiro, 11 de junho de 1904.

Tendo chegado ao conhecimento deste Ministerio, por intermedio do Consulado do Brazil em Londres, que alguns exportadores de oleo de linhaça costumam declarar aquelle producto como — oleo mineral — nas facturas consulares, a pedido dos importadores aqui, com o intuito de defraudar a renda aduaneira, chamo para o facto a attenção dos Srs. inspectores das Alfandegas e recomendo-lhes que, sempre que houver duvida sobre a verdadeira qualidade da mercadoria em questão, mandem proceder ao competente exame no Laboratorio Nacional de Analyses, permitindo o despacho mediante termo de responsabilidade pelo pagamento, em curto prazo, da differença de taxa, si esta se tornar devida á vista do resultado da analyse. — *Leopoldo de Bulhões.*

---

## N. 41 — EM 15 DE JUNHO DE 1904

Providencia para que seja excluido do lançamento do imposto predial um predio adquirido pela Fazenda Federal.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 15 de junho de 1904.

Sr. Prefeito do Districto Federal — Tendo sido lavrada em 12 de abril proximo passado, na Directoria do Contencioso do Thezouro Federal, em notas do tabellião A. Tupinambá, a escriptura de venda feita á Fazenda Federal por Francisco Pinto de Siqueira, do predio da rua General Pedra n. 8 e respectivo terreno, conforme requisitou o Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas em aviso n. 517 de 20 de fevereiro ultimo, peço-vos providencias no sentido de ser feita a competente nota no lançamento do imposto predial para o fim de ser o referido predio excluido do lançamento do mesmo imposto.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

---

## N. 42 — EM 15 DE JUNHO DE 1904

Declara que a disposição contida na circular n. 35, de 2 de agosto de 1901, é applicavel a todos os empregados demittidos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 15 de junho de 1904.

Declaro aos Srs. Chefes das Repartições subordinadas a este Ministerio, para os devidos effeitos, que a disposição contida na circular n. 35, de 2 de agosto de 1901, é applicavel a todos os empregados, quer demittidos voluntariamente, quer a arbitrio do Governo.— *Leopoldo de Bulhões.*

## N. 43 — EM 20 DE JUNHO DE 1904

Define as attribuições dos procuradores fiscaes, cujas funções foram restabelecidas pelo decreto n. 1178, de 16 de janeiro do corrente anno.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 20 de junho de 1904.

Suscitando-se duvidas sobre a intelligencia do § 3º do art. 1º do decreto legislativo n. 1178, de 16 de janeiro do corrente anno, declaro aos Srs. Chefes das Repartições subordinadas a este Ministerio que as attribuições dos procuradores fiscaes, cujas funções foram restabelecidas pelo citado decreto, são as que se acham discriminadas nos §§ 1º a 8º do art. 33 do decreto n. 870, de 22 de novembro de 1851, com as modificações resultantes do systema politico em vigor, cabendo-lhes mais:

1º, promover:

a) os processos de incorporação de bens aos proprios nacionaes (instruções do Contencioso, de 10 de abril de 1851, art. 26, 2ª *alinea*, n. 5, e arts. 33 e 34);

b) os de arrematação de objectos depositados nos cofres nacionaes (lei n. 628, de 17 de setembro de 1851, art. 11, § 16, e decreto n. 2846, de 19 de março de 1898, art. 10);

c) os de especialização da hypotheca legal dos exactores da Fazenda Federal (decreto n. 370, de 2 de maio de 1890, art. 139 § 2º, e art. 141);

d) os que versarem sobre proprios nacionaes e terrenos de marinha (decreto n. 4105, de 23 de fevereiro de 1868, art. 5º);

2º, officiar nas habilitações e justificações para haver meio soldo, pensão, montepio, ordenados e outras que tenham de ser processadas no Juizo Federal para produzir effito nas Repartições de Fazenda (instrucções do Contencioso, de 10 de abril de 1851, art. 26, 2ª *alinea*, ns. 1 e 2, e arts. 28 e 29). — *Leopoldo de Bulhões*.

---

N. 44 — EM 30 DE JUNHO DE 1904

Declara que, enquanto o juiz competente não resolver sobre a preferencia entre os credores da firma Figueiredo & Comp., não pôde ser cumprida a precatoria para entrega das apolices caucionadas no Thesouro pela mesma firma.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 30 de junho de 1904.

Sr. Dr. Juiz da Camara Civil e Criminal, Zacharias do Rego Monteiro — Communico-vos, para os fins convenientes, que achando-se embargadas, a requerimento de Eugenio Fontainho e penhoradas a favor da sociedade anonyma *O Patz*, as 23 apolices caucionadas no Thesouro pela firma Figueiredo & Comp., não pôde este Ministerio mandar cumprir a precatoria que expedistes em 17 do corrente mez para o effeito de serem entregues esses titulos, enquanto o juiz competente não resolver sobre a preferencia entre os credores da mencionada firma.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões*.

---

N. 45 — EM 4 DE JULHO DE 1904

Explica o pensamento que determinou a expedição da circular n. 13, de 29 de fevereiro deste anno, referente ao despacho de adubos chimicos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 4 de julho de 1904.

Declaro aos Srs. Chefes das Repartições aduaneiras, para os devidos effeitos, que a circular n. 13, de 29 de fevereiro ultimo, apenas se refere, e ainda assim provisoriamente, ao caso de não haverem sido organisados syndicatos agricolas, aos adubos chimicos que gozavam de isenção de direitos de consumo e de expediente, pelo § 30 do art. 2º das Disposições Preliminares da Tarifa; bem assim que os demais objectos

mencionados no § 1º do art. 3º da lei n. 1144, de 30 de dezembro do anno proximo findo, gozarão do favor concedido por este dispositivo quando importados por aquellas aggre-miações, mas, quando importados por lavradores não filiados aos syndicatos terão somente as vantagens consignadas no artigo 2º, n. VII, lettra c, da lei n. 953, de 29 de dezembro de 1902, o qual foi revigorado pela citada lei n. 1144.— *Leopoldo de Bulhões.*

---

N. 46 — EM 13 DE JULHO DE 1904

Manda que as annuidades de patente de privilegio de invenção sejam resolvidas em qualquer estação fiscal nos Estados, somente quando o pagamento for feito para a remissão total do anno res-pectivo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 13 de julho de 1904.

Attendendo ao que solicitou o Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, em aviso n. 81, de 23 de maio proximo findo, recommendo aos Srs. delegados fiscaes nos Estados que providenciem no sentido de não serem recebidas annuidades de patentes de privilegio de invenção fóra das condições comprehendidas no art. 51 do regulamento anexo ao decreto n. 8820, de 30 de dezembro de 1882, que só permite o pagamento em qualquer estação fiscal, que não o Thesouro Federal, da importancia total de taes annuidades para o caso de remissão do onus respectivo.— *Leopoldo de Bulhões.*

---

N. 47 — EM 20 DE JULHO DE 1904

Fixa a caução que os agentes dos Correios e Telegraphos devem prestar, como encarregados da venda do sello adhesivo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 20 de julho de 1904.

Declaro ao Srs. chefes das Repartições subordinadas a este Ministerio, para seu conhecimento e devidos effeitos, que as cauções que tem de fazer os agentes dos Correios e Telegraphos incumbidos da venda de sello adhesivo, deverão ser fixadas no minimo em 100\$ e em multiplos dessa quantia até o maximo de 1:000\$, só se lhes podendo fazer supprimento dentro das forças da respectiva caução e mediante demonstração do saldo existente.— *Leopoldo de Bulhões.*

---

## N. 48 — EM 25 DE JULHO DE 1904

Manda proceder á apprehensão das areias monaziticas extrahidas em Itabapoana e recommenda a abertura de inquerito para apurar a responsabilidade dos desaccatos soffridos pelo engenheiro zelador dos Proprios Nacionaes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 25 de julho de 1904.

Sr. Procurador da Republica no Estado do Rio de Janeiro — Transmittindo-vos, por copia, os inclusos documentos relativos aos factos occorridos em Itabapoana com o engenheiro zelador dos Proprios Nacionaes, alli mandado em commissão deste Ministerio, recommendo-vos requeiraes do Juizo Federal mandato de busca e apprehensão das areias monaziticas extrahidas naquella localidade pelo Dr. A. S. Viriato de Medeiros ou por seus prepostos, e embargo ás extracções das mesmas pelo referido doutor; bem assim que, obtido o dito mandado, deis a necessaria communicacão para que se providencie no sentido de ser requisitada do Ministerio da Guerra força para expulsar os intrusos que estiverem nos terrenos de dominio da União e prender os recalcitrantes.

Outrosim, vos recommendo requeiraes ao chefe de policia desse Estado a abertura do inquerito, afim de apurar-se a quem cabe a responsabilidade dos desaccatos soffridos pelo mencionado engenheiro e das emboscadas a elle feitas.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

## N. 49 — EM 28 DE JULHO DE 1904

Marca o prazo de 30 dias para a remessa das informações necessarias á organização do assentamento de Fazenda.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 28 de julho de 1904.

Attendendo á representacão da Directoria do Expediente do Thesouro Federal, de 6 do corrente mez, recommendo aos Srs. chefes das repartições de Fazenda, que não remetteram á mesma Directoria, conforme exigiu a circular n. 12, de 29 de fevereiro deste anno, as informações necessarias á organização do assentamento, nos termos do art. 1.º § 14 do decreto legislativo n. 1178, de 16 de janeiro findo, que deem cumprimento á referida circular, dentro do prazo de 30 dias, contados da data em que fôr esta recebida. — *Leopoldo de Bulhões.*

## N. 50 — EM 28 DE JULHO DE 1904

Declara que o Ministerio da Fazenda só concederá remissão dos direitos de mercadorias destruidas por incendio, mediante reclamação dos interessados, devidamente informada.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 28 de julho de 1904.

Srs. Directores da Praça do Commercio de Porto Alegre — Em resposta ao vosso telegramma de 27 de maio deste anno, communico-vos, para os fins convenientes, que este Ministerio, á vista do disposto no art. 538 da Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas, só concederá remissão dos direitos das mercadorias destruidas por incendio na Alfandega dessa cidade, mediante reclamação dos interessados devidamente informada por aquella repartição e pela Delegacia Fiscal nesse Estado.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

---

## N. 51 — EM 5 DE AGOSTO DE 1904

Declara qual o sello que devem pagar as escripturas publicas de compra e venda em que se dá transmissão de propriedade sujeita ao imposto estadual.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1904.

Sr. Juiz Municipal de Bom Jardim — Em solução ao vosso officio de 2 de junho proximo passado, cabe-me comunicar-vos que as escripturas publicas de compra e venda e outras, em que se dá transmissão de propriedade sujeita ao imposto estadual, devem pagar o sello proporcional da tabella A (§ 1º n. 9) annexa ao Regulamento approved pelo decreto n. 3564 de 22 de janeiro de 1900.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

---



## N. 52 — EM 13 DE AGOSTO DE 1904

Recommenda aos Srs. chefes das Repartições aduaneiras a mais severa fiscalização relativamente ao serviço de cabotagem e descarga do sal em saccos ou a granel.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1904.

Tendo em vista o que expoz o inspector da Alfandega do Rio de Janeiro, em officio n. 429, de 19 do mez proximo findo, *recommendo* aos Srs. chefes das Repartições aduaneiras, que exerçam severa fiscalização relativamente ao serviço de importação de cabotagem e descarga do sal em saccos ou a granel, não se limitando á simples verificação das guias de procedencia, mas exigindo a execução das disposições legais em vigor e applicando as penas pela mesmas estabelecidas no caso de falta.— *Leopoldo de Bulhões.*

---

## N. 53 — EM 16 DE AGOSTO DE 1904

Chama a attenção dos Srs. inspectores das Alfandegas para a irregularidade de serem commettidas a escripturarios funções de responsaveis da Fazenda.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1904.

Chamando a attenção dos Srs. inspectores das Alfandegas para a irregularidade de serem commettidas a escripturarios funções de responsaveis da Fazenda, como o são as dos fleis de armazem, declaro-lhes, para os devidos fins, que estes funcionarios só devem ser substituidos pelos respectivos ajudantes ou prepostos, préviamente accitos seus fiadores, de inteira conformidade com a legislação em vigor.— *Leopoldo de Bulhões.*

---

## N. 54 — EM 17 DE AGOSTO DE 1904

Declara que a Municipalidade do Districto Federal não tem direito aos laudemios relativos a terrenos vendidos á Fazenda Federal.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1904.

Sr. Prefeito do Districto Federal — De posse do vosso officio n. 142, de 16 de maio ultimo, tratando da falta de pagamento de foros e laudemios relativos a terrenos em que se acham edificados predios da Empresa Industrial de Melhoramentos no Brazil vendidos á Fazenda Federal, communico-vos, para os fins convenientes, que a Municipalidade deste Districto não tem direito aos laudemios em questão, por serem os referidos terrenos do dominio directo da União e, quanto aos foros, devo procurar haver o respectivo pagamento do Banco da Republica do Brazil e dos outros vendedores, os quaes, pela consulta 15ª da escriptura de 30 de junho do anno proximo passado, se obrigaram a satisfazer todas as despesas que tivessem de ser feitas até aquella data.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

---

## N. 55 — EM 19 DE AGOSTO DE 1904

Approva a demissão e no negão feitas pelo prefeito do Alto Jurua, attendendo ás condições especiais em que foram praticados os actos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1904.

Sr. Prefeito do Alto Jurua — De posse do vosso officio n. 1, de 8 do mez proximo findo, communicando haverdes concedido a Olympio Francisco Soares a exoneração que pediu do logar de esrivão do posto fiscal do rio Amazona e nomeado Antonio Joaquim de Almeida Pimentel para exercer interinamente o mesmo logar, communico-vos, para os fins convenientes, que attendendo ás condições especiais em que foram praticados aquelles actos, os dá por approvados, embora esteja o primeiro comprehendido na exclusão do n. 2 do art. 4º do Decreto n. 5188, de 7 de abril ultimo.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

---

## N. 56 — EM 27 DE AGOSTO DE 1904

Declara que, em face do art. 9º da Constituição da Republica, não se liquida a competencia do Districto Federal para lançar impostos de exportação.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1904.

Sr. Prefeito do Districto Federal — Accuso recebido o officio n. 583 de junho ultimo no qual apresentaes argumentos para convencer este Ministerio de que deve ser reconsiderado o despacho de que tivestes conhecimento pelo officio n. 20 de 9 do referido mez, em que vos declarei que, não me parecendo liquida, em face do art. 9º da Constituição da Republica, a competencia do Districto Federal para lançar impostos de exportação, deixava de incumbir a Alfandega desta Capital da arrecadação do imposto creado pela lei municipal n. 976 de 31 de dezembro de 1903, providencia que haveis solicitado em officio n. 345 de 22 de abril deste anno.

Acompanhando a vossa argumentação, cabe-me declarar-vos que nenhuma disposição encontro na Constituição Federal da qual possa deduzir que o Districto Federal é equiparado aos Estados da União. O art. 2º considera o antigo municipio neutro Districto Federal; o art. 3º, paragrapho unico, dispõe que elle *constituirá um Estado depois de mudada a capital da Republica* e o art. 34, n. 30, submete-o á competencia privativa do Congresso Nacional no tocante á sua *organização municipal*.

Citar-vos-hei as decisões a respeito dos tres poderes da União e as opiniões dos commentadores da nossa Constituição.

O Senado Federal, em sessão de 15 de maio de 1897, deixando de approvar o parecer da respectiva Comissão de Constituição, Poderes e Diplomacia, que opinava pela rejeição do *veto* oposto pelo Prefeito do Districto Federal a uma resolução do Conselho Municipal, creando o imposto de 10 % sobre o valor dos productos exportados pelo referido Districto, firmou-se nas seguintes razões:

«A decretção de impostos de exportação do Districto Federal não compete á Intendencia Municipal, mas ao Governo Federal.

Labora em erro quem para tal effeito equipara o mesmo Districto aos Estados.

O art. 2º da Constituição, legislando que cada uma das antigas provincias formará um Estado e o antigo municipio neutro constituirá o Districto Federal o o art. 3º, paragrapho unico, dispondo que, effectuada a mudança da Capital, o actual Districto Federal passará a constituir um Estado, deixam bem claro que

este Districto não é, por ora, um Estado, porquanto ainda não se realizou a condição de transferencia da capital, imposta por lei. Mais ainda :

O art. 31 ennumerando as attribuições privativas do Congresso, include, sob o n. 5, o seguinte: regular o commercio internacional bem como o dos Estados entre si e com o Districto Federal: Si, pois, regular o commercio dos Estados com o Districto Federal é função exclusiva do Congresso, torna-se evidente que a Municipalidade da Capital, creando impostos de exportação, violou a lei basica do paiz.

Nem se allegue que, para a especie o Districto Federal está igualado aos Estados e tem, conseguintemente, o direito que a estos é conferido pelo citado artigo n. 5 do art. 34.

Ao Districto Federal fallocem as qualidades que a um Estado caracterisam, visto como elle não passa de um simples municipio, organizado embora excepcionalmente em virtude dos motivos que aconselharam sua instituição.

E tanto assim é, que o Congresso pôde-lhe dictar leis, como, por exemplo, as de policia, justiça, esgotos, agua e demais outros ramos de administração, ao passo que nenhuma lei pôde dictar aos Estados.

Verdade é que o Districto Federal tem representação propriamente sua no Congresso Nacional, mas isto não passa de uma concessão, justificada por motivos intimamente ligados á sua criação; e outra fora tambem a tinha o municipio neutro, sem que ninguém jamais o confundisse com uma provincia que, aliás, no regimen do Imperio não gozava de autonomia e dos direitos que a um Estado federado actualmente cabem.»

O Sr. Aristides Milton no seu livro «A Constituição do Brasil», assim se expressa: «A opinião do Senado me parece a melhor. E com relação ao assumpto accrescentarei que a justiça do Districto Federal não é justiça federal, nem tampouco estadual, mas tem a sua denominação propria — de justiça local

Para concluir lembrarei que os Estados gozando do direito de legislar sobre viação ferrea, o poder municipal, comtudo, não o tem, (acórdão do Supremo Tribunal Federal do 16 de outubro de 1897), o que reforça ainda a minha opinião.»

Commentando o art. 324. n. 30, da mesma Constituição, diz o alludido autor: «Assim o Districto Federal recebe do Congresso Nacional toda sua legislação, cabendo ao Poder Executivo regulamental-a (art. 48 n. 1).

O Districto Federal vive sob a tutela politica do mesmo Congresso, que lhe organiza todos os serviços, entre os quaes está contemplada a justiça local.»

O Sr. João Barbalho, no seu livro «Constituição Federal Brasileira», assim pensa commentando o art. 34 n. 30:

«Não se trata de um simples municipio, como outro, no qual os muncipes digam a ultima palavra sobre os negocios d'elle; tampouco se trata de um Estado com todo o apparelho politico e administrativo que lhe é proprio, mas de uma parte do territorio nacional destinada á residencia do Governo da União.

O Supremo Tribunal Federal nos autos de appellação n.º 634 interposta pela Fazenda Nacional, appellados Karl Valais & C.ª e outros proferiu um accordão no qual se lê o seguinte:

«E' da competencia exclusiva dos Estados decretar impostos de exportação sobre as mercadorias de sua propria produção (art. 9 n.º 1 citado) e si esse direito não compete ao Districto Federal, *que não é reconhecido Estado*, sinão para os effeitos do decreto n.º 848 de 11 de outubro de 1890, art. 365, etc.»

O Congresso, além do caso acima referido, manifestou mais uma vez a sua opinião a tal respeito, abolindo e annullando as leis municipaes relativas ao sello adhesivo (art. 34 da lei n.º 428 de 10 de dezembro de 1893), imposto que pôde ser cobrado pelos Estados, nos termos do decreto n.º 585 de 31 de julho de 1890.

Quando Ministro da Fazenda o Dr. Bernardino de Campos, fez um dos vossos antecessores pedido igual ao que ora me dirigistes e, em resposta, declarou aquelle Ministro, em officio n.º 20 de 31 de agosto de 1901, não poder prestar-lhe o seu concurso porque *a lei organica n.º 85 de 20 de setembro de 1892 não conferiu ao Conselho Municipal attribuições para tributar a exportação*, opinião que ora também a do procurador geral da Republica.

Tal pedido foi renovado ao Ministro Dr. Joaquim Murtinho, que por sua vez recusou-se a attendel-o *porque o Conselho Municipal não tem competencia para decretar imposto sobre a exportação* (officio n.º 32 de 27 de dezembro de 1901).

Allegaes que o art. 2.º da lei n.º 85 de 20 de setembro de 1892 dá á Municipalidade do Districto Federal competencia para decretar todos os impostos que cabiam á Municipalidade pela legislação anterior e os que não forem da privativa competencia da União, disposição esta reproduzida em leis posteriores, e que, não competindo á União cobrar impostos de exportação, é claro que o Districto Federal pôde fazel-o.

Dir-vos-hei que a primeira lei do orçamento votada na Republica, a de n.º 25 de 30 de dezembro de 1891, comprehendendo na receita da União o imposto de exportação de 2 1/2 % sobre a pólvora fabricada por conta do Governo, dos metaes preciosos em pó, pinha, barra ou em obras, procedente de qualquer lugar e o de 1 1/2 % do ouro em lamina fundido na Casa da Moeda, isto é, no Districto Federal.

Igual disposição foi reproduzida na lei orçamentaria do exercicio seguinte, a de n.º 126 A, de 21 de novembro de 1892, de data posterior á da lei organica citada e na subseqüente aquella, a de n.º 191 A, de 30 de setembro de 1893.

A lei n.º 265 de 24 de dezembro de 1894, porém, ampliou esta cobrança e na rubrica 9.ª taxou, com o imposto de exportação, além dos artigos mencionados nas leis anteriores, *a exportação do Districto Federal, de productos não sujeitos á exportação dos Estados*.

Esta disposição foi mandada observar por todas as leis de orçamento seguintes até 1897 (lei n.º 359 de 30 de dezembro de 1895,

rubrica 8ª; lei n. 428 de 10 de dezembro de 1896, rubrica 8ª; lei n. 489 de 15 de dezembro de 1897, rubrica 9ª; e o Districto Federal assim o entendeu, pois só em 1901 lembrou-se de votar a lei n. 843 de 29 de dezembro.

Logo, entendendo o Congresso que a União cabia perceber direitos de exportação dos artigos produzidos no Districto Federal, escapam taes impostos da autorização generica de que trata a lei n. 85, já citada, não podendo por isso o Districto Federal cobrar-os.

Subsistindo, portanto, as duvidas que tem este Ministerio sobre a constitucionalidade do imposto que o Districto Federal pretende cobrar, não pôde deixar de ser mantida a decisão que vos foi communicada em officio n. 20 de 9 de junho proximo findo.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

#### N. 57 — EM 6 DE SETEMBRO DE 1904

Declara que não pôde ser approvada uma concessão de aforamento de terrenos de marinha sem o pagamento dos laudemios devidos pela transferencia.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, 6 de setembro de 1904.

Sr. Prefeito do Districto Federal — Devolvendo a essa Prefeitura o incluso processo enviado com o vosso officio n. 203 de 15 de junho ultimo e referente ao aforamento dos terrenos accrescidos de marinha onde se acham os predios ns. 4, 6, 8 e sem numero da praia do Retiro Saudoso, requerido por Manoel Ferreira da Costa, communico-vos, para os fins convenientes, que este Ministerio não pôde approvar a concessão de tal aforamento sem que seja pago o laudemio devido pela transferencia dos ditos terrenos do Banco da Republica para o requerente, feito pela escriptura de 29 de setembro de 1898, junta ao mesmo processo.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

#### N. 58 — EM 6 DE SETEMBRO DE 1904

Providencia para que seja promptamente entregue ao consul do Uruguay o material apprehendido pela Alfandega do Uruguayana e pertencente aos revolucionarios orientaes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 6 de setembro de 1904.

Em solução ao vosso telegramma de 5 do corrente mez, recommendo a essa Inspectoria, á vista do que solicita o Ministerio

do Exterior em telegramma desta data, que não opponha impedimento algum e ao contrario empregue a maior diligencia no sentido de ser promptamente entregue ao consul do Uruguay, D. Agostinho Bergallo, embarcado no vapor *Satellite*, o material apprehendido ahi em dez carretas e destinado aos revolucionarios orientaes.

Fica assim confirmado o meu telegramma de hoje.— *Leopoldo de Bulhões*.

Sr. Inspector da Alfandega de Uruguayana.

---

N. 50 — EM 20 DE SETEMBRO DE 1904

Concede aos vapores da Empresa Brasileira de Navegação Freitas os favores de que gozam os paquetes das linhas regulares, em virtude do decreto n. 4955, de 4 de maio de 1872.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1904.

Declaro aos Srs. chefes das Repartições de Fazenda, para seu conhecimento e fins convenientes, que este Ministerio, attendendo ao que requereu a Empresa Brasileira de Navegação Freitas, resolveu conceder aos vapores da mesma empresa, destinados a fazer um completo serviço de navegação entre os portos do norte e sul da Republica, os favores de que gozam os paquetes das linhas regulares de navegação transatlantica em virtude do decreto n. 4955, de 4 de maio de 1872.— *Leopoldo de Bulhões*.

---

N. 60 — EM 20 DE SETEMBRO DE 1904

Restabelece sem limitação alguma a liberdade de transito de mercadorias com destino ao Perú pelo Amazonas brasileiro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1904.

Em confirmação ao meu telegramma desta data, communico-vos, para os devidos effeitos e na conformidade do que declarou o Ministerio das Relações Exteriores no aviso n. 81, de 15 do corrente mez, que o Governo resolveu restabelecer sem limitação alguma a liberdade de transito de mercadorias com destino ao Perú pelo Amazonas brasileiro.— *Leopoldo de Bulhões*.

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado do Amazonas.

---

## N. 61 — EM 26 DE SETEMBRO DE 1904

Manda escripturar sob o título — Movimento de fundos — todas as importancias recebidas dos chefes de districtos telegraphicos, qualquer que seja a verba de receita a que pertençam.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1904.

Afim de attender á representação da Directoria da Contabilidade do Thesouro Federal, de 26 de agosto proximo findo, da qual se verifica que não tem sido bem entendida a circular deste Ministerio, n. 56, de 14 de setembro de 1900, de claro aos Srs. delegados fiscaes nos Estados, para os devidos effeitos, que, sob o título — Movimento de fundos — devem ser escripturadas todas as importancias recebidas dos chefes de districtos telegraphicos, quer provenham de rendas dos Telegraphos, quer do imposto sobre vencimentos, descontos para o montepio, indenizações, depositos ou qualquer outra verba de receita, exigindo sempre que na guia do respectivo recolhimento seja mencionado o exercicio a que pertence. — *Leopoldo de Bulhões*.

---

## N. 62 — EM 13 DE OUTUBRO DE 1904

Recommenda aos Srs. delegados fiscaes que, nos casos de isenção de direitos, comprehendida no § 2º do art. 2º das Preliminares da Tarifa, ouçam as autoridades medicas, civis ou militares, sobre a applicação e quantidade dos artigos pedidos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1904.

Recommendo aos Srs. delegados fiscaes que, nos casos de pedidos de isenção de direitos, comprehendida na disposição do § 2º do art. 2º das Preliminares da Tarifa, ouçam as autoridades medicas, civis ou militares, da séde da Delegacia, não só sobre a applicação dos artigos para que for solicitada a alludida isenção, mas tambem sobre si as respectivas quantidades são as estritamente necessarias, afim de habilitar este Ministerio a julgar da procedencia de taes pedidos. — *Leopoldo de Bulhões*.

---



## N. 63 — EM 18 DE OUTUBRO DE 1904

Trata da restituição de direitos das mercadorias incendiadas na Alfandega de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1904.

Srs. Directores da Praça do Commercio de Porto Alegre — De posse do vosso telegramma de 1.<sup>o</sup> do corrente, communico-vos que este Ministerio já providenciou, em virtude de pedido dos interessados, para que fique a Alfandega dessa cidade autorizada a effectuar a restituição dos direitos das mercadorias incendiadas naquella Repartição ora 2.<sup>a</sup> de fevereiro deste anno.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

---

## N. 64 — EM 29 DE OUTUBRO DE 1904

Declara que o dispositivo do art. 16, § 3.<sup>o</sup>, da Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas, não autoriza a construção de obras sem que preceda licença da Prefeitura, á vista do art. 15, § 23, da lei n. 85, de 20 de setembro de 1892.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1904.

Sr. Prefeito do Districto Federal — Relativamente ao objecto de vosso officio n. 303 de 12 de abril ultimo, communico-vos, para os fins convenientes, que este Ministerio mandou declarar á Inspectoria da Alfandega desta Capital que o dispositivo do art. 16, § 3.<sup>o</sup>, da Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas, commettendo-lhe a fiscalização dos logares proximos ao edificio da Repartição, não autoriza a construção de obras e, quando reconhecida a conveniencia ou necessidade destas, deve preceder á sua execução licença dessa Prefeitura, á vista do art. 15, § 23, da lei n. 85, de 20 de setembro de 1892.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

---

## N. 65 — EM 28 DE OUTUBRO DE 1904

Declara que as fianças fiscaes devem ser prestadas nas secções do Contencioso das Delegacias.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1904.

Declaro aos Srs. delegados fiscaes nos Estados, para seu conhecimento e fins convenientes, que as fianças fiscaes deverão ser prestadas nas secções do Contencioso das respectivas Delegacias.— *Leopoldo de Bulhões.*

---

## N. 66 — EM 28 DE OUTUBRO DE 1904

Declara o sello a que estão sujeitas as cartas de confirmação de emancipação passadas pelos juizes e as escripturas de emancipação passadas pelos paes a seus filhos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1904.

Declaro aos Srs. chefes das Repartições subordinadas a este Ministerio, para os devidos effeitos, de accordo com o que foi resolvido sobre consulta feita pela Collectoria das Rendas Federaes em S. João Marcos, Mangaratiba e Rio Claro, em officio de 28 de fevereiro de 1903, que as cartas de confirmação de emancipação passadas pelos juizes, e as escripturas de emancipação passadas pelos paes a seus filhos, estão, como as cartas de supplemento de idade, sujeitas ao sello do § 4º, n. 32, tabella B do regulamento annexo ao decreto n. 3564, de 22 de janeiro de 1900.— *Leopoldo de Bulhões.*

## N. 67 — EM 29 DE OUTUBRO DE 1904

Communica aos Srs. delegados fiscaes do Thesouro nos Estados a adhesão da Republica do Panamá á Convenção Internacional concluída em Bruxellas para a publicação das tarifas aduaneiras.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1904.

Declaro aos Srs. delegados fiscaes do Thesouro Federal nos Estados, para seu conhecimento e fins convenientes, que, se-

gundo communicou a este Ministerio o das Relações Exteriores, em aviso n. 93, de 20 do corrente, foi tornada publica por decreto n. 5339, datado de 6 e impresso no *Diario Official* de 12 do mesmo mez, a adhesão da Republica do Panamá á Convenção Internacional concluida em Bruxellas, em 5 de julho de 1890, para a publicação das tarifas aduaneiras.—*Leopoldo de Bulhões.*

---

N. 68 — EM 9 DE NOVEMBRO DE 1904

Exige uma relação dos pensionistas civis e militares

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 9 de novembro de 1904.

No intuito de satisfazer a requisição contida no offeio do 1º secretario da Camara dos Deputados, n. 266, de 23 de setembro proximo findo, recommendo aos Srs. delegados fiscaes do Thesouro Federal nos Estados que remetam os seguintes dados :

1.ª Relação dos nomes dos pensionistas civis e militares até a referida data, inclusive, data da concessão de cada pensão e a respectiva importancia.

2.ª Relação dos nomes dos pensionistas que tiveram suas pensões accrescidas, data da concessão de cada accrescimento e a respectiva importancia.

3.ª Relação dos nomes dos pensionistas, em virtude de reversão de pensão, data de cada reversão e a respectiva importancia.  
— *Leopoldo de Bulhões.*

---

N. 69 — EM 3 DE DEZEMBRO DE 1904

Declara não haver disposição legal que autorize a isenção de direitos de dez caixotes contendo munições destinadas ao batalhão policial do Estado das Alagoas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1904.

Sr. Governador do Estado das Alagoas — Em resposta ao vosso telegramma de 12 de novembro proximo findo, em que solicitaes o despacho livre de direitos de dez caixotes contendo munições destinadas ao batalhão policial desse Estado, cabe-me declarar-vos que deixa de ser attendido o mesmo pedido, por não haver disposição legal que autorize a concessão daquelle favor.

Saude e fraternidade. — *Leopoldo de Bulhões.*

---

## N. 70 — EM 9 DE DEZEMBRO DE 1904

Declara que a Companhia de vapores allemães *Hammonia Rob. M. Stomans Line* passou a denominar-se *Dampschiffs Rhederei Union A. G. Hambury Stomans Brasil Line*.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1904.

Attendendo ao que requereram Theodor Wille & Comp., agentes da *Hammonia Rob. M. Stomans Line*, Companhia de vapores allemães empregados na navegação entre os portos do Brazil e Nova-York, declaro aos Srs. chefes das Repartições aduaneiras, para seu conhecimento e devidos fins, que a mesma companhia passou a denominar-se — *Dampschiffs Rhederei Union A. G. Hambury Stomans Brasil Line*. — Leopoldo de Bulhões.

## N. 71 — EM 22 DE DEZEMBRO DE 1904

Marca os limites da fronteira do territorio federal do Acre e o Estado do Amazonas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1904.

Sr. Governador do Estado do Amazonas — Confirmo o telegramma que dirige a V. Ex. em 15 do corrente mez, concebido nos termos seguintes:

Não estando ainda precisados os limites da fronteira do territorio federal do Acre e o Estado do Amazonas, resolvi, ouvindo os representantes desse Estado, que a dita fronteira fique provisoriamente estabelecida nos seguintes rios:

No Juruá: entre Olivença (territorio federal) e Arenal (Estado do Amazonas), logares esses situados aguas abaixo da confluencia do Moa.

No Tarauacá: a bocca do Murú, affluente da margem direita.

No Euvira: a bocca do Jurupary.

No Purús: barracão Barcelona, perto dos marcos de 1896.

No Japo: o logar Senna Madureira, perto dos marcos de 1896.

No Acre: os marcos perto de Caquetá.

Julgo ter assim attendido da melhor fórma possivel os desejos de V. Ex.

Saude e fraternidade. — Leopoldo de Bulhões.

## N. 72 — EM 23 DE DEZEMBRO DE 1904

Declara quaes os documentos que devem acompanhar o processo para a expedição do título definitivo de nacionalização de embarcações.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1904.

Não bastando, para servir de base á expedição dos títulos definitivos de nacionalização de embarcações, a simples apresentação dos respectivos títulos provisórios, declaro aos Srs. chefes das Repartições de Fazenda, para seu conhecimento e devidos effeitos, que os pedidos dirigidos a este Ministerio para aquella expedição devem ser instruídos não só com a certidão do registro das embarcações nas Capitánias de portos, mas também com a de todos os documentos justificativos do mesmo registro, na forma do art. 220, parágrafo unico, do regulamento anexo ao decreto n. 3929, de 20 de fevereiro de 1901.— *Leopoldo de Bulhões.*

---

## N. 73 — EM 31 DE DEZEMBRO DE 1904

Providencia para que seja annullada a lei n. 32 de 27 de maio de 1893, autorizando o empréstimo do cofre de orphãos no Estado da Bahia.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1904.

Sr. Governador do Estado da Bahia — Attendendo ao que expoz o delegado fiscal do Thesouro Federal nesse Estado em officio n. 143 de 31 de outubro deste anno, peço-vos digneis interpor os vossos bons officios perante o Congresso desse mesmo Estado no sentido de ser annullada a lei n. 32, de 27 de maio de 1893, autorizando empréstimo do cofre dos orphãos, por se tratar de serviço da competencia da União.

Saude e fraternidade.— *Leopoldo de Bulhões.*

---

## N. 74 — EM 31 DE DEZEMBRO DE 1904

Declara o modo por que deve ser cobrado o imposto dos productos vindos do Territorio federal do Acre e a respectiva escripturação.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1904.

Confirmo o telegramma que hontem vos dirigi nos seguintes termos: Telegramma de 15 corrente relativo limites provisórios do territorio Acre federal e Estado Amazonas deve comprehender somente productos chegados a Mandos daquelle data em diante.

Dos productos que houverem chegado anteriormente acompanhados de guias federaes e daquelles sobre cuja procedencia possa haver duvida, a Alfandega cobrará o respectivo imposto que será escripturado em deposito, para ser entregue ao Estado ou escripturado como venda da União depois de verificada a procedencia, para o que promovereis logo as necessarias diligencias dando do resultado conhecimento a este Ministerio. — *Leopoldo de Bulhões.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado do Amazonas.

---

## N. 1 — EM 9 DE JANEIRO DE 1904

Approva as medidas tomadas com relação ao desfalque do thesoureiro da Administração dos Correios do Estado de Sergipe José Dias da Silva Dantas e recommenda o sequestro dos bens do mesmo responsável.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1904.

Em resposta ao vosso officio n. 57 de 7 de dezembro ultimo, communico-vos que o Sr. Ministro, por despacho de 29 do mesmo mez, resolveu approvar todas as medidas que tomastes com relação ao desfalque dado nos cofres da Administração dos Correios desse Estado pelo respectivo thesoureiro José Dias da Silva Dantas e mandar recommendar-vos que promovais, desde já, o sequestro provisório de todos os seus bens; que organizeis o processo da tomada das contas para ser enviado ao Tribunal de Contas e que informeis se o dito responsável estava afluado, e, no caso affirmativo, qual o valor da fiança e a especie de bens que a garantio, devendo, quanto ao facto a que alludis, de ter sido encontrado nos referidos cofres um bilhete do thesoureiro da repartição a vosso cargo, abrir a necessaria syndicancia. — *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado de Sergipe.

## N. 2 — EM 12 DE JANEIRO DE 1904

Não se deve levar em conta a impugnação das Intendencias Municipaes das concessões de afluamento dos terrenos de marinha, quando estas concessões se referir a Inconstitucionalidade das mesmas.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1904.

Relativamente ao objecto do vosso officio n. 63, de 28 de novembro de 1902, declaro-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. Ministro, por despacho de 14 de setembro do anno proximo findo, resolveu recommendar-vos que, embora nunca deva ser dispensada a attenção da Intendencia Municipal dessa Cidade as concessões de afluamento dos terrenos, do que trata o decreto n. 4105, de 22 de fevereiro de 1888, não leveis em conta a impugnação da mesma Intendencia sempre que esta impugnação se referir a Inconstitucionalidade, por isso que as Mu-

municipalidades só poderão dar parecer a respeito dos casos do art. 3 do citado decreto: cumprindo que, dada essa hypothese, concedaes o aforamento nos termos das circulares ns. 28, de 18 de abril e 40, de 22 de julho de 1902, ficando a quem se julgar lesado o direito de recorrer aos tribunaes competentes.—*Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado do Amazonas.

#### N. 3 — EM 12 DE JANEIRO DE 1904

Autoriza a restituição do imposto cobrado sobre as passagens do contra-almirante, de um tenente e de seis marinheiros da esquadra americana do Atlantico Sul, que seguiram para Nova-York no vapor *Tennyson*, da Companhia Lamport & Holtz.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1904.

Declaro-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. Ministro, attendendo ao exposto pelo Ministerio das Relações Exteriores em aviso n. 75, de 26 de novembro proximo passado, resolveu, por despacho la 7 do corrente, autorizar a restituição do imposto cobrado sobre as passagens do contra-almirante Sumner, commandante da esquadra americana do Atlantico Sul, e do tenente Althroux e o seis marinheiros com elle embarcados no vapor *Tennyson*, da Companhia Lamport & Holt, com destino a Nova-York, quando esteve nesse porto a mencionada esquadra.—*Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado da Bahia.

#### N. 4 — EM 13 DE JANEIRO DE 1904

Declara quare os vendimentos e quitacoes a um escripturario, que serve o lugar de pagador da Delegacia do Pernambuco.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1904.

Communico-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. Ministro, a quem foi prezante a petição encaminhada com o vosso officio n. 156 de 26 de setembro proximo findo, e na qual o 3º escripturario da Alfandega desse Estado, Henrique Borges da Silva, recorre do acto pelo qual essa Delegacia lhe negou e abono da



gratificação necessaria para completar os vencimentos do logar de pagador, para que foi designado, resolveu, por despacho de 28 de dezembro ultimo, que o recorrente, não sendo o substituto legal deste cargo e nem se achando, por isso, comprehendido na decisão n. 234 de 26 de abril de 1879, tem direito, por havel-o exercido interinamente, a uma gratificação que, renvida aos vencimentos do seu proprio emprego, perfaza os do pagador, devendo o respectivo pagamento correr por conta da verba « Eventuaes ». — *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado de Pernambuco.

---

N. 5 — EM 19 DE JANEIRO DE 1904

Maria abonar ao sargento da força dos guardas da Alfandega do Maranhão, além dos seus vencimentos, a gratificação de commandante, durante o tempo em que serviu este logar.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1904.

Communico-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. Ministro, attendendo ao que lhe requereu o sargento da Força dos Guardas da Alfandega desse Estado, Antonio Ribeiro de Mendonça, na petição encaminhada com o offcio n. 31, de 12 de março do anno proximo passado, resolveu, por despacho de 5 do corrente mez, que ao requerente deve ser abonada, além dos vencimentos do seu proprio emprego, a gratificação de commandante da mesma Força, durante o tempo em que o substituir, observada, porém, a decisão n. 234, de 26 de abril de 1879. — *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado do Maranhão.

---

N. 6 — EM 20 DE JANEIRO DE 1904

Declara que o producto *piperasina de Maly* deve ser classificado como um dos effervescentes para pagar a taxa de 25% do art. 299 da Tarifa.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1904.

Sr. Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro — Communico-vos, para os fins convenientes, que o Sr. Ministro, tendo presente o recurso encaminhado com o vosso offcio n. 699 de 15 de outubro ultimo e interposto por V. Wernsch & C. do vosso

acto mandando, de conformidade com o parecer da maioria da Comissão de Tarifa, cobrar direitos *ad valorem* do producto denominado *Piperasina de Midy* e despachado pela primeira addição da nota de importação n. 1101 de 4 de agosto do anno passado, por despacho de 28 de dezembro citado, proferido em sessão do Conselho de Fazenda, resolveu dar provimento ao dito recurso por isso que o producto em questão deve ser classificado como saes effervescentes, á vista do resultado do exame a que foi submettido no Laboratorio Nacional de Analyses para pagar a taxa de 3\$200 do art. 209 da Tarifa.

Saule e fraternidade. — *Pedro Teixeira Soares*.

#### N. 7 — EM 26 DE JANEIRO DE 1904

Approva o acto da Delegacia do Goyaz negando vencimento a um agente fiscal de impostos de consumo durante o tempo em que funcionou como senador estadual.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1904.

Communico-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. Ministro, tendo presente o officio n. 120, de 11 de agosto do anno proximo passado com o qual submettestes á sua decisão o vosso acto negando ao agente fiscal dos impostos de consumo na 22ª circumscripção desse Estado, Domingos Deodoro, o abono da respectiva gratificação, correspondente não só ao tempo em que funcionou como senador estadual, como tambem ao que gastou nas viagens de ida para o Senado e volta para aquelle emprego, resolveu, por despacho de 28 de dezembro daquelle anno, approvar o alludido acto, visto estar de accordo com a disposição constante da orden n. 183, de 18 de novembro de 1855. — *Pedro Teixeira Soares*.

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado do Goyaz.

#### N. 8 — EM 30 DE JANEIRO DE 1904

Nega a restituição dos direitos de annos eixas de kerogene por litas por haver sido abrado a embarcação que as conduzia e que se despachadas.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1904.

Sr. Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro — Communico-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. Ministro, tendo

presente o recurso encaminhado com o vosso officio n. 144 de 16 de março do anno proximo passado e interposto por Bordi- Muniz & C. da decisão dessa Inspeção que lhes negou a restituição dos direitos pagos pela nota de importação n. 9.362 de setembro ultimo, relativos a 163 caixas de herozepe perdidas por haver sossobrado a embarcação que as conduzia, depois de despachadas e que faziam parte de uma partida de mil caixas vindas de New-York no vapor inglez *Byron*, resolveu, por despacho de 11 do corrente, proferido em sessão do Conselho de Fazenda e de accordo com o parecer deste, negar provimento ao dito recurso para o fim de manter a decisão recorrida por seus fundamentos.

Saude e fraternidade. — *Pedro Teixeira Soares.*

---

#### N. 9 — EM 2 DE FEVEREIRO DE 1904

Declaro que os Bancos ainda que sejam de depositos, constituidos sob o regimen das sociedades anonymas, estão obrigados á caução para emittir vales-ouro.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 1904.

Em solução á consulta constante de vosso officio n. 228, de 30 de outubro do anno proximo findo, declaro-vos, para os devidos effeitos, de accordo com o despacho do Sr. Ministro de 19 de dezembro do mesmo anno, que os Bancos ainda que sejam de depositos, constituidos sob o regimen das sociedades anonymas, não comprehendidos na circular n. 8, de 7 de fevereiro de 1899, e outros estabelecimentos nacionaes, estão obrigados á caução para emittir vales-ouro.

Outrosim vos declaro que fica sem effeito a ordem desta Directoria n. 24, de 30 do mez proximo passado, por não ter sido redigida, como a presente, de inteiro accordo com o citado despacho. — *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado de S. Paulo.

---

#### N. 10 — EM 6 DE FEVEREIRO DE 1904

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 1904.

Em obediencia ao despacho do Sr. Ministro, de 2 do corrente, proferido sobre vosso telegramma de 15 do mez proximo findo, declaro-vos que, ao contrario do que entendeis, falta compe-

lencia a essa Delegacia para designar substituto ao thesoureiro dos Correios, suspenso em virtude do desfalque, e recomendo-vos informeis si o mesmo thesoureiro prestou a devida fiança e qual o valor desta. — *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado do Rio Grande do Norte.

---

#### N. 11 — EM 8 DE FEVEREIRO DE 1904

Declara que os inspectores fiscaes dos impostos de consumo não tẽem competencia para far ordens aos exactores federaes.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 1904.

Em resposta ao vosso officio n. 47, de 8 de outubro ultimo, declaro-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. Ministro, por despacho de 11 do mez proximo findo, resolveu approvar a providencia que adoptastes em circular n. 6, expedida aos exactores das rendas federaes nesse Estado em data de 24 de setembro do anno passado, no sentido de sô terem cumprimento por parte dos agentes fiscaes dos impostos de consumo as ordens transmitidas por essa Delegacia, por isso que para tanto falta competencia aos inspectores fiscaes. — *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado do Paraná.

---

#### N. 12 — EM 9 DE FEVEREIRO DE 1904

Confirma a decisão da Alfandega do Rio de Janeiro que impoz a multa de 1000\$ pela importação de 100 caixas de manteiga contendo substancias nocivas a saude.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1904.

Sr. Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro — Declaro-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. Ministro, tendo presente o recurso encaminhado com o vosso officio n. 655 de 7 de outubro do anno passado e interposto por Guimarães, Irmão & Comp. da decisão dessa Inspectoria que lhes impoz a multa de um conto de réis por terem importado pelo vapor francez *Les Alpes*, procedente de Genova, com caixas marca G. I.

& Comp. com manteiga verificada pelo Laboratorio Nacional de Analyses conter substancias nocivas á saude, resolveu, por despacho de 29 de janeiro ultimo, de accordo com o parecer emitido pelo Conselho de Fazenda, negar provimento ao dito recurso, para o fim de confirmar a decisão recorrida.

Saude e fraternidade.— *Pedro Teixeira Soares.*

---

#### N. 13 — EM 9 DE FEVEREIRO DE 1904

Manda classificar como tomates seccos ou salgados a mercadoria contida em 100 barricas marca M vindas da Europa no vapor allemão *Mendosa*.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1904.

Sr. Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro — Communico-vos para os fins convenientes que o Sr. Ministro, tendo presente o recurso encaminhado com o vosso officio n. 478, de 21 de julho do anno passado e interposto por Joaquim José Gonçalves & C. do acto dessa Inspectoria que, de conformidade com o parecer da maioria da Comissão de Tarifa, mandou classificar como legumes em massa a mercadoria contida em 100 barricas marca M, ns. 1 a 100, importadas da Europa pelo vapor allemão *Mendosa* e para a qual os recorrentes pediram a essa Alfandega classificação; resolveu por despacho de 21 de janeiro proximo findo, proferido em sessão do Conselho de Fazenda e de accordo com o parecer deste, dar provimento ao dito recurso, para o fim de ser classificada a mercadoria em questão como tomates seccos ou salgados do art. 102 da Tarifa para pagar a taxa de 200 rs. por kilo.

Saude e fraternidade.— *Pedro Teixeira Soares.*

---

#### N. 14 — EM 11 DE FEVEREIRO DE 1904

Manda restituir a quantia de \$31\$600 cobrada a titulo de multa em beneficio de um conferente que, depois da salida da mercadoria, verificou não ter calculado o augmento de taxas estabelecido na lei n. 953 de 29 de dezembro de 1902.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1904.

Sr. Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro — Communico-vos, para os fins convenientes, que o Sr. Ministro, por despacho

de 29 de janeiro findo, de accordo com o parecer emitido pelo Conselho de Fazenda em sessão de 25 do mesmo mez, resolveu dar provimento ao recurso de Avelino Mendes & C. encaminhado com o vosso officio n. 292 de 15 de março do anno passado, para o fim de lhes ser restituída a importancia de 621\$600 que os obrigastos a pagar a titulo de multa para o conferente que, depois de retiradas dessa Repartição as cadeiras que os recorrentes despacharam pela nota de importação n. 8715 de 25 de fevereiro do dito anno, verificou ter deixado de attender, para o calculo dos respectivos direitos, ao augmento de taxas estabelecido no art. 12 da lei n. 253 de 29 de dezembro de 1902 e a cujo pagamento fossem tambem sujeitos os mesmos recorrentes, que o satisfizeram pela nota de differença n. 3139 de 11 de janeiro de 1903.

Saudo o fraternidade.— *Pedro Teixeira Soares.*

#### N. 15 — EM 13 DE FEVEREIRO DE 1904

Approva o acto da Delegacia Fiscal do Thesouro no Estado do Ceará designando o collecter estadual da villa de Soure para se encarregar da arrecadação das rondas federaes na mesma villa.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 1904.

Declaro-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. Ministro, tendo presente o officio n. 78, de 25 de dezembro ultimo, em que communicas haver designado o collecter estadual da villa de Soure para se encarregar da arrecadação das rondas federaes na dita villa, de accordo com o disposto no art. 3º das Instruções de 21 de outubro de 1901, o nomeado Francisco de Salles Gomes Parente para, interinamente, exercer o lugar de escrivão, resolveu, por despacho de 13 de janeiro proximo findo, approvar o vosso acto somente na parte referente á alludida designação, porquanto o mencionado art. 3º não cogita da nomeação de escrivães; podendo, entretanto, o escrivão estadual, caso a Collectoria esteja provida desse cargo, funcionar no serviço federal, conforme já foi resolvido e consta da ordem desta Directoria n. 81, de 12 de setembro do anno passado, uma vez que preste a necessaria fiança. — *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado do Ceará.

## N. 16 — EM 13 DE FEVEREIRO DE 1904

Autoriza a Alfândega a designar um guarda para acompanhar o vapor inglês *Fluminense* até o porto de Tutoya, visto achar-se interdito, por motivo da peste bubônica, o porto do Maranhão.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 1904.

Declaro-vos, para os fins convenientes, que o Sr. Ministro, por despacho de 10 do corrente, proferido sobre telegramma do Booth & Ca., agentes do vapor inglês *Fluminense*, pedindo autorização para que, pela Alfândega do Ceará, fosse mandado um guarda acompanhar o mesmo vapor até o porto de Tutoya, visto estar interdito o porto dessa Capital, por motivo da peste bubônica, resolveu autorizar a dita Alfândega a attender a todos os pedidos naquelle sentido em quanto subsistir a circumstancia especial mencionada; devendo, porém, ser observadas as instrucções constantes da ordem n. 5, expedida a essa Delegacia em 31 de julho e publicada no *Diario Official* do 1 de agosto do anno proximo passado. — *Pedro Teixeira Soares*.

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado do Maranhão.

---

## N. 17 — EM 19 DE FEVEREIRO DE 1904

Dá provimento a um recurso da decisão da Alfândega do Rio de Janeiro que mandou cobrar em separado as latas de folha que servem de envoltorio ás cores de anilina.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1904.

Sr. Inspector da Alfândega do Rio de Janeiro — Communico-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. Ministro resolveu, por despacho de 17 do corrente, proferido em sessão do Conselho de Fazenda e de accordo com o parecer deste, dar provimento ao recurso encaminhado com o vosso officio n. 761 de 21 de novembro ultimo e interposto por Blum & C. contra a decisão dessa Inspectoria que, confirmando o parecer da Comissão de Tarifa, os sujeitou ao pagamento de direitos em separado, das latas de folha que servem de envoltorio ás cores de anilina, que os recorrentes receberam de Hamburgo e submeteram a despacho pela nota de importação n. 9.984 de setembro do anno proximo passado.

Saude e fraternidade. — *Pedro Teixeira Soares*.

---

## N. 18 — EM 25 DE FEVEREIRO DE 1904

Autoriza a baldeação no porto da Bahia de varias mercadorias re-exportadas para o porto de Aracaju, no Estado de Sergipe.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1904.

Declaro-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. Ministro, tendo presente o requerimento encaminhado com o officio da Delegacia Fiscal no Estado de Sergipe, n. 54, de 18 de novembro do anno proximo findo, e no qual Teixeira Chaves & Comp. e outros negociantes importadores em Aracaju, pediram fosse permittida a baldeação no porto dessa cidade, dos artigos que, na falta de communicação directa, recebem mediante despacho de re-exportação, não só desse porto como tambem deste e dos do Recife e Maceió, resolveu, por despacho de 9 de dezembro do mesmo anno, autorizar a dita baldeação nesse porto e no do Recife, observadas as regras estabelecidas na decisão de 30 de outubro de 1895, relativa á importação nas praças do Porto Alegre e Pelotas.— *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado da Bahia.

---

## N. 19 — EM 25 DE FEVEREIRO DE 1904

Autoriza a baldeação no porto da Bahia de varios artigos destinados ao porto de Aracaju, Estado de Sergipe.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1904.

Declaro-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. Ministro, tendo presente o requerimento encaminhado com o vosso officio n. 54 de 18 de novembro proximo passado e no qual Teixeira Chaves & Comp. e outros, negociantes importadores nessa Capital, pediram fosse permittida a baldeação no porto da Bahia dos artigos que, por falta de communicação directa, recebem mediante despacho de reexportação não só daquelle porto como deste e dos do Recife e Maceió, resolveu, por despacho de 9 de dezembro do mesmo anno, autorizar a dita baldeação nos portos da Bahia e Recife, observadas as regras estabelecidas na decisão de 30 de outubro de 1895, relativa á importação nas praças do Porto Alegre e Pelotas.— *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado de Sergipe.

---



## N. 20 — EM 3 DE MARÇO DE 1904

Nega provimento ao recurso de uma decisão da Alfândega do Rio de Janeiro que mandou cobrar os direitos de 640 kilos de painço e 240 kilos de milho alvo, despachados como sementes proprias para agricultura.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 3 de março de 1904.

Sr. Inspector da Alfândega do Rio de Janeiro — Communico-vos; para os devidos effeitos, que o Sr. Ministro resolveu, por despacho de 17 de fevereiro findo proferido em sessão do Conselho da Fazenda e de accordo com o parecer emitto pelo mesmo Conselho, negar provimento ao recurso interposto pelos negociantes desta praça Lopes & Freire do vossa decisão pela qual, de accordo com a maioria da commissão da tarifa, mandastes cobrar os direitos respectivos de 640 kilos de painço e 240 kilos de milho alvo, submettidos a despacho pela nota de importação n. 48 de março do anno passado, como sementes proprias para agricultura, do art. 105, classe 8ª da Tarifa.

Saude e fraternidade.—*Pedro Teixeira Soares.*

## N. 21 — EM 3 DE MARÇO DE 1904

Declara que a procuração em causa propria, tendo força de escriptura publica, não pôde ser revogada por meio do requerimento firmado por uma das partes.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 3 de março de 1904.

De accordo com o despacho de 2 do corrente mez, proferido pelo Sr. Ministro em solução ao que lhe requereu o engenheiro Luiz de Souza Mattos, chefe da Commissão de melhoramentos do porto desse Estado, recommendo-vos providencias para que seja paga a Ricardo Augusto de Medeiros, escripturario pagador da referida commissão, a importancia das contas de que trataes em telegramma de 18 de janeiro ultimo, visto que não procedem as razões constantes do alludido telegramma em que vos baseastes para recusar tal pagamento, porquanto a procuração em causa propria, tendo força de escriptura publica, á vista do disposto no art. 2º da lei n. 79, de 23 de agosto de 1892, não pôde ser cassada por meio de um simples requerimento firmado por uma das partes, nem tem applicação ao caso os arts. 32 da

lei n. 957, de 30 de dezembro de 1902 e 66 do decreto n. 736, de 20 de novembro de 1850, aquelle por não ter o dito escripturario se representado no caracter official e este por não ser elle considerado empregado de fazenda. Confirmo assim meu telegramma desta data. — *Pedro Teixeira Soares*.

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado da Parahyba.

---

N. 22 — EM 4 DE MARÇO DE 1904

Declara não poder ser aceita a proposta do Banco Auxiliar das Classes, porque a gratificação offerecida aos empregados da Delegacia importaria no estabelecimento de um regimen de propinas aos empregados publicos.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 4 do março de 1904.

Em resposta ao vosso officio n. 188, de 31 de dezembro do anno passado, tratando da proposta da Directoria do Banco Auxiliar das Classes, de recolher aos cofres dessa Delegacia a quota mensal de 200\$000, destinada á remuneração dos empregados dessa mesma Repartição que se encarregarem fóra das horas do expediente do serviço referente ás transacções daquelle Banco, declaro-vos, para os fins convenientes, que o Sr. Ministro resolveu, por despacho de 2 do corrente, não poder ser aceita a referida proposta, que importaria no estabelecimento de propinas aos empregados publicos. — *Pedro Teixeira Soares*.

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado da Bahia.

---

N. 23 — EM 4 DE MARÇO DE 1904

Reconsidera o despacho de 5 de novembro do anno findo, para o effeito de negar provimento ao recurso de José da Costa acerca da cobrança em oaro de parte do producto de mercadorias vendidas em Leilão na Alfandega do Rio de Janeiro.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 4 do março de 1904.

Sr. Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro — Communico-vos, para os fins convenientes, que o Sr. Ministro, por despacho de 22 do mez proximo findo, proferido em sessão do

Conselho de Fazenda sobre o requerimento em que José da Costa pediu expedição de nova ordem em substituição da constante do officio desta Directoria, n. 377, de 12 de novembro do anno passado, resolveu reconsiderar o despacho de 5 do mesmo mez do novembro, para o fim de negar provimento ao recurso e que elle se refere, porquanto o requerente concorrendo ao leilão accceitou préviamente todas as condições em que se ia realizar e entre ellas estava a de ser paga em ouro parte do producto da arrematação, do que tiveram pleno conhecimento todos os licitantes pelos editaes publicados; accrescendo que, accceitando aquella condição, quando a mercadoria fôra offerecida á venda, para depois vir reclamar restituição, o dito requerente afastou os demais concorrentes que de certo teriam offerecido maiores lances si contassem tambem poder pagar em papel o que se iam comprometter a pagar em ouro.

Saude e fraternidade.— *Pedro Teixeira Soares.*

---

N. 24 — EM 4 DE MARÇO DE 1905

Manda restituir os direitos pagos por 118 caixas contendo alhos pedres condemnados a consumo.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 4 de março de 1905.

Sr. Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro — Communico-vos, para os fins convenientes, que o Sr. Ministro, tendo presente o recurso transmittido com o vosso officio n. 757 de 20 de novembro do anno passado e interposto pelos negociantes desta praça João Marques & Comp. do acto pelo qual negastes aos requerentes a restituição da quantia de 1:938\$800, de direitos pagos pelas notas ns. 7.336 a 7.338 de maio do mesmo anno por 118 caixas contendo alhos condemnados a consumo, em virtude de estarem pedres, resolveu por despacho de 17 de fevereiro ultimo proferido em sessão do Conselho de Fazenda e de conformidade com o parecer deste, dar provimento ao alludido recurso, para o fim de autorizar a restituição pedida.

Saude e fraternidade.— *Pedro Teixeira Soares.*

---

## N. 25 — EM 4 DE MARÇO DE 1904

Dá provimento ao recurso de Augusto de La Roque & Comp. da decisão que mandou cobrar direitos em separado das latínhas contendo chá da Índia; e recommenda que em casos semelhantes se ouça a comissão de tarifa.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 4 de março de 1904.

Declaro-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. Ministro, por despacho de 23 de dezembro ultimo, proferido em sessão do Conselho de Fazenda e de accordo com o parecer deste, resolveu dar provimento ao recurso encaminhado com o vosso officio n. 32 A, de 10 de setembro do anno proximo findo e interposto por Augusto de La Roque & Comp. da decisão do inspector da Alfandega desse Estado mandando cobrar direitos em separado das latínhas em que veio acondicionado o chá da Índia submettido a despacho pela nota de importação n. 5083 de fevereiro do dito anno.

Outrosim, vos declaro, na conformidade do referido despacho, que deveis recommendar áquelle inspector que em casos semelhantes ouça a comissão de tarifa e profira por escripto a sua decisão, a fim de fornecer aos interessados base para a interposição de recurso, nos termos das decisões de 16 de dezembro de 1862 e de 25 de abril de 1879.— *Pedro Teixeira oares.*

Sr. Delegado Fiscal de Thesouro no Estado do Pará.

## N. 26 — EM 10 DE MARÇO DE 1904

Declara não haver necessidade de licença, como exigiu a Alfandega de Pernambuco, para a entrega de volantes com dynamite vindos por cabotagem do porto da Parahyba.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 10 de março de 1904.

De accordo com o despacho do Sr. Ministro, de 23 de dezembro ultimo, proferido sobre o requerimento de Augusto Botelho, transmittido com o vosso officio n. 160 de 3 do mesmo mez, declaro-vos, para os devidos effeitos, não haver necessidade de licença, como exigiu a Alfandega desse Estado, para effectuar-se

a entrega ao requerente das caixas contendo dynamite vindas por cabotagem do porto da Parahyba.— *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado de Pernambuco.

---

N. 27 — EM 11 DE MARÇO DE 1904

Declara que não deve ser negado o registro de que trata o art. 2º do regulamento de 24 de março de 1900 aos negociantes que o solicitarem mesmo fóra do prazo allí estabelecido.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 11 de março de 1904.

Em resposta ao vosso telegramma de 24 de fevereiro proximo findo, declaro-vos, para os fins convenientes e em obediencia ao despacho do Sr. Ministro de 5 do corrente mez, que, á vista do que já foi resolvido, não podeis recusar o registro, de que trata o art. 2º do regulamento anexo ao decreto n. 3322, de 26 de março de 1900, aos negociantes que o solicitarem, mesmo fóra do prazo allí estabelecido.— *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado de S. Paulo.

---

N. 28 — EM 11 DE MARÇO DE 1904

Declara que a apprehensão das arcas monazíticas conduzidas pela barca *Delta*, só poderá ter lugar mediante mandado do juiz seccional, competente para resolver questões de direito marítimo.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 11 de março de 1904.

Em resposta ao telegramma de 27 de fevereiro ultimo, em que consultaes se deveis apprehender, á requisição o secretario do Thesouro do Estado da Bahia, as arcas monazíticas recebidas clandestinamente em Porto Seguro pela barca russa *Delta*, caso arribe a esse porto, declaro-vos, para os devidos effeitos e em obediencia ao despacho do Sr. Ministro de 7 do corrente mez, que a apprehensão de que se trata só poderá ter lugar mediante mandado do juiz seccional, autoridade competente para resolver as questões attinentes a direito marítimo.— *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado da Bahia.

---

## N. 29 — EM 16 DE MARÇO DE 1904

Dá provimento ao recurso interposto por João da Cunha & C., declarando que tendo sido a divergencia verificada no acto da conferencia declarada na nota de despacho, não era applicavel ao caso a multa de direitos em dobro.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 16 de março de 1904.

Communico-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. Ministro, tendo presente o recurso encaminhado com o vosso officio n. 114, de 23 de julho de 1902, e interposto por João da Cunha & C., da decisão da Alfandega desse Estado mantendo o acto pelo qual lhes foi imposta a multa de direitos em dobro, comminada no art. 35 § 3º do regulamento annexo ao decreto n. 3732, de 7 de dezembro de 1900, por declarar a factura consular n. 5607, legalizada pelo Consulado Geral em Hamburgo, ser — azul-ultramar — a mercadoria despachada pela nota de importação n. 1141, de 19 de maio do dito anno de 1902, e que era — azul da Prussia —, resolveu por despacho de 7 de janeiro ultimo, de accordo com o parecer emitido pelo Conselho de Fazenda em sessão de 4 do mesmo mez, dar provimento ao recurso em questão, por isso que tendo sido verificada a alludida divergencia no acto da conferencia, mas, accusada na nota de despacho, não era applicavel ao caso a disposição citada. — *Pedro Teixeira Soares*.

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado da Bahia.

## N. 30 — EM 16 DE MARÇO DE 1904

Annula o concurso havido na Delegacia Fiscal no Rio Grande do Sul para provimento de empregos de 1ª entrancia, por não se poder aquilatar da aptidão dos candidatos pelas provas exhibidas.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 16 de março de 1904.

Verificando-se dos papéis que acompanharam o vosso officio n. 227, de 13 de novembro do anno proximo passado, relativos ao concurso realizado nessa Delegacia em outubro do mesmo anno para provimento dos empregos de Fazenda de 1ª entrancia, que os respectivos examinadores não procederam regularmente, por quanto, além de apresentarem trechos e problemas tão facéis que por elles não se pôde aquilatar da aptidão dos candidatos e de darem a nota boa a provas que deveriam ser classificadas pes-

simas, reuniram, sem motivo que o justifique, as provas de arithmetica e algebra, disciplinas completamente distinctas, e realizaram em um só dia as provas oraes de francez, portuguez e inglez de 42 candidatos, apurando, nesse mesmo dia, os votos obtidos, o que parece incrivel, mesmo na hypothese de ter sido prorogada a hora do expediente da Repartição, resolveu o Sr. Ministro, por despacho de 7 do corrente mez, annullar o alludido concurso e mandar extranhar o vosso procedimento deixando de fiscalizal-o, na qualidade de seu presidente, a ponto de se consummarem as irregularidades apontadas. O que vos comunico para os devidos effeitos. — *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado do Rio Grande do Sul.

---

N. 31 — EM 18 DE MARÇO DE 1904

Declara que os marinheiros das Alfandegas não podem ser dispensados do serviço da Armada, quanto sorteados, porque a lei n. 478, de 9 de dezembro de 1897, não os exclue de tal serviço.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 18 de março de 1901.

Communico-vos, para os devidos fins e em resposta ao vosso telegramma de 25 de janeiro ultimo, que os tres marinheiros da Alfandega desse Estado, de que trataes no citado telegramma, não podem ser dispensados do serviço da Armada, para que foram sorteados, porque, conforme declara o Ministerio da Marinha, em aviso n. 276, de 29 de fevereiro findo, a lei n. 478, de 9 de dezembro de 1897, apenas exclue do sorteio entre os matriculados nas Capitancias dos portos, os machinistas, pilotos e os julgados incapazes. — *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado do Maranhão.

---

N. 32 — EM 19 DE MARÇO DE 1904

Dá provimento, como de revista, ao recurso interposto por Machado & Pereira, da decisão da Alfandega de Pernambuco que impoz a multa de direitos em dobro por falta de declaração na factura consular de caixinhas de madeira enfeitadas.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 19 de março de 1904.

Declaro-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. Ministro, tendo presente o recurso encaminhado com o vosso officio n. 48 de 23 de abril de 1902 e interposto por Machado & Pereira da decisão do Inspector da Alfandega desse Estado im-

pondo-lhes a multa de direitos em dobro, comminada no art. 35 § 3º do Reg. anexo ao decreto n. 3732, de 7 de agosto de 1900, por não constarem da factura consular da mercadoria despachada pela nota da importação n. 206 de 5 de agosto de 1901, 20 kilos de caixinhas de madeira, enfeitadas, também incluídas nessa nota; resolveu, por despacho de 7 de janeiro proximo passado, de accordo com o parecer emitido pelo Conselho de Fazenda, em sessão de 4 do mesmo mez, tomar conhecimento do dito recurso, como de revista, para o fim de dar-lhe provimento, porque:

1.º Provendo o art. 35 § 3º do citado regulamento a divergencia da factura com o conteúdo do volume na parte referente á quantidade, qualidade ou origem da mercadoria, verificada no acto de conferencia, taes hypotheses não se realizaram no caso em questão, pois a mercadoria despachada conferiu em quantidade e qualidade com o declarado na factura e sómente os envoltorios estavam sujeitos a direitos em separado;

2.º O dito regulamento não manda extremar os envoltorios, mesmo quando sujeitos a direitos em separado;

3.º Ainda mesmo que se considerasse a especie comprehendida no referido art. 35 § 3º, a divergencia não foi verificada em acto de conferencia, mas accusada na nota do despacho, o que, nos termos do art. 483 da Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas, isentava os recorrentes de qualquer pena;

4.º Mesmo que o facto constituísse uma contravenção, a multa cabivel seria a do § 4º daquelle artigo e só deveria ser imposta, depois de verificada pela Directoria do Serviço da Estatística Commercial, a omissão ou a insufficiencia das declarações da factura, porquanto, conferindo a mercadoria quer em quantidade quer em qualidade, peso liquido real e peso bruto, só se poderia considerar a falta de discriminação do envoltorio como uma omissão, desde que o regulamento não obrigava de modo claro e positivo.—*Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado de Pernambuco.

#### N. 52 -- EM 19 DE MARÇO DE 1904

Declara que a despesa feita com a arrecatação de salvados deya correr por conta dos mesmos salvados, a vista do disposto no art. 291, regra 7ª, da Nova Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 19 de março de 1904.

Devolvendo a essa Delegacia o processo enviado com o vosso officio n. 56 de 26 de maio do anno proximo findo e referente



ao pagamento de 138\$ requerido pela Companhia de Navegação a vapor do Maranhão por passagens concedidas ao sargento dos guardas da Alfandega, a um guarda e a dous marinheiros que foram a Bragança proceder á arrecadação dos salvados do vapor *Kelrinsid*, declaro-vos, para os devidos effeitos, de accordo com o despacho do Sr. Ministro, de 3 do corrente, que a despesa de que se trata deve correr por conta do producto da venda dos mesmos salvados á vista do disposto no art. 291, regra 7<sup>a</sup> da Nova Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas.— *Pedro Teixeira Soares*.

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado do Paraná.

---

N. 34 — EM 21 DE MARÇO DE 1904

Confirma o acto do inspector da Alfandega de Paranaguá negando a restituição dos direitos de 21.503 kilogrammas de sal de menos encontrados na descarga do vapor *União*.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 21 de março de 1904.

Declaro-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. Ministro, tendo presente o recurso encaminhado com o vosso officio n. 460, de 21 de junho de 1901 e interposto por Guimarães & Comp. da decisão dessa delegacia mantendo, á vista do disposto no art. 16 do Regulamento anexo ao decreto n. 2773, de 29 de dezembro de 1897, art. 45 do que baixou com o decreto n. 2998, de 14 de setembro de 1893, e art. 501 da Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas, o acto do inspector da Alfandega desse Estado que lhes negou restituição dos direitos de 21.503 kilogrammas de sal, diferença para menos verificada entre a quantidade manifestada no vapor *União* e a sahida da Alfandega, resolveu por despacho de 21 de janeiro proximo passado, de accordo com o parecer emitido pelo Conselho da Fazenda em sessão de 11 do mesmo mez, negar provimento ao dito recurso para o fim de confirmar a decisão recorrida, por seus fundamentos.— *Pedro Teixeira Soares*.

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado do Paraná.

---

## N. 35 — EM 24 DE MARÇO DE 1904

Nega a restituição de direitos pedida por Clemente Botelho, declarando não ser possível fazer extensiva a casos analogos a decisão proferida *por equidade* e comunicada em officio n. 241 de 25 de julho do anno passado.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 24 de março de 1904.

Sr. Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro — Em resposta ao vosso officio n. 747 de 12 de novembro do anno proximo passado, encaminhando o requerimento em que Clemente Botelho, fundando-se na decisão constante do officio desta Directoria n. 241 de 25 de julho do dito anno, recorre de vosso acto negando-lhe a restituição da importancia da multa de direitos em dobro imposta por essa Inspectoria pela falta da 4.<sup>a</sup> via da factura consular de 2.000 saccos de farinha de trigo vindos no vapor argentino *Mercurio* e despachados em duas partidas de 1.000 saccos, communico-vos, para os fins convenientes, haver o Sr. Ministro resolvido, por despacho de 17 de fevereiro findo, em sessão do Conselho de Fazenda e de accordo com o parecer do mesmo Conselho, que, não sendo possível fazer extensiva a casos analogos uma decisão proferida *por equidade*, devo o requerente interpor seu recurso pelos meios regulares de vosso acto impondo a multa e não do que lhe negou a restituição.

Saude e fraternidade.— *Pedro Teixeira Soares.*

## N. 36 — EM 25 DE MARÇO DE 1904

Declara que as mercadorias retardadas nos armazens da Alfandega devem ser vendidas pelo maior lance offerecido, depois de realizadas as tres praças.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 25 de março de 1904.

Communico-vos, para os fins convenientes, que não pôde ser acceto o alvitre lembrado pelo inspector da Alfandega desse Estado, de serem enviadas para identica Repartição em Pernambuco, as mercadorias retardadas de que trataes em officio n. 11 de 14 de fevereiro ultimo, afim de serem alli vendidas em leilão porque, conforme já foi declarado nas ordens de 29 de janeiro de 1897 a Delegacia Fiscal do Maranhão, n. 187 de 8 de junho

do mesmo anno á Alfandega do Rio de Janeiro e n. 98 de 28 de agosto de 1903 á Delegacia Fiscal no Pará, taes mercadorias depois de realizadas as tres praças para a arrematação, devem ser vendidas pelo maior lance offerecido.—*Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado da Parahyba.

---

N. 37 — EM 28 DE MARÇO DE 1904

Declara não ser necessario o deposito prévio da importancia do imposto sobre dividendos para a interposição dos recursos legaes.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal—Rio de Janeiro, 28 de março de 1904.

Declaro-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. Ministro, tendo presentes os recursos enviados com o vosso officio n. 185, de 22 de dezembro do anno proximo findo, e interpostos pelos Bancos Auxiliar das Classes e Economico, e Companhias — União Fabril da Bahia, Linha Circular, Trilhos Centraes e do Queimados, de vossa decisão exigindo, para tomar conhecimento dos recursos interpostos pelos mesmos contra a cobrança, pela Alfandega desse Estado, do imposto sobre dividendos, o deposito prévio da importancia do dito imposto e da multa correspondente, e attendendo a que a alludida exigencia não encontra apoio no decreto n. 2757, de 23 de dezembro de 1897, e que, em casos como o de que se trata, os recursos não suspendem a acção fiscal quanto á cobrança do imposto pelos meios legaes, resolveu, por despacho de 7 do corrente, proferido em sessão do Conselho de Fazenda e de accordo com o parecer deste, dar provimento aos recursos em questão.—*Didimo A. Fernandes da Veiga*, servindo de director.

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado da Bahia.

---

N. 38 — EM 28 DE MARÇO DE 1904

Communica que o guarda da Alfandega do Rio de Janeiro José Martins da Veiga Junior não tem direito á gratificação que pede por serviços prestados na Ilha Grande no periodo decorrido de março de 1893 a junho de 1894.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 28 de março de 1904.

Sr. Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro—Communico-vos, para os fins convenientes, que o Sr. Ministro, por despacho

de 23 do mez proximo findo, resolveu indeferir, á vista do disposto no decreto n. 857 de 12 de novembro de 1851, o requerimento encaminhado com o officio n. 506 de 3 de agosto do anno passado, e no qual o guarda dessa Alfandega, José Martins da Veiga Junior, pediu o abono de uma gratificação por serviços prestados na Ilha Grande no periodo decorrido de março de 1893 a junho de 1894.

Saude e fraternidade.— *Pedro Teixeira Soares.*

#### N. 39 — EM 28 DE MARÇO DE 1904

Os remadores das Alfandegas são obrigados ao serviço da marinha de guerra em vista da lei n. 478 de 9 de dezembro de 1897.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 28 de março de 1904.

Sr. Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro — Em obediencia ao despacho do Sr. Ministro, de 25 do mez proximo findo, communico-vos, para os devidos effeitos, que o Ministerio da Marinha, em aviso n. 204 de 11 do mesmo mez, respondendo ao que o da Fazenda dirigiu relativamente á representação da Guarda-moria desta Alfandega, transmittida com o vosso officio n. 15 de 9 de janeiro ultimo, declara que, com excepção de Annunciano Rodrigues dos Santos, que não foi sorteado, e José Aureliano dos Santos que não foi sorteado, segundo informa o capitão do porto, todos os remadores mencionados na referida representação estão obrigados pela lei n. 478 de 9 de dezembro de 1897 a servir na marinha de guerra, visto que são marinheiros matriculados na Capitania.

Saude e fraternidade.— *Pedro Teixeira Soares.*

#### N. 40 — EM 28 DE MARÇO DE 1904

Não approva o acto da Delegacia Fiscal do Pernambuco accitando a proposta feita por um collecter para o logar de escrivão.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 28 de março de 1904.

Em resposta ao vosso officio n. 108, de 31 de agosto do anno proximo findo, declaro-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. Ministro, por despacho de 16 do corrente mez, resolveu

deixar de approvar o acto de que destes conta no mesmo officio, porque contraria o disposto na circular n. 12 de 27 de março do dito anno, além de que, sendo o escrivão fiscal do collector, não pôde ser por este nomeado ou proposto, como pareceu a essa Delegacia, á vista da ordem de 24 de novembro de 1885, que está revogada.—*Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado do Pernambuco.

---

N. 41 — EM 28 DE MARÇO DE 1904

Responde á consulta do collector das rendas federaes em Campos acerca dos impostos de consumo.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 28 de março de 1904.

Em solução ao vosso officio n. 61, de 17 de dezembro ultimo, tratando da consulta feita pelo agente fiscal dos impostos de consumo da 15ª circumscripção desse Estado, Hyppolito Leão de Azevedo, declaro-vos, de accordo com o despacho do Sr. Ministro de 27 de janeiro ultimo:

Quanto ao 1º quesito: que os depositos de fabricas fóra da circumscripção destas ou as casas commerciaes por grosso pagam a taxa de registro de 100\$000, si o negocio consiste sómente de um dos tres artigos fumo, bebidas, tecidos; de 200\$ si de dous; 300\$ si de tres, e, caso não consista de nenhum destes, mas de um ou de todos os outros—sal, phosphoros, velas, etc., deverão pagar sempre a taxa de 100\$, correspondente a um só registro.

Quanto ao 2º quesito: que tendo o armazem um deposito de generos para cujo commercio já foi pago o registro, está isento desta contribuição, visto não estarem os depositos de fabricas comprehendidos nas tabeillas das leis n. 641, de 14 de novembro de 1889, e n. 813, de 23 de dezembro de 1901, e dos decretos n. 3622, de 26 de março de 1900 e n. 4345, de 18 de fevereiro de 1902.

E quanto aos 3º e 4º quesitos: que o registro para o commercio por grosso pôde aproveitar para o varejo, quando se realize no mesmo estabelecimento, para o fim de ser concedida patente gratuita, pois neste caso se verifica a hypothese de estar registrado o estabelecimento para o commercio e ter pago a maior taxa; em relação á hypothese figurada quanto ao negociante varejista, só não é exigivel o pagamento do registro si se tratar de ramo do mesmo estabelecimento, isto é, uma secção sujeita á mesma direcção e sob escripturação commum.—*Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Collector das Rendas Federaes em Campos.

---

## N. 42 — EM 31 DE MARÇO DE 1904

Declara que não descarregando as mercadorias em armazem, ponte ou caes da Alfandega, não estão sujeitas ao expediente das capatazias.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 31 de março de 1904.

Declaro-vos, para os fins convenientes, que o Sr. Ministro, tendo presente o recurso encaminhado com o vosso officio n. 114 de 22 de outubro do anno passado, e interposto por Ernesto Krumen, da decisão da Inspectoria da Alfandega desse Estado que lhe negou restituição da quantia de 1:264\$300, correspondente ao expediente da capatazia de 6.324 fardos de alfafa despachados sobre agua pela nota de importação n. 19.686 de 23 de junho do mesmo anno, resolveu, por despacho de 7 do corrente, proferido em sessão do Conselho de Fazenda e de accordo com o parecer deste, dar provimento ao recurso em questão, por isso que não tendo sido a referida mercadoria desembarcada em armazem, ponte ou caes da Alfandega, não tem logar a applicação do disposto no art. 603 da Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas.— *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado do Pará.

## N. 43 — EM 31 DE MARÇO DE 1904

Declara ter sido correcto o procedimento do inspector da Alfandega de Porto Alegre recusando o despacho livre de direitos de folhas estampadas destinadas á fabricação de latas para manteiga e banha.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 31 de março de 1904.

Tendo a Praça do Commercio dessa Capital reclamado em telegramma de 14 do corrente contra o facto de negar-se o Inspector da Alfandega dessa mesma Capital a permittir o despacho livre de direitos, na forma do art. 8º da lei n. 1144, de 30 de dezembro do anno proximo findo, da folha estampada destinada á fabricação de latas para manteiga e banha, declaro-vos, de accordo com o despacho do Sr. Ministro, de 23 tambem do corrente, para que o faças constar á reclamante, que é correcto o procedimento do referido inspector, porque a effectividade do favor concedido pela citada lei depende de ordem prévia do Ministerio da Fazenda, mediante processo regular preparado e transmittido por

essa Delegacia.— *Didimo Agapito F. da Veiga*, servindo de director.

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado do Rio Grande do Sul.

---

N. 44 — EM 5 DE ABRIL DE 1904

Julga procedente a apprehensão de 18 kilos de tiras de seda com dizeres em lingua estrangeira e mantem a multa de 1:000\$000 imposta pela Alfandega do Rio de Janeiro.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 5 de abril de 1904.

Sr. Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro.—Declaro-vos para os devidos effeitos que o Sr. Ministro, por despacho de 29 de fevereiro ultimo, proferido em sessão do Conselho de Fazenda e de accordo com o parecer deste, resolveu negar provimento ao recurso interposto pela firma Blum & C., transmittido com o officio dessa Alfandega n. 782 de 1 de dezembro do anno passado, para o fim de manter a decisão dessa Inspectoria, julgando procedente a apprehensão de 18 kilos de tiras de seda com dizeres em lingua estrangeira encontradas em um volume que os recorrentes submeteram a despacho pela nota de importação n. 1414 de setembro daquelle anno e condemnando-os ao pagamento da multa de 1:000\$000, minimo da pena do art. 11 do Regulamento que baixou com o decreto n. 2742 de 17 de dezembro de 1897.

Saude e fraternidade.—*Pedro Teixeira Soares*.

---

N. 45 — EM 11 DE ABRIL DE 1904

Dá provimento a um recurso para o fim de ser restituída a importância dos direitos pagos por 50 caixas com cebolas mandadas inutilisar por se acharem estragadas.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 11 de abril de 1904.

Sr. Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro — Communico-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. Ministro, tendo presente o recurso encaminhado com o officio n. 824 de 17 de dezembro do anno proximo passado, e interposto por Alberto de Almeida & Comp. do acto dessa Inspectoria negando-lhes restituição dos

direitos que pagaram por 50 caixas com cebolas, submettidas a despacho pelas notas ns. 3674 e 3675 de setembro do mesmo anno e mandadas inutilisar por se acharem deterioradas, resolveu, por despacho de 21 de março ultimo, proferido em sessão do Conselho de Fazenda e de accordo com o parecer deste, dar provimento ao alludido recurso, para o fim de ser feita a restituição de que se trata.

Saude e fraternidade.—*Didimo Agapito Fernandes da Veiga*, director interino.

---

N. 46 — EM 11 DE ABRIL DE 1904

Manda restituir a importancia dos direitos correspondente á quantidade da mercadoria que faltou em uns volumes submettidos e despacho pelos negociantes Lemos Reis & Comp.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 11 de abril de 1904.

Sr. Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro — Communico-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. Ministro, tendo presente o requerimento encaminhado com o vosso officio n. 258 de 5 de maio do anno proximo passado e em que Lemos Reis & Comp., negociantes desta praça, reclamam restituição da quantia de 60\$450, correspondente aos direitos pagos por 40 kilogrammas de cognac que faltaram nas 26 caixas desta mercadoria por elles submettidas a despacho pela nota n. 8194 de 23 de setembro de 1902, resolveu por despacho de 21 de março ultimo, proferido em sessão do Conselho de Fazenda e de accordo com o parecer deste, deferir o alludido requerimento, nos termos do art. 538 da Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas.

Saude e fraternidade.—*Didimo Agapito Fernandes da Veiga*, director interino.

---

N. 47 — EM 11 DE ABRIL DE 1904

Autoriza a restituição dos direitos pagos por duas caixas de vinho espumoso cabidas ao mar no acto da descarga.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 11 de abril de 1904.

Sr. Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro — Communico-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. Ministro, a quem foi pre-



sente o recurso transmittido com o vosso officio n. 811 de 14 de dezembro ultimo e interposto por P. M. Gomes, do acto pelo qual lhe negastes restituição dos direitos pagos por duas caixas com vinho espumoso que o recorrente submetteu a despacho com outros, pela nota n. 4692 de maio do anno proximo passado, visto terem cahido ao mar no acto da descarga, resolveu por despacho de 21 de março proximo findo, proferido em sessão do Conselho de Fazenda e de accordo com o parecer deste, dar provimento ao recurso em questão para o fim de ser autorizada a restituição pedida.

Saude e fraternidade.—*Didimo Agapito Fernandes da Veiga*, director interino.

---

N. 48 — EM 13 DE ABRIL DE 1904

Declara que as facturas consulares apresentadas para o despacho aduaneiro devem ficar archivadas na repartição.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 13 de abril de 1904.

Sr. Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro—Em resposta ao vosso officio n. 149 de 7 de março findo sobre o destino que, em face do Regulamento annexo ao decreto n. 1103 de 21 de novembro ultimo, devem ter as 1<sup>as</sup> vias das facturas consulares depois de haverem servido ao despacho aduaneiro, communico-vos, de accordo com o despacho do Sr. Ministro, de 17 do mesmo mez, que aquelles documentos devem ficar archivados na Alfandega, como vos pareceu, e não ser restituídos á parte.

Saude e fraternidade.—*João Alves da Visitação*, servindo de director.

---

N. 49 — EM 15 DE ABRIL DE 1904

Declara que a gazolina acondicionada em barris ou tambores deve ser despachada a peso liquido legal, como preceitua o art. 161 da tarifa.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 15 de abril de 1904.

Sr. Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro — Communico-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. Ministro, tendo presente o recurso encaminhado com o vosso officio n. 154 de 5 de outubro ultimo, e interposto por Vittorio Migliora da decisão dessa Inspectoria que, de accordo com o parecer da commissão de tarifa, mandou cobrar direitos, separadamente, dos barris ou tambores de ferro em que vinha acondicionada a gazolina que

os recorrentes submeteram a despacho pela nota n. 8345 de 19 de junho do anno passado, resolveu por despacho de 28 de março findo, proferido em sessão do Conselho de Fazenda e de accordo com o parecer do mesmo Conselho, dar provimento ao recurso em questão para o fim de, reformada a decisão recorrida, serem cobrados os respectivos direitos na fórma do art. 161 da tarifa, isto é, a peso liquido legal.

Saude e fraternidade. — *João Alves da Visitação*, director interino.

---

N. 50 — EM 15 DE ABRIL DE 1904

Autoriza a restituição de direitos, indevidamente pagos por mercadorias lançadas ao mar pelo capitão do lugar inglez *Ensenada*.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 15 de abril de 1904.

Sr. Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro — Declaro-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. Ministro, a quem foi presente o recurso transmittido com o officio dessa Alfandega, n. 854 de 27 de dezembro de 1902, e interposto por J. Velloso & Comp. da decisão dessa Inspectoria que, baseada no art. 538 da Nova Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas, negou-lhes restituição dos direitos que pagaram por parte da mercadoria consignada nas notas ns. 802 e 803 de 2 de agosto daquelle anno, e que fôra lançada ao mar pelo capitão do lugar inglez *Ensenada*, entrado neste porto em 26 de julho também de 1902; resolveu, por despacho de 28 de março proximo passado, proferido em sessão do Conselho de Fazenda e de accordo com o parecer deste, dar provimento ao alludido recurso afim de que sejam restituídos os direitos reclamados, visto achar-se o caso em questão comprehendido no art. 84, § 39, n. 3, da citada Consolidação.

Saude e fraternidade. — *João Alves da Visitação*, director interino.

---

N. 51 — EM 16 DE ABRIL DE 1904

Declara que não se deve apontar o pessoal das Capatazias nos dias em que a Alfandega deixar de funcionar por motivo de eleições ou qualquer outro.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 16 de abril de 1904.

Em solução ao objecto do vosso officio n. 110, de 4 de setembro de 1901, declaro-vos, para os devidos effeitos, haver o Sr.

Ministro resolvido por despacho de 2 do corrente mez, que não se deve apontar o pessoal das Capatazias nos dias em que a Alfandega deixar de funcionar por motivo de eleições ou qualquer outro. — *J. A. da Visitação*, servindo de director.

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado do Maranhão.

---

N. 52 — EM 19 DE ABRIL DE 1904

Annulla o concurso havido na Delegacia em Matto Grosso visto serem más ou insufficientes as provas escriptas de todas as materias.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 19 de abril de 1904.

Communico-vos, para os devidos fins, que o Sr. Ministro, tendo presentes os papeis enviados com o vosso officio de 29 de dezembro do anno proximo passado e concernentes ao concurso realizado nessa Delegacia para preenchimento dos logares de fazenda de 1ª entrancia, resolveu, por despacho de 13 do corrente mez, annullar o mesmo concurso, visto serem más ou insufficientes, conforme se verificou, as provas escriptas de todas as materias, notando-se que as de inglez, francez, arithmetica, algebra e escripturação mercantil consistiram na traducção de um trecho de duas ou tres linhas e em uma pequena analyse, e que a de portuguez, de um dos candidatos, contém rasuras e emendas feitas com tinta e letra differentes. — *J. A. da Visitação*.

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado de Matto Grosso,

---

N. 53 — EM 22 DE ABRIL DE 1904

Releva a armazenagem de uma mercadoria demorada nos armazens da Alfandega do Riode Janeiro até o resultado da analyse do Laboratorio Nacional.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 22 de abril de 1904.

Sr. Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro — Communico-vos para os devidos fins, que o Sr. Ministro, tendo presente o recurso que encaminhastes com o vosso officio n. 16 de 10 de janeiro proximo findo, interposto pela firma J. R. Sucena & Comp. do acto pelo qual lhes negastes relevação da armaze-

nagem devida durante o tempo em que a mercadoria que os recorrentes submeteram a despacho pela nota n. 7959 de agosto do anno proximo passado esteve aguardando o resultado da analyse a que foi submettida no Laboratorio Nacional por solicitação da Comissão de Tarifa, resolveu, por despacho de 28 de março ultimo, proferido em sessão do Conselho de Fazenda e de accordo com o parecer deste, dar provimento ao alludido recurso nos termos do disposto na 1.<sup>a</sup> excepção do art. 595 da Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas.

Saude e fraternidade. — *João Alves da Visitação*, director interino.

---

#### N. 54 — EM 29 DE ABRIL DE 1904

Devolve o processo referente ao desfalque havido na Alfandega de Pernambuco, afim de ser enviado ao procurador seccional.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 29 de abril de 1904.

Em obediencia ao despacho do Sr. Ministro, de 22 do corrente, proferido sobre vosso officio n. 5 A. de 26 de janeiro ultimo, junto vos devolvo o processo referente ao desfalque occorrido na Alfandega desse Estado, em 1900, afim de ser enviado ao procurador seccional da Republica para intentar a competente acção criminal contra o 3.<sup>o</sup> escripturario daquelle repartição Joaquim Domicio Leopoldino Ferreira, indigitado autor das irregularidades e fraudes verificadas por occasião da tomada das contas do thesoureiro Ulysses da Silva Cabral.

Outrosim, em obediencia ao mesmo despacho, recomendo-vos informeis si o referido thesoureiro prestou fiança e qual o valor desta. — *J. A. da Visitação*, servindo de director.

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado de Pernambuco.

---

#### N. 55 — EM 29 DE ABRIL DE 1904

Annulla os concursos havidos na Delegacia do Paraná para os logares de 1.<sup>a</sup> entrancia e de guarda-mór, por ter sido feito de modo incomprehensivel o julgamento das provas escriptas.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 29 de abril de 1904.

Communico-vos, para os fins convenientes, que o Sr. Ministro, tendo presente os papeis enviados com o vosso officio n. 49, de 22 de outubro do anno proximo findo, relativos aos concursos

realizados nessa Delegacia para os logares de 1.<sup>a</sup> entrancia e de guarda-mór e seus ajudantes, resolveu, por despacho de 18 de janeiro proximo findo, annullar o primeiro dos ditos concursos por ter sido feito de modo incomprehensivel o julgamento das provas escriptas dos respectivos candidatos, alguns dos quaes não provaram devidamente suas idades, porquanto apresentaram justificações produzidas em juizo incompetente e certidões de baptismo extrahidas de registros de depoimentos feitos por outrem; e approvar o segundo concurso, ficando delle excluido o candidato Francisco de Paula Dias Negrão e o de nome Alberto Bruno obrigado a exhibir nova certidão de idade, na fórma da lei, uma vez que não pôde ser acceta a que remettestes, por ter sido extrahida do registro feito na Cathedral dessa Capital mediante depoimento.— *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado do Paraná.

---

N. 56 — EM 30 DE ABRIL DE 1904

Indefere o requerimento em que H. Burmester & Comp., successores de Burmester, Thon & Comp., pedem restituição da quantia de 20:268\$300, recolhida á Delegacia do Paraná, por conta do rendimento da Mesa de Rendas de Antonina.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 30 de abril de 1904.

Em obediencia ao despacho do Sr. Ministro, de 12 do corrente mez, communico-vos, para os devidos fins, que foi indeferido o requerimento encaminhado com o officio dessa Delegacia n. 682, de 10 de setembro de 1901, e no qual H. Burmester & Comp., successores de Burmester, Thon & Comp., pedem restituição da quantia de 20:268\$300 que, segundo allegam, foi por estes recolhida aos cofres da mesma repartição em 3 e 6 de abril de 1894, por conta do rendimento da Mesa de Rendas de Antonina, afim de ser applicada ao pagamento de direitos, visto estar averiguado que todos os recolhimentos dessa natureza, feitos no periodo revolucionario, são ficticios e não passaram de um recurso de que se serviram as forças revoltosas para as suas despesas.

Outrosim, vos recommendo, de accordo com o alludido despacho, que providenciéis para que a firma Mathias Bohn & Comp. recolha aos cofres publicos a quantia de 9:000\$, que lhes foi indevidamente entregue por essa Delegacia em 30 de abril de 1897, visto se achar ella nas mesmas condições da precedente.— *J. A. da Visitação,* servindo de director.

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado do Paraná.

---

## N. 57 — EM 7 DE MAIO DE 1904

Dá provimento ao recurso *ex-officio* interposto pela Delegacia Fiscal do Thesouro, em S. Paulo, julgando nullos dous processos relativos a multas impostas a Martinho Chaves & Comp. pelo collecter das rendas federaes em Franca.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 7 de maio de 1904.

Communico-vos, para os devidos fins, que o Sr. Ministro, tendo presentes os papeis transmittidos com o officio dessa Delegacia Fiscal n. 292, de 22 de dezembro do anno proximo findo, em que recorreis *ex-officio* da decisão do vosso antecessor julgando nullos os dois processos relativos aos recursos interpostos pelos fabricantes Martinho Chaves & Comp., estabelecidos nessa capital, do acto pelo qual o collecter das rendas federaes em Franca lhes impoz a multa de 1:000\$ em relação a cada auto lavrado contra os mesmos pelo agente fiscal dos impostos de consumo na 2ª circumscripção desse Estado, pelo facto do haverem remettido a José Antonio de Paula e Benevides Barbosa Sindoal, estabelecidos naquella cidade, productos de sua fabrica sem os respectivos sellos, infringindo o disposto nos arts. 13 e 78 do Regulamento annexo ao decreto n. 3622, de 26 de março de 1900, resolveu, por despacho de 4 de abril ultimo, proferido em sessão do Conselho de Fazenda e de accordo com o parecer deste, dar provimento aos alludidos recursos, para o fim de, reformadas as decisões recorridas *ex-officio*, serem mantidas as multas impostas.

Outrosim vos communico, para os devidos fins e em obediencia ao citado despacho, haver o Sr. Ministro resolvido recomendar-vos providenciéis no sentido de serem os recorrentes intimados para, no prazo de 15 dias, entrarem com a importancia das multas que lhes foram impostas sob pena de serem as mesmas cobradas executivamente; devendo essa Delegacia effectuar, com urgencia, a cobrança judicial, caso não sejam as referidas multas recolhidas dentro do alludido prazo. — *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado de S. Paulo.

---

## N. 58 — EM 7 DE MAIO DE 1904

Manda proceder a sequestro dos bens do thesoureiro da Administração dos Correios do Rio Grande do Norte Antiocho Aprigio de Almeida para garantia da Fazenda Nacional.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 7 de maio de 1904.

Communico-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. Ministro, por despacho de 2 do corrente, proferido sobre o officio do delegado fiscal nesse Estado, n. 2, de 25 de fevereiro proximo findo, tratando do desfalque verificado na thesouraria da Administração dos Correios, a cargo de Antiocho Aprigio de Almeida, resolveu recomendar-vos procedaes a sequestro dos bens que possuia aquelle responsavel. — *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Procurador Fiscal do Thesouro no Estado do Rio Grande do Norte.

---

## N. 59 — EM 7 DE MAIO DE 1904

Manda proceder a tomada de contas do thesoureiro dos Correios do Rio Grande do Norte, iniciando-se o processo para o fim de ser denunciado e julgado o responsavel.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 7 de maio de 1904.

Relativamente ao desfalque de que é responsavel o thesoureiro da administração dos Correios desse Estado. Antiocho Aprigio de Almeida, de que tratastes em officio n. 2 de 25 de fevereiro proximo passado, declaro-vos, para os devidos effeitos, haver o Sr. Ministro resolvido, por despacho de 2 do corrente, recomendar-vos que façaes iniciar o competente processo administrativo para o fim de ser denunciado o julgado o responsavel; tomeis com urgencia as suas contas afim de submettel-as ao exame e julgamento do Tribunal de Contas que fixará definitivamente o *quantum* do alcance; e, finalmente, communiqueis o occorrido ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas para que esse Ministerio providencie sobre a substituição do referido thesoureiro. — *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado do Rio Grande do Norte.

---

## N. 60 — EM 10 DE MAIO DE 1904

Declara competir ao Thesouro a designação de empregado para servir na Caixa Economica.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 10 de maio de 1904.

Não podendo ser approvedo o acto, de que daes conta em officio n. 17, de 21 de março ultimo e pelo qual designastes o 1.º escriptuario Benedicto Francisco Ribeiro para se encarregar dos trabalhos da Caixa Economica em substituição do 1.º escriptuario Emilio Cesar Burlamaque, que pediu dispensa dos mesmos, visto competir ao Thesouro essa designação, nos termos do art. 1.º do decreto n. 2382, de 19 de abril de 1898, autorizo-vos, em obediencia ao despacho do Sr. Ministro, de 5 de abril proximo passado, a propor um empregado dessa Delegacia para servir na mencionada Caixa. — *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado do Piahy.

---

## N. 61 — EM 10 DE MAIO DE 1904

Trata do facto de não haver o consul do Brazil em Londres observado as disposições do regulamento de 21 de novembro de 1903, por falta de ordem do Ministerio das Relações Exteriores.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 10 de maio de 1904.

Em resposta ao vosso officio n. 83, de 9 do mez proximo findo, tratando do facto de não haver o consul do Brazil em Londres observado as disposições do regulamento annexo ao decreto n. 1103, de 21 de novembro de 1903, em relação ao despacho do vapor inglez *Buffon*, por falta de ordem do Ministerio das Relações Exteriores, mandando pôr em execução aquelle regulamento, communico-vos, de accordo com o despacho do Sr. Ministro de 26 do mez proximo findo, que não é necessaria tal ordem, porquanto o regulamento em questão deve entrar em vigor em todos os Consulados no prazo marcado em seu art. 32. — *Didimo Agapito F. da Veiga*, servindo de director.

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado de S. Paulo.

---



## N. 62 — EM 18 DE MAIO DE 1904

Não toma conhecimento de um recurso por ter sido interposto para o Thesouro em vez de o ser para a Delegacia respectiva.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 18 de maio de 1904.

Declaro-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. Ministro, tendo presente o processo enviado com o vosso officio n. 170, de 7 de novembro de 1903, e referente ao recurso interposto por Manuel Joaquim de Carvalho, do acto do inspector da Alfandega desse Estado, que lhe negou restituição dos direitos de 1.674 barris de banha, salvados do vapor belga *Wordsworth*, e arrematados pelo recorrente em hasta publica, resolveu, por despacho de 28 de março ultimo, proferido em sessão do Conselho de Fazenda e de accordo com o parecer do mesmo Conselho, deixar de tomar conhecimento do recurso em questão, por ter sido interposto para o Thesouro, em vez de o ser para essa Delegacia. — *Pedro Teixeira Soares*.

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado da Bahia.

## N. 63 — EM 21 DE MAIO DE 1904

Declara que, nos casos de força maior de que trata o art. 538 da Consolidação das Leis das Alfândegas e Mesas de Rendas, pôde ser feita a restituição de direitos.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 21 de maio de 1904.

Sr. Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro — Communico-vos para os fins convenientes que o Sr. Ministro, tendo presente o recurso encaminhado com o vosso officio n. 119 de 25 de fevereiro ultimo e interposto por Vittorio Migliara, da decisão dessa Inspectoria que, allegando incompetencia, deixou de autorizar a restituição pedida pelo recorrente, de direitos de 179 caixas com palitos para phosphoros, as quaes foram a pique com a catraia que as conduzia na noite de 17 para 18 de novembro de 1903, resolveu, por despacho de 28 de março proximo findo, proferido em sessão do Conselho de Fazenda, de accordo com o parecer do mesmo Conselho, dar provimento ao dito recurso e declarar-vos que, no caso em questão, que é o de força maior, de que trata o art. 538, 2ª parte, da Consolidação das Leis das

alfandegas e Meças de Rentas, não se dá a incompetencia allegada.

Saúde e fraternidade. — *Pedro Teixeira Soares.*

---

N. 64 — EM 26 DE MAIO DE 1904

Declara que só devem ser aceites as procurações de proprio punho escriptas e assignadas pelos respectivos outorgantes, excepto as passadas pelos commerciantes matriculados que gozam do privilegio estatuido no art. 21 do Código Commercial.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 26 de maio de 1904.

Em resposta ao officio n. 29, de 15 do mez proximo findo, communico-vos que o Sr. Ministro, por despacho de 12 do corrente, resolveu approvar a decisão que proferistes no sentido de só serem acceitas as procurações de proprio punho, escriptas e assignadas pelos respectivos outorgantes, mesmo quando concorram muitas pessoas a um só fim, e mandar declarar-vos que, nesse caso, não estão os commerciantes matriculados, á vista do privilegio de que gozam de-ei do art. 21 do Código Commercial. — *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado do Maranhão.

---

N. 65 — EM 31 DE MAIO DE 1904

Declara que a disposição do art. 3º § 2º da lei n. 1144, de 30 de dezembro de 1903, não annulla o do § 9º do art. 1º das Preliminares da Tarifa que concede o direito a mercadorias nacionaes.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 31 de maio de 1904.

Sr. Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro — Communico-vos para os fins convenientes que o Sr. Ministro, tendo presente o recurso encaminhado com o vosso officio n. 167 de 18 de março ultimo e interposto por Arbuckle & Comp. da vossa decisão suscitando, com o fundamento do § 2º do art. 3º da lei n. 1144, de 30 de dezembro de 1903, ao pagamento de direitos de 2.000 saccos rasos vindos do New-York no vapor inglez *Tennyson* e que haviam servido do envoltorio de café exportado pelos recor-

rentes, resolveu por despacho de 2 do corrente, proferido em sessão do Conselho de Fazenda e de accordo com o parecer do mesmo Conselho, dar provimento ao dito recurso, por isso que a disposição citada não annullou a do § 9º do art. 2º das Preliminares da Tarifa que concede isenção ás mercadorias nacionaes, como são os saccos em questão.

Saude e fraternidade. — *Pedro Teixeira Soares.*

---

N. 66 — EM 8 DE JUNHO DE 1904

Declara que as salinas da Companhia Salineira Alcantarenses estão sujeitas á taxa de 20\$ cada uma.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 8 de junho de 1904.

Declaro-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. Ministro, por despacho de 16 do mez proximo findo proferido em sessão do Conselho de Fazenda e de accordo com o parecer do mesmo Conselho, resolveu indeferir a reclamação feita pela Companhia Salineira Alcantarenses no requerimento encaminhado com o vosso officio n. 47 de 18 de março de 1902, para o fim de obter uma unica patente de registro no valor de 200\$ annuaes para todas as salinas de sua propriedade, as quaes estão sujeitas á taxa de 20\$ cada uma, conforme a decisão constante da ordem desta Directoria, n. 78 de 18 de setembro de 1901. — *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado do Maranhão.

---

N. 67 — EM 8 DE JUNHO DE 1904

Declara que as autoridades fiscaes da União, no territorio do Rio Grande do Sul, devem attender promptamente a quaesquer requisições emanadas do Governo do mesmo Estado, representado pelo inspector fiscal, da repressão do contrabando na fronteira.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 8 de junho de 1904.

Tendo o inspector da Alfandega de Uruguayana consultado, em telegramma de 5 de maio proximo findo, si o inspector fiscal da repressão do contrabando na fronteira pôde requisitar pôr officio informação sobre a renda arrecadada na dita Alfandega, declaro-vos, para os devidos effeitos, de accordo com o despacho do Sr. Ministro de 17 do mesmo mez, que, á vista do paragrapho

único do art. 1.º do convenio approvedo por decreto n. 3305, de 2 de julho de 1899, devem todas as autoridades fiscaes da União no territorio desse Estado attender promptamente a quaesquer requisições emanadas do Governo do mesmo Estado, do qual é representante aquelle inspector, o attinentes ao serviço em questão. — *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado do Rio Grande do Sul.

---

N. 68 — EM 18 DE JUNHO DE 1904

Declara não ter sido regular o procedimento da Alfandega do Rio de Janeiro, permitindo, sem autorização do Thesouro, que fossem pagos os direitos de uma mercadoria com a clausula de os levantarem, quando fosse concedida a isenção dos mesmos direitos.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 18 de junho de 1904.

Sr. Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro — Communico-vos para os devidos effeitos que o Sr. Ministro, tendo presente o requerimento em que Mario de Andrade & Comp. pedom reconsideração do despacho de 28 de fevereiro ultimo, constante da ordem n. 15, expedida á Delegacia Fiscal em Minas Geraes em 9 do mez seguinte e pelo qual, á vista da circular n. 16 de 6 de março de 1901, lhes foi negada a isenção de direitos para diversos volumes contendo folhas de Flandres em laminas, destinadas á fabricação de latas de manteiga, resolveu, por despacho de 11 de abril proximo passado, manter o de 28 de fevereiro já citado e bem assim mandar declarar-vos que não foi regular o procedimento dessa Repartição permitindo, sem autorização do Thesouro, que os requerentes pagassem os direitos da referida mercadoria com a clausula de os levantarem, quando fosse concedida a isenção.

Saude e fraternidade. — *Pedro Teixeira Soares.*

---

N. 69 — EM 18 DE JUNHO DE 1904

Nega a substituição da quantia de 181\$120 de imposto de pharó e contribuição para a Santa Casa do Misericordia do Pernambuco, paga pelo vapor francez *Amiral Bendin* arribado áqui de porto.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 18 de junho de 1904.

Em relação ao recurso transmittido com o vosso officio n. 87 de 28 de junho de 1902, e interposto por José Baltar & Comp.,

agentes do vapor francez *Amiral Baudin*, do Acto do inspector da Alfandega desse Estado, que lhes negou restituição da quantia de 181\$120, proveniente do imposto de pharoes e contribuição para a Santa Casa de Misericordia pagos por aquelle vapor entrado nesse porto por arribada em 6 de maio de 1901, declaro-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. Ministro, per despacho de 23 de maio ultimo, proferido em sessão do Conselho de Fazenda e de accordo com o parecer deste, resolveu não tomar conhecimento do mesmo recurso, por estar a decisão dentro da alçada da Repartição recorrida e não se verificar nenhuma das hyptheses em que seria admittido como do revista. — *Pedro Teixeira Soares*.

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado de Pernambuco.

---

N. 70 — EM 20 DE JUNHO DE 1904

Declara quaes as vantagens que percebem os procuradores fiscaes, creados pelo decreto n. 1178, de 16 de janeiro deste anno.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 20 de junho de 1904.

Respondendo ao vosso officio n. 166, de 31 de maio ultimo, declaro-vos, para os devidos effeitos e em obediencia ao despacho do Sr. Ministro de 10 do corrente mez, que aos procuradores fiscaes, creados pelo decreto n. 1178 de 16 de janeiro deste anno, compete não só a porcentagem que, em virtude do art. 16 § 3º, da lei n. 212, de 29 de novembro de 1841 e circular n. 398 de 31 de outubro de 1857, percebiam esses funcionarios no tempo das antigas Thesourarias de Fazenda, como tambem a vantagem denominada — procuratorio. — *Pedro Teixeira Soares*.

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado de S. Paulo.

---

N. 71 — EM 23 DE JUNHO DE 1904

Approva o procedimento do inspector do Alfandega de Macaé suspendendo do exercicio de suas funcções o chefe de secção Salathiel de Paiva, por ter dado publicidade a assumptos relativos a serviço publico.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 23 de junho de 1904.

Communico-vos, para os devidos effeitos, em resposta ao vosso telegramma de 8 do corrente mez, que o Sr. Ministro, per des-

pacho de 18 do mesmo mez, resolveu approvar o vosso procedimento suspendendo do exercicio de suas funções, por 15 dias, o chefe de secção dessa Alfandega, Salathiel de Paiva, visto ter dado publicidade a assumptos relativos a serviço publico, contra o disposto na 2ª parte da circular n. 58, de 21 de dezembro de 1896.—*Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Inspector da Alfandega de Maceió, Estado das Alagoas.

---

N. 72 — EM 30 DE JUNHO DE 1904

Declara que os objectos de que trata o art. 3º § 1º da lei n. 1144, de 30 de dezembro do anno findo, estão sujeitos ao regimen commum dos despachos *ad-valorem*, não dependendo, portanto, de autorização prévia do Sr. Ministro a effectividade do favor.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 30 de junho de 1904.

Devolvendo a essa Delegacia os inclusos documentos que acompanharam os requerimentos do Syndicate Assucareiro da Bahia, encaminhados com os vossos officios ns. 50 e 55 de abril ultimo, declaro-vos, para os devidos effectos, de accordo com o despacho do Sr. Ministro, de 8 do corrente, que os objectos de que trata o § 1º art. 3º da lei n. 1144, de 30 de dezembro do anno proximo findo, estão sujeitos ao regimen commum dos despachos *ad-valorem*; não dependendo, portanto, de autorização prévia do Sr. Ministro, como em casos de isenção de direitos, a effectividade do favor concedido por aquelle dispositivo legal.—*Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado da Bahia.

---

N. 73 — EM 4 DE JULHO DE 1904

Declara que as duvidas suscitadas pelo procurador fiscal da Delegacia do Maranhão acerca de suas attribuições, já estão resolvidas pela circular n. 22 de 20 d'este mez.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 4 de julho de 1904.

Em obediencia ao despacho do Sr. Ministro, de 20 de junho ultimo, exarado em vosso officio n. 33, de 29 de abril anterior,

declaro-vos, para os devidos effeitos, que as duvidas suscitadas pelo procurador fiscal dessa Delegacia a respeito das attribuições que lhe devem caber, á vista do art. 1.º § 3.º da lei n. 1178, de 16 de janeiro do corrente anno, já estão resolvidas pela circular n. 22, de 20 desta mez. — *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado do Maranhão.

---

N. 74 — EM 5 DE JULHO DE 1904

Declara que a percentagem a que tem direito os collectores e escriptões das rendas federaes recahe sobre todas as rendas da União, excluidos os depositos de qualquer origem.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 5 de julho de 1904.

Em resposta ao vosso officio n. 61, de 14 de abril de 1902, declaro-vos, para os devidos effeitos e de accordo com o despacho do Sr. Ministro, de 2 de junho ultimo, que a percentagem de 15 % a que tem direito os collectores e escriptões das rendas federaes nesse Estado, recahe sobre todas as rendas da União, excluidos os depositos de qualquer origem, por não serem considerados renda e o producto da venda de estampilhas do sello adhesivo de que é devida apenas a percentagem de 5 % nos termos das circulares n. 23 e 47, de 10 de junho e 26 de novembro do anno findo. — *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado do Maranhão.

---

N. 75 — EM 5 DE JULHO DE 1904

O guarda da Alfandega, que substituiu o respectivo sargento em serviço no Jury, não tem direito a gratificação, por não tratar-se de caso comprehendido na ordem n. 41, de 19 de janeiro deste anno.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 5 de julho de 1904.

Communica-vos, para os devidos effeitos e em solução ao vosso officio n. 68, de 17 de outubro do anno proximo findo, que o Sr. Ministro resolveu, por despacho de 19 de fevereiro ultimo, approvar o acto pelo qual indeferistes o requerimento do guarda da Alfandega desse Estado, Luiz Gonzaga Fernandes. pe-

dindo pagamento da quantia de 15\$200 de gratificação correspondente a 15 dias em que substituiu o sargento, por estar este em serviço no Jury, porquanto não se trata de substituição do commandante dos guardas pelo respectivo sargento, caso em que ao substituto seria abonada, além dos vencimentos do seu proprio emprego, a gratificação do substituido, conforme a decisão constante da ordem desta Directoria, n. 11, de 19 de janeiro deste anno, expedida á Delegacia Fiscal no Maranhão, *ex-vi* do que estabeleceu a do n. 437, de 13 de setembro de 1880, em tudo applicavel aos sargentos immediatos dos commandantes dos guardas nas Alfandegas onde não existe segundo commandante, como na do Rio de Janeiro.—*Pedro Teixeira Soares*.

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado do Ceará.

---

N. 76 — EM 6 DE JULHO DE 1904

Nega provimento ao recurso contra o acto do inspector da Alfandega de Pernambuco que impoz ao commandante do vapor allemão *Amazonas* a multa de direitos em dobro pela subtração de mercadorias contidas em um volume embarcado no dito vapor.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 6 de julho de 1904.

Declaro-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. Ministro, a quem foi presente o recurso encaminhado com o vosso offileio n. 34, de 18 de março de 1902, e interposto por Borstelmann & Comp., agentes do vapor allemão *Amazonas*, do acto pelo qual mantivestes o da Inspectoria da Alfandega impondo ao commandante do mesmo vapor, entrado em 28 de maio de 1900, procedente de Hamburgo, a multa no valor de 3:000\$000 do que trata o art. 491 da Nova Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas pela subtração de mercadorias verificada, por occasião da conferencia do volume marca F. N. & C., submettido a despacho pela nota de importação n. 632 de 27 de junho seguinte, resolveu por despacho de 30 de maio ultimo, proferido em sessão do Conselho de Fazenda e de accordo com o parecer deste, negar provimento ao recurso em questão para o fim de confirmar a decisão recorrida.— *Pedro Teixeira Soares*.

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado de Pernambuco.

---



## N. 77 — EM 7 DE JULHO DE 1904

Approva o procedimento da Delegacia Fiscal do S. Paulo recusando-se a aceitar da Companhia *Light & Power* moedas de nickel em pagamento do imposto sobre dividendos.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 7 de julho de 1904.

Communico-vos para os devidos effeitos que o Sr. Ministro, á vista do disposto no art. 9º do decreto n. 4822 de 18 de novembro de 1871, resolveu approvar o vosso procedimento recusando-se a aceitar da Companhia *Light & Power* moedas de nickel em pagamento do imposto sobre dividendos, como consta do telegramma expedido pela mesma companhia em 1 de maio proximo findo. — *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado de S. Paulo.

---

## N. 78 — EM 9 DE JULHO DE 1904

Dá provimento a um recurso *ex-officio* para o fim de annullar uma pena imposta em processo com preterição de formalidades essenciaes.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 9 de julho de 1904.

Em relação ao processo encaminhado com o vosso officio n. 32, de 4 de junho do anno passado e em que recorreis *ex-officio* da decisão pela qual, dando provimento ao recurso interposto por J. Carlos Heins, successor da Companhia Fabril Brasileira, do acto da Inspectoria da Alfandega dessa Capital impondo á mesma companhia a multa de dous contos de réis, por haver ella remettido a João Alves de Freitas, nesse Estado, 20 caixas contendo caixinhas de phosphoros insufficientemente selladas, reduzistes a um conto de réis a dita multa; declaro-vos, para os devidos effeitos, ter o Sr. Ministro resolvido, por despacho de 3 de maio ultimo, proferido em sessão do Conselho de Fazenda e de accordo com o parecer deste, dar provimento ao alludido recurso *ex-officio* para o fim de ser annullado o referido processo, visto que, além de outras formalidades substanciaes, deixou de ser intimada a parte interessada, afim de apresentar a sua defesa e de ser ouvido o signatario do auto. — *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal no Estado do Amazonas.

---

## N. 79 — EM 9 DE JULHO DE 1904

Declara qual a taxa a cobrar pelo exame no Laboratorio de Analyses dos productos apprehendidos pela Directoria Geral da Saude Publica.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 9 de julho de 1904.

Sr. Director do Laboratorio Nacional de Analyses — Em solução á consulta constante do vosso officio n. 123 de 30 de março ultimo, communico-vos para os fins convenientes, de accordo com o despacho do Sr. Ministro de 23 do mez findo, que a cobrança das taxas das analyses dos productos apprehendidos pela Directoria Geral da Saude Publica, nos termos do art. 23 n. XIV do regulamento approved pelo decreto n. 5156 de 8 do dito mez de março, os quaes foram remettidos a esse laboratorio para os fins alludidos no art. 275 do mesmo regulamento, deve ser effectuada pela tabella A, posta em vigor pelo art. 5º da lei n. 813 de 23 de dezembro de 1901, correndo as despesas por conta do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, que indemnizará a repartição a vosso cargo das respectivas importancias, conforme declarou em aviso n. 83, de 31 de maio do corrente anno.

Saude e fraternidade. — *Pedro Teixeira Soares.*

## N. 80 — EM 9 DE JULHO DE 1904

Indefere o requerimento em que D. Cesaria Fagundes de Carvalho pediu para ser incorporado ao seu monte-pio o que havia tocado á sua filha menor Zeferina Fagundes de Carvalho.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 9 de julho de 1904.

Communico-vos, para os devidos fins, que o Sr. Ministro, por despacho de 29 de junho proximo findo, indeferiu o requerimento em que D. Cesaria Fagundes de Carvalho, viuva do major do Exercito Manoel Rodrigues Gomes de Carvalho, pede ser incorporado ao seu monte-pio o que havia tocado á sua filha menor Zeferina Fagundes de Carvalho, porquanto, conforme já tem sido resolvido, tal incorporação só tem sido feita quando os filhos, ou filhas, fallecem em data posterior á da lei n. 632 de 6 de novembro de 1899 e não anterior, como no caso de que se trata.

Quanto á indemnização da quantia de 69\$333 correspondente á metade das contribuições a que alludiu em officio n. 70

de 6 de maio ultimo, deveis providenciar para que ella seja feita, quando pago a quem de direito o monte-pio da dita menor, relativo ao periodo decorrido de 13 de novembro de 1896, data do fallecimento de seu pae, a 28 de outubro de 1897, vespera do dia em que ella falleceu.— *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado do Rio Grande do Sul.

---

N. 81 — EM 16 DE JULHO DE 1904

Sustenta o acto da Delegacia Fiscal da Bahia, que indeferia o requerimento em que Diogo Frederico Kiappe pedia averbação em seu nome de seis apolices sobre asidas pela conversão de outras e declara que só na hypothese do art. 4.º do decreto n. 679, de 22 de novembro de 1851, devem as decisões das Delegacias ser submettidas á approvação do Thesouro.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 16 de julho de 1904.

Em resposta ao officio n. 75 de 31 de maio proximo findo, com o qual submettestes á approvação do Thesouro a deliberação que tomastes em sessão da Junta de 19 do mesmo mez, indeferindo o requerimento em que Diogo Frederico Kiappe pediu fossem averbadas em seu nome seis apolices da divida publica, do valor nominal de 1:000\$00 e uma de 200\$00, accrescidas em virtude da conversão que, na forma do decreto n. 2907 de 11 de junho de 1898, soffreram as 25 apolices que o requerente doou, antes da mesma conversão, a seus sobrinhos Francisco Maria Kiappe Junior e Maria Carolina Kiappe, conforme se verifica da escriptura da doação enviada á Directoria do Contencioso com o officio n. 2, de 22 de junho ultimo; declaro-vos que o Sr. Ministro, attendendo a que se trata de uma decisão da Junta de Fazenda, da qual o interessado poderia ter recorrido, si quizesse, resolveu, por despacho de 6 do corrente mez, não tomar conhecimento do assumpto; convindo sciencificar-vos que sómente na hypothese do art. 4.º do decreto n. 870 de 22 de novembro de 1851, devem as decisões dessa Delegacia ser submettidas á approvação do Thesouro, independente do recurso.

De accordo com o citado despacho, incluso vos devolvo os papeis que acompanharam os vossos mencionados officios.— *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado da Bahia.

---

## N. 82 — EM 19 DE JULHO DE 1904

Declara que a *Mandos Harbour*, á vista da clausula V do seu contracto, tem direito de cobrar tres réis por kilogramma de mercadorias que de qualquer modo forem por ella embarcadas, ou desembarcadas no caes ou fóra d'elle.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 19 de julho de 1904.

Confirmando meu telegramma desta data, declaro-vos, para os devidos effeitos, em obediencia ao despacho do Sr. Ministro, de 13 do corrente, proferido sobre o aviso do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, n. 486 de 22 do mez proximo findo, que a *Mandos Harbour*, á vista da clausula 5ª do seu contracto, tem direito de cobrar tres réis por kilogramma de mercadorias que de qualquer modo forem por ella embarcadas ou desembarcadas, no caes ou fóra d'elle.— *Pedro Teixeira Soares*.

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado do Amazonas.

---

## N. 83 — EM 20 DE JULHO DE 1904

Declara que as divergencias verificadas em exame prévio de mercadorias não dão lugar á imposição de multa de direitos em dobro.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 20 de julho de 1904.

Declaro-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. Ministro, tendo presente o recurso encaminhado com o vosso officio n. 40, de 13 de junho de 1901 e interposto por João da Costa Bastos & Filhos da decisão do inspector da Alfandega desse Estado, que lhes impoz a multa de direitos em dobro por divergencia verificada entre o peso da mercadoria despachada pela nota de importação n. 1519, de 23 de maio do dito anno, e o mencionado na respectiva factura consular, resolveu, por despacho de 18 de abril ultimo, proferido em sessão do Conselho de Fazenda e de accordo com o parecer do mesmo Conselho, dar provimento ao recurso em questão, por isso que a alludida divergencia não foi verificada no acto da conferencia, mas em exame prévio requerido pelos recorrentes.— *Pedro Teixeira Soares*.

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado do Ceará.

---

## N. 84 — EM 23 DE JULHO DE 1904,

Declara que, não estando fixado definitivamente pelo Tribunal de Contas o alcance de um responsavel, não tem cabimento o processo executivo, mas o simples sequestro da parte de um predio que não servia de fiança.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 22 de julho de 1904.

Declaro-vos, de accordo com o despacho do Sr. Ministro, de 21 do mez proximo findo, para que o façaes constar ao Procurador Fiscal, que o procedimento desse funcionario, promovendo, conforme communicou em officio n. 20, de 19 de maio ultimo, a penhora do prelio de propriedade de Antiocho Aprigio de Almeida, para indemnização do desfalque pelo mesmo dado na thesouraria da administração dos Correios desse Estado, foi extemporaneo, porquanto, não estando ainda fixado definitivamente pelo Tribunal de Contas o alcance daquelle responsavel, não tinha cabimento o processo executivo, mas o simples sequestro da parte do predio que não servia de fiança.

Outrosim, de accordo com o referido despacho, reitero a essa Delegacia as recommendações constantes da ordem n. 15 de 7 de maio citado.— *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado do Rio Grande do Norte.

## N. 85 — EM 24 DE JULHO DE 1904

Trata do processo da fiança do thesoureiro da Delegacia do Paraná. Modesto Polydoro manda suspender este responsavel caso se recuse a assignar novo termo de fiança.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 22 de julho de 1904.

Em resposta ao vosso officio n. 23 de 28 de maio ultimo, declaro-vos, para os devidos effeitos, de accordo com o despacho do Sr. Ministro de 22 de junho ultimo, que em cumprimento da ordem desta Directoria, n. 23, do mez anterior deve o fiador de Modesto Polydoro, thesoureiro dessa Repartição, por si ou por procurador investido dos necessarios poderes, assignar novo termo de fiança em additamento ao de 26 de novembro do anno passado, pelo qual se obriga como fiador e principal pagador por todo e qualquer alcance em que fôr en-

contrado o mesmo thesoureiro, ou seus fiéis, desde que entrou no exercício do cargo até o limite da respectiva fiança, ficando salvos os direitos da Fazenda sobre os bens do afiançado e não sobre os do fiador, porquanto este sómente responde perante a mesma Fazenda com o immovel ou immoveis cuja hypotheca tiver sido devidamente especialisada e inscripta.

Na forma do citado despacho, cumpre a essa Delegacia suspender do exercício do cargo o dito thesoureiro, até que preste nova fiança e designar um empregado para substituí-lo, caso o referido fiador se recuse a assignar o novo termo nas condições acima estabelecidas. — *Pedro Teixeira Soares*.

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado do Paraná.

---

#### N. 86 — EM 23 DE JULHO DE 1904

Approuva o Sr. Delegado Fiscal das Alagoas mandando sustar o andamento de um processo de concessão de terrenos de marinhãs pretendido por João Antonio Loureiro, e recomendando a demolição das obras indevidamente feitas nos terrenos da União.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 22 de julho de 1904.

Declaro-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. Ministro, por despacho de 1 do mez proximo findo, proferido sobre o vosso officio n. 2, de 1 do fevereiro deste anno, resolveu approvar o acto dessa Delegacia que mandou sustar o andamento do processo referente ao aforamento de terrenos de marinhãs, pretendidos por João Antonio Loureiro, empresario do fornecimento de agua potavel em Penedo, e bem assim recomendar-vos intimeiis o mesmo Loureiro não só a demolir a construcção que indevidamente fez no terreno da União, contiguo ao que é fronteiro ao predio de propriedade de Luiz Cravo, como tambem a desoccupar o dito terreno, cumpindo quo, caso não seja essa Repartição atendida, se proceda ás diligencias judicias necessarias. — *Pedro Teixeira Soares*.

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado das Alagoás.

---

## N. 87 — EM 28 DE JULHO DE 1904

Approva a nomeação de um escripturario da Alfandega do Amazonas para servir o logar de thesoureiro da Delegacia, e manda convidar a familia do mesmo thesoureiro para designar, caso queira, pessoa de sua confiança para assistir á verificação dos saldos existentes em cofre.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 28 de julho de 1904.

Declaro-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. Ministro, por despacho de hontem, proferido sobre o vosso telegramma de 3 do corrente, resolveu approvar o vosso acto designando o escripturario da Alfandega desse Estado, Edmundo do Rego Barros Filho, para substituir o thesoureiro dessa Delegacia durante a enfermidade deste, visto não estar ainda provido o logar de fiel, e recommendar-vos deis balanço nos cofres da thesouraria dessa Repartição, avisando previamente a familia daquelle thesoureiro, afim de designar, caso queira, pessoa de sua confiança para assistir á verificação do saldo existente nos mesmos cofres.

Fica assim confirmado meu telegramma desta data. — *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado do Amazonas.

## N. 88 — EM 30 DE JULHO DE 1904

Releva o commandante do vapor inglez *Explorer* do pagamento dos direitos de um barril contendo manteiga, cahido ao mar no acto da descarga.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 30 de julho de 1904.

Declaro-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. Ministro, tendo presente o recurso transmittido com o officio dessa Delegacia, n. 16, de 24 de março ultimo, e interposto por Pohlman & Comp., agentes do vapor inglez *Explorer*, entrado nesse porto em 18 de janeiro anterior, do acto da Inspectoria da Alfandega sujeitando o commandante do mesmo vapor ao pagamento de direitos de consumo de um barril contendo 34.253 grammas de manteiga, o qual, segundo a informação prestada pelo administrador das Capatazias e a que se refere aquella Inspectoria em seu officio n. 35, de 17 do dito mez de março, cahira ao mar no acto da descarga, resolveu, por despacho de 6 de junho proximo findo, proferido em sessão do Conselho do Fazenda e de

acordo com o parecer deste, dar provimento ao recurso em questão. — *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro Federal em Alagôas.

---

N. 89 — EM 30 DE JULHO DE 1904

Declara que a multa de direitos em dobro e a de 10% pela falta de factura consular só pôde ser applicada simultaneamente quando forem encontradas mercadorias de commercio em volumes de bagagem sem que a parte haja feito declaração especificando-as.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 30 de julho de 1904.

Sr. Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro — *Communico-vos*, para os fins convenientes, que o Sr. Ministro, tendo presente o recurso enviado com o vosso officio n. 102 de 19 de fevereiro ultimo e interposto por João de Carvalho Macedo Junior da multa da direitos em dobro que, além da de 10% lhe impuzestes quando foi processada nessa Repartição a nota de importação n. 10.465 de janeiro do corrente anno, pela qual o recorrente submetteu a despacho os objectos que trouxera da Europa no vapor *Thames*, resolveu, por despacho de 4 do corrente mez, proferido em sessão do Conselho de Fazenda e de accordo com o parecer do mesmo Conselho, tomar conhecimento do dito recurso para o fim de, reformada a decisão recorrida, ser restituída a multa de 10 %, que indevidamente applicastes, visto tratar-se da hypothese do art. 19 das Instruções de 15 de dezembro de 1899, em que cabe a multa de direitos em dobro pela falta da factura consular; sendo para notar que a imposição dessas duas penas simultaneamente só se pôde dar quando forem encontradas mercadorias de commercio em volumes de bagagem, sem que a parte haja feito a declaração especificando-as.

Saude e fraternidade. — *Pedro Teixeira Soares.*

---

N. 90 — EM 4 DE AGOSTO DE 1904

Informo o requerimento de varios negociantes da Capital do Estado da Parahyba pedindo indemnização do damno causado pelo incendio que occorreu na Alfandega da mesma Capital ás mercadorias que tinham depositadas no armazem n. 2.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1904.

Declaro-vos, para os devidos effectos, que o Sr. Ministro, tendo presente o requerimento encaminhado com o vosso officio n. 9,



de 29 de março ultimo, e no qual Castro, Irmão & Comp. e outros, negociantes nessa Capital, pediram indemnização do damno causado pelo incendio que occorreu na Alfandega desse Estado, ás mercadorias que tinham depositadas no armazem n. 2 daquelle Repartição. resolveu, por despacho de 4 de junho findo, indeferir o mesmo requerimento, por não terem applicação ao caso os arts. 246 e seguintes do Cap. 4º Tit. 6º da Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas, e sim o decreto constante da ordem de 19 de dezembro de 1878.— *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado da Parahyba.

---

N. 91 — EM 8 DE AGOSTO DE 1904

Confirma o acto da Recebedoria do Rio de Janeiro que julgou nullo um processo por falta do respectivo auto de infração.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 8 de agosto de 1904.

Sr. Director da Recebedoria do Rio de Janeiro — Declaro-vos para os devidos effeitos que o Sr. Ministro, tendo presente o recurso encaminhado com o vosso officio n. 11 de 27 de janeiro de 1902 e interposto do acto pelo qual, á vista da falta do termo recommendado pelo § 2º do art. 70 do Regul.annexo ao decreto n. 3564, de 22 de janeiro de 1900, foi julgado o processo que teve por base o auto de infração do art. 63 do citado regulamento, lavrado em 4 de outubro do dito anno de 1900 pelo 1º escripturario dessa repartição Hermano Eugenio Tavares contra os negociantes Pinheiro Filho & Comp., estabelecidos á rua da Uruguayana ns. 87 e 89, resolveu por despacho de 25 de julho proximo findo, proferido em sessão do Conselho da Fazenda e de accordo com o parecer deste, negar provimento ao alludido recurso *ex-officio*, para o fim de confirmar a decisão recorrida.

Saude e fraternidade — *Pedro Teixeira Soares.*

---

N. 92 — EM 10 DE AGOSTO DE 1904

Declara não ser licito cobrar direitos de mercadoria que não entrou para o consumo, nem sequer embarcou, segundo declaração do vice-consul do porto de origem.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal— Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1904.

Declaro-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. Ministro, tendo presente o recurso encaminhado com o vosso officio n. 103,

de 28 de julho de 1902 e interposto por Mendes Lima & Comp., da decisão do inspector da Alfandega desse Estado mandando cobrar direitos da diferença para menos verificada no peso da mercadoria despachada pelas notas de importação ns. 92 e 94 de setembro de 1901, e constante da factura consular n. 35, legalizada no Vice-Consulado do Brazil em S. João da Terra Nova, em 20 de julho do mesmo anno, resolveu por despacho de 27 de junho ultimo, proferido em sessão do Conselho da Fazenda, de accordo com o parecer deste, dar provimento ao dito recurso, por não ser lícito cobrar direitos de mercadoria que não entrou para o consumo, nem sequer embarcou, segundo declaração do vice-consul na factura expedida em rectificação áquella outra a que foi apresentada em data posterior á da referida decisão.

— *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado de Pernambuco.

#### N. 93 -- EM 10 DE AGOSTO DE 1904

Releva uma multa imposta por falta de factura consular, por ter si lo falta a declaração exigida no paragrapho unico do art. 19 das Instruções de 15 de dezembro de 1899.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1904.

Sr. Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro — Communico-vos, para os fins convenientes, que o Sr. Ministro, por despacho de 23 de maio ultimo, proferido em sessão do Conselho da Fazenda, de accordo com o parecer do mesmo Conselho, resolveu dar provimento ao recurso encaminhado com o vosso officio n. 625, de 16 de setembro de 1902, e interposto por George J. Mathens, passageiro do vapor francez *Chili*, de vossa decisão impondo-lhe a multa do § 2º do art. 35 do Reg. annexo ao decreto n. 3732 de 7 de agosto de 1900, pela falta da factura consular, de quatro kilos de seda encontrados em sua bagagem; porquanto o caso devia ser capitulado no art. 19 das Instruções de 15 de dezembro de 1899 e, tendo o recorrente feito a declaração exigida no paragrapho unico desse artigo, não tinha logar a imposição de multa.

Saude e fraternidade. — *Pedro Teixeira Soares.*

## N. 94 — EM 10 DE AGOSTO DE 1904

Declara que não compete á Delegacia nomear, mas sim approvar a nomeação de fiel do thesoureiro da mesma repartição.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1904.

Não constando do vosso officio n. 16 de 2 de junho ultimo os nomes do thesoureiro dessa Delegacia e do seu fiador, nem si este se responsabilisa no respectivo termo de fiança pelos actos dos prepostos affiançados, recommendo-vos, de accordo com o despacho do Sr. Ministro, de 26 do mez findo, presteis os necessarios esclarecimentos a respeito, afim de que se possa resolver sobre a proposta que fez o mesmo thesoureiro, de Joaquim da Costa Rego Monteiro para seu fiel.

Outrosim, vos declaro, na forma do citado despacho, que, á vista do art. 18 n. 5 do decreto n. 2807 de 31 de janeiro de 1898, não competia a essa Delegacia nomear, como fez, o dito fiel, mas sim approvar a sua nomeação. — *Pedro Teixeira Soares*.

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado de Matto Grosso.

## N. 95 — EM 12 DE AGOSTO DE 1904

Nega provimento ao recurso do 3º escripturario da Alfandega da Pará, Manoel Fernando Leal Castilho, da decisão do respectivo Inspector responsabilizando-o pelo extravio de uma caixa depositada no armazem externo n. 1, então a cargo do recorrente.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1904.

Declaro-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. Ministro, por despacho de 25 do mez proximo findo, proferido em sessão do Conselho da Fazenda e de accordo com o parecer do mesmo Conselho, resolveu negar provimento ao recurso enviado com o vosso officio n. 62, de 16 de junho de 1902, e interposto pelo 3º escripturario da Alfandega desse Estado, Manoel Fernando Leal Castilho, da decisão do Inspector daquella Repartição que o responsabilizou pelo extravio occorrido no armazem externo n. 1, então a cargo do recorrente, de uma caixa marca B A n. 101, vinda do New-York no vapor inglez *Hubert*, entrado nesse porto em 23 de maio de 1900. — *Pedro Teixeira Soares*.

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado do Pará.

## N. 96 — EM 17 DE AGOSTO DE 1904

Manda aceitar, como probatórios da origem das mercadorias, os documentos passados pelo administrador do posto aduaneiro estabelecido pelo Governo da Bolívia em Santa Clara do Rio Abuná, na mesma conformidade dos documentos emanados da Alfandega de Porto Bello.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1904.

Declaro-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. Ministro, por despacho de 9 do corrente, proferido sobre o assumpto constante do aviso do Ministerio das Relações Exteriores, n. 56, de 20 do mez proximo findo, resolveu autorizar sejam aceitos pela Alfandega dosse Estado, como sufficientes para justificar a procedencia das mercadorias em transitio, os documentos expedidos pelo administrador do posto aduaneiro estabelecido pelo Governo da Bolívia em Santa Clara do Rio Abuná, na mesma conformidade dos emanados da Alfandega de Villa Bella, a que fica immediatamente subordinado aquelle posto, devendo, porém, taes documentos ser visados no posto fiscal brasileiro installado na fez do mencionado rio.— *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado do Amazonas.  
Idêntico ao Delegado Fiscal no Estado do Pará, sob n. 92.

## N. 97 — EM 17 DE AGOSTO DE 1904

Releva a multa imposta ao commandante do vapor *Thames* por falta da factura consular e manda que essa multa seja imposta ao receptor da mercadoria, a quem cabe a responsabilidade da falta.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1904.

Sr. Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro — Communico-vos, para os fins convenientes, que o Sr. Ministro, tendo presente o recurso enviado com o vosso officio n. 110, de 3 de março de 1903, e interposto por C. J. Casaly, superintendente da *Royal Mail Steam Packet Company*, da vossa decisão impondo ao commandante do vapor *Thames* a multa do art. 35 § 1º do Regul. annexo ao decreto n. 3732, de 7 de agosto de 1900, pela falta de factura consular de 450 fardos de xarquo constantes do conhecimento sob n. 3 e vindos naquelle vapor quando

aqui aportou em 7 de janeiro do dito anno de 1903, resolveu, por despacho de 18 do mez proximo findo, proferido em sessão do Conselho da Fazenda e de accordo com o parecer do mesmo Conselho, dar provimento ao recurso em questão para o fim de ser imposta a multa ao recebedor da mercadoria, pois a este cabe a responsabilidade da falta, á vista da declaração feita no manifesto pelo consul geral do Brazil em Montevideo.

Saude e fraternidade. — *Pedro Teixeira Soares.*

---

N. 98 — EM 17 DE AGOSTO DE 1904

Nega provimento a um recurso *ex-officio*, não pelos fundamentos da decisão recorrida, mas porque o collecter não podia julgar autas por elle mesmo lavrados.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1904.

Declaro-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. Ministro, a quem foi presente o processo de infracção do Regulamento dos impostos de consumo instaurado pela Collectoria de Mar de Hespanha contra Nicoláo Palabella, transmittido com o officio n. 42 de 16 de outubro de 1902 e em que essa Delegacia recorre de sua decisão julgando nullo o mesmo processo, resolveu, por despacho de 1 do corrente, proferido em sessão do Conselho da Fazenda e de accordo com o parecer deste, negar provimento ao alludido recurso *ex-officio*, não pelos fundamentos da decisão recorrida, mas porque o collecter não podia julgar autas por elle lavrados. — *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado de Minas Geraes.

---

N. 99 — EM 17 DE AGOSTO DE 1904

Declara que as machinas para recebimento de dinheiro devem ser classificadas na 1ª parte do art. 1009 da Tarifa.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1904.

Declaro-vos para os devidos effeitos que o Sr. Ministro, tendo presente o recurso encaminhado com o vosso officio n. 181 de 23 de julho de 1902 e interposto por Americo Martins dos Santos, da decisão dessa Delegacia mantendo a da Alfandega de

Santos que mandou cobrar *ad valorem* na razão de 50 % e no dobro os direitos de uma machina para recebimento de dinheiro, despachada pela nota de importação n. 1239 de 11 de janeiro do dito anno, para pagamento dos mesmos direitos na razão de 15 %, resolveu por despacho de 17 do mez proximo findo, proferido em sessão do Conselho da Fazenda, de accordo com o parecer deste, tomar conhecimento do recurso para o fim de, reformada a decisão recorrida, ser a machina em questão classificada na 1ª parte do art. 1009 da Tarifa.— *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado de S. Paulo.

---

N. 100 — EM 20 DE AGOSTO DE 1904

Declara que a verificação das omissões ou insufficiencias de declarações das facturas consulares é da competencia da Repartição de Estatística Commercial, não devendo ser impostas multas antes dessa verificação.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 20 do agosto de 1904.

Em relação ao recurso transmittido com o vosso officio n. 164, de 5 de setembro de 1902 e interposto por Maia Sobrinho & Comp. do acto do inspector da Alfandega desse Estado que, á vista da decisão constante da ordem desta Directoria n. 93, de 31 de maio do mesmo anno, lhes impoz a multa de 100\$ pela omissão verificada na factura consular, do peso liquido das barreiras de breu e silox, que os recorrentes submetteram a despacho pelas notas de importação ns. 3634 e 3635, de julho daquelle anno, declaro-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. Ministro, por despacho de 1 do corrente, proferido em sessão do Conselho da Fazenda e de accordo com o parecer deste, resolveu dar provimento ao alludido recurso, porque na conformidade das ordens ns. 143, 158, 50 e 127, publicadas no *Diário Official* dos dias 24 de julho, 21 e 28 de agosto e 16 de setembro do citado anno, a verificação das omissões ou insufficiencias de declarações da factura consular compete á Repartição de Estatística Commercial, e antes dessa verificação não podem ser impostas taes multas. — *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado do Maranhão.

---

## N. 101 — EM 24 DE AGOSTO DE 1904

Dá provimento a um recurso de multa imposta por divergencia de factura consular, declarando que o importador não pôde ser responsável pelas faltas commettidas nas ditas facturas.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1904.

Declaro-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. Ministro, tendo presente o recurso da Companhia Paulista de Vias Ferreas e Fluvias, enviado com o officio dessa Delegacia, n. 223 de 20 de agosto de 1902 e referente á multa de direitos em dobro que lhe foi imposta pela Alfandega de Santos, por differença de quantidade entre a verificada em conferencia do volume despachado pela nota de importação n. 21.608 de 20 de junho do dito anno e declarado na respectiva factura consular, resolveu, por despacho de 18 do mez proximo findo, proferido em sessão do Conselho da Fazenda de accordo com o parecer do mesmo Conselho, dar provimento ao recurso em questão por não poder ser responsabilizado o importador pelas faltas commettidas nas facturas.— *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thosouro no Estado de S. Paulo.

## N. 102 — EM 26 DE AGOSTO DE 1904

Manda cobrar a multa de expediente de cinco malas contendo mercadorias vindas como bagagem e despachadas como de conteúdo ignorado, relevando a multa de direitos em dobro.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1904.

Sr. Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro — Communico-vos, para os fins convenientes, que o Sr. Ministro, tendo presente o recurso enviado com o vosso officio n. 243, de 23 de abril ultimo e interposto por Antonio de Barros Poyar es, passageiro do vapor *Clyde*, entrado em 2 do mez anterior, de vossa decisão impondo-lhe a multa de direitos em dobro pela falta da factura consular de mercadorias contidas em cinco malas vindas com a bagagem do recorrente e despachadas como de conteúdo ignorado; e attendendo a que o decreto legislativo n. 1103, de 21 de novembro de 1903, não comminou a multa para a falta em questão, resolveu, por despacho de 18 de julho findo, proferido em sessão do Conselho da Fazenda e de accordo com o parecer do mesmo Conselho, tomar conhecimento do dito re-

curso para o fim de, reformada a decisão recorrida, ser imposta a multa de expediente, conforme o disposto no art. 477 § 2º da Consolidação das Leis das Alfândegas e Mesas de Rendas.

Saude e fraternidade. — *Pedro Teixeira Soares.*

---

N. 103 — EM 30 DE AGOSTO DE 1904

Da provimento a um recurso de multa de direitos em dobro, por não haver divergencia entre o conteúdo dos volumes despachados e a factura consular.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1904.

Sr. Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro — Em solução ao recurso transmittido com o vosso officio n. 530, de 11 de agosto do anno passado e interposto por Oliveira Marques & Comp. da decisão pela qual lhes impozestes a multa de direitos em dobro do art. 35 § 2º do Regul. n. 3732, de 7 de agosto de 1900, sobre o tecido de seda pura encontrado por occasião da conferencia do volume que os recorrentes submetteram a despacho pela nota de importação n. 825, de junho do mesmo anno, communico-vos, para os fins convenientes, que o Sr. Ministro, por despacho de 18 do mez findo, proferido em sessão do Conselho da Fazenda, de accordo com o parecer deste, resolveu dar provimento ao alludido recurso por não haver divergencia entre o conteúdo do referido volume e as declarações da factura consular que apenas foi omissa, deixando de consignar a quantidade de cada um dos tecidos nella mencionados.

Saude e fraternidade. — *Pedro Teixeira Soares.*

---

N. 104 — EM 31 DE AGOSTO DE 1904

Communica o indeferimento dos recursos interpostos pelas Companhias do Queimado, Salinas da Margarida e Linha Circular contra o acto que as obrigou ao pagamento do imposto de 2 1/2 % sobre os seus dividendos.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1904.

Tendo o Sr. Ministro resolvido, por despacho de 8 do corrente, proferido em sessão do Conselho da Fazenda e de accordo



com o parecer deste, negar provimento aos recursos transmittidos com o vosso officio n. 70, de 21 de maio ultimo, e interpostos pelas Companhias do Queimado, Salinas da Margarida e Linha Circular, do acto pelo qual confirmastes a decisão da Inspectoria da Alfandega desse Estado indeferindo as reclamações feitas pelos recorrentes contra o pagamento do imposto de 2 1/2 % sobre os seus dividendos exigido por aquella Inspectoria; assim vol-o communico para os devidos effeitos. — *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado da Bahia.

---

N. 105 — EM 31 DE AGOSTO DE 1904

Dá provimento a um recurso de multa de direitos em dobro por se tratar de simples omisão de uma palavra na nota de despacho.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1904.

Declaro-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. Ministro, tendo presente o recurso encaminhado com o vosso officio n. 7 de 15 de janeiro de 1903 e interposto por R. M. Schmidt, da decisão do inspector da Alfandega de Santos que lhe impoz a multa de direitos em dobro da differença entre o peso declarado em algarismo (68.000 kilos) e o declarado por extenso (sessenta e oito) na nota de importação n. 41.713 de 28 de novembro de 1902, resolveu, por despacho de 22 do corrente, proferido em sessão do Conselho da Fazenda e de accordo com o parecer do mesmo Conselho, dar provimento ao dito recurso por se tratar de simples omisão de uma palavra na nota de despacho, caso em que, quando muito, era applicavel a multa de expediente. — *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado de S. Paulo.

---

N. 106 — EM 2 DE SETEMBRO DE 1904

Declara que, enquanto não houver repartição federal no Alto Juruá e Alto Purús, a cobrança dos direitos da borracha e mais productos dalli procedentes, deverá ser feita de accordo com a ordem n. 8, de 5 de março deste anno.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 2 de setembro de 1904.

Em resposta ao vosso telegramma de 9 de maio ultimo, communico-vos, para os fins convenientes, que o Sr. Ministro, por

despacho de 22 de julho ultimo, resolveu approvar o acto pelo qual declarastes á Inspectoria da Alfandega desse Estado que, enquanto não houver repartição federal no Alto Juruá e Alto Purus, a cobrança dos direitos da borracha e mais productos dalli procedentes deveria ser feita de accordo com as recommendações constantes da ordem n. 6, de 5 de março ultimo,— *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado do Amazonas.

---

N. 107 — EM 2 DE SETEMBRO DE 1904

Nega provimento a um recurso de multa de direitos em dobro e declara que, não tendo sido ella imposta por diligencia dos empregados, cabe por inteiro á Fazenda Nacional.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 2 de setembro de 1904.

Declaro-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. Ministro, tendo presente o recurso transmittido com o vosso officio n. 227 de 23 de outubro de 1901 e interposto por Stooss Uachtal & Comp., agentes da «Hamburg Sudamerikanisch e Dampfschiffarts Gesellschaft», da decisão pela qual confirmastes o acto da Inspectoria da Alfandega da cidade do Rio Grande sujeitando ao pagamento de 104\$270 em que importou a differença entre o calculo effectuado em virtude da ordem desta Directoria, n. 28 de 23 de março de 1900 e o anteriormente feito para a cobrança de direitos em dobro sobre a mercadoria contida numa caixa marca DE n. 61, desaparecida de bordo do vapor *Desterra*, entrado no porto da referida cidade em 7 de janeiro de 1897, resolveu, por despacho de 18 de julho proximo findo, proferido em sessão do Conselho da Fazenda e de accordo com o parecer da maioria deste, negar provimento ao recurso, para o fim de confirmar a decisão anterior, constante da ordem citada.

Outrosim, vos communico ter o mesmo Sr. Ministro resolvido, por despacho de 22 de agosto ultimo, proferido em sessão do Conselho de Fazenda e de accordo com o parecer por este emittido em additamento áquelle, que, não tendo sido imposta a multa por diligencia dos empregados, cabe ella por inteiro á Fazenda Nacional.— *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado do Rio Grande do Sul.

## N. 108 — EM 3 DE SETEMBRO DE 1904

Declara que não pôde ser restringido o prazo para a prestação de fiança marcado nas circulares ns. 54 de 26 de dezembro de 1878 e 148 de 14 de março de 1879.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1904.

Communico-vos, para os devidos effeitos e em obediencia ao despacho do Sr. Ministro, de 24 de agosto findo, que, achando-se marcado nas ordens circulares ns. 54 de 26 de dezembro de 1878 e 148 de 14 de março de 1879 o prazo de 60 dias para os agentes encarregados da arrecadação das rendas federaes prestarem as respectivas fianças, não pôde essa Delegacia restringir esse prazo a 30 dias, como fez quanto á prestação da fiança do escrivão nomeado para a Collectoria do municipio de Cataguzes, João Baptista Monteiro da Silva, conforme consta do seu officio n. 26 de 16 de julho proximo findo.— *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado de Minas Geraes.

## N. 109 — EM 4 DE SETEMBRO DE 1904

Não approva a lotação de fianças dos collectores e escrivães das rendas federaes no Estado do Matto Grosso, por não ter sido feita de accordo com a circular n. 4 de 16 de janeiro de 1902.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1904.

Communico-vos, para os devidos effeitos e em obediencia ao despacho do Sr. Ministro da Fazenda, de 13 de agosto ultimo, que não pôde ser approvada a lotação das fianças de collectores e escrivães das rendas federaes nesse Estado, de que trataes em officio n. 10 de 20 de abril proximo findo, por não ter sido feita de accordo com a circular n. 4 de 16 de janeiro de 1904 e decisão de 6 de fevereiro do mesmo anno, a cuja observancia não poderia obstar a circumstancia de não estarem ainda providos os cargos, uma vez que, em tal hypothese, as rendas federaes são arrecadadas pelos exactores estadoaes; notando-se, além disso, que incluisies uma Collectoria na Capital, onde a arrecadação das rendas deve ser feita por essa Delegacia.— *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado de Matto Grosso.

## N. 110 — EM 6 DE SETEMBRO DE 1904

Manda chamar por editaes os posseiros de terrenos de marinhás e outros do domínio da União no Estado do Piauhý, a apresentarem seus títulos e os intrusos a legalizarem a posse dos ditos terrenos.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 6 de setembro de 1904.

Relativamente ao officio n. 24, de 16 de junho ultimo, no qual, ponderando sobre a impossibilidade de designar-se um engenheiro para levantar plantas e rever a medição dos terrenos de marinhás e outros do domínio da União, situados em logares do interior desse Estado, consultaste si pôde ser dispensada a apresentação das plantas pelos pretendentes ao aforamento de taes terrenos e feita pelo representante da Fazenda a revisão da medição que deverá ser visada pela Camara Municipal do logar, declaro-vos, para os devidos effeitos, haver o Sr. Ministro resolvido, por despacho de 26 do mez proximo findo, recomendar-vos providencias para que por essa Delegacia e pela Alfandega desse Estado sejam chamados por editaes, com o prazo de 30 dias, os posseiros a exhibir seus títulos e os intrusos a legalizar a posse dos ditos terrenos, cumprindo-lhes contractar engenheiro, agrimensor ou piloto para levantar as plantas dos terrenos, nos termos da legislação em vigor. — *Pedro Teixeira Soares*.

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado do Piauhý.

## N. 111 — EM 10 DE SETEMBRO DE 1904

Trata de uma multa imposta ao consul do Brazil no Havre pela falta de cumprimento do art. 341 da Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1904.

Communicando-vos haver o Sr. Ministro resolvido, por despacho de 29 do mez proximo findo, impor ao consul geral do Brazil no Havre a multa de 50\$ do art. 358 da Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas, pela falta de cumprimento do n. 5 do art. 341 da mesma Consolidação, verificada no manifesto do vapor inglez *Hubert*, de que tratou

o inspector da Alfandega desse Estado, em officio n. 4, de 22 de março do corrente anno, junto vos devolve o dito manifesto que acompanhou o officio dessa Delegacia, n. 33, de 29 de julho ultimo.— *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado do Ceará.

---

N. 112 — EM 12 DE SETEMBRO DE 1904

Declara que o agente fiscal da 31ª circumscripção do Estado de Minas Geraes não pôde exercer cumulativamente as respectivas funções e as de vereador da Municipalidade.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1904.

Em obediencia ao despacho do Sr. Ministro, de 1 do corrente, proferido sobre o officio do inspector fiscal dos impostos de consumo, Victorino José Pereira, n. 85 de 20 de junho proximo passado, do qual consta ser vereador municipal em Januaria o agente fiscal da 31ª circumscripção desse Estado, Luiz José Jatobá, recommendo-vos convideis ao mesmo agente a optar por um dos respectivos logares, visto não poder exercer cumulativamente as respectivas funções.— *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado de Minas Geraes.

---

N. 113 — EM 14 DE SETEMBRO DE 1904

Mantem uma decisão negando restituição de direitos pagos por 50 caixas de formicida e para as quaes não se pediu previamente a isenção de direitos.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1904.

Declaro-vos, para os fins convenientes, que o Sr. Ministro, tendo presente o recurso encaminhado com o officio dessa Delegacia, n. 51 de 11 de dezembro de 1902 e interposto por Mathias Bom & Comp. da vossa decisão mantendo o acto da Inspectoria da Alfandega desse Estado que lhes negou a restituição dos direitos pagos sobre 50 caixas de formicida despachadas pela nota de importação n. 1349 de setembro daquelle

anno e para os quaes não pediram previamente isenção de direitos, resolveu por despacho de 22 de agosto proximo findo, em sessão do Conselho da Fazenda de accordo com o parecer deste, não tomar conhecimento do alludido recurso, por não ser de revista.— *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado do Paraná.

---

N. 114 — EM 17 DE SETEMBRO DE 1904

Declara que só se deve exigir a planta dos terrenos de marinha quando a transferencia requerida for a primeira effectuada depois da publicação do decreto n. 1105, de 22 de fevereiro de 1868.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1904.

Declaro-vos, para os devidos efeitos, que o Sr. Ministro, por despacho de 15 do corrente, resolveu approvar o acto de que dèstes conta em officio n. 51, de 30 de julho ultimo, decidindo, em relação ás transferencias do dominio util dos terrenos de marinhas, que só se exija a planta de que trata o art. 2º do decreto n. 1105, de 22 de fevereiro de 1868, quando a transferencia for a primeira effectuada depois da publicação daquelle decreto, quer se verifique a hypothese do art. 11, quer a do paragrapho unico desse mesmo artigo.

Outrosim, vos declaro haver o Sr. Ministro resolvido recomendar-vos providencias sobre o exacto cumprimento do art. 8º do citado decreto, relativamente á conservação das plantas nos processos de aforamento, aos quaes deverão ser juntos todos os papeis referentes a transferencias posteriormente concedidas, de modo a que em um só processo fique consignado todo o historico do terreno; bem como exigir a quitação dos foros desde o anno em que foi passado o titulo de aforamento, excluido, porém, o tempo em que a renda dessa proveniencia pertenceu ás Camaras Municipaes, isto é, de 1888 a 1891 inclusive. — *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado do Maranhão.

---

## N. 115 — EM 19 DE SETEMBRO DE 1904

Devolve o recurso de Bernardo Santos & C. afim de ser pela Alfandega do Rio de Janeiro autorizada a restituição dos direitos de 50 caixas, contendo alhos que por estarem podres foram dados a consumo; visto tratar-se de acto da competencia da mesma Alfandega.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1904.

Sr. Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro — Em obediencia ao despacho do Sr. Ministro de 27 de junho ultimo, proferido em sessão do Conselho da Fazenda, de accordo com o parecer do mesmo Conselho, junto vos devolve o processo enviado com o vosso officio n. 756, de 20 de novembro do anno passado, referente á restituição pedida por Bernardo Santos & Comp. dos direitos pagos por 50 caixas contendo alhos que por estarem podres foram dados a consumo, afim de ser por essa Inspectoria autorizada a mesma restituição, visto tratar-se de acto de sua competencia, como tem sido resolvido por diversas decisões do Thesouro.

Saude e fraternidade. — *Pedro Teixeira Soares.*

## N. 116 — EM 20 DE SETEMBRO DE 1904

Nega a isenção de direitos a um cofre forte importado pela «Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer du Brésil», visto não se tratar de material proprio para uso de linhas ferreas.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1904.

Em resposta ao vosso officio n. 156, de 11 do mez proximo findo, transmittindo o requerimento em que a «Compagnie Auxiliaire des Chemins de Fer du Brésil» solicita isenção de direitos para um cofre forte, declaro-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. Ministro, por despacho de 5 do corrente, resolveu indeferir o mesmo requerimento, visto não se tratar de material proprio para uso de linhas ferreas, como dispõe a clausula 13.ª do decreto n. 230 de 12 de março de 1898 e se verifica pela classificação organizada pela Directoria da Estrada de Ferro Central do Brazil e publicada no *Diario Officiel* de 7 de abril ultimo. — *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado do Rio Grande do Sul.

## N. 117 — EM 21 DE SETEMBRO DE 1904

Dá provimento a um recurso *ex-officio* da Delegacia do Amazonas e declara que o acrescimo de volumes verificado na relação da carga de um navio que conduz mercadorias de cabotagem é passivel da multa do art. 44 do Reg. de 2 de julho de 1896.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1904.

Declaro-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. Ministro, tendo presente o recurso encaminhado com o vosso officio n. 56, de 27 de outubro de 1902, e interposto pela *Amazon Steam Navigation Company Limited*, da vossa decisão deixando de tomar conhecimento do que intentou para essa Delegacia do acto do inspector da Alfandega desse Estado, impondo ao commandante do vapor *Antonio Olynho* a multa de 200\$ do art. 88 da Consolidação das Leis das Alfandegas e Meas de Rendos por falta de inclusão na relação da carga do mesmo vapor, de mercadorias conduzidas do Pará para esse porto, resolveu por despacho de 8 do mez proximo findo, proferido em sessão do Conselho da Fazenda, de accordo com o parecer deste, reformar a decisão recorrida, por isso que o acrescimo de volumes, verificado por aquella Alfandega, é passivel da multa do art. 44 do regulamento de cabotagem, não tendo applicação ao caso, como suppoz o alludido inspector, a decisão constante da ordem n. 59, expedida á Delegacia Fiscal no Ceará e publicada no *Diario Official* de 29 de novembro de 1900, a qual se refere ao embarque de generos nacionalizados para portos não alfandegados.—*Pedro Teixeira Soares*.

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado do Amazonas.

## N. 118 — EM 21 DE SETEMBRO DE 1904

Declara não haver incompatibilidade em servirem em uma Delegacia Fiscal duas contadores, um como contador e outro como procurador fiscal.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1904.

Em solução á consulta feita em vosso telegramma de 2 do corrente mez, declaro-vos, para os devidos effeitos e em obediencia ao despacho do Sr. Ministro, de 10 do mesmo mez, que, *ex-ri* do principio estabelecido na ordem n. 168, de 28 de se-



tembro de 1882, não ha incompatibilidade em servirem em uma Delegacia Fiscal dous cunhalos, um como contador e outro como procurador fiscal. — *Pedro Teixeira Soares*.

Sr. Delegado fiscal do Thesouro no Estado do Piahy.

---

N. 119 — EM 23 DE SETEMBRO DE 1904

Declara nullo um processo de contrabando, por não terem sido observadas no termo de apprehensão as exigencias do art. 633 § 1º da Consolidação das Leis das Alfândegas e Mesas de Rendas.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1904.

Communico-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. Ministro, tendo presente o recurso encaminhado com o vosso officio n. 119 de 10 de maio de 1902 e interposto por Mauricio Henrique de Oliveira, Luiz Henrique de Oliveira e Joaquim Fortunato de Oliveira, da decisão do Inspector da Alfândega dessa Capital que, julgando procedente a apprehensão por contrabando feita pelo delegado de policia de S. Luiz, de mercadorias encontradas em poder dos recorrentes, condemnou-os á perda das mesmas e ao pagamento da multa de 50% do respectivo valor commercial, resolveu, por despacho de 23 de agosto findo, proferido em sessão do Conselho da Fazenda de accordo com o parecer deste, declarar nullo o processo instaurado contra os ditos recorrentes, por não terem sido observadas, no termo de apprehensão que lhe serviu de base, as exigencias do art. 633 § 1º da Consolidação das Leis das Alfândegas e Mesas de Rendas. — *Pedro Teixeira Soares*.

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado do Rio Grande do Sul.

---

N. 120 — EM 26 DE SETEMBRO DE 1904

Declara não ser necessario prohibir a entrada para livre trafego do termo de permissão, que é obrigatorio em virtude dos arts. 650 e 662 da Consolidação das Leis das Alfândegas e Mesas de Rendas.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1904.

Declaro-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. Ministro, tendo presente o recurso enviado com o vosso officio n. 337 de 13 de dezembro de 1902 e interposto por Americo Martins dos Santos da decisão da Alfândega de Santos mandando classificar no art. 612 da Tarifa para pagamento da taxa de 600 réis a mer-

cadoria despachada pela nota de importação n. 2329, de 6 de agosto do dito anno, como papel para embrulho da taxa de 400 réis do mesmo artigo, resolveu, por despacho de 22 do mez proximo findo, proferido em sessão do Conselho da Fazenda, de accordo com o parecer deste, negar provimento ao recurso por haver sido bem classificada aquella mercaderia e recomendar-vos declareis a mencionada Alfandega não ser necessario pedido do interessado para lavratura do termo de perempção, o qual é obrigatorio na forma dos arts. 659 e 662 da Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas. — *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado de S. Paulo.

N. 121 — EM 23 DE SETEMBRO DE 1904

Declara ser da competencia dos inspectores das Alfandegas a concessão de isenção de direitos de consumo e de expediente, dos objectos importados pelos consules de carreira, para seu primeiro estabelecimento.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1904.

Communico-vos, para os fins convenientes, que, tendo o Ministerio das Relações Exteriores requisitado, em aviso n. 83, de 15 do corrente, providencias no sentido de serem despachados livres de direitos na Alfandega desse Estado os objectos importados pelo Dr. Olshansen, consul allemão, para o seu primeiro estabelecimento, resolveu o Sr. Ministro, por despacho de 24, que é da competencia do inspector daquella Alfandega conceder a isenção dos direitos de consumo e de expediente dos mesmos objectos, mediante requerimento do interessado, que é funcionario de carreira diplomatica. — *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado do Pará.

N. 122 — EM 26 DE SETEMBRO DE 1904

Da provimento ao recurso interposto por Antonio Guimarães & C. contra a multa de mil réis e de dobra que lhes foi imposta por divergencia da qualidade entre as declarações da nota e a factura consular.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1904.

Communico-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. Ministro, tendo presente o recurso encaminhado com o officio dessa De-

legacia, n. 148, de 24 de setembro de 1902 e interposto por Antonio Guimarães & C., da decisão do inspector da Alfandega desse Estado que lhes impoz a multa de direitos em dobro por divergencia de qualidade entre as declarações da nota de importação n. 1601, de 22 de agosto do dito anno, e da factura consular n. 13.295 legalizada pelo Consulado Geral do Brazil em Hamburgo em 25 de junho anterior e o verificado em conferencia da mercadoria a que esses documentos se referiam, resolveu por despacho de 8 do mez proximo findo, proferido em sessão do Conselho da Fazenda, de accordo com o parecer deste, tomar conhecimento do mesmo recurso para o fim de mandar que a multa em questão seja cobrada sobre os direitos da mercadoria verificada, conforme já foi decidido pela ordem n. 54 publicada no *Diario Official* de 17 de outubro de 1901, e não sobre os da mercadoria mencionada na factura, como fez aquella Alfandega. — *Pedro Teixeira Soares*.

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado da Bahia.

---

N. 123 — EM 29 DE SETEMBRO DE 1904

Manda restituir uma multa de expediente imposta pela Alfandega do Maranhão e declara não ser admissivel a imposição de duas multas para punir a mesma falta.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1904.

Declaro-vos para os devidos effeitos que o Sr. Ministro, tendo presente o recurso transmittido com o vosso officio n. 211 de 16 de dezembro de 1902 e interposto por Silva Lopes & Comp. da decisão pela qual a Alfandega desse Estado lhes impoz a multa de direitos em dobro do art. 35, § 3º, do Regul. n. 3732 de 7 de agosto de 1900, e mais a de expediente de 1 1/2 % do art. 477, § 2º, da Consolidação por divergencia de qualidade entre o declarado na 10ª addição da nota de importação n. 6983, de novembro daquelle anno e na factura consular e o verificado em acto de conferencia, resolveu, por despacho de 22 do mez findo, proferido em sessão do Conselho da Fazenda e na conformidade do parecer deste, tomar conhecimento do alludido recurso, para o fim de confirmar a decisão recorrida na parte relativa a cobrança dos direitos em dobro e mandar restituir a multa de expediente, visto não ser admissivel a imposição de duas penas para punir a mesma falta. — *Pedro Teixeira Soares*.

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado do Maranhão.

---

## N. 124 — EM 7 DE OUTUBRO DE 1904

Nega provimento ao recurso interposto por Bernardino da Costa Campos, da multa que lhe foi imposta pela Alfandega de Pernambuco por trazer em sua bagagem mercadorias de commercio.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1904.

Declaro-vos, para os fins convenientes, que o Sr. Ministro, tendo presente o recurso encaminhado com o officio dessa Delegacia n. 41 de 19 de março do anno passado e interposto por Bernardino da Costa Campos, passageiro do vapor inglez *Thames*, ontrado nesse porto a 7 de dezembro de 1900, da decisão da Inspectoria da Alfandega desse Estado que lhe impoz a multa de direitos em dobro e mais 10 % additionaes, por trazer em sua bagagem artigos de commercio, resolveu por despacho de 12 do setembro proximo findo, proferido em sessão do Conselho da Fazenda e de accordo com o parecer deste, negar provimento ao dito recurso, para o fim de confirmar a decisão recorrida. — *Pedro Teixeira Soares*.

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado de Pernambuco.

## N. 125 — EM 7 DE OUTUBRO DE 1904

Dá provimento ao recurso interposto por Virgilio Tourinho de Pinho, a quem a Delegacia Fiscal do Thesouro na Bahia impoz a multa de 500\$000 pela venda indevida de estampilhas do selto adhesivo; e declara que o inspector da Alfandega era o competente para a imposição da dita multa.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1904.

Declaro-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. Ministro, tendo presente o recurso encaminhado com o vosso officio n. 83 de 25 de junho de 1903, e interposto por Virgilio Tourinho de Pinho, de vossa decisão impondo-lhe a multa de 500\$000, de accordo com o art. 68 do Regul. annexo ao decreto n. 3364 de 22 de janeiro de 1900, em vista do resultado das diligencias a que mandastes proceder sobre a renda indevida de estampilhas do selto adhesivo, denunciada a essa Repartição como realizada pelo despachante geral da Alfandega desse Estado, José Pereira de Mesquita, que a recebera do recorrente, resolveu, por despacho de 5 do mez proximo findo, proferido em sessão do Conselho da Fazenda, na conformidade do parecer do mesmo Conselho, dar provimento ao

dito recurso, por não ter sido a multa imposta pela autoridade competente, que era o inspector daquella Alfandega; bem assim recommenda-vos providencias para que seja demittido o referido despachante, visto se haver tornado suspeito aos interesses da Fazenda. — *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado da Bahia.

---

N. 126 — EM 13 DE OUTUBRO DE 1904

Declara que a construcção de obras em logares proximos aos edificios das Alfandegas necessarias ao transporte e recolhimento de mercadorias aos armazens, depende de licença da municipalidade.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1904.

Sr. Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro — Relativamente ao vosso officio n. 109, de 20 de fevereiro ultimo, tratando da reclamação da Prefeitura contra o facto de haverdes entendido não ser necessaria, attento o disposto no art. 16, § 3º, da Consolidação das Leis das Alfandegas, licença da mesma Prefeitura para o assentamento de uma linha de carris no largo do caes dos Mineiros, afim de facilitar o transporte das mercadorias recolhidas ao armazem n. 14 e a construcção de um alpendre na porta n. 1, que serve áquelle armazem, communico-vos, de accordo com o despacho do Sr. Ministro de 28 do mez proximo findo, que o referido dispositivo, commettendo a essa Inspectoria a fiscalização nos logares proximos do edificio da repartição, não autoriza a construcção de obras nesses logares, e, quando reconhecida a necessidade ou conveniencia desta, deve preceder á sua execução licença da Municipalidade, á vista do art. 15, § 23, da lei n. 85, de 20 de setembro de 1892.

Saude e fraternidade. — *Pedro Teixeira Soares.*

---

N. 127 — EM 14 DE OUTUBRO DE 1904

Confirma a decisão da Alfandega de Pernambuco impondo a multa de direitos em dobro e mais 10 % por falta de declaração especificada na lista de passageiros de artigos contidos em volumes de bagagem.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1904.

Relativamente ao recurso transmittido com o vosso officio n. 220 de 16 de dezembro de 1902 e interposto por Cupertino de

Guimarães Bastões da decisão pela qual a Inspectoria da Alfandega lhe impoz a multa de direitos em dobro, e, de accordo com o disposto no § unico do art. 19 das Instrucções de 15 de dezembro de 1899 a de 10 % por não haver o recorrente declarado especificadamente na lista de passageiros do vapor inglez *Thames*, entrado nesse porto em 7 de dezembro de 1900, os artigos contidos em suas malas e sujeitos a direitos de importação, declaro-vos, para os devidos effeitos, ter o Sr. Ministro resolvido, por despacho de 15 de agosto proximo passado, proferido em sessão do Conselho da Fazenda, e na conformidade deste negar provimento ao alludido recurso, para o fim de confirmar a decisão recorrida. — *Pedro Teixeira Soares*.

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado de Pernambuco.

---

N. 128 — EM 15 DE OUTUBRO DE 1904

Não concede a aposentadoria pedida por um escriptuario da Alfandega do Rio Grande do Sul porque o laudo da inspecção de saude a que foi submettido não o declara invalido.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1904.

Communico-vos, para os devidos fins e em obediencia ao despacho do Sr. Ministro de 8 do corrente mez, que o 1º escriptuario da Alfandega do Rio Grande, nesse Estado, Luiz Quintino de Azevedo, não pôde ser aposentado, conforme pediu no requerimento transmittido com o vosso officio n. 104 de 27 de agosto proximo findo, porque o laudo de inspecção de saude a que foi submettido não o declara invalido. — *Pedro Teixeira Soares*.

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado do Rio Grande do Sul.

---

N. 129 — EM 17 DE OUTUBRO DE 1904

Não approva o acto da Delegacia Fiscal do Rio Grande do Sul creando uma Collectoria na villa do Arroio Grande, por ser da exclusiva competencia do Ministerio da Fazenda a criação de Collectorias federaes.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1904.

Em resposta ao vosso officio n. 186 de 13 de setembro proximo findo, communico-vos, para os devidos effeitos e de ac-

cordo com o despacho do Sr. Ministro, de 30 daquelle mez, que, sendo da exclusiva competencia do mesmo Sr. Ministro a criação de Collectorias federaes, conforme declarou expressamente a ordem desta Directoria n. 29 de 22 de outubro do anno passado, publicada no *Diario Official* de 23 do mesmo mez, não pôde ser approvado o vosso acto creando uma Collectoria na villa do Arroio Grande nesse Estado; cumprindo-vos, entretanto, nos casos como o de que se trata, fazer proposta e submettel-a á apreciação do Thesouro. — *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado do Rio Grande do Sul.

---

N. 130 — EM 24 DE OUTUBRO DE 1904

Declara que a nomeação para o cargo de consul está sujeita ao sello marcado no § 5º, n. 6, da tabella B annexa ao Regul. expedido com o decreto n. 3564 de 22 de janeiro de 1902.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1904.

Communico-vos, para os devidos fins, que o Sr. Ministro, a quem foi presente o recurso transmittido com o vosso officio n. 34 de 18 de março do anno passado, e interposto por Joaquim Baptista do Prado do acto pelo qual decidistes que a licença, concedida ao recorrente pelo Governo da União para aceitar o cargo de consul da Hollanda nesse Estado, está sujeita ao sello de que trata o § 5º, n. 6, da tabella B do Regul. expedido com o decreto n. 3564 de 22 de janeiro de 1902, resolveu, por despacho de 26 de setembro proximo findo, proferido em sessão do Conselho da Fazenda e de accordo com o parecer deste, negar provimento ao alludido recurso, para o fim de confirmar a decisão recorrida. — *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado do Maranhão.

---

N. 131 — EM 25 DE OUTUBRO DE 1904

Declara que a licença prévia do Ministerio da Fazenda para a exportação de artigos de produção nacional só é necessaria quando se tratar de arcas monazíticas.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1904.

Accusando recebido o vosso officio n. 113 de 24 de agosto ultimo, transmittindo a comunicação do inspector da Alfandega

dosse Estado, de haver concedido licença ao commandante do vapor nacional *Tatiaya* para carregar no porto de Maranhão 400 toneladas de turfa com destino ao Rio de Janeiro, declaro-vos para os fins convenientes, de accordo com o despacho do Sr. Ministro, de 5 do corrente, que a licença prévia do Ministerio da Fazenda para a exportação de artigos de produção nacional só é necessaria em relação ás areias monazíticas. — *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado da Bahia.

---

#### N. 132 — EM 25 DE OUTUBRO DE 1904

Intere o requerimento da Companhia das Aguas do Maranhão pedindo restituição de direitos pagos na vigencia da circular n. 16, de 6 de março de 1901.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1904.

Declaro-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. Ministro, por acto de 19 do corrente, resolveu indeferir o requerimento transmittido com o vosso officio n. 35, de 10 de maio ultimo, e em que a Companhia das Aguas de S. Luiz pediu restituição dos direitos pagos em 1902 pelo material que importou, por isso que não tendo a requerente matriculado a concessão a que se refere o decreto n. 721, de 4 de dezembro de 1900, incidiu esta na pena de caducidade, nos termos do art. 30 do de n. 947 A, de 4 de novembro de 1890; acrescendo ainda terem sido os direitos pagos na vigencia da circular n. 16, de 6 de março de 1901. — *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado do Maranhão.

---

#### N. 133 — EM 26 DE OUTUBRO DE 1904

Nega approvação ao acto do inspector da Alfandega do Rio Grande do Sul deixando de mandar cobrar de varias mercadorias as taxas fixadas na lei n. 953 de 29 de dezembro de 1902, cuja execução começou em 1 de janeiro de 1903.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1904.

Em resposta ao vosso officio n. 11 de 14 de fevereiro de 1903, declaro-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. Ministro, por



despacho de 3 do corrente, proferido em sessão do Conselho da Fazenda de accordo com o parecer do mesmo Conselho, resolveu negar approvação ao acto do inspector da Alfandega da cidade do Rio Grande deixando de mandar cobrar, de inanteiga despachada por Mascarenhas Filho e moveis despachados por H. R. Marcho, conforme as notas de importação ns. 311 e 421 de 12 e 15 de janeiro do dito anno, as taxas fixadas na lei n. 953 de 29 de dezembro de 1902, cuja execução começou no dia 1 de janeiro de 1903, mas sim as que vigoraram anteriormente isso porque ao ser iniciado o despacho das mercadorias em questão não tinha ainda aquella Alfandega recebido o *Diario Official* em que foi publicada aquella lei.

Outrosim, vos declaro haver o Sr. Ministro resolvido recomendar-vos providencias para que seja effectuada a cobrança da importancia quo, em virtude daquelle acto, deixou de ser arrecadada pela mencionada Alfandega.— *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado do Rio Grande do Sul.

---

N. 134 — EM 5 DE NOVEMBRO DE 1904

Declara ser da competencia dos inspectores das Alfandegas a concessão do favor pedido pelo Syndicato Agricola de Alagôas e contido no art. 3º, § 1º, da lei n. 1144, de 30 de dezembro de 1903; observando-se no despacho do material as regras dos despachos *ad valorem*.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1903.

De accordo com o despacho do Sr. Ministro de 3 do corrente, proferido sobre vosso officio n. 55, de 17 do mez proximo findo, encaminhando o pedido do Syndicato Agricola de Alagôas no sentido de ser concedido o favor do art. 3º, § 1º, da lei n. 1144, de 30 de dezembro de 1903, para o material destinado á usina *Brasileira*, de propriedade de Felix e G. Wandesmet, declaro-vos que é da competencia do inspector da Alfandega desse Estado attender ao mesmo pedido, devendo ser observado, no caso, o regimen dos despachos *ad valorem*.— *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado de Alagôas.

---

## N.º 135 — EM 5 DE NOVEMBRO DE 1904

Mantendo o acto pelo qual a Delegacia Fiscal do Thesouro em Pernambuco recusou-se a trocar moedas de cobre do cunho antigo por cedulas do Thesouro.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1904.

Communico-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. Ministro, por despacho de 28 de outubro proximo findo, resolveu manter o acto pelo qual essa Delegacia, baseando-se nas instrucções n.º 388, de 18 de outubro de 1872, recusou-se a trocar, conforme requereu a Companhia de Reberibe e consta do vosso officio n.º 87, de 29 de setembro ultimo, moedas de cobre do antigo cunho por cedulas do Thesouro. — *Pedro Teixeira Soares*.

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado de Pernambuco.

## N.º 136 — EM 7 DE NOVEMBRO DE 1904

Dá provimento ao recurso de Borés Frères do acto da Alfandega do Ceará mandando cobrar o imposto de pharões de navios procedentes de Hamburgo, via Pará e Manáos e que seguiram daquelle porto tocando em pontos da Republica.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 7 de novembro de 1904.

Declaro-vos, para os fins convenientes, que o Sr. Ministro, tendo presente o recurso encaminhado com o vosso officio n.º 85, de 23 de agosto de 1902 e interposto por Borés Frères do acto da Alfandega desse Estado mandando cobrar o imposto de pharões dos vapores *Amazonas*, *Patagonia*, *Wakiria*, da *Hamburg America Linie* nas viagens, do primeiro, de 26 de dezembro de 1901, do segundo, de 4 de março de 1902 e do terceiro, de 1 de maio desse mesmo anno, resolveu, por despacho de 29 de agosto ultimo proferido em sessão do Conselho da Fazenda, de accordo com o parecer deste, dar provimento ao dito recurso porque, á vista do art. 572 da Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas, no qual foram reproduzidos o dispositivo do art. 11 do regulamento annexo ao decreto n.º 7554, de 26 de novembro de 1879 e a decisão de 12 de abril de 1883, tal imposto seria devido si aquelles vapores, que vieram do Hamburgo, via Pará e Manáos, tivessem regressado da Capital do dito Estado para o estrangeiro ou para o ultimo dos mencionados portos, e não

como se deu, seguindo viagem para o Sul Gerando em outros portos brasileiros.— *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado do Ceará.

---

N. 137 — EM 8 DE NOVEMBRO DE 1904

Declara que os collectores têm direito ao abono das vantagens do cargo de escrivão, quando vago.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1904.

Em relação ao recurso transmittido com o vosso officio, n. 31 de 23 de julho ultimo e interposto pelo ex-collector das rendas federaes nessa cidade Aristides Francisco de Castro Junqueira do acto pelo qual lhe negastes o pagamento da quantia de 274\$201, correspondente á percentagem do cargo de escrivão no periodo de 14 de abril a 8 de junho de 1902, em que, por falta desse funcionario, accumulou os dous cargos, declaro-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. Ministro, attendendo a que as instrucções que regem as Collectorias não preveem o caso e que, actualmente, o decreto legislativo n. 1193 de 2 do referido mez de julho ultimo firma o direito dos collectores ao abono das vantagens do cargo de escrivão, quando vago, resolveu, por despacho de 19 de outubro proximo findo, preferido em sessão do Conselho da Fazenda e de accordo com o parecer deste, dar previnente ao alludido recurso.— *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado do Minas Geraes.

---

N. 138 — EM 11 DE NOVEMBRO DE 1904

Manda sanar varias faturas encontradas no processo de fiança do collecter das rendas federaes em Barbalha, Estado do Ceará e declara que taes processos devem ser enviados directamente ao Thesouro.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal—Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1904.

Tendo-se verificado que a fiança do collecter das rendas federaes em Barbalha, nesse Estado, Rufino Antonio de Queiroz, é de 200\$000 e não de 220\$000, como consta do termo enviado por

cópia com o verso offício n. 44, de 28 de setembro ultimo; que nesse termo não foi declarado que a responsabilidade assumida por aquelle exactor vigorava desde a data em que elle entrou em exercicio do cargo, nem que ficaram salvos os direitos da Fazenda sobre os seus demais bens; e, finalmente, que foi cobrado o sello na importância de 5\$000 em vez de 300 rs.; recomendo-vos, de accordo com o despacho do Sr. Ministro, de 18 de outubro proximo findo, mandeis lavrar novo termo em que sejam sanadas aquellas lacunas e informeis o motivo que determinou o procedimento dessa Delegacia relativamente ao calculo do sello em questão.

Outrosim vos declaro, na forma do citado despacho, que os processos de fiança devem ser remettidos directamente ao Sr. Ministro, acompanhados das respectivas peças.— *Pedro Teixeira Soares*.

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado do Ceará.

#### N. 139 — EM 18 DE NOVEMBRO DE 1904

Negar provimento ao recurso interposto por Manoel Joaquim de Andrade do acto da Recebedoria do Rio de Janeiro que mandou cobrar juros da móra sobre o imposto de transmissão *causa mortis* dos bens deixados pelo Visconde de Barroiros.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1904.

Sr. Director da Recebedoria do Rio de Janeiro — Communico-vos para os fins convenientes que o Sr. Ministro, tendo presente o recurso encaminhado com o vosso offício n. 30 de 25 de fevereiro do anno passado e interposto por Manoel Joaquim de Andrade do acto dessa Repartição exigindo o pagamento de juros da móra sobre o imposto de transmissão *causa mortis* por titulo de successão testamentaria dos bens deixados pelo finado Visconde de Barroiros, de que o recorrente é testamenteiro, resolveu por despacho de 12 de setembro ultimo, proferido em sessão do Conselho da Fazenda, de accordo com o parecer deste, negar provimento ao mesmo recurso por não ter sido o inventario daquelles bens concluido dentro do prazo de um anno e um mez a que se refere a Ord. Liv. 1.<sup>a</sup> Tit. 62 § 2.<sup>o</sup> e não constar do processo que junto vas devolve haver aquelle prazo sido provido pelos meios regulares.

Saude e fraternidade.— *Pedro Teixeira Soares*.

## N. 140 — EM 18 DE NOVEMBRO DE 1904

Indefere um pedido de contagem de antiguidade de classe por não se verificar a igualdade absoluta do ordenado entre os cargos, para que possam ser considerados da mesma categoria.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1904.

Sr. Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro — Communico-vos para os fins convenientes que o Sr. Ministro, por despacho de 1 de setembro ultimo, resolveu indeferir o requerimento encaminhado com o vosso officio n. 804 de 9 de dezembro do anno proximo findo, e em que o 2º escriptuario dessa Repartição Leopoldo Augusto Ribeiro Bhering pede que sua antiguidade de classe seja contada a partir da data em que tomou posse e entrou no exercicio do cargo de 1º escriptuario da Delegacia Fiscal em Minas Geraes; visto que, sendo de 3:000\$000 annuaes o ordenado do requerente quando foi nomeado para essa Alfandega e de 3:200\$000 o logar que ali exerce, não se verifica a igualdade absoluta do ordenado, conforme exige o decreto n. 1178 de 15 de janeiro deste anno no § 16, afim de que possam ser considerados da mesma categoria os alludidos cargos.

Saude e fraternidade. — *Pedro Teixeira Soares.*

## N. 141 — EM 19 DE NOVEMBRO DE 1904

Declara ser de rigor o recurso *ex-officio* em todos os casos a que se refere o art. 12 da lei n. 741, de 26 de dezembro de 1901.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1904.

Em solução á consulta que fizestes em officio n. 43, de 30 de agosto ultimo, declaro-vos para os devidos effeitos, de accordo com o despacho do Sr. Ministro de 28 de setembro findo, que o restabelecimento das Juntas do Fazenda não implica a revogação do art. 12 da lei n. 741, de 26 de dezembro de 1901, por isso que, continuando o mesmo regimen de decisão singular uma vez que dos membros da Junta apenas o delegado fiscal tem voto deliberativo, é de rigor o recurso *ex-officio* em todos os casos a que se refere o mencionado dispositivo legal. — *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado do Espirito Santo.

---

## N. 142 — EM 23 DE NOVEMBRO DE 1904

Declara que só no caso de estar annexa á fabrica machina ou apparelho para purificar ou refinar o sal, moído ou não, poderá ter logar a isenção de que tratam o art. 1º n. 44 da lei n. 1144, de 30 de dezembro de 1903 e circulares ns. 10, de 23 de fevereiro e 15, de 28 de abril do corrente anno.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1904.

Em resposta ao vosso officio n. 56, de 19 de agosto ultimo, declaro-vos, para os fins convenientes, que o Sr. Ministro, por despacho de 22 de setembro findo, resolveu approvar o vosso acto decidindo sobre consulta do inspector da Alfandega desse Estado, que, á vista do disposto no art. 13 do Regul. que baixou com o decreto n. 2773, de 29 de agosto de 1897, só no caso de estar annexa á fabrica machina ou apparelho para purificar ou refinar o sal, moído ou não, poderá ter logar a isenção de que tratam o art. 1º n. 44 da lei n. 1144, de 30 de dezembro de 1903 e circulares ns. 10, de 23 de fevereiro e 15, de 28 de abril do corrente anno. — *Pedro Teixeira Soares*.

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro Federal no Estado do Maranhão.

## N. 143 — EM 25 DE NOVEMBRO DE 1904

Nega providencia um recurso interposto por Teixeira Borges & C. á pensão de multa de direitos em dobro porque a classificação dada pelos recorrentes era a anteriormente adoptada pela Alfandega recorrida.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1904.

Sr. Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro — Communico-vos para os fins convenientes que o Sr. Ministro, a quem foi presente o recurso encaminhado com o vosso officio n. 183 de 26 de setembro proximo findo e interposto por Teixeira Borges & Comp. da decisão pela qual, de accordo com os peritos por parte da Fazenda, mandastes classificar como chocolate em pó, para pagamento da taxa de 3% do art. 1041 da tarifa, a mercadoria que aquella firma submetteu a despacho pela nota de importação n. 5030 de 15 de julho ultimo como bagas não especificadas, para a taxa de \$500 do art. 105 e mais 25 %, por ser em pó, resolveu por despacho de 3 do corrente proferido em

sessão do Conselho da Fazenda e de accordo com o parecer do mesmo Conselho, negar provimento ao dito recuso para o fim de manter a decisão recorrida; não devendo, porém ser imposta multa de direitos em dobro, visto ser a classificação dada pelos recorrentes a adoptada anteriormente por essa Alfandega.

Saude e fraternidade. — *Pedro Teixeira Soares.*

---

N. 144 — EM 10 DE DEZEMBRO DE 1904

Declara que a licença de que trata o art. 2754, n. 2, da Consolidação das Leis das Alfândegas e Mesas de Rendas para os navios carregarem em portos interiores do Estado, independe de autorização do Thesouro.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1904.

Em resposta ao vosso officio n. 68 de 19 do mez proximo findo encaminhando o requerimento em que João Boufant Denaria pede seja permittido aos navios estrangeiros de que é consignatario carregar m madeira no porto de Imbituba nesse Estado, com destino a portos estrangeiros, declaro-vos, para os devidos effeitos, de accordo com o despacho do Sr. Ministro, de 27 do corrente, que a licença de que trata o art. 274, n. 2, da Consolidação das Leis das Alfândegas e Mesas de Rendas independe de autorização do Thesouro, conforme já foi declarado pela ordem n. 32 de 22 de junho de 1901 a Delegacia Fiscal no Paraná. — *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado de Santa Catharina.

---

N. 145 — EM 27 DE DEZEMBRO DE 1904

Dá provimento ao recurso interposto por Edmundo Dzeher para o fim de serem cobrados os direitos simples das mercadorias encontradas, visto ter sido feita em tempo opportuno a declaração necessaria e não ser exigivel factura consular.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1904.

Sr. Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro — Communico-vos para os fins convenientes que o Sr. Ministro, tendo presente o recurso enviado com o vosso officio n. 26 de 12 de janeiro ultimo interposto por Edmundo Dzeher, passageiro do vapor

allemaõ Cordova de vossa decisão mandando cobrar direitos dobrados de mercadorias sujeitas a direitos encontrados em volumes de sua bagagem, resolveu, por despacho de 30 do mez proximo findo proferido em sessão do Conselho da Fazenda de accordo com o parecer do mesmo Conselho, dar provimento ao dito recurso para o fim de serem cobrados direitos simples, visto ter sido feita em tempo opportuno a declaração de que trata o art. 19 paragrapho unico do decreto n. 3529 de 15 de dezembro de 1899 e não ser exigivel a factura consular.

Saude e fraternidade.— *Pedro Teixeira Soares.*

---

N. 146 — EM 31 DE DEZEMBRO DE 1904

Declara que os generos de produção da zona colonial da foz do Iguassú não estão sujeitos ao imposto estadual de exportação.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1904.

Em obediencia ao despacho do Sr. Ministro, de 19 do corrente, proferido sobre o aviso do Ministerio da Guerra, n. 728 de 10 de novembro findo, communico-vos para os fins convenientes que, não estando ainda fixados os limites do territorio do Iguassú, os generos de produção da zona da colonia militar daquelle nome não estão sujeitos ao imposto estadual de exportação, conforme ficou estipulado na clausula 2ª do accordo celebrado entre o Governo Federal e o desse Estado em 15 de outubro ultimo, para a arrecadação do dito imposto pela Mesa de Rendias da foz do Iguassú, mas deverão pagar, sob o mesmo titulo, as taxas de exportação fixadas pelas leis do referido Estado em beneficio dos cofres da União.— *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro no Estado do Paraná.